

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO & ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO (PPG-GOC)

CÉSAR DOS SANTOS MOREIRA

A AGENDA 2030 NO ÂMBITO DA REDE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MINAS
GERAIS: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO

BELO HORIZONTE
2024

César dos Santos Moreira

A Agenda 2030 no âmbito da rede de bibliotecas públicas de Minas Gerais: perspectivas de atuação

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Gestão & Organização do Conhecimento.

Área de concentração: Ciência da Informação
Linha de pesquisa: Arquitetura e Organização do Conhecimento

Orientadora: Profa. Dra. Dalgiza Andrade Oliveira

Coorientadora: Profa. Dra. Marília de Abreu Martins de Paiva

M838a

Moreira, César dos Santos.

A agenda 2030 no âmbito da rede de bibliotecas públicas de Minas Gerais [recurso eletrônico] : perspectivas de atuação / César dos Santos Moreira. - 2024.

1 recurso online (382 f. : il., color.) : pdf.

Orientadora: Dalgiza Andrade Oliveira.

Coorientadora: Marília de Abreu Martins de Paiva.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 354-371.

Apêndice: f. 372-380.

Anexo: f. 381-382.

Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Bibliotecas públicas – Teses. 2. Política de informação – Teses. 3. Desenvolvimento sustentável – Teses. 4. Ciência da Informação – Teses. Oliveira, Dalgiza Andrade. II. Paiva, Marília de Abreu Martins de. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. VI. Título.

CDU 027.4(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ECI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO - PPGGOC

FOLHA DE APROVAÇÃO

A AGENDA 2030 NO ÂMBITO DA REDE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO

CÉSAR DOS SANTOS MOREIRA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, área de concentração CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, linha de pesquisa Arquitetura e Organização do Conhecimento.

RECOMENDAÇÃO QUE A TESE TENHA COMO PRODUTO UM MANUAL A SER DISPONIBILIZADO PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS.

APROVADA COM LOUVOR EM 25 DE SETEMBRO DE 2024, POR VIDEOCONFERÊNCIA, COM INDICAÇÃO DA BANCA PARA PARTICIPAR DAS PREMIAÇÕES DE MELHOR TESE, CONSTITUÍDA PELOS MEMBROS:

Prof(a). Dalgiza Andrade Oliveira (Orientadora)
ECI/UFMG

Prof(a). Frederico Cesar Mafra Pereira
ECI/UFMG

Prof(a). Marcos Aurélio Gomes
UFAL

Dr(a). Marina Nogueira Ferraz
Faculdade de Medicina/UFMG

Prof(a). Niliane Cunha de Aguiar
UFS

Dr(a). Sylvania Alves Ferreira
Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e Comunitárias de Minas Gerais

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Dalgiza Andrade Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 25/09/2024, às 21:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aurélio Gomes, Usuário Externo**, em 26/09/2024, às 21:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Cesar Mafra Pereira, Professor do Magistério Superior**, em 27/09/2024, às 08:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Nogueira Ferraz, Bibliotecária-Documentalista**, em 27/09/2024, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvania Alves Ferreira, Usuária Externa**, em 08/10/2024, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Niliane Cunha de Aguiar, Usuária Externa**, em 12/11/2024, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3557105** e o código CRC **A6E9E2A9**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ECI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO - PPGOC

ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO

CÉSAR DOS SANTOS MOREIRA

Realizou-se, no dia 25 de setembro de 2024, às 09:00 horas, por videoconferência, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada *A AGENDA 2030 NO ÂMBITO DA REDE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO*, apresentada por CÉSAR DOS SANTOS MOREIRA, número de registro 2020659764, graduado no curso de BIBLIOTECONOMIA/DIURNO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Dalgiza Andrade Oliveira - ECI/UFMG (Orientadora), Prof(a). Frederico Cesar Mafra Pereira - ECI/UFMG, Prof(a). Marcos Aurélio Gomes UFAL, Dr(a). Marina Nogueira Ferraz - Faculdade de Medicina/UFMG, Prof(a). Niliane Cunha de Aguiar - UFS, Dr(a). Silvania Alves Ferreira - Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e Comunitárias de Minas Gerais.

A Comissão considerou a tese:

☒ (X) Aprovada

☐ () Reprovada

APROVADA COM LOUVOR, COM INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA BANCA PARA PARTICIPAR DAS PREMIAÇÕES DE MELHOR TESE.

RECOMENDAÇÃO QUE A TESE TENHA COMO PRODUTO UM MANUAL A SER DISPONIBILIZADO PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2024.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Dalgiza Andrade Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 25/09/2024, às 21:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aurélio Gomes, Usuário Externo**, em 26/09/2024, às 21:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Cesar Mafra Pereira, Professor do Magistério Superior**, em 27/09/2024, às 08:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Nogueira Ferraz, Bibliotecária-Documentalista**, em 27/09/2024, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvania Alves Ferreira, Usuária Externa**, em 08/10/2024, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Niliane Cunha de Aguiar, Usuária Externa**, em 12/11/2024, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3557101** e o código CRC **94E77DE9**.

Dedico esta obra a Deus, minha rocha e refúgio, cuja presença constante me proporcionou força, serenidade e renovação espiritual durante toda a jornada.

À minha mãe que, mesmo sem conhecer profundamente meus caminhos educacionais, não mediu esforços para me apoiar e incentivar a cada passo.

Aos amigos e amigas que estiveram ao meu lado em todas as horas, oferecendo apoio e companheirismo incondicional.

Às minhas orientadoras, professoras Dalgiza e Marília, cujo acompanhamento e orientação foram fundamentais para a realização desta pesquisa.

E, por fim, a mim mesmo, por ter perseverado e cumprido a missão que me propus.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Dalgiza Andrade de Oliveira, pela orientação incansável e pela sabedoria compartilhada, que foram fundamentais na condução desta pesquisa. Seu comprometimento e orientação iluminam meu caminho acadêmico.

À Professora Marília de Abreu Martins de Paiva, por sua valiosa colaboração e pelos conhecimentos que trouxe para esta jornada de pesquisa, enriquecendo significativamente nosso trabalho com sua expertise.

À Professora Alcenir, por abrir as portas do conhecimento e por seu acolhimento no início de minha trajetória acadêmica, fornecendo a base sólida sobre a qual construí minha pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (PPGGOC), por seu acolhimento e pelo suporte essencial à realização desta pesquisa, contribuindo para o avanço do conhecimento na área.

À banca de qualificação e defesa: Bibliotecária Marina Ferraz, Profa. Niliane Aguiar, Prof. Marcos Gomes, Prof. Frederico César Mafra; à Bibliotecária Silvania Alves e à Profa Marina Cajaíba, banca de defesa, cujas considerações assertivas não apenas enriqueceram o projeto, mas também asseguraram que a nossa pesquisa fosse relevante para a sociedade e para o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, tornando-as áreas mais sociais.

Às bibliotecárias e bibliotecários que participaram desta pesquisa, que com suas experiências e vivências à frente das bibliotecas públicas, contribuíram para a produção de uma pesquisa significativa.

Aos amigos e amigas, cujos conselhos, paciência e sugestões de leituras foram um pilar de apoio constante. Um agradecimento especial a Michelle Karina e Márcia Margarida, amigas leais de todas as horas; a Rejane Valéria e Márcia Basília, consortes de estudo; e a Cleide Fernandes, por sua ajuda inestimável no contato com as bibliotecas públicas.

Ao Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), pelo incentivo ao aprimoramento e à qualificação dos servidores técnico-administrativos, apoiando a formação acadêmica e profissional.

Aos colegas de trabalho, que testemunharam e apoiaram meu esforço ao longo do curso, com compreensão e incentivo.

A todos vocês, expresso meu mais profundo e sincero agradecimento!

*As bibliotecas populares, não órgão petrificado
e estático, mas de propulsão e de circulação
de ideias e conhecimentos, são o instrumento
adequado, e talvez único, a alargar a média intelectual
dos cidadãos e criar uma cidadania
instruída e capaz.*

José Guimarães Menegale¹

¹ MENEGALE, José Guimarães. **O que é e o que deve ser a biblioteca pública**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2022.

RESUMO

Nos últimos anos, o mundo tem assistido a um intenso debate sobre a exploração desenfreada dos recursos naturais e suas consequências para a sobrevivência do planeta. Esse debate evidencia a necessidade urgente de mudanças na forma como exploramos esses recursos, buscando um equilíbrio com o meio ambiente para garantir um desenvolvimento sustentável em termos econômicos, sociopolíticos e ambientais. Nesse contexto de reavaliação e adoção de novos valores e práticas, surgiram, em 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Como elemento estratégico para a implementação dos ODS, as bibliotecas públicas desempenham um papel crucial ao adotar práticas que assegurem o acesso e o uso da informação, essenciais para a construção de uma sociedade mais sustentável, justa e igualitária. Com base nessa perspectiva, o presente estudo buscou investigar como as bibliotecas públicas de Minas Gerais estão promovendo e implementando serviços de informação orientados pelos ODS. Classificada como exploratória quanto aos objetivos e utilizando abordagens bibliográficas e documentais para a busca de informações, a pesquisa empregou questionários eletrônicos e entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados verbais. A amostra da pesquisa incluiu 27 respondentes ao questionário e oito bibliotecários entrevistados, selecionados a partir da aceitação expressa no questionário. Para a pesquisa bibliográfica, utilizou-se a “revisão narrativa” na seleção das fontes de informação e a “análise de conteúdo” para a abordagem dos dados coletados com o questionário e as entrevistas. Os resultados revelaram que as bibliotecas públicas realizam um planejamento informal das atividades e ações desenvolvidas para a comunidade, sem um alinhamento sistemático com os ODS da Agenda 2030. Observou-se também que as poucas políticas de informação existentes não contemplam os ODS, o que enfraquece a atuação das bibliotecas públicas perante suas comunidades. Outros achados incluem a falta de apoio das administrações municipais, refletida na escassez de recursos financeiros para o desenvolvimento de acervos e na insuficiência de pessoal para a estruturação das bibliotecas. Além disso, os acervos estão desatualizados, sendo formados majoritariamente por doações de usuários e amigos das bibliotecas. Também foi identificado um suporte inadequado das Secretarias de Cultura e Educação para o desenvolvimento das atividades de informação, educação e cultura nas bibliotecas. Apesar dos inúmeros desafios, as bibliotecas públicas conseguem, minimamente, oferecer serviços que atendem às necessidades de informação dos usuários. Conclui-se que esta pesquisa cumpriu seus objetivos, servindo como uma fonte valiosa de informação para futuros estudos sobre o tema. Além disso, contribui para o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, especialmente em investigações com enfoque social e características transversais.

Palavras-chave: Bibliotecas públicas; Desenvolvimento sustentável; Política de informação; Ciência da Informação.

ABSTRACT

In recent years, the world has witnessed an intense debate about the rampant exploitation of natural resources and its consequences for the planet's survival. This debate highlights the urgent need for changes in how we exploit these resources, seeking a balance with the environment to ensure sustainable development in economic, socio-political, and environmental terms. In this context of reassessment and adoption of new values and practices, the Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 Agenda emerged in 2015. As a strategic element for the implementation of the SDGs, public libraries play a crucial role by adopting practices that ensure access to and use of information, which is essential for building a more sustainable, just, and equitable society. Based on this perspective, the present study sought to investigate how public libraries in Minas Gerais are promoting and implementing information services aligned with the SDGs. Classified as exploratory in terms of objectives and using bibliographic and documentary approaches for information gathering, the research employed electronic questionnaires and semi-structured interviews for the collection of verbal data. The research sample included 27 questionnaire respondents and eight interviewed librarians, selected based on their expressed consent in the questionnaire. For the bibliographic research, a "narrative review" was used for the selection of information sources, and "content analysis" was applied to address the data collected through the questionnaire and interviews. The results revealed that public libraries carry out informal planning of activities and actions developed for the community, without systematic alignment with the SDGs of the 2030 Agenda. It was also observed that the few existing information policies do not incorporate the SDGs, weakening the role of public libraries within their communities. Other findings include the lack of support from municipal administrations, reflected in the scarcity of financial resources for collection development and insufficient staffing for library structuring. Additionally, collections are outdated, mostly composed of donations from users and friends of the libraries. Inadequate support from the Departments of Culture and Education for developing information, education, and culture activities in libraries was also identified. Despite numerous challenges, public libraries manage to offer minimal services that meet the information needs of users. It is concluded that this research has met its objectives, serving as a valuable source of information for future studies on the topic. Furthermore, it contributes to the field of Librarianship and Information Science, especially in investigations with a social focus and cross-disciplinary characteristics.

Keywords: Public libraries; Sustainable development; Information policy; Information Science.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AIDS	<i>Acquired Immunodeficiency Syndrome</i> (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CNUDS	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
COP	Conferência das Partes
DLLLB	Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
ECI	Escola de Ciência da Informação
EUA	Estados Unidos da América
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IEPHA-MG	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
INL	Instituto Nacional do Livro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAI	Lei de acesso à informação
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Curioso, Assexuais, Aliados, Pansexuais, Polisssexuais, Familiares, 2-espíritos e Kink
ODM	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ODS	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OF	Observatório do Futuro
OIT	Organização Internacional do Trabalho

OMC	Organização Mundial de Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAC	Catálogo de Acesso Público <i>On-Line</i>
PMDI	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PNMC	Política Nacional Sobre Mudança do Clima
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual
PPAG	Plano Plurianual de Ação Governamental
PPGGOC	Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEAS	Secretaria Especial de Articulação Social
SEE-MG	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
SEBP	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas
SEBPMG	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo
SEGOV-PR	Secretaria de Governo da Presidência da República
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
TCTs	Temas Contemporâneos Transversais
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNFCCC	<i>United Nations Framework Convention on Climate Change</i> (Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Visões acerca dos papéis da biblioteca pública.....	43
Quadro 2 - Políticas, campanhas, programas e projetos de incentivo à leitura em bibliotecas públicas e escolares	60
Quadro 3 - Situação das bibliotecas públicas brasileiras antes e após a criação do INL	67
Quadro 4 - Cronologia de eventos acerca das questões ambientais, desde 1824	105
Quadro 5 - Questões intervenientes nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	121
Quadro 6 - Principais desafios às metas de implementação dos ODS no Brasil.....	141
Quadro 7 - Metas às bibliotecas para o planejamento dos serviços de informação	153
Quadro 8 - Solicitação de informação via <i>e-SIC</i>	193
Quadro 9 – Presença das bibliotecas públicas no ambiente virtual/digital	198
Quadro 10 - Sistemas de gestão de acervo e serviços de OPAC nas bibliotecas públicas.....	204
Quadro 11 - Mídias Sociais para comunicação entre as bibliotecas e a comunidade	207
Quadro 12 - Oferta de serviços à comunidade	211
Quadro 13 - Atendimento às demandas de informação da comunidade	216
Quadro 14 - Estudo de usuários como aporte na avaliação e desenvolvimento do acervo	221
Quadro 15 - Oferta de atividades e programas de educação, alfabetização e inclusão	223
Quadro 16 - Treinamentos e atividades de educação de usuários desenvolvidas	225
Quadro 17 - Incentivo e promoção da formação continuada dos servidores.....	228
Quadro 18 - Oferta de acervo virtual/digital pelas bibliotecas públicas	240
Quadro 19 - Preservação das tradições locais, da história oral e das culturas dos povos originários e quilombolas	244
Quadro 20 - Promoção da cultura local, atividades artísticas e culturais nas bibliotecas públicas.....	250
Quadro 21 - Fontes de recursos financeiros para o desenvolvimento de acervo.....	269
Quadro 22 - Formulação de políticas para o funcionamento das bibliotecas públicas.....	288
Quadro 23 - Alinhamento da biblioteca pública aos princípios de acessibilidade e inclusão	293
Quadro 24 - Alinhamentos serviços às diretrizes da IFLA-UNESCO para a biblioteca pública	300
Quadro 25 - Participação e parcerias entre a biblioteca e atores da comunidade.....	303
Quadro 26 - Políticas relativas aos ODS no contexto brasileiro a partir de 2016	311
Quadro 27 - Evolução dos indicadores e avaliação do atingimento das metas do ODS 16 ...	313

Quadro 28 - Conhecimento, desenvolvimento de atividades e serviços de informação alinhados à Agenda 2030.....	321
Quadro 29 - Potencialidades e contribuições da biblioteca pública para a implementação dos ODS	325
Figura 1 - Benefícios da biblioteca pública aos sujeitos e à comunidade	40
Figura 2 - Conceito, classificação e características do sistema	74
Figura 3 - Características dos problemas enfrentados pela gerência segundo o nível	76
Figura 4 - Principais características da teoria de sistemas.....	77
Figura 5 - Organograma da SECULT, Decreto nº 48649/2023	92
Figura 6 - Ranking dos países emissores de gases de efeito estufa	103
Figura 7 - <i>The Global Risks Interconnections Map 2020</i>	136
Figura 8 - Bolo de casamento dos ODS	138
Figura 9 - Impactos da pandemia do Coronavírus à implementação dos ODS.....	175
Tabela 1 - Institucionalização dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas e o número de bibliotecas públicas existentes nos municípios brasileiros.....	87

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Questão de investigação	24
1.2 Objetivos geral e específicos	26
1.3 Justificativa.....	27
1.4 Organização da tese	29
2 A BIBLIOTECA PÚBLICA E A EVOLUÇÃO DA SUA FUNÇÃO NA SOCIEDADE	30
2.1 Conceito de biblioteca pública	32
2.2 Os papéis e funções das bibliotecas públicas em sua existência social.....	41
2.3 Políticas para as bibliotecas públicas para o cumprimento das suas funções.....	58
2.4 O papel das redes/sistemas de bibliotecas na conformação das funções da biblioteca pública	71
2.4.1 A ideia de sistema aplicável às bibliotecas públicas: reflexões necessárias	77
2.4.2 A institucionalização dos sistemas de bibliotecas públicas no Brasil	84
2.4.3 As bibliotecas públicas em Minas Gerais	91
2.4.3.1 A representação das bibliotecas públicas de Minas Gerais na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais.....	92
2.4.3.2 O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais	95
3 OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	99
3.1 A Agenda 21: Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento	100
3.1.1 A Rio+20: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.....	110
3.2 A Declaração do Milênio: a questão social em debate	117
3.3 Agenda 2030: ideais para o desenvolvimento sustentável	126
4 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030: SUPERANDO DESAFIOS	150
4.1 Desafios à atuação das bibliotecas públicas: políticas de informação, tecnologias	155
4.2 A formação bibliotecária para além das fronteiras da biblioteca	162
4.3 O Coronavírus e a difícil missão de implementação dos ODS no Brasil: dados em debate.....	173
5 PERCURSO METODOLÓGICO	182
5.1 Delineamento da pesquisa	182

5.2 Delimitação do tema, <i>locus</i> e amostra de pesquisa	184
5.3 Estratégias de coleta de dados	187
5.4 Apresentação e análise dos dados.....	188
5.5 Percalços na coleta dos dados da pesquisa	191
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	196
6.1 Missão da Biblioteca Pública	196
6.1.1 Presença das bibliotecas no ambiente virtual	196
6.1.2 Missões da Biblioteca Pública	209
6.2 Redes, Legislação e Financiamento.....	254
6.2.1 Redes de bibliotecas públicas.....	255
6.2.2 Legislação: a biblioteca deve ser amparada por legislação específica e atualizada, alinhada aos tratados e acordos internacionais.....	263
6.2.3 Financiamento da biblioteca pública.....	268
6.3 Funcionamento, Gestão e Parcerias para a Implementação de Serviços	278
6.3.1 Da concepção da função de gestão/coordenação da biblioteca pública	283
6.3.2 Formulação de políticas para o estabelecimento de padrões de funcionamento para as bibliotecas públicas.....	288
6.3.3 Da observância aos princípios de acessibilidade e inclusão na biblioteca pública	291
6.3.4 Conhecimento/alinhamento às diretrizes da IFLA-UNESCO e o estabelecimento de parcerias	299
6.3.5 Participação e parcerias entre a biblioteca pública e a comunidade	302
6.4 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	311
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	341
REFERÊNCIAS	354
APÊNDICES	372
ANEXOS	381

1 INTRODUÇÃO

O debate em torno da onipresença da informação nos diversos contextos, sobretudo como elemento de reflexão e investigação no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, entende-se ser uma questão que resta evidente e necessária atualmente, bem como perpassa os muitos discursos, seja na academia, na mídia ou no contexto social. Isso considerando que a evolução constante das tecnologias da informação e comunicação (TIC) acelera as mudanças e transformações sociais, na forma como se acessa, processa, consome e se comunica informação na atualidade.

Atualmente, com os avanços das TIC e sua popularização em diversos contextos sociais, a forma como as informações são compartilhadas entre dispositivos tecnológicos e entre pessoas mudou significativamente em relação ao passado. Nesse cenário, entende-se que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, como áreas de conhecimento e pesquisa que abordam a informação em seus múltiplos aspectos, têm muito a contribuir ao adotar as TIC como objeto de estudo e investigação. Isso é particularmente relevante ao considerar o fluxo de produção, organização, comunicação, acesso, uso e compartilhamento da informação, especialmente em questões contemporâneas como cultura, educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento social e sustentabilidade, entre outras.

A partir dessa perspectiva, consegue-se verificar na historiografia dessas áreas de investigação a interação com a informação, ao mesmo tempo em que ela é elemento essencial para a construção de conhecimento, para a autonomia, empoderamento² dos sujeitos e progresso social.

Como elemento essencial aos processos de mudança, compreende-se que no campo das transformações sociais, a informação, em questões de acesso, uso e compartilhamento, torna-se um recurso essencial para a conquista de direitos. Entende-se que os sujeitos, de posse de informações, tornam-se autônomos e empoderados, passando a ter condições de reivindicar melhorias sociais, políticas, ambientais e econômicas, assim como para o exercício de direitos fundamentais, como saúde, educação, lazer, cultura etc.

² O conceito de empoderamento tratado nesta tese vai ao encontro do movimento de emancipação individual ou coletivo, mediante à conscientização, em que o indivíduo tem a possibilidade de formular as suas próprias opiniões e decisões. Por conseguinte, torna-se capaz, em sua singularidade, de transformar também as relações políticas, sociais e culturais. O empoderamento é importante e necessário porque prioriza a igualdade na sociedade, bem como dá voz e autonomia, principalmente às minorias e grupos com histórico de repressão social, como mulheres, negros e a comunidade LGBTQ+.

No contexto das reflexões recentes sobre informação, esta tese discute as perspectivas da Agenda 2030, um acordo intergovernamental estabelecido em 2015 que busca promover ações para garantir a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No seio dessa Agenda, que suscita indagações e reflexões políticas, econômicas, sociais, ambientais, em termos ético-morais, o acesso à informação é uma dimensão essencial ao desenvolvimento sustentável, principalmente para os sujeitos, haja vista os desafios presentes na chamada sociedade da informação, a qual tem na evolução das TIC a expressão da essência das transformações tecnológicas e informacionais em suas relações com a sociedade. Na conjuntura das discussões acerca dos ODS, reivindica-se o papel transformador da biblioteca, em especial da biblioteca pública, ponte para as diversas possibilidades que a relação informação/conhecimento pode compreender. Por excelência, é a instituição de caráter cultural e educacional mais democrática, a qual tem em sua natureza a vocação nata para o exercício do papel social de grande relevância na inserção dos sujeitos na sociedade da informação.

Partindo-se das reflexões que atingem as bibliotecas públicas, sobremaneira no que tange ao acesso à informação pelos sujeitos, novos direcionamentos são demandados ao planejamento bibliotecário, haja vista que o acelerado ritmo de avanço das TIC, um dos paradigmas da sociedade da informação, não é garantia ao acesso à informação pelas populações periféricas, em especial àquelas em realidade de exclusão e à margem dos processos de desenvolvimento e progresso sociais.

A despeito dos avanços tecnológicos esconderem diferenças importantes dentro do mundo em desenvolvimento, em relação ao aprofundamento das desigualdades sociais e, notadamente, em relação ao acesso à informação, compreende-se a relevância do papel das TIC na construção de uma sociedade da informação e do conhecimento verdadeiramente pautadas pelo desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, é igualmente importante o papel das bibliotecas públicas na promoção de serviços de informação alinhados às perspectivas de progresso e desenvolvimento sociais demandados pelos sujeitos, como aqueles sinalizados pela Agenda 2030.

No espírito dos direitos do homem, aliado à discussão sobre o acesso à informação, sobre a participação de todos na sociedade do conhecimento e da informação, bem como acerca das consequências do uso das TIC pelos sujeitos no ambiente, reflete-se a necessidade de aprofundar essas questões com um olhar além do simples acesso à informação, considerando também os desafios políticos, econômicos, ambientais, sociais, culturais e educacionais. Nesse contexto, revela-se igualmente necessário promover a discussão acerca

da estrutura necessária para a construção de uma sociedade mais equitativa, a qual manifesta senso de justiça, imparcialidade e respeito à igualdade de direitos. No esteio dos ODS, a equidade é um valor almejado, devendo existir sem condicionamentos para a promoção de iguais oportunidades aos indivíduos no contexto social, sem perder de vista a proteção do meio ambiente e do clima, aspectos que se compreendem como papel transformador das bibliotecas públicas.

Como medida para assegurar o direito fundamental à informação, a promulgação da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) representou um marco nas discussões acerca do acesso à informação como um princípio básico para o exercício da cidadania pelos sujeitos no contexto brasileiro. No âmbito da LAI, cabem aos órgãos e entidades do poder público adotar uma gestão transparente da informação, de maneira a propiciar amplo acesso e divulgação das informações de interesse coletivo ou público, tanto aquelas produzidas ou custodiadas, independentemente de requerimentos.

Considerando as perspectivas trazidas pela LAI, entende-se que as bibliotecas contribuem para a garantia do acesso à informação, tanto aquelas subordinadas aos órgãos da administração pública direta e autarquias quanto aquelas vinculadas às instituições privadas sem fins lucrativos que recebem, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou subvenções sociais ou outros instrumentos congêneres. Esse cenário evidencia uma missão adicional das bibliotecas públicas, fornecer informações, especialmente aquelas relacionadas ao planejamento e à implementação das ações das entidades públicas no contexto da Agenda 2030, resultado das conferências da ONU sobre questões climáticas, ambientais e sociais.

Em face da temática aqui proposta, considera-se importante traçar o histórico dos eventos antecedentes à Agenda 2030, especificamente a Agenda 21³ resultado da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992 – popularmente conhecida como Rio 92 ou Eco-92 – e a Declaração do Milênio, a qual elencou os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecidos após a Cúpula do Milênio da ONU em 2000⁴.

³ A Agenda 21 foi a primeira carta de intenções para promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, foi adotada pelos países membros da ONU na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ficou conhecida como Rio 92. Esse evento reuniu mais de 100 chefes de Estado na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, para discutir como garantir às gerações futuras o direito ao desenvolvimento.

⁴ A Declaração do Milênio expressou o comprometimento e uma nova parceria global entre as Nações em 2000 para reduzir a pobreza extrema, em uma série de oito objetivos – com um prazo para o seu alcance em 2015 – que se tornaram conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Essa revisão é importante, pois, assiste-se há algumas décadas a um debate mundial acerca do aquecimento global e suas consequências à sobrevivência do planeta. Esse debate lembra que a mudança de atitude em relação ao planeta e suas riquezas dependem de todos os indivíduos, independentemente de nacionalidade, de condição socioeconômica e de posições ideológicas e partidárias, no sentido de se assegurar o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade humana, a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Ao lado das questões ambientais, a discussão em torno dos ODM é uma reivindicação importante que demanda o repensar, estrategicamente, da relação entre os países ricos e pobres. Nessa agenda também está a discussão acerca do papel dos organismos internacionais que determinam o destino econômico do mundo, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial de Comércio (OMC) etc. Em âmbito local/regional, é necessária a revisão do sentido e posicionamento a respeito do financiamento de projetos pelos bancos regionais de desenvolvimento, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS), destacando que o compromisso social é um dos pilares da agenda de desenvolvimento, aspecto determinante para a sustentabilidade.

Tendo em vista os vultosos gastos anuais dos governos com armamentos e guerras, pode-se inferir que o problema não é a falta de recursos financeiros para investimentos em projetos e programas de desenvolvimento. Entende-se que resta evidente que o foco de ação precisa ser redirecionado, de modo a incluir a agenda social como premissa básica para o almejado equilíbrio e progresso. O desempenho dos ODM depende desse reposicionamento, haja vista que se forem tratados como metas mínimas para o desenvolvimento, esses objetivos são claramente alcançáveis.

Simplistas ou demasiado generalistas, aspecto que pode dificultar a implementação e a exequibilidade dos ODM, frisa-se que a responsabilidade por esse processo é de todas as nações, conforme compromisso firmado nas conferências da ONU em 2000. É importante lembrar que, diferentemente de outras convenções e tratados internacionais, não há determinações legais quanto ao cumprimento dos ODM, restando uma mobilização pública, nas esferas local, regional e nacional, para que os governos adotem esses objetivos como uma das condições para o propalado desenvolvimento.

Em relação à Eco-92, conferência antecedente aos ODM e, comparado a esses, as discussões acerca das questões ambientais – mudanças climáticas, buraco na camada de ozônio, queimadas e desmatamento, expansão do agronegócio, exploração desenfreada dos recursos naturais etc. – também enfrentaram forte resistência da comunidade internacional,

tendo em vista os interesses econômicos dos países industrializados, tanto aqueles do grupo do chamado “primeiro mundo” quanto daqueles em desenvolvimento, caso do Brasil.

A respeito das dificuldades enfrentadas nas conferências da Eco-92, apreende-se que o principal mérito dessa convenção assinada no Rio de Janeiro foi a visibilidade e a sensibilização mundial para a importância da preservação ambiental diante do progresso, por vezes balizado pelo fator econômico. Isso porque as nações ricas, em lugar de implementar mudanças profundas nas estruturas de produção, tentam minimizar os impactos que o modelo produtivo até então adotado impõe ao meio ambiente.

Repensar a relação entre as nações ricas e as nações pobres, quanto aos aspectos ambientais e sociais, especialmente, acerca das consequências dessa relação para ambas, reflete-se ser uma ação necessária, tendo em conta que o ônus da questão não recaia somente sobre a parcela da população já alijada de direitos fundamentais básicos, notadamente aquelas regiões periféricas mais sensíveis aos impactos do desenvolvimento.

Diante dos riscos e impactos ao meio ambiente discutidos na Eco-92, em virtude da ação humana indiscriminada no planeta, depreende-se como emergencial a adoção de ações no sentido da sensibilização dos sujeitos para a preservação ambiental, ao passo que cabe também a esses mesmos sujeitos cobrar dos governantes e das instituições a sua parcela de responsabilidade nesse processo. Essas e outras reflexões, entende-se que devem ser conduzidas com base em princípios éticos, com valorização da dignidade humana, com adequação dos padrões civilizatórios às possibilidades de recursos e de equilíbrio da vida no planeta terra.

Apesar dos desafios enfrentados durante os debates nas conferências para a implementação de uma agenda verde, pontua-se que houve avanços. A visibilidade da temática proporcionada pelas mídias, a formação de grupos de apoio e a organização da sociedade repercutiu na ampliação da captação de recursos e sua consequente aplicação nos objetivos ambientais discutidos na Eco-92, evidenciando a não restrição e dependência aos financiamentos dos organismos financeiros internacionais.

Avançando nas discussões das agendas ambiental e social, culminou-se na Agenda 2030. Essa Agenda é um acordo intergovernamental que funciona como um plano de desenvolvimento pós 2015, com vistas a abarcar as três dimensões do desenvolvimento sustentável – social, econômica e ambiental – propondo modelos de desenvolvimento aos países. Convém refletir que a Agenda 2030 demanda pela busca de novos valores e novas práticas, assim como provoca as nações a agirem em prol dos interesses coletivos, tendo no

conceito do desenvolvimento sustentável as bases para o planejamento e implementação das ações necessárias às mudanças para a preservação do planeta e seus recursos naturais.

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, os ODS estimulam os governos a adotarem ações em variáveis cruciais para a humanidade e para o planeta nos próximos 15 anos, pós os ODM. Os 17 ODS, com as 169 metas, descritos na Agenda 2030 demonstram a escala do novo plano de ação mundial para o equilíbrio entre as pessoas e o planeta na busca da prosperidade, desafio global da atualidade e requisito indispensável ao projeto do desenvolvimento sustentável.

Entende-se que o conceito de desenvolvimento sustentável abrange as contradições do sistema capitalista. Com base nas teorias de Karl Marx e outros autores especialistas da área, Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) dizem que o sistema de produção capitalista é resultado do desenvolvimento das áreas econômicas, políticas e ideológicas. Como sistema econômico social totalizante, o capitalismo tem como fim o lucro e o acúmulo cada vez maior de capital, instrumentaliza as relações e impõe a racionalidade do “cálculo utilitário de consequências” como a própria engrenagem do sistema de produção da existência dos indivíduos. Na era moderna, cuja estrutura política vigente é o capitalismo, vários conceitos emergem com o propósito de reafirmação do sistema social e político dominante: democracia, desenvolvimento, progresso, competitividade e, mais recentemente, desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o ideal de sustentabilidade em curso evidencia a presença de graves consequências que o sistema capitalista acarreta ao planeta, particularmente, para o equilíbrio ambiental, considerando-se o modelo de exploração dos recursos naturais vigente e os impactos sociais decorrentes da vulnerabilidade das nações mais pobres.

O movimento requerido pela Agenda 2030 em relação ao debate em torno da tríade social-econômica-ambiental, sustentáculo do desenvolvimento sustentável, aspecto pactuado por todas as nações signatárias da ONU, reforça a inevitabilidade de uma perspectiva crítico-reflexiva para além desses conceitos. Reflexão acerca do entrelaçamento socioambiental que passa despercebido nos atos de organismos internacionais e nas políticas públicas dos governos, agentes responsáveis por colocar em prática os planos de ação elaborados a partir das concepções dessa agenda nos contextos locais/regionais.

Diante do exposto, ao assumir que no âmbito dos debates em torno da Declaração do Milênio, da Agenda 21 e da Agenda 2030 o acesso à informação é um princípio que lhes é pertinente, compreende-se que essa temática enseja elementos discursivos que contribuem com as reflexões no campo de estudos da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Nesse sentido, as bibliotecas públicas, na condição de instituições que desempenham um papel

social, dado que são o elo entre a informação e os sujeitos, podem assumir um lugar e um papel ativo nos processos envolvendo essa agenda mundial. Isto é, contribuir com a materialização dos objetivos e metas do desenvolvimento sustentável, por intermédio do acesso à informação pelos sujeitos.

Em todos os processos, a informação é um bem estratégico essencial. Na perspectiva dos sujeitos, o acesso à informação está revestido dos conceitos de empoderamento, democracia e cidadania, dimensões que possibilitam uma participação ativa e construtiva nos processos das diferentes instituições e na sociedade civil organizada, em suas variadas instâncias, sejam elas políticas, sociais, culturais dentre outras.

Logo, entende-se que a biblioteca assume uma importância e tem papel de relevância no contexto social, a considerar os saberes dos bibliotecários com a gestão da informação. No âmbito da Agenda 2030, acordo de diversos países, inclusive do Brasil, essa também está revestida da importância que a informação denota, notadamente porque possibilita o fomento à apresentação de propostas no âmbito da sociedade civil, bem como estimula a participação social dos sujeitos, considerando a facilitação e transparência no acompanhamento dos avanços relacionados aos ODS. Nesse aspecto, cabe discutir a relevância das bibliotecas como influenciadoras do desenvolvimento no seu contexto de inserção.

Diante dos aspectos percorridos, ressalta-se que, no presente trabalho, não se pretende apresentar soluções e estratégias para o desenvolvimento sustentável, no que se refere às dimensões social, econômica e ambiental. Porém, apresentar o debate no âmbito das bibliotecas públicas, destacando, no seu planejamento, as políticas e ações que contribuem com as perspectivas contidas na Agenda 2030, especialmente, nos aspectos relativos ao acesso, uso e compartilhamento da informação pelos sujeitos.

Compreendendo que os impasses e os impactos que a atual conjuntura político-socioeconômica mundial acarreta ao meio ambiente e às pessoas, bem como o fato da Agenda 2030 invocar a necessidade de se planejar ações de longo prazo, a fim de possibilitar um desenvolvimento mais sustentável, depreende-se como emergente a necessidade da gestão e promoção de mudanças no planejamento dos serviços de informação das bibliotecas públicas, com a finalidade de se possibilitar e garantir aos sujeitos o acesso e uso da informação na perspectiva da sustentabilidade. Esse é um aspecto fundamental quando se fala em desenvolvimento humano.

A ponderar que os sujeitos estão envoltos e imersos num cenário de mudanças, com um certo grau de complexidade e incertezas, compreende-se que refletir e reposicionar os serviços de informação, no sentido da materialização dos ODS da Agenda 2030, contribui

com a missão/função social das bibliotecas públicas para com o seu público. As bibliotecas públicas são instituições sociais porque são locais privilegiados de acesso à cultura e à informação nas comunidades onde estão inseridas, porque disseminam a informação, a preservação do patrimônio bibliográfico e desenvolvem ações para formação de leitores. São inclusivas, pois atendem a todos os públicos – crianças, jovens, adultos e idosos, pessoas de qualquer raça, classe social, credo ou afinidade política. Posto isso, vislumbrando-se que em curto, médio e longo prazos o acesso à informação, em todas as suas nuances, é fator de mudança e transformação sociais.

Na perspectiva do exposto, destaca-se a seguir a questão de investigação que norteia este trabalho, bem como uma breve justificativa acerca da relevância em se abordar, no contexto das bibliotecas públicas, o planejamento estratégico dos serviços de informação com foco no futuro, partindo-se do período temporal – 2015 a 2030 – fixado pela Agenda 2030.

1.1 Questão de investigação

Na perspectiva de visão futura, a inovação e a promoção de mudanças incrementais devem ser uma constante, considerando-se que os contextos atual e futuro, em suas dimensões econômicas, sociais, políticas e tecnológicas, impõem mudanças significativas às organizações, aí inclusas as bibliotecas, sobremaneira as públicas, considerando a sua relevância social para as comunidades acerca do acesso à informação.

Mediante a relevância das bibliotecas públicas, objeto desse estudo, para o acesso à informação no âmbito dos aspectos compreendidos na Agenda 2030, entende-se ser importante discutir e refletir algumas questões: os modelos de bibliotecas atuais atendem às expectativas informacionais dos sujeitos, sejam elas pessoais, sociais, profissionais e acadêmico-investigativas? O acesso à informação é equitativo e igualitário em todas as unidades de informação, seja no contexto público ou privado? O planejamento dos serviços de informação prevê aspectos de curto, médio e longo prazos? O meio de atuação e a expertise dos bibliotecários à frente da gestão das bibliotecas possibilitam-lhes antever as demandas de informação e trabalhar no sentido de garantir o acesso a quem dela necessite? As perspectivas trazidas pela Agenda 2030 norteiam o planejamento bibliotecário?

Atentando-se para esses apontamentos acerca do planejamento dos serviços de informação da biblioteca pública frente ao acesso e uso da informação, apresenta-se a seguinte questão de investigação: **Como as bibliotecas públicas de Minas Gerais estão atuando diante dos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030?**

Compreende-se, na direção dessa questão de investigação, que o arcabouço de questões que perpassa o acesso, uso e compartilhamento da informação conduzem as bibliotecas nas mudanças no planejamento dos processos e serviços de informação, tendo como foco as demandas informacionais dos sujeitos.

Face aos questionamentos suscitados ante à proposição da questão de investigação, parte-se do pressuposto de que a maioria das bibliotecas públicas de Minas Gerais não contempla as expectativas dos ODS da Agenda 2030 em seus serviços de informação, aspecto que se compreende importante quando do planejamento das ações, atividades, programas e serviços de informação prestados à comunidade.

Tal pressuposto ancora-se na literatura da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação sobre as bibliotecas públicas, assim como nos achados de Paiva (2008), que dedicou atenção para as políticas do estado brasileiro para as bibliotecas públicas entre 1990 e 2006; Lins (2016), que discursou sobre as convergências e divergências da biblioteca pública no Chile, Colômbia e Brasil; Ferraz (2015, 2018): primeiro, discutindo acerca das políticas do Estado de Minas Gerais para as bibliotecas públicas; depois, abordando as vozes dos usuários do interior e da capital de Minas Gerais acerca das representações sociais da biblioteca pública; Rocha (2019), que fez uma análise das políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil.

Os autores mencionados no parágrafo anterior pontuam algumas situações desafiadoras enfrentadas pelas bibliotecas públicas em sua historicidade no contexto brasileiro: baixo índice de escolarização da população e elitismo das bibliotecas ligadas ao seu processo histórico de desenvolvimento; distanciamento desses equipamentos das comunidades mais carentes; (in)visibilidade das bibliotecas públicas enquanto instrumento de empoderamento e transformação social; mudanças de governo e desinvestimento em bibliotecas públicas; ausência de políticas públicas sólidas para esses equipamentos de informação e cultura; ausência de uma agenda pública para as bibliotecas no planejamento governamental; descontinuidade das políticas de informação e leitura ao (des)sabor dos diversos governos; persistência de uma “desarticulação” entre bibliotecas públicas, muito embora desde 1937 tenha iniciado uma sinalização com algumas ações para a sua expansão pelo país; carência de profissionais capacitados para a gestão e desenvolvimento das bibliotecas, dentre outras situações.

Apesar da presença do poder público, de modo geral, na promoção da abertura de novas bibliotecas públicas, como afirma Lins (2021, p. 239),

[...] poucas são as condições oferecidas para que elas se desenvolvam e desempenhem a sua missão”. As políticas públicas voltadas para as [bibliotecas públicas] não se limitam à construção dos prédios, aliás, construir prédios sem dotá-los do sentido e missão da biblioteca pode se tornar um problema e não uma solução para a comunidade.

Ressalta-se que essas diminutas linhas não representam a totalidade dos desafios enfrentados pelas bibliotecas públicas, mas que em linhas gerais, são diagnósticos do estado desses equipamentos de informação, educação e cultura, não se constituindo mazelas que atravancam o seu desenvolvimento. Ao contrário, de outra perspectiva de olhar, são caminhos para sua transformação ao patamar do que requer o desenvolvimento sustentável, sobremaneira acerca do acesso e uso da informação como caminho para a transformação social. Antes, porém, é preciso atribuir o sentido e a missão observados por Lins (2016, 2021), para que de fato essa transformação aconteça.

1.2 Objetivos geral e específicos

Atentando-se para a questão de investigação, propõe-se como objetivo geral “verificar como as bibliotecas públicas de Minas Gerais estão atuando diante dos ODS da Agenda 2030”.

Como objetivos específicos, propôs-se os seguintes:

- Analisar os fundamentos teóricos que circunscrevem os ODS propostos na Agenda 2030, de forma a poder contextualizá-los nas funções/missão da biblioteca pública;
- Verificar, no âmbito da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, a proposição de políticas de informação relativas aos ODS para as bibliotecas integrantes da rede;
- Identificar pontos fortes e/ou fracos à atuação das bibliotecas públicas em relação aos ODS, tendo em conta a necessidade de implementação de políticas públicas, de estratégias de gestão e de recursos para apoiar as ações para o desenvolvimento dos sujeitos;
- Averiguar quais metas dos ODS da Agenda 2030 podem nortear o planejamento dos serviços de informação ofertados à comunidade usuária das bibliotecas públicas;
- Indagar os bibliotecários das bibliotecas públicas e da coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais, as perspectivas de ação/atuação para as bibliotecas em relação aos ODS da Agenda 2030.

1.3 Justificativa

Compreendendo que as bibliotecas públicas não existem no vazio, mas sim, foram planejadas e implantadas como instrumento para servir à comunidade, cabendo-lhes a missão de proporcionar aos sujeitos o acesso à informação e ao conhecimento humano construído, bem como serem espaços públicos abertos e acolhedores das heranças culturais, tanto no âmbito local, regional e nacional. Assim, esta pesquisa justifica-se por possibilitar a apreensão das concepções que orientam a atuação das bibliotecas públicas de Minas Gerais, tendo em conta que, no horizonte dos ODS, o acesso à informação é contrapartida necessária para o progresso, tanto dos sujeitos quanto da sociedade.

Com o olhar no sentido do exposto, depreende-se que para que as bibliotecas públicas possam prosperar e assumir, no planejamento dos serviços de informação, as expectativas que a Agenda 2030 abarca, pleiteia-se aos gestores desses instrumentos de informação, conhecimento e cultura, a partir do entendimento da sua importância – instrumento por excelência social, trabalharem na expectativa de torná-los um ambiente essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente sustentável, pautada no acesso e uso profícuo da informação. Ademais, a valorização da importância das bibliotecas públicas por suas comunidades depende de uma atuação bibliotecária mais assertiva junto aos sujeitos que delas usufruem, para que esses indivíduos, além de demonstrarem empatia pelas bibliotecas, também estejam preparados para agir com e em prol delas na transformação social.

Quanto às contribuições desta investigação, espera-se que os dados produzidos possam colaborar para questões práticas, teóricas e contextuais. Relativamente à concepção prática, considera-se que a pesquisa contribui com novos olhares em termos contextuais para a atuação das bibliotecas públicas – instituições por excelência sociais, políticas, culturais, educacionais e informacionais – as quais possuem o potencial de promover transformações a partir da ação de seus profissionais, acervos, serviços, produtos e projetos. Compreende-se que ao trazer para o espaço das bibliotecas públicas as discussões sobre os ODS da Agenda 2030, os bibliotecários poderão se apropriar de conhecimentos e práticas de informação para uma gestão mais estratégica da biblioteca junto à sua comunidade.

A respeito da perspectiva teórica, tendo em vista que os ODS tencionam reflexões e novos olhares para as questões da sociedade, nas dimensões política, econômica, ambiental e social, esta pesquisa poderá contribuir com o campo de investigação da Biblioteconomia e Ciência da Informação, uma vez que em tais concepções reflexivas perpassam aspectos analíticos interdisciplinares que envolvem o entrelaçamento entre informação/conhecimento,

objetos de estudo e investigação dessas áreas de conhecimento. Ademais, a informação e o conhecimento, constructos das relações humanas em sociedade e que se manifestam em diversas materialidades e espaços, são também perspectivas discursivas e reflexivas da abordagem social da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Mais detidamente em relação ao Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento (PPGGOC)⁵, o qual se ocupa em conduzir investigações acerca da representação dos registros da informação e do conhecimento em suas diversas formas, a fim de facilitar sua gestão e uso no contexto social, institucional e individual, esta tese pode colaborar no apoio e difusão o enfoque investigativo teórico/reflexivo social da área, em cumplicidade com o seu caráter teórico/prático, quer seja a classificação, a representação e a organização do conhecimento e da informação.

Relativamente à ótica contextual, considerando que o acesso à informação é premissa básica ao desenvolvimento sustentável, bem como é uma dimensão garantida por lei, pondera-se que as contribuições deste estudo vão ao encontro do planejamento bibliotecário na identificação de reveses e novos prismas de atuação da biblioteca no cenário social. Também, como a Agenda 2030 é uma discussão “embrionárias” no ambiente das bibliotecas, espera-se possibilitar novos direcionamentos acerca da proposição dos serviços de informação, na direção das múltiplas dimensões dos ODS, aspecto que poderá ampliar o rol de ação/atuação das bibliotecas públicas.

Sob a ótica social, tendo em vista que para a construção de uma sociedade mais sustentável, justa e igualitária, é necessário que haja sujeitos mais empoderados, autônomos e participantes ativos frente aos processos sociais, esse estudo poderá colaborar com novas formas de atuação das bibliotecas, para além da habitual prestação de serviços de informação, contemplando ações transversais em áreas de importância crucial para o desenvolvimento sustentável (pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria). Almeja-se, dentro do possível, que a biblioteca pública seja também espaço de debates, com abertura para as possibilidades crítico-reflexivas acerca do contexto social, compreendendo-se as várias vertentes – política, social, cultural, educacional, ambiental e econômica – que a Agenda 2030 tenciona.

Desse modo, intenciona-se com este trabalho demonstrar que o planejamento de produtos e serviços de informação pelas bibliotecas públicas, a longo prazo, a partir dos cenários que a Agenda 2030 propõe, pode alargar as práticas e estratégias de ação desses

⁵ Curso *strictu sensu* criado em 2015 pela Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

equipamentos de informação e cultura, indo ao encontro dos sujeitos em seus contextos de ação, já que o acesso à informação é premissa básica no horizonte do desenvolvimento sustentável. Vislumbra-se, portanto, contribuir com o trabalho bibliotecário para além das atividades habituais das bibliotecas, de maneira a possibilitar a ampliação da sua comunidade usuária mediante novas parcerias e práticas de informação.

1.4 Organização da tese

Assim, esta tese está estruturada em capítulos. Nesta *Introdução*, explanou-se acerca da temática, as bibliotecas públicas e os ODS da Agenda 21, bem como trouxe a questão de investigação, os objetivos e a justificativa.

No capítulo intitulado *A Biblioteca Pública e a Evolução de sua Função na Sociedade*, abordou-se os objetivos, os papéis e funções das bibliotecas públicas, tendo em vista o cumprimento da sua missão social; o papel das redes de bibliotecas na conformação das funções da biblioteca pública; o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais, e; os desafios à atuação das bibliotecas públicas.

Em relação ao capítulo *Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*, apresentou-se a Agenda 21: Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; a Rio+20: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável; a Declaração do Milênio, agenda de debates das questões sociais; a Agenda 2030: ideais para o desenvolvimento sustentável, e; as bibliotecas públicas e implementação da agenda 2030.

No que se refere ao capítulo *Percurso Metodológico*, fez a apresentação da delimitação do tema de estudo, a classificação da pesquisa quanto à natureza, objetivos e procedimentos adotados.

Quanto à *Apresentação e Análise dos Dados*, o capítulo abrange as impressões documentais, além dos dados coletados com o questionário e as entrevistas, considerando-se que essa análise, de caráter qualitativo, foi descrita com base nos ODS propostos na Agenda 2030 e nas questões que perpassam o caráter social da biblioteca pública.

Por fim, nas *Considerações Finais* fez-se um retorno às questões abordadas ao longo da tese, salientando o papel das bibliotecas públicas no âmbito dos objetivos e metas da Agenda 2030; finalizando com as *Referências* que dão embasamento teórico às discussões apresentadas ao longo do texto do trabalho.

2 A BIBLIOTECA PÚBLICA E A EVOLUÇÃO DA SUA FUNÇÃO NA SOCIEDADE

Ao se observar a trajetória da humanidade, percebe-se que a mudança é uma constante, essência do homem que busca incessantemente novos espaços, saberes e sentimentos, que constrói e reconstrói a realidade a sua volta. Até se chegar à Sociedade da Informação, também nomeada do conhecimento ou da aprendizagem – caracterizada pela introdução massiva das TIC, sobremaneira do computador e da internet, nos fazeres humanos e sociais e que assinala transformações tecnológicas e informacionais – várias foram as transformações e mudanças.

Essa sociedade, ao passo que se transforma, cria instituições que lhes dão suporte e lhe impulsionam a avançar. Entre essas instituições está a biblioteca. Surgida há séculos, essa instituição vem acompanhando e se adaptando, na medida do possível, às transformações e dinâmicas sociais em curso, a fim de possibilitar o acesso à informação.

A Sociedade da Informação, mundo desterritorializado e sem barreiras de tempo e espaço, onde a informação, o conhecimento e a comunicação são alguns dos meios que impulsionam sua evolução contínua, denota o papel de destaque da biblioteca, (re)configurando-a em um espaço cultural de relevância, principalmente nos processos de guarda, conservação, multiplicação e divulgação da cultura e história da humanidade.

No seio dessa sociedade – da informação/conhecimento/aprendizagem – está presente o debate sobre o acesso à informação, em suas múltiplas faces e decorrências que, além de demonstrar o papel social da biblioteca pública, como salientam Bernardino e Suaiden (2011), também é premissa básica aos três pilares da sustentabilidade: desenvolvimento econômico, social e ambiental. Cunha (2003, p. 41) ressalta o papel do bibliotecário, “dentro deste contexto, estes profissionais devem estar preparados para responder às novas exigências da sociedade do conhecimento”, fundamentando o reconhecimento, cada vez maior, que a aquisição, a criação, a assimilação e a disseminação da informação e do conhecimento ocupam em todas as áreas da sociedade.

Nesse contexto, a biblioteca pública, referência de acessibilidade à informação e ao conhecimento a todos os indivíduos, tem uma característica única: procura acompanhar e se adaptar às transformações que a sociedade vivencia – ao menos tenta, mantendo, ao mesmo tempo, seu compromisso de disseminar o conhecimento, preservar a memória cultural e promover a educação contínua dos cidadãos. Ademais, os papéis e funções da biblioteca pública, na condição de “instrumento” de mediação entre a informação e os indivíduos, também carregam os questionamentos acerca do acesso e disponibilidade da informação.

Andrade e Magalhães (1979) e Mueller (1984) afirmam que o acesso à informação é questão chave nas reflexões acerca do papel e função das bibliotecas públicas, desde fins do século XIX, quando essas instituições passaram a assumir objetivos educacionais e, com mais afinco, quando avocaram objetivos de prestação de serviços ao povo em geral, mais precisamente a partir da década de 1960.

Assegura-se que no arcabouço dos objetivos da biblioteca pública, essas questões são fortemente retomadas com a aceleração do processo de globalização devido à “terceira revolução industrial – ou revolução técnico-científico-informacional –” no século XX. Essas instituições, desde seu surgimento, detêm uma importância social determinante e de relevância na inclusão dos sujeitos na cultura da sociedade, tanto no passado quanto no presente. No contexto atual, essa importância se sobressai em virtude das diversas demandas presentes na sociedade da informação – e/ou do conhecimento e da aprendizagem, período marcado pela inserção de um quantitativo sem precedentes de informações e tecnologias.

Como instituições sociais criadas para atenção ao público em geral, sem distinção, considerando as demandas emergentes em cada contexto social, as bibliotecas públicas vêm assumindo diversos papéis e funções. Araújo (2002) diz que os processos de comunicação possibilitaram o compartilhamento dos costumes, valores e comportamentos, inerentes ao processo cultural. Aspectos esses que culminaram em registros com a finalidade preservação, tendo em vista a transmissão para as gerações futuras. Tais concepções de preservação e organização culminaram com a criação das bibliotecas, as quais assumiram a função de preservação dos registros documentais. Com a aceleração da produção cultural, as bibliotecas passaram também a organizar e disseminar esses registros, funções que possibilitam um aprofundamento na conceituação da biblioteca pública.

Na mesma perspectiva reflexiva que Araújo (2002), Machado e Suaiden (2015) ao discursarem sobre as bases que possibilitaram a origem da biblioteca pública, discorrem que por longos anos essa instituição desempenhou a preservação de livros, sua função primordial. Com o prelúdio e os consequentes desdobramentos da Sociedade da Informação, a função precípua de preservação evoluiu para a disseminação da informação. Entretanto, no atual estágio da sociedade, novos suportes surgiram paralelamente aos livros, novas tecnologias de armazenamento de dados foram desenvolvidas, o que possibilitou novas formas de produção e troca de informações. Presentes em várias sociedades, em diferentes culturas e distintos estágios de desenvolvimento, esses aspectos que demarcam a forma de atuação das bibliotecas públicas, resultam em diferenças nos serviços ofertados e na forma como são oferecidos, apresentando características em comum, que podem ser assim definidas.

Contudo, entende-se ser necessário procurar respostas para algumas questões: quais são seus objetivos e suas finalidades; qual a realidade de inserção e atuação; quais públicos são atendidos; o que fazem para atender seu público; quais são os desafios que perpassam seus limites de atuação; quais seriam seus papéis e funções tendo em vista o estágio atual de desenvolvimento social; enfim, o que é a biblioteca pública.

2.1 Conceito de biblioteca pública

Antes de se iniciar essa investigação, primeiro faz-se necessário conceituar a biblioteca pública, para enfim localizar sua finalidade, objetivos e funções, aspectos sem os quais torna-se impossível colocar em funcionamento seus serviços. “É preciso perguntar o ‘que’ e o ‘para que’, antes de questionar o ‘como’, vislumbrando um objetivo antes de qualquer atividade”. (Andrade; Magalhães, 1979, p. 49).

Como colaboradora da educação em seus processos de ensino/aprendizagem, além das funções de preservação, organização e disseminação dos registros, Araújo (2002, p. 12) entende que “a biblioteca pública é a instituição que, a princípio, deve estar a serviço de todos os cidadãos, oferecendo-lhes informação e lazer a partir de um modelo estatal de prestação de serviços. Contudo, devemos procurar localizar esta instituição e sua atuação no contexto social”.

Segundo Barros (2002), as bibliotecas, em sua origem, nem sempre foram espaços de fácil acesso e democráticos, tendo em conta que até a Idade Média – período entre o sec. V, marcado pela queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e o sec. XV, com a tomada de Constantinopla pelo Império Otomano, em 1453 – eram espaços restritos aos domínios da igreja. Somente com o passar dos séculos é que se transformaram em espaços sociais, abrindo-se às demais classes sociais e revelando as riquezas acumuladas por anos nos mosteiros. Essa abertura resultou em um aumento significativo da quantidade de livros disponíveis às pessoas, obviamente aquelas letradas, tornou mais acessível o conhecimento, que antes era restrito e visto como um mistério, contribuindo para superar a falta de instrução generalizada na sociedade. Em razão da democratização do seu acesso a um número cada vez maior de pessoas, ao longo dos tempos, as bibliotecas foram demandadas a divulgar o conhecimento, assim como contribuir com a alfabetização, educação e formação do povo. Portanto, é no século XIX que surgiram na Europa e nos Estados Unidos as primeiras bibliotecas públicas, sob os auspícios dos governos, a fim de suprir as demandas latentes por cultura e educação do povo. Cumpria, ainda, a mudança de concepção da biblioteca voltada

ao armazenamento do acervo, em favor de uma mentalidade bibliotecária, a qual valorizava as bibliotecas públicas como espaço fundamental para a transformação social.

O conceito de biblioteca pública, como se conhece hoje, deu-se com base na confluência de três fatores: humanismo renascentista, invenção da imprensa e a reforma protestante, conforme pontua Araújo (2002). Com a imprensa, foi possível a reprodução em larga escala da produção intelectual; o humanismo renascentista, ao passo que representou a transição da cultura religiosa medieval para uma cultura de valorização do ser humano; a reforma protestante reivindicou uma educação para todos, oportunizando a alfabetização de um grande contingente de indivíduos nos países onde teve lugar.

Da sua origem à atualidade, o conceito de biblioteca pública passou pela contestação ao modelo das bibliotecas medievais, restrita aos padres e monges. Ou seja, “da origem do conceito de biblioteca pública – biblioteca para o uso de todos os cidadãos – para uma prática deste conceito muito tempo se passou” (Araújo, 2002, p. 15). As bibliotecas dos séculos XV e XVI tinham como propósito a preservação em detrimento do uso, aspecto que reforçou o entendimento dessa instituição como o templo do saber, lugar de silêncio, meditação e sagrado. O Renascimento e o Iluminismo tiveram papel importante nesse processo, pois é nesse período que aflora o conceito moderno de público atribuído às atuais bibliotecas públicas, tendo em vista que “[...] os ideais de liberdade, igualdade, e fraternidade e o desejo de substituir os valores medievais, a sociedade passa a questionar antigas instituições e clamar por mudanças”. (Machado; Suaiden, 2015, p. 26).

Importa ressaltar que até esta época na Europa, na visão de Araújo (2002), as bibliotecas eram mantidas por mecenas (alguns nobres e burgueses), instituições religiosas e educacionais. Foi com base no contexto social da revolução industrial e da revolução liberal que as ações para construção e manutenção das bibliotecas públicas foram traçadas no continente europeu e americano e, juntamente com as escolas, desenvolveram-se tencionando a alfabetização.

No contexto brasileiro, Araújo (2002) aponta que a chave para o entendimento de como se deu a instalação das bibliotecas públicas está na criação das primeiras bibliotecas no país, as quais eram mantidas pelos seminários jesuítas, alguns escritores, padres e grandes proprietários rurais. Como exemplo, cita-se a biblioteca pública da cidade de São Salvador de Todos os Santos, em 1811, marco na historicidade das bibliotecas públicas brasileiras, que visou romper com a falta de livros e notícias do estado das artes e ciências da Europa. A motivação para a construção da biblioteca pública brasileira advém do objetivo liberal de uma educação para todos, base para o surgimento da biblioteca para todos. Entre esse desejo e a

prática desenvolvida por essa instituição havia um enorme descompasso, considerando que era inacessível a grande maioria populacional. Como é sabido, ela não atendia às necessidades e interesses da população, composta em sua maioria por pessoas escravizadas analfabetas, em detrimento dos parques letrados com formação educacional europeia. Do passado colonial até a velha república (1889 a 1930), os governos não investiram na construção de bibliotecas públicas, reflexo, por sinal, da falta de investimentos em estruturas de educação e cultura, o que resultou na ausência de leitores e justificava o não esforço para o aumento dessas entidades. Esse contexto é fruto da ausência de políticas educacionais para a erradicação do analfabetismo, como também fruto de uma política liberal do Estado brasileiro, identificado com a necessidade de ordenação de poder nacional e a dominação das elites oligárquicas à época. Esse quadro começa a ser alterado com a promulgação do Decreto-lei n. 93/1937, que cria o Instituto Nacional do Livro (INL).

Com base na literatura da área da Biblioteconomia/Ciência da Informação, Machado e Suaiden (2015, p. 25) discursam que

ao se voltar à literatura da área, por meio dos estudos de abordagens históricas sobre o livro, leitura, bibliotecas públicas e das políticas voltadas a estas, observa-se que os serviços e atividades oferecidos por essas bibliotecas são comuns a diversas situações e regiões e, dessa maneira, representam um modelo brasileiro de biblioteca pública. [...] os conceitos e definições propostos possuem uma homogeneidade, possuindo algumas diferenciações quanto ao foco dado na análise dessas, ou à perspectiva analítica utilizada. Nesse sentido, as definições tomam sentido complementares, mas nunca antagônicos. Os principais componentes que caracterizam a biblioteca pública como tal são: o financiamento, gestão e financiamento público; indistinação do público usuário; e o fornecimento de serviços voltados às necessidades informacionais das comunidades as quais atendem.

Conforme a definição proposta no *Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022*⁶ pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas – IFLA e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2022, não paginado),

a biblioteca pública é o centro local de informação, disponibilizando todo tipo de conhecimento e informação aos seus usuários. Ela é um componente essencial das sociedades do conhecimento, adaptando-se continuamente a novos meios de comunicação para cumprir sua função de fornecer acesso universal a informações e permitir que todas as pessoas possam fazer uso significativo da informação. Ela fornece um espaço de acesso público para a produção de conhecimento,

⁶ Título anterior *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994*, documento traduzido pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB). Atualização em 2022 no 87º *World Library and Information Congress* como título “IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022”.

compartilhamento e troca de informações e cultura, como também a promoção do engajamento cívico. As bibliotecas são geradoras de comunidades, buscando proativamente novos públicos e utilizando uma escuta eficaz para apoiar o desenvolvimento de serviços que atendam às necessidades locais e contribuam para a melhoria da qualidade de vida.

No *Manifesto*, a IFLA e UNESCO conclamam os governos nacionais e locais a apoiarem e desenvolverem as bibliotecas públicas, considerando que por princípio, os serviços da biblioteca pública são gratuitos, portanto, esta instituição é de responsabilidade das autoridades locais e nacionais. Sobre essa questão, Machado e Suaiden (2015) observam que como instituição mantida e financiada pelo Estado e de acesso para todos, certos aspectos das definições correspondem à situação real das bibliotecas públicas. Mesmo com estruturas precárias, as bibliotecas públicas têm garantido um mínimo de acessibilidade à população, ainda que sua manutenção, recursos financeiros e humanos sejam oferecidos de forma insuficiente pelos governos e prefeituras.

Acerca do exposto, Greenhalgh e Alvares (2022) defendem que só essa condição, ser mantidas pelos governos, não definem as bibliotecas públicas, pois outras tipologias de bibliotecas – universitárias, especializadas, dentre outras que atendem públicos específicos – também o são. Existem distintas especificidades que as caracterizam, como serem forças vivas para a educação, cultura, inclusão e democratização da informação e, por atenderem um público usuário tão variado, o que também as tornam um espaço para socialização.

Ainda Greenhalgh e Alvares (2022) defendem que a biblioteca pública desempenha quatro funções: educativa, informativa, cultural e recreativa, entendendo que essas funções não são mutuamente exclusivas e nem é possível desvincular uma da outra na atuação das bibliotecas. Também, essas funções esclarecem os tipos de conteúdo e de interações que essas instituições têm com seu público.

i- *Função educativa* – auxiliar o processo de aprendizagem da leitura por intermédio do desenvolvimento do hábito de leitura para o público infantil; abertura de espaços para todo tipo de aprendizado aos jovens e adultos, mediante uma estrutura física e tecnológica adequadas, de acordo com suas necessidades informacionais; oferta de cursos complementares para a educação permanente, tendo em vista a aquisição de novas habilidades nas diferentes etapas da vida; disponibilização de materiais de apoio, voltados para a educação formal e informal; apoio ao ensino a distância, mediante disponibilização de espaço e acesso a materiais para atendimento aos estudantes. Tem-se que lembrar, conforme ponderam as autoras, que a função educativa se torna um desafio aos

bibliotecários devido à falta de preparo pedagógico para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem dos usuários;

- ii- *Função cultural* – a captação, preservação e divulgação dos bens culturais da comunidade, em suas diferentes formas de manifestação cultural; preservação da memória, ou seja, salvaguarda e disseminação da documentação representativa dos valores culturais que expressam as raízes e a identidade de diferentes povos da localidade ou região onde está inserida; por ser a tradição oral um método de comunicação importante, ser suporte e oferecer espaço para divulgação, registro e preservação de todo tipo de manifestação cultural da comunidade, inclusive disponibilizar materiais nas línguas faladas e lidas na comunidade;
- iii- *Função recreativa* – considerando que a função recreativa da biblioteca pública ainda não é bem reconhecida ou aproveitada, há que se trabalhar em duas frentes: tanto com a seleção de livros, quanto com o atendimento ao usuário, pois o entretenimento por meio da leitura e outras atividades, a leitura recreativa, atende a uma necessidade social; fomento à leitura com crianças e jovens sobretudo, mediante um trabalho integrado com a família e a escola; facilitação do acesso às obras da imaginação e do saber, contribuição importante à educação pessoal e uma atividade relevante para o lazer;
- iv- *Função informativa* – provimento de informações confiáveis, de maneira rápida e eficiente em três áreas: apoio à educação formal, uma função educativa; serviço de informação à comunidade, ou seja, proporcionar informações utilitárias e pontuais, atuando como centro referencial no auxílio à busca de soluções para os problemas da vida cotidiana e; serviço de informação para a indústria, ou seja, auxiliar as empresas de pequeno e médio porte que não possuem seus próprios centros de informação. Função essa questionável, segundo as autoras, considerando que as bibliotecas públicas brasileiras não dispõem de recursos para investir em acervo e serviço a esse segmento.

Menegale (2022, p. 9-10), ao refletir a finalidade da biblioteca popular em Belo Horizonte no ano de 1932, faz as seguintes indagações: “a que fim tende a Biblioteca Pública de Belo Horizonte? Para atingi-lo, que condições cumpre observar? Como se fundamenta a necessidade da sua existência, e, pois, de assistência a ela? Qual a natureza e extensão dos serviços que deve ser capaz de prestar?”. Nesse sentido, postula ser inadmissível considerar a biblioteca popular um luxo cultural, ocupante de uma posição inferior à das realizações imediatas.

Nos planos educacionais, a que se queira, de verdade, imprimir eficiência e extensividade, é necessário articular a atividade bibliotecária, uma vez que, se o ciclo letivo dá o tônus mental, só a cultura permanente o assegura; ora, as condições de vida frequentemente interrompem, com a saída da escola primária, o trabalho cultural, já porque o indivíduo não se transfira a grau superior de instrução, já porque não disponha de recursos para aquisição de livros.

Posto isso, “as bibliotecas populares, não órgão petrificado e estático, mas de propulsão e de circulação de ideias e conhecimentos, são o instrumento adequado, e talvez único, a alargar a média intelectual dos cidadãos e criar uma cidadania instruída e capaz”. Cabe-lhe, pois, o papel de “[...] concorrendo a dignificar o elemento humano e a disciplinar, esclarecer e espiritualizar a massa social, resultam praticamente num efetivo econômico”. (Menegale, 2022, p. 11). Compreende-se, a partir da visão desse autor acerca da biblioteca pública, além do papel social, uma responsabilidade política no seio social, que demanda por

[...] cidadãos inteligentes, de consciência clarificada, a fim de atender à crescente complexidade dos problemas da vida política, dos serviços públicos, do mecanismo municipal, com a certeza de que o êxito dos regimes, tanto quanto o das administrações, depende, em alto grau, da cooperação popular, da aceitação da opinião pública, da sua disposição a prestigiar as iniciativas de origem governamental. (Menegale, 2022, p. 11).

Para mais, Menegale (2022) pronuncia que cumpre à biblioteca outras finalidades:

- i- *Destinação profissional*: é impossível contar somente com a escola para a destinação profissional do indivíduo. A educação, em sua abrangência, na sociedade moderna, objetiva aperfeiçoar a produção humana, com a difusão de métodos novos, descobertas e experiências, mas também com o cultivo e acréscimo de qualidades naturais da criança, tendentes a cada especialidade. Porém, com a tecnização profissional em curso, a vocação, avivada somente depois de manifestadas as necessidades eventuais, pode falhar, principalmente se não especializar a sua cultura, socorrendo-se à leitura. A biblioteca atua oferecendo a informação seriada sobre cada ramo, desde a tecnologia geral até os ofícios menores, desdobrando aos olhos do leitor as perspectivas da ciência moderna, como também indicando particularidades “miúdas”;
- ii- *Diferenciação social*: a biblioteca popular tem uma função, que é tempo já de assinalar, a de diferenciação de grupos sociais. A cultura, específica das diversas classes de indivíduos que a ela acorrem, determina a cada uma a especialização do seu produto social. Com essa compreensão, deve-se aparelhar o estabelecimento das obras que correspondam aos interesses circunstanciais, ou seja, os da classe ou classes predominantes, os da circunscrição, os da região e os do país. A diferenciação, em cada grupo, incide sobre o

indivíduo, graças à educação bibliotecária, possibilitando-lhes extremar as suas aptidões e ocupar uma posição de vanguarda;

iii- Educação extraescolar e pós-escolar: é preciso transpor os muros da escola, para não perder com a vida o contato, que a obra escolar, por mais aprimorada, não supre. A escola ensina, mas a biblioteca incentiva a vontade de aprender, uma vez que proporciona a leitura continuada e estimulante. Cabe-lhe, dessa forma, preencher as deficiências ocorrentes da educação escolar. Além disso, a biblioteca é um instrumento de autoeducação intelectual, pois, exercendo relevante função social, através da leitura organizada afigura o espírito e orienta-o.

Acerca das reflexões trazidas por Menegale (2022), sobre a biblioteca reforçar, ampliar e continuar o legado da escola, o SNBP (2023), cita um estudo do Prolivro⁷, que demonstra que, apesar da boa percepção popular acerca da biblioteca pública no Brasil – lugar para pesquisar ou estudar, lugar para emprestar livros, embora essa percepção vem decaindo desde 2015 – 68% da população não usam as bibliotecas. Ainda, a faixa etária de 14 a 24 anos é a que mais perdeu leitores e representa mais de 11% da população do país, fato que coincide com o término da educação escolar obrigatória pelos jovens – 17 anos – e interrompimento do uso da biblioteca da escola. É nesse momento que a biblioteca pública tem a possibilidade de assumir essa lacuna e oferecer recursos e serviços para garantir que esses jovens possam manter e melhorar seus hábitos de leitura. Aí reside a importância da estratégia para a promoção do hábito de leitura que, “dependendo de como os recursos, serviços e atividades voltadas para a promoção dos hábitos de leitura são planejados, seu impacto sobre o indivíduo será maior ou menor”. (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2023, p. 31).

No entendimento do que é a biblioteca pública, Castrillón (2011) pontua que deve ser um espaço de acesso à informação, ao conhecimento e às manifestações culturais e artísticas a toda a população. Para que se assuma como espaço dedicado a essa finalidade, a biblioteca pública deve ser construída a partir dos projetos da comunidade a qual estará a serviço, de acordo com seus propósitos. Como mecanismo de acesso à cultura letrada, deve primar pela democratização, aspecto que implica dizer que deve ser/estar acessível a todos os sujeitos da comunidade, não exclusiva aquela parcela escolarizada. Assim, numa democracia participativa, cabe à biblioteca pública se comprometer com objetivos sociais, políticos e culturais, a partir dos quais formula seu plano de trabalho e sua programação de atividades.

⁷ Pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, do Instituto Prolivro, edição divulgada em 2020 com os dados de 2019.

De mais a mais, para que a biblioteca pública possa ir além da visão comum de apoio escolar, recreação e acesso à informação para quem a demanda, primeiro deve se posicionar contra a exclusão social, isto é, ser espaço de encontro; de debate de temáticas da relação maiorias/minorias; espaço onde a diversidade encontra respostas aos seus problemas e interesses e portas para novas perspectivas. Igualmente, oferecer acesso universal e real à informação para a construção de conhecimento e, nesse aspecto, fomentar o gosto e o interesse pela leitura, não apenas como diversão ou passatempo, mas além, que permita o “pensar pensante”⁸ como projeto de vida; ser espaço de fomento ao debate, crítica, reflexão e questionamento de conteúdos relacionados aos cidadãos e, sem pressões, contribuir para a consciência cidadã e a formação para a autonomia, no sentido da transformação social, especialmente no mundo globalizado, que apresenta questões que afetam a comunidade.

Face aos aspectos apresentados e sem pretender que a biblioteca pública seja tudo para todos, tendo em conta as limitações que lhe é imposta, nesta tese, conceitualmente, defende-se como biblioteca pública aquele espaço pensado, planejado e mantido pela administração direta – União, Estados, Municípios e o Distrito Federal – para atenção e suporte aos anseios de informação da comunidade – sejam essas informações cotidianas, artísticas, culturais, educacionais, recreativas, de saúde e bem-estar, oficiais e legais, científicas etc. – sem distinções de toda natureza e com acervo adequado e acessível a todos que dela precisarem.

Considera-se que, como instituição social, política, cultural, educacional, informacional, a biblioteca pública tem a potência de transformação do sujeito e do seu meio, a partir da ação de seus profissionais – bibliotecários/as, acervos, serviços, produtos e projetos.

Essa potência está inscrita no valor da biblioteca pública para a sociedade. Relativamente a esse valor, o SNBP (2023) menciona um estudo trabalho realizado na Rede de Bibliotecas Municipais em Barcelona, em 2014, que identificou 15 benefícios sociais que a biblioteca pública oferece aos indivíduos e às comunidades. Esses benefícios estão distribuídos em quatro eixos de impacto: *i*- eixo cultural; *ii*- eixo social; *iii*- eixo econômico; *iv*- eixo educativo e informativo.

Com base nesse estudo, o SNBP, com o apoio dos coordenadores das bibliotecas públicas de 14 estados brasileiros adaptaram e validaram esses eixos e seus benefícios à realidade bibliotecária brasileira. Para cada benefício social apontado, foram definidos os aspectos conceituais, a identificação das ações e ferramentas adotadas pelas bibliotecas ou que

⁸ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

poderiam servir ao planejamento das ações e serviços a serem desenvolvidos, bem como as boas práticas que são realizadas nas diferentes bibliotecas brasileiras e o valor que elas agregam. Na FIGURA 1 são demonstrados, a partir dos quatro eixos, os benefícios das bibliotecas públicas aos sujeitos e à comunidade.

Figura 1 - Benefícios da biblioteca pública aos sujeitos e à comunidade

MATRIZ DE BENEFÍCIOS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE		
	Perspectiva para o indivíduo	Perspectiva para a comunidade
EIXO CULTURAL	1. Promoção do hábito e da competência leitora 2. Acesso universal ao conhecimento e à leitura	3. Preservação e difusão da memória local 4. Progresso cultural e artístico local
EIXO SOCIAL	5. Inclusão social 6. Inclusão de pessoas com necessidades especiais 7. Inclusão da diversidade cultural	8. Coesão social 9. Capital social 10. Revitalização do espaço público
EIXO ECONÔMICO	11. Fomento da inclusão laboral	12. Fomento do desenvolvimento econômico local
EIXO EDUCATIVO/INFORMATIVO	13. Alfabetização Informacional 14. Inclusão digital	15. Sociedade mais e melhor informada

Fonte: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2023).

As bibliotecas públicas agregam grande valor às comunidades com as quais trabalham, valor esse muitas vezes definido atribuído aos materiais e serviços que fornecem às comunidades. Na era digital, seu papel e seu valor têm sido reforçados pelo surgimento de serviços relacionados à TI, em contraste com o acesso à informação impressa, no passado. Para além da cultura, seus serviços de informação são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida, para a promoção da coesão social e o desenvolvimento sustentável de um país.

Como bem frisa Barros (2002), discutir o papel social das bibliotecas públicas, a partir desses panoramas, revela-se sobremaneira importante, haja vista que o desempenho de suas

funções, sejam elas educativa, cultural e informacional etc., contribui com a formação dos cidadãos e a construção da cidadania, assim como inscreve o seu valor social na sociedade.

2.2 Os papéis e funções das bibliotecas públicas em sua existência social

Ao longo de sua existência, às bibliotecas públicas foram atribuídas diversas funções e papéis para com sua comunidade. Ferraz (2014) menciona que os papéis conferidos às bibliotecas públicas são referentes à democratização do acesso à informação a qualquer pessoa, independente de condição social, gênero, orientação sexual ou religião. Todavia, conforme salienta essa autora, nem sempre essas instituições estiveram à disposição das comunidades, como se vê atualmente, pois até a Renascença as bibliotecas foram erigidas nos interiores das construções religiosas e eram acessíveis apenas aos monges e sacerdotes e se apresentavam imbuídas de uma aura de mistério.

Como instrumento público a serviço da comunidade, a biblioteca pública emergiu “no século XIX, com a consolidação dos ideais democráticos, com o desenvolvimento industrial e o crescimento da urbanização [...] com questionamentos que permanecem até hoje: sua função social, seus objetivos e seu financiamento”. (Paiva; Andrade, 2014, p. 97). No entanto, a sua evolução, a conformação de suas funções e papéis acompanharam as transformações sociais, abarcando as diferentes tecnologias que passaram a dar suporte à informação, cada vez mais presentes desde o final do século XX.

Tradicionalmente, funções e papéis da biblioteca pública estiveram atrelados às questões educativas, informacionais, culturais e recreativas, como frisam Andrade e Magalhães (1979). Nesse sentido, essas autoras destacam:

- i- *Da perspectiva educacional* – formal e informal – o grau de alfabetização influencia sobremaneira no uso da biblioteca. Como a maioria das atividades da biblioteca exige certa habilidade de leitura, uma questão que recai sobre as bibliotecas públicas é relativa ao que tem sido feito em relação aos sujeitos que apresentam dificuldades de leitura e os analfabetos. O desconhecimento da dimensão do problema e o que pode ser feito em favor dessas pessoas – adequação de materiais, cooperação com institucional, promoção de serviços de extensão dentro e fora da biblioteca etc. – passam despercebidos, tendo em vista que a ação educativa formal e informal se confunde com as atividades informativas e culturais.
- ii- *Da ótica informacional*, considerando o provimento de informações confiáveis, rápidas e eficiente, essa função é exercida em apoio à educação formal demandada por estudantes e

às necessidades de informação da comunidade para resolução de problemas cotidianos e para o lazer.

iii- *Do ponto de vista cultural*, entre as várias faces, uma delas é a captação, preservação e divulgação dos bens culturais da comunidade. A fim dessa atividade, a biblioteca pode vir a ser um centro a vida cultural da comunidade, proporcionando-lhe múltiplas experiências. Contudo, à biblioteca pública corresponde a definição de limites, a fim de que suas funções não substituam as funções inerentes aos museus, arquivos, teatros, galerias de arte entre outras instituições.

iv- *Pelo prisma recreativo*, essa é a função da biblioteca que mais perde espaço para outros meios de comunicação, visto que se julga mais importante fortalecer o aspecto informacional que o lazer. Mesmo que a leitura como lazer seja uma das formas menos utilizada, sua oferta atende uma demanda social importante, a manutenção do equilíbrio psíquico do indivíduo em meio às pressões da vida moderna. Quando os indivíduos encontram disponibilidade de obras de gêneros e estilos literários diversos, oportuniza-se a leitura descompromissada e proporciona a evasão e compensação necessárias nos níveis da imaginação, ficção, criatividade e prazer estético. Situação que também contribui com a formação do hábito e gosto pela leitura, assim como desempenha um papel complementar às funções da família e escola.

Em uma revisão de literatura acerca da função da biblioteca pública na sociedade, entre 1888 e 1975, com base em diversos autores, sobretudo ingleses e americanos, lideranças no desenvolvimento da Biblioteconomia moderna e influenciadores da área no contexto nacional, Mueller (1984) destaca que as funções básicas – coleta, organização, preservação e disseminação – não mudaram ao longo dos tempos, mas sim o seu desempenho e os objetivos dos serviços. O direito universal à educação e informação e o dever do Estado na garantia desses direitos são aspectos norteadores na perspectiva ótica desses autores, os quais vislumbram a biblioteca pública como um bem social.

De forma a ilustrar o exposto, no QUADRO 1 estão elencados os diferentes papéis atribuídos à biblioteca pública pelos autores analisados por Mueller (1984) e Machado e Suaiden (2015) em suas revisões de literatura acerca da temática.

Quadro 1 - Visões acerca dos papéis da biblioteca pública

(continua)

AUTORES	IDEAIS ACERCA DAS FUNÇÕES E PAPÉIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA
Fins do séc. XIX – Stanley Jevons, Inglaterra	Visão utilitarista – a biblioteca pública, instrumento de “autoajuda” e “bom investimento social”, devido ao baixo custo de investimento, para acesso do povo à boa literatura e entretenimento para manter o homem entretido e fora das prisões, tribunais e asilos, contribuindo com o processo civilizatório iniciado na escola primária.
1876 – Melvin Dewey, América colonial	A educação como base da democracia - Biblioteca como meio de educação do povo. A educação vista como solução dos problemas sociais e a biblioteca como meio para promover a educação, por intermédio da acessibilidade de todos os recursos da nação. Papel do Estado oferecer oportunidade de educação permanente a todos, por meio da biblioteca.
1906 – John Cotton Dana, EUA	Força cultural de incentivo e estímulo da comunidade na transformação do velho em novo, em tolerável, em questionável, tornar todas as coisas maravilhosas. Divulgação da biblioteca em jornais locais, participação em acontecimentos culturais, notas sobre livros e artigos de interesse dos leitores. Papel da biblioteca oferecer à comunidade a importância dos livros para a vida, satisfação dos interesses e a promoção da educação.
1909 – Samuel Walter Fosse, EUA	Função do bibliotecário tornar a biblioteca mais popular, mais conhecida, mais usada e mais aceita pelas pessoas – homens, mulheres e crianças, de forma a ser um lugar de direito da comunidade. Nesse sentido, mediante a circulação dos livros, haveria melhoria no desempenho e, assim, garantir mais verbas.
1915 – Herbert Putnam, EUA	Manutenção dos padrões morais e intelectuais da época, mediante um processo gradual e progressivo de contato com os livros. O bibliotecário como mediador entre os livros e o leitor, de maneira a influenciar o “bom gosto” das pessoas
1907 – Arthur Elmore Bostwick, EUA	O livro – ser humano, feito de alma, corpo e roupas deve ser amado e transmissor de ideias.
1927 – Ernest Cushing Richardson	O maior bem da Biblioteconomia é o conhecimento. Busca de uma filosofia de Biblioteconomia com base no saber e no conhecimento dos livros.
1920 – Pierce Butler, EUA	A Biblioteconomia vista como ciência social, as bibliotecas como agência social e os livros como memória social coletiva. Na busca de objetividade de ação, a partir da conscientização de propósito, o papel do bibliotecário é de orientar o indivíduo no alcance dos seus objetivos, desde que não sejam antissociais.
1934 – J. Periam Danton, EUA	Na filosofia de Biblioteconomia, é importante a relação entre a biblioteca e a sociedade: as metas e objetivos da Biblioteconomia devem ser derivados dos ideais da sociedade, princípio fundamental é a sua responsabilidade social.
1937 – Lowell Martin, EUA	Satisfação das necessidades vitais da sociedade. A biblioteca contribui ao mesmo tempo com a socialização e individualização do indivíduo mediante a transmissão da cultura do grupo social e da promoção da vida intelectual.
1963 – S. R. Ranganathan	As regras da administração e organização bibliotecária derivam de: i- uso dos livros; ii- a cada leitor o seu livro; iii- a cada livro o seu leitor; iv- poupar o tempo do leitor; v- biblioteca como organismo em expansão.
1935 – Ortega y Gasset, Espanha	O papel da biblioteca é determinado pelo uso da informação e pela importância desta na vida das pessoas. A evolução da sociedade – hábitos, valores morais, avanços tecnológicos etc. – muda as expectativas em relação à biblioteca e bibliotecários. A função do bibliotecário começa com a necessidade social a que a profissão serve, sendo variável, migratória e em evolução. Seu papel acompanha de perto o papel social desempenhado pelo livro: instrumento para preservar e transmitir ideias acumuladas. Em sua missão, está o papel de guiar o leitor pela infinidade de livros.
1949 – A. Broadfield, Inglaterra	A biblioteca deve dedicar esforços e recursos para assistir o indivíduo em suas necessidades, sem limitações aos seus desejos e interesses, sem consideração de grupo ou sociedade a que pertence. A razão de haver livros e bibliotecas é devido à liberdade de pensamento, não a educação de cidadãos ou bem social. A filosofia de Biblioteconomia é construída com base no serviço de biblioteca para o homem, daí a obrigação da sociedade para com a biblioteca que serve ao homem. A justificativa da biblioteca é o serviço ao indivíduo, isolado de seu grupo.

(continuação)

AUTORES	IDEAIS ACERCA DAS FUNÇÕES E PAPÉIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA
1950 – Raymond Irwing	Na sociedade democrática, o objetivo e meta da biblioteca, de forma a privilegiá-la da tirania do Estado, é encorajar o indivíduo a aprender, a viver criativamente, a refletir livremente com base em seu raciocínio e suas opiniões em fatos observados, sem pressões. As bibliotecas devem ser instituições independentes, livres de pressões, seja política ou religiosa. Seu serviço não deve ser administrado diretamente pelo Estado.
1955 – Egan Margaret	Biblioteca é uma instituição social em evolução, influenciada pela estrutura social, refletindo e contribuindo para o desenvolvimento social. A biblioteca é uma agência da sociedade que lida com a organização do conhecimento, a difusão dos produtos culturais e a administração do fluxo de conhecimento registrado. Cabe aos bibliotecários a administração do fluxo de informações.
1957 – B. Landheer	Função social da biblioteca como o papel de um dado fenômeno em relação ao grupo social com o qual se relaciona. Leitura – de salvação, de cultura, aquisitiva e compensatória – é a razão <i>sine qua non</i> do leitor. A função da biblioteca não é o saber, mas desenvolver a personalidade humana, pois a singularidade humana fornece o motivo para ler e escrever.
1960 – C. P. Snow	Ao bibliotecário cabe o papel de agente de integração de conhecimento.
1962 – R. Harris, Inglaterra	De instrumento utilitário para a difusão de luz e saber no industrialismo do séc. XIX, a biblioteca tem se tornado máquina de diversão na segunda metade do séc. XX. A ausência de clareza e definição de papéis e funções da biblioteca, ampla e abrangente, reside na incapacidade de resistência às mudanças superficiais. Visualiza-se mudanças na biblioteca para incluir novas funções de caráter comunitário, ligadas à necessidade de informação em atividades específicas.
1962 – J. D. Foskett, Inglaterra	Necessidade de uma definição profissional para a Biblioteconomia ou filosofia da profissão, aspecto básico a qualquer visão sistemática da vida e, em particular à visão profissional. Enfatizou as perspectivas de Raymond Smith acerca da função da biblioteca, a implementação da política da entidade a qual a biblioteca pertence, por meio de livros e outros materiais. A biblioteca é parte do todo social maior e a leitura faz-se por meio de algum objetivo.
1964 – Joseph Nitecki, EUA	Três grupos de interesses exercendo pressão sobre a biblioteca americana: serviços, educação e mediação. A resposta a esses grupos de pressão é a base para uma teoria de Biblioteconomia, enquanto em termos pragmáticos, implica-se numa participação ativa nas ações da sociedade, respondendo-lhe e impondo-lhe novo conjunto de pressões.
1966 – Guy A. Marco	O conhecimento adquirido por alguém tem significado social quando injetado de volta na corrente vital da vida da sociedade.
1968 – Fay Blake, EUA	Necessidade de interpretação mais realista das necessidades de informação da sociedade e rompimento com métodos tradicionais. Necessidade dos bibliotecários serem provedores de informação, sem receio da responsabilidade de exatidão da informação.
1970 – Ronald Renge, Inglaterra	A biblioteca está profundamente envolvida com a estrutura cultural de seu ambiente. O bibliotecário é parte do aparato cultural de seu ambiente, um elemento no mundo da comunicação. Mudanças nesse contexto são determinantes do tipo de responsabilidades atribuídas ao bibliotecário em relação à sociedade. O desafio da biblioteca é assegurar que informações relevantes alcancem usuários na hora certa. Para tanto, o fator chave é uma relação pessoal. A função educacional é importante, sendo necessário o movimento bibliotecário relacionado ao movimento educacional.
1972 – Paul Wasserman	Era de mudanças radicais, mas as bibliotecas não se adaptam com a rapidez necessária. Incapacidade das lideranças na identificação de novos objetivos, ou seja, a necessidade de reformulação de metas e estratégias viáveis como alternativas às clássicas, de forma que programas e serviços se relacionem com a realidade e necessidade da época.

(continuação)

AUTORES	IDEAIS ACERCA DAS FUNÇÕES E PAPÉIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA
1972 – Mary Lee Bundy, EUA	Inadequação das bibliotecas americanas para servir a áreas de gueto. Rigidez e conservadorismo, racismo social estrutural em relação aos serviços de informação aos pobres. As bibliotecas quase nada fazem para atrair os carentes. A razão para a utilidade das bibliotecas estaria no aprimoramento das condições sociais através da informação. A informação por si só não traz mudança, mas aliada ao conhecimento de formas positivas de ação poderiam ser fornecidas. Ligação de indivíduos aos grupos de promoção de mudanças maiores torna-se o serviço de informação mais importante. Ajudar a formar grupos onde não existe, auxiliar no esforço para organizar ação coletiva, prestar apoio informacional a organizações baseadas na comunidade são serviços de informação importantes.
1972 – Jesse H. Shera	Função fundamental é a preservação da herança cultural da humanidade e transmissão do conteúdo intelectual cultural, cabendo ao bibliotecário a maximização no uso dos recursos coletados em benefício da sociedade. A epistemologia preocupa-se com o fluxo da produção, integração e consumo das ideias comunicadas, na explicação como a sociedade absorve o conhecimento. O objetivo da Biblioteconomia é elevar a utilidade social dos registros gráficos humanos a um ponto máximo. Como instituições ou agências sociais, os papéis da biblioteca são determinados pela sociedade, como no passado e no futuro. A função educacional, vista como importante, não será a mesma da escola, uma educação em massa para uniformidade de pensamento; mas uma força unificadora não homogeneizadora na sociedade. Na consecução do seu papel na sociedade, a biblioteca não deve apenas preservar e tornar disponível, mas ativamente estimular o uso de livros. Para sobreviver, a biblioteca não deve assumir responsabilidade de outras profissões – educação, assistência social, liderança de grupos etc. – mas voltar-se para seus objetivos reais com os recursos e meios disponíveis.
1974 – Athur Curley, EUA	Responsabilidade social da biblioteca: serviços aos carentes, recrutamento das minorias, posicionamento social e político, cooperação com outras agências, reordenação de prioridades, defesa da liberdade intelectual e dos seus participantes, reestruturação das bibliotecas pouco usadas, rejeição de limitações ao acesso a bibliotecas.
1977 – Derek Williams, Inglaterra	Consciência crescente da necessidade mudanças, pois para os bibliotecários as bibliotecas não merecem ser mantidas e melhoradas de acordo com suas próprias definições, como sistemas que se justificam a si próprios.
1978 – Antônio Miranda	As definições clássicas resultam abrangentes demais, um tanto pretensiosas quando confrontadas com a atmosfera pobre, tímida, subdesenvolvida, adormecem como depósitos perdidos e mal aparelhadas, devotando-se à missão supletiva das bibliotecas escolares, realidade que até à época pouco mudara. São sete os principais serviços das bibliotecas públicas: promoção da língua nacional; fornecimento de publicações oficiais; fornecimento de acervo aos estudantes; apoio à alfabetização; depositária do acervo da história local; fornecimento de serviços de informação técnica e comercial às empresas locais; divulgação de informações culturais da cidade e/ou da comunidade.
1983 – Sonia de Conti Gomes	Na Primeira República, sob a tutelada pelo Estado, a biblioteca pública adquire características de repartições públicas, traço marcante até os dias de hoje.
1986 – Luíz Milanesi	As características de repartições públicas, atributo criticado pelo autor, estão associadas às condições precárias e ao desinteresse e mau humor de seus funcionários. Estereótipos dos servidores, instituições e serviços públicos em geral. Desenvolvimento das bibliotecas públicas arraigado aos fatores societários, dificultando conceituar essas unidades de informação dada a diversidade de situações que essa se encontrava. A diversidade de situação em que ela surge e as suas características são tão disparatas que o uso de um mesmo termo para identificar tantos casos é problemático.

(continuação)

AUTORES	IDEAIS ACERCA DAS FUNÇÕES E PAPÉIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA
1994 – IFLA e UNESCO	A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação. Condições que só serão atingidas quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. Proclama-se a confiança que a UNESCO deposita na Biblioteca Pública, enquanto força viva para a educação, a cultura e a informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres.
1994 – Zita Catarina Prates de Oliveira	Concepção da biblioteca pública apontando, não para os serviços fornecidos, mas por possuir um público indistinto, atuar em espaço geográfico determinado, ser mantida por recursos públicos e ser uma instituição de uso não compulsório.
1994 – Zita Catarina Prates de Oliveira 2008 – Marília de Abreu Martins de Paiva	No regime militar, o INL sob a gestão de Maria Alice Barroso foi o responsável pelo fenômeno da escolarização da biblioteca pública, mudança de paradigma na função da biblioteca pública, a qual passa a ser vista como uma fonte paradigmática de apoio ao estudante.
1995 – Emir José Suaiden	Observa que a despeito da manutenção da biblioteca pública pelo Estado, dos serviços que determinam o seu conceito e a diversificação dos usuários, essa instituição tem por objetivo primordial preservar e difundir o conhecimento, principalmente no que se refere à cultura local, sendo a única que possui realmente características de uma instituição social.
2002 – Eliany Alvarenga Araújo 2011 – Bárbara Júlia Menezello Leitão	A partir da revolução 1930, no governo Vargas, há uma desconstrução do modelo pós 1922, iniciando uma nova fase para as bibliotecas públicas, vista como relevante para a expansão da indústria livreira e de controle social. É nesse contexto que surgiu o Instituto Nacional do Livro (INL), suscitando um modelo conservador de bibliotecas, com acervo que buscava obras de valor e enobrecimento intelectual e moral, afastando os trabalhadores e a população pelo reforço da imagem de um local sem utilidade para a solução dos problemas cotidianos e reservado para o uso de intelectuais. O aspecto positivo desse período foi a criação de inúmeras bibliotecas públicas pelos municípios brasileiros oportunizando o interior do Brasil a conhecer essa instituição pública.
2006 – Rubens Borba de Moraes	A história da biblioteca pública brasileira teve origem no mesmo período que se discutia os novos rumos, objetivos e funções de suas congêneres no velho mundo. Sua introdução no Brasil foi por intermédio dos padres catequistas das ordens religiosas, um misto de biblioteca monástica e pública. A vinda da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, a Biblioteca Real, mantida pelo Estado, foi apresentada à sociedade brasileira, mas com acesso restrito ao povo, fixando a imagem da biblioteca pública no imaginário social como uma instituição de poder e prestígio, porém distante do cotidiano do povo brasileiro. Outro expoente na historicidade da biblioteca pública brasileira foi o senhor de engenho Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco que criou a primeira biblioteca, em teoria, para uso indistinto de qualquer cidadão. A biblioteca obteve recursos financeiros do governador da província da Bahia, o conde Arcos, todavia ainda contribuiu na imagem estereotipada da biblioteca como “templo do saber”, uma vez que era destinada apenas à elite letrada, desprezando a população à época, em sua maioria era analfabeta.
2011 – Bárbara Júlia Menezello Leitão	Sob os ideais da Semana da Arte Moderna, em 1922, Rubens Borba de Moraes influenciou as bibliotecas públicas nos moldes da escola de biblioteconomia norte-americana, em uma perspectiva mais voltada às necessidades da sociedade, mais orgânica etc. Com base nesse ideal, surge a Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade de São Paulo, em 1960.

(conclusão)

AUTORES	IDEAIS ACERCA DAS FUNÇÕES E PAPÉIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA
2011 – Maria Cleide Rodrigues Bernardino e Emir José Suaiden	Com o advento da Sociedade da Informação, que em seu bojo congrega uma revolução das tecnologias da informação, remodelando as bases materiais da sociedade e acelerando a produção, troca e armazenamento de informação, apontam que a biblioteca pública passaria a ocupar lugar de destaque na atual sociedade. Todavia, essas bibliotecas ainda não atendem nem as diretrizes propostas no século anterior, e na atual conjuntura, na qual a informação é estratégica para o desenvolvimento individual e corporativo, elas atuam em um modelo remetente ao século XX, enquanto seus usuários estão conectados às transformações do século XXI. A sociedade desconhece os objetivos dessas unidades de informação e acredita que são apenas estes poucos serviços oferecidos: consulta e empréstimo, sala de estudo e uma sala com computadores e internet para uso público. Perpetua uma realidade condizente com o imaginário social e, por isso, é uma situação cômoda aos agentes políticos. O discurso da importância da biblioteca pública é uma manifestação abstrata, tanto o político quanto o cidadão, ambos desconhecem sua atuação prática no desenvolvimento econômico e social de sua comunidade, como deles próprios.
2012 – Adalberto Diehl Rodriguez	No estudo bibliométrico abrangendo o período entre 2001 e 2010 acerca do discurso científico sobre a Biblioteca Pública no Brasil, esta instituição, temática em pesquisas da Ciência da Informação, ainda não é uma área expressiva, bem como não têm trazido retornos sociais, haja vista a situação calamitosa dessas instituições no contexto brasileiro. Ainda permanece uma disparidade entre a teoria e a realidade das bibliotecas públicas brasileiras.
2012 – Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas	Conceitualmente, as diretrizes para a biblioteca pública colocam-na em dissonância de atuação com a sociedade brasileira, colocando seus objetivos em um patamar muito acima dos serviços efetivamente oferecidos por elas, aspecto que reforçou o abismo entre a teoria e a prática, os serviços de atendimento à comunidade encontram-se distantes da efetiva situação dessas bibliotecas. Observa-se também um distanciamento em relação ao conjunto de preceitos das “Cinco leis da Biblioteconomia” de Ranganathan, que aponta, além do sentido de seu crescimento, para a característica de transmutação e assimilação de novos paradigmas. Em relação à manutenção e financiamento, adiciona-se às bibliotecas públicas conceitos mais pertinentes às bibliotecas comunitárias, como uma instituição criada, mantida e financiada pela comunidade, seja por meio do governo local, regional ou nacional, seja por meio de outra forma de organização da comunidade. Ela proporciona acesso ao conhecimento, à informação, à educação permanente e a obras da imaginação por meio de uma variedade de recursos e serviços, e se coloca à disposição, de modo igualitário, a todos os membros da comunidade. As sete diretrizes de atuação são: apoiar a educação; incentivar o hábito de leitura; oferecer conhecimento e informação em todos os formatos; oferecer oportunidade para o desenvolvimento pessoal; proporcionar o desenvolvimento da cultura local; atuar como agente de mudanças; ser acessível para todos.
2012 - Christie Koontz e Barbara Gubbin	A biblioteca pública é definida por meio de suas atividades fim, seus serviços e função social, em que essa instituição é o ponto de acesso, o ponto principal e dinâmico da comunidade, estruturada para responder as múltiplas necessidades de informação. Os objetivos e serviços são planejados para atendimento das necessidades informacionais das comunidades que apoia, enquanto armazenadora e preservadora da memória local, fomentadora de leitura, promotora da cidadania e outro aspectos.

Fonte: Adaptação de Mueller (1984) e Machado e Suaiden (2015).

Mediante a análise do percurso histórico acerca do papel da biblioteca pública, que se distanciava das funções tradicionais dos modelos eruditos para uma Biblioteconomia mais pragmática, Mueller (1984) mostra que a evolução dos objetivos dessa instituição parte da

visão da “boa causa”, passando pelas funções educacionais dos sujeitos, ampliando-se para a ação cultural e lazer. Na mesma perspectiva de Mueller (1984), Silveira (2014) pontua que as bibliotecas públicas foram consideradas o meio mais econômico para o entretenimento dos sujeitos, cabendo-lhes a função de os entreter em prazeres “inocentes”, de forma a mantê-los fora das prisões, tribunais e asilos. Também, devido ao seu baixo custo, possibilitava aos seus usuários o cultivo do hábito e gosto pela “boa literatura”, contribuindo, assim, com o “trabalho civilizatório” iniciado pela escola primária. Para Mueller (1984), a definição dos atributos e funções sociais da biblioteca pública passou a ser estruturada a partir dos usos da informação registrada e da importância dessa instituição para os sujeitos. Nesse sentido,

posteriormente, e para além dos ideários positivistas de ordem e progresso, de boa leitura e de trabalho civilizatório que definiram seus primeiros contornos, percebeu-se que as bibliotecas públicas poderiam contribuir para a socialização de seus usuários e para sua individualização, seja através da preservação e transmissão dos insumos representacionais da cultura de grupos específicos, seja pela promoção da vida intelectual dos indivíduos e lugares onde se inseriam. (Silveira, 2014, p. 131).

A partir desse arcabouço de objetivos, os quais orientam as funções e papéis da biblioteca pública, o bibliotecário tornara-se figura central para a alavancagem dessa instituição, de forma que fosse um instrumento mais popular, mais usado e aceito pela comunidade, portanto merecedora do apoio do público e das autoridades. No curso dessas transformações está também a necessidade de entendimento da natureza das mudanças no contexto de atuação das bibliotecas públicas, motivação básica na reinterpretação das suas funções e papéis.

Em consideração às funções e papéis desempenhados pela biblioteca pública, conforme disposto no QUADRO 1, Mueller (1984) destaca algumas ideias centrais na visão dos autores analisados:

- i- a conservação e a organização dos livros são a base comum e que dão suporte às demais ideias, no sentido de responder ‘por que’ realizar essas ações;
- ii- a difusão da informação e do conhecimento perpassa a historicidade da biblioteca, objetivando responder ‘como’ divulgar ‘o que’, ‘para quem’ e ‘com qual finalidade’;
- iii- o bibliotecário tem como papel ser o ‘mediador’ do fluxo de informação e o responsável pelo acesso eficiente;
- iv- desde a emergência da biblioteca pública, produzir um ‘bem social’ por meio da difusão do conhecimento tornou-se uma constância na biblioteca pública, meta que percorreu os objetivos de educação, cultura e lazer;

- v- a preservação da individualidade em contraposição às metas sociais gerais, pois é a partir do serviço pessoal que se atinge o bem social como um todo;
- vi- a mútua influência entre a biblioteca pública como instituição social e o seu ambiente de inserção;
- vii- a defesa do processo de mudança – aceitação da extensão, natureza e dos papéis dela decorrentes – como fator chave para o desenvolvimento das bibliotecas nos anos 60 e 70.

Dentro das funções básicas da biblioteca pública como preservação, organização e difusão do conhecimento/informação, seja qual for o papel atribuído, cabe a ela desempenhá-lo de forma inovadora, considerando o seu contexto de inserção – social, cultural, moral, econômico, político, tecnológico etc. Mueller (1984) ressalta que o que mudou e continua em transformação são as formas de desempenho e o uso feito dessas atividades, não sendo lícita à biblioteca a escolha de quais papéis desempenhar num dado momento histórico. Esses papéis são-lhe condicionados pelo contexto, esse em contínua evolução, aspecto a ser observado na gestão dessa instituição.

Para além da disseminação da informação para uso e compartilhamento, na atualidade o papel das bibliotecas é também um esforço social para a inserção das comunidades em geral no universo do conhecimento e suas práticas.

Nesses termos, uma vez que tal valor de uso muda e evolui, tal como se transformam os hábitos informacionais e os sistemas sociais nos quais eles se assentam, as expectativas em relação às bibliotecas públicas também estão sujeitas a deslocamentos e revisões. Expectativas em relação às bibliotecas públicas no século XXI, eis o que, em seu cerne “[...] memória, identidade e mediação cultural, tais expectativas tiveram como ponto de convergência os domínios da memória, da identidade e da mediação cultural”. (Silveira, 2014, p. 132-133).

Nesse papel, permeado pelo acesso e disponibilidade da informação (Bernardino; Suaiden, 2011), pressupõe-se que os indivíduos participem e vivenciem múltiplas experiências que possam potencializar a democratização da informação para a construção de conhecimento, tendo em vista que o desenvolvimento requer sujeitos bem-informados e empoderados frente às novas demandas e dinâmicas sociais em curso. Sem esquecer do livro e da promoção da leitura, missão das bibliotecas, seu papel congrega informação disponível ao público, numa expectativa que não se resume apenas a transmitir a informação, mas torná-la útil aos seus utilizadores e, assim, possibilitar a construção de conhecimento.

Machado, Elias Junior e Achilles (2014) comentam que as narrativas indicam múltiplas funções atribuídas às bibliotecas públicas na sociedade, como espaço para a

construção da cidadania, de práticas culturais, lugar de mediação da leitura, de ação cultural e como espaço de preservação da memória social. Se compreendidas como instituições sociais, de acordo com propósitos sociais como educação, cultura, lazer, informação etc., a biblioteca pública torna-se

[...] o resultado de determinados processos sócio-históricos e assume diversas funções, conforme o contexto no qual está inserida: memória; preservação e fomento da cultura; organização e disponibilização dos registros do conhecimento; acesso e produção de conhecimento; difusão da informação à comunidade; dentre outros. (Machado; Elias Junior; Achilles, 2014, p. 116).

Sobre a responsabilidade com a preservação da memória social local/regional, Ferraz (2018, p. 119) exprime, as “bibliotecas públicas como lugar de memória tornam-se uma forma de guarda e disseminação do que é produzido pelas comunidades que atendem, sejam elas em âmbito municipal ou estadual”. Nesse sentido, a produção cultural e histórica de um lugar encontra no espaço da biblioteca pública a preservação e disseminação, uma vez que guarda a produção informacional e cultural dos sujeitos do seu entorno. No entanto, pensar essa instituição como lugar de preservação da memória local, tem-se que pensar na ideia de memória como uma fonte de elementos para a reelaboração e atualização da experiência humana.

Na condição de lugar de preservação da memória social e cultural, mantida pelo poder público e acessível a todas as pessoas interessadas em seus serviços, para a biblioteca pública “a função de ser o ponto central do desenvolvimento cultural das comunidades se enseja como um dos pilares de sua atuação”. (Ferraz, 2018, p. 36). Para essa autora, ao passo que preserva a memória da sua comunidade, possibilita também a construção de conhecimento. Alinhada aos seus usuários, transforma e é transformada por eles, razão que a torna um ambiente vivo e efervescente de cultura. Aspecto também ressaltado por Silveira (2014, p. 132), que expressa que ao ser/fazer a ponte

[...] entre os sujeitos e os diferentes códigos, sentidos e universos simbólicos que perpassam a realidade concreta de suas vidas, as bibliotecas públicas propiciam a cada agente inscrito neste processo, que é interacional por natureza, a capacidade de dilatar as compreensões que possuem do mundo e de si mesmos.

Ainda esse autor enaltece que a expressão lugar de memória define claramente a biblioteca pública, em razão

não apenas por sua função de preservar e disseminar insumos informacionais, mas também por sua dimensão material, cujos contornos corporificam as ansiedades e

necessidades específicas de uma dada coletividade. Nessa mesma mirada, não se pode esquecer a dimensão simbólica que atravessa tais lugares e que acaba por retratar experiências reais ou imaginadas levadas a cabo por sujeitos fundantes de variados graus de interação com o espaço, o acervo e também com outros usuários de cada uma destas instituições. Por seu turno, a questão da mediação cultural, especialmente via atividades de leitura, há muito se constitui como diretriz que deve florescer no interior e para além dos limites da biblioteca pública. (Silveira, 2014, p. 132).

Ao convergir as diversas manifestações artísticas com os livros, esse espaço converte-se em potencial transformador da sociedade, fortalece a cultura da comunidade local e favorece o desenvolvimento inclusivo e sustentável das cidades, na perspectiva do que propõe a Agenda 2030 da ONU, que pretende tornar as cidades e os assentamentos humanos lugares mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Bernardino e Suaiden (2011, p. 34) complementam que

a biblioteca pública, em seu verdadeiro sentido de atuação, livre, aberta, democrática, socializadora, que ao mesmo tempo em que cuida da preservação da memória investe na construção do conhecimento e soma esforços para que transforme e seja transformada para e pelo usuário, e que, em razão deste, possa se tornar um ambiente vivo e efervescente de cultura.

No entanto, atrelada a sua função sociocultural e redesenho dos seus papéis e funções para atendimento das demandas de informação da sociedade a qual está inserida, no bojo das mudanças e transformações sociais, a questão do financiamento governamental da biblioteca pública sempre esteve presente. Paiva (2008, p. 11) esclarece que “a questão sobre o financiamento governamental da biblioteca também acompanha as discussões sobre a função da biblioteca pública, e é fortemente retomada no mundo globalizado da Sociedade da Informação, que preconiza novas posturas para o Estado”, aspecto que também implica na discussão sobre o acesso à informação no contexto da Sociedade da Informação e nas contradições do seu papel na sociedade capitalista.

Silveira (2014, p. 131) pontua que ao se questionar o lugar e a importância social/cultural das bibliotecas públicas na atualidade, desconsiderando sua historicidade e especificidade no contexto das questões concernentes à informação,

[...] tais questionamentos recorrentemente colocam em suspeição o conjunto de fatores incorporados como justificativa para se empregar “vultosas receitas financeiras” em sua dinamização, bem como ampliar a formação de profissionais especializados para atuar nessas unidades informacionais. Outro ponto contestado por tais críticos das bibliotecas públicas coloca em cheque se haveria mesmo uma demanda significativa em torno de seus serviços, da utilização de seus espaços e acervos em um mundo amplamente globalizado e interconectado remotamente.

Esses apontamentos contribuíram para os questionamentos acerca do reconhecimento da biblioteca pública como equipamento público e social, fato que faz retornar ao que Andrade e Magalhães (1979) já apontara no passado, a necessidade dessa instituição ter sempre que justificar sua existência e a manutenção dos seus recursos de informação.

Ampliando as discussões pertinentes à biblioteca pública, Paiva (2008) e Paiva e Andrade (2014) apontam que os anos de 1980 coincidem com a volta ao Estado de direito no Brasil, possibilitando as lutas pela redemocratização, abrindo-se espaço para que os atores sociais pudessem se posicionar, pronunciar e cobrar do governo o atendimento, mesmo que minimamente, das demandas sociais. Vê-se também nesse período o início do discurso da Sociedade da Informação e, presente nela as questões emergentes da biblioteca: o acesso, a utilização e a produção de informação para os cidadãos, a formação para a vida, a educação permanente.

Seguindo-se os anos, a década de 1990 trouxe outras questões pertinentes ao debate no contexto das bibliotecas públicas, colocando no centro das discussões o seu papel como estratégia para o desenvolvimento das comunidades frente ao dinamismo social: a nova sociedade global, a Sociedade da Informação, as dúvidas e dubiedades colocadas pelo acelerado desenvolvimento das TIC, a inclusão social, a competência em informação, o analfabetismo funcional etc. (Paiva; Andrade, 2014).

As novas dinâmicas sociais, a partir dos períodos expostos, vêm transformando os espaços e a atuação das bibliotecas públicas, de um lugar em que se guardavam livros e mesmo, de silêncio e quietude dedicado à leitura, passaram a ser demandadas a contribuir com projetos de aprendizagens diversas, a fim de capacitar os sujeitos para o desenvolvimento ora em curso. No contexto do desenvolvimento, sobremaneira nas incertezas que perpassam o desenvolvimento sustentável, há que se trazer à discussão outras vertentes desse importante papel, alçando a garantia dos direitos fundamentais – a vida e a liberdade, a prosperidade, o trabalho, a educação e o desenvolvimento social e dos indivíduos etc., em que o acesso à informação é premissa básica.

Em atenção ao exposto, a IFLA e UNESCO (2022) ponderam que as coleções e serviços de informação da biblioteca pública, na atualidade, devem, além de incluir os materiais tradicionais e tipos de mídias e tecnologias modernas, refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, a memória da atividade humana e os produtos de sua imaginação. Igualmente, ter qualidade e relevância às necessidades e condições locais, retratar a diversidade linguística e cultural da comunidade, além de não estarem sujeitos a qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa, nem a pressões comerciais. Posto isso, os

serviços de informação aos usuários devem se pautar em princípios como igualdade, isonomia, imparcialidade, isenção e acessibilidade, de forma a abarcar os interesses da diversidade de sujeitos que frequentam e utilizam esses espaços, considerando suas características singulares – sem embargo de idade, raça, etnia, sexo, religião, nacionalidade, língua e condição social.

Sob esse olhar, a IFLA e UNESCO (2022, não paginado) ponderam que “a participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem de uma educação de qualidade e do acesso livre e ilimitado ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação”. Relativamente aos direitos humanos fundamentais, valores esses que somente serão atingidos se os cidadãos forem bem-informados, fator que lhes garantirá a capacidade de exercer seus direitos democraticamente e desempenhar um papel ativo na sociedade. Apontamentos pertinentes às bibliotecas públicas contribuirão, no tocante aos seus novos papéis e funções no momento atual.

Além do mais, no cerne dos serviços das bibliotecas públicas devem estar compreendidas as seguintes missões-chave: informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e cultural, como expõem a IFLA e UNESCO (2022, não paginado). Por intermédio dessas missões-chave, esses equipamentos de informação, educação, cultura e inclusão, agentes singulares do desenvolvimento sustentável, da paz e bem-estar espiritual, contribuem com o desenvolvimento dos ODS, assim como para a construção de sociedades mais igualitárias, humanas e sustentáveis. Diante disso, a IFLA e UNESCO (2022, não paginado) compreendem como missões das bibliotecas públicas:

- i. Fornecer acesso a uma ampla gama de informações e ideias sem censura, apoiando a educação formal e informal em todos os níveis e fomentar o aprendizado ao longo da vida ao permitir a busca contínua, voluntária e autônoma de conhecimento, para as pessoas em todas as etapas da vida;
- ii. Proporcionar oportunidades em prol do desenvolvimento criativo individual e estimular a imaginação, criatividade, curiosidade e empatia;
- iii. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde o nascimento até a idade adulta;
- iv. Promover, apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para desenvolver habilidades de leitura e escrita, viabilizar o desenvolvimento das habilidades para leitura midiática e alfabetização digital para todas as pessoas em todas as idades, no intuito de promover uma sociedade informada e democrática;
- v. Fornecer serviços às suas comunidades de maneira presencial e remota por meio de tecnologias digitais que permitem acesso a informações, coleções e programas sempre que possível;
- vi. Garantir acesso para todas as pessoas ao conhecimento comunitário e oportunidades para a organização comunitária, em reconhecimento ao papel central da biblioteca no tecido social;
- vii. Promover o acesso das comunidades ao conhecimento científico, como resultados de pesquisas e informações de saúde que possam impactar a vida de seus usuários, além de possibilitar a participação no progresso científico;

- viii. Fornecer serviços de informação de qualidade às empresas, às associações e aos grupos de interesse locais;
- ix. Preservar e promover acesso a dados, conhecimentos e tradições locais e indígenas incluindo a tradição oral, proporcionando um ambiente no qual a comunidade possa ter um papel ativo na identificação de materiais a serem coletados, preservados e compartilhados de acordo com os desejos da comunidade;
- x. Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
- xi. Promover a preservação e o acesso a expressões culturais e tradições, à apreciação das artes, ao acesso aberto a conhecimento científico, pesquisas e inovações expostas na mídia tradicional ou em materiais digitais ou que venham ser digitalizados.

Mediante o manifestado, entende-se que as bibliotecas públicas apoiam os sujeitos nos mais variados processos, principalmente, na educação e cultura, inobstante à carência de recursos necessários ao seu progresso. Intermediária entre as escolas e a comunidade, essas instituições funcionam como um dos alicerces à educação formal e informal, bem como estabelecem pontes entre os vários públicos em aspectos relativos ao acolhimento e diálogo entre as várias manifestações artísticas e socioculturais. Atuam, ainda, na abordagem de temáticas sensíveis, pertinentes e atuais, a exemplo do desenvolvimento sustentável, num chamamento aos sujeitos à aproximação e participação na resolução das questões problemáticas emergentes da sociedade, a exemplo da preservação da natureza. Com esse entendimento, a IFLA e UNESCO (2022, não paginado) estimam que

a biblioteca pública, porta de acesso local ao conhecimento, fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, a tomada de decisão independente e o desenvolvimento cultural de indivíduos e grupos sociais. Ela sustenta sociedades saudáveis baseadas em conhecimento fornecendo acesso e permitindo geração e compartilhamento de conhecimento de todos os tipos, incluindo conhecimento científico e regional sem barreiras comerciais, tecnológicas ou legais.

Dessa maneira, a biblioteca pública é chamada a assumir um papel de protagonismo na comunidade a qual está integrada, de modo a desenvolver estratégias junto a ela e, assim, promover novos horizontes e a inclusão de grupos específicos ou de contextos particulares, como aqueles sujeitos apontados na Agenda 2030.

Conforme expressam Bernardino e Suaiden (2011), se o acesso e disponibilidade de informação são as bases para o desempenho do papel social da biblioteca pública, apreende-se aí claramente a sua missão e o seu objetivo, papel esse que poderá ser alcançado por meio de projetos culturais que tem no desenvolvimento do hábito de leitura o ponto de partida.

Seja na utilização de novas TIC ou no acesso livre ao livro e à informação nas diversas áreas de conhecimento – ambiental, econômica, política, educacional, sociocultural ou do conhecimento etc., compreende-se que a biblioteca pública pode ser concebida como um agente de transformação e empoderamento dos sujeitos, cuja vertente social perpassa o seu

papel, configurando-lhe uma nova roupagem e novas linhas orientadoras de diálogo com as diversas áreas. Nessa perspectiva, essas instituições e seus profissionais “[...] são convocados ao diálogo, de um lado com as práticas de sociabilidade que surgem a partir dessas novas configurações sociotécnicas e, de outro lado, com as práticas, chamadas ‘tradicionais’, vigentes nas instâncias da vida social”. (Machado; Elias Junior; Achilles, 2014, p. 116). À vista disso, Pinheiro (2009, p. 27) destaca a biblioteca pública como “um sistema democrático de acesso à informação e à leitura deve respeitar a diversidade de interesses e abrir possibilidades de integração do indivíduo no campo decisório desse sistema”.

A fim de que as bibliotecas públicas possam cumprir seus papéis e funções perante sua comunidade, conforme expresso no Manifesto, a IFLA e UNESCO incentivam as autoridades públicas nacionais e locais a apoiarem e se engajarem ativamente no desenvolvimento das bibliotecas públicas. Por conseguinte, Castrillón (2011) pondera que a biblioteca pública deve estar inserida numa política pública formulada de forma participativa, de forma que não seja apenas mais um programa ou plano de governo no papel. Como política, precisa conceber mecanismos de ajustes permanentes em função das mudanças e das novas necessidades da sociedade para esse equipamento público.

Ainda de no âmbito do Manifesto, de forma a contribuir com a autonomia e empoderamento dos sujeitos, há que se priorizar aspectos como: desenvolvimento dos hábitos de leitura; autoformação e educação em suas diversas vertentes; evolução por intermédio da imaginação e criatividade; conhecimento da herança cultural, das artes e inovações científicas; acesso às formas de expressões culturais e artísticas; fomento ao diálogo intercultural e à diversidade cultural; valorização da oralidade; acesso à informação local; prestação de serviços de informação adequados às instituições e grupos de interesse; capacitação para o uso da informação e das TIC; apoio aos programas de alfabetização.

A despeito do compromisso para com o desenvolvimento humano, Ferraz (2014) salienta que a biblioteca pública ainda está longe de atingir a integralidade desse papel. Ressalta-se ser necessário que essas instituições sejam objetos de uma legislação específica, bem como sejam financiadas pelos governos nacionais e locais. Também, faz-se necessário o fortalecimento das redes nacionais de bibliotecas e sua gestão estratégica, de modo a lhes assegurar uma coordenação e cooperação, numa perspectiva integrativa. Isso posto, considerando que na visão da IFLA e UNESCO (2022, não paginado), as “bibliotecas devem ser um componente essencial de qualquer estratégia de longo prazo para a cultura, para o acesso à informação, para a aprendizagem e educação”.

Na medida em que a biblioteca pública se torna um local de interação, debates e manifestações artístico-culturais, bem como veículo para o exercício da cidadania, Ferraz (2014) salienta que para se apropriar dessa nova roupagem, é preciso teorizar e questionar o seu papel, objetivando a definição de diretrizes e políticas para orientação da sua atuação. Assim,

a importância social da biblioteca pública está justamente em se conseguir pensar nas necessidades da comunidade na qual ela está inserida, e saber reconhecer os interesses da população. Indo um pouco mais além, deve-se pensar na demanda latente, ainda não reconhecida pela população, mas que deve ser oferecida e incorporada às políticas culturais vigentes. (Ferraz, 2014, p. 22).

Em contextos diversos e com demandas e especificidades próprias, as demandas por informação em áreas distintas, a formação e a capacitação para acesso e uso da informação, as mudanças com os avanços das TIC, a emergência de novos processos, a necessidade de fruição de um aporte artístico-cultural, o exercício da cidadania e a prática de direitos fundamentais, o desenvolvimento sustentável com os seus requisitos aos sujeitos e instituições etc., tudo isso colabora para que a biblioteca, seus profissionais e seus recursos sejam itens essenciais para o progresso social. Bernardino e Suaiden (2011, p. 32) refletem que “a leitura tem um papel preponderante nesse contexto, uma vez que para a consolidação de uma sociedade da informação e do conhecimento, a democratização da leitura é fundamental”.

Em se tratando da relação leitura/acesso à informação, outro aspecto importante e que evidencia o caráter social da biblioteca pública é o letramento em informação. Acerca dessa temática, Campello (2003, p. 29) expressa que no campo dos estudos sobre *literacy* no Brasil, “no âmbito da educação básica, [...] parece que o conceito de letramento seria o mais adequado para embasar ações que busquem ampliar a ação educativa da biblioteca”. Essa função visibiliza-se com o surgimento do serviço de referência e com a introdução da educação de usuários.

Ainda conforme pondera essa autora, na percepção da necessidade de ampliação da ação pedagógica da biblioteca, pelos bibliotecários, a adoção do conceito de *competência informacional*⁹ deve vir ancorada nos estudos sobre *letramento*, o qual designa, no ensino básico, aquele sujeito que, a partir da aprendizagem da leitura e escrita, passa a usar e se envolver em práticas de leitura e de escrita. Doravante, termina por adquirir uma nova

⁹ Nos estudos de Campello (2003), o termo foi tratado por autores estadunidenses de início, como a capacidade do indivíduo em utilizar a variedade de produtos informacionais disponíveis no mercado; mais adiante, vinculado às questões da cidadania, em que cidadãos competentes no uso da informação seriam capazes de tomar decisões relativas à sua responsabilidade social.

condição de ser/estar tanto em seu grupo social quanto no contexto mais amplo: social, cultural, político, econômico, cognitivo, linguístico, entre outros. Portanto, ao se trabalhar, no âmbito da biblioteca, a competência informacional alicerçada nos estudos sobre *letramento*, possibilita-se o desenvolvimento e o fomento do *letramento em informação*.

Acerca do letramento em informação (Campello, 2003), na perspectiva do papel da leitura da leitura na vida dos sujeitos, conforme propõem Bernardino e Suaiden (2011), pressupõe-se que sujeitos bem-informados possuam certo nível de cognição para uma correta leitura da informação escrita, assim como da realidade a sua volta. Compreende-se que também é papel da biblioteca cuidar para que o leitor apreenda as dimensões da leitura, de forma que possa ser capaz de pesquisar, avaliar, usar adequadamente e compartilhar a informação disponível. Esse processo é essencial para o aprendizado, sobretudo, quando se reflete acerca da autonomia e empoderamento frente aos processos sociais. Sobre essa importante dimensão da leitura, papel que também é devido à biblioteca pública, Bernardino e Suaiden (2011, p. 37) expressam que

sendo assim, podemos afirmar que ao introduzir na comunidade usuária ações com o intuito de possibilitar a inserção desta às práticas leitoras, dizemos, também, que a biblioteca proporciona oportunidades de geração de conhecimento, uma vez que este se dá pelo processo da leitura.

Ademais, Pinheiro (2009, p. 28) evidencia ser necessária também “uma política para a biblioteca pública, como de resto qualquer política que vise contemplar o interesse público, não pode ser colocada de forma acabada, mas deve respeitar processos e etapas”. Levando em consideração que a biblioteca pública está em constante adaptação a situações que por vezes são-lhe estranhas, como o advento do computador e da internet em um passado ainda recente, o desenvolvimento das TIC e das mídias sociais entre outras questões do cotidiano, essa instituição tem que lidar com a adaptação dos seus serviços com vistas a acompanhar as mudanças da dinâmica social.

Em razão do seu papel social, “[...] a biblioteca aparece como uma instituição totalmente sintonizada com os interesses mais prementes da população” (Pinheiro, 2004, p. 28). Na correlação de forças no seio da sociedade, âmbito em que a informação ocupa um lugar e um papel de destaque muito importante, compreende-se ser condicionantes à biblioteca pública, em contextos de mutabilidade consoante o exposto no parágrafo anterior, mudanças de rumo e adequação dos seus serviços para atendimento das demandas e interesses dos sujeitos aos quais serve.

Na expectativa do desenvolvimento sustentável, Pinheiro (2004, p. 29) diz que “a condução da biblioteca pública rumo aos interesses e necessidades da população passa principalmente por uma análise do perfil dessa população”. Nesse sentido, questões como conhecer as características e necessidades da população; sentido e significados atribuídos à biblioteca; demandas de informação e que a população almeja, devem perpassar as políticas de informação adotadas. A partir do conhecimento desses questionamentos, começa-se a delinear o verdadeiro perfil e identidade da biblioteca.

Posto isso, o período transitório de mudanças esboçado pela Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e a busca por novos públicos e serviços são aspectos que servem de base para a biblioteca pública se tornar um verdadeiro organismo vivo capaz de transformar a sociedade.

Pretendendo um maior alcance das ações e uma melhor aproximação com a comunidade, entende-se ser a atuação em redes/sistemas uma via com a qual as bibliotecas públicas poderão contribuir para a construção de políticas de informação mais eficazes e condizentes com as necessidades do público, bem como para a ampliação da capacidade dos serviços bibliotecários, facilitação ao acesso à informação, otimização da gestão e aplicação de recursos, racionalização das tarefas e reordenação do uso do espaço a um público mais amplo.

2.3 Políticas para as bibliotecas públicas para o cumprimento das suas funções

Na perspectiva apresentada, como instituição pública, a biblioteca pública precisa também justificar sua existência e sua manutenção, principalmente a considerar os problemas de alocação de recursos tão recorrentes no contexto das instituições públicas. Ademais, a avaliação dos serviços oferecidos à comunidade pela biblioteca também requer o estabelecimento de objetivos claros e bem definidos em sua política.

Na política, a tarefa de definição dos objetivos institucionais não é das mais fáceis, não podendo até mesmo afirmar-se que as bibliotecas públicas possuem objetivos bem delineados. Entre os aspectos intervenientes na definição dos objetivos dessas instituições, com base em Andrade e Magalhães (1979), mencionam-se os seguintes:

i- Indefinição no estabelecimento de prioridades: embora a sua importância como instituição socioeducativa, a biblioteca pública não pode pretender ser tudo para todos, com uma concepção de universalidade de serviços. É preciso que se estabeleçam prioridades, de

forma que seus objetivos não sejam demasiados genéricos e mal definidos, incorrendo na precariedade dos serviços prestados;

ii- *Ausência de uma filosofia do serviço bibliotecário na orientação dos planos de ação*: a preocupação em demasiado com regras e técnicas de processamento e a existência de uma ambivalência de atitudes e um distanciamento entre a teoria e a prática, mascaram situações como o esquecimento dos problemas mais amplos da leitura, o distanciamento em relação à comunidade quando das tomadas de decisões, ou mesmo desconhecimento das necessidades de informação da comunidade. A operacionalização dos objetivos deve proceder de acordo com uma ideologia definida para orientação e direcionamento das ações;

iii- *diversidade de interesses e comportamento dos membros da comunidade*: interesses educacionais, lazer, recreação, informação etc. são aspectos relativos ao problema do estabelecimento de prioridades em relação ao público atendido. Há que se verificar as necessidades e interesses não atendidos por outras instituições, reunindo esforços de modo que haja o equilíbrio entre os objetivos e a programação das políticas de ações mais adequadas. Como parte de um sistema mais amplo, é necessário ponderar também sobre o contexto de inserção da biblioteca, pois o modelo de desenvolvimento vigente acarreta reflexos na forma de sua atuação.

Analizando criticamente a situação da biblioteca pública, as autoras refletem que a maneira como são pensados e planejados os objetivos, muitas vezes retóricos, vagos, de difícil alcance e desvinculados da realidade, ignora propositadamente alguns aspectos frente à realidade: a “insignificância da biblioteca e da leitura” se comparada a outras instituições e meios de comunicação, sua existência em um contexto socioeconômico capitalista e estratificado, o elitismo que ainda impera em algumas bibliotecas, e mesmo a indefinição de interesse público.

A considerar todos esses aspectos, ainda Andrade e Magalhães (1979) evidenciam que, em contextos de desenvolvimento desigual, nos quais impera uma quantidade excessiva de problemas, por vezes sem solução, realidade que se aplica ao contexto brasileiro, a importância da biblioteca pública como bem público ainda resta relativa e carente de reconhecimento. A falta de prioridade nas políticas públicas e o modesto papel que desempenham na sociedade mostram que ainda é conveniente questionar a situação das bibliotecas públicas brasileiras, especialmente quanto as suas funções, papéis, sentidos e finalidades.

Fundamentando o explanado, Paiva (2008), Ferraz (2015) e Rocha (2019), dentre outros pesquisadores, analisaram em pesquisas de mestrado o contexto de construção de políticas para as bibliotecas públicas no cenário brasileiro. Com base nos dados das pesquisas realizadas por Copes (2007) e Rocha (2019), o QUADRO 2 sintetiza as principais políticas, campanhas, programas e projetos de incentivo à leitura em benefício das bibliotecas escolares e públicas.

Quadro 2 - Políticas, campanhas, programas e projetos de incentivo à leitura em bibliotecas públicas e escolares

(continua)

POLÍTICA	CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS
Decreto-Lei 93/1937 (Instituto Nacional do Livro - INL)	Criou o INL e definiu como uma de suas funções incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.
Projeto “Ciranda de Livros” - 1982 a 1985	Projeto da Fundação Roberto Marinho, Hoechst do Brasil e pela Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil (FNLIJ), objetivou despertar o interesse por livros e criar o hábito de leitura em crianças de 7 a 12 anos, distribuiu 30 mil coleções de livros a escolas da rede pública de ensino do país, selecionadas pelas Secretarias de Educação e Cultura ¹⁰ .
Lei 7.505/1986 (Lei Sarney)	Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Entre as atividades culturais, cita-se: i- construir, organizar, equipar, manter, ou formar museus, arquivos ou bibliotecas de acesso público; ii- doar livros adquiridos no mercado nacional a bibliotecas de acesso público”.
Lei 7.624/1987 (Fundação Nacional Pró-Leitura)	Promover o desenvolvimento da promoção e da difusão do livro, estimular a criação literária e a instituição de bibliotecas, difundir e estimular o hábito da leitura, manter e incentivar cursos de Biblioteconomia e promover a captação, a preservação e a difusão da produção bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas.
Projeto “Viagem da Leitura” - 1987 a 1988	Parceria entre o MEC, o INL, a Ripasa S.A. e a Fundação Roberto Marinho, sob o benefício da Lei nº. 7.505/1986, o projeto teve por objetivo oportunizar aos alunos do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras o acesso ao livro de literatura infantil, mediante distribuição de livros de literatura para cada biblioteca pública conveniada ao INL.
Projeto “Sala de Leitura” - 1988	Resultado da parceria com a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), previa a seleção, compra e distribuição dos livros de literatura infanto-juvenil aos alunos do ensino público.
Decreto Presidencial nº 520/1992 (SNBP)	Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), com a missão de articular as ações das diversas bibliotecas públicas municipais e estaduais em território brasileiro.

¹⁰ Ciranda de Livros. Disponível em: <https://www.frm.org.br/a-fundacao/como-chegamos-ate-aqui/1982>. Acesso em: 30 ago. 2024.

(continuação)

POLÍTICA	CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS
Decreto nº 519/1992 (PROLER)	Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) que tinha como objetivos: i- promover o interesse nacional pelo hábito da leitura; estruturar uma rede de projetos para consolidar práticas leitoras; iii- criar condições de acesso ao livro.
Programa Uma Biblioteca em Cada Município - 1993	Considerando os 11 princípios do ensino previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), esse programa previa a criação e revitalização de bibliotecas públicas, assim como a distribuição de livros, estantes e oferecer capacitação para o gerenciamento das bibliotecas.
Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) - 1997	Com o objetivo de promover o hábito da leitura e ampliar o acesso à cultura e à informação, o programa consiste na distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência às escolas públicas da educação básica cadastradas no Censo Escolar.
Campanha “Quem lê, viaja”	Foi uma campanha produzida pelo MEC em 1997 com o objetivo de incentivar os estudantes brasileiros ao gosto pela leitura.
Projeto “Literatura em minha casa” - 2001	Ação da Secretaria de Educação Fundamental e o MEC, com base no PNBE, o objetivo foi integrar os espaços educacionais e culturais, escola e família, em prol da qualidade de educação, para valorizar a leitura literária e tornar acessível aos alunos de 4ª, 5ª e 8ª séries e suas famílias um conjunto de textos literários significativos para a formação e para tornar a prática de leitura uma cultura entre pessoas pertencentes aos grupos sociais de menor poder aquisitivo
Campanha “Tempo de Leitura” - 2002	Desenvolvida pelo Ministério da Educação, a campanha teve como tema "Vamos fazer do Brasil um País de Leitores. Estratégia do PNBE, por meio do projeto Literatura em Minha Casa, objetivou distribuir livros - seis coleções compostas de cinco volumes - aos alunos da 4ª e 5ª séries do Ensino Fundamental.
Lei Federal 10.753/2003 (Lei do Livro)	Institui a Política Nacional do Livro no Brasil, que tinha como uma de suas diretrizes “assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro”.
Programa Arca das Letras - 2003	Programa de Bibliotecas Rurais criado para incentivar a leitura e facilitar o acesso aos livros em assentamentos, comunidades de agricultura familiar e de remanescentes de quilombos.
Programa Livro Aberto - 2004	Programa realizado durante o período de 2004 a 2011, objetivou ampliar o número de bibliotecas públicas no país, assim como da modernização de bibliotecas já existentes,.
Programa Fome de Livro - 2005	Programa do Ministério da Cultura, a proposta do governo federal foi criar uma nova política para o livro a leitura no Brasil. Começando pelo período 2005-2007, além de servir para fomentar a leitura, visou a compra de acervo para equipar as 130 primeiras bibliotecas públicas do programa, que previa a instalação de 1.000 unidades.
Campanha VivaLeitura - 2005	Promoção conjunta do Ministérios da Educação e da Cultura, o VivaLeitura é coordenado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e tem o patrocínio da Fundação Santillana, da Espanha, com apoio do Conselho Nacional dos Secretários de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. A iniciativa objetiva visibilizar as ações de democratização da leitura.

(conclusão)

POLÍTICA	CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS
Portaria Interministerial nº 1.442/2006 (PNLL)	Institui o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), de duração trienal, tendo por finalidade básica assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional.
Programa Fome de Leitura - 2007	Campanha criada em 2007, acordo entre o Ministério da Educação e a Caixa Econômica Federal, visou a doação de livros pelos cidadãos para melhorar os acervos literários das escolas públicas e incentivar a leitura de crianças, adolescentes e a comunidade escolar.
Decreto Presidencial nº 7.559/2011 (PNLL)	Dispõe sobre o PNLL, que consiste em estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no país. Objetiva formar uma sociedade leitora para promover a inclusão social de brasileiros, no que diz respeito a bens, serviços e cultura.
Lei nº 13.696/2018 (Política Nacional de Leitura e Escrita - PNLE)	Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil.
Projeto de Lei 3727/2012 (apensado ao PL 6959/2013)	Aguardando parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Educação, altera a Lei nº 9.394, de 1996 para estabelecer critérios para a instalação de pelo menos uma biblioteca pública em cada município brasileiro.
Decreto nº 12.166/2024	Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018 e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992.

Fonte: Adaptação de Copes (2007) e Rocha (2019).

A despeito das ações, programas e políticas desenvolvidos para as bibliotecas públicas ao longo dos governos, a partir de 1937, Rocha (2019, p. 16) salienta que

a reduzida quantidade de políticas públicas brasileiras voltadas para essas instituições vem contribuindo para a precarização de seus serviços e de suas dependências, impactando-as de forma negativa em seu objetivo, que é proporcionar à comunidade o direito à leitura, à cultura e à informação.

No que concerne às campanhas, programas e projetos no âmbito das políticas de incentivo à leitura, Copes (2007) ponderou em suas conclusões que, embora tais ações pareçam ser boas, tornam-se insignificantes em razão da descontinuidade dessas ações quando das mudanças de governo. Isso significa poder afirmar que inexistem políticas sólidas e contínuas para a área. Ainda, a autora pontua o fator excludente da sociedade capitalista neoliberal, aspecto que reforça o entendimento do incentivo ao hábito da leitura como ação de letramento, não somente como gosto e prazer. Isto, considerando que a leitura como ação cultural, é também um ato de posicionamento político frente à realidade, característica que

denota sua importância na construção do sujeito político e na transformação social. Não basta apenas saber ler e escrever, é preciso que essas habilidades estejam a serviço das exigências sociais da leitura, quer seja a vivência de situações da realidade concreta.

Da mesma forma, Castrillón (2011) reflete que as campanhas, planos e projetos de leitura terminam por desviar a atenção do real, aludindo que se está fazendo algo pela leitura. Tais campanhas baseiam-se em palavras de ordem para tentativa de convencer da necessidade dessa prática, sem considerar o difícil exercício da leitura, que exige um tempo cada vez mais escasso e esforço que muitos não estão dispostos a empreender. Para ser uma necessidade, a leitura precisa estar convictamente relacionada à melhoria das condições de vida e as possibilidades ser e estar e atuar no mundo.

O caráter assistencialista dessas campanhas, oferecido como um favor, oculta algo maior, principalmente quando há interesse por parte daqueles que nunca manifestam interesse ou preocupação com o bem-estar dos mais pobres. A filantropia e a caridade não resolvem problemas básicos de ordens sociais e culturais, devendo ao Estado um olhar mais cuidadoso sobre a questão da resolução do desequilíbrio e discriminação acerca da participação na cultura letrada. É nesse lugar, educação e acesso, que a sociedade civil deve ter clareza, primeiramente, compreender a natureza do problema e as soluções possíveis e, posteriormente, dispor de espaços de participação para a garantia do direito à leitura e escrita para a verdadeira inclusão na cultura letrada. Deve-se, pois, dispensar maiores esforços para a educação e, em segundo lugar, para bibliotecas, os meios de democratização do acesso à leitura, desde que nelas se produzam importantes transformações.

Para Rocha (2019), a fim que as bibliotecas públicas se transformem em locais de inclusão e participação cidadã, é premente a necessidade do estabelecimento de políticas públicas fortes e estruturadas para fortalecer o seu caráter educativo, sua função social e cultural, no sentido de possibilitar a construção da cidadania e do empoderamento dos sujeitos.

Numa dimensão crítica, Castrillón (2011) esclarece que a leitura como um direito histórico e cultural e, portanto, político, historicamente foi instrumento de poder e exclusão social: primeiro sob a tutela da igreja, a qual detinha o controle da palavra divina, portanto o controle das escrituras sagradas; em seguida pelos governos aristocratas e pelos poderes políticos e; atualmente, sob os auspícios dos interesses econômicos, que dela se beneficiam. Assim, a leitura é circunscrita por diferentes propósitos e sua democratização obedece a diversos fins, o que explica os setores excluídos não se apropriarem dessa prática. Cabe, pois, às bibliotecas públicas incentivar os setores excluídos a perceber que a leitura pode ser um

instrumento para o seu benefício e, a partir do seu interesse em se apropriar dela, falar em democratização da cultura letrada.

Ainda Castrillón (2011) revela um paradoxo: de um lado, o avanço nos níveis de desenvolvimento, e, de outro, a persistência das desigualdades. Essa situação é evidente, considerando a crescente disparidade social e o aumento do número de pessoas em situação de pobreza. O avanço nos níveis de desenvolvimento implica igualmente no combate à desigualdade, pois sem isso, a elevação dos índices de leitura só consistirá no aumento da aquisição de livros e não uma verdadeira democratização da leitura. Ademais, a leitura por si só não garante desenvolvimento econômico e social. Como um direito de todos, a leitura deve ser compreendida como instrumento para o exercício da democracia.

No viés desses apontamentos – as dimensões da leitura, da informação e da cultura, Ferraz (2018) reflete que esses são a força constituinte da atuação e formam a essência que justifica a existência da biblioteca pública. Nesse sentido, compreende-se ser necessária a formulação de políticas fortes e longevas para que as bibliotecas públicas possam cumprir sua missão/papel no ambiente social.

Entretanto, apesar da importância da formulação de políticas para o fortalecimento da biblioteca pública como instituição social voltada para as necessidades de informação da comunidade, Rocha (2019) destacou em sua pesquisa a mudança de curso na formulação das políticas públicas, a partir da década de 1980, com o estabelecimento do pensamento neoliberal. Sob os auspícios do neoliberalismo¹¹, o qual prega o livre mercado e a não intervenção estatal nos rumos da economia, observou-se também uma mudança de paradigmas nas políticas públicas e a adoção de políticas restritivas de gastos com as questões sociais, aspecto que impactou severamente o ambiente da cultura, e nele as bibliotecas públicas.

Entre o apanhado de programas e políticas para o setor, Paiva (2008), Ferraz (2015) e Rocha (2019) ressaltaram a importância da criação em 1937, no governo de Getúlio Vargas, do INL, política pública para o fortalecimento das bibliotecas públicas no país. Araújo (2002) diz que entre suas competências estava a missão de organização e manutenção de bibliotecas públicas no território nacional. Entretanto questiona as razões para criação desse órgão, o qual correspondeu a uma necessidade, ou seja, uma instituição que cuidasse das questões dos livros e das bibliotecas públicas. Ainda cabendo outro questionamento, quem era o sujeito

¹¹ Conforme Gasparotto, Grossi e Vieira (2014, não paginado), “o neoliberalismo refere-se à retomada de forma intensa do ideário liberal, o qual apregoa a liberdade dos mercados, as liberdades individuais, a autorregulação dos mercados, ou seja, a não interferência do Estado na economia. O projeto neoliberal defende a retração da intervenção do Estado no campo social”.

discursivo por trás do INL. A resposta é o Estado, no contexto autoritário do Estado Novo, dominado pelas elites que, não “acreditando” na eficácia do sistema democrático para a consecução dos seus interesses políticos e econômicos, buscou a modernização da sociedade brasileira via concepções autoritárias e corporativistas. Nessa acepção social, o Estado permaneceu alheio às questões acerca das bibliotecas públicas, bem como se transformou num ator político e econômico em si e por si mesmo, subordinando a sociedade e determinando os seus interesses.

[...] podemos compreender que a criação do INL se deu num contexto sócio-político autoritário, onde o Estado é o implementador de várias ações culturais. Assim, as condições que levaram à criação do INL foram as mesmas que determinaram a criação de várias outras instituições culturais nesse período – a necessidade de legitimação social do regime político autoritário instaurado. (Araújo, 2002, p. 20).

A inércia do INL em relação ao desenvolvimento das bibliotecas públicas à época, o qual tinha um caráter mais livresco e limitado apenas à prática de distribuição de livros, também mereceu destaque de pesquisadores e estudiosos da área. Paiva (2008, p. 33), em sua pesquisa de mestrado, reflete que em relação ao INL, “o objetivo visado pela política pública, neste período, foi mais ligado ao fortalecimento da indústria editorial e de utilização da cultura para promover a integração nacional do que à solução dos problemas das bibliotecas públicas”. Também lembrou a forma desigual na distribuição dos livros entre as bibliotecas, além da seleção centralizada e elitizada das obras, aspecto que reforçava a inadequação em relação às necessidades das diversas comunidades dos municípios brasileiros. Sobre essa situação, Ferraz (2018, p. 47) expressa que as bibliotecas públicas se tornaram, “[...] na maioria dos casos, salas cheias de livros, sem nenhuma conexão com seu entorno e com a realidade em que atuam, sendo apenas portas abertas para alguns usuários acidentais”.

No entanto, aponta-se que

[...] apesar de todas as limitações, o INL - ao longo de sua história, ora direta, ora indiretamente - incorporou as bibliotecas públicas à agenda governamental; incrementou os acervos dessas bibliotecas e apoiou o desenvolvimento das mesmas. O INL foi, com todos os percalços, a instituição mais longa ligada à política governamental federal para bibliotecas públicas, embora o foco do Instituto, desde sua fundação, tenha sido o livro, e não diretamente as bibliotecas. (Paiva, 2008, p. 11-12).

Ainda no âmbito do percurso histórico das políticas para as bibliotecas públicas, Rocha (2019) destaca alguns obstáculos: i- o caráter paternalista das políticas públicas destinadas às bibliotecas públicas municipais brasileiras e a omissão das prefeituras na manutenção desses equipamentos culturais; ii- o caráter assistencialista das políticas públicas

para a área, uma vez que o Estado, por quaisquer motivos, não adota uma prática igualitária às bibliotecas, promovendo uma espécie de caridade cultural com aquilo que é um direito do cidadão; iii- a descontinuidade administrativa nas esferas federal, estadual e municipal a cada mudança de governo, assim como a carência de pessoal qualificado e a necessidade constante de conscientização dos profissionais em cada nova gestão acerca da causa da biblioteca pública.

Ao analisar as políticas para as bibliotecas públicas no Brasil entre 1990 e 2006, a partir do retorno do estado democrático de direito no país, Paiva (2008, p. 111) também revelou uma série de descontinuidades. Em vista disso, a autora esclarece:

essa repetição, por si só, a despeito da extensão do País, representa o fracasso das políticas para bibliotecas públicas, que não conseguiram ainda prover o básico: fazer existirem as bibliotecas públicas em todo território. Uma outra conclusão que se pode tirar dessas reedições de um mesmo objetivo em documentos diferentes é a descontinuidade administrativa. Mesmo quando já existia um programa com o objetivo de universalizar as bibliotecas públicas no País, o governo sucessor preferiu não dar continuidade e aprimorar esse programa, mas fazer um “novo”, dar-lhe um novo nome, nomear outro diretor, sobrepondo objetivos e dispersando energia e recursos, além de desperdiçar todo o conhecimento acumulado, as relações estabelecidas, as experiências que evitam a repetição dos erros.

Araújo (2002) afirma que a ideia de biblioteca implantada no Brasil fora transferida da Europa, terminando por se tornar numa instituição decorativa para as suas comunidades, ligada ao poder público, adquirindo contorno de repartição pública e, os poucos bibliotecários existentes, transformados em funcionários públicos. Instaladas nos grandes centros, o maior obstáculo a sua popularização era o analfabetismo reinante à época, em torno de 80% da população. Ante ao exposto, Araújo (2002) traçou um panorama situacional das bibliotecas públicas antes e após a criação do INL (QUADRO 3), tendo em vista três fatores preponderantes à inatividade das bibliotecas: descompromisso do poder público; o analfabetismo da população e; inexistência de uma indústria livreira no território nacional.

Quadro 3 - Situação das bibliotecas públicas brasileiras antes e após a criação do INL
(continua)

PERÍODO	CONTEXTO DE CRIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS
1830-1930 (República Velha)	• Criação de apenas 107 bibliotecas no período, sendo a maioria instalada nos estados mais prósperos; • Formação sociocultural brasileira revela uma sociedade dependente, cuja cultura desenvolve-se sob ação da modernização reflexa (sem consciência do fato), cujas contradições do subdesenvolvimento são sentidas pelas bibliotecas; • Inexistência de ações coordenadas dos governos estadual e municipal para se criar e manter uma infraestrutura adequada e verbas para manutenção das bibliotecas e pessoal capacitado; • Relação direta entre a inadequação dos acervos e a falta de verbas para sua atualização – taxas cobradas dos usuários e campanhas de doações para composição do acervo; • Fruto do esforço isolado de algumas pessoas, a administração das bibliotecas era executada por funcionários públicos e professores; • A finalidade das bibliotecas era sobretudo o desenvolvimento e a propagação da instrução escolar, lazer e progresso moral do povo; • Havia a preocupação de não realizar empréstimos domiciliares e não permitir o livre acesso às estantes; horário de funcionamento restrito, o que indicava uma frequência mínima às bibliotecas; • Outro obstáculo ao desenvolvimento dos acervos, composto apenas por registros gráficos impressos em editoras europeias até 1914; • Os anos 30 representou uma mudança de rumos na sociedade brasileira. A Revolução de 1930 foi o acontecimento que deu fim à República Velha e inaugurou a chamada Era Vargas, que durou até 1945. Conscientização dos problemas sociais do país, fase de consciência nacional dos brasileiros, sobretudo dos instruídos, a elite intelectual da época, já que para a maioria populacional nada representou. Para o povo em geral, a implantação real da instrução primária, forma de acesso a outros níveis, mas atingida de raspão. Para as camadas médias ascensão ao ensino médio e técnico, aumento suas chances de afirmação e realização no contexto do desenvolvimento econômico; • Da perspectiva cultural, o processo de conscientização social dos escritores, iniciado nos anos 20 e desenvolvido a partir dos anos 30, repercutiu significativamente para o livro brasileiro, generalizando o desejo de produzi-lo no Brasil e, consequentemente, torná-lo um instrumento de divulgação da cultura, educação e técnica brasileiras e um produto comercial de alto valor.
1930-1945 (Estado Novo)	• Presença explicitamente autoritária do Estado na sociedade brasileira. A censura e a repressão nos vários campos sociais são marcas do autoritarismo, cuja presença já se sentia antes da instauração do estado Novo; • A Assembleia Constituinte de 1934 discutiu as garantias constitucionais da liberdade de imprensa, justificando a censura para evitar: críticas ao governo; comentários pejorativos sobre seus membros; qualquer notícia de ameaça à ordem pública e incitação à subversão; ataques pessoais a quaisquer pessoas; críticas a governos estrangeiros e seus representantes; notícias de alarmismo, inclusive a assuntos financeiros e econômicos; boatos tendenciosos; • Perseguição a editores e escritores, censura e apreensão de livros, censura a teatros e cinemas, emissão de normas para publicações estrangeiras e tudo que fosse de interesse da propaganda nacional, por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); • Ações repressivas à onda literária da década de 30 e ações violentas à vida cultural do regime político autoritário; • Censura e repressão à jornais e livros considerados contrários aos interesses dos grupos dominantes, à medida que acontece a disseminação da ideologia política dos atores dominantes, visando-se a legitimação da dominação e sua reprodução;

(continuação)

PERÍODO	CONTEXTO DE CRIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS
1930-1945 (Estado Novo)	• Apresentação dos ideais de brasilidade e de renovação nacionais, elo entre o estado e a sociedade. A sociedade é vista como imatura e indecisa, portanto carente de normas e conduta pelo Estado Novo. Assim, esse sistema político censura e reprime tudo que é inconveniente e ressalta o que é útil aos seus interesses; • Nesse contexto surge o INL. Cabe salientar alguns fatos históricos: a) plano para criação de uma enciclopédia brasileira, sob os auspícios de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, em 1936; b) criação do Instituto Cayru, em 1937, destinado à organização da enciclopédia brasileira e o dicionário da língua nacional – ares de conotação paternalista de Vargas para com a cultura –; • Dado que o Instituto Cayru não logrou êxito, o mesmo fora transformado no INL, o qual abrangeu as várias questões relativas ao livro – produção, comercialização e importação – e em menor escala, a criação e manutenção de bibliotecas públicas; • Lançamento do projeto das bibliotecas centrais, por volta de 1940, inspirado na organização bibliotecária de alguns países europeus, como a Suíça. Tal projeto visou a criação de bibliotecas centrais de região administradas por bibliotecários formados pela Biblioteca Nacional, assim como previa recursos, doação de livros e facilitação para a aquisição das obras junto às livrarias, sistema de permuta interbibliotecária, bibliotecas ambulantes e auxílio às bibliotecas já existentes. Moderno para a época, o projeto apresentava a estrutura dos atuais sistemas de bibliotecas públicas; • Viu-se, pois, a ampliação da capacidade de intervenção por meio das instituições que criou nos vários setores sociais. No campo cultural, o Ministério da Educação e Saúde e o DIP foram os veiculadores principais do projeto político ideológico, procurando legitimação social; • Durante o Estado Novo, firma-se que o INL – considerado o representante do livro, instrumento por meio do qual a ordem social estabelecida se materializa no contexto social, não efetivou nenhuma ação significativa para o campo das bibliotecas.
1964-1985 (Regime Militar)	• O período dos governos militares compreende três fases: formativa – governos Castello Branco (1964-67) e Costa e Silva (1967-69), consolidação autoritária – governo Médici (1969-74), e o de crise do sistema – governos Geisel (1974-79) e Figueiredo (1979-85) –; • Redirecionamento do INL: fase da “ação cultural e segurança pública” (1961-70), em virtude das mudanças na política cultural estatal; • O golpe militar de 1964, substituição do Estado constitucional pelo Estado burocrático-militar, é compreendido por razões econômicas – reorganização da economia brasileira no processo de internacionalização do capital – e por razões sociopolíticas – contenção das forças ativas dos setores populares por transformações sociais e extinção do Estado populista –; • 1964-1966 – criação do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), com diretrizes para a contenção inflacionária, reestruturação econômica e retomada do desenvolvimento. A tese era que a economia operaria as mudanças necessárias ao país, e a inflação era a determinante das distorções econômicas e sociais, entrave ao processo de desenvolvimento; • 1968-1970 – criação do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), para operacionalização do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social. Como os planos anteriores, o programa apoiou-se em variáveis exclusivamente econômicas, deixando de lado o aspecto social; • No regime militar, o controle social alçou patamares elevados, sendo o desenvolvimento econômico e a segurança nacional expressões que adquiriram valor em si mesmas no período pós-64; • 1969-1974 – período mais violento de repressão à subversão, ou seja, tudo tido como oposição ao bem para o país, consolidação autoritária. Presença efetiva do Estado no campo cultural, em que duas forças se estabelecem: a censura política e o discurso oficial da cultura. A repressão se justifica porque a atividade cultural pressupõe liberdade de

(conclusão)

PERÍODO	CONTEXTO DE CRIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS
1964-1985 (Regime Militar)	informação, ensino e pesquisa, provoca discussões e controvérsias, portanto, incompatível com o regime político autoritário implantado. O Estado passou a ser o centro controlador da produção cultural no país, o maior produtor da sociabilidade; • A preservação da herança cultural compete ao Estado, por intermédio INL, ou seja, a herança cultural das classes dominantes. O livro, transmissor de cultura, era a tarefa exclusiva e urgente do INL, colocando a biblioteca como discurso correlato; • Articulação da cultura ao discurso do desenvolvimento, ou seja, se desenvolvimento integral é o que considera desenvolvimento econômico, social, cultural, deve-se buscar desenvolver ações nesses campos sociais; • O Estado é o criador da cultura (INL), o livro é o transmissor da cultura e o leitor/biblioteca o assimilador de cultura; • Como o elemento central é o livro, a biblioteca é instrumento auxiliar na relação com o Estado (mecenas) e o transmissor cultural (livro). Na relação desigual entre o livro e a biblioteca, esta instituição não compõe quadro relevante nas políticas do INL, sendo sua missão auxiliar a preservação e difusão da cultura nacional por intermédio do livro; • Nenhuma menção aos bibliotecários e nem mesmo diagnóstico sobre a situação das bibliotecas públicas acerca da composição do grupo de produtores culturais que opinou sobre a questão da cultura nacional; • Após o projeto das bibliotecas regionais (1940), o projeto das Unidades Culturais – centros cívicos – é o segundo projeto do INL, mas que também não foi efetivado devido à falta de verbas; • A atuação do INL, no período analisado, deu-se em duas áreas: editoração de obras literárias e a distribuição dessas obras às bibliotecas públicas. A incorporação das bibliotecas ao projeto de distribuição do INL, colaborou por incentivar a criação e/ou manutenção dessas instituições no território nacional. No entanto, são dados sem representatividade, dada as condições de existência dessas bibliotecas, em detrimento do aumento, melhoria e barateamento da publicação de obras literárias, objetivo do INL; • Conclui-se que as bibliotecas tiveram uma utilidade limitada, servindo a um público restrito e seus acervos, instalações, mobiliário e funcionários precários. Com a expansão do mercado de bens simbólicos, a partir da década de 1960, a velha biblioteca parece deslocada num ambiente que dos livros se passou às imagens, destas para a oralidade tecnológica. O mais grave é que a revolução tecnológica opera num contexto de analfabetismo.

Fonte: Com base em Araújo (2002).

Sobre os apontamentos no quadro acima, Araújo (2002) compreende não ser de inteira responsabilidade da atuação do INL, mas sim de um conjunto de fatos que perpassa a atuação do INL, sabendo que o Brasil foi se constituindo em bases autoritárias, em que não foi possível concretizar, até o limiar do século XXI, os princípios de republicanismo e do liberalismo. Reverbera-se que o Estado falha na prestação de vários serviços e políticas públicas, falhas que se dão igualmente no campo das bibliotecas públicas.

Adentrando a discussão acerca da importância da biblioteca no contexto local, ao discorrer acerca das políticas públicas para a biblioteca pública no Estado de Minas Gerais, Ferraz (2015, 2018), em suas pesquisas de mestrado e doutorado, também salientou a importância da formulação de políticas para a área de bibliotecas, livro e leitura. Ao questionar como as representações da biblioteca pública pelos seus usuários poderiam auxiliar

os governos na construção de políticas públicas para o desenvolvimento e fortalecimento dessa instituição, essa autora salienta que a primeira proposição deveria ser investimento massivo nas bibliotecas, independentemente dos desafios, da precariedade que ronda esses espaços, tendo em vista que seus usuários reconhecem sua relevância e entendem seu potencial.

Nessa direção, ainda Ferraz (2015, 2018) reforça a importância da construção das políticas públicas como políticas de estado, tendo em vista sua continuidade em contraposição a contextos políticos efêmeros, como as ações e programas de governo. Considerando-se a complexa teia de funções e objetivos atribuídos às bibliotecas públicas, em função do seu caráter social, é necessária a criação, implantação, manutenção e avaliação de políticas efetivas, ou seja, políticas criadas considerando a variedade cultural, econômica e simbólica de cada região.

Ainda no contexto de Minas Gerais, sobre a criação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e, posteriormente, da Superintendência de Bibliotecas Públicas, dentro da Secretaria de Estado de Cultura, Ferraz (2015, p. 99) salienta o seguinte:

apesar da institucionalização do Sistema ter sido importante para as políticas públicas, este foi um dos poucos marcos regulamentados por instrumentos legais. Com exceção da Política Estadual do Livro, de 2009, nenhum outro programa ou projeto foi regulamentado, o que fragiliza sua execução e permanência. Não podemos ser ingênuos: na medida em que uma ação (projeto, programa ou política) não está documentada, ela não consta no orçamento, não há a obrigação de executá-la, e a classe política se desobriga de avançar.

Nas considerações finais da sua pesquisa, Paiva (2008, p. 110), em relação às questões postas pelas bibliotecas públicas, apontamentos emergentes no contexto da Sociedade da Informação, como “[...] o acesso, a utilização e a produção de informação pelo maior contingente de cidadãos, a formação para a vida, a educação permanente”, enumera outras questões para reflexão. Por que as bibliotecas públicas, a julgar sua importância no acesso à informação e cultura, ainda não são pontos de referência no acesso à internet? Por que todos os programas voltados para a criação e fortalecimento das bibliotecas públicas não conseguiram o básico, cobrir todo território brasileiro? Tendo em vista que não houve, no período estudado, uma “Lei das Bibliotecas”, questiona-se se os programas desenvolvidos foram políticas para a distribuição de livros ou para as bibliotecas. Por que os serviços e a concepção das bibliotecas públicas não são discutidos, embora haja centralidade nas bibliotecas no discurso oficial? Por que não se discute o papel essencial das bibliotecas, mesmo diante de dados que evidenciam as carências de leitura e a insuficiência de bibliotecas

nos municípios brasileiros? Por que a Fundação Biblioteca Nacional como agente federativo na concepção e execução das ações e políticas para bibliotecas públicas, já que é uma tipologia de biblioteca distinta e não se relaciona hierarquicamente com a biblioteca pública? Por que a formação de pessoas – agentes humanos – para trabalhar, pensar e desenvolver as ações das bibliotecas públicas não tiveram a mesma centralidade que o livro e as práticas de leitura? Por que as políticas de informação não integraram as bibliotecas públicas, tendo em conta o papel das bibliotecas no acesso à informação na Sociedade da Informação?

Discorre-se, pois, que as questões postas à reflexão por Paiva (2008, p. 120) são resultados da

confusão administrativa entre programas, setores, diretorias e presidências, aliada à confusão de nomes e siglas, demonstra, simbolicamente, uma falta de direção clara, integrada e inequívoca, que ainda não aconteceu, para as políticas públicas, das quais serão destacados alguns problemas nos próximos tópicos.

Retornando à questão de as bibliotecas públicas não serem prioridade na formulação das políticas, bem como desempenharem um aquém do seu potencial, dentre outros problemas, Ferraz (2018, p. 48) sustenta que “a biblioteca pública como instituição social parece ter um grande desafio ao pensar em acervo, serviços, interlocução com a comunidade, acesso às tecnologias, entre outros”.

Como tentativa de superação das barreiras ao desempenho das bibliotecas públicas, tendo em vista o seu papel no acesso à informação e cultura, os aspectos pontuados reverberam a necessidade de construção de uma consciência coletiva acerca da importância dessas instituições nas questões presentes na atualidade. Compreendem-se necessárias mudanças e ressignificações dos seus sentidos, finalidades e objetivos no âmbito das políticas públicas brasileiras de informação. Por esse lado, a IFLA (2015), por intermédio do documento *Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda 2030 das Nações Unidas*, apresenta as diversas perspectivas e abordagens de atuação para as bibliotecas públicas, instituições sociais por sinal, e o seu significado no contexto local.

2.4 O papel das redes/sistemas de bibliotecas na conformação das funções da biblioteca pública

Antes de iniciar a discussão sobre os sistemas de bibliotecas, é pertinente definir conceitualmente o que se entende por sistema.

Chiavenato (2020) expressa que *sistema* é um conjunto integrado de partes ou componentes, íntima e dinamicamente relacionados, que desenvolve uma atividade ou função e é destinado a atingir um objetivo específico. Há a figura de um sistema maior – suprassistema – e dos sistemas menores – subsistemas internos. Como um todo organizado e complexo, Andrade e Amboni (2009) dizem que o *sistema* é um conjunto de coisas/partes inter-relacionadas e coordenadas para realizar determinadas finalidades. Ambiente, finalidade, estrutura dos integrantes e recursos disponíveis para as ações são aspectos importantes no detalhamento para a compreensão do sistema.

Quanto a sua constituição, os sistemas são classificados como *físicos* – materiais/concretos – e *abstratos* – virtuais/conceituais. Em relação a sua natureza, são *fechados ou mecânicos* – baixo intercâmbio com o ambiente – e *abertos ou orgânicos* – intensas relações de intercâmbio com o ambiente. (Chiavenato, 2020). Igualmente, Andrade e Amboni (2009) classificam os sistemas em *físicos* – aqueles compostos por equipamentos, *abstratos* – formado por ideias, *fechados* – sem relações com o meio externo – e *abertos* – aqueles que interagem com o meio externo e vice-versa.

Impossível, na atualidade, conceber a existência de um sistema fechado, a exemplo de uma máquina. Nesse sentido, as organizações são consideradas sistemas abertos, pois há uma interação constante com o ambiente externo, em que ambos se afetam mutuamente, como enfatizam Lussier, Reis e Ferreira (2011). Sobre esse aspecto, Chiavenato (2020) diz que essa interação com o ambiente proporciona à organização os recursos físicos, materiais e financeiros necessários para processamento, que retornarão ao ambiente em forma de bens e serviços. Ou seja, as organizações não são autossuficientes, pois precisam que o ambiente lhes forneça os insumos, além precisarem escoar sua produção/serviços (Sobral, Peci, 2013).

Nos sistemas abertos, atuam duas forças importantes, que impactam positiva ou negativamente o seu desenvolvimento:

- i- sinergia: um emergente sistêmico, é o resultado multiplicador das partes do sistema que, se somadas, produzem um efeito alavancado, consequência da eficiência da rede dinâmica de comunicação que faz do todo maior que as partes;
- ii- entropia: contrariamente à sinergia, produz um efeito desintegrador, quando a comunicação não funciona adequadamente. É o caso em que o todo é menor que as partes, em virtude da perda de energia, que o faz encolher. (Chiavenato, 2020).

Ampliando essas duas forças, Caravantes, Panno e Kloeckner (2005) e Andrade e Amboni (2009) especificam as seguintes características de um sistema:

- i- importação ou entrada (*input*): insumos do ambiente externo necessários às atividades e operações do sistema;
- ii- conversão ou transformação: conversão das entradas em produtos ou serviços, que são os resultados;
- iii- exportação ou saída (*output*): retorno dos resultados – produtos e/ou serviços – ao ambiente;
- iv- retroação ou retroalimentação (*feedback*): sensor ou sinais do ambiente externo ao sistema sobre seu funcionamento ou comportamento, possibilitando alteração ou correção de desvios, erros ou problemas na consecução dos objetivos;
- v- estabilidade: ou autorregulação, mediante a retroação, é a volta ao estado de equilíbrio após a resolução de qualquer distúrbio ou perturbação, com vistas a manter as partes ou estruturas do sistema, as relações entre as partes e a interdependência entre os subsistemas e entre o sistema e o ambiente;
- vi- adaptabilidade: capacidade da organização de se adaptar às contingências internas e externas;
- vii- entropia: perda de energia – degeneração – em virtude de diferentes contingências, fato que pode levar a organização à morte, se a mesma não conseguir outras fontes para se reabastecer em prol do equilíbrio;
- viii- diferenciação: adoção de estratégias, como sistemas abertos, na busca de diferenciais em relação à concorrência;
- ix- equifinalidade: alcance dos objetivos pretendidos via múltiplos meios/métodos;
- x- ciclo de eventos: interação permanente da organização com o ambiente, levando a constituição de diferentes ciclos de eventos para reconstituir os *inputs*, o processamento e os *outputs*;
- xi- limites ou fronteiras: atuação dentro de determinados territórios ou limites, os quais demarcam a área de atuação da organização, bem como mostram as relações mantidas com o ambiente.

Na teoria dos sistemas, a organização é um sistema complexo, como pontuam Sobral e Peci (2013), em que interagem constantemente diversos subsistemas – de natureza técnica, estrutural, psicossocial, de valores etc. O trabalhador, nessa teoria, não é visto como um homem social ou complexo, mas sim funcional, interagindo entre si, funcionando como sistemas abertos. O homem funcional executa determinado papel, em que suas ações visam objetivos exteriores, ou seja, objetivos da organização.

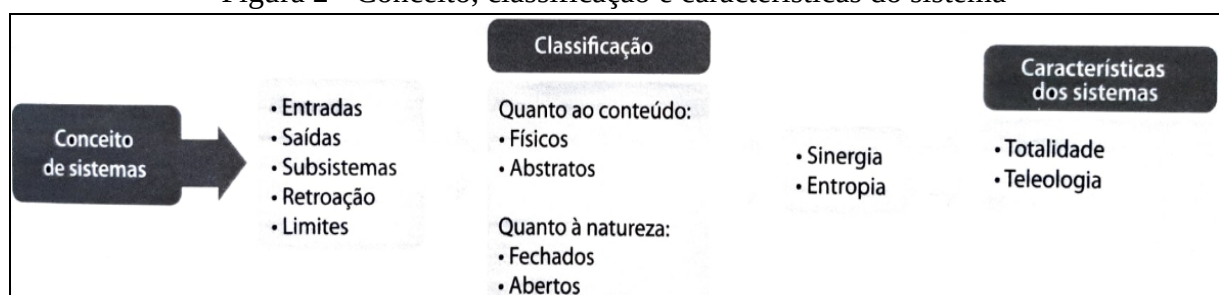
O foco da teoria de sistemas está na visualização da organização como um todo e no inter-relacionamento das suas partes, como ponderam Lussier, Reis e Ferreira (2011). Em virtude das partes do sistema serem interdependentes, mesmo que cada parte opere de forma independente para ser mais eficiente, a organização como um todo pode não funcionar.

Na direção desse apontamento, Chiavenato (2020) menciona outras duas características principais do sistema: *globalismo/totalidade* e *abordagem teleológica*. O *globalismo/totalidade* ultrapassa a visão analítica, ou seja, é enxergar o todo e não a soma das suas partes isoladas. O sistema deve ser visto como uma entidade global e integrada, cujas características são diferentes de cada uma das suas partes, mais focado em juntar do que separar as coisas. Já a *abordagem teleológica* refere-se ao propósito ou objetivo a ser alcançado pelo sistema.

Lussier, Reis e Ferreira (2011) enfatizam a necessidade de habilidades conceituais para a compreensão de como os subsistemas – as partes – se inter-relacionam e contribuem para a organização como um todo. A organização é um sistema – departamentos, assim como o processo de administração também é – planejamento, organização, liderança e controle – e como os subsistemas – partes dos departamentos – afetam-se uns aos outros. Assim, na resolução de um problema, o enfoque deve ser o todo.

A visão do propósito mostra que é a função que faz o sistema, não sua estrutura. Graficamente, o exposto até aqui sobre o sistema está representado na FIGURA 2.

Figura 2 - Conceito, classificação e características do sistema



Fonte: Chiavenato (2020).

Outro autor, Maximiano (2006) diz que o enfoque sistêmico requer um educar-se para perceber os elementos da realidade como parte dos sistemas. A ideia de sistemas e o enfoque sistêmico ajudam a entender e operar a complexidade de situações ou problemas da organização. A fim de que esse enfoque possa ser utilizado, faz-se necessária a delimitação das fronteiras dos sistemas, ou seja, é preciso fazer recortes da realidade. Como ferramenta intelectual para estudo e prática da administração moderna, o enfoque sistêmico pode ser

aplicado em ideias interdependentes, como: administração estratégica, administração da qualidade total, reengenharia de processos, mudança organizacional e abordagem situacional.

No campo das condições da organização do trabalho, sob o enfoque sistêmico, a organização também é concebida como um sistema sociotécnico, estruturado em dois subsistemas mutuamente influentes: o sistema técnico e o social.

- i- *Sistema técnico*: formado pelos recursos e componentes físicos e abstratos, que independem de pessoas, até certo ponto: objetivos, divisão de trabalho, tecnologia, instalações, máquinas, equipamentos, ferramentas, procedimentos e duração das tarefas;
- ii- *Sistema social*: formado pelas manifestações comportamentais dos indivíduos e grupos: relações sociais, grupos informais, cultura, clima, atitudes e motivações. (Maximiano, 2006; Andrade e Amboni, 2009).

No campo da administração sistêmica, que propõe uma visão integrada das organizações, Maximiano (2006) fala que elas são também sistemas sociotécnicos, em que os requisitos técnicos e sociais das tarefas são interdependentes e precisam gerar resultados econômicos, de modo a otimizar o sistema como um todo. Além do mais, como são construtos cognitivos, outros sistemas podem surgir, aspecto que depende do olhar do observador. Para além do sistema sociotécnico, o *sistema estrutural* pode ser acrescentado à organização. Frisa-se que a capacidade de planejar e construir sistemas que funcionem é necessária para a eficácia da organização, para a qualidade de vida dos usuários e para a sociedade.

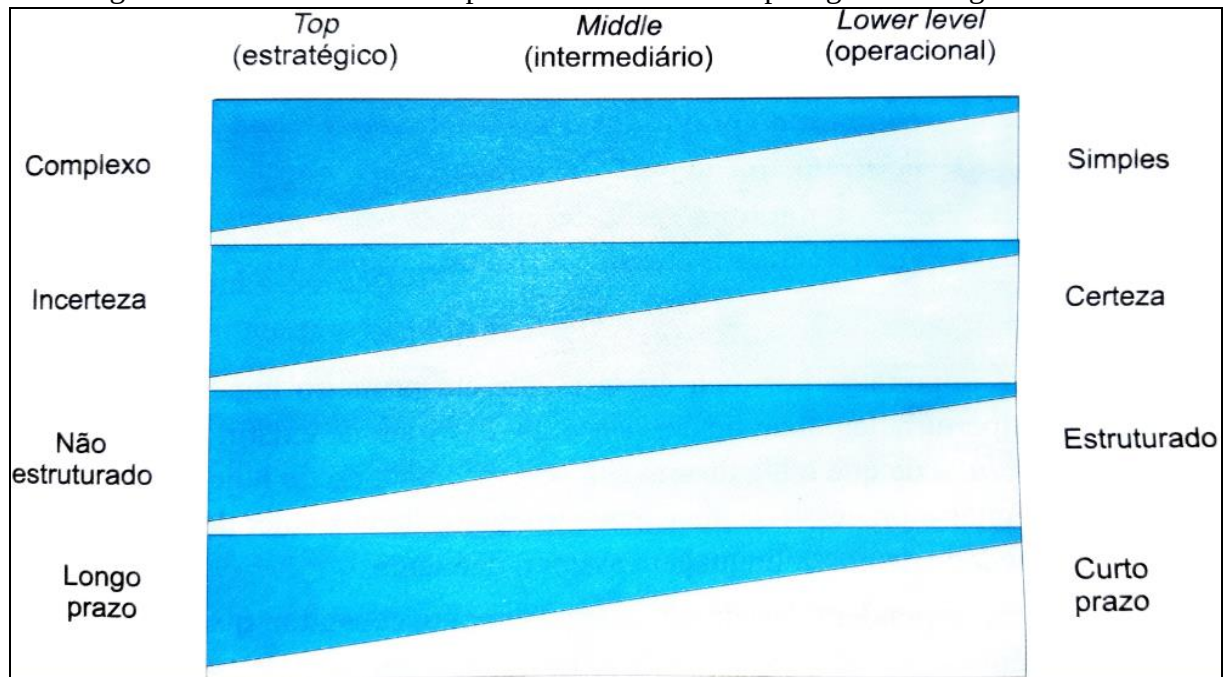
A necessidade de eficácia conduz a aplicação da teoria dos sistemas na prática, mediante os processos de análise e planejamento. Chiavenato (2007) diz que a análise ambiental abrange conhecer o ambiente geral – macroambiente – e o ambiente de tarefas. O ambiente geral envolve: fatores políticos, tecnológicos, econômicos, legais, sociais, demográficos e ecológicos. Já o ambiente de tarefas inclui: consumidores ou usuários, fornecedores de recursos, concorrentes e agências reguladoras.

Planejamento, para Caravantes, Panno e Kloeckner (2005), é um processo de tomada e avaliação de cada decisão de um conjunto de decisões inter-relacionadas antes da ação, na busca de um resultado favorável. É uma técnica para absorver a incerteza sobre o futuro e permitir maior consistência no desempenho da organização. Envolve definir objetivos, verificar o estado atual das coisas, desenvolver premissas futuras, identificar meios para alcançar objetivos e implementar planos de ação necessários.

Existem três níveis de planejamento: i- *estratégico ou de cúpula*: de longo prazo, é amplo e abrange toda a organização como um sistema único e aberto; ii- *tático ou*

intermediário: de médio prazo, é elaborado em cada departamento no nível intermediário da organização; iii- *operacional ou de base*: de curto prazo, refere-se a cada atividade ou tarefa em particular. (Caravantes; Panno; Kloeckner, 2005; Chiavenato, 2007). A FIGURA 3 demonstra que os problemas no nível superior são mais complexos, com alto grau de incerteza, mais desestruturados e de longo prazo, que nos níveis intermediário e operacional.

Figura 3 - Características dos problemas enfrentados pela gerência segundo o nível



Fonte: Caravantes, Panno, Kloeckner (2005, p. 405).

Nesse processo, fazem-se necessários alguns elementos: i- compreensão do ambiente com as entradas e saídas – energia; ii- definição de objetivos reais pretendidos; iii- componentes concretos e abstratos – pessoas, equipamentos, monitoramento, instalações; iv- processo – sequência de operações e procedimentos que produzem os resultados pretendidos; v- administração e controle inspirado no *feedback*, com o objetivo de gerar informações para a regulação do funcionamento em função dos objetivos propostos. (Maximiano, 2006).

Resumidamente, todo o exposto acerca dos aspectos característicos da teoria de sistemas está representado na FIGURA 4.

Figura 4 - Principais características da teoria de sistemas

Fatores-chave do contexto	Conscientização da interdependência global do pós-Guerra. Movimento contra a excessiva especialização das disciplinas. Influência da obra de Von Bertalanffy.
Pressupostos	As organizações devem ser vistas como sistemas abertos. Homem funcional – sistemas abertos cujo comportamento é influenciado pelo ambiente e suas ações visam a objetivos exteriores a eles.
Foco de análise	A organização, seus subsistemas e a interação com o ambiente em que se insere.
Conceitos-chave	A organização é um sistema aberto, composto de partes interdependentes entre si. A organização está em contínua interação com o ambiente em que se insere, para recolher os insumos e contribuir via produtos e serviços.
Principais contribuições	Percebe relações importantes entre os subsistemas organizacionais que influenciam o alcance dos objetivos da organização. Desmistifica a "solução administrativa ótima", abrindo espaço para soluções alternativas satisfatórias. Expande as fronteiras da organização, reconhecendo a importância da sua relação com o ambiente. Abre o caminho para uma série de pesquisas a serem desenvolvidas para identificar variáveis ambientais que influenciam o desempenho organizacional.
Limitações e críticas	Não oferece direcionamento acerca das funções e práticas concretas gerenciais. Baseia-se em conceitos transpostos de ciências biológicas e naturais que nem sempre levam em consideração a complexidade e a unicidade da vida social.

Fonte: Sobral e Peci (2013, p. 81).

Todas essas características, conjuntamente, proporcionam um certo grau de complexidade aos sistemas, além da diversidade, como afirmam Andrade e Amboni (2009). É um sistema dinâmico, que suporta mudanças como resultado das interações entre os subsistemas entre si e com o sistema maior.

2.4.1 A ideia de sistema aplicável às bibliotecas públicas: reflexões necessárias

Espaço democrático e acessível a todos os sujeitos por natureza e excelência, entende-se que a biblioteca pública carece de uma atuação com mais afinco por parte do poder público, principalmente, no que tange ao desenvolvimento de políticas públicas para o setor. Essa dimensão é cada vez mais compreendida como sendo essencial para a criação de novas bibliotecas, manutenção e desenvolvimento daquelas já existentes e para a identificação e oferta de novos serviços de informação à comunidade, como contrapartida às mudanças, transformações e exigências sociais.

Apesar de no imaginário social brasileiro a biblioteca pública ser concebida apenas como espaço genuíno para o armazenamento de livros, acesso à leitura e para o apoio à pesquisa escolar, cabe refletir, para além desses aspectos, múltiplas funções em sua missão. Discutir a biblioteca pública como espaço de estratégias de mobilização cultural e atuação sociopolítica, assim como os profissionais que nela atuam como agentes políticos, colabora para reposicionar essa instituição plural no cenário nacional, a julgar que do paradigma da

posse, as bibliotecas passaram a se organizar pela perspectiva da narrativa das transformações sociotécnicas vigentes. (Machado; Elias Junior; Achilles, 2014).

Via essa assertiva, o Manifesto da IFLA e UNESCO é uma referência importante para se pensar a biblioteca pública na atualidade. Pondera-se ser necessária às bibliotecas públicas, além de uma fonte de financiamento e legislação, a formação de redes para lhes assegurar uma coordenação e cooperação para atendimento aos objetivos, prioridades e serviços relacionados com as demandas de informação da comunidade usuária. É premissa que os agentes públicos e as autoridades nacionais e locais apoiem e desenvolvam esses espaços de educação, lazer, memória e cultura da comunidade, povo e país.

A formação das redes/sistemas para otimização das ações das bibliotecas públicas, como salientado no Manifesto, é determinante porque se configura como um caminho para a consecução de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas norteadoras da atuação dessas instituições para com o seu público, assim como para o poder público na formulação de políticas para o setor. Expressa-se também a importância do trabalho cooperativo e em equipe entre os profissionais das diversas bibliotecas e entre os gestores das redes/sistemas, os quais materializam as políticas para o setor, bem como possibilitam a articulação local entre a informação em seus diferentes suportes e as demandas da comunidade local. Nessa direção, Machado, Elias Junior e Achilles (2014, p. 122) salientam que

[...] é imprescindível o trabalho em rede entre bibliotecas, sejam bibliotecas públicas, comunitárias, escolares, especializadas ou universitárias. Nos pequenos municípios, o estabelecimento de um trabalho em rede entre bibliotecas de diferentes tipologias pode ser a solução para a sobrevivência e recolocação da biblioteca pública no cenário regional. Já em municípios maiores, a constituição de Sistemas Municipais de Bibliotecas Públicas poderá garantir a economia de recursos, a agilidade no atendimento, a otimização de acervos e serviços, entre outros benefícios.

Na concepção de rede, Latour (2004, p. 40) considera que a biblioteca não se ergue vazia de sentidos e significados ou mesmo solitária em meio à paisagem da realidade atual, como uma fortaleza isolada em si mesma, mas sim

[...] como o nó de uma vasta rede onde circulam não signos, não matérias, e sim matéria tornando-se signos, não matérias, e sim matéria tornando-se signos. [...] ela curva o espaço e o tempo ao redor de si, e serve de receptáculo provisório, de *dispatcher*, de transformador e de agulha a fluxos bem concretos que ela movimentam continuamente.

A biblioteca não poderá ser um elemento estranho, sofisticado e alienante, como salienta Latour (2004). Pelo contrário, cabe-lhe ajustar-se à realidade sobre a qual pretende

atuar e influir. A considerar os desejos de equilíbrio em torno do desenvolvimento sustentável como premissa orientadora para novas formas de atuação frente à realidade que se desvela, a função social da biblioteca pública só se concretizará quando houver uma maior repercussão dos seus serviços, mediante o entrosamento efetivo e permanente com a comunidade.

Discutindo a organização da biblioteca em redes/sistemas, Tarapanoff (1984) pontua que muitos estudos sobre a biblioteca tendem a abordá-la enquanto um sistema fechado que, isolado em suas partes, é suficientemente independente. Nessa perspectiva, cada processo é analisado referenciando-se apenas a sua estrutura interna, sem referência ao meio ambiente externo. Tal abordagem baseia-se na ideia de que a biblioteca é um órgão de apoio aos sistemas de ensino e que depende, influencia e é influenciada única e exclusivamente pela organização à qual pertence. Entretanto, como a biblioteca importa energia (insumos), ela é influenciada por indivíduos, pelas características da organização à qual pertence, por outras organizações com as quais se relaciona e pelo meio ambiente em geral.

Por esse olhar, os espaços, acervos, políticas, atividades técnicas, serviços, pessoas etc., são constituídos tendo-se em vista as finalidades e objetivos escolares e a aprendizagem dos sujeitos para a participação e construção da sociedade.

O pensar as bibliotecas sob a ótica sistêmica data da reforma universitária com a promulgação da Lei 5.540/68¹², conforme salienta Lima (1977). Via essa Lei, que estabeleceu as finalidades do ensino superior no Brasil à época e as universidades deveriam realizar atividades de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão, as bibliotecas também passaram por processos de transformação, a fim de acompanhar o desenvolvimento universitário. Esse fato implicou em novos conceitos e serviços bibliotecários, em acordo às finalidades do ensino superior.

Importa sublinhar, nas palavras de Miranda (2004), que quando se falou em abordagem sistêmica no âmbito das bibliotecas universitárias, centralização e descentralização eram temáticas recorrentes. Num primeiro momento a centralização foi a opção considerada, tendo como objetivo a criação de uma política global para nortear o planejamento das atividades bibliotecárias, bem como normalizar os processos técnicos de formação, organização e utilização do patrimônio bibliográfico universitário e a dotação orçamentária para aquisição de acervo. As variáveis que incidiram na determinação dos graus de centralização dos sistemas de bibliotecas são referentes a: idade das bibliotecas do sistema,

¹² Revogada. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm. Acesso em: 13 marc. 2024.

as distâncias entre as unidades de ensino e as bibliotecas, o volume de recursos disponíveis etc., tudo de forma a se pensar em uma certa racionalidade ao processo decisivo.

Conforme considerações de Cunha (1977, p. 36), a ideia de sistemas aplicáveis à Biblioteconomia e à Documentação se cristaliza como instrumento de trabalho de grande potencial porque mobiliza todos os recursos das bibliotecas e centros de informação.

Assim, falar em sistema para racionalizar a indústria da informação, seria esquematizá-la como modelo de integração vertical e, portanto, de forma hierárquica dentro dos limites das organizações e dos serviços existentes ou planejados, de qualquer grandeza, e nos quais a ênfase recai mais nos recursos internos, de um extremo a outro, do que nas relações externas. Os contatos, recíprocos ou não, entre tais sistemas ou entre bibliotecas ou entre bibliotecas isoladas constituem as redes – integração horizontal – e, por conseguinte, a essência da cooperação ou interdependência.

A criação de um sistema integrado de bibliotecas, na visão de Camurça, Araújo e Morais (2013) “objetiva o funcionamento sistêmico e padronizado dos serviços e procedimentos das bibliotecas, a fim de promover o acesso, a disseminação e o uso da informação dentro de uma gestão da informação focada na qualidade”. Nessa perspectiva, às bibliotecas cabem pensar e organizar seus elementos integrados aos elementos presentes no meio ambiente onde se inserem, para que o sistema de bibliotecas possa responder adequadamente à missão e aos objetivos para os quais fora criado.

Cunha (1977) especifica que técnicas de planejamento como o diagnóstico das necessidades, a identificação de objetivos, alocação de recursos e controle e avaliação de resultados aplicáveis à Biblioteconomia e à Documentação, assim como nos outros meios de comunicação dos quais a informação é integrante, não podem ser tratadas isoladamente dos projetos de desenvolvimento em geral, quando o que se visa é a maximização do uso das atividades de informação. Independente do âmbito de abordagem, o objetivo do sistema é coordenar tecnicamente as bibliotecas – sejam elas escolares, universitárias, comunitárias, públicas ou privadas, com a finalidade de normalizar os processos técnicos de formação, organização e utilização do patrimônio bibliográfico. Tais objetivos devem ser planejados em consonância com as finalidades e objetivos estabelecidos, considerando sua missão educativa, social, política e cultural.

A composição vertical dos sistemas não tem um modelo formal aplicável a qualquer caso ou circunstância, do ponto de vista teórico, de acordo com as reflexões de Cunha (1977). Assim, cada realidade exigiria uma ação legislativa ou normativa e mecanismos de administração de maior ou menor complexidade, conforme as peculiaridades de cada unidade

geográfica ou de acordo com o consenso dos setores interessados. Nesse sentido, essa autora diz há alguns requisitos básicos a cumprir: formulação de uma política da informação; fixação de normas diversas aplicáveis a setores diversificados do trabalho de organizar a documentação; facilidades de telecomunicação como requisitos implícitos às redes e sistemas; recursos humanos adequados; redução de custos como requisito ao desenvolvimento de sistemas e redes, e assim por diante.

Dada a dinâmica constante da sociedade, Lima (1977) enfatiza que o desenvolvimento das bibliotecas atualmente não se limita a um mero ajustamento de suas estruturas, mas exige uma mudança no enfoque de seus objetivos e formas de atuação. Torna-se necessário redefinir esses objetivos para viabilizar um planejamento adequado dos serviços de informação, na perspectiva de atuação sistêmica. No contexto brasileiro, embora muitos bibliotecários tenham assumido suas responsabilidades, falta-lhes, na conjuntura atual, um instrumento normativo que facilite a reformulação de seus conceitos e práticas de trabalho. Ademais, a aceitação incondicional do conceito de sistema, por si só, não será suficiente para resolver os entraves à organização ideal do setor informacional. Em síntese, Cunha (1977) observa que ainda há um longo percurso a ser trilhado para alcançar a coparticipação ideal, um objetivo que demanda esforços contínuos e de longo prazo.

Entretanto, algumas barreiras precisam ser superadas. Um primeiro desafio ao sistema de bibliotecas é a incorporação da dimensão conceitual do significado de sistema. A aplicação da visão sistêmica nas empresas é dificultada pelo fato dos profissionais raramente dominarem seus fundamentos teóricos para sua aplicação prática. Nesse sentido, Donaires (2014, p. 7) frisa que “o desafio semântico diz respeito às dificuldades associadas ao entendimento do significado do vocábulo sistêmico. O tipo de equívoco mais ingênuo que se pode cometer é confundir o uso de algum tipo de abordagem sistemática com visão sistêmica”.

Assim como as organizações dependem das pessoas para o seu planejamento, organização, controle, operação e funcionalidade, também no sistema de bibliotecas os sujeitos que nele atuam precisam incorporar o ideal de sistema para que as atividades das bibliotecas possam se desenvolver frente às concepções e interesses pessoais.

A ideia de sistemas, portanto, representa apenas um ideal de compreensibilidade, uma vez que não se pode conhecer “o sistema todo”. Sendo assim, a ideia de sistemas sugere a necessidade de reflexão crítica na inevitável falta de compreensibilidade no nosso entendimento e projeto de sistemas (sociais). (Donaires, 2014, p. 5).

Como um sistema aberto, portanto, sujeitas às influências do ambiente que muda constantemente, Maciel e Mendonça (2000, p. 5) dizem que se espera que a biblioteca seja igualmente variável, adaptando-se às constantes mudanças. Entretanto, “ao mesmo tempo uma organização não pode sobreviver na dependência absoluta de variações ambientais. Precisa de alguma regularidade estrutural para enfrentar todas essas incertezas e que seja, ao mesmo tempo, simples e flexível”. Nesse aspecto, a biblioteca precisa ter claro seu horizonte, bem como seu foco e espaço de atuações. A falta de clareza e de propósitos pode criar um abismo para com sua comunidade usuária.

Também, ao sistema de bibliotecas apresenta-se como desafio privilegiar a transdisciplinaridade. Nesse aspecto, o desenvolvimento de acervo torna-se um exercício para a superação da visão reducionista do conhecimento, portanto, um desafio a ser superado no âmbito do sistema de bibliotecas. “O desenvolvimento de uma coleção, sob uma abordagem sistêmica, deve analisar cada etapa de seu processo tanto sobre sua utilidade para o resultado final – funcionalismo – quanto sobre seu papel para o processo como um todo – holismo –”. (Miranda; D’Amore; Pinto, 2013, p. 101).

Acerca do tratamento do acervo, o mecanicismo/tecnicismo dos processos bibliotecários ante ao acesso à informação é outro aspecto que precisa ser superado. Privilegiar aspectos técnicos dos sistemas reduz o trabalho de intervenção para melhoria nos sistemas de tecnologia da comunicação e informação (TIC) para atendimento às necessidades sociais, organizacionais, humanas e informacionais dos sujeitos. Em face dos anseios informacionais, a tecnologia deve ser uma aliada no acesso e compartilhamento da informação, não a finalidade do sistema.

Outro motivo de preocupação da administração do sistema de bibliotecas é referente à falta de infraestrutura de muitas bibliotecas, sempre acostumadas a lidar com a escassez de recursos – humanos, materiais e infraestruturais. No que se refere à infraestrutura humana especializada, as políticas de recursos humanos dos governos são inadequadas por não permitir flexibilizar a dimensão qualitativa e quantitativa do quadro de pessoal para atendimento das demandas concretas das bibliotecas.

Miranda (1979) assinala que a biblioteca pública vive na dependência da iniciativa dos agentes públicos e demais autoridades, outras entidades como secretarias de educação e de cultura, fundações culturais, instituições religiosas, clubes de serviços, e outras. Sob esse olhar, esse autor reflete criticamente o estado de impotência das bibliotecas públicas, uma vez que não há a participação da biblioteca e dos bibliotecários no seu curso. Posto isso, ainda destaca que essa realidade das bibliotecas públicas e muitas de suas características – positivas

e negativas – poderiam ser exploradas e redirecionadas em favor de uma missão mais civilizadora e democratizante – educação formal e autoeducação contínua – dado que a informação é essencial à capacitação do indivíduo. Em tal contexto, a biblioteca precisaria ser considerada e estar incluída na formulação dos planos nacionais de desenvolvimento e dos planos setoriais de Educação, Cultura e Lazer.

Ante aos desafios enfrentados pelas bibliotecas públicas e, conseqüentemente, pelos sistemas que as congrega, é necessária a compreensão de que na prática, as organizações como sistemas, não funcionam de modo perfeito, conforme o desejo e de acordo com a proposição da administração organizacional, haja vista as complexidades sociais e o caráter singular dos sujeitos e das relações humanas conforme apontou Donaires (2014). Urge, pois, a necessidade de mais reflexões, de forma que os sistemas de bibliotecas funcionem em harmonia, tendo como ideais os interesses institucionais que dirigem sua criação, assim como os interesses informacionais da comunidade usuária, a qual determina sua existência.

Destarte, pensar as bibliotecas enquanto parte de um sistema e que, por sua vez, ambos estão inseridos em um sistema social maior, é pensar nas especificidades desse contexto que requer do sistema de bibliotecas uma postura ativa, no sentido de responder as demandas ambientais, bem como criar soluções informacionais, tecnológicas e educacionais para capacitação dos sujeitos para participação e enfrentamento às exigências sociais. Dessa forma, a educação de usuários é a saída para que a biblioteca possa proporcionar aos sujeitos as condições informacionais de que precisam para se inserir nos diversos sistemas sociais. Condição essa essencial para que os sujeitos possam de modo sábio se apropriar e utilizar o artefato informação disponível na biblioteca e em outros espaços na consecução dos anseios pessoais, socioculturais, político-econômicos e ambientais.

Ao argumentar sobre os problemas sociais marcantes do país, a carência de bibliotecas públicas e o reconhecimento da importância da informação para a melhoria dos padrões sociais e aperfeiçoamento humano, Miranda (1979, p. 234) diz que

a reunião destas bibliotecas em redes e sistemas ampliaria a capacidade de seus serviços, facilitando o acesso à informação, barateando os seus custos, racionalizando suas tarefas e disciplinando o seu uso para um público mais amplo, isto é, socialmente mais econômico e justo que o atual.

No contexto brasileiro existem inúmeros sistemas de bibliotecas, compreendendo as bibliotecas públicas, as bibliotecas escolares e universitárias. Voltando-se o olhar para o contexto das bibliotecas públicas, mencionam-se a existência do Sistema Nacional de

Bibliotecas Públicas (SNBP) e dos sistemas estaduais de bibliotecas públicas, assunto do próximo tópico.

2.4.2 A institucionalização dos sistemas de bibliotecas públicas no Brasil

Levando-se em conta a importância do trabalho em redes/sistemas, compreende-se que a criação do SNBP – Decreto Presidencial nº 520, de 13 de maio de 1992, atualizada pelo Decreto nº 12.166/2024 – à época sob coordenação da Fundação Biblioteca Nacional, representou um marco importante para a gestão desses equipamentos no âmbito brasileiro, principalmente para a gestão dos recursos para sua preservação, ampliação, difusão e produção. Atualmente, a cargo do Ministério da Cultura – Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014, o SNBP tem como missão “[...] proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura e estimular a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do País”. (Brasil, 2014, não paginado).

Respeitado o princípio federativo – autonomia política dos Estados Federados garantidos pela Constituição Brasileira, como é assentado desde a primeira em 1891, o SNBP atuará no sentido do fortalecimento dos respectivos sistemas de bibliotecas públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Nesse sentido, conforme disposto no Decreto nº 8.297/2014, a atuação do SNBP será de forma cooperativa e em parceria com os 27 Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBP) dos entes federados brasileiros, tencionando-se o fortalecimento das ações das bibliotecas públicas e comunitárias dos municípios brasileiros. Ainda, consoante o disposto no Art. 2º do Decreto nº 520/1992, os objetivos do SNBP são os seguintes:

- i - incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional;
- ii - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;
- iii - desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras;
- iv - manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras;
- v - incentivar a criação de bibliotecas públicas ou bibliotecas comunitárias de uso público em Municípios desprovidos de bibliotecas públicas;
- vi - proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais;
- vii - favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no País;
- viii - assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem assim fornecer material informativo e orientador de suas atividades;
- ix - firmar parcerias com vistas à promoção da leitura e ao desenvolvimento de bibliotecas públicas e bibliotecas comunitárias de uso público. (Brasil, 1992, não paginado).

Para que tais objetivos sejam possíveis de consecução, as fontes de recursos financeiros para o custeio das ações do SNBP serão provenientes da União, dos Estados e dos Municípios, além de doações e contribuições de parceiros nacionais e internacionais. Ademais, prevê-se a celebração de convênios e contratos de prestação de serviços para apoio aos programas de atualização profissional e de capacitação de recursos humanos, incremento da circulação de bens culturais, orientação técnica às bibliotecas – dentro dos padrões biblioteconômicos e normas comuns – e colaboração em projetos com a participação de entidades nacionais e internacionais. (Brasil, 1992, não paginado).

Apesar da importância do SNBP para o fortalecimento da existência e atuação das bibliotecas públicas, o setor carece de uma lei de bibliotecas (Miranda, 1979; Paiva, 2008). À vista disso, Paiva e Andrade (2014, p. 105) refletem que

não houve, em todo o período estudado [1990-2006], uma “Lei das Bibliotecas”. Ao invés das leis do livro complementarem a política de bibliotecas, elas tornaram-se a política de bibliotecas. A prática da distribuição de livros, ainda que produza a realidade material do contato com o livro, não significa formar leitores. Além disso, periódicos e outros recursos são esquecidos, e nenhum estudo é feito para se conhecer as necessidades e desejos das comunidades que receberão o acervo, ou seja: a biblioteca, seu público, seus serviços, seu contexto social, são na maioria das vezes, ignorados.

Para essas autoras, as políticas públicas para a área beneficiaram mais a cadeia produtiva do livro em detrimento do bem público, ou seja, a biblioteca pública em si. Também, as ações voltadas para as bibliotecas públicas estiveram limitadas ao envio de acervo e, eventualmente de equipamentos.

Vale destacar também que a heterogeneidade brasileira em aspectos políticos, econômicos, sociais, educacionais, culturais, dentre outros aspectos, torna o trabalho em rede das bibliotecas públicas muito complexo e desafiador, o que dificulta estimar o real valor social das bibliotecas brasileiras. A despeito disso, a realidade brasileira é

[...] muito desigual no que tange aos recursos públicos e a estrutura das bibliotecas. Embora o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Brasil trabalhe para ter um sistema de leitura pública estruturado, as bibliotecas públicas dependem dos governos locais e dentro dos estados nem sempre funcionam em rede, de forma coordenada, e seguindo uma estratégia comum. Da mesma forma, embora em alguns municípios existam instalações de biblioteca muito bem preparadas, com espaços e coleções adaptadas aos diferentes tipos de usuários, muitos outros municípios ou distritos carecem de biblioteca ou não possuem espaços que sejam suficientes para se tornarem um ponto de encontro para a comunidade, nem oferecem acervo e recursos informativos atualizados para atender às necessidades literárias e de informação da sociedade. (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2023, p. 12).

A fim de viabilizar a gestão de uma rede de bibliotecas públicas no Brasil, os entes federados foram solicitados a criar os sistemas estaduais, com vistas a possibilitar a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento das bibliotecas no país. Por intermédio da Portaria nº 4/2021, ficou estabelecido o Acordo de Cooperação Federativa, instrumento para a adesão dos Sistemas Estaduais e Distrital de Bibliotecas Públicas ao Sistema Nacional. Conforme essa Portaria,

Art. 2º O Acordo de Cooperação Federativa a ser celebrado visa o desenvolvimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP, atuando em parceria e cooperação com os sistemas dos Estados e do Distrito Federal, e tem como objetivo a formulação e implantação de políticas públicas para bibliotecas públicas. (Brasil, 2021, *on-line*).

Ainda, a Portaria nº 4/2021 determina que compete ao Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB), por meio da coordenação-geral do SNBP, a coordenação e acompanhamento dos compromissos assumidos com a adesão dos entes federados ao SNBP.

As ações realizadas a partir da celebração dos acordos são estruturadas em um Plano de Trabalho, estão ancoradas em cinco eixos: i- gestão e informação; ii- acesso, implantação e modernização; iii- assistência e formação; iv- divulgação; v – fomento à leitura. Os eixos são organizados em metas e para o alcance de cada uma das metas serão apontadas uma ou mais atividades. O prazo de vigência do Plano de Trabalho é de 30 anos, com a previsão de revisões ou ratificações a cada cinco anos.

Além da estruturação dos SEBP, até o presente momento apenas os Estados do Acre, Alagoas, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, São Paulo e Sergipe possuem Acordo de Cooperação Federativa celebrados com o SNBP.

Importa destacar que nesse instrumento todas as ações que cada um dos partícipes realiza são independentes de previsões orçamentárias específicas. Aliás, frisa-se que a previsão de transferência de recursos entre os partícipes não faz parte do Acordo de Cooperação Federativa. Para isso, deverão ser celebrados acordos mediante instrumentos específicos.

A fim de destacar todo o esforço empreendido para o fortalecimento da parceria entre o SNBP em articulação com os 27 SEBP, são apresentadas, na TABELA 1, informações relativas às normativas de criação desses sistemas e os Acordos de Cooperação Federativa até então celebrados. Também, o número de bibliotecas públicas e comunitárias existentes, conforme dados do SNBP, e o número de municípios em cada unidade da federação.

Tabela 1 - Institucionalização dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas e o número de bibliotecas públicas existentes nos municípios brasileiros

(continua)

REGIÃO	ESTADO	NORMATIVA	TOTAL DE BIBLIOTECAS ^(A)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ^(B)
Norte	Acre	<i>Não foi instituído^(C)</i> Acordo de Cooperação Federativa nº 2/2022	11	22
	Amapá	Biblioteca Pública Estadual Elcy Lacerda, criada pela Lei Estadual nº 269, de 12 de junho de 1996. Sistema Estadual de Cultura do Estado do Amapá, Lei nº 2.137/2017	18	16
	Amazonas	Lei nº 3.662 de 3 de outubro de 2011 (altera a Lei nº 81 de 18 de maio de 2007) – Departamento de Gestão de Bibliotecas	22	62
	Pará	Decreto nº 5766, de 1988 e reformulado pelo Decreto nº 1.436, de 13 de dezembro de 2004 e reformulado pelo Decreto nº 1.436, de 13 de dezembro de 2004. Acordo de Cooperação Federativa nº 1/2022	124	144
	Rondônia	<i>Não foi instituído^(e)</i> Decreto nº 748 de 30/04/1975 - Biblioteca Pública Estadual Dr. José Pontes Pinto	36	52
	Roraima	<i>Não foi institucionalizado^(d)</i> Departamento de Biblioteca Pública - Lei nº 890, 23/01/2013	9	15

Tabela 1 - Institucionalização dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas e o número de bibliotecas públicas existentes nos municípios brasileiros

(continuação)

REGIÃO	ESTADO	NORMATIVA	TOTAL DE BIBLIOTECAS ^(A)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ^(B)
Nordeste	Alagoas	Decreto nº 36.620 de 24 de julho de 1995 - Sistema Estadual de Bibliotecas de Alagoas Acordo de Cooperação Federativa nº 2/2021	41	102
	Bahia	Decreto nº 22.103 de 4 de novembro de 1970 - Sistema Estadual de Bibliotecas da Bahia	428	417
	Ceará	Decreto Estadual nº 14.152, de 25 de novembro de 1980 - Sistema Estadual de Bibliotecas do Ceará Acordo de Cooperação Federativa nº 3/2022	195	184
	Maranhão	Lei nº 10.613 de 5 de julho de 2017 - Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão	244	217
	Paraíba	Decreto nº 43.991 de 15 de agosto de 2023 - Sistema Estadual de Bibliotecas da Paraíba Acordo de Cooperação Federativa nº 3/2021	213	223
	Pernambuco	Decreto nº 11.554 de 17 de julho de 1986 – Sistema Estadual de Bibliotecas de Pernambuco	186	184 e o Arquipélago de Fernando de Noronha
	Piauí	Decreto nº 11.131, de 12 de setembro de 2003 - Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado do Piauí	219	224
	Rio Grande do Norte	Decreto Governamental nº 8.075/1981 - Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Norte	165	167

Tabela 1 - Institucionalização dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas e o número de bibliotecas públicas existentes nos municípios brasileiros

(continuação)

REGIÃO	ESTADO	NORMATIVA	TOTAL DE BIBLIOTECAS ^(A)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ^(B)
	Sergipe	Decreto Estadual nº 40.200 de 13 de dezembro de 2018 - Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Sergipe Acordo de Cooperação Federativa nº 1/2021	80	75
	Tocantins	Lei nº 142, de 9 de abril de 1990 (revogada tacitamente - Lei nº 578, de 24/08/1993) - Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e Escolares de Tocantins	120	139
Centro-Oeste	Distrito Federal	Decreto 17.684 de 18/09/1996 - Rede de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal	23	35 regiões administrativas
	Goiás	Decreto nº 3.221, de 14 de julho de 1989 - Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado de Goiás	240	246
	Mato Grosso	Sistema Estadual de Biblioteca Pública de Mato Grosso foi instituído no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura de Mato Grosso em 26/12/2014 pela Lei n. 10.218. Acordo de Cooperação Federativa nº 5/2022	120	142
	Mato Grosso do Sul	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – SEBP/MS, por meio ao decreto nº 11.653, de 14 de julho de 2004. Acordo de Cooperação Federativa nº 4/2022	79	79

Tabela 1 - Institucionalização dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas e o número de bibliotecas públicas existentes nos municípios brasileiros

(conclusão)

REGIÃO	ESTADO	NORMATIVA	TOTAL DE BIBLIOTECAS ^(A)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ^(B)
Sudeste	Espírito Santo	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Espírito Santo – SEBP/ES atua desde 1990, pelo Decreto nº 3.054-N, de 02 de outubro de 1990.	69	78
	Minas Gerais	Decreto nº 48.649, de 10/07/2023. (revogado - Decreto nº 47.768/2019) Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas foi institucionalizado em 1984 (Decreto nº 23.512, de 6 de abril de 1984)	785	853
	Rio de Janeiro	Sistema Estadual de Bibliotecas (SEB/RJ), criado pelo Decreto nº 12.763 de 17/03/1989.	166	92
	São Paulo	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo (SisEB), criado pelo decreto nº 22.766, de 9 de outubro de 1984, e reformulado pelo decreto nº 55.914, de 14 de junho de 2010. Acordo de Cooperação Federativa nº 4/2021	453	645
Sul	Paraná	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Paraná foi legitimado por Decreto nº 1.494 de 24/07/1992.	523	399
	Rio Grande do Sul	Sistema Estadual de Bibliotecas do Rio grande do Sul começou a ser estruturado em 1977, sendo instituído pelo decreto nº 30.947, de 24 de dezembro de 1981.	535	497
	Santa Catarina	Sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina, instituído pelo Decreto nº 1.572 de 01/08/2008.	242	295

^(a) Dados do SNBP sobre bibliotecas públicas e comunitárias atualizados em 2023.

^(b) Dados do censo do IBGE de 2022.

^(c) Conforme a Lei nº 1.085/1993, fica autorizada a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto - FDRHCD a assinar Convênios com a Fundação Biblioteca Nacional, entidades afins.

^(d) Conforme a lei, cria no organograma da Secretaria Estadual de Cultura (SECULT) o Departamento de Biblioteca Pública.

^(e) As informações relativas às bibliotecas públicas de Rondônia estão a cargo da Biblioteca Pública Estadual Doutor José Pontes Pinto.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme apresentado na TABELA 1, Acre e Roraima não possuem seus sistemas de estaduais de bibliotecas públicas institucionalizados. No Acre, a Lei nº 1.085/1993, que criou

a Biblioteca Pública Estadual do Acre, também autoriza a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto a assinar convênios com a Fundação Biblioteca Nacional e entidades afins nos âmbitos nacional e internacional. Apesar não ser institucionalizado, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Acre (SEBP/AC) possui acordo de cooperação técnica com o SNBP para o desenvolvimento das ações pertinentes às bibliotecas públicas no Estado. Pelo *Acordo de Cooperação Federativa Nº 2/2022*, os signatários – Ministério do Turismo e a Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, Estado do Acre – comprometem-se a construir planos e programas voltados para a institucionalização, implantação, modernização e gestão de bibliotecas públicas, a formação de profissionais e o fomento à leitura nesses espaços.

Já os Estados de Rondônia e Roraima não possuem sistemas de bibliotecas públicas formalmente institucionalizados. Em Rondônia, a gestão das ações relativas ao SEBP está sob responsabilidade da Biblioteca Pública Estadual Dr. José Pontes Pinto – criada pelo Decreto nº 748 de 30/04/1975¹³. Em Roraima, a Biblioteca Pública do Estado de Roraima, vinculada ao Departamento de Biblioteca Pública, da Secretaria de Estado da Cultura – Lei nº 890/2013 – coordena as ações do SEBP em consonância com o SNBP.

Esclarece-se que não foi objetivo desta tese abordar as especificidades dos SEBP do Brasil. No entanto, a alusão acerca da instituição desses sistemas contribui para se refletir sobre a formulação de políticas públicas que visem o fortalecimento das ações conjuntas para a institucionalização, implantação e modernização das bibliotecas públicas no país.

2.4.3 As bibliotecas públicas em Minas Gerais

Neste tópico, aborda-se a criação e a inserção do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT), com ênfase em suas funções e nas atribuições da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, no contexto da Superintendência de Bibliotecas, Museus e Economia da Criatividade

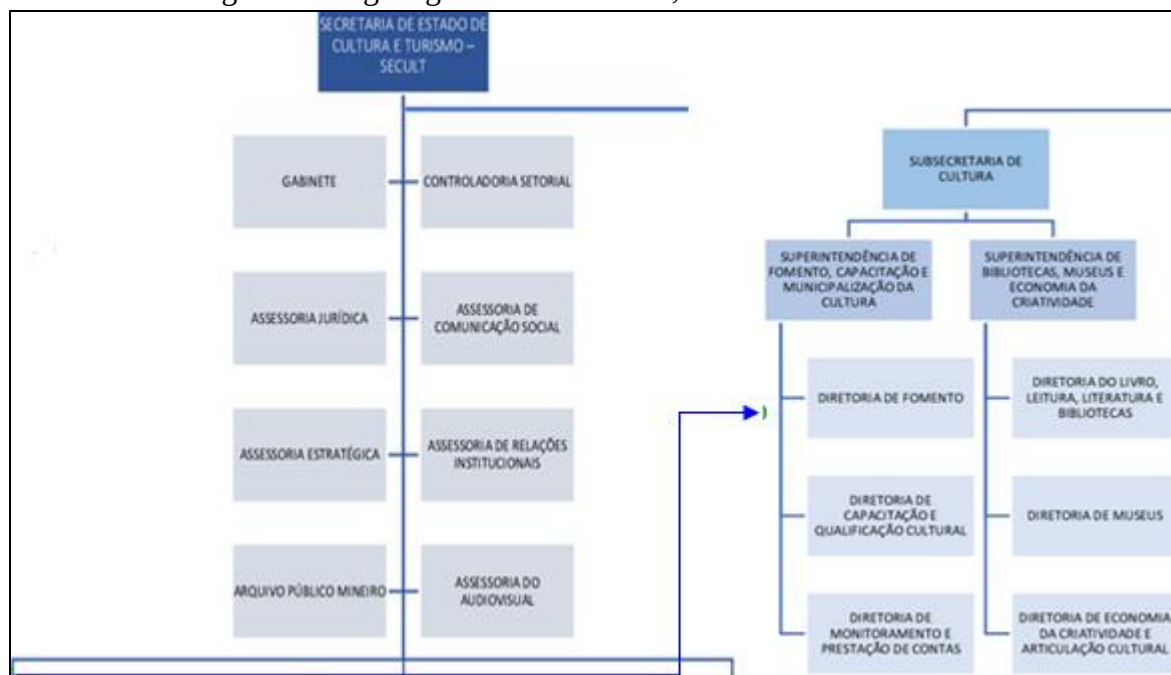
¹³ Biblioteca Pública Estadual “Dr. José Pontes Pinto”. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/secel/institucional/equipamentos/culturais/bibliotecas/>. Acesso em 02 jul. 2024.

2.4.3.1 A representação das bibliotecas públicas de Minas Gerais na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

Institucionalizado em 1984, Decreto nº 23.512 de 6 de abril de 1984, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais (SEBPMG) esteve anteriormente ligado à Diretoria de Assistência a Bibliotecas Públicas, vinculado administrativa e tecnicamente à Biblioteca Pública Estadual "Luiz de Bessa. A essa Diretoria competia “criar, implantar, implementar e manter o sistema estadual de bibliotecas públicas, visando à democratização da informação, cultura e educação”. (Minas Gerais, 1984).

Com a edição do Decreto nº 47.768/2019, que reordenou o organograma da SECULT, o SEBPMG fora vinculado à Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB), da Superintendência de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais. No entanto, em virtude da edição do Decreto nº 48.649/2023, que revogou o Decreto nº 47.768/2019, o SEBPMG está agora ligado à DLLLLB, que por sua vez está vinculado à Superintendência de Bibliotecas, Museus e Economia da Criatividade, que organicamente está subordinada à Subsecretaria de Cultura da SECULT. Essa nova configuração, no que diz respeito às bibliotecas públicas, pode ser visualizada na FIGURA 5.

Figura 5 - Organograma da SECULT, Decreto nº 48649/2023



Fonte: Adaptação da SECULT (Minas Gerais, 2023)¹⁴.

¹⁴ Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/a-secretaria/organograma>. Acesso em: 21 jul. 2024.

Na estrutura orgânica da SECULT, de acordo com o Decreto 48649/2023, Art. 13, compete à Subsecretaria de Cultura o planejamento, execução e avaliação das ações setoriais relativas às manifestações artístico-culturais em Minas Gerais, de forma a assegurar a preservação da diversidade cultural, a democratização do acesso à cultura e oportunidades para o exercício do direito à identidade cultural. Dentre suas várias atribuições, o inciso VI destaca: “apoiar e promover a instalação de arquivos, bibliotecas, museus, teatros, centros culturais e equipamentos congêneres”. (Minas Gerais 2023).

Consoante às bibliotecas, a Superintendência de Bibliotecas, Museus e Economia da Criatividade, vinculada à Subsecretaria de Cultura – inciso XI, alínea b – engloba as seguintes diretorias: i- Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB); ii- Diretoria de Museus; iii- Diretoria de Economia da Criatividade e Articulação Cultural. (Minas Gerais 2023).

À Superintendência de Bibliotecas [...] – Art. 18 do Decreto 48649/2023 – cumpre implementar as políticas de bibliotecas e museus em Minas Gerais, de forma a ampliar o acesso da população aos bens culturais, fomentar a economia da criatividade e a regionalização das políticas públicas de cultura. Relativamente às bibliotecas, menciona-se as seguintes atribuições:

- I – apoiar a promoção da aplicação e da disseminação de conceitos e práticas que visem incentivar, valorizar, aprimorar e modernizar as atividades das bibliotecas públicas e dos museus no Estado;
- II – apoiar a promoção da integração e do intercâmbio entre as bibliotecas públicas e comunitárias, entre os museus mineiros, e suas instituições similares, no âmbito nacional e internacional;
- III – estimular programas de formação de pessoal especializado para gerenciar e desenvolver projetos de criação e modernização de bibliotecas públicas e de incentivo à leitura, e para a gerência e o desenvolvimento de projetos museológicos;
- IV – planejar, coordenar e executar ações concernentes à guarda, à organização, à conservação, à restauração e ao acesso ao acervo bibliográfico e museológico;
- V – coordenar e promover pesquisas com vistas ao desenvolvimento biblioteconômico, museológico e bibliográfico;
- VI – incentivar o uso de bibliotecas e museus como fonte de pesquisa e de informação [...]. (Minas Gerais, 2023, *on-line*).

Em relação à DLLLLB – Art. 19 do Decreto 48649/2023 – coube-lhe o gerenciamento e a ampliação dos serviços de informação da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais para a população do Estado, com vistas a democratização do acesso à informação e à leitura. É de sua competência as seguintes atribuições:

- I – executar a Política Estadual do Livro, nos termos da Lei nº 18.312, de 6 de agosto de 2009;

- II – gerir a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, a formação e o processamento técnico de acervos, a extensão e a ação regionalizada do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e Comunitárias;
- III – gerenciar e ampliar os serviços da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais para a população do Estado, visando democratizar o acesso à informação e à leitura;
- IV – planejar, executar, acompanhar e avaliar programas e projetos voltados para bibliotecas móveis e espaços alternativos de acesso à leitura;
- V – planejar, executar, acompanhar e avaliar programas e projetos voltados para públicos especiais, por meio de bibliotecas infanto-juvenis e para pessoas com deficiência;
- VI – planejar, executar e acompanhar projetos e ações que promovam a leitura, a literatura e as bibliotecas;
- VII – administrar os espaços culturais que compõem a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais;
- VIII – organizar, conservar, ampliar e promover o acesso ao acervo sob sua guarda;
- IX – promover ações inclusivas de incentivo à leitura, visando ao desenvolvimento cultural da comunidade;
- X – planejar, coordenar, executar e avaliar programas e atividades de apoio à pesquisa;
- XI – executar atividades de aquisição, seleção, descarte, conservação e divulgação de acervo bibliográfico e publicações periódicas, visando ao interesse dos usuários;
- XII – promover a pesquisa, preservar, divulgar e dar condições de acesso às coleções especiais armazenadas sob sua guarda;
- XIII – estabelecer diretrizes de avaliação, seleção, aquisição e descarte dos acervos da diretoria;
- XIV – planejar, executar e avaliar as atividades de processamento técnico e informatização de acervos, serviços de aquisição, e de inventário de materiais bibliográficos e audiovisuais, levantamentos bibliográficos e estatísticos, e gerenciar as bases de dados da diretoria;
- XV – propor novas metodologias de processamento técnico;
- XVI – desenvolver, implementar e avaliar políticas de preservação, conservação, manutenção, preparação e restauração de acervos;
- XVII – incentivar a criação, expansão e manutenção de bibliotecas públicas no Estado;**
- XVIII – promover a articulação inter-regional das bibliotecas públicas e comunitárias por meio de redes de bibliotecas;**
- XIX – apoiar a capacitação do quadro de recursos humanos das bibliotecas públicas e comunitárias;**
- XX – assessorar tecnicamente as bibliotecas públicas e comunitárias visando à melhoria na qualidade dos serviços prestados;**
- XXI – apoiar projetos culturais de estímulo à leitura no âmbito das bibliotecas públicas e comunitárias;**
- XXII – cadastrar as bibliotecas públicas e comunitárias do Estado e manter o cadastro atualizado visando produzir, periodicamente, análises para subsidiar o planejamento das ações da diretoria;**
- XXIII – elaborar, produzir e emprestar as Exposições Literárias Itinerantes visando promover o incentivo à leitura literária nas bibliotecas públicas e comunitárias do Estado;
- XXIV – formular e executar programas de divulgação e promoção do Suplemento Literário de Minas Gerais e coordenar as atividades de criação de conteúdo, edição, impressão e distribuição;
- XXV – realizar, em caráter eventual, publicações literárias. (Minas Gerais, 2023, *online*, grifo nosso).

Com a edição do Decreto nº 48.649/2023, as atribuições da Superintendência de Bibliotecas, Museus e Economia da Criatividade — anteriormente denominada Superintendência de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais —

foram ampliadas, assim como as da DLLLLB. No entanto, é importante observar que, embora o SEBPMG esteja mencionado no Decreto nº 48.649/2023, essa normativa não o conceitua e nem lhe atribui nenhuma função. Embora as funções que tradicionalmente desempenha estejam nessa normativa expressadas, elas estão explicitamente atribuídas à DLLLLB.

Outra normativa que menciona o SEBPMG é a Política Estadual do Livro, instituída pela Lei nº 18.312, de 06 de agosto de 2009. No entanto, da mesma forma do Decreto nº 48.649/2023, essa lei apenas menciona o fortalecimento do SEBPMG em relação à promoção e incentivo à leitura e ao acesso ao livro em Minas Gerais.

Essa situação implica em um certo apagamento político do SEBPMG, aspecto que pode sugerir que essa “instituição” seja vista apenas como um “serviço ou apêndice” da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, sem o devido reconhecimento e suporte político necessário para fortalecer seu papel no cenário das bibliotecas públicas mineiras.

2.4.3.2 O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais

A edição do Decreto nº 48.649/2023, que revogou o Decreto nº 47.768/2019, trouxe uma nova configuração orgânica à SECULT. Com essa reconfiguração, a estrutura anteriormente conhecida como Superintendência de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais foi reorganizada, resultando na alteração de sua denominação para Superintendência de Bibliotecas, Museus e Economia da Criatividade. Nesse processo, o Arquivo Público foi desvinculado dessa superintendência, tornando-se uma unidade independente, enquanto a “Economia da Criatividade” foi incorporada à nova estrutura. Ademais, a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) passou a ser vinculada à Superintendência de Bibliotecas, Museus e Economia da Criatividade, que, por sua vez, está subordinada à Subsecretaria de Cultura.

No contexto do redesenho organizacional da SECULT, implementado pelo Decreto nº 48.649/2023, o SEBPMG, em funcionamento desde 1984, encontrou-se em uma situação de indefinição. A nova normativa não fez menção direta ao SEBPMG, resultando na sua inexistência formal, ao menos em termos teóricos, uma vez que não lhe foram atribuídas funções de maneira explícita. A referência ao SEBPMG está apenas nas atribuições da DLLLLB, que tem como competência gerenciar e ampliar os serviços da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, a formação e o processamento técnico de acervos, a extensão e a **ação regionalizada do SEBPMG**.

É importante destacar que na prática, as funções e atribuições do SEBPMG continuam sendo exercidas, mas pairam dúvidas e incertezas sobre sua existência futura. Diante desse cenário, é possível inferir que há um comprometimento do SEBPMG em termos de representatividade e força política dentro da estrutura da SECULT, com implicações também no âmbito financeiro.

No passado, a atuação regional do SEBPMG teve início com a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa – atualmente Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, instituição criada em 1954 pelo então de Governador Minas Gerais Juscelino Kubitschek que tinha o papel de assessorar tecnicamente os municípios mineiros na criação de salas públicas de leitura para o desenvolvimento do hábito de leitura. (Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais, [202-], *on-line*)¹⁵.

Abarcando 756¹⁶ bibliotecas públicas, o SEBPMG tem como objetivo “planejar e executar projetos e programas que promovam a ampliação do serviço bibliotecário à população dos municípios do Estado, visando democratizar o acesso à informação e à leitura”. (Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais, 2019, *on-line*).

No presente, os serviços do SEBPMG contemplam tanto as bibliotecas públicas quanto as bibliotecas comunitárias. Entre suas funções, estão compreendidas:

- i- *cadastro das bibliotecas*, mediante o envio de formulário aos municípios, ação periódica que visa tanto a atualização dos dados das bibliotecas já cadastradas, quanto o cadastro de novas bibliotecas, sejam elas públicas ou comunitárias, conforme disposto no Decreto Estadual n. 47.768/2019. Apresentam dados que versam sobre a existência de biblioteca pública nos municípios, sua localização, espaço físico, serviços prestados, perfil dos usuários, presença de profissional bibliotecário, entre outras informações;
- ii- *assessorias técnicas*, têm por objetivo a melhoria nos serviços prestados pelas bibliotecas públicas e comunitárias à população. A assessoria às bibliotecas abrange vários aspectos, incluindo: seleção, aquisição e tratamento de acervos; organização de acervos e espaços físicos; aquisição de equipamentos e mobiliário; criação de associação de amigos da biblioteca pública; informatização de acervos e serviços; criação de uma rede de bibliotecas municipais; apoio para elaboração e acompanhamento de projetos, e; desenvolvimento de ações de incentivo à leitura;

¹⁵ Informações disponíveis em: <http://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/pt-br/2015-01-24-11-52-51/o-que-e-sistema-estadual-de-bibliotecas-municipais-de-minas-gerais>. Acesso em: 08 jul. 2022.

¹⁶ Dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas com base na atualização cadastral realizada pelo SEBPMG em 10 de março de 2023.

- iii- *exposições literárias itinerantes*, serviço prestado exclusivamente às bibliotecas públicas e comunitárias regularmente cadastradas no SEBPMG. Essas ações elaboradas pela DLLLB fazem parte do programa de incentivo à leitura junto às bibliotecas públicas e comunitárias mineiras. As exposições visam a despertar, motivar ou renovar o prazer da leitura literária;
- iv- *repassse de livros a bibliotecas públicas e comunitárias*, ação do SEBPMG às bibliotecas públicas e comunitárias que estejam regularmente cadastradas, o acervo doado – aproximadamente 300 itens – é proveniente de repasses feitos à SECULT como contrapartida de obras produzidas por projetos realizados a partir de leis de incentivo estadual e federal, de doações feitas por editoras, de autores independentes e de doações feitas à Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais e não incorporadas ao acervo;
- v- *capacitações técnicas*, ações direcionadas aos profissionais que atuam nas bibliotecas públicas e comunitárias com a finalidade de apoiar a formação continuada das equipes acerca de noções básicas sobre esses equipamentos culturais, formação e organização do acervo, características do espaço físico e do mobiliário, medidas preventivas de conservação dos livros, incentivo à leitura, relação biblioteca e comunidade, características de uma rede municipal de bibliotecas, o papel das associações de amigos e a elaboração de projetos, sobretudo para captação de recursos em editais.

Sobre a diferenciação entre as bibliotecas públicas e as comunitárias, o SEBPMG faz a seguinte distinção:

- i- as bibliotecas públicas, espaços democráticos por excelência, criadas e mantidas pelas prefeituras municipais, essas instituições possuem a função de “[...] reunir, preservar, organizar e divulgar um acervo informativo e literário, tornando-o disponível para a comunidade [...] independentemente de idade, raça, gênero, credo, grau de escolaridade e condição social”.
- ii- as bibliotecas comunitárias são “[...] iniciativas coletivas que partem da sociedade, mantidas por uma determinada comunidade, sem intervenção do poder público. Elas contam com espaço físico determinado, acervo bibliográfico multidisciplinar minimamente organizado e oferecem serviços com o objetivo de ampliar o acesso da comunidade à informação, à leitura e ao livro”. (Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais, [2022], *on-line*).

À biblioteca pública, enquanto centro de memória da cidade, compete manter um acervo diversificado, abrangendo obras literárias, de referência, informativas de todas as áreas do conhecimento, além de jornais, revistas e materiais audiovisuais. Esse acervo deve atender

às necessidades de informação de públicos variados, incluindo tanto o infantojuvenil quanto o adulto.

Dado o avanço das tecnologias, é igualmente fundamental que a biblioteca ofereça acesso a computadores e internet, permitindo que os usuários possam se apropriar e utilizar as TICs para acessar as informações disponíveis no mundo globalizado pela web. (Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais, [1984]).

3 OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Há algumas décadas, observa-se um intenso debate global sobre o aquecimento climático e suas implicações para a sobrevivência do planeta. Esse diálogo ressalta que a transformação de atitudes em relação ao meio ambiente e seus recursos é uma responsabilidade compartilhada por todos os indivíduos, independentemente de sua nacionalidade, condição socioeconômica ou filiação ideológica e partidária. Tal mudança é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável, a preservação da biodiversidade, a sustentabilidade humana e a conservação dos recursos naturais.

Do aspecto da globalização, contexto em razão da abertura das fronteiras geopolíticas e do desenvolvimento das TIC, tem-se o entendimento que esse movimento global em torno da sustentabilidade se apresenta ao mesmo tempo controverso: de um lado oferece oportunidades para empreender e inovar e, de outro, pode significar a dominação ambiental, econômica e cultural dos grandes empreendimentos e o enfraquecimento de economias locais-regionais. Expressa-se que no ambiente globalizado, as forças de exclusão operam tanto em nível local quanto global, fato que requer esforços conjuntos no sentido de superá-las. (Werthein, 2000).

Compreender como os ciclos de globalização explicam os diversos fenômenos sociopolíticos, econômicos e culturais que regulam as relações – sejam elas humanas ou institucionais, bem como geram mudanças, criam oportunidades e promovem convergências e consensos além das fronteiras, configura-se como essencial num cenário de incertezas e mudanças, como pondera Werthein (2000). No contexto de convergências e consensos em torno de interesses coletivos, que ao mesmo tempo também são interesses individuais, entende-se como compromisso dos sujeitos e das instituições, assimilar e saber se as políticas adotadas, sobretudo no sentido dos debates que permeiam a Agenda 2030 – equilíbrio econômico, social e ambiental – abarcam os consensos internacionais comuns em prol da sustentabilidade da humanidade e do planeta.

No âmbito do desenvolvimento, reverbera-se que as questões ambientais nem sempre foram percebidas como importantes, por vezes vistas como antagônicas e como gargalos aos interesses das empresas, (Bateman; Snell, 2006; Curi, 2012; Gonçalves, 2012), pois, na era industrial o fluxo obedecia à lógica extração, produção, venda, uso e descarte, tendo em vista as perspectivas de produtividade e lucratividade. Como refletem esses autores, devido às cobranças sociais que demandam e reordenam a adequação de valores, percebe-se uma mudança de paradigmas no gerenciamento ambiental, agora, com foco na luta pela melhoria

da qualidade de vida, por igualdade de condições e oportunidades, na proteção do meio ambiente – controle da poluição, preservação e conservação dos recursos naturais, preservação da biodiversidade etc. – na proteção dos consumidores e trabalhadores etc.

À medida que os sinais foram tornando-se mais claros de que o planeta não aguentaria o ritmo de sua exploração (Curi, 2012), a sociedade passou a discutir com mais afinco as questões que perpassam o desenvolvimento sustentável e os impactos dele advindos à vida dos sujeitos e ao meio ambiente. Ainda de acordo com esse autor, a partir da conscientização e em virtude da mobilização social, houve uma maior sensibilização das instituições e dos sujeitos na maneira como tratar o meio ambiente, cabendo-lhes responder adequadamente às demandas socioambientais daí decorrentes.

Com base no exposto, entende-se que é importante uma revisão da historicidade dos eventos e debates promovidos pela ONU que fundamentaram as discussões atuais acerca do desenvolvimento sustentável. Entre os documentos bases para a definição da nova agenda ambiental, destacam-se a Agenda 21, a Rio+20 e a Declaração do Milênio, as quais focaram nas discussões acerca da perspectiva de crescimento com responsabilidade, com centralidade nas questões sociais e ambientais.

3.1 A Agenda 21: Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

Primeira carta de intenções para promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, a Agenda 21 foi adotada pelos países membros da ONU na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ficou conhecida como Rio 92 (ou Eco-92 ou Cúpula da Terra). Mais de 100 chefes de Estado se reuniram na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, para discutir como garantir às gerações futuras o direito ao desenvolvimento sem prejuízos ao planeta. (Organização das Nações Unidas, 1992).

A organização dessa Conferência no Brasil significou o começo das discussões acerca das questões climáticas no plano internacional de forma mais abrangente, bem como contribuiu para o fortalecimento da posição brasileira mais ativa em relação aos temas ambientais discutidos no cenário internacional, em especial, sobre a questão do desenvolvimento sustentável.

A Rio 92, por meio da Agenda 21, sistematizou de modo claro as obrigações ambientais dos países, compromisso mundial com o processo de mudança em benefício dos sujeitos e do meio ambiente, seja no presente e no futuro. Nessa agenda mundial capitaneada

pela ONU, no cerne das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que definiria os limites do que é desejável e possível ao planeta, está a proteção ambiental combinada com o desenvolvimento sustentável.

Segundo Curi (2012), o conceito desenvolvimento sustentável foi proposto pela primeira vez em 1987, no relatório “Nosso futuro comum”, ideia resgatada na Rio 92. No entanto, para cuidar do planeta sem abrir mão do crescimento econômico, aspecto ressaltado nesse relatório, era preciso superar um duplo desafio à implementação das propostas da Agenda 21: i- de um lado, convencer os países pobres acerca dos riscos ambientais advindos do progresso industrial a qualquer custo; ii- de outro, contar com a sensibilização dos países ricos em compartilhar tecnologias não poluentes com os países pobres.

Nesse contexto, há também que se salientar que a questão da proteção ambiental nem sempre teve centralidade nas políticas públicas dos países, a exemplo dos parâmetros atuais de preservação. O pensamento global acerca da questão ambiental, até os anos de 1970, era de que os recursos naturais eram uma fonte inesgotável, conseqüentemente, as ações de aproveitamento da natureza seriam infinitas. Di Serio e Vasconcellos (2009) discorrem que nessa época a preocupação com as questões ambientais residia no âmbito local.

Decorrente do pensamento acerca da inesgotabilidade dos recursos naturais, a despreocupação com a minimização dos impactos ao meio ambiente e aos ecossistemas e as ações danosas promovidas por organizações e indivíduos deram a tônica do desenvolvimento. A título de exemplificação dos impactos ao meio ambiente, Pereira (2010) cita a destruição da camada de ozônio, conseqüentemente o aumento do aquecimento global; aumento do efeito estufa e alterações climáticas, que por sua vez acarreta na alteração dos regimes de chuvas, no prolongamento dos períodos de estiagem, na escassez de recursos hídricos, na redução das florestas e desertificação, no aumento da poluição atmosférica, na ameaça aos ecossistemas; aumento do lixo no meio ambiente etc. Esses e outros problemas significam mudanças profundas nas metas, nas práticas e nos processos cotidianos. Assim, o novo desafio a ser superado era, e ainda é, o alcance simultâneo do equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental.

Entretanto, é a partir dos anos de 1980 que as questões ambientais aterrissam com mais efetividade na agenda política, tornando-se uma preocupação internacional em razão dos impactos que as ações humanas acarretavam ao meio ambiente. Para Di Serio e Vasconcellos (2009), no âmbito da sustentabilidade, a exigência de mudança vai além da prevenção da poluição e improvisação de regulamentos ambientais. Há, pois, a necessidade de se elaborar sistemas políticos e econômicos fundamentados na participação efetiva de todos os membros

da sociedade, dado que no dia a dia são as pessoas comuns que tomam as decisões sobre os rumos ambientais, na parte que lhes cabe nesse processo. Também, há a exigência de uma cooperação internacional no sentido da observância e aceitação dos tratados para a gestão do meio ambiente, patrimônio de toda a humanidade.

Desse modo, em contrapartida ao fenômeno da globalização e da sua filosofia desenvolvimentista como meta a ser alcançada por toda a humanidade, observa-se as questões ambientais começaram a ser evidenciadas de forma gradativa e com mais acuidade, apesar de resistências das economias emergentes e fortemente industriais. Em razão do apelo internacional para as lideranças mundiais agirem efetivamente na contramão dos impactos ambientais, Pereira (2010) destaca dois importantes eventos: o Protocolo de Kyoto (Japão) em 1997 e a 15ª Conferência das Partes (COP15), conferência sobre o clima de Copenhague (Dinamarca) em 2009. Já Curi (2012) cita a Conferência de Estocolmo, em 1972, como um dos grandes eventos acerca do meio ambiente, a qual tencionou não apenas questões ambientais, mas também questões políticas e econômicas.

O Protocolo de Kyoto, que oficialmente começou a vigorar em 2005, visou a redução das emissões de gases poluentes, além de estabelecer um cronograma aos países para reduzirem as emissões entre 2008 e 2012. Entre as sugestões aos países, menciona-se: uso de energias limpas, preservação das florestas, medidas energéticas alternativas para a transporte de cargas, regras para a emissão e redução do gás metano em aterros sanitários e lixões, comércio de emissões, atuação conjunta etc. Para Curi (2012), a aceitação foi difícil, pois os países não se esforçaram para reduzir as emissões, pelo contrário, havendo até mesmo casos de aumento nas emissões por parte de alguns países, casos da Indonésia, China, Brasil e Canadá. Outro aspecto dificultador, para esse autor, é que como o Protocolo de Kyoto tem força de lei, sua aprovação dependia de votação nos Congressos e/ou Senados dos países, devendo vigorar somente quando houvesse a participação dos países poluidores – China, Índia, Rússia etc. – que juntos representavam 55% das emissões.

Já a COP15 discutiu o combate ao aquecimento global, tendo como foco os principais emissores de gases tóxicos: Estados Unidos e China. A meta foi a redução em 5% das emissões em relação aos níveis registrados na década de 1990. A fim de incentivar a adoção de energias limpas, países como França, Finlândia, Suécia e Grã-Bretanha adotaram a taxação sobre as emissões de dióxido de carbono e o gasto energético industrial, fato que gerou críticas de opositores, como os Estados Unidos, que argumentavam que apenas os poluidores deveriam ser taxados. No Brasil, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva (Presidente Lula)

sancionou a lei da mudança climática – Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009¹⁷ – como contrapartida à COP 15. Nessa normativa, previu-se que

[...] a meta principal é reduzir em 80% o índice de desmatamento da Amazônia até 2020. Foi preservada a meta de redução das emissões dos gases poluentes entre 36,1% a 38,9% até 2020, acrescida de um decreto que estabelece cotas específicas para cada setor da economia cumprir com relação à redução das emissões que provoca o efeito estufa. (PEREIRA, 2010, p. 21-22).

Essa lei foi um passo importante, no entanto, Pereira (2010) ressalta que a efetividade das medidas somente será aferida quando houver registros dos percentuais de redução dos poluentes, conforme previsto. No *ranking* dos principais poluidores, a partir do cenário revelado pela COP 15, o Brasil ocupa a 5ª posição, como assinalado na FIGURA 6 a seguir.

Figura 6 - Ranking dos países emissores de gases de efeito estufa

INFORME ESPECIAL	
Ranking dos países em relação à emissão de <u>Gases de Efeito Estufa</u> (Gás Carbônico somando-se a outros gerados pelas queimadas e agropecuária):	
1. EUA = 69,0%	(outras fontes indicam = 45% , também = 15,8%)
2. China = 11,9 %	
3. Indonésia = 7,4%	
4. Brasil = 5,85%	
5. Rússia = 4,8%	
6. Índia = 4,5%	
7. Japão = 3,1%	
8. Alemanha = 2,5 %	
9. Malásia = 2,1%	
10. Canadá = 1,8%	

Fonte: Pereira (2010, p. 6).

Para Curi (2012) a Conferência de Estocolmo foi um divisor de águas e mudou a visão acerca do meio ambiente, na medida em que confrontou países desenvolvidos e em desenvolvimento a discutir os papéis e as responsabilidades de cada um em relação à

¹⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm.

exploração desmedida dos recursos naturais. Da perspectiva dos países em desenvolvimento, que defendiam uma postura conservacionista, consideravam injusto sacrificar seu desenvolvimento para preservar a natureza, sendo a pobreza o maior dos problemas. Já os países desenvolvidos defendiam a tese do “crescimento zero”, uma postura preservacionista, a fim de deixar a natureza intocada. Essa posição foi bastante criticada pelos países pobres, que consideram um golpe dos países ricos na tentativa de progresso daqueles, afinal, os países ricos se enriqueceram às custas da exploração predatória do meio ambiente. A proposta de crescimento zero era mais conveniente aos países ricos, uma vez que mantinha o status quo, qual era, a manutenção da condição de subalternidade dos países pobres, congelando as desigualdades entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Apesar dos desafios, a Conferência de Estocolmo foi positiva, na visão de Curi (2012), uma vez que reuniu cientistas e diplomatas de diferentes países para tratar de questões amplas, despertando a atenção para a gravidade da situação do planeta. Também, possibilitou a aprovação da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, base para outros futuros documentos, que incluía 26 princípios e 110 recomendações aos países. Frisa-se que essa Declaração, assim como outras, não possuía força de lei, apenas contava com a boa vontade dos países em se comprometerem com a causa ambiental.

A título de ilustração, no QUADRO 4 são listados os principais eventos envolvendo a questão ambiental, entre elas os problemas aquecimento global e alterações climáticas, ocorridos desde 1824, época em que se evidenciam os primeiros passos em direção às pesquisas científicas acerca da temática.

Quadro 4 - Cronologia de eventos acerca das questões ambientais, desde 1824

(continua)

PERÍODO* ¹⁸	PRINCIPAIS EVENTOS SOBRE O AQUECIMENTO GLOBAL
1824-1827	Físico e matemático Joseph Fourier – analogia da estufa para descrever a importância da atmosfera em reter calor e influenciar a temperatura da terra.
1859	Físico John Tyndall – descobertas sobre o vapor d'água e o dióxido de carbono (CO ₂) que foram identificados como gases que retém calor.
1896	Químico Svante Arrhenius – fato das emissões de CO ₂ a partir da queima de carvão industrial contribuem para o aumento do efeito estufa.
1938	Engenheiro Guy Callendar – sugere que a queima de combustível fóssil é a responsável pelo aumento do aquecimento no clima global.
1958	Cientista Charles Keeling – criação de mecanismo de medição dos níveis de CO ₂ (1957) e a primeira medição direta de CO ₂ na atmosfera.
1963	The Conservation Foundation – realiza uma conferência sobre as mudanças climáticas. Caracterização do aquecimento global decorrente do efeito estufa como um problema ambiental e danoso aos ecossistemas e seres humanos.
1965	Comissão Consultiva para a Ciência (EUA) – reconhecimento oficial sobre a mudança climática mundial ser causada pelas atividades humanas.
1972	Conferência sobre Meio Ambiente Humano da ONU em Estocolmo – primeira discussão a respeito do meio ambiente e desenvolvimento, que estabeleceu princípios de atuação para os países. O evento foi um marco e sua declaração final, o Manifesto Ambiental contém 19 princípios estabeleceu as bases para a nova agenda ambiental do Sistema das Nações Unidas. A Assembleia Geral criou, em dezembro de 1972, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente), que coordena os trabalhos da família ONU em nome do meio ambiente global.
1975	Pesquisador Wallace Broecker – primeira pessoa a publicar artigo científico na revista Science com o termo aquecimento global, para conhecimento do público.
1976*	Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (<i>Habitat I</i>), em Vancouver, Canadá – a convocação da Conferência pela ONU deu-se quando os governos começaram a reconhecer a necessidade de assentamentos humanos sustentáveis e as consequências da rápida urbanização, especialmente no mundo em desenvolvimento. O resultado desta conferência foi a <i>Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos</i> , com 64 recomendações para ação nacional, as bases para a criação, em 1978, do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
1979	Primeira Conferência Mundial sobre o Clima – conclamação aos governos pela prevenção das mudanças climáticas causadas pelos seres humanos.
1983*	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – (conhecida como Comissão Brundtland) foi presidida pela médica mestra em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland. A convite do Secretário-Geral da ONU, a escolha de Brundtland para esse papel foi devido a sua visão de que a saúde ultrapassa as barreiras do mundo médico para os assuntos ambientais e de desenvolvimento humano. A Comissão Brundtland publicou em 1987 o relatório <i>Nosso Futuro Comum</i> , que trouxe o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público.
1987	Assinatura do Protocolo de Montreal – recomendações à restrição de produtos químicos que deterioram a camada de ozônio.
1988*	Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC) – criação da ONU Meio Ambiente (então PNUMA) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM), o Painel tornou-se uma fonte proeminente para a informação científica relacionada às mudanças climáticas. Os principais instrumentos internacionais nesse assunto, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), adotada em 1992 e o <i>Protocolo de Kyoto</i> , que estabelece metas obrigatórias para a redução das emissões de gases estufa aos 37 países industrializados e a comunidade europeia, adotado em 1997.
1990	Revelação dos dados do painel acerca da contribuição humana para o aumento da concentração dos gases do efeito estufa.
1991	Bloqueio de parte dos raios solares com as emissões da erupção do vulcão Pinatubo, Filipinas, fazendo a temperatura global cair por dois anos.

¹⁸ *Disponível em: <https://sdgs.un.org/conferences>. Acesso em: 10 maio 2023.

(continuação)

PERÍODO	PRINCIPAIS EVENTOS SOBRE O AQUECIMENTO GLOBAL
1991	Lançamento do programa <i>Facilidade Ambiental Global</i> (GEF, na sigla em inglês) - fundo para ajudar os projetos de financiamento dos países em desenvolvimento que protegem o meio ambiente global e promovem meios de vida sustentáveis nas comunidades locais. Realizados principalmente pela PNUD, ONU Meio Ambiente e pelo Banco Mundial, os projetos do GEF conservam e fazem o uso da diversidade biológica, combatem as mudanças climáticas, reverterem a degradação das águas internacionais, eliminam as substâncias que destroem a camada de ozônio, combatem a degradação da terra e a seca, e reduzem e eliminam a produção e o uso de certos poluentes orgânicos persistentes.
1992*	Comissão para o Desenvolvimento Sustentável – comissão funcional de Conselho Econômico e Social criada pela ONU, com vistas a assegurar o total apoio aos objetivos da Agenda 21, como uma .
1992	ECO-92 no Rio de Janeiro – compromisso dos países desenvolvidos em reduzir as emissões de gases poluentes aos níveis registrados de 1990. A principal meta foi conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação dos ecossistemas, consagração do conceito desenvolvimento sustentável. Na <i>Agenda 21</i> , documento final da Conferência, os governos delinearam um programa detalhado para a ação para afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, no qual o crescimento e o desenvolvimento dependem. Além das questões ambientais, o documento incluiu também: a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento; padrões insustentáveis de produção e consumo; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional.
1994*	Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, em Barbados – adoção de um programa que estabelece políticas, ações e medidas em todos os níveis para promoção do desenvolvimento sustentável para estes Estados.
1995-2021	Conferência das Partes (COP) – conferências anuais das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC). Tem o objetivo de avaliar o progresso das medidas tomadas pelos Estados-parte para que se alinhem aos objetivos da Convenção.
1996*	Segunda Conferência da ONU sobre Humanos (<i>Habitat II</i>) em Istambul, Turquia – na conferência, os líderes mundiais adotaram a <i>Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos e Agenda Habitat</i> como um plano de ação global para abrigo para todos, com a ideia de assentamentos humanos sustentáveis em um mundo urbanizado.
1997	Protocolo de Kyoto (Japão) – fixação de metas às nações industrializadas para redução em 5% das emissões, entre 2008 e 2012. Vigência a partir de 2005 com a ratificação pela Rússia em 2004.
1997*	Cúpula da Terra +5 – revisão e avaliação da implementação da <i>Agenda 21</i> . No documento final, recomendou-se a adoção de metas juridicamente vinculativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa; maior movimentação dos padrões sustentáveis de distribuição de energia, produção e uso; e o foco na erradicação da pobreza como pré-requisito para o desenvolvimento sustentável. Na Cúpula, também foram adotadas a Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica (1992) e a Convenção da ONU de Combate à Desertificação em Países que sofrem com a Seca e/ou a Desertificação, Particularmente na África (1994).
1998	A combinação do fenômeno <i>El Niño</i> e o aquecimento global produziram o ano mais quente já registrado até então.

(continuação)

PERÍODO	PRINCIPAIS EVENTOS SOBRE O AQUECIMENTO GLOBAL
2001*	Fórum Urbano Mundial – sessão especial da ONU (ONU-Habitat) dedicada à revisão geral e avaliação da implementação da <i>Agenda Habitat</i> em todo o mundo. Abordou-se a rápida urbanização e seu impacto nas comunidades, cidades, economias, mudanças climáticas e políticas. Objetivou-se, portanto: i- A conscientização sobre a urbanização sustentável entre as partes interessadas e o público em geral; ii- Ampliação do conhecimento coletivo sobre desenvolvimento urbano sustentável por meio de debates abertos e inclusivos, intercâmbio de melhores práticas e políticas e compartilhamento de lições aprendidas; iii- Promoção da colaboração e cooperação entre as diferentes partes interessadas e constituintes envolvidos no avanço e implementação da urbanização sustentável.
2002	Desprendimento da Geleira Larsen B” (mais de 3 mil km ²) na Península Antártica devido à elevação do aquecimento global.
2002*	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+10 – ocorreu na cidade de Johannesburgo, na África do Sul. Os principais pontos dessa cúpula foram a afirmação do desenvolvimento sustentável com base no uso e conservação dos recursos naturais renováveis e a reafirmação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU. Nessa conferência, ONGs e ativistas criticaram a falta de resultados concretos em prol da preservação ambiental, bem como a posição dos países no sentido de não abandonarem suas ambições políticas em benefício da conservação dos recursos.
2003	Forte onda de calor na Europa, registrada pela primeira vez em 500 anos, acarretando a morte de cerca de 30 mil pessoas.
2005*	Reunião da comunidade internacional nas Ilhas Maurício para revisão do Programa de Barbados das Nações Unidas, aprovando um amplo conjunto de recomendações específicas para sua implementação. A <i>Estratégia de Implementação das Maurícias</i> (MSI, sigla em inglês) aborda questões como as mudanças climáticas e a elevação do nível do mar; desastres naturais e ambientais; gestão de resíduos; recursos costeiros, marítimos, de água doce, terrestres, energéticos, turísticos e de biodiversidade; transporte e comunicação; ciência e tecnologia; globalização e liberação do comércio; produção e consumo sustentável; desenvolvimento de capacidade e educação para o desenvolvimento sustentável; saúde; cultura; gestão do conhecimento e da informação para tomada de decisão.
2010*	<i>Estratégia de Implementação das Maurícias</i> (MSI + 5) – durante a 65ª Sessão da Assembleia Geral, os Estados Membros da ONU realizaram em Nova York, EUA, uma revisão de 5 anos da <i>Estratégia de Maurício</i> para a Implementação do Plano de Ação de Barbados (1994) para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares.
2012*	Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 – realizada na cidade do Rio de Janeiro. O resultado foi a avaliação das políticas ambientais então adotadas e a produção de um documento final intitulado <i>O futuro que queremos</i> , onde foi reafirmada uma série de compromissos ambientais. As críticas foram direcionadas à falta de clareza, objetividade e a falta de metas concretas para que os países reduzam a emissão de poluentes e preservem as áreas naturais.
2005-2014*	Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável - a Década, que tem a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como principal agência, procura ajudar as populações a desenvolverem atitudes, habilidades e conhecimento para tomarem decisões informadas. A Assembleia Geral, do ponto de vista ambiental e do princípio da sustentabilidade, declarou uma série de observâncias para catalisar a ação positiva em todo o mundo: Década Internacional, “Água para a Vida”, em 2005; Ano Internacional das Fibras Naturais, em 2009; Ano Internacional da Biodiversidade, em 2010; Ano Internacional das Florestas, em 2011; Dia Mundial da Água (22 de março); Dia Internacional para a Diversidade Biológica (22 de maio); Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho);

(continuação)

PERÍODO	PRINCIPAIS EVENTOS SOBRE O AQUECIMENTO GLOBAL
	Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca (17 de junho); Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio (16 de setembro); Dia Internacional para a Prevenção da Exploração do Meio Ambiente em Tempos de Guerra e Conflito Armado (6 de novembro); Dia Internacional das Montanhas (11 de dezembro).
2014*	A terceira Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento foi realizada em 2014 em Apia, Samoa. Voltou-se a atenção para um grupo de países que continuam sendo um caso especial para o desenvolvimento sustentável em vista de suas vulnerabilidades únicas e particulares. Os países reconheceram a necessidade de apoiar e investir nessas nações para que possam alcançar o desenvolvimento sustentável.
2014-2016*	Assembleia Ambiental das Nações Unidas (UNEA, na sigla em inglês) – a primeira edição ocorreu em 2014 e a segunda em 2016, a UNEA é a mais importante plataforma da ONU para a tomada de decisões sobre o tema, bem como é o início de um período em que o meio ambiente é considerado problema mundial, no mesmo âmbito da paz, segurança, finanças, saúde e comércio.
2015*	Cúpula de Desenvolvimento Sustentável - ocorrido em Nova York, na sede da ONU, no encontro, todos os países da ONU definiram os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável que deve finalizar o trabalho dos ODM. Com prazo para 2030, essa agenda é conhecida como a <i>Agenda 2030</i> para o Desenvolvimento Sustentável.
2016*	Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (<i>Habitat III</i>) em Quito, Equador – realizada pela primeira vez no chamado de “Sul Global”, a Conferência adotou a <i>Declaração de Quito sobre Cidades Sustentáveis e Assentamentos Humanos para Todos</i> . Representou uma visão compartilhada para um futuro melhor e mais sustentável, tendo em vista que a urbanização pode ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento sustentável para todos os países. A sua implementação contribuirá para a localização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de forma integrada.
2016*	Primeira Conferência Global de Transporte Sustentável realizada em Ashgabat, Turcomenistão em 2016, reuniu as principais partes interessadas de governos, sistema da ONU e organizações internacionais, setor privado e sociedade civil para se engajar em um diálogo que enfatizou a natureza integrada e transversal do transporte sustentável e seus múltiplos papéis no apoio à conquista de os ODS. A Conferência abordou todos os modos de transporte - rodoviário, ferroviário, aéreo, marítimo, incluindo passageiros e carga - e deu atenção prioritária às preocupações dos países em desenvolvimento, particularmente os da África. Na “Declaração de Compromissos e Recomendações de Política de Ashgabat”, os participantes reafirmaram o compromisso de aprimorar o papel do transporte sustentável na conexão de pessoas e comunidades a empregos, escolas e assistência médica e na entrega de bens e serviços às comunidades rurais e urbanas, assim proporcionando a todos oportunidades iguais e não deixando ninguém para trás.
2017*	Realizada em Nova York, a Conferência do Oceano visou apoiar a implementação do ODS 14: Conservar e usar os oceanos de forma sustentável. Entre os principais temas da conferência estavam o fim do conflito entre as atividades econômicas e a saúde dos oceanos, a construção de fortes parcerias baseadas nos marcos legais existentes sobre Áreas Marinhas Protegidas e gestão pesqueira, aprofundando nossa base de conhecimento e governança regional.
2021*	O transporte sustentável – com seus objetivos de acesso universal, segurança aprimorada, impacto ambiental e climático reduzido, resiliência aprimorada e maior eficiência – foi o foco da 2ª Conferência Global de Transporte Sustentável realizada em Pequim, China. A segunda Conferência Global de Transporte Sustentável voltou a atenção para as oportunidades, desafios e soluções para alcançar o transporte sustentável em todo o mundo, dando seguimento à primeira Conferência Global de Transporte Sustentável, realizada em 2016 em Ashgabat, Turcomenistão. Procurou-se indicar um caminho para o transporte sustentável no sentido de alcançar os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas na Década de Ação.

(conclusão)

PERÍODO	PRINCIPAIS EVENTOS SOBRE O AQUECIMENTO GLOBAL
2022*	Salvar os oceanos, proteger o futuro, tema da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, coorganizada pelos governos de Portugal e do Quênia. Como parte das primeiras fases da Década de Ação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Conferência visou discutir a promoção de uma série de soluções inovadoras de base científica, bem como a empregar soluções baseadas na natureza para reverter o declínio na saúde dos oceanos e, assim, iniciar um novo capítulo na ação global pelos oceanos.
2023*	Estabelecer uma ambição global para o oceano que queremos! Coorganizada pelos governos do Tajiquistão e dos Países Baixos, a Conferência da Água ONU 2023, realizada em Nova York, marca um ponto médio na implementação da Década da Água da ONU, lançada em 2018 com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a gestão integrada dos recursos hídricos, fomentar a cooperação e parcerias em todos os níveis e apoiar a implementação de metas e objetivos relacionados à água acordados internacionalmente.

Fonte: Atualização das informações trazidas por Pereira (2010).

Sob a ótica dos fatos enunciados no quadro acima e, para além dos interesses econômicos das organizações empresariais, o papel das pessoas também perpassou as discussões da Eco-92. Discussão essa de uma agenda social. Conforme Novaes (1992), cabe questionar a responsabilidade e o impacto das pessoas quanto à exploração dos recursos naturais, considerando-se o crescente aumento populacional no mundo, bem como refletir que em âmbito global, o problema da miséria tem estreita relação com os problemas ambientais.

No esteio das discussões acerca das contribuições humanas para a sustentabilidade, em resposta ao desequilíbrio ambiental ora em curso, em função do desenvolvimento econômico desmedido, em vários países, nos diversos continentes, visualiza-se movimentos de proteção sociais e ambientais começando a se articular em questionamento ao modelo de sociedade industrial até então preconizado. Importa salientar o papel das organizações não governamentais (ONG) nesse processo, as quais passaram a ser assíduas nos debates da ONU, especialmente, em conferências com temas de interesse global, temáticas por excelência transversais, demonstrando que as discussões sobre o meio ambiente também devem permear a sociedade.

Parte-se do entendimento, que esses aspectos também impactam os processos de trabalho e de informação, implica por perspectiva a mudança das pessoas. Nesse sentido, Lussier, Reis e Ferreira (2011) e Bateman e Snell (2012) destacam que as pessoas são fundamentais nos processos de mudanças. Ou seja, elas precisam saber como podem contribuir e como precisam se identificar com os ideais da sustentabilidade. Pondera-se que as mudanças só terão a eficácia almejada se os atores sociais envolvidos estiverem engajados e dispostos a mudar. Daí a importância da mobilização social para que o desenvolvimento sustentável seja uma prática cotidiana.

À época da Eco-92, as percepções, em vários contextos, dos impactos negativos das tecnologias ao meio ambiente foram fundamentais aos questionamentos acerca da inadequada visão de que os recursos naturais não seriam ilimitados, mas sim limitados. A sensibilização social, a partir das discussões do encontro, possibilitou alguns redirecionamentos acerca das questões ambientais em debate, não à contento do esperado, conforme salientou Novaes (1992). Embora os desafios pudessem impactar os processos referentes à implementação de ações ambientais e sociais, particularmente, em relação à questão do financiamento e dos prazos para o cumprimento da chamada Agenda 21, ainda assim, a mobilização foi o suficiente para forçar as lideranças mundiais a rediscutirem seus padrões de desenvolvimento.

Novaes, em 1992, já alertava que esse debate ainda estava longe de ser alcançado. Via de regra, compreende-se que os caminhos para a mudança de atitudes perpassam pela correção dos desequilíbrios locais/regionais de distribuição de renda e avanços rápidos e transformadores, por intermédio de investimentos em políticas públicas, nos campos da saúde, educação e cultura, dentre outros direitos fundamentais básicos.

Observa-se, portanto, que mudanças nos rumos das práticas de desenvolvimento até então adotadas eram necessárias. Fato ainda relevante nos dias atuais, dada a perpetuação e intensificação dos desafios ambientais. Admite-se que os desafios em se implementar uma política verde e social para o mundo, em contraposição ao modelo de desenvolvimento econômico em curso, reflete na visibilidade e sensibilização mundial para a importância da preservação ambiental, um dos grandes legados da Eco-92.

3.1.1 A Rio+20: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

Duas décadas após a realização da Rio 92, em 2012, representantes da sociedade civil e delegações de 193 países voltaram ao Rio de Janeiro cujo objetivo central era discutir a renovação do compromisso político global com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de avaliar os progressos obtidos até então e as lacunas remanescentes na implementação da Agenda 21, assim como identificar os novos desafios emergentes. Conhecida como Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) publicou o documento final “O Futuro que queremos”, as bases para a formulação das metas de uma ação global coerente e focada numa agenda de desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. (Organização das Nações Unidas, 2012).

Desde 2010, sessões anuais e reuniões “interseccionais” foram realizadas com a finalidade de encaminhar as negociações da Rio+20. Assim, na construção do texto-base do

encontro, os Estados-membros, representantes da sociedade civil e de organizações internacionais puderam enviar propostas por escrito ao Secretariado da Conferência. Todo o processo conduzido pelo Subsecretário-Geral da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais e Secretário-Geral da Conferência, Embaixador Sha Zukang, da China, com o apoio dos Coordenadores-Executivos, a Senhora Elizabeth Thompson, ex-Ministra de Energia e Meio Ambiente de Barbados, e o Senhor Brice Lalonde, ex-Ministro do Meio Ambiente da França. (Organização das Nações Unidas, 2012).

Para Araújo, Fraga e Resende (2018), a Rio+20 representou mais um esforço intensivo para a construção conceitual e de propostas de ação rumo ao almejado desenvolvimento sustentável, em uma articulação que demanda a estreita relação entre os países e atores sociais diversos, processo esse de colaboração, coordenação e solidariedade internacional. Esse objetivo denota um direcionamento para a construção de uma governança global no sentido da transição para um modelo de desenvolvimento orientado para os conceitos de prosperidade compartilhada, capital social, bens comuns e cooperativismo.

Objetivamente, a Rio+20 não pretendeu ser uma conferência legislativa, como outras reuniões da ONU, nem mesmo intentou-se a adoção de convenções internacionais sobre qualquer tema, pois os objetivos eram bastante distintos daqueles que influenciaram a Rio 92. Considerando os desafios emergentes na atualidade, a conferência centrou-se em dois temas principais: i- a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e ii- a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

No bojo desses dois temas, Silva (2013) explicita que a Rio+20 apresentou uma série de reflexões e compromissos sobre temas específicos, como erradicação da pobreza, segurança alimentar e nutricional, saneamento, energia, cidades sustentáveis, comércio verde, saúde, redução de riscos de desastres, mudança do clima, florestas, biodiversidade e educação, entre outros.

Távora (2013) diz que grandes expectativas foram erigidas pela sociedade civil em relação aos resultados da Rio+20, sobretudo na proposição de ações mais efetivas ao combate à pobreza, acerca de uma governança global mais comprometida com as matérias ambientais e na criação de mecanismos claros para a adoção da economia verde. No entanto, algumas questões no documento final da Conferência foram motivo de polêmicas, objetos de críticas pelos atores sociais, colocando em questão a representação das aspirações e interesses da sociedade civil no documento. Araújo, Fraga e Resende (2018) citam os seguintes aspectos:

i- No discurso da equidade social e combate à pobreza, temas caros aos grupos sociais, o documento final da Rio+20 não apresenta medidas ou soluções que contemplem os

interesses dos grupos desfavorecidos. Porém, há que se reconhecer que alguns discursos hegemônicos apresentam fraturas, aspecto que pode ceder espaço, no futuro, para outros discursos mais consoantes com os interesses sociais. Ainda que restritos, o documento da Rio+20 possibilita abertura para que as vozes dos grupos sociais se insiram e se articulem nas discussões internacionais acerca do modelo de desenvolvimento sustentável em discussão;

- ii- Sobre o discurso da ciência e tecnologia, a comunidade científica e tecnológica defende a necessidade de uma forte interface entre política e ciência. Contrastando com o discurso econômico hegemônico, o texto expressa a contribuição das práticas não mercantis para o combate à pobreza, descortinando um discurso que estimula comportamentos emancipatórios na geopolítica mundial. Ainda, a prevalência de discursos hegemônicos presentes no documento, discursos dissonantes sinalizam abertura de mudanças nas práticas sociais com potencial para a transformação do modelo de desenvolvimento em direção à sustentabilidade;
- iii- O discurso dos aspectos ecológicos do desenvolvimento sustentável aparece no documento com um viés utilitarista, colocando a natureza a serviço da humanidade. Quanto às soluções para os problemas ecológicos atuais, verifica-se a dissonância com as reivindicações dos grupos sociais, tendo em conta que não aponta elementos novos que incitem ao desenvolvimento sustentável, ou mesmo apresenta indicativos de metas e instrumentos que conduzam ao abandono de práticas insustentáveis. Antes, porém, com base nos mesmos argumentos que conduziram a sua definição, o texto é permeado pela reiteração de compromissos multilaterais prévios, para os quais foram alcançados poucos resultados. A tônica que marca o texto é de descrença em relação à capacidade transformadora da Conferência, uma vez que as propostas ecológicas parecem ineficientes para a promoção de transformações sustentáveis. As hesitações e a retórica falaciosa mitigam a força das propostas, acarretando uma sensação de desencorajamento e frustração;
- iv- O discurso da governança global para o desenvolvimento sustentável, representado como um dos temas centrais da Rio+20, apresenta maior potencial pragmático e com possibilidade de implementação efetiva no curto prazo. Apesar do fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) como instituição de proteção ambiental, pequeno avanço em direção à sustentabilidade, ainda não atende às necessidades de integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável, nem eliminou os riscos de sobreposição de funções e duplicação de esforços. Observa-se que o

documento não avançou na integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável, mantém a tradicional dissociação entre os aspectos econômica, social e ambiental. A crítica em relação de representatividade denunciada nos pronunciamentos dos grupos contribui para aumentar a descrença na capacidade dos governos em representar os interesses de suas comunidades, tendo em vista que a articulação entre o discurso de participação social e da governança global não é suficiente para assegurar a participação efetiva de grupos vulneráveis ou grupos tradicionalmente marginalizados;

- v- Já acerca do discurso dos aspectos econômicos do desenvolvimento sustentável, é recorrente no texto oficial propostas de soluções econômicas para desafios de caráter social, sem, contudo, apresentar propostas de modificações profundas ou transformação do modelo econômico vigente. Resta evidente no texto da Rio+20 que o discurso da economia de mercado é assumido como um modelo adequado para a construção do desenvolvimento sustentável, devendo, portanto, ser estimulado e aprimorado.

Araújo, Fraga e Resende (2018) ainda ponderam que os aspectos críticos do documento final da Rio+20 estão fundamentados em três pressupostos: i- a sustentabilidade como centralidade na transformação do modelo de desenvolvimento; ii- o desenvolvimento econômico por si só não é garantidor do desenvolvimento sustentável, e; iii- a participação dos diversos *stakeholders* – público estratégico e/ou grupo de interesse – na gestão dos bens comuns. A participação social, obrigatória por sinal, é avaliada positivamente, porém tal firmeza não se evidencia quanto à participação dos países em desenvolvimento.

Os resultados apresentados não foram considerados suficientes para atender às reivindicações apresentadas pelos *Major Groups*¹⁹, conforme expressam Araújo, Fraga e Resende (2018), deixando explícita a dicotomia entre a dimensão ambiental, social e econômica, contrapondo-se à noção de pilares do desenvolvimento sustentável. Na perspectiva dos grupos sociais, as questões ambientais são centrais para o desenvolvimento sustentável, entretanto, os resultados não aportaram decisões expressivas ou informações relevantes com potencial transformador das práticas e das estruturas sociais a fim de ancorá-las na sustentabilidade. Conforme Silva (2013), admite-se que o processo de negociação intergovernamental em torno das questões debatidas na Rio+20 apresentou limitações, em virtude de não ser fácil conciliar os interesses de todos os países envolvidos, aspecto que

¹⁹ Marcada pelo esforço de se promover a participação social na construção e na implementação dos compromissos pela sustentabilidade, a Rio+20 concedeu espaço de palavra aos representantes dos nove grupos sociais distinguidos na Agenda 21, os *Major Groups*, para se manifestarem na Plenária de Alto Nível. São eles: Negócios e Indústria; Infância e Juventude; Fazendeiros; Povos Indígenas; Governos Locais; ONG; Comunidade Científica e Tecnologia; Mulheres; Trabalho e Sindicatos.

explica, em parte, o fato do documento final ser abrangente, impreciso e tendente a refletir um equilíbrio precário de posições, com o mínimo de consenso possível. Ainda, na opinião dos grupos sociais, o documento reforçou uma primazia dos aspectos econômicos e sociais, em detrimento dos aspectos ambientais, aos quais se atribuem uma importância secundária.

Távora (2013) elenca alguns fatores que influenciaram os resultados da Conferência:

- i- *contexto histórico favorável em 1992, quando da realização da Eco-92* – bom ritmo de crescimento dos países desenvolvidos; cronograma integração dos países do continente em estágio adiantado; na Ásia, Japão com capacidade de investimento e a China consolidava seu papel hegemônico no comércio internacional; a América Latina presenciava o desenvolvimento institucional e caminhava rumo à democracia; no Brasil, efervescência política com o fim da ditadura militar e com a promulgação da nova constituição, medidas de política econômica de metas de inflação, controle creditício e responsabilidade fiscal, mesmo sem a sonhada estabilidade macroeconômica;
- ii- *ambiente econômico mundial desfavorável desde 2008* – cenário de maior dificuldade de negociação para transição rumo ao desenvolvimento mais sustentável, tendo em vista a crise da taxa *prime*²⁰ nos EUA, ano eleitoral e dificuldades em assumir compromissos para migração para uma economia menos dependente de fontes fósseis; crise dos preços internacionais das commodities agrícolas, consideráveis gastos com guerras em vários países, revoltas políticas em muitas partes do mundo, socorro econômico a vários países da União Europeia, como Grécia e Espanha; Japão recuperando-se do tsunami de 2011 e dos estragos dos vazamentos nucleares; China lutando para manter o crescimento econômico; Brasil em um bom momento econômico interno com mais liderança em nível internacional;
- iii- *indisposição de algumas lideranças mundiais a negociarem* – mudança de contexto histórico internacional e múltiplas crises, inclusive energética, questões naturais que dificultaram uma negociação mais efetiva; retenção de investimentos em compromissos econômicos pelos ricos com a crise econômica; falta de condições dos países em desenvolvimento para a transição para uma economia verde; justificativa de risco de competitividade por parte de alguns países quando da adoção de determinadas medidas ambientais.

Nessa mesma perspectiva, Silva (2013) salienta que o contexto em que se circunscreveu a Rio+20 possibilita compreender seus resultados. Sobre esse contexto, retoma

²⁰ A *prime rate* ou taxa de empréstimo *prime* é uma taxa de juros usada pelos bancos, geralmente a taxa com a qual os bancos emprestam aos clientes com bom crédito.

para reflexão alguns fatos: i- o tratamento das questões ambientais fora deslocado do seu contexto próprio, dos tratados ambientais internacionais, para o âmbito dos mecanismos mercantis, a partir da criação da OMC, em 1994; ii- os ataques terroristas nos Estados Unidos em 2001, fato que volta a atenção do mundo para as relações internacionais, no que tange às questões relativas à segurança, sob a denominação genérica de “guerra ao terror”; iii- a crise econômico-financeira que assola o centro do sistema capitalista mundial, desde 2008, com importantes reflexos para as economias desenvolvidas, em especial para os EUA e Europa. Com as atenções voltadas para temas econômico-financeiros, ficou em segundo plano uma atuação mais incisiva das forças progressistas norte-americanas e da histórica capacidade de liderança da Europa em questões ambientais. Todos esses aspectos, na visão de Távora (2013), frearam a possibilidade de acordos mais propositivos, mais incisivos e mais progressivos, fundamentando as críticas por parte dos atores sociais.

Em que pese a importância da temática, estratégica por sinal às ambições em torno da sustentabilidade, os países não conseguiram se desligar do contexto de crise, fato que pode contribuir na explicação da recusa das lideranças mundiais hegemônicas em criar um fundo internacional para o financiamento da promoção do desenvolvimento sustentável, como menciona Silva (2013). Ainda segundo esse autor, até o último dia da Conferência, os líderes de alguns países desenvolvidos, como os EUA por exemplo, estavam tendentes a abrir mão dos avanços alcançados nas últimas décadas, em matéria de promoção do desenvolvimento sustentável, em virtude dos próprios interesses, sobretudo econômicos.

Retornando-se à conjuntura de problemas que impactam o desenvolvimento sustentável, como aquela ligada às temáticas ambientais, pano de fundo das várias conferências mundiais, Pereira (2010) frisa que esses desafios permanecerão por longo tempo, tendo em vista que dificilmente se deixará de utilizar os sistemas atuais quando da busca de alternativas menos poluidoras na geração de energias para os processos produtivos. Solução e adaptação são conceitos presentes na trilha de novos caminhos às situações adversas, alimentadas por investimentos em pesquisas como forma de superar os paradigmas políticos, econômicos e culturais.

Partindo desse pressuposto, ainda segundo Pereira (2010), a sociedade terá de conviver com as adversidades ora impostas pelo crescimento econômico, até que se possa substituir a matriz energética atual por outras mais sustentáveis. Entende-se que é necessário que as soluções mantenham estáveis os níveis de emissões de gases poluentes na atmosfera, para que a sociedade possa conviver com o problema sem maiores riscos. Isso não significa a

convivência eterna com o desafio, mas amenizar e atenuar os problemas até que as soluções sejam pensadas, planejadas e implementadas.

No Brasil, a situação não é diferente. As regiões produtoras de alimentos terão de se adaptar às novas culturas e as regiões costeiras se preocuparem com a elevação das águas marítimas e oceânicas. Atenção especial à região nordeste, já vulnerável em razão das precárias condições ambientais e socioeconômicas, sublinha Pereira (2010). Ainda de acordo com os apontamentos desse autor, pouco tem sido feito para a solução da problemática ambiental de forma concreta, sendo evidente a necessidade de formulação de políticas públicas para a garantia de planejamento e infraestrutura para adaptação às necessidades requeridas pelo momento. Observam-se ações de adaptação ainda tímidas e inconsistentes para enfrentamento às alterações climáticas e suas consequências, tanto na política quanto no plano nacional de mudanças climáticas. E face a isso, esse autor também aponta outro aspecto que merece um olhar mais cuidadoso dos gestores públicos e privados: a necessidade de alteração nos processos industriais que utilizam matrizes energéticas de fontes não renováveis. Essa é uma questão que demanda um longo período de adaptações técnicas e econômicas – adoção e acessibilidade às novas tecnologias, eficiência energética e investimentos em energias limpas, mudanças nos padrões de consumo, revisão dos padrões de durabilidade e obsolescência dos bens de consumo, suporte aos países mais “pobres” etc. – em direção às práticas mais sustentáveis.

No entendimento de Silva (2013), apesar dos descontentamentos, não se pode concluir que a Rio+20 fracassou em seus objetivos em buscar soluções para a conjuntura de problemas vislumbrados na Rio 92. Apesar de modesto, o documento final da Conferência possibilitou a indicação de uma série de caminhos a percorrer nos próximos anos. O maior desafio reside na implementação efetiva dos compromissos assumidos pelos países nas diversas esferas de negociação internacional. Em relação às críticas ao documento final, destaca-se que

[...] cumprem o papel fundamental de apontar trajetórias alternativas de desenvolvimento e propugnar avanços necessários. A postura dos movimentos sociais, que reivindicam acordos sobre diversos temas aparentemente ignorados pelas rodadas intergovernamentais de discussão, também contribui para a construção democrática dos valores sociais, essencial para que o debate político e o corpo jurídico – doméstico e internacional – reflitam os mais profundos anseios da humanidade. (Silva, 2013, não paginado).

Távora (2013) discorre que os resultados da Rio+20 representaram uma carta de atitudes para além de 2015, com potencial de manter vivas, na agenda mundial, as questões relativas à governança corporativa, erradicação da pobreza, meio ambiente e desenvolvimento

sustentável. Sob essa ótica, representa um novo olhar sobre sustentabilidade, economia e energia verdes, redução da pobreza e sustentabilidade, questões que se materializam por meio de um conjunto complexo, articulado e progressivo de metas, ações e projetos. Representa também a mobilização das pessoas para lutarem por uma plataforma de políticas públicas, legislações, mudanças de atitudes, ampliação de conscientização, construção de um “novo mundo sem pobreza” e com desenvolvimento sustentável.

Compreende-se a necessidade de uma atuação mais efetiva, pautada pela ação mútua e cooperativa das nações, na busca de soluções para os problemas ambientais, de modo a possibilitar a sobrevivência dos seres vivos e do planeta terra. Acerca desse processo, há que se refletir sobre em que situação se pretende deixar o meio ambiente para as futuras gerações, cabendo o lema “não deixar ninguém para trás”, cerne do compromisso da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

3.2 A Declaração do Milênio: a questão social em debate

Para abordar a discussão sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), Shetty (2005) salienta que primeiro é necessário ter em mente a realidade mais ampla em que esses objetivos estão inseridos. Chama à atenção para a magnitude do problema, tendo em vista a grande parcela da população mundial vivendo em estado miséria, sendo o combate da pobreza e suas manifestações um dos maiores desafios no mundo atual. É possível perceber também que as lideranças mundiais costumam agir com atraso, preferindo lidar com as consequências do que atuar de forma preventiva, mesmo com os sinais e evidências escancarados. Gonçalves (2012) pondera que os riscos são sentidos pelos mais pobres, nas regiões mais pobres, mesmo nos países ricos e pobres, num mundo com tantas riquezas. Reflexivamente, percebe-se que a desordem localizada em certos lugares, regiões e países pobres não se restringe a esses lugares. Depara-se com uma questão que se destaca central para o desenvolvimento, se desalinhado em relação às perspectivas de equilíbrio ambientais, sociais e econômicas: o risco de submissão do planeta e da humanidade a mesma lógica, ao caráter mercantil, que traz em si um caráter desigual por ser enviesado pela “colonialidade do poder”.

Sobre a pobreza, adversidade que assola boa parte da população mundial, tornou-se meta a solucionar em razão das aspirações do desenvolvimento. Ebrahim (2007) expõe que esse problema tem sido definido de diversas formas em diferentes tempos e países. Embora bandeira de defesa das diversas lideranças políticas, o alívio da pobreza provou ser difícil

porque a divisão equitativa do orçamento nacional requer um consenso que nem sempre é possível quando as “elites” controlam as alavancas do poder e os “não elite” devem se conformar com o que recebem. A ação corretiva desse problema é uma tarefa árdua, cara e nem sempre de sucesso.

Além do problema da pobreza extrema, na esteira desse desafio, também estão a violência de toda sorte; os níveis de desemprego alarmantes e crescentes; a violação dos direitos fundamentais básicos; milhões de crianças sem acesso à educação básica; a “escassez” de alimentos e a fome que afetam grande parcela da população; limitações de acesso à informação; ausência de assistência à saúde; *deficit* de moradias; as milhares de pessoas sem acesso a serviços sanitários básicos – água potável, coleta de esgoto, coleta de lixo – etc. “As principais vítimas [dessas perversas] privações são as mulheres, as crianças, os idosos e os fracos”. (Ebrahim, 2007, p. 468).

“Incomodados” com a potencial reação sobre a segurança global dessa extrema privação enfrentada pela maioria da população, desde os anos de 1990, a ONU vem realizando uma série de conferências com foco no desenvolvimento humano, em especial, na redução da pobreza. Compreende-se como um despertar da consciência social global causado pelas duras realidades dos pobres. Nesse sentido, como mais uma etapa rumo à sustentabilidade, em 2000 os Estados-membros da ONU adotaram a Declaração do Milênio, a qual expressou, por meio de oito objetivos, o comprometimento e uma nova parceria global entre as nações com centralidade na redução da pobreza extrema, com um prazo para o seu alcance até 2015.

A erradicação da pobreza foi insculpida como maior desafio global do mundo e como um indispensável requisito para o desenvolvimento sustentável, que tem o homem como o centro da promoção econômica, social e ambiental, o que eleva a humanização como princípio a ser seguido nos modelos de desenvolvimento. (Távora 2013, não paginado).

Os ODM impulsionaram os países a criarem políticas para enfrentamento dos principais desafios sociais no início do século XXI, em nível internacional, nacional e local nos próximos 15 anos seguintes. (Organização das Nações Unidas, 2000). Os oito ODM versam sobre:

- 1- erradicação da pobreza extrema e fome;
- 2- ensino primário universal;
- 3- promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres;
- 4- redução da mortalidade infantil;
- 5- melhoria da saúde materna;

6- combate a doenças como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e a malária;

7- sustentabilidade ambiental;

8- parceria global para o desenvolvimento.

Roma (2019) pondera que as áreas apontadas pelos ODM, em seu conjunto, são fatores que afetavam e ainda afetam as pessoas, em especial as populações mais pobres, sobretudo, nos países menos desenvolvidos.

O mesmo autor ressalta que à época da adoção dos ODM, o processo de globalização era o principal desafio a ser enfrentado, notadamente, como um elemento positivo no enfrentamento dos principais desafios sociais, já que ilusoriamente aventava-se que pudesse oferecer grandes oportunidades para todos. No entanto, é inegável que seus benefícios eram compartilhados de maneira desigual, com os países em desenvolvimento e as economias em transição enfrentando grandes dificuldades para alcançar esses objetivos, principalmente com os elevados custos desse processo.

Apesar dos ODM representarem uma oportunidade de ação para a conquista, afirmação e conversão em realidade das aspirações humanas, agenda por natureza social, ressalta-se que esses objetivos ainda restam no campo do discurso, tendo em conta que as nações costumam agir com atrasos, por vezes, de forma a remediar as consequências do que atuar com proatividade em relação aos alertas iniciais. Sustenta-se que para que os ODM sejam atingidos de modo abrangente e sustentável, é necessário que eles estejam ancorados na garantia dos direitos humanos. (Shetty 2005).

Na perspectiva do exposto por Azzam (2005, p. 23) apresenta uma visão crítica acerca da consecução dos ODM, via direitos humanos, uma vez que a Declaração do Milênio

[...] faz apenas ligeiras referências aos direitos humanos e ao Estado de Direito, mas não contém mecanismos que garantam justiciabilidade aos cidadãos e não adota, de forma geral, uma linguagem jurídica. Ao contrário, é elaborado como um "pacto entre nações", um documento de estrutura ampla que utiliza indicadores econômicos e demográficos como medidas de progresso; um exercício numérico baseado em necessidades, por assim dizer; e uma lista de intenções sobre o que precisa ser feito. A premissa é que essa é com certeza a função dos governos responsáveis pelo bem-estar de seus cidadãos.

Apesar da Declaração ser um pouco vazia acerca dos direitos humanos, Shetty (2005) afirma que o documento não deixa margem a dúvidas ou negociações, pois os ODM denotam que o direito ao desenvolvimento se encontra no contexto mais amplo de direitos humanos. Como imperativo, ancorado na justiça, os valores fundamentais para se atingir tais objetivos

são a partilha da responsabilidade, indivisibilidade, ausência de discriminação e igualdade, todos fundamentados nos direitos humanos. Os ODM são validados com base na legitimidade e nos valores dos direitos humanos, sem isso seriam um conjunto de metas vazio.

Em um olhar para além da Declaração, Shetty (2005) também se observa uma realidade nada ideal: a ausência de dignidade, de respeito e de escolha que caracterizam a pobreza; a injustiça e a discriminação são cada vez mais determinantes da pobreza e dos abusos de direitos humanos. Entende-se que para nenhum outro grupo de pessoas quanto para os pobres e excluídos, os ODM são mais relevantes, pois são os pobres, em particular, as mulheres, que têm de viver sem benefícios legais e enfrentando rotineiramente a violência e insegurança constantes. Portanto, a pobreza é fundamentalmente uma negação dos direitos humanos.

Compreende-se o contexto atual, como marcado pela negação dos direitos humanos aos mais pobres. Diversos são os motivos para que os ODM ofereçam a melhor oportunidade de erradicar a pobreza e as mazelas delas decorrentes:

- i- representam um pacto de responsabilidade compartilhada, no nível governamental, entre os países, a ONU e as instituições que determinam o destino econômico do mundo em desenvolvimento: o Banco Mundial, o FMI, os bancos regionais de desenvolvimento e, cada vez mais, a OMC;
- ii- a perspectiva da dimensão da situação de prosperidade, tendo em conta os bilhões de dólares gastos com armas e guerras, isso sem mencionar o dinheiro que escoia sob a forma de ajuda vinculada, subsídios agrícolas e pura corrupção;
- iii- o monitorado do desempenho dos ODM pelos atores da sociedade civil que, em processos independentes de rastreamento, produziram diversos relatórios em diversos países do mundo todo;
- iv- os ODM são claramente alcançáveis, pois não apenas objetivos para o milênio, mas sim considerados metas mínimas de desenvolvimento segundo as críticas da sociedade civil. (Shetty, 2005).

O mesmo autor salienta que há quem critique os ODM, posto que são por demais ambiciosos, ou que estabelecem metas mínimas de desenvolvimento, ou excessivamente simplistas e quantitativos. Assim como há também quem conteste a natureza coletiva e global dos Objetivos e os enganos que isso pode gerar. Também, o fato de serem apolíticos por natureza e dirigidos pelos doadores. A considerar a questão da responsabilidade e da exequibilidade, as maiores críticas, principalmente por parte dos defensores dos direitos humanos, é que os ODM não criam vínculos legais como as convenções e dos tratados de

direitos humanos, apenas uma expectativa quanto a sua implementação. (Shetty, 2005). Alguns aspectos a se considerar acerca dos ODM estão pontuados no QUADRO 5 a seguir.

Quadro 5 - Questões intervenientes nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

QUESTÕES PRESENTES NOS ODM	
O quê?	<i>Compromissos políticos</i> - a consecução dos ODM depende da pressão conjunta entre os governos, enquanto os objetivos e as metas podem ser alterados por meio de acordo entre os governos que estiverem no poder, tendo em vista que as mudanças de governo, por via eleitoral, com frequência alteram o quadro de comprometimento político.
Quando?	<i>Objetivos a longo prazo</i> - por serem objetivos a longo prazo, não geram direitos individuais, nem criam uma base legal para se cobrar a responsabilidade nas relações entre os Estados. Ao postergar o prazo dos ODM para o ano de 2015, reduz-se o caráter imediato dos direitos humanos, bem como a necessidade de avanços nos países que já atingiram os quantitativos mínimos.
Como?	<i>Falta de correção para o mau desempenho</i> - os ODM preveem apenas um processo de monitoramento da consecução de objetivos quantitativos específicos, bem como possibilidades de aumentar a ajuda para aperfeiçoar o desempenho.
Quanto?	<i>Metas quantitativas específicas</i> - os indicadores escolhidos para o monitoramento refletem apenas os dados que já existem, deixando de lado muitas áreas para as quais não há estatísticas internacionais comparáveis e áreas em que são usados dados qualitativos.

Fonte: Shetty (2005).

No entanto, mesmo que os ODM sejam objetivos mínimos e imperfeitos, tem muito sentido e significado para aqueles que estão longe de conhecê-los, visto que oferecem o melhor caminho na atual conjuntura dos desafios sociais, pois contam com o compromisso dos líderes mundiais. Nesse sentido, há muito espaço para o provimento legal de diversos desses objetivos, como a criação de leis para cooperação internacional. Estrategicamente, recorrer aos processos e instrumentos de direitos humanos existentes pode contribuir para alcançar os objetivos da Declaração do Milênio, sobremaneira, na responsabilização dos governos e atores não-governamentais. Também lançar mão de documentos produzidos como os relatórios dos ODM nacionais, dos mecanismos de monitoramento de tratados como forma de acompanhamento desses, os objetivos e as metas definidos localmente podem fornecer importantes referências etc.

A realidade, na qual destaca-se que a reivindicação e a consecução dos direitos fazem parte de um processo político, entende-se como marcada pela disputa de poder entre os diversos atores sociais e políticos. Se bastasse apenas declarar que essas necessidades básicas são direitos básicos, o mundo seria um lugar bem melhor, pois os ODM seriam atingidos facilmente. Do ponto de vista político, o desafio em se atingir os objetivos da Declaração do Milênio compreende-se que é a falta de vontade e de compromisso. Ressalta-se que a vontade

política somente muda se houver uma mobilização pública nas esferas local e nacional pela sociedade civil organizada com base nos direitos humanos, aspecto que fundamentará os processos no patamar internacional. Azzam (2005) aponta que os movimentos sociais, a sociedade civil mobilizada, os ativistas de direitos humanos, os advogados e as ONG têm papel fundamental para pressionarem os governos a agirem, pois com frequência a pressão popular e as enfáticas reivindicações de direitos cumprem bem essa função, apesar da relutância dos governos. Ademais, Shetty (2005) defende que as campanhas em nível nacional sobre a Declaração do Milênio, alicerçada nos direitos humanos, precisam ser o cerne de qualquer movimento que possa forçar os líderes políticos a agirem.

Como avalia Azzam (2005), ainda há muita retórica e pouca ação, supostamente presta-se um apoio aos ODM, porém, com frequência vê-se que esses se tornam um novo rótulo para a manutenção de velhas práticas ineficientes. Vários programas interessantes têm sido articulados em diferentes regiões do mundo, mas em seu conjunto, o compromisso com a indivisibilidade de direitos permanece no campo verbal, haja vista a existência de uma controvérsia, ou de um perceptível desligamento entre a linguagem de direitos humanos e a dos ODM, sintoma de diferentes abordagens baseadas em direitos e aquelas baseadas em necessidades de desenvolvimento.

A pressão da cobrança da sociedade civil para que os países cumpram suas promessas é o caminho pelo qual os governos irão atuar de fato. Shetty (2005) destaca ser necessário a mudança em alguns aspectos no cenário internacional: a eliminação dos subsídios agrícolas, que tornam o pobre mais pobre; abertura de um espaço político para os países em desenvolvimento; revisão de todos os contratos de propriedade intelectual que apenas beneficiam as multinacionais, prejudicando a segurança alimentar e as necessidades sanitárias dos pobres; alocação de recursos internos e externos para satisfação das necessidades da maioria da população em uma base inclusiva; responsabilidade diante dos próprios cidadãos, e; acabar com a corrupção.

Torna-se urgente entender os ODM como um marco dos direitos humanos e de justiça, conforme descrito na Declaração do Milênio. Não os tratar como um conjunto superficial de metas, mas em observância às causas subjacentes e estruturais da pobreza. Observa-se uma mudança de postura mundial, pois a sociedade civil está se fortalecendo nas esferas nacional e global, com iniciativas como o Fórum Social Mundial e diversos grupos de excluídos começam a exercer seus direitos. A mídia também começa a contribuir abrindo espaço para publicizar esses esforços. (Azzam, 2005; Shetty, 2005)

Ao questionar quais estratégias de direitos humanos que possam ser relevantes para os ODM, Azzam (2005) cita:

- i- litígio de interesse público* para que avance a implementação dos objetivos. Esse aparece sob a forma de ações coletivas e ações contra o Estado e seus organismos, ou contra cidadãos e empresas, em favor do interesse público;
- ii- uso da análise orçamentária* como ferramenta para medir o comprometimento do Estado com direitos econômicos, sociais e culturais, em geral, que com certeza pode ser útil para implementar os objetivos;
- iii- construir pontes com organizações de desenvolvimento*, sabendo que ativistas e as organizações de direitos humanos não são especialistas em todos os campos que tratem de direitos econômicos, sociais e culturais. Educadores, organizações de desenvolvimento, prestadores de serviços médicos, cientistas sociais etc., cada um em suas respectivas áreas de atuação, possuem as habilidades necessárias para análise dos dados;
- iv- adoção de planos nacionais de ação* com relação a vários temas: crianças, mulheres, direitos humanos etc. Essa estratégia compromete o Estado e seus cidadãos com uma série de medidas de âmbito nacional para aperfeiçoar o desempenho e promover as necessárias melhorias na qualidade de vida e, assim atingir as metas desses planos;
- v- criação de conselhos nacionais*, modo alternativo de atuação em determinadas áreas, ou em torno de temas específicos. Esses instrumentos podem desempenhar um papel de liderança, centralizando os esforços da sociedade para melhorar a qualidade de vida dos grupos-alvo.

No Brasil, a governança dos ODM foi estabelecida por meio do Decreto Presidencial de 31 de outubro de 2003, o qual instituiu o "Grupo Técnico para Acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio". Entre as atribuições do Grupo estava a adaptação dos ODM, com suas metas e indicadores à realidade brasileira. Os resultados obtidos com a implementação dos ODM, no contexto brasileiro, foram reunidos nos Relatórios Nacionais de Acompanhamento, elaborados em parceria por diversas instituições do governo federal e agências integrantes do Sistema ONU no Brasil. A seleção e análise dos indicadores utilizados, bem como a consolidação do texto final dos relatórios nacionais ficaram a cargo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em articulação com os grupos temáticos instituídos para essa finalidade. (Roma, 2019).

Como frutos desse empenho, o Brasil foi uma das primeiras nações a combater de forma mais efetiva a pobreza – como exemplo cita-se as contribuições do Bolsa Família e outros programas sociais na melhoria dos índices de subnutrição e erradicação da pobreza

extrema e da fome, política pública criada na gestão do Presidente Lula do Partido dos Trabalhadores para enfrentamento desse desafio. A melhoria dos níveis de educação foi outro contributo: a universalização da educação primária, que garantiu matrícula e oportunizou que meninos e meninas pudessem frequentar a escola; o aumento global da taxa de alfabetização entre jovens de 15 a 24 anos; paridade de gênero na educação primária, porém com desvantagem aos homens nos demais níveis de ensino, em virtude da expectativa em relação ao trabalho, fato o porquê muitos deles desistem dos estudos; a expansão do ensino superior com a ampliação de faculdades e número de vagas; nas dimensões participação feminina no mercado de trabalho e representação política das mulheres, que não possuem metas associadas, a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia feminina, porém, requer mais que a paridade no acesso ao ensino; a redução da mortalidade na infância e também redução na desigualdade regional; a sobrevivência materna melhorou bastante desde a adoção dos ODM, em vista dos atendidos por profissionais de saúde treinados nos estabelecimentos de saúde; diminuição no número de óbitos de mulheres por câncer de colo uterino e de mama, devido à melhoria na qualidade da informação e nos esforços para a detecção precoce da doença; queda no número de doenças como Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS, sigla em inglês), malária e tuberculose, graças ao acesso aos serviços de saúde e o aumento do número de diagnósticos e tratamentos; redução nas taxas anuais de desmatamento do bioma Amazônia e Cerrado; redução das emissões de gases de efeito estufa; redução do percentual de pessoas sem acesso à água e saneamento básico no Brasil; melhoria das condições de moradia da população urbana também apresentou um avanço significativo; fortalecimento e o estabelecimento de uma nova geografia do comércio mundial, ações de cooperação em áreas como saúde, agricultura, meio ambiente, trabalho e emprego, educação, entre outras, no âmbito da cooperação Sul-Sul com países das Américas do Sul e Central e do Caribe, além do estabelecimento de uma série de cooperações técnicas bilaterais e trilaterais com diversos países em desenvolvimento. (Roma, 2019).

Como assinalado pelo autor, constata-se que o Brasil apresentou avanços consideráveis e cumpriu grande parte das metas estabelecidas no âmbito dos ODM, para o período 2000-2015. Frisa-se que as metas contidas nos oito objetivos representam uma excelente oportunidade de pautar a criação e o aprimoramento de políticas públicas, programas e ações governamentais, induzindo o país rumo ao almejado desenvolvimento sustentável nacional. No entanto, apesar dos esforços brasileiros para a consecução das metas dos ODM em âmbito nacional, observa-se que a realidade atual não permite comemorar, pois o país está na contramão do processo até então conquistado. Ressalta-se que o governo de Jair

Bolsonaro promoveu uma desarticulação e desmobilização das políticas públicas em matérias sociais, ambientais e econômicas, aspecto que atrapalha o protagonismo criado à custa de várias lutas sociais.

É pertinente aos governos repensar e tratar a questão com mais acuidade, dando a devida importância que a agenda social representa para o desenvolvimento sustentável. Para que os ODM sejam de fato uma realidade e não uma aspiração discursiva nos cenários internos e externos, a interpretação e utilização adequadas dos objetivos são as janelas para a conversão em realidade das aspirações dos direitos humanos. Entende-se que é preciso que os ODM estejam continuamente ancorados no contexto dos direitos humanos, única maneira de garantir que sejam atingidos de modo abrangente e sustentável. Sob o manto dos direitos humanos, parte-se da compreensão que se deve adotar na implementação dos ODM uma perspectiva de ação visionária mais abrangente e com estratégias inclusivas, com a finalidade de integrar direitos e atores em todas as esferas.

Considerando que o foco é, antes, os mais pobres dos pobres, aqueles em situação de pobreza extrema, Azzam (2019) reforça que as populações marginalizadas precisam estar incluídas, considerando as dificuldades específicas por elas encontradas no cotidiano social, como a falta de acesso a certos privilégios concedidos unicamente aos que se beneficiam do status de cidadãos. Isso significa, nas palavras de Gonçalves (2012), além da preservação e conservação da natureza, abarcar também as pessoas: os indígenas porque são da selva, portanto selvagens; os negros porque a raça seria inferior; as mulheres consideradas frágeis; os operários e camponeses porque seriam rudes, então incapacitados às funções superiores; os povos africanos, asiáticos, latino-americanos e caribenhos porque seriam preguiçosos e atrasados; os deficientes físicos porque a própria natureza os fez deficientes; os idosos pela idade já avançada, velhos; as crianças ainda precoces; os jovens são inexperientes; e a própria natureza, fonte inesgotável de recursos a serviço das necessidades do homem.

Ebrahim (2007) sustenta que para atingir os ODM em sua plenitude, por mais nobre que seja, não basta apenas o fluxo de ajuda dos países mais ricos para os pobres do mundo em desenvolvimento. É necessário que essa ajuda produza os resultados almejados, devendo haver um compromisso recíproco entre as nações e as pessoas, uma boa governança pública e um bom governante honesto do lado receptor.

Findado o período de abrangência e implementação dos ODM, 2000-2015, e com base nos legados da Agenda 21 e da Declaração do Milênio, a cúpula da ONU evidenciou a necessidade de aceleração na implementação dos objetivos e metas até então propostos, bem como iniciar o processo de construção de uma nova agenda com novas recomendações com

os próximos passos pós 2015. Os resultados desse processo foram sintetizados e apresentados no primeiro relatório dedicado à futura agenda “Uma Vida Digna para Todos”. A partir desse debate, que envolveu a participação da sociedade civil, comunidade científica e ONU, foi possível construir o documento intitulado “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, um guia para as ações da comunidade internacional nos próximos 15 anos.

3.3 Agenda 2030: ideais para o desenvolvimento sustentável

Antes de adentrar na questão do desenvolvimento sustentável, é preciso entender o seu contexto de inserção, como salienta Gonçalves (2012). Compreendendo que o desafio ambiental está no cerne das contradições alçadas no mundo moderno atual, reflete-se que a ideia de desenvolvimento significa a “dominação da natureza”. O que ambientalistas e outros defensores da natureza consideram como desafio, o projeto civilizatório entende como progresso, em sua perspectiva hegemônica. Afinal, ser desenvolvido é ser tudo que afasta da natureza e aproxima dos constructos humanos, como estradas, ruas, utensílios e ferramentas, máquinas, obras de toda sorte como pontes, prédios, indústrias entre outras tantas coisas.

A crítica à concepção de desenvolvimento tal como está atualmente configurada demanda a adoção de outras perspectivas para pensar e agir em relação à natureza (Gonçalves, 2012). No entanto, essa visão tem sido amplamente contestada por defensores do progresso, que frequentemente a caracterizam como uma postura retrógrada, associando-a a um retorno ao "estado de natureza". Como se viu até início da década de 70, quando da ideia de natureza como fonte inesgotável de recursos, essa ambiguidade em torno do desenvolvimento produziu e produz seus efeitos no processo de globalização que se seguiu.

Outra reflexão do autor está na compreensão das críticas ao desenvolvimento pelo marxismo, assinalando o caráter desigual desse processo. Contudo, salienta que os que criticavam o desenvolvimento, contribuiu para fomentá-lo, na medida em que se superasse as desigualdades haveria desenvolvimento, já que o progresso é para todos. Não está situado nessa crítica as contradições do desenvolvimento, que se confunde com as lutas contra a injustiça social, contra a miséria, com a igualdade etc. A contracultura, movimento de questionamento e negação da cultura dominante vigente, fonte de inspiração dos ambientalistas de outrora, ao oferecer duras críticas à ideia de desenvolvimento, cedeu lugar às propostas de ecodesenvolvimento e, posteriormente, desenvolvimento sustentável. O desafio ambiental convida a sociedade à busca por alternativas ao desenvolvimento,

movimento que vem ganhando força desde os anos de 1960, sendo as lutas sociais o caminho frente aos processos de globalização de perspectivas neoliberais. (Gonçalves, 2012).

Reflete-se também, conforme esse autor, mantidas as tendências de crescimento até em tão praticadas, as problemáticas ambientais começam a ganhar força e dimensão políticas, possibilitando o reconhecimento das críticas e lutas de ambientalistas por parte da comunidade técnico-científica. Com isso, o próprio campo ambiental torna-se mais complexo, uma vez que é capturado pelo discurso técnico-científico. Vê-se, pois, aproximações e tensões no campo ambiental, entre perspectivas mais técnico-científicas e outras mais preocupadas com questões culturais e políticas. Na visão de Gonçalves (2012), é importante o resgate do ambientalismo na contracultura e toda a tensão estabelecida com o “modo de produção das verdades” no interior da sociedade moderno-colonial, em que as perspectivas técnico-científicas sempre tiveram lugar de destaque.

Afinal, se por cultura entendemos um conjunto de saberes e valores que empresta sentido às práticas sociais, a contracultura indica, exatamente, a busca de outros sentidos para a vida. Ora, o discurso científico e técnico se constituía exatamente como o discurso de verdade no mundo moderno-colonial e, com isso, trouxe a desqualificação de outros saberes, de outros conhecimentos, de outras falas. O que se vê [...] é o deslocamento da questão ambiental, enquanto questão cultural e política, e sua assimilação por parte da lógica técnico-científica que estava sendo, ela mesma, criticada. (Gonçalves, 2012, p. 29).

A ideia de haver limites para o crescimento nas relações estabelecidas entre as sociedades e a natureza é reforçada quando a comunidade científica começa a falar sobre o conceito “sociedade do risco”, para designar as contradições da sociedade moderna. Esse conceito acarreta ao debate do desafio ambiental um componente interessante, na medida em que aponta que os riscos que a sociedade contemporânea corre são decorrentes da própria intervenção humana no planeta (reflexividade), particularmente, das intervenções do sistema técnico-científico, ou seja, do poderoso sistema técnico de que se dispõe hoje. Considerando os argumentos apresentados, esse autor ainda faz outra indagação: a luta é contra a natureza ou contra os próprios efeitos da intervenção que o sistema técnico provoca?

Na reflexividade dessa questão, assimila-se que não é mais somente a cultura ou um povo que põe em risco sua própria existência, mas também a lógica econômica, em que está a globalização de uma mesma matriz de racionalidade, que conduz a sociedade a uma economia que ignora sua inscrição na terra, no ar, na água, no solo, no subsolo, nos ciclos vitais das cadeias alimentares, de carbono, de oxigênio e, assim, a humanidade inteira. Embora de maneira desigual, todos estão submissos aos riscos criados em ações decididas por alguns em

favor de alguns. Diante disso, o desafio ambiental requer outros valores, como solidariedade, generosidade, equidade, democracia de alta intensidade etc. (Gonçalves, 2012).

Para fazer frente a esses desafios, evidencia-se ser necessário buscar na política a arte dos limites, que só é plena na democracia. Já que não há limites na relação da sociedade com a natureza, esses limites deverão ser necessariamente construídos, numa perspectiva dialógica de saberes nas distintas modalidades de produção de conhecimento “intra/extra” culturas distintas. Os limites são, antes de tudo, políticos. (Gonçalves, 2012). A partir dessas reflexões, esse autor afirma que a sociedade está diante de outra questão: há um limite para a técnica ou o papel da técnica na superação do desafio ambiental? Certamente, a superação dos desafios ambientais contemporâneos exigirá a técnica, principalmente das que já estão disponíveis e assimiladas, até que outras sejam instituídas. Nesse sentido, ao avançar nas questões que demarcam e caracterizam o desenvolvimento, sobretudo, a partir dos desafios ambientais, limites para o progresso, consciência que vem sendo construída por intermédio de árduas consequências ao planeta e à humanidade, está ancorada as expectativas da “nova” agenda mundial de debates para 2030. Afinal de contas, 2030 está logo ali.

Para Pinto e Ochôa (2019), a ideia de desenvolvimento, e mais recente, a ideia de desenvolvimento sustentável – a qual abarca em seu bojo os consensos sociais, ambientais e econômicas – apartada dos graves problemas socioambientais que afetam a humanidade: alterações climáticas e ambientais, pobreza, desigualdades sociais etc., têm ganhado destaque nas agendas de debates de organismos internacionais e nacionais, bem como das instituições acadêmicas e de pesquisa, e da sociedade civil em geral. Sobre essa necessária mudança de reflexividade, Gonçalves (2012) já sinalizava anteriormente que é nas contradições presentes na ideia de desenvolvimento que estão os aspectos críticos da relação sociedade/natureza, processo que veio à público e que se torna um debate político na medida em que uma série de denúncias expõem os riscos que a humanidade e o planeta correm, em função do modelo desenvolvimentista praticado até então, que não considera os limites para a intervenção humana na natureza.

Toda essa conjuntura, já analisada criticamente por Gonçalves (2012), que expressa que ao longo dos anos, o discurso do ecodesenvolvimento tem sido ajustado aos desígnios de uma racionalidade econômica. Da crítica à ideia de desenvolvimento nos anos de 1960-70, passou-se ao ecodesenvolvimento e, depois, desenvolvimento sustentável. Por esses caminhos tortuosos, mesmo com todos os debates em torno da temática, a ideia de desenvolvimento tem intensificado os ritmos de exploração dos recursos, como tem possibilitado novas estratégias de intervenção natureza, assim como novos impactos e riscos ecológicos. Nesse sentido, os

acordos multilaterais não têm provocado a necessária coesão, mas sim servido de biombo para processos de reconversão ecológica, que sob sua proteção e legitimação se fazem em nome de desenvolvimento sustentável. Nesse processo, as considerações ambientais têm cedido espaço para as tomadas de decisões econômicas e sociais, conduzindo a submissão das normas ecológicas e princípios ambientais ao regime de livre comércio, com redução do valor da natureza a preços módicos no mercado de bens e serviços ambientais.

Consoante o autor citado anteriormente, ao questionar a dominação da natureza, o desafio, em toda sua complexidade, é estar no centro da crítica do modo de organização societária que está posto, bem como colocar no centro do debate todos aqueles que, assimilados à natureza, foram dominados, oprimidos e explorados, na medida em que o progresso e o desenvolvimento autorizam a dominação da natureza. As gerações futuras dependem de uma nova relação com a natureza, só possível sob novas relações sociais entre os seres humanos. A força do ambientalismo está em não se dissociar desse movimento geral. (Gonçalves, 2012). Para entender o desafio ambiental, para além das fragmentações tão em voga, compreende-se que implica uma verdadeira revolução cultural, posto que o tema é mais complexo do que vem sendo noticiado pelo debate midiático e, mesmo científico. Requer-se uma profunda reflexão de caráter mais filosófico para entender o sentido desse tempo, dessa vida.

Todos os desafios estimulam a busca por outra relação da sociedade com a natureza, em que a justiça social e a sustentabilidade ecológica se façam por meio da liberdade, em que todos tenham direitos iguais perante as suas diferenças. A diversidade biológica e cultural, na igualdade e na diferença, seja vista como o maior patrimônio da humanidade, bastando, portanto, atentar-se àqueles que lutam por uma outra globalização.

Perante esse esforço e sensibilização coletivos, chega-se à Agenda 2030, a qual contempla um conjunto de 17 objetivos com 169 metas no sentido do desenvolvimento sustentável. Segundo Máximo (2015), essa agenda enfatiza a necessidade de integração e interconexão dos aspectos econômico, social e ambiental, além de reafirmar o compromisso com as obrigações relacionadas aos ODM e demais compromissos de natureza global e universalmente aplicáveis a todos os países.

Ressalta-se que a Agenda 2030 confere grande destaque à dimensão social, tendo em vista a necessidade de erradicação da pobreza extrema como um desafio global, assim como a redução das desigualdades a condição essencial para o alcance do desenvolvimento sustentável.

São objetivos globais da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável definidos pela ONU (2016, p. 15):

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos; Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia; Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos; Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Acrescenta-se aos 17 ODS originalmente propostos, a criação da Câmara Temática para o ODS 18 – Resolução n. 2/2023 – para a promoção da igualdade étnico-racial, com a reinstalação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS).

O ODS 18, proposto pelo governo brasileiro em 2023, é uma ampliação dos ODS da Agenda 2030 da ONU, com foco no enfrentamento do racismo estrutural e da discriminação étnico-racial. Esse objetivo foi oficialmente apresentado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, marcando uma iniciativa pioneira ao colocar a igualdade étnico-racial como um elemento essencial para o desenvolvimento sustentável.

Reconhece-se a desigualdade racial como uma barreira estrutural ao desenvolvimento global, aspecto que demanda sua integração às estratégias locais e globais para a promoção da justiça social e da sustentabilidade. Entre suas principais metas estão:

- i. eliminar a discriminação racial e a xenofobia, promovendo a igualdade de direitos para populações indígenas, afrodescendentes e outros grupos historicamente marginalizados;
- ii. assegurar acesso equitativo à justiça, educação de qualidade e saúde, com especial atenção às comunidades racialmente discriminadas;

- iii. promover memória, verdade, reparação e representatividade, valorizando a história e a cultura de povos oprimidos;
- iv. erradicar a violência contra povos indígenas e afrodescendentes, garantindo proteção e respeito aos direitos humanos;
- v. proporcionar habitação digna e ampliar a participação social, promovendo a inclusão de grupos marginalizados nas decisões políticas e econômicas.

Essa proposta reflete o compromisso do Brasil em avançar na luta contra o racismo, estabelecendo uma conexão entre igualdade racial, justiça social, governança global e sustentabilidade ambiental. O ODS 18 é um reconhecimento de que o racismo estrutural não é apenas uma questão de direitos humanos, mas também um obstáculo ao alcance de um desenvolvimento equilibrado e inclusivo.

Assim, ao incluir o ODS 18 na agenda global, o Brasil propõe que a questão racial seja tratada como uma prioridade no contexto das metas de desenvolvimento sustentável, reafirmando a importância da equidade étnico-racial na construção de sociedades mais justas, democráticas e sustentáveis.

Tendo em vista a importância do desenvolvimento sustentável para o mundo, por intermédio das várias conferências dedicadas à essa temática, a ONU incentiva os países a adotarem estratégias para o alcance dos objetivos da Agenda 2030 adequadas as suas realidades e prioridades, porém alerta para que não haja a redução da magnitude e abrangência dessa agenda global. Uma crítica à Agenda 2030 é sua capacidade de orientar o desenvolvimento sustentável em todas as metas propostas, em virtude dos sucessivos governos até 2030, a existência de metas distintas num único objetivo o que acarreta debates acerca de diferentes políticas públicas e a redução das diversas desigualdades nacionais. (Santos, 2016).

No Brasil, a adaptação das metas globais à realidade brasileira ficou sob responsabilidade do IPEA, assim como a definição dos indicadores para acompanhamento do cumprimento das metas.

A fim de garantir a implementação dos objetivos da Agenda 2030, o governo brasileiro, por meio do Decreto n. 8.892 de 27 de outubro de 2016, instituiu a CNODS, instância colegiada e de natureza consultiva composta por representantes dos três níveis de governo e da sociedade civil. Inicialmente, competiu à CNODS fazer a articulação com órgãos e entidades públicas das unidades federativas para a disseminação e a implementação dos ODS, elaborar plano e propor estratégias de ação, acompanhar e monitorar o

desenvolvimento dos objetivos, identificar e divulgar boas práticas e iniciativas, entre outras ações. (Brasil, 2016).

Em um período de sucessivas turbulências políticas e ataques à democracia no governo de Jair Messias Bolsonaro, somados à crise econômica e social vivida no país, a CNODS foi revogada pelo Decreto n. 10.179 de 18 de dezembro de 2019. Considerando a importância da Agenda 2030 como estratégia de desenvolvimento, a Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV-PR) ficou a cargo da governança das políticas e ações referentes aos ODS. Assim, por intermédio da promulgação do Decreto n. 9.980 de 20 de agosto de 2019, foi criada a Secretaria Especial de Articulação Social (SEAS) vinculada à SEGOV-PR, a qual coube a articulação com os Entes Federados e organizações nacionais e internacionais para fins da condução e implementação da Agenda 2030 no país. (Brasil, 2019).

Como mais um ponto falho no compromisso do governo brasileiro à época com a implementação dos ODS, o Decreto n. 9.980/2019 também foi revogado, em virtude da publicação do Decreto n. 10.591, de 24 de dezembro de 2020. (Brasil, 2020). Por intermédio dessa nova normativa, houve um remanejamento de cargos em comissão e funções de confiança, bem como alterou as competências da SEAS, retirando-lhe o papel relativo à Agenda 2030. Seguindo-se à política de desmobilização, essa normativa também foi revogada pelo Decreto n. 11.209, de 26 de setembro de 2022 (Brasil, 2022), que por sua vez foi revogado pelo Decreto n. 11.382, de 19 de janeiro de 2023 (Brasil, 2023) já no governo do Presidente Lula.

Conforme palavras do Deputado Nilto Tatto, além da revogação das parcas normativas pelo Governo Bolsonaro, “ato de sua política antiambiental”, o que deixou o país sem um órgão responsável pela implantação dos ODS, “[...] o Presidente da República também vetou dispositivo que determinava a adoção dos ODS como diretriz do Plano Plurianual (PPA) 2020–2023, impedindo mais uma vez o desenvolvimento de uma agenda sustentável no Brasil”. (Tatto, 2021, não paginado).

Considerando a dinâmica no cenário político brasileiro, quando das trocas de governos ao final dos mandatos eletivos, é perceptível mudanças nas políticas públicas ao “sabor” dos interesses dos novos governantes. A partir dessa percepção, depreende-se que esse cenário de instabilidades se tornou um dos desafios à gestão das políticas públicas em diversas áreas e setores, as quais, muitas vezes, tornam-se políticas de governo e não públicas. Nesse sentido, entende-se que a governança da Agenda 2030 no Brasil, no sentido da internalização, difusão e transparência do processo de implementação dos ODS, em razão da constância na

promulgação e revogação das normativas, também padece dos mesmos desafios que outras políticas públicas, em especial, aquelas de caráter socioambiental.

Apesar do Brasil ter se tornado problema ao invés de solução, em matéria de ODS, considerando que “[...] no conjunto de 82,8% das políticas em retrocesso, ameaçadas ou estagnadas, muitas sem sequer executar os orçamentos disponíveis” (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Para a Agenda 2030, 2021, p. 5), Machado (2021) salienta que uma solução possível para essa situação está no Projeto de Lei 1308/2021 – que institui a Política de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. De autoria do deputado Nilto Tatto do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, o projeto está em análise na Câmara dos Deputados pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Apesar dos desafios a serem enfrentados na consecução dos ODS, principalmente no contexto brasileiro, pode-se dizer que foi um grande avanço a união de esforços de vários governos internacionais em discutir a necessidade de uma agenda de desenvolvimento mais sustentável, conforme Filgueiras, Koga e Viana (2018, p. 22) dizem “[...] por ora, houve avanços que dizem respeito a esforços de disseminação da Agenda 2030 e de criação de uma governança para o monitoramento”. No entanto, esses mesmos autores refletem que

ainda há poucos avanços percebidos em relação à influência da Agenda 2030 nos processos de formulação, planejamento e implementação das políticas públicas, ou no desenvolvimento de competências estatais para uma atuação mais integrada ou, ainda, para mobilização de recursos e parcerias demandadas para a consecução da Agenda. (Filgueiras; Koga; Viana, 2018, p. 22).

Coloca-se, então, o desafio de analisar criticamente se os esforços até então empreendidos pelas nações e/ou organizações são suficientes para promover o desenvolvimento global sem prejudicar as vidas e os contextos locais regionais. Nessa perspectiva, Mariano e Mayer (2011) sustentam que se confronta com uma nova demanda, o entendimento do momento atual como um período de transição de valores da modernidade, a exemplo da supremacia da razão e da exploração ilimitada dos recursos naturais, em contraposição a novos valores, como a busca do equilíbrio sustentado entre o progresso econômico e a preservação ambiental, em especial, em contextos de subdesenvolvimento.

Sobre esses apontamentos, Máximo (2015, p. 23) pondera “ainda que seja importante encarar a nova agenda criticamente, é da maior relevância considerar as diversas oportunidades que o compromisso recém-adotado representa [...]”, pois, seria errôneo ignorar

a capacidade de transformação que o compromisso presente nessa agenda conduz para a transposição dos desafios econômicos, sociais e ambientais da atualidade.

A perspectiva crítica acerca do contexto histórico-social em que se fundamenta o desenvolvimento sustentável é necessária e importante, pois, a teoria tradicional tem como característica destituir o elemento histórico para compreensão da realidade, ou seja, uma ruptura com consciência histórica crítica. (Cerri, 2001). Depreende-se como urgente a compreensão do desenvolvimento sustentável proposto na Agenda 2030 no âmbito da realidade concreta dos sujeitos, aspecto que tende a ser mascarado em vista dos ideais de desenvolvimento cunhados na perspectiva neoliberal e destituídos de sentidos sociais.

Infere-se, a partir das reflexões de Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012), que o neoliberalismo está fundamentado numa concepção conciliatória com o capitalismo, uma vez que historicamente esse sistema transparece uma relação ambígua entre uma pretensa ideia de reparação da crise socioambiental ora em curso e o real sentido que a lógica do capital, predatória por sinal, impõe na trajetória do desenvolvimento. Ainda, conforme discursam Gasparotto, Grossi e Vieira (2014, p. 2), “reflete-se sobre o neoliberalismo, apresentando as ideias e medidas básicas adotadas pelo ajuste neoliberal, bem como, seu impacto deletério na garantia de direitos coletivos e de políticas sociais”.

Imersas nesse contexto que engendra mudanças, riscos e, por vezes, muitos retrocessos, estão as instituições e sujeitos. Bateman e Snell (2012, p. 69), ao refletirem sobre esse momento, dizem que “a principal fonte de risco da sociedade moderna está na produção excessiva de perigos e no consumo ecologicamente insustentável”, como consequência da explosão populacional, da poluição industrial e da degradação ambiental. Di Serio e Vasconcellos (2009) avaliam ser inconcebível na sociedade moderna, com tecnologias avançadas e economicamente bem-sucedida, ter a produção e o consumo como focos centrais.

Críticas à parte, em vista do caráter econômico-financeiro dos debates, o Fórum Econômico Mundial, no relatório *Global Risks Report 2020*, menciona que forças econômicas, demográficas e tecnológicas estão moldando um novo equilíbrio de poder e o resultado é um cenário geopolítico instável (FIGURA 7):

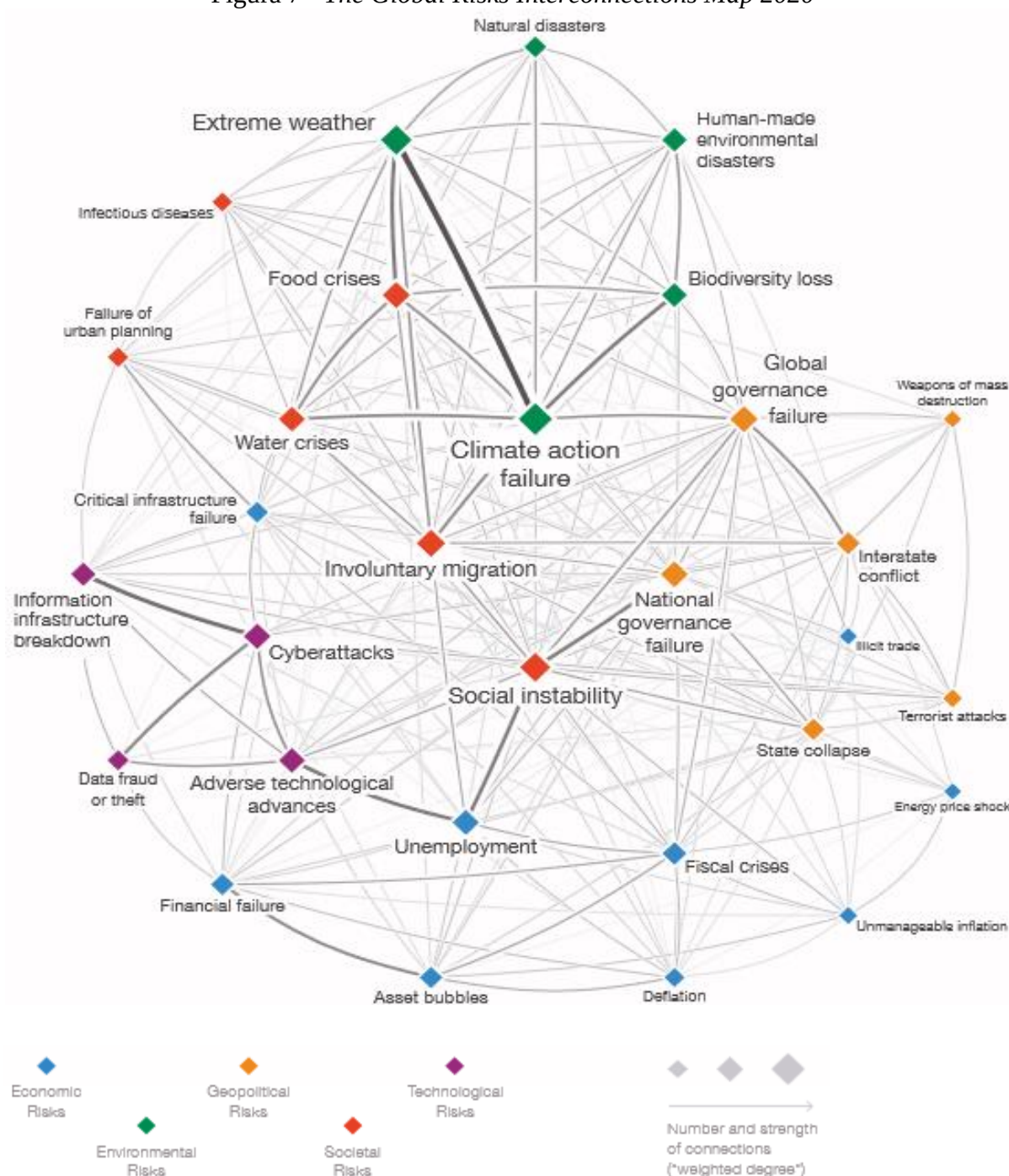
- i- *Riscos para a estabilidade econômica e coesão social*: aumento do risco de estagnação econômica; barreiras comerciais e desinvestimento global devido aos avanços de políticas nacionalistas; confrontos econômicos e polarização política interna; descontentamento e desaprovação dos cidadãos com a gestão de questões econômicas e sociais pelos governos;
- ii- *Ameaças climáticas e perda acelerada de biodiversidade*: aumento da temperatura global e desastres naturais cada vez mais intensos e frequentes; somam-se às alterações climáticas a

uma emergência planetária que incluirá perdas de vidas, tensões sociais e geopolíticas e impactos económicos negativos; perda de biodiversidade com implicações para a humanidade, desde o colapso dos sistemas alimentares e de saúde até o caos nas cadeias de abastecimento;

iii- *Sistemas de saúde sob novas vulnerabilidades*: mudanças sociais, ambientais, demográficos e padrões tecnológicos ameaçam desfazer os ganhos dramáticos em bem-estar e prosperidade que os sistemas de saúde têm apoiado ao longo dos anos; doenças não comunicáveis – doenças cardiovasculares e mentais – substituindo as doenças infecciosas como a principal causa de morte; aumento dos custos da gestão de doenças crônicas, o que coloca os sistemas de saúde em colapso; progresso contra as pandemias prejudicado pela hesitação à vacina e resistência aos medicamentos;

iv- *Consequências de fragmentação digital*: de um lado a tecnologia digital trazendo benefícios sociais, de outro a desigualdade de acesso à Internet; a falta de um quadro global de governação tecnológica e insegurança cibernética, incluindo a possibilidade de fragmentação ciberespaço e o colapso da infraestrutura de informação. (Fórum Econômico Mundial, 2020).

Figura 7 - *The Global Risks Interconnections Map 2020*



Fonte: Fórum Econômico Mundial, 2020.

Salienta-se, a partir do relatório do Fórum, a preocupação com as questões relacionadas ao clima pelos membros da Comunidade Multissetorial e do Comunidade Global *Shapers* – Fórum Jovens Constituintes, classificando as questões ambientais como os principais riscos tanto no curto como no longo prazo. Alerta-se que sem a resolução do problema das alterações climáticas, não há como conseguir atingir o tão esperado desenvolvimento sustentável, condizente com o potencial da humanidade. Também é

perceptível que embora as empresas reconheçam que as emissões atmosféricas de gases de efeito estufa estão alterando o clima de maneira prejudicial ao planeta e à sociedade, emissões essas de origem humana sobretudo, pouco se tem avançado além do básico.

A despeito dos riscos globais que o mundo tem sofrido, o Fórum destaca que preciosos anos se passaram até as questões presentes na Agenda 2030 estivessem na ordem do dia. Várias foram as conferências globais com representação de vários países, onde acordos e compromissos genéricos iam sendo costurados, um lento processo de consciencialização global. Dada a urgência do desafio, as tendências atuais não são encorajadoras. Adverte-se que as partes interessadas devem encontrar maneiras de agir em questões fundamentais como economia, meio ambiente, tecnologia e saúde pública, com o propósito de um mundo global estável. Isso inclui a adoção de sérias medidas econômicas e sociais interligadas, nos níveis macro e micro, alinhadas à inovação tecnológica e compromisso dos governos e empresas.

Ante à reflexão/ação necessária frente às adversidades do desenvolvimento, com vistas à adoção de medidas/práticas mais eficientes para enfrentamento dos problemas, pesquisadores do *Stockholm Resilience Centre*²¹ desenvolveram uma nova maneira de ver os aspectos econômicos, sociais e ecológicos dos ODS, diante das demandas do Fórum Alimentar EAT de Estocolmo, 13 de junho de 2016. Os participantes desse Fórum compreendem que os alimentos sustentáveis e saudáveis conectam direta ou indiretamente todos os ODS.

Considerando que as economias e as sociedades devem ser vistas como partes incorporadas da biosfera, afasta-se a ideia atual de uma abordagem setorial, em que o tripé do desenvolvimento sustentável – aspectos sociais, econômicos e ecológicos – é visto como partes isoladas e sustentáculo da sustentabilidade. Nessa nova perspectiva de apreensão dos ODS, esses são agrupados em camadas, como um bolo de casamento, representando a “Biosfera”, a “Sociedade”, a “Economia” e as “Parcerias” (FIGURA 8).

²¹ Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Figura 8 - Bolo de casamento dos ODS



FONTE: Azote Images for Stockholm Resilience Centre.

Fonte: Stockholm Resilience Centre (2016).

A primeira camada, a *Biosfera*, é a base onde assenta a sociedade, ou seja, o conjunto dos ecossistemas terrestres de sustentação da vida no planeta. Em linhas gerais, sem uma base estável é difícil construir uma sociedade sólida e funcional; e sem uma sociedade sólida e funcional, não se pode construir uma economia que sirva a todos. Os ODS definem os objetivos para a preservação e regeneração da vida nos solos, por meio do:

- i- ODS 6: visa assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas(os). Aqui está a exigência de estudos do ciclo da água em seus diferentes usos, do consumo humano ao industrial e agrícola e também para o saneamento básico;
- ii- ODS 13: visa a adoção de medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos. É esse nível que compreende a decisão de vários países de redução pela metade das emissões de gases de efeito estufa até 2030 e sua neutralização até 2050;
- iii- ODS 14: visa a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Refere-se, portanto, à vida subaquática – corais, as espécies de peixes e mamíferos aquáticos, assim como a própria poluição dos oceanos e dos rios;

iv- ODS 15: visa a proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres, bem como a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a detenção e reversão da degradação da terra e da perda da biodiversidade. Também se refere à maneira como se produzem alimentos, fibras e energia e como se mantém ou se destrói a biodiversidade terrestre.

Essa primeira camada do bolo não pode ser tratada como um conjunto de recursos aos quais a humanidade recorre infinitamente para satisfazer seus desejos e suas necessidades, como se pensava há cinquenta anos. Hoje, em colapso devido ao avanço da erosão da biodiversidade e dos eventos climáticos extremos, conceber a natureza como a base de sustentação da vida social e econômica para a criação de riquezas não tem nada de trivial. Portanto, os ODS são um convite a romper com esse ponto de vista.

Na segunda camada está a *Sociedade*. Aqui está a possibilidade de os seres humanos ampliarem suas liberdades substantivas, disporem das bases para que os potenciais das pessoas se desenvolvam. Vislumbra-se que o desenvolvimento se refira menos a coisas e à obtenção de coisas e muito mais àquilo que a sociedade faz com as riquezas que cria. A riqueza é um meio, um instrumento, não a finalidade. Eticamente, o objetivo tem que ser a melhoria da vida social e da relação entre sociedade e natureza. É o que demanda os oito ODS componentes dessa camada:

- i- ODS 1: visa acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- ii- ODS 2: visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promoção da agricultura sustentável;
- iii- ODS 3: visa assegurar uma vida saudável e a promoção do bem-estar para todas(os), em todas as idades;
- iv- ODS 4: visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, assim como a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas(os), premissas básicas da dignidade humana;
- v- ODS 5: visa o alcance da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas;
- vi- ODS 7: visa assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas(os). A disponibilidade de energia limpa é fundamental, mas convém lembrar que parte importante da espécie humana ainda depende do carvão e do esterco como base para a cozinha e para o aquecimento;

vii- ODS 11: visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Supõe-se, pois, a supressão do *apartheid* territorial, pois no mapa da desigualdade a maioria da população pobre encontra-se em regiões periféricas e desprovidas de serviços básicos – como saúde, educação, moradia, cultura etc. – e trabalhos de qualidade;

viii- ODS 16: visa a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, bem como proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Os oito objetivos dessa camada mostram-nos que para o sonhado desenvolvimento sustentável, são necessários objetivos políticos, culturais e institucionais, tendo em vista a construção de uma sociedade cujas cidades produzem energia limpa e suas empresas promovem a redução das emissões. Entretanto, onde a representação política das mulheres é baixa e onde a fome impera, há, por conseguinte, um distanciando do desenvolvimento sustentável.

A terceira camada é referente à *Economia*. Conforme o *Stockholm Resilience Center*, a economia não é uma esfera soberana em relação à vida social, pelo contrário, ela está imersa na política, na cultura, nos hábitos e na maneira como os sujeitos se relacionamos entre si. É enfático que para que uma sociedade seja economicamente forte, é necessária a promoção de instituições fortes e eficazes, paz e justiça. Nesse sentido, quatro ODS são demandados:

i- ODS 8: visa promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas(os). Ainda segundo o *Stockholm Resilience Center*, o crescimento econômico está ligada ao que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) define como trabalho decente;

ii- ODS 9: visa a construção de infraestruturas resilientes, promoção da industrialização inclusiva e sustentável e fomento à inovação;

iii- ODS 10: visa a redução das desigualdades dentro dos países e entre eles;

iv- ODS 12: visa assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Por fim, no topo das camadas encontra-se o ODS 17 – fortalecimento dos meios de implementação e revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável. Em traços gerais, sem uma *Biosfera* estável é difícil construir uma *Sociedade* sólida e funcional; e sem essa solidez e funcionalidade social não se pode construir uma *Economia* que sirva a todos. Nesse sentido, as parcerias são parte crucial para acelerar e cimentar todo o processo.

Os ODS tornam-se ainda mais importantes diante dos cuidados com a vida e com a sociedade, do empenho para com as mudanças climáticas e a luta contra as desigualdades no

centro de suas políticas econômicas, rompendo, assim, com o discurso das últimas décadas que dominou o pensamento econômico, de que se os mercados funcionarem bem, a vida social melhora. Ou seja, um apelo ao crescimento econômico como panaceia para todos os problemas sociais.

Da forma como vem acontecendo, os ODS mostram-se ineficientes para mudar a dependência ao consumismo, o que se pode deduzir que são um mito, que pouco fazer para evitar o colapso ambiental resultado da lógica “extração-produção-descarte”. Apesar das inúmeras conferências mundiais da ONU na tentativa de resolução da equação do desenvolvimento sustentável, são grandes as chances de “insucesso” dos ODS e cada vez mais difícil cumprir a Agenda 2030. Também, há uma certa desconfiança em relação ao desenvolvimento sustentável porque se presume que os benefícios ambientais são relativamente insignificantes e, para além disso, o termo está normalmente relacionado à “maquiagem ecológica” das empresas e/ou da ação governamental.

É sabido que o Brasil enfrenta vários desafios para cumprir as metas dos ODS até 2030. Na avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil, o IPEA (2024) expressa que o cenário positivo dos anos 2000 não se confirmou, com sucessivas crises desde meados da década passada, concentração e baixo crescimento econômico, recessão entre 2014 e 2016, seguida de uma crise econômica, social e sanitária agravada pela pandemia de covid-19. Além desses fatores, mudança na liderança e orientação político-ideológica do governo, no período 2019-2022, fizeram com que o Brasil abandonasse, politicamente, a pauta das políticas públicas para a implementação efetiva da Agenda 2030. Tais aspectos implicaram em retrocessos na implementação do ODS, conforme os desafios expressos no QUADRO 6.

Quadro 6 - Principais desafios às metas de implementação dos ODS no Brasil

(continua)

ODS	DESAFIOS AO ALCANCE DAS METAS
ODS 1 Erradicação da Pobreza	• o combate efetivo à pobreza depende do rompimento dos ciclos de alternância entre breves surtos de crescimento e recessões prolongadas, em prol de expansão duradoura da economia [...]. É preciso crescer com redistribuição, isto é, com redução das desigualdades; • na proteção social, dois desafios são prementes: i- a falta de integração entre diferentes políticas e as desigualdades horizontais e verticais; ii- expansão do acesso e da melhoria da qualidade dos serviços públicos, algo embutido no próprio conceito de pobreza multidimensional; • o Brasil tem muito a avançar na forma como os recursos públicos são arrecadados, pois o peso excessivo de tributos indiretos na carga tributária bruta penaliza os mais pobres e acaba mitigando o efeito de políticas redistributivas.

(continuação)

ODS	DESAFIOS AO ALCANCE DAS METAS
ODS 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável	• crise econômica e social desencadeada pela pandemia de covid-19 evidenciou a fragilidade do sistema agroalimentar predominante, o que deixou a população sob risco de desabastecimento alimentar; • desarticulação de políticas e estratégias voltadas para as questões relativas ao ODS 2 nos últimos anos indica dois riscos: i- restrições orçamentárias, que podem afetar o desempenho e a escala necessária dos programas fundamentais para o atingimento das metas; e ii- risco de retorno de projeto político ultraconservador que defenda práticas contrárias à segurança alimentar nutricional; • fortalecimento das instâncias participativas da sociedade civil, de forma que as diretrizes, as metas e os avanços em direção à promoção da segurança alimentar e da agricultura sustentável.
ODS 3 Saúde e Bem-Estar	• no período de 2019 a 2022, agravou-se o problema de financiamento da saúde e houve interrupções de políticas efetivas relativas à Agenda 2030. As medidas de austeridade fiscal e de despriorização dos ODS trouxeram desafios relacionados à disponibilidade de recursos para a saúde e às políticas que visam abordar os determinantes sociais da saúde; • a pandemia da covid-19 revelou as fragilidades do governo e demais atores em lidar com emergências sanitárias, ao mesmo tempo que demandou abordagens multidimensionais para o manejo de problemas complexos; • quanto ao saneamento básico, o Brasil ainda enfrenta grandes desafios para assegurar o acesso a serviços de esgotamento sanitário a toda a população; • redução da mortalidade materna, da maternidade na adolescência e da mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene; • necessidade de coordenação de esforços e alinhamento de agendas entre os diversos entes federativos.
ODS 4 Educação de Qualidade	• desafios em relação à infraestrutura escolar são, principalmente, a acessibilidade para pessoas com deficiência, a disponibilização de computadores para fins educacionais e, em menor medida, o acesso à internet de banda larga; • a educação brasileira enfrenta diz respeito à articulação federativa. Como ainda não existe um sistema único de educação, como é o caso da saúde e da assistência social, os esforços de gestão são grandes e a intervenção federal tem limites; • aumentar o atendimento das crianças até 3 anos de idade, visto que é essencial para melhorar a capacidade de aprendizado nas etapas seguintes da educação; • comparativamente, a situação brasileira à dos países com IDH e renda per capita elevados, o quadro não é auspicioso em matéria de educação, ao contrário, o número de brasileiros que finaliza quaisquer etapas do ensino básico é bem menor e o número de alunos que aprendeu o que é considerado necessário é muito baixo.
ODS 5 Igualdade de Gênero	• o Presidente Lula anunciou a criação de um 18º ODS no Brasil, centrado na igualdade racial, um desafio primordial no país; • a centralidade de trazer as próprias mulheres – seus corpos, experiências, saberes, narrativas e perspectivas – para o cerne do debate político e da agenda econômica e social do país; • instrumentos de coleta de dados para orientar políticas públicas baseadas em evidências estatísticas e séries históricas de modo a considerar gênero e suas intersecções; • superação efetiva dos efeitos da pandemia da covid-19, que levaram as mulheres a perderem seus postos de trabalho e rendimentos e as expuseram de modo agravado a situações de violência doméstica; • monitorar as políticas públicas iniciadas em 2023, relativas ao enfrentamento da violência contra a mulher, a nova lei de igualdade salarial e a formulação de uma ampla política de cuidado; • os persistentes estereótipos que recaem sobre as mulheres, especialmente as mulheres negras, e que justificam “naturalmente” a sub-representação feminina em cargos de poder e decisão na esfera pública, bem como nos setores público e privado; • inserção das mulheres na produção e na circulação de conhecimentos afeitos às tecnologias de informação e comunicação, para que possam ter um uso mais intensivo nos processos políticos, sociais e econômicos da contemporaneidade.

(continuação)

ODS	DESAFIOS AO ALCANCE DAS METAS
ODS 6 Água Potável e Saneamento	• garantir a governança efetivamente participativa, que considere os modos de vida das comunidades locais; • governança requer o aperfeiçoamento institucional e medidas efetivas de reconhecimento e gestão de conflitos em torno dos usos múltiplos da água, considerando-se a grande extensão territorial do Brasil, suas heterogeneidades e diversidades locais; • de 2019 à 2022, houve retrocessos nas articulações de políticas e seus orçamentos (Ipea, 2023), como na participação social por meio de colegiados do sistema de gestão da água; • a pandemia de covid-19 teve forte impacto no Brasil e mostrou o sofrimento de grande parte da população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social, seja para garantir o acesso à água, seja para pagar a conta; • queda nos investimentos; a redução de capacidades institucionais e de iniciativas/projetos, afetando todas as metas do ODS 6; a ausência de esforços em projetos com foco no meio rural e em municípios mais deficitários; a elevação de conflitos no campo, envolvendo o acesso à terra e à água; e o enfraquecimento dos colegiados de participação popular na gestão da água; • sistemas precários de coleta, tratamento e destinação final dos esgotos, o que representa outro desafio para o avanço no saneamento básico no país; • valores alcançados para a água segura para o consumo humano ainda evidenciam um grande desafio a ser superado no Brasil, principalmente no meio rural; • mais de 8,5 milhões de pessoas no Brasil (24,2% da população total) não contavam com, pelo menos, o básico do esgotamento sanitário, declarando utilizar valas, corpos hídricos e outras formas não adequadas; • o monitoramento de produtos industriais e agroindustriais perigosos lançados nos rios é feito por meio de cadastro e fiscalização local esporádica, e a qualidade dos esgotos e dos corpos receptores não é acompanhada uniformemente em todas as bacias hidrográficas; • dados por bacia hidrográfica onde se verifica piora é justamente onde há grande densidade populacional e atividades demandantes de água, nas bacias do Atlântico e do rio São Francisco; • Brasil ainda não adotou, de forma ampla, a vazão ecológica como regra para outorgas e para o cálculo de estresse hídrico; • conjunto das bacias do Atlântico e do rio São Francisco são as de maior estresse hídrico, o que demanda ações de governança e controle dos usos; • quesito “ambiente propício” registrou queda desde 2016, refletindo as mudanças contrárias à Agenda 2030 na condução da política de recursos hídricos desde então até 2022; • participação das comunidades locais ainda é limitada nesses fóruns, devido a dificuldades representativas, operacionais, culturais, de suporte, de poder econômico e de capacitação; • nas metas relacionadas ao saneamento básico, houve marcante redução dos recursos orçamentários federais, que se encontram em queda desde 2013; • retomar o financiamento com foco em comunidades, municípios e estados com maior déficit de serviços e com as maiores dificuldades estruturais e financeiras; • efetiva incorporação do Plano Nacional de Saneamento Básico como orientador e direcionador das prioridades de investimento público; • parte das mudanças na legislação aprovadas em 2020 carecem de validação quanto à sua aderência aos princípios dos direitos humanos e aos compromissos com os ODS; • em 2020, permanecem incertezas como: regras e apoio do Estado para facilitar o reúso de águas servidas e o aproveitamento de águas de chuva; direcionamento dos incentivos fiscais para localidades com maior déficit; participação social nas definições de políticas; incertezas de manutenção dos subsídios cruzados; e implementação da tarifa social como elemento de promoção do direito humano à água e ao saneamento; • necessidade da gestão de conflitos envolvendo a água, com atenção para as atividades econômicas poluidoras que impactam populações locais; • gestão e governança da água, é necessário maior aproximação e integração entre a política de recursos hídricos e a política ambiental, assim como com os instrumentos de planejamento e gestão urbana; • desarticulação dos colegiados federais, aprofundada entre 2019-2022, bem como as

(continuação)

ODS	DESAFIOS AO ALCANCE DAS METAS
ODS 7 Energia Acessível e Limpa	dificuldades históricas de gestão integrada da água, as quais se somaram às limitações impostas pela pandemia de covid-19 e resultaram no enfraquecimento da gestão de recursos hídricos no país e da agenda relacionada ao ODS 6. • construir políticas públicas de universalização do acesso e uso da energia elétrica ainda mais justas e inclusivas, que garantam mais oportunidades e melhorias na qualidade de toda a população atendida pelo programa; • conhecer o impacto das elevadas tarifas de energia no Brasil no orçamento doméstico seria importante para melhor avaliar o acesso efetivo das unidades residenciais à energia; • analisar o real alcance da Tarifa Social de Energia Elétrica, com vistas a seu aprimoramento, para garantir a inclusão das unidades residenciais necessitadas e isoladas geograficamente nas regiões Norte e Nordeste; • acesso equitativo e universal à energia limpa, em particular nas regiões remotas onde populações isoladas se encontram, ainda se constitui em um enorme desafio; • conhecer melhor os impactos socioambientais da produção de energia eólica, pois não é isenta de produzir externalidades negativas, com impactos importantes nas esferas ambiental e social – efeitos negativos sobre a biodiversidade e o nível elevado de ruídos, perdas de territórios e de recursos locais disponíveis às comunidades vizinhas –.
ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico	• o ODS 8 representa para o Brasil o necessário desafio de voltar a sustentar melhorias nos principais indicadores econômicos e laborais por vários anos seguidos, exatamente como o país foi capaz de fazer em um período recente, mas não, como veremos, nos primeiros sete anos de vigência da Agenda 2030 (2016-2022); • os efeitos da pandemia se somaram a uma sucessão de crises internas e recuperações parciais, o que resultou, de modo geral, em desempenhos acumulados abaixo da média; • os sete primeiros anos dos quinze de vigência da Agenda 2030 (2016-2022) combinou estagnação, instabilidade e retrocessos nos principais indicadores de trabalho decente e crescimento econômico; • dificuldade crônica do Brasil em sustentar ganhos de produtividade ao longo das últimas décadas, as incertezas relativas à economia global e as restrições impostas pela mudança climática merecem destaque entre os desafios e obstáculos ao caminho desejado; • planos de eliminar subsídios setoriais injustificáveis e de tornar mais progressiva a tributação direta sobre a renda e a riqueza, arrecadando recursos que podem ajudar a financiar parte das políticas públicas ligadas aos ODS sem pôr em risco o equilíbrio fiscal; • período 2016-2022 mostra que o país avançou pouco rumo às metas do ODS 8, espera-se que as ações previstas no plano contribuam para maiores taxas de crescimento econômico e promoção do emprego decente, inclusivo e sustentável; • jovens reportados como indígenas, pardos e pretos são, de modo geral, os mais afetados pela falta simultânea de estudo e trabalho, o que indica a pertinência e necessidade de medidas específicas para sua inclusão. O mesmo vale para as jovens mães, cujas trajetórias laborais e educacionais são sistematicamente prejudicadas pela desigualdade de gênero no mercado de trabalho e na divisão intrafamiliar do trabalho de cuidados.
ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura	• infraestrutura, visando à integração regional e transfronteiriça, e para a necessidade de considerar o conjunto das atividades econômicas, e não apenas a indústria em seu conceito stricto, no processo de promoção de atividades inclusivas e sustentáveis; • avançar em diversificação da infraestrutura de transporte, ainda muito concentrada na modalidade rodoviária; • a meta nacionalizada amplia o desafio de inclusão e sustentabilidade para todas as atividades econômicas, não se restringindo às indústrias de transformação; • evolução negativa do indicador na modernização da infraestrutura e reabilitação das indústrias definida pela ONU, tem como indicador a emissão de CO2 em relação ao PIB, no período 2016-2020 (último dado disponível); • cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade de inovação; • esforço que será requerido, inclusive em termos de recursos financeiros, para reverter o desempenho alcançado por alguns dos indicadores de acompanhamento das metas;

(continuação)

ODS	DESAFIOS AO ALCANCE DAS METAS
	• ação coordenada entre os diversos setores, notadamente aqueles relativos à infraestrutura, que têm execução de longo prazo e envolvem investimentos significativo; • novas tecnologias disponíveis demandam que os planejamento de forma integrada e interconectada dos investimentos em infraestrutura e a transformação ecológica; • necessidade de mobilização de recursos para essa transformação ecológica e para o alcance do ODS 9 não é trivial, em vista da queda entre 2022 e 2023 na taxa de investimentos; • limitações de gastos impostas pelo novo arcabouço fiscal que dificultam os investimentos pelo governo federal; • na infraestrutura de transportes, a principal dificuldade é o longo tempo entre o início de um projeto de investimento, sua implementação e o efetivo impacto nos indicadores de resultado finais; • necessidade de avançar nas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, considerada pouco ambiciosa, principalmente porque ainda segue referenciada a 2005; • concertação dessa transformação ecológica com os demais atores da sociedade – iniciativa privada e sociedade civil organizada. Há o envolvimento de esforços de pesquisa e inovação para responder aos desafios colocados, muitos deles ainda sem solução tecnológica adequada ou sustentável.
ODS 10 Redução das Desigualdades	• migrações e dos fluxos de pessoas entre os países; • melhorar a regulação de mercados e instituições financeiras globais, aspecto absolutamente fundamental para a redução da desigualdade entre os países e dentro destes; • as desigualdades no Brasil não só inviabiliza o estabelecimento do sentimento de justiça social no país como dificulta enormemente o cumprimento de todos os demais ODS; • financiamento de gastos públicos que mais contribuem para a redução da desigualdade; • após a crise econômica que se iniciou no país em 2015, as desigualdades de renda e riqueza se elevaram; • o Brasil possui inúmeras iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento, contudo tais iniciativas são limitadas pela disponibilidade de financiamento; • desigualdade de renda no Brasil gerada pelo mercado é elevadíssima, refletindo a alta concentração de riqueza; • aumentar a proporção dos impostos diretos na tributação, elevando sua progressividade, e reduzir a proporção dos impostos indiretos, diminuindo sua regressividade; • o novo arcabouço fiscal ainda apresenta desafios para o financiamento das políticas sociais. Ao atrelar o aumento das despesas ao aumento de receitas, pode-se temer que, na ausência de um crescimento econômico contínuo, o financiamento adequado das políticas sociais fique dependente de aumentos de receitas não recorrentes, tornando o impacto redistributivo da política fiscal mais incerto e o alcance das metas do ODS 10 mais difícil.
ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis	• construção de um conceito de cidades sustentáveis; ii) definição de uma política habitacional e urbana; iii) acesso ao saneamento básico; iv) acesso à cultura, ao esporte e ao lazer; e v) combate à pobreza e às desigualdades sociais; • habitação e as infraestruturas urbanas, notadamente de mobilidade e saneamento; • acesso de todos e todas ao desenvolvimento urbano sustentável, à moradia digna e ao transporte seguro – e a preço acessível – é o principal desafio apresentado pelo ODS 11; • diminuição do impacto das construções, extração sustentável de recursos, cadeias de suprimentos curtas, eficiência energética e adequação a condições e eventos climáticos locais, além de estímulos a economias locais e populares; • atenção a públicos historicamente “deixados para trás” pela política pública, como a população em situação de rua; • alcance da meta de universalização de moradia digna para todos e todas até 2030, mostra-se pouco realista em face do enorme contingente de domicílios precários existentes no país e da escassez de recursos orçamentários ; • o financiamento extratarifário constitui relevante desafio técnico, normativo e federativo, sendo essencial para a modicidade tarifária do transporte público. Assim, dados esses desafios, não é factível o atingimento dessa meta em 2030;

(continuação)

ODS	DESAFIOS AO ALCANCE DAS METAS
	- participação social em formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, com estímulos à modernização dos formatos dessa participação; - sobre os impactos dos desastres naturais, há muito a avançar no país para reduzir o número de mortes e de pessoas afetadas por desastres relacionados a eventos climáticos extremos; - há muito a fazer no âmbito da adaptação das cidades aos impactos da emergência climática global, com demanda pela revisão de planos diretores municipais, que organize todo um leque de instrumentos urbanísticos, jurídicos e tributários; - sobre os impactos ambientais negativos das cidades, é pouco provável que a meta respectiva possa ser alcançada até 2030 se for considerada a necessidade de recuperação de passivos ambientais e/ou de ampliação da massa recuperada dos resíduos sólidos; - impactos relacionados à qualidade do ar, precariamente monitorado. Há a necessidade de reduzir os níveis de materiais particulados na atmosfera, bem como prover o desenvolvimento de estratégias que mitiguem os impactos econômicos da poluição do ar; - espaços públicos abertos para uso de todos possui dificuldades inerentes à própria inexistência de indicadores no país, pois persistem problemas conceituais e operacionais que impedem o seu cálculo; - a violência urbana é hoje um dos maiores problemas no Brasil. Há grande dificuldade de medição da ocorrência de assédio nos espaços públicos; - acompanhamento contínuo do painel de indicadores do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas.
ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis	- Do ponto de vista da produção, o desafio consiste em incorporar, ao longo do ciclo de vida dos bens e serviços, as melhores práticas e tecnologias para minimizar custos ambientais e sociais. Na perspectiva do consumo, necessidade de mudanças de hábitos e de estilo de vida; - uso de bens e serviços que satisfaçam as necessidades básicas, promovendo a qualidade de vida, deve ser acompanhado do esforço para minimizar a utilização de recursos naturais, a geração de resíduos e a emissão de poluentes e de gases do efeito estufa; - a necessidade de se avançar no desenvolvimento de metodologias e produção de indicadores para o acompanhamento das metas relativas ao ODS 12; - descontinuidade da implementação do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentável após o quadriênio 2011-2014 ; - disseminação da cultura da responsabilidade socioambiental entre as empresas de micro, pequeno e médio porte; - promoção do consumo sustentável, dada a natureza difusa das responsabilidades dos atores. Se a responsabilidade sobre “limpar” ou “descarbonizar” a produção recai sobre as empresas e em parte sobre o governo, o encargo de como promover novos padrões de consumo não recai sobre nenhum ente em particular; - priorizar a educação para o consumo sustentável, em vista que a adoção de padrões de consumo sustentável envolve aspectos culturais, exigindo mudanças de hábitos e valores.
ODS 13 Ação Contra a Mudança Global do Clima	- a agenda ambiental. Frequentemente, ela conflita com outras prioridades econômico-sociais, sendo negligenciada em prol destas, fundamentalmente devido à visão de curto prazo que ainda predomina no debate público; - tomadas na gestão anterior do governo federal com relação à pandemia de covid-19, além da fragilização institucional e orçamentária das políticas de proteção ao meio ambiente e enfrentamento das mudanças climáticas; - preparo das autoridades governamentais e da sociedade civil para o enfrentamento aos desastres naturais é ponto basilar para a elevação da resiliência e da capacidade adaptativa aos fenômenos climáticos extremos; - adotar uma série de medidas de priorização orçamentária e de financiamentos, assim como de reorientação e modernização de políticas públicas; - agenda transversal ambiental, com metas consolidadas, iniciativas e indicadores da área ambiental;

(continuação)

ODS	DESAFIOS AO ALCANCE DAS METAS
	• zerar o desmatamento ilegal e a degradação em todos os biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantana; • desenvolver e atualizar, periodicamente, inventários nacionais das emissões antrópicas, por fontes e remoções por sumidouros, dos gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, além de fornecer uma descrição geral das providências para implementar a convenção.
ODS 14 Vida na Água	• cálculo dos indicadores das metas para as quais ainda não existem dados contínuos que permitam uma melhor análise da meta, já que seus indicadores estão relacionados a levantamentos de dados de ainda difícil coleta; • avanço na implementação de políticas com foco sobre o meio ambiente, as comunidades locais e a economia que perpassa a zona marítima; • para o ODS 14 no Brasil é a necessidade de maior convergência de esforços entre as três esferas de governo para resultados efetivos nessa agenda; • a governança e a gestão nacional na temática do ODS 14 são desafios importantes para o atingimento das metas; • na pesca, também há lacunas nas estatísticas sobre número de pescadores, suas condições de pesca e produção, cujos últimos dados oficiais são de 2011; • ao mesmo tempo em que auferir ganhos com a exploração hidrocarbonetos na zona marítima, o país sofre com as alterações no oceano – a diminuição da quantidade de pescado, poluição marinha que afeta a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, acidificação das águas e aquecimento do oceano, mudanças climáticas, aumento do nível dos mares –.
ODS 15 Vida Terrestre	• um dos principais desafios para o atingimento do objetivo e das metas do ODS 15 é a falta de informações recentes sobre a maioria dos indicadores, devido ao abandono da Agenda 2030 no Brasil entre 2019 e 2022, retrocesso importante no combate ao desmatamento; • rápida expansão do crime organizado na região Norte do Brasil e controle de uma série de atividades ilegais causadores de impactos ambientais – desmatamentos e exploração ilegal de madeira, garimpo e pesca ilegais, invasão de unidades de conservação e terras indígenas, grilagem de terra pública, tráfico de drogas e de armas –; • implementação de mecanismos de incentivos adicionais, como os previstos na Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais em áreas com remanescentes de vegetação nativa sob domínio privado; • retomada do aporte de recursos aos fundos destinados à conservação, recuperação e ampliação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos no Brasil pelos países doadores após um período de interrupção.
ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes	• a violência, fatal ou não, física, psicológica e sexual, incluindo abuso, exploração, tráfico de pessoas, tortura, violência policial, principalmente contra negros, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, LGBT+²², indígenas e defensores de direitos humanos; • desafio do acesso à cidadania. O Brasil ainda enfrenta problemas para garantir o acesso à identidade civil, a liberdades fundamentais, à justiça, a informações públicas, ao nome social por travestis e transexuais, bem como o acesso de negros e indígenas às políticas públicas de educação, ao mercado de trabalho e à representação política; • o Estado é enfraquecido pela sonegação fiscal, pela corrupção de agentes públicos (políticos e servidores públicos) e pelo seu envolvimento com o crime organizado; • processos de decisão pouco inclusivo, participativo, representativo e responsivo e com instituições ainda pouco transparentes, efetivas e responsáveis; • Que todas as políticas públicas relativas ao ODS 16 é que a Agenda 2030 seja de fato priorizada pelos governos.

²² A comunidade LGBT+ - ou também Comunidade LGBTQIA+ - é um grupo que representa diferentes indivíduos fora das normas binárias de gênero e sexualidade - homem e mulher, reunindo assim gêneros como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais e outros gêneros.

(conclusão)

ODS	DESAFIOS AO ALCANCE DAS METAS
ODS 17 Parcerias e Meios de Implementação	• destinação de recursos financeiros, tecnológicos e humanos ao cumprimento das metas do ODS, desafio em um país em desenvolvimento e de renda média como o Brasil; • transição para um modelo de economia e sociedade mais sustentáveis é um compromisso global, mas ao mesmo tempo um grande desafio; • assegurar a conservação, a recuperação e o uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços; em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas; • Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais; • a necessidade de reformas tributárias, com mudanças administrativas e políticas, mas mantendo a responsabilidade fiscal e a estabilidade macroeconômica; • amplificar e diversificar a política de cooperação internacional, adequando-a à perspectiva de país doador”, que difere da prática da cooperação internacional do Brasil.

Fonte: IPEA (2024).

Ante os desafios enumerados no QUADRO 6, fica evidente que não dá para esperar muito tempo pelas mudanças e não se pode continuar a fazer mais do mesmo, a sociedade precisa revolucionar o modo de produção e consumo. Felizmente, com o governo do Presidente Lula, o Brasil restaurou uma estrutura essencial que havia sido extinta no governo anterior, a comissão responsável pelo acompanhamento das metas dos ODS, a CNODS – Decreto nº 11.704/2023, bem como retomou as políticas rumo à Agenda 2030.

O Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, instrumento principal do governo para o planejamento de médio prazo, lista as prioridades da administração pública federal em cada dos objetivos, com ampla gama de programas associados. O sucesso dessas iniciativas é de extrema importância para o cumprimento das metas prioritárias, principalmente em compensação aos retrocessos diante da inércia dos dirigentes políticos dos anos anteriores, especificamente entre 2016 e 2022. (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024).

Posto isso, uma questão que fica é: que caminho se deseja para a sociedade até 2030? Di Serio e Vasconcellos (2009, p. 33-34) aventam uma direção possível, “a sociedade da aprendizagem, na qual o aprender significa educação, pesquisa, investigação e desenvolvimento da autocompreensão, propicia a participação em uma comunidade de cidadãos envolvidos com a escolha de um futuro melhor [...]”.

Refletindo-se sobre o papel das instituições nesse processo, sobretudo, acerca da formação em uma perspectiva crítico-reflexiva, em razão das transformações que o desenvolvimento demanda, em específico, nos campos político, econômico, ambiental, social e cultural, demonstra-se o lugar e a importância da biblioteca pública, tendo-se em conta o potencial transformador que a informação acarreta socialmente.

Em contrapartida a esse ideal, há a necessidade de a biblioteca pública ser percebida como equipamento social, especialmente, por aqueles que demandam uma efetiva participação social. No entanto, a governança brasileira revela um cenário de descaso e negligência com as bibliotecas públicas (Machado; Suaiden, 2013; Ferraz, 2014; Miranda; Gallotti; Cecatto 2017), seja por falta de investimentos na ampliação dos acervos, na infraestrutura física e tecnológica ou no fortalecimento da sua identidade e suas funções para além de depositária de livros, reflexão que se revela essencial.

Machado, Elias Junior e Achilles (2014, p. 119) entendem ser a biblioteca pública “[...] como lugares de encontro entre diferentes tipos de informação de saberes e de sujeitos e, também como espaço de produção de cultura e conhecimento”. Contudo, para que tais potencialidades se efetivem concretamente, a sociedade precisa reconhecer sua importância. Quando bem estruturadas, são capazes de contribuir na atenuação dos problemas em áreas diversas: políticas, sociais, educacionais e culturais do país, mas no Brasil, essa instituição ainda luta para cumprir plenamente o seu papel.

No confronto entre desafios e expectativas, Bernardino e Suaiden (2011, p. 33) colocam em questão como mudar essa realidade. Para esses autores, repensar a biblioteca pública e seu papel diante da conjuntura que se descortina ainda é um projeto, posto que os sujeitos e as instituições que a cercam e lhe demandam contribuições, têm expectativas diferentes em relação ao papel dessa instituição.

Com perspectivas de atuação transversais, a biblioteca pública tem que lutar contra dois fatores para alcançar maiores patamares: de um lado a carência de recursos para sua manutenção, de outro, a ausência de um projeto nacional que lhe permita contribuir com as expectativas sócias mais emergentes.

4 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030: SUPERANDO DESAFIOS

Quando se apreende que o acesso e disponibilidade à informação é um aspecto definidor do papel social da biblioteca pública, claramente está sendo traçado um objetivo para essa instituição (Bernardino; Suaiden, 2011), bem como projeta uma imagem muito forte do que representa para a comunidade a qual está inserida.

Nos campos subjetivo e simbólico da dimensão social, Ferraz (2018, p. 151) salienta que a biblioteca pública proporciona espaços para interações e construção de laços de afetividades e pertencimento. Por esse aspecto,

o papel social desenvolvido pelas bibliotecas extrapola o sentido útil de acesso à informação por meio do empréstimo de livros, pesquisas e uso do computador e demonstra sentidos subjetivos evidenciados pelo incentivo à leitura, lugar de saber e conhecimento, lugar de encontro e de lazer.

É importante salientar que a função/papel social da biblioteca pública encontra respaldo no campo de estudos da Biblioteconomia Social, “[...] uma corrente, tendência ou manifestação crítica e teórico-prática da técnica ou disciplina denominada Biblioteconomia”, segundo Diaz Jatuf (2013, p. 4, tradução nossa). Conforme esse autor, esse campo da Biblioteconomia vislumbra dois caminhos: i- por um lado, em termos de compromisso e transformação social, oferece uma análise do panorama bibliotecário, informacional e documentário em seus aspectos sociais e políticos, como alternativa à biblioteconomia tradicional. Questiona e critica os elementos da biblioteconomia tradicional – ciência da documentação e bibliotecas – submetidas ao modelo hegemônico, metodológico e epistemológico do capitalismo, neoliberalismo ou globalização neoliberal. ii- de outro lado, é também uma revisão crítica da metodologia e conteúdo doutrinário da técnica da biblioteca tradicional, numa perspectiva epistemológica inter/transdisciplinar.

Nesse sentido, compreende-se que a biblioteca pública é um organismo que deve convergir seus objetivos, dentro da sua capacidade e limites, em favor dos sujeitos na consecução das suas necessidades e particularidades de informação. Ressalta-se que essa é uma tarefa árdua em um país como o Brasil, de dimensões continentais e com tantas disparidades socioculturais. Por assim dizer, a desigualdade social que se desvela aos sujeitos é um dos principais desafios do mundo atual e sua concepção perpassa por várias esferas da composição das sociedades. A análise das desigualdades sob a ótica econômica ou de renda não traduz os processos de exclusão a que a diversidade de sujeitos é/está submetida

cotidianamente, sobretudo, para aqueles à margem do que se compreende como o mínimo aceitável.

Em um sistema de classes sociais, as desigualdades têm origens nas contraditórias relações sociais, políticas e culturais, aspecto que demonstra que as desigualdades não são apenas econômicas, mas também culturais, reflexo das relações de apropriação e dominação. Para Fleury (2007), no contexto brasileiro, a desigualdade abrange diversos aspectos e grupos, mostrando-se de múltiplas formas e com diferentes origens. Nesse complexo sistema de relações, pessoas em situação de vulnerabilidade – negros, pobres, mulheres, crianças, trabalhadores rurais, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQ+ etc. – são afetadas de formas diversas por complexos processos de exclusão, o que torna o enfrentamento das desigualdades e a promoção de processos de inclusão muito complexo. Compreende-se também como demasiado complexos os debates sobre as melhores formas de enfrentamento das adversidades presentes nesse contexto social que produz desigualdades, o que inclui discutir o papel do Estado, por meio de suas instituições, na garantia e promoção da igualdade. Eis nesse anunciado a difícil missão da biblioteca pública, ser o elo entre o acesso e a disponibilidade de informação para a construção de uma outra humanidade para os sujeitos.

Mais adiante, como um processo pactuado por diversos países, a Agenda 2030 possibilita o fomento e o incentivo à apresentação de propostas no âmbito da sociedade civil, bem como o estímulo à participação social, tendo em vista a facilitação e transparência no acompanhamento dos avanços relacionados aos objetivos dessa agenda. Nesse aspecto, cabe discutir a relevância do papel das bibliotecas públicas como influenciadoras do desenvolvimento em seu contexto de inserção.

Na expectativa do exposto, a IFLA (2015) considera que as bibliotecas têm um papel importante na questão do desenvolvimento, principalmente, no que se refere ao acesso e uso da informação como parte dos planos de desenvolvimento nacionais/regionais. O reconhecimento do acesso à informação como meta fundamental ao desenvolvimento está incluso no Objetivo 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes, da Agenda 2030, que expressa o seguinte: “Meta 16.10 – Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”. (ONU, 2016, não paginado).

A *Declaração de Lyon*, de agosto 2014, sobre o acesso à informação e desenvolvimento, sustenta que “[...] o aumento do acesso à informação e ao conhecimento em toda a sociedade, amparada pela disponibilidade de tecnologias de informação e comunicação (TICs), apoia o desenvolvimento sustentável e melhora a qualidade de vida das pessoas”.

Com base nesse documento, a IFLA tem empreendido esforços junto à ONU, a fim de possibilitar às bibliotecas participarem do compromisso para com o desenvolvimento sustentável e das sociedades democráticas, mediante a promoção do acesso à informação.

De acordo com a IFLA (2014), o acesso à informação, além de apoiar o desenvolvimento, possibilita às pessoas – especialmente os marginalizados e os que vivem em situação de pobreza – exercerem seus direitos, no que se refere a:

- i- exercer os seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais;
- ii- ser economicamente ativos, produtivos e inovadores;
- iii- aprender e aplicar novas habilidades;
- iv- enriquecer sua identidade e expressões culturais;
- v- tomar parte na tomada de decisões e participar de uma sociedade civil ativa e engajada;
- vi- criar soluções baseadas na comunidade para os desafios de desenvolvimento;
- vii- assegurar a prestação de contas, transparência, boa governança, participação e empoderamento;
- ix- medir o progresso dos compromissos públicos e privados de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, como a Agenda 2030 requer proatividade nas ações de governos, instituições e pessoas para que o desenvolvimento sustentável aconteça com a devida equidade, cumpre reforçar e evidenciar os papéis que a biblioteca pode abarcar, em especial, as reflexões críticas acerca desse processo. Assim, a IFLA (2015, p. 5) expressa que

ao demonstrar a contribuição que as bibliotecas fazem através de todas as Metas, as bibliotecas estarão em melhor posição para fazer parcerias com o governo e outros parceiros para implementar estratégias e programas nacionais que beneficiem os utilizadores das bibliotecas. O acesso à informação e às bibliotecas apoia a erradicação da pobreza, a agricultura, a educação de qualidade, a saúde, o acesso público às TICs e a prestação de serviços universais, a cultura, o crescimento económico e todos os outros Objetivos.

Consoante ao direito de acesso à informação pública, dimensão essencial ao desenvolvimento, o Art. 9º da LAI estabelece que esse acesso será assegurado mediante:

- i - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:
 - a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
 - b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
 - c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e
- ii - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação. (BRASIL, 2011, não paginado).

Atentando-se para a emergência da questão social e ambiental presentes na Agenda 2030, bem como ponderando acerca das dimensões fim do processo de tratamento da informação – disponibilização, acesso, uso, compartilhamento etc., a IFLA (2015) recomenda às bibliotecas o planejamento dos serviços de informação tendo como base de orientação os 17 ODS (QUADRO 7).

Quadro 7 - Metas às bibliotecas para o planejamento dos serviços de informação
(continua)

OBJETIVOS	METAS PERTINENTES ÀS BIBLIOTECAS
ODS 1 – Erradicação da pobreza	• Acesso público à informação e recursos que geram oportunidades de melhoria de vida às pessoas; • Capacitação para aquisição de novas habilidades necessárias à educação e ao emprego; • Informação para apoiar o processo de tomada de decisões dos governos, da sociedade civil e do setor empresarial no combate à pobreza.
ODS 2 – Fome zero e promoção da agricultura sustentável	• Disponibilização de pesquisas e dados agrícolas para uma produção sustentável; • Acesso público dos produtores agrícolas aos recursos em rede, a exemplo dos preços de mercado local, informes meteorológicos, novos equipamentos etc.
ODS 3 – Vida saudável e promoção do bem-estar	• Disponibilização de pesquisas em bibliotecas médicas e hospitalares que apoiem a educação e a melhoria das práticas médicas; • Acesso público à informação sobre saúde e bem-estar nas bibliotecas públicas como contribuição a um estilo de vida saudável às pessoas.
ODS 4 – Educação inclusiva, equitativa, de qualidade e aprendizagem ao longo da vida	• Apoio à educação na primeira infância (educação continuada); • Acesso à informação e à pesquisa para estudantes; • Espaços inclusivos para a construção de novos conhecimentos e habilidades.
ODS 5 – Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas	• Disponibilização de espaços de encontro seguros e agradáveis; • Oferta de programas e serviços para satisfação das necessidades de mulheres e meninas; • Acesso à informação e tecnologias que permitam as mulheres desenvolver habilidades no mundo dos negócios.
ODS 6 e 7 – Gestão sustentável da água e saneamento / Energia acessível a todos	• Acesso à informação de qualidade sobre boas práticas que permitam desenvolver projetos locais de gestão da água e saneamento; • Promoção do acesso livre e seguro à eletricidade e iluminação para ler, estudar e trabalhar.

(conclusão)

OBJETIVOS	METAS PERTINENTES ÀS BIBLIOTECAS
ODS 8 – Desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável, emprego e trabalho para todos	• Capacitação e acesso à informação às pessoas para o desenvolvimento de habilidades necessárias à ocupação de postos de trabalhos.
ODS 9 – Infraestrutura, industrialização inclusiva e sustentável e inovação	• Ampla estrutura de bibliotecas públicas, especializadas e universitárias e com profissionais qualificados; • Disponibilização de espaços agradáveis e inclusivos; • Acesso às tecnologias da informação e comunicação.
ODS 10 – Redução das desigualdades dentro e entre os países	• Espaços neutros que permitam a aprendizagem para todos, incluindo os grupos marginalizados, como os imigrantes, os refugiados, as minorias, os povos indígenas e pessoas com deficiência; • Acesso equitativo à informação para a promoção da inclusão social, política e econômica.
ODS 11 – Cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros e sustentáveis	• Instituições confiáveis para a promoção da inclusão e do intercâmbio cultural; • Documentação e conservação do patrimônio cultural.
ODS 12, 13, 14 e 15 – Padrões de produção e consumo sustentáveis / Combate às mudanças climáticas / Conservação e uso sustentável dos recursos marinhos / Proteção, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas / Combate à desertificação, à degradação da terra e à perda da biodiversidade	• Gestão de um sistema de intercâmbio e circulação de materiais para redução da geração de resíduos; • Registros históricos sobre mudanças costeiras e utilização da terra; • Gestão de dados necessários à elaboração de políticas de mudanças climáticas; • Acesso difundido às informações aos tomadores de decisão governamentais locais/nacionais sobre temas como: caça, pesca, uso da terra e gestão da água.
ODS 16 – Promoção da paz, justiça para todos e instituições eficazes e inclusivas	• Acesso público à informação sobre governos, sociedade civil e outras instituições; • Capacitação para desenvolvimento de habilidades de compreensão e uso da informação; • Disponibilização de espaços inclusivos e politicamente neutros às pessoas.
ODS 17 – Parcerias globais para o desenvolvimento sustentável	• Uma rede de informação acerca dos planos de desenvolvimento locais.

Fonte: Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (2015).

Consoante as questões postas pela Agenda 2030, em que a informação é um dos elementos fundamentais ao desenvolvimento, Tejada Artigas (2017) reflete que a existência

futura das bibliotecas dependerá da habilidade de percepção social sobre o valor dessas unidades pelos bibliotecários, cabendo-lhes inculcar no imaginário das pessoas uma nova visão de biblioteca, que não esteja unicamente atrelada à fisicalidade dos edifícios e/ou livros, mas sim à função de apoiar e ajudar as pessoas no processo de usar a informação e transformá-la em conhecimento.

Reconhece-se que o desenvolvimento sustentável requer uma maneira de agir no momento presente pensando no futuro das próximas gerações, para tanto a conscientização e sensibilização para atitudes mais sustentáveis são pontos chave desse processo. Em face desse entendimento, sinaliza-se que as bibliotecas públicas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030 da ONU, sobretudo como instituição criada para atendimentos das necessidades sociais de informação.

Nessa expectativa, entende-se como emergente pensar e planejar a atuação das bibliotecas públicas focada nas perspectivas dos ODS da Agenda 2030, de modo a reforçar sua vertente social e sua imagem como instrumento essencial para o progresso dos sujeitos e do meio ambiente, tendo como meio a acessibilidade à informação. Nessa expectativa, Bernardino e Suaiden (2011, p. 38) consideram que a biblioteca pública “[...] dentre todos os tipos de bibliotecas, é a única que possui realmente características de uma instituição social, tanto pela amplitude de seu campo de ação quanto pela diversificação de seus usuários”.

No entanto, a biblioteca pública precisa superar algumas barreiras para que possa ser aquilo que a sociedade e os sujeitos esperam dela, uma instituição pública amparada em uma função social, ou seja, ser a ponte entre a disponibilidade de informação e as demandas por informação dos sujeitos.

4.1 Desafios à atuação das bibliotecas públicas: políticas de informação, tecnologias

Ao longo deste texto, pinceladas de desafios foram mencionadas com base nas argumentações dos autores citados. Falar da realidade das bibliotecas públicas, das lutas para se firmar como instituição pública essencial à sociedade é uma questão presente na historicidade dessas instituições. Já na década de 1970, Miranda (1979, p. 231) sinalizava para alguns aspectos desafiadores à missão das bibliotecas, a saber:

quanto às suas funções na sociedade ela é passiva (geralmente é depositária e não promotora do livro e da leitura), conservadora (excessivamente presa ao livro, com prejuízo de outros veículos de informação), elitista (atende a poucos, quando deveria ser um direito de todos) e raramente está engajada na educação contínua, limitando-

se ao empréstimo de livros de texto e para a realização de trabalhos escolares (funcionando, portanto, mais como biblioteca escolar).

Segundo esse autor, esta realidade das bibliotecas públicas, características positivas e mesmo as negativas, poderiam ser melhor exploradas e redirecionadas em favor de uma missão mais civilizadora e democratizante. Na compreensão de que o acesso à informação é essencial à capacitação dos indivíduos, essa deveria ser, portanto, a premissa básica no contexto dos direitos humanos. Nesse aspecto, a biblioteca pública deveria alcançar o *status* de serviço público básico e essencial assim como o são a própria educação, a saúde pública, o saneamento básico etc. Ademais, a biblioteca pública, além de ser um instrumento que contribui com a educação formal, ela é instrumento para a educação contínua dos cidadãos como corresponsáveis pelo progresso tanto individual quanto coletivo. (Miranda, 1979).

Para além das questões envolvendo o acesso, uso e compartilhamento da informação, bem como o incentivo e desenvolvimento do hábito da leitura, aspectos imprescindíveis aos sujeitos para uma ação dialógica e de leitura da realidade, pode-se perceber que “[...] os desafios são inúmeros, desde a mobilização da sociedade, passando pela institucionalização de políticas públicas, até a garantia de recursos para atividades essenciais, e todos estes assuntos deverão ter na biblioteca pública espaço para discussão”. (Ferraz, 2014, p. 26).

No estudo acerca do valor social das bibliotecas públicas brasileiras, realizado em 2022 pelo SNBP, apontou-se para algumas situações que merecem atenção: i- a amplitude do Brasil – 26 estados e o Distrito Federal – que desencadeia uma heterogeneidade de realidade das bibliotecas do país, uma desigual distribuição de recursos públicos e a estrutura das bibliotecas e mesmo a ausência de bibliotecas; ii- a falta de dados objetivos para fazer a análise situacional das bibliotecas públicas, pois, objetivamente, aquilo que não é medido não pode ser avaliado. A carência na tradição de coleta dados estatísticos e avaliação de indicadores se traduz em desconhecimento da situação inicial e na dificuldade em comunicar o serviço, o uso e o impacto das bibliotecas públicas; iii- os dois aspectos anteriores submete às bibliotecas públicas brasileiras a um desprovimento de estrutura conceitual, fatores que implicam na contextualização e comunicação do valor social dos serviços e atividades que realizam. (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2023).

Além do mais, o SNBP (2023, p. 15-16) destaca os fortes impactos que os desafios globais impõem às bibliotecas públicas: digitalização em todos os níveis e revolução tecnológica; desenvolvimento sustentável e as mudanças climáticas; pós-verdade e o desenvolvimento do senso crítico; pandemia global; crises econômicas e pobreza; migração forçada por guerras, crises e instabilidade política; escalada da tensão e aumento do

extremismo. Esse cenário de instabilidades/incertezas global contribui por acelerar os principais desafios que acometem os serviços culturais em geral e, em particular, as bibliotecas públicas:

- i- *desafio tecnológico*: a digitalização da vida pública, profissional e pessoal como requisito universal;
- ii- *inovação educacional*: a aprendizagem com base em processos empíricos, sendo flexíveis e democráticos os meios para a educação são. Torna-se mais necessário a formação ao longo da vida;
- iii- *mudança na cadeia de produção e consumo cultural*: o usuário passa a ser gerador e disseminador do conhecimento, em virtude dos múltiplos produtos e serviços de comunicação digital, impulsionado os serviços de biblioteca para outras formas de prescrição no ambiente digital;
- iv- *inovação social*: os desafios gerados a partir da participação cidadã forçam as bibliotecas a revisar tanto a concepção quanto a programação dos serviços e gestão;
- v- *estabilidade do marco legal regulatório e da rede*: ter um marco legal comum e uma organização na oferta equilibrada de serviços de biblioteca e no funcionamento em rede é fundamental para ter um sistema de biblioteca sólido para a garantia democrática do acesso à informação;
- vi- *desafio do financiamento público*: a diminuição das dotações orçamentárias torna necessário que os serviços públicos aumentem sua eficiência e justifiquem o retorno dos investimentos.

A situação ora exposta culmina com a falta de proposição de políticas públicas para dar embasamento às ações da biblioteca junto à sociedade, observa-se como uma constante às instituições públicas, não diferente com a biblioteca pública. Considerando as políticas para o setor implementadas pelos vários governos, a partir dos anos de 1990, tanto para a criação de novas bibliotecas quanto para dar suporte às demandas de informação para a transformação social e para o desenvolvimento, Paiva e Andrade (2014, p. 104) avaliam que “essa repetição [reedições do mesmo objetivo em documentos diferentes], por si só, a despeito da extensão do País, representa o fracasso das políticas para bibliotecas públicas, que não conseguiram ainda prover o básico: tornar realidade as bibliotecas públicas em todo território”.

A carência de uma “lei de bibliotecas” ou “filosofia do serviço bibliotecário” (Miranda, 1979; Mueller, 1984; Paiva; Andrade, 2014) é um fator que interfere na sustentabilidade das bibliotecas públicas, tanto no que se refere à proposição de políticas para

a área, quanto no seu regime de informação²³ (Unger; Freire, 2008; Bezerra *et al.*, 2016), em seu adequado financiamento para o desenvolvimento das ações e projetos, como no seu questionamento como equipamento essencial à sociedade. Sobre esses aspectos, Paiva e Andrade (2014, p. 105) questionam a existência de uma política para livros ou para bibliotecas, embora intrinsecamente ligados, pode-se perceber uma suplantação do primeiro (meio - objeto, mecanismo) em detrimento do segundo (fim - lugar, espaço), pois “ao invés das leis do livro complementarem a política de bibliotecas, elas tornaram-se a política de bibliotecas”.

Desvirtuaram-se as políticas de informação, nas quais foram retiradas a primazia e centralidade das bibliotecas como condição para o acesso à leitura, para a educação permanente, instrumento para a democracia e de política social. Apesar da Constituição Federal de 1988 em seu Art. 5º prever o acesso à informação como direito do cidadão, situação melhor aprofundada na LAI e regulamentada pelo Decreto nº 7.724 (Brasil, 2012, não paginado), alguns estudos demonstram as fragilidades e limitações das políticas de informação para o setor (Azevedo; Maia, 2019), em razão de aspectos socioculturais e mesmo de natureza política. Fato esse que contribui, de certa forma, para a não presença da biblioteca pública na vida social como recurso de informação.

O desafio que perpassa a agenda social é a definição de políticas públicas e investimentos (Pinheiro, 2009; Ferraz, 2014), além de uma ampla discussão sobre o assunto entre a biblioteca e a comunidade, envolvendo todos os atores, fase essa essencial aos objetivos e metas do desenvolvimento sustentável. Sem esse diálogo, as bibliotecas públicas ficam condicionadas à vontade política, aspecto que inviabiliza suas atuações efetivas na agenda do desenvolvimento.

Em complementação ao anunciado acima, Ferraz (2014, p. 25) compreende que “[...] sem a participação da sociedade e sem o investimento do Estado em políticas públicas que realmente garantam o acesso à leitura, à informação e à cultura, não será possível construir uma sociedade mais democrática e sem tantas desigualdades”. Entende-se que é necessária a busca de soluções para a superação desses desafios, tendo em conta serem basilares as reflexões em torno do acesso à informação e ao conhecimento no contexto da função social da

²³ De acordo com Unger e Freire (2008, p. 91), o construto regime de informação foi trabalhado por Bernd Frohmann com base na “Teoria de atores e redes” (TAR) de Bruno Latour. O regime de informação designa “[...] qualquer sistema estável ou rede nos quais os fluxos informacionais transitam por determinados canais – de específicos produtores, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos”. As publicações acadêmicas e as bibliotecas são exemplos de redes de informação ou elementos de regimes de informação específicos.

biblioteca pública para com os sujeitos, ponderando as perspectivas, os limites e os desafios presentes em sua atuação.

Compreende-se ser urgente uma aproximação e maior articulação entre o governo federal, os entes federados, municípios e todos os agentes interessados, sobretudo a comunidade, de forma a viabilizar o planejamento das ações necessárias para se poder avançar nas questões que a Agenda 2030 anuncia.

Por conseguinte, exige-se um projeto de ação agressivo e regional conforme salientam Bernardino e Suaiden (2011, p. 35), “[...] tendo em vista as particularidades de cada região brasileira, mas, sobretudo, exige uma consciência geral de que é preciso acompanhar as mudanças da sociedade e que a biblioteca é parte integrante dessa evolução”. Ainda conforme esses autores, essa é uma tarefa árdua e que requer vontade política de forma a se viabilizar as ações das bibliotecas públicas direcionadas aos sujeitos, considerando-se suas peculiaridades características e demandas.

Ainda assim, apesar da descontinuidade administrativa, fato que justifica em parte a irregularidade das políticas para as bibliotecas, há que se focar o olhar para os processos da realidade em curso, procurando caminhos para permitir e, ao mesmo tempo, efetivar o cumprimento do papel social da biblioteca pública, qual seja, a inserção efetiva dos sujeitos na sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem, por meio do acesso aos serviços de informação. Nesse sentido, para Machado, Elias Junior e Achilles (2014, p. 119) “as políticas culturais nacionais, pautadas nos princípios da cidadania cultural e do direito à cultura fomentam a criação e manutenção desse tipo de equipamento cultural pelos governos locais”.

Bernardino e Suaiden (2011, p. 39) lembram de uma dimensão importante no serviço bibliotecário, a necessidade de um maior empenho e de constância nas avaliações da função social da biblioteca pública. Nesse processo, “[...] cabe, portanto, aos dirigentes de bibliotecas priorizarem o desenvolvimento de suas funções de acordo com a realidade local e identificar novas funções dentro da comunidade”.

Outro fato a se considerar nessa discussão é que traz exigências à biblioteca pública, sobremaneira relativas aos sujeitos carentes/periféricos, que de alguma maneira estão excluídos dos processos sociais, é em relação às novas TIC que impulsionam as mudanças e transformações sociais. São aspectos presentes na evolução da sociedade e que atravessam o acesso à informação carreando novas maneiras de se obter informação e, em consequência, o surgimento de novas experiências e demandas sobre a função dos serviços de informação. Para Smit (2012), a evolução constante das TIC acelera as mudanças sociais em

curso e acarreta transformações na forma como se consume, processa e comunica a informação na atualidade.

Compreendendo que a informação é um elemento desencadeador dos processos de mudanças e transformações sociais, Miranda, Gallotti e Cecatto (2017, p. 16) expressam que

nas últimas décadas, a informação se tornou a mais poderosa força de transformação do indivíduo, estando presente no cotidiano da sociedade por meio das relações sociais, econômicas e culturais e, adquirindo, neste sentido, um caráter decisivo para o alcance da cidadania, das metas e dos objetivos propostos pelo ser humano, que criou vínculos de dependência com a informação visando à sua melhor adaptação ao meio em que vive.

Machado e Suaiden (2013) entendem que a sociedade atual vivencia um período de progresso científico e tecnológico, fatores que contribuem com grandes impactos nas formas de produção e trocas de informação, assim como novas formas de relações sociais, novas demandas e usos de informações. Denominado de sociedade da informação e do conhecimento, esse momento é marcado pelo crescimento exponencial na produção de novos conhecimentos, a partir do fluxo constante de informações e do desenvolvimento das TIC.

Por conseguinte, o acelerado desenvolvimento das TIC permeado pela explosão informacional apresenta-se como desafios às bibliotecas públicas, conforme expressam Machado e Suaiden (2013), tendo em vista que possibilitam serviços paralelos e com mais vantagens em relação aos tradicionais serviços de informação. Entende-se que é necessário a esses instrumentos públicos repensar seus papéis frente à disponibilidade e acesso à informação nos tempos atuais, sendo-lhes pertinentes se reinventar, a fim de que possam cumprir com sua missão social em virtude da nova organização social que demanda novas necessidades de informação e de inclusão digital. Entretanto, evidencia-se que, como instituição mantida pelo poder público, esse protagonismo não lhe é de todo facultativo, dependente antes de uma conjuntura de fatores, políticos sobretudo, os quais lhe confere os limites de atuação.

Não se pode esquecer que em meio à popularização de computadores, celulares e outros aparelhos eletrônicos, como consequência do acelerado ritmo dos avanços das TIC – um dos paradigmas da sociedade da informação – tecnologias que aproximam sujeitos e informação, ainda é perceptível o contraste em relação ao acesso à informação pelas as populações mais carentes e periféricas dos países em desenvolvimento, em comparação às populações de países industrializados. Realidade excludente, reflexo da precária escolarização e do baixo acesso à educação formal pelos sujeitos e das possibilidades que as TIC proporcionam no contexto social. (Wertheim, 2000).

Compreende-se que a demanda por informação ficou mais evidente à medida que os sujeitos, consciente dos seus direitos, passou discutir e reivindicar a necessidade de mais transparência e a buscar o conhecimento sobre as informações dos governos e suas particularidades com a sociedade, processo que envolve esforços e união da sociedade civil e a formação de grupos de apoio.

No sentido do desenvolvimento, evidencia-se que as TIC podem contribuir concretamente para expansão da cooperação internacional e interinstitucional, de modo a possibilitar a ampliação e diversificação do acesso à informação (Carvalho; Kaniski, 2000), isso se os sujeitos que mais precisam forem o foco das atenções quando da proposição das políticas de informação. Apesar dos avanços tecnológicos esconderem diferenças importantes dentro do mundo em desenvolvimento, em relação ao aprofundamento das desigualdades sociais e, sobretudo relativo ao acesso à informação, testemunha-se a relevância do papel das TIC na construção de uma sociedade da informação, do conhecimento ou aprendizagem verdadeiramente pautadas pelo desenvolvimento social e sustentável.

A fim de possibilitar e garantir aos sujeitos o acesso e uso da informação na perspectiva da sustentabilidade, aspecto fundamental quando ao desenvolvimento humano, há que dispender atenção e esforços institucionais para melhorias em processos, cultura, valores, questões socioambientais, políticas, econômicas, tecnológicas, científicas, demográficas e governamentais etc., principalmente no âmbito das bibliotecas públicas.

Na reflexão sobre as mudanças e transformações sociais, bem como as causas que desencadeiam esses processos e, inclusas estão as instituições com sua missão e seus papéis, algumas questões pertinentes às bibliotecas públicas precisam ser ponderadas: essas instituições precisam mudar? O que elas precisam mudar e em que condições? De que maneira os fatores que desencadeiam o processo de mudança as afetam? Infere-se que o dinamismo social acarreta mudanças significativas às bibliotecas públicas, pois as TIC evoluem continuamente, os governos mudam e junto as políticas públicas também mudam, novas formas de fazer e ser são introduzidas, as informações aparecem e desaparecem num ritmo cada vez mais acelerado etc., questões que fatalmente esbarram na missão/ação da biblioteca pública, mecanismo social dependente do poder público.

A partir do exposto, considerando os requisitos atinentes ao desenvolvimento sustentável – desenvolvimento ambiental, progresso social e crescimento econômico – questões que perpassam os debates públicos capitaneados pela ONU na atualidade, reflete-se e entende-se que esses temas requerem das instituições em geral, principalmente das

bibliotecas públicas, um compromisso maior com a coletividade e com o ambiente para além da mera lucratividade que caracteriza o desenvolvimento.

Considerando as perspectivas que os ODS da Agenda 2030 desencadeiam às bibliotecas públicas – aspectos que se entende sinalizadores da necessidade de mudança – são caminhos que a IFLA tem empenhado esforços para que as bibliotecas participem e, a partir daí, possam se transformar em atenção às demandas da evolução social.

A despeito disso, reconhece-se ser mister falar também da formação bibliotecária, aspecto que contribui para a transformação da biblioteca pública como instituição social. Como reflete Assis (2018, p. 18) “destaca-se que a busca pela definição do perfil e atuação desses profissionais ainda é uma constante, pois, como já mencionado, as alterações das tecnologias de comunicação e informação impactaram diretamente os afazeres do bibliotecário”. Ademais, na formação do bibliotecário, cinco marcos são importantes serem frisados: a) a visão do bibliotecário erudito, de formação eminentemente humanista; b) o bibliotecário de formação técnica, ligado a atividades de tratamento e organização de documentos; c) a oficialização da profissão em nível superior; d) a criação dos cursos de pós-graduação e o desenvolvimento da pesquisa na área; e) a reformulação curricular dos cursos de Biblioteconomia e a visão do bibliotecário como agente cultural/de informação.

4.2 A formação bibliotecária para além das fronteiras da biblioteca

A descoberta de novas técnicas e tecnologias ditou o ritmo da evolução da sociedade, fazendo com que o modo de vida e as formas de atuação dos sujeitos se transformassem. Com o aprimoramento e o desenvolvimento de novas tecnologias, a transformação das profissões também foi preponderante. Nesse sentido, novos arranjos institucionais e novos perfis profissionais foram exigidos. (Amaro, 2018).

A nova sociedade, agora permeada por processos informatizados, pela inteligência artificial e coletiva também demandou novas exigências das bibliotecas e dos bibliotecários no que diz respeito ao trato com a conservação e divulgação dos acervos.

Reis, Xavier Junior e Pires (2011) destacam que o cenário nacional da década de 1950 foi o período em que se aflorou vários cursos de Biblioteconomia, em termos numéricos. Sobre isso, Cunha (1978) informa que o primeiro curso de formação regular de bibliotecários foi criado em 1911, dentro da estrutura organizacional da Biblioteca Nacional, mediante o

Decreto n. 8.835/1911²⁴. O segundo curso com enfoque mais moderno foi criado em São Paulo, tendo em vista a influência norte-americana, em contraposição ao Curso da Biblioteca Nacional, de influência predominantemente francesa. Em fins dos anos de 1970, o país contava com 29 cursos de graduação em 15 estados da Federação. Igualmente, em 1970 foi iniciada, a pós-graduação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), antigo IBBD, devido à necessidade de suprir a demanda de docentes mais qualificados e de profissionais que possuíssem nível maior de especialização. Em 1976 surgiu o Curso de Mestrado em Administração de Bibliotecas na Universidade Federal de Minas Gerais; em 1977, mais dois cursos de mestrado, na Universidade de Brasília e na Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

No nível da graduação, Reis, Xavier Junior e Pires (2011) dizem que até a década de 1960, os cursos eram independentes para determinar o segmento teórico-prático do seu programa curricular. À época não havia currículos para o curso de Biblioteconomia e nem tampouco regulamentação das disciplinas obrigatórias. Em função da falta de uniformidade curricular neste período no Brasil, as discussões sobre quais disciplinas e qual o enfoque que deveria ser dado aos cursos de Biblioteconomia evidenciara a necessidade de institucionalização de um currículo mínimo. Ademais, o período igualmente foi marcado pela luta por reconhecimento por parte dos bibliotecários como classe profissional de nível superior.

Conforme Cunha (1978), Oliveira, Carvalho e Souza (2009), Madureira e Vilarinho (2010) e Reis, Xavier Junior e Pires (2011), com a fixação de um currículo mínimo para os cursos de Biblioteconomia pelo Conselho Federal de Educação, a partir de 1962, os quais passaram a abarcar disciplinas em duas correntes de ensino predominantes no país: uma de cunho tecnicista, voltada para o tratamento e a organização de documentos – escola norte-americana; outra de cunho humanista ligada à cultura e às artes, recebendo forte influência francesa – escola europeia. Por conseguinte, a formação dos bibliotecários ganhou contornos mais uniformes.

O novo currículo atendia as reivindicações da classe, abarcava disciplinas ligadas à área tecnológica e de administração de bibliotecas, além de ampliar a formação humanista difundida pela tradição francesa com disciplinas como “História da Arte e História da Cultura”. Vale ressaltar que as Universidades eram livres para atualizar e definir disciplinas que complementassem a formação do estudante de

²⁴ BRASIL. Decreto n. 8.835 de 11 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1911, Seção 1, p. 8748.

Biblioteconomia, mas seguiam os parâmetros definidos no Currículo Mínimo. (Reis; Xavier Junior; Pires 2011, p. 2073).

Oliveira, Carvalho e Souza (2009) explicitam que a preocupação com a apresentação da proposta de um currículo mínimo ao Conselho Federal de Educação estava no fato de que o ensino da Biblioteconomia perdesse seu caráter eminentemente erudito para se tornar, no decorrer dos anos, exclusivamente técnico. Tal aspecto rebaixou o nível intelectual do bibliotecário, reduzido a produtor de fichas e ordenador livros nas estantes, ficando as bibliotecas carentes de orientação de pessoas tecnicamente habilitadas.

Todavia, Reis, Xavier Junior e Pires (2011) ressaltam que poucas foram as alterações nesse período, em termos curriculares, residindo o enfoque das disciplinas em temáticas como processamento técnico de livros, organização de bibliotecas e uso das fontes de informação. Sob uma aura de “guardião” do saber ou de livros, a perspectiva formativa humanista fora demasiadamente suplantada pela função tecnicista, funcionando as disciplinas de caráter cultural quase como ornamento.

Apesar da instabilidade política e econômica entre fins dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, época dos governos militares, o período foi de crescimento e mudanças para os cursos de Biblioteconomia. Acompanhando a expansão do ensino superior no Brasil na década de 1970, os cursos de Biblioteconomia também foram se expandindo pelo país. Na conjuntura dos acontecimentos, sobretudo os políticos, os cursos de Biblioteconomia passaram por uma reformulação dos seus parâmetros curriculares, passando a serem organizados por semestre, além do estabelecimento de uma série de novas diretrizes ao currículo mínimo. Cunha (1978, p. 8) frisa que à época, “[...] as Escolas de Biblioteconomia estavam [...] preocupadas em formar um tipo de profissional que atenda às necessidades advindas do mercado de trabalho”.

Destacam-se ainda outras preocupações neste período, como as reivindicações da classe bibliotecária quanto à formação profissional, que necessitava cada vez mais de disciplinas ligadas às áreas de tecnologia, acompanhando o desenvolvimento tecnológico, a criação de diversas revistas especializadas na área, os cursos de pós-graduação em Biblioteconomia instalados à época, inclusive no nível de mestrado. (Madureira; Vilarinho, 2010; Reis; Xavier Junior; Pires, 2011).

Sobre esse aspecto, o currículo mínimo, aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1962, passou a abarcar as seguintes disciplinas:

[...] História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Evolução do pensamento Filosófico e científico, Organização e Administração de Bibliotecas, catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação e Paleografia. Sendo obrigatória sua adoção por todas as escolas, no ano seguinte ao da sua vigência. É válido ressaltar que as escolas poderiam incluir outras disciplinas além daquelas do currículo mínimo. (Oliveira; Carvalho; Souza, 2009, p. 18).

Nessa tessitura contextual, em atenção às demandas da classe bibliotecária brasileira, insatisfeita com os rumos da formação acadêmica, em vista da função tecnicista imperativa até então, a reforma curricular dos cursos de Biblioteconomia, na década de 1980, agregou novas funções à atuação do bibliotecário, incorporando uma visão de bibliotecário como agente cultural de informação, como salientam Madureira e Vilarinho (2010). Sobre a nova reforma do currículo mínimo para os cursos de Biblioteconomia, Oliveira, Carvalho e Souza (2009) salientam que a aprovação do novo currículo multidisciplinar, pelo Conselho Federal de Educação, em 1982, deveu-se muito em virtude da transformação da área como uma ciência, sobretudo com a criação de cursos de pós-graduação. Além de fixar os conteúdos mínimos, também a duração do curso foi estendida para quatro anos. O novo currículo agregou disciplinas em três linhas:

- i- *Matérias de Fundamentação Geral*: Comunicação, Aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil contemporâneo e, História da Cultura;
- ii- *Matérias Instrumentais*: Lógica, Língua portuguesa e Literatura da língua portuguesa, Língua estrangeira e moderna e, Métodos e técnicas de pesquisa;
- iii- *Matérias de Formação Profissional*: Informação aplicada à Biblioteconomia, Produção dos registros do conhecimento, Formação e desenvolvimento de coleções, Controle bibliográfico dos registros do conhecimento, Disseminação da informação e, Administração de bibliotecas. (Oliveira; Carvalho; Souza, 2009, p. 19-20).

As críticas tecidas a esse novo currículo davam conta que algumas linhas eram consideradas generalistas por não possuírem foco específico; outras demasiadamente tecnicistas, pela falta de sensibilidade em relação às necessidades e ao ambiente social usuário, conforme pontuaram Oliveira, Carvalho e Souza (2009).

Os anos de 1990 trouxeram novas perspectivas à Biblioteconomia, com a mudança de paradigma do objeto “documento” para a “informação”, em virtude do advento das novas tecnologias e, por conseguinte, da Internet, aspectos que ampliaram o campo de atuação do bibliotecário. Percebeu-se também o foco nos “usuários”, nesse sentido, as bibliotecas passaram a privilegiar o acesso à informação em suas diferentes manifestações. Ainda, uma tentativa de adequação das escolas às perspectivas da sociedade da informação, refletindo na incorporação do discurso acerca do “Moderno profissional da informação”, discurso que

ocasionou na formação de um bibliotecário sem identidade, ou seja, de um inconsciente “profissional da informação”. (Oliveira; Carvalho; Souza, 2009).

A incorporação das TICs aos currículos dos cursos de Biblioteconomia fora mais profundamente debatida nas décadas de 1990 e 2000 pelo país, além das discussões acerca da ampliação do papel do bibliotecário frente às necessidades informacionais surgidas após a assimilação das TIC que, de acordo com Madureira e Vilarinho (2010), do mesmo modo vão possibilitar a criação de bibliotecas digitais. Sob os auspícios dos progressos informáticos e tecnológicos, o perfil do bibliotecário ganhou novos sentidos e rumos, pois se antes sua atividade se restringia aos limites físicos da biblioteca e/ou sua coleção, agora o uso difundido da tecnologia a serviço da informação permitiu a transposição das barreiras físicas e institucionais. Sobre esse fato, Amaro (2018, p. 34) enfatiza que “há muito tempo, o fazer bibliotecário não se resume à tarefa de manter as bibliotecas como ‘templos sagrados do saber’. As transformações sociais trouxeram consigo uma sede inesgotável e frenética de informações”. Sobre essa argumentação, Cunha (2003, p. 41) da mesma forma reflete que

estas transformações criam novas necessidades e vêm alterando nossos velhos e sólidos paradigmas. Estamos começando a viver o que Browning (2002)²⁵ chamou de “era das bibliotecas sem paredes para livros sem páginas”. As novas tecnologias estão criando os sinais que começam a redefinir novas formas de informação e comunicação, bem como a cultura e os comportamentos decorrentes deste cenário.

Ao mesmo tempo que as tecnologias fizeram com que ocorresse o surgimento de uma avalanche informacional, intermediadas pela internet e a *web*, outras tendências, ancoradas nesse cenário, fizeram parte do processo de transformação do ambiente global de informação: mudanças no acesso e consumo de informação, educação, privacidade, novas formas de engajamento digital e transformação da própria tecnologia.

No decorrer do século XX, quando as bibliotecas passaram a sentir mais intensamente o impacto das TICs na organização dos seus acervos e no acesso à informação, novos papéis foram vislumbrados aos bibliotecários.

[...] hoje se impõe a visão do manager, ou seja, aquele que: (a) racionaliza procedimentos (e gastos), busca (compartilha) recursos e parcerias, integrando sua unidade de informação à sistemas mais amplos; (b) sabe tratar da informação [...]; e (c) pratica uma ação social crítica, isto é, questiona a exacerbação do tecnicismo profissional. Atuar na gestão da informação [...]. (Madureira; Vilarinho, 2010, p. 96).

²⁵ BROWNING, John. **Libraries without walls for books without pages**. Wired, apr. 1993. Disponível em: <https://www.wired.com/1993/04/libraries/>.

O século XXI trouxe as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o ensino superior, não se discutindo mais em definição de conteúdos mínimos para os cursos. Os conteúdos curriculares dos cursos de Biblioteconomia foram distribuídos em formação geral – destinados a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da área – e em conteúdos de formação específica – são nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta. Recomendou-se ainda a adoção de uma perspectiva humanística à formulação dos conteúdos nos projetos acadêmicos, tendo em vista conferir-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos. Tais mudanças determinaram igualmente um conjunto de habilidades e competências gerais e específicas aos graduados da área, conforme ressaltam Oliveira, Carvalho e Souza (2009).

Todo esse contexto vem demandando um perfil bibliotecário mais flexível e capaz de adaptação ao meio em constante mudança, devendo atender tanto as demandas do setor produtivo, que busca um profissional mais alinhado às metas e objetivos institucionais, quanto atento às demandas sociais. Além de que essa conjuntura também requer dos bibliotecários uma postura e dinâmica de atuação diferenciadas, com o emprego de novos instrumentos de análise e disseminação das informações compatíveis com a produtividade/competitividade no cenário globalizado.

Na introdução do livro *O direito de ler e de escrever*, de Silvia Castrillón, Queirós (2011), considera que a biblioteca deve oferecer uma gama de atividades em torno da leitura. Desse ponto de vista, tendo a biblioteca como local de informação, concebe o bibliotecário como um mediador, ao qual cabe, para além das técnicas biblioteconômicas, ser um leitor contínuo, capaz de transbordar o comprometimento com o fora escrito e o que ainda há de ser. Nessa visão, a formação do bibliotecário deve estar embasada pela leitura, atitude de confiança perante o social, sempre em movimento. Sua função política deve valer-se da biblioteca enquanto espaço acolhedor por onde circula toda gama de informações, conhecimentos, entretenimentos, entre outros objetos. A leitura, mediada pelo bibliotecário, instrumentaliza a sociedade civil na mobilização por políticas públicas de leitura e livros, construção de bibliotecas, aperfeiçoamento dos processos de educação e de circulação da informação e outros suportes de leitura.

A própria Castrillón (2011) sustenta que para que as bibliotecas cumpram com os novos desafios, é necessário que o bibliotecário se apresente como um intelectual – porque trabalha com recursos intelectuais, informação, livros, leitura e leitores, ou seja, pessoas e objetos em processos intelectuais – capaz de assumir um compromisso ético e político com a sociedade, que responda pela administração desse instrumento público, o qual deve estar a

serviço de um mundo mais justo para todos os sujeitos. É preciso igualmente definir o público e os princípios desse compromisso, qual seja, o direito à liberdade e justiça por parte dos poderes e nações, assim como a denúncia e o combate à violação da liberdade. Dessa forma, o trabalho do bibliotecário é revalorizado, superando o fazer estritamente técnico-profissional e possibilitando ao outro transcender e melhorar a condição humana. Tudo isso implica uma postura política com comprometimento com a sociedade, a mudança, a busca de um futuro melhor. Compromisso que, por sua vez, implica escolha e ação, aspectos necessariamente políticos.

Ainda Castrillón (2011) destaca ser necessário mudanças na formação e vocação do bibliotecário, de modo a compreender alguns aspectos: i- um bibliotecário leitor, crítico e reflexivo, capaz de leitura da realidade e de livros que auxiliem na leitura dessa realidade, tendo em conta que a contribuição da biblioteca para a mudança passa pela leitura; ii- um biblioteca que faça uso da escrita, no sentido de pensar e ordenar suas ideias, a fim de registrar, comprovar e comunicar sua experiência e, assim, melhorar sua segurança e confiança; iii- um bibliotecário curioso e pesquisador, que busca novas mudanças e soluções; iv- um bibliotecário bem informado, para além das informações que a mídia lhe oferece; v- por fim, um bibliotecário mais que eficiente, cujo compromisso exceda o de sua família, ético, capaz de avaliação, escolhas, decisões e rompimento.

Importa salientar, a partir desses apontamentos, que não há um perfil modelo para a formação do bibliotecário, sendo as exigências de redimensionamento desse profissional atreladas às novas condições de trabalho no mundo globalizado, marcado pela expressiva presença das tecnologias de informação e comunicação.

Acompanhando essas tendências, igualmente são questionados os saberes necessários aos bibliotecários no auxílio aos usuários com as informações digitais. Para além da conectividade tecnológica, Amaro (2018, p. 35) reflete sobre a necessidade de

[...] abordar os problemas de desigualdades e exclusões sociais, a necessidade de revisão do ambiente de informação, a reflexão se as tecnologias fortalecem ou não as comunidades e como as bibliotecas podem metabolizar de forma bem-sucedida as mudanças culturais e digitais.

A partir desse olhar, compreende-se que a classe bibliotecária e os profissionais da Biblioteconomia/Ciência da Informação precisam discutir e repensar os novos papéis a serem desempenhados, bem como qual perfil é exigido dos profissionais na atualidade.

Este profissional tem à sua frente o desafio de colocar uma nova dimensão ao problema informacional. Isto significa entender os novos papéis que surgem, as novas necessidades informacionais e as novas formas de responder a estas necessidades criando novos métodos e formas de trabalho. (Cunha, 2003, p. 42).

Se antes a formação do bibliotecário estava pautada numa gama de conhecimentos recebidos em sua formação, que lhe garantia um lugar no campo de trabalho a partir das prerrogativas legais que lhe foram dadas, hoje somente isso não basta. É indispensável que o bibliotecário tenha uma mente aberta, que esteja atento e flexível, seja capaz de adaptação ao contexto em transformação e de transposição dos desafios impostos pelas mudanças e transformações sociais. A dinâmica social atual passou a exigir um profissional com mais saberes e, por conseguinte, seus conhecimentos são postos em questão diante dos limites profissionais restritos à formação acadêmica, em especial no âmbito da graduação.

Madureira e Vilarinho (2010) questionam a quem cabe a responsabilidade por este tipo de formação. Compreende-se que das instituições de ensino são exigidas uma maior preocupação com a formação dos profissionais que atuam na área de informação, considerando as especificidades dos suportes informacionais e as realidades de atuação dos profissionais. De modo geral, a formação do bibliotecário dá-se sobretudo em dois níveis: graduação e pós-graduação. No primeiro nível, os objetivos fundamentais compreendem:

(a) formar profissionais capazes de acompanhar as transformações da sociedade, compreendendo o papel da biblioteca neste processo, identificando demandas de informação e propondo soluções inovadoras; (b) preparar profissionais para atuarem como especialistas no tratamento e difusão de informações, apoiados nas tecnologias da informação; e (c) capacitar profissionais para atuarem em nível de planejamento, administração, assessoria e prestação de serviços em redes e sistemas, bibliotecas, centros de documentação e serviços de informação. (Madureira; Vilarinho, 2010, p. 93-94).

Sob esse nível de formação, Amaro (2018, p. 36) sobressai que é mister que a formação dos bibliotecários esteja em constante revisão, sabendo que a contemporaneidade tem transformado os usuários em consumidores de informação vorazes e cada vez mais exigentes.

Não são de hoje as discussões relativas à necessidade de atualização dos currículos da formação em biblioteconomia. Como apontado anteriormente, a realidade com a qual os profissionais da área têm que lidar exige uma postura diferente daquela na qual entendia-se a biblioteca como um centro, estanco, aglutinador de coleções.

No segundo nível de formação está a educação continuada, ou a formação ao longo da vida. Madureira e Vilarinho (2010, p. 97) salientam que

de um modo geral, o profissional da informação é apontando como o principal responsável por sua educação continuada, tendo em vista que ele é quem melhor conhece suas necessidades. Esse conhecimento aciona outro componente importante, que é a motivação, de teor subjetivo, mais facilmente estimulado pelo próprio indivíduo. Motivado, o bibliotecário tende a se manter sintonizado com as possibilidades de aperfeiçoamento e acaba percebendo as opções de que dispõe para sua formação continuada: acesso à literatura especializada, nacional e estrangeira; envolvimento em projetos de pesquisa; participação ativa em grupos profissionais; participação em congressos e outros eventos; uso de redes eletrônicas de informação; e acesso à *internet* para utilização de bancos de dados, navegação em sites, participação em lista de discussão.

Ainda assim, Madureira e Vilarinho (2010) advertem que as escolas de Biblioteconomia, com algumas exceções, têm negligenciado o aperfeiçoamento dos egressos, bem como no investimento em maior interação com as associações de bibliotecários, no que tange ao planejamento da educação continuada. Como contraponto a esse fato, Amaro (2018, p. 37) menciona ser recomendável aos profissionais de todas as áreas buscar formações complementares àquela recebida na academia, tendo em vista que o surgimento e a disseminação de novas TIC acarretaram em novas formas de atuação no contexto social e de tratamento da informação, não antes presentes quando da formação acadêmica do profissional.

Diante das demandas impostas com o surgimento e assimilação das TIC no fazer biblioteconômico, percebe-se ser oportuno ao bibliotecário atuar em novos campos e espaços, pois como expressam Cordeiro, Cunha e Parga (2015, p. 103-104),

observa-se que o perfil do profissional bibliotecário atualmente está mudado, e com isso a sua postura e a sua atuação também deve ser diferente, pois é importante que esse profissional atue de maneira crítica, desenvolva habilidades rápidas e eficientes para a solução de problemas, e principalmente que o mesmo tenha domínio de saberes que lhes permitirão na intervenção prática da realidade, pois só assim os seus conhecimentos não ficarão estagnados e acompanharão as evoluções e exigências da sociedade. No entanto, as atividades tradicionais devem sim ser mantidas, porém podem e devem ser aprimoradas, para atender a cada vez mais um número maior de pessoas. Por fim, diante dessa realidade tão significativa, pôde-se verificar que as mudanças são necessárias não só para que a biblioteca deixe de ser vista apenas como um espaço físico vinculada exclusivamente com o livro, e passe a ser vista como um local moderno e cheio de surpresas, mas também para que o bibliotecário passe a atuar de forma, ainda mais, transformadora na sociedade na qual está inserido.

Retomando as ideias de Amaro (2018), quando evidencia a necessidade do olhar e atuação profissional para além das tecnologias, compreende-se que a academia carece da inclusão de uma formação do bibliotecário mais transversal, atenta ao contexto social, sobremaneira das bases do desenvolvimento sustentável, ou seja, na interseção entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Como o principal objetivo deste tripé é retirar o

pensamento unilateral e promover ações sempre preocupadas em atender as demandas de cada pilar, aí reside a formação bibliotecária para além dos muros da biblioteca. Aspectos que a formação transversal pode contribuir complementarmente ao currículo mínimo defendido pelos autores abordados nesse texto.

Reflete-se que a formação transversal deve ser incentivada na formação acadêmica, procurando atrair a atenção e a sensibilidade dos bibliotecários para outras questões, que não somente os aspectos tecnológicos inerentes ao tratamento da informação para acesso, uso e compartilhamento pelos sujeitos. É no âmbito da transversalidade que podem ser situados os ODS da Agenda 2030 e, assim, contribuir com a atuação do bibliotecário de forma a visualizar as situações sociais que demandam um acesso à informação mais profícuo. Nessa realidade, evidencia-se que o acesso à informação, sua difusão e sua livre circulação são elementos essenciais em todos os aspectos da vida humana. Por esse lado, Cunha (2003, p. 43-45) expressa que

como nossa profissão é uma profissão essencialmente social, uma profissão de mediação e de contato, de “fazer com o outro” de fazer para o outro, o bibliotecário só tem a ganhar com a colaboração com outros profissionais. [...]. Isto significa dar aos cidadãos informações sobre os seus direitos e deveres, aos estudantes informações que possibilitem a realização de suas pesquisas, que esclareçam dúvidas, que despertem a curiosidade. É bom lembrar que as necessidades de informação das pessoas são dinâmicas, estão em mutação constante. Elas variam com o tempo, conforme as atividades exercidas e os interesses de cada pessoa em um determinado momento. [...]. Nossa missão como bibliotecários, é facilitar aos indivíduos o acesso à informação e possibilitar, desta forma, o desejo de aprender, de discutir, enfim, a formação do conhecimento ou o conhecimento em formação. Desta forma, nossa missão como agentes de transformação social é plenamente realizada.

Cumprе esclarecer que os temas transversais que perpassam todas as áreas do conhecimento não são uma novidade, pois há décadas vem-se trabalhando para consolidar a proposta de uma educação voltada para a cidadania como princípio norteador das aprendizagens, a qual orienta a inserção das questões sociais como objeto de aprendizagem e reflexão no contexto do ensino-aprendizagem. Isso tendo em vista a construção de currículos a serviço de mudanças sociais, cujo propósito é contribuir para a emancipação dos indivíduos, ou melhor, uma educação além das perspectivas do capitalismo neoliberal, que produz alienação e perda do sentido social e individual.

Nessa metódica, conforme o Ministério da Educação (2019), o princípio básico é a construção de práticas pedagógicas geradoras, não só de reprodução sociocultural, mas também de emancipação e transformação da realidade. Assim, considera-se que a educação tem a responsabilidade de transformar a realidade, trabalhando além dos conteúdos

considerados clássicos, ou seja, aqueles que tenham uma finalidade crítica social. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ampliação do alcance dos temas transversais foi assegurada na concepção dos novos currículos como Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). Portanto,

[...] os Temas Contemporâneos Transversais têm a condição de explicitar a ligação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada, bem como de fazer sua conexão com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, contribuindo para trazer contexto e contemporaneidade aos objetos do conhecimento [...]. (Ministério da Educação, 2019, não paginado).

Ao se referirem a assuntos que atravessam as experiências educacionais em seus contextos – ou seja, valores referentes à cidadania ancorados em seis macroáreas temáticas, como: Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde²⁶, os TCTs contemplam um conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os sujeitos em situação de aprendizagem têm direito, aspectos que contribuem para uma formação cidadã, política, social e ética. Por conseguinte, contribuem para a construção de uma sociedade igualitária, pois possibilitam a apropriação de conceitos, atitudes e procedimentos de modo que cada sujeito possa participar de forma autônoma na construção e melhoria da comunidade em que está inserido.

Interessa frisar que no contexto educacional os TCTs atuam como eixo unificador, em torno do qual organizam-se as disciplinas, devendo ser trabalhados de modo coordenado e não como um assunto descontextualizado nas atividades de ensino-aprendizagem. O que importa é que os sujeitos em aprendizagem possam construir significados e conferir sentido àquilo que aprendem. Diante disso, o papel das instituições de ensino, ao trabalhar os TCTs, é facilitar, fomentar e integrar as ações educativas de modo contextualizado, mediante um trabalho interdisciplinar e transversal, para que o ideal da educação realmente constitua o caminho para a transformação social.

Convém também clarear o conceito transversalidade, o qual é critério orientador das práticas pedagógicas sistematizadas comprometidas com a construção da cidadania, assim como para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental.

²⁶ Conforme disposto na BNCC, os TCTs compreendem 15 temas contemporâneos: Ciência e Tecnologia, Direitos da Criança e do Adolescente; Diversidade Cultural, Educação Alimentar e Nutricional, Educação Ambiental; Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras; Educação em Direitos Humanos; Educação Financeira; Educação Fiscal; Educação para o Consumo; Educação para o Trânsito; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso; Saúde; Trabalho e Vida Familiar e Social. (Ministério da Educação, 2019, não paginado).

A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. A transversalidade difere-se da interdisciplinaridade e complementam-se; ambas rejeitam a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado. A primeira se refere à dimensão didático-pedagógica e a segunda, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas. (Brasil, 2013, p. 29).

A transversalidade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas contemporâneos em uma perspectiva integrada e intra, inter e transdisciplinar. Da mesma forma, dá fundamentação legal aos temas contemporâneos que afetam a vida humana. Como os sujeitos em aprendizagem têm direito a uma formação que os possibilite interagir de forma ativa com a vida social e com o mundo que os acolhe, a incorporação dessas temáticas aos currículos e às atividades e práticas educativas contribui para que os conteúdos científicos sejam integrados aos conteúdos sociais e políticos. (Ministério da Educação, 2019, não paginado).

4.3 O Coronavírus e a difícil missão de implementação dos ODS no Brasil: dados em debate

A pandemia do Coronavírus (COVID-19), a partir de 2020, evidenciou os impactos na dinâmica social e econômica dos países, aspecto que interliga os grandes fenômenos vivenciados neste momento, sobretudo, quando se reflete sobre as perspectivas da Agenda 2030. As dificuldades do mundo em lidar com questões que impactam a sociedade, de modo geral, ficaram mais evidentes, apesar de na atualidade a sociedade dispor de informações e tecnologias a serviço do progresso e desenvolvimento.

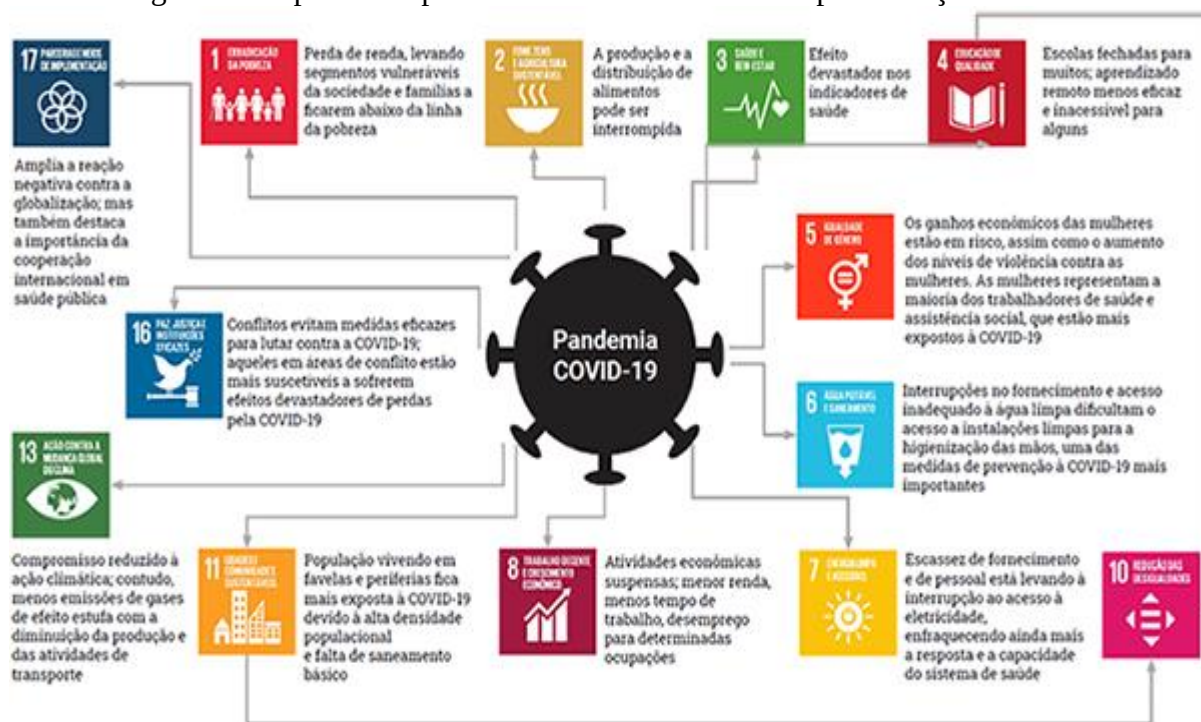
No Brasil, a pandemia, além de deixar um elevado número de mortes, em razão da inércia das autoridades locais frente ao problema, implicou também no agravamento de várias tendências que já estavam colocadas, no sentido do retrocesso do país no ímpeto em buscar um desenvolvimento mais sustentável. Segundo dados da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), houve uma maior incidência da Covid-19 na região norte e nordeste do país, aspecto que “[...] sinaliza para uma possível influência, nessa trajetória, das iniquidades sociais e da vulnerabilidade das condições de vida nas áreas mais pobres do Brasil”.

(Fundação Oswaldo Cruz, 2020, não paginado). Essa situação também foi amplamente tratada no *V Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil* (Relatório Luz 2021), documento elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, formado por 57 organizações e fóruns de todo o país. Segundo esse documento, “a pandemia é global, porém não afeta todas as pessoas da mesma forma. Condições prévias de infraestrutura socioeconômica e de saneamento básico, assim como a gestão estatal da crise, são alguns dos fatores preponderantes para o controle do novo vírus”. (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Para a Agenda 2030, 2021, p. 112).

Reflete-se, acerca da Covid-19, que no Brasil existem várias epidemias num só país, símbolo das desigualdades entre as regiões, como o observado nos estados da região norte e nordeste do país. As razões são devidas a vulnerabilidades historicamente construídas: problemas de infraestrutura, atuação deficitária das instituições responsáveis, assim como o desmonte institucional, déficits históricos de saneamento básico, carência de unidades de saúde, dentre outros aspectos, somados a discursos e medidas conflitantes de lideranças políticas contribuíram para o agravamento da situação. O estado de calamidade epidêmico que assolou o país deixa explícito que, sobretudo nas regiões norte e nordeste, “[...] existe uma lacuna de desenvolvimento nesses estados, refletida por exemplo pelo IDH (Índice de desenvolvimento Humano) [...]. O IDH reflete um passivo social, humano, existente. Os estados onde as taxas mais aumentaram são os mais pobres”. (Fundação Oswaldo Cruz, 2020, não paginado).

Trazendo a análise para o âmbito da Agenda 2030, em conformidade com os dados do Relatório Luz 2021, o Brasil pouco fez em relação aos ODS, apesar dos compromissos firmados junto às nações signatárias da ONU (FIGURA 9). O fato é que o país está cada vez mais distante do desenvolvimento sustentável, tendo em conta que não avançou em nenhum dos objetivos e metas da Agenda. Isso implica na necessidade de formulação de políticas transversais que sejam capazes de motivar a busca por melhores soluções para os problemas presentes neste contexto.

Figura 9 - Impactos da pandemia do Coronavírus à implementação dos ODS



Fonte: Observatório do Futuro (2020).

Em meio aos desafios vivenciados durante o primeiro ano da Covid-19, o Observatório do Futuro (OF), núcleo de monitoramento da evolução dos ODS do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, lançou em 2020 o relatório *O impacto da pandemia nos ODS*, aspectos observáveis na FIGURA 2. Conforme ressaltado no relatório, o mundo parou e essa situação trouxe uma onda de incertezas e terror à toda a humanidade, mergulhando a sociedade em um crise multifacetada: restrições inéditas à economia e à circulação de pessoas; redução das jornadas de trabalho nas empresas e a consequente demissão de funcionários; elevado número de pessoas em situação de insegurança alimentar no mundo; confinamento e elevação dos índices de violência doméstica; retrocessos na educação com o fechamento de escolas e agravamento dos problemas de ensino-aprendizagem; colapso e precarização dos serviços de saúde etc.; exemplos que expuseram a situação de desigualdade e injustiça, tendo em vista que, embora a pandemia tenha afetado toda a sociedade, as comunidades mais vulneráveis foram as mais prejudicadas. (Observatório do Futuro, 2020).

Em face da pandemia, o Observatório apontou em seu relatório que dentre os 17 ODS, os mais impactados foram:

- i- **ODS 1: erradicação da pobreza** – as projeções indicavam que aproximadamente 6% da população mundial estaria vivendo na extrema pobreza em 2030, antes da Covid-19. Agora, estima-se que 1 bilhão de pessoas poderão estar em situação de pobreza, 25% em

consequência direta da pandemia, aspecto que sinaliza que essa meta não será cumprida até 2030;

- ii- *ODS 3: saúde e o bem-estar* – a pandemia de Covid-19 trouxe a crise sanitária, com efeitos sobre a expectativa de vida e as taxas de mortalidade da população; demora na logística para aquisição de remédios, equipamentos médicos e vacinas e o trabalho de profissionais da área; alterações no calendário de vacinação, prejudicando a imunização de crianças, adolescentes e idosos;
- iii- *ODS 4: educação de qualidade* – estimava-se que no cenário pré-pandêmico, em torno de 200 milhões de crianças estariam fora das escolas até 2030. Certamente, esse número é maior agora com o fechamento das escolas, o que acarretou em dificuldade no acesso ao ensino remoto; evasão escolar de milhares de estudantes; falta de capacitação sobre o uso das TIC ou mesmo a falta de computadores com acesso à internet. Vale salientar o esforço de professores e coordenadores pedagógicos, que se viram obrigados a se reinventar diante da necessidade do ensino virtual;
- iv- *ODS 5: igualdade de gênero; ODS 10: redução das desigualdades* – se por um lado houve progresso, nos últimos tempos, do número de mulheres em postos de liderança, de outro lado, a epidemia de Coronavírus expôs um aumento na incidência de violência doméstica em função do confinamento; elevados índices de exaustão de trabalhadoras que, em teletrabalho, acumularam também tarefas domésticas e de educação dos filhos;
- v- *ODS 6: água potável e saneamento* – a adequada e frequente higienização das mãos foi a principal forma difundida para se evitar o contágio pelo vírus, o que só é possível com água e saneamento básico. No mundo, estima-se que mais de 3 bilhões de pessoas não possuíam saneamento básico; 2,2 bilhões não tinham acesso à água potável e; 4,2 bilhões não dispunham de sistema de esgoto canalizado e tratado. Já no Brasil, quase 35 milhões de pessoas não possuem acesso à água tratada; 100 milhões de brasileiros não têm acesso ao serviço de coleta de esgoto; apenas 49,1% do esgoto do país é tratado. Ressalte-se ainda que o problema não está apenas na oferta de água e esgoto efetivamente tratados, mas também na própria existência de água para diversas populações, aspectos desafiadores que, além de facilitar a proliferação do vírus, dificultaram o combate e prevenção a outras doenças relacionadas à água;
- vi- *ODS 8: trabalho decente e crescimento econômico* – a turbulência sanitária gerou ainda uma crise econômica ao paralisar ou reduzir a produção industrial e vários outros serviços, aspecto que refletiu no aumento do desemprego;

- vii- *ODS 9: indústria, inovação e infraestrutura* – o confinamento acelerou projetos de inovação e uso de tecnologia à distância; crescimento do teletrabalho; o comércio on-line e a prestação de serviços remotamente, a exemplo da telemedicina; funcionamento das instituições públicas via acesso remoto, atendendo às necessidades da população e garantindo a segurança sanitária dos servidores;
- viii- *ODS 11: cidades e comunidades sustentáveis* – o distanciamento social dentro das comunidades, ponto de destaque que influencia a propagação do vírus, requer planejamento urbano, em questões como a ocupação territorial (combate a habitações precárias) e a mobilidade (sobretudo, a segurança no transporte público, que deveriam circular sem a sua capacidade máxima de lotação)
- ix- *ODS 13: ação contra a mudança global do clima; o ODS 14: vida na água; ODS 15: vida terrestre* – impacto positivo advindo das medidas de isolamento à natureza: melhoria da qualidade do ar, propiciada pela queda nas emissões de gases de efeito estufa; diminuição da exploração e regeneração de habitats; reprodução mais tranquila de espécies sob ameaça de extinção etc.;
- x- *ODS 16: paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17: parcerias e meios de implementação* – o processo de gestão das crises sanitária, econômica e social só pode ser bem sucedido com transparência; responsividade dos governos e parceiros para o desenvolvimento de pesquisas, estudos e vacinas. (Observatório do Futuro, 2020).

Ainda no campo dos dados do Relatório Luz 2021, observa-se que

com mais desmatamento e poluição, mais assassinatos de defensores/as de direitos humanos, mais ameaças a jornalistas, mais violências e mortes de mulheres, pessoas LGBTQIP+, povos indígenas, quilombolas e de pessoas negras; com menor participação social, mais militares em cargos civis e maior criminalização das organizações sociais e sindicais; com menos direitos, mais fome, trabalho infantil e igrejas fundamentalistas pressionando as esferas de decisão, o Brasil retrocede e, em meio a uma emergência sanitária sem precedentes, nega a ciência e suas responsabilidades, como mostra o estudo de caso sobre a região Norte. (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Para a Agenda 2030, 2021, p. 4).

Reflete-se que os retrocessos são muito em virtude da falta de políticas públicas sólidas e do desinvestimento em áreas cruciais ao desenvolvimento sustentável. Conforme mencionado na subseção anterior, as poucas políticas formuladas para a implementação e acompanhamento dos ODS foram revogadas, aspecto que demonstra o desinteresse e a desmobilização do governo atual em relação aos compromissos firmados em 2015, na ONU.

Com o arcabouço legal promotor de sociedades inclusivas e justas enfraquecido, os dados mostram que o Brasil, ao invés de aumentar investimentos nas áreas sociais,

como fez a maioria dos países durante a pandemia, desregulamentou instâncias fiscalizadoras e fomentou políticas de austeridade contraproducentes, resultando em menos recursos para saúde, educação, proteção social, ciência e tecnologia, igualdade de gênero e racial e meio ambiente. (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Para a Agenda 2030, 2021, p. 4).

Além disso, os apontamentos trazidos pelo *Relatório Luz 2021* revelam os desafios que o país precisa enfrentar, se a meta é efetivamente implementar os ODS como bases para o verdadeiro desenvolvimento.

Este diagnóstico preocupante é atestado por 106 especialistas de diferentes áreas temáticas – a quem agradecemos – que analisaram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 1691 metas. A destruição de direitos sociais, ambientais e econômicos, além de direitos civis e políticos, arduamente construídos nas últimas décadas, fica patente nas 92 metas (54,4%) em retrocesso; 27 (16%) estagnadas; 21 (12,4%) ameaçadas; 13 (7,7%) em progresso insuficiente; e 15 (8,9%) que não dispõem de informação². Este ano não há uma meta sequer com avanço satisfatório. (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Para a Agenda 2030, 2021, p. 4).

Ao passo que a pandemia escancarou os impactos sociais aos mais pobres, bem como os retrocessos em relação à conquista dos ODS, de outro lado também revelou sua importância para a sociedade. Nesse sentido, o Observatório do Futuro (2020, p. 14) ressalta que

a negligência em relação a alguns ODS pode ter determinado uma maior dificuldade para o enfrentamento do Novo Coronavírus em alguns locais, o que apenas reforça a ideia de que é preciso insistir na efetivação da Agenda 2030 como forma de estarmos mais preparados para futuras pandemias, que, de acordo com cientistas, certamente virão.

Por conseguinte, os ODS reúnem muitas das prioridades que estão agora em evidência, incluindo a proteção ambiental, inclusão social, a paz, instituições mais eficazes, a geração de empregos, saneamento básico, segurança alimentar, a garantia de educação e saúde para todos, dentre outros, embora fique evidente que alguns desses objetivos estão mais longe de serem alcançados a curto prazo. Tudo isso a menos de dez anos para o final do prazo para o cumprimento da Agenda 2030. Assim, toda a sociedade é convidada a fomentar ações que visem o desenvolvimento e fortalecimento da Agenda 2030, na garantia da sustentabilidade social e ambiental, frente à primazia dos anseios econômicos e de desenvolvimento.

Uma vez que as ações do governo federal, na prática, deixam o Brasil mais distante das metas, como mostra este quinto Relatório Luz, coube à sociedade civil brasileira intensificar esforços. Parcerias foram ampliadas entre redes e coalizões que atuam na defesa e promoção de direitos, pelo fim das desigualdades e pela preservação da natureza, com o intuito de dialogar com os poderes da República, monitorar e tentar

influenciar políticas públicas ou realizar ações concretas nos territórios. (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Para a Agenda 2030, 2021, p. 117).

Ainda que os desafios relatados tenham impactado as instituições de modo geral, a biblioteca pública, instituição que, por excelência, continua sendo o melhor instrumento útil e essencial às pretensões do desenvolvimento sustentável, uma vez que possibilita à heterogeneidade de sujeitos o acesso à gama informações necessárias em áreas cruciais ao desenvolvimento humano, econômico e ambiental. Essa perspectiva encontra respaldo no ODS 16: paz, justiça e instituições eficazes da Agenda 2030.

A crise mundial resultante da Covid-19 evidenciou e ampliou muitos problemas graves da sociedade, fato que torna ainda mais complexa e desafiadora a missão de implementação eficiente dos ODS. Entretanto, como ressaltado pelo OF em seu relatório “[...] agora, mais do que nunca, este seja o momento de repensarmos as questões voltadas ao desenvolvimento e que buscam o cumprimento da Agenda 2030”. Pois,

embora o cumprimento das metas impostas pela Agenda 2030 tenha se tornado um desafio ainda maior com o Novo Coronavírus, o projeto não pode ser abandonado. Ao contrário, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem servir de “guia” para uma retomada sólida e resiliente. (Observatório do Futuro, 2020, p. 67).

Conforme salientado no relatório produzido pelo Observatório do Futuro (2020), com um planejamento mais condizente às emergências do momento, é possível encontrar alternativas para a superação dos problemas evidenciados pela pandemia, tendo ciência de que será preciso fazer mais, com menos recursos. Todavia, a necessidade gerada pela crise diminui a resistência às mudanças, fato que se bem assimilado pelos gestores e pela sociedade civil organizada possibilita alterações nas leis, nos procedimentos e nas políticas públicas.

A fim de se buscar a superação dos desafios à implementação dos ODS, no sentido de continuar a agir dentro dos valores e objetivos da Agenda 2030, em busca de um mundo mais justo, inclusivo e igualitário, o *Relatório Luz 2021* propõe como estratégia a adoção do *advocacy*²⁷ pelas instituições e sujeitos. Em uma abordagem crítico-propositiva, o *advocacy*, além de possibilitar a identificação dos desafios socioeconômicos e ambientais para alcance dos ODS, também apresenta recomendações e soluções alternativas. Por conseguinte, um dos eixos de atuação é na comunicação e visibilização da Agenda 2030, de forma a disseminar o potencial impacto da sua implementação sobre as pessoas e os territórios.

²⁷ No contexto de ação das bibliotecas, a FEBAB (2012, não paginado) traduziu o termo *advocacy* [...] como defesa ou engajamento ativo em relação a uma causa ou proposta. *Advocacy* envolve ação, isto é, “não se trata simplesmente de ser ou mostrar-se favorável a uma ideia ou causa, mas sim de atuar de modo planejado e estratégico para alcançar os resultados almejados.

Para além dos ODS, considerando a importância das bibliotecas no contexto da sociedade da informação, a *American Library Association* (ALA) lançou em 2008 o *Library Advocate's Handbook*²⁸, um plano de ação com o objetivo de que os *library advocates* (defensores da biblioteca) apoiem e encorajem os esforços das bibliotecas na garantia do acesso aos recursos de informação como meio de defender o direito do público a uma sociedade da informação livre e aberta. Isso, para garantir que as bibliotecas tenham voz nos debates sobre a construção das políticas de informação e promoção da participação intelectual plena e equitativa do seu público.

Esse plano de ação foi traduzido em 2012 pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) com o título *Manual das Pessoas que Advogam pela Biblioteca*. Nesse manual, destaca-se o papel das pessoas e instituições acerca da conscientização pública e apoio aos serviços das bibliotecas na sociedade da informação.

Na era da informação, os *library advocates* continuarão a ter um papel crucial a desempenhar na educação de nossas comunidades, sobre por que as bibliotecas e os bibliotecários são essenciais em uma sociedade da informação. Para serem eficazes, eles devem falar alto, claramente e com uma só voz. A democracia necessita de bibliotecas. E as bibliotecas precisam de defensores. (American Library Association, 2012, não paginado).

Na dimensão *advocacy* está compreendido o ativismo em prol das bibliotecas brasileiras, centros de documentação e de memória, bem como o desenvolvimento continuado dos profissionais que atuam nesses espaços, em virtude da carência de políticas públicas consistentes que garantam investimentos contínuos para manutenção e aprimoramento dos programas e ações desenvolvidos por esses equipamentos de informação. Apesar das bibliotecas públicas, pondera-se que essas instituições ainda precisam cada vez mais lutar por políticas de informação, verbas para suporte às ações de informação e reconhecimento em meio às emergências sociais, principalmente considerando que existem alternativas de acesso à informação, muitas por sinal e talvez mais atraentes e eficientes, concorrendo com seus recursos e serviços de informação.

Há décadas atrás, ao falar de um porvir que já é realidade, o novo ambiente da informação com os novos meios eletrônicos, onde o impresso cede lugar ao eletrônico, Vergueiro (1996) chamava a atenção para a valorização dos serviços ao cliente como uma

²⁸ Disponível em: <https://www.ala.org/aboutala/sites/ala.org.aboutala/files/content/ola/2008lah.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

alternativa viável para o fortalecimento tanto das bibliotecas públicas como dos próprios profissionais que nelas atuam. Sem perder a razão em discursos como as previsões que apontam para a perspectiva de um futuro sem livros ou bibliotecas, na expectativa de defesa da biblioteca, o autor infere que “[...] o caminho para a permanência de instituições de informação - entenda-se, bibliotecas - em um ambiente em que a informação eletrônica ocupará papel de destaque, é exatamente o de fornecer serviços que atendamos requisitos de excelência definidos pelos clientes”. (Vergueiro, 1996, p. 12)

Outro ponto defendido por esse autor, é relativo ao efetivo investimento no treinamento e capacitação profissionais dos funcionários, condição essencial para que o nível de excelência dos serviços possa ser ampliado aos níveis de excelência desejados pelos clientes. Para Vergueiro (1996, 14), deve-se, pois,

começar o processo de valorização do cliente firmando-se compromissos reais e viáveis de atendimento. Em outras palavras, informando à clientela da biblioteca pública para que esta existe e o que ela se propõe a fazer. Deixando claro para ele o que pode esperar obter da biblioteca e como deve agir quando não conseguir fazê-lo. Comprometendo-se a levar sua opinião em consideração na definição de seus processos de trabalho e, caso não seja possível fazê-lo, explicar porque isso aconteceu. Garantindo que considerará suas eventuais queixas e reclamações como possibilidades de melhoria a serem apreciadas e valorizadas.

Apesar da realidade das bibliotecas públicas ser perversa em termos de infraestrutura e disponibilidade de recursos financeiros, Vergueiro (1996) compreende que algum tipo de compromisso, mesmo que modesto, a biblioteca pública pode e deve fazer, dentro das suas capacidades e possibilidades. Importante salientar, que qualquer tipo de comprometimento demanda existência de razoável nível de certeza de que haverá possibilidade real e efetiva de cumprimento.

Em observância ao exposto e, em atenção ao chamamento da IFLA, que destaca a contribuição das bibliotecas para o cumprimento dos ODS no sentido da construção de sociedades mais equitativas, humanas e sustentáveis, a FEBAB tem estimulado, no contexto brasileiro, as entidades e profissionais da área a adotarem o plano do *advocacy*, em um movimento de esforço para incluir as bibliotecas brasileiras nos planos nacionais de desenvolvimento e nos processos de planejamento e implementação da Agenda 2030. Isso posto, reafirma-se o compromisso das bibliotecas públicas – haja vista seu sentido e significado sociais, para com a qualidade de vida das pessoas, com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, sustentável e comprometida com as questões ambientais.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa ora proposta é de natureza qualitativa, pois na perspectiva dos objetivos propostos, abarca a discussão teórica dos temas “ODS da Agenda 2030” e o “planejamento de serviços de informação” no âmbito políticas de informação do SEBPMG. Richardson (2012) discorre que o enfoque qualitativo do problema justifica-se por ser adequado à compreensão do fenômeno social, em suas diferentes perspectivas. Conforme Flick (2009), na pesquisa qualitativa busca-se, por intermédio do conhecimento proveniente da literatura científica, verificar afirmações e observações a respeito da temática em estudo, a fim de possibilitar a compreensão das especificidades do contexto. Ainda, Minayo (2002) ressalta que a abordagem qualitativa procura aprofundar as relações com o objeto de estudo, buscando significados que contribuam para o enriquecimento das práticas desenvolvidas e das relações travadas.

Considerando-se que a materialidade dos ODS nas bibliotecas públicas do SEBPMG ainda é uma realidade que se entende “pouco abordada”, muito em virtude da ausência de políticas para o seu embasamento e implementação, aspecto que justifica, em parte, o desconhecimento das especificidades e potencialidades da Agenda 2030 para aprimoramento das ações institucionais com vistas ao equilíbrio almejado pelo desenvolvimento sustentável, esta pesquisa também é exploratória. Para Gil (2002), a pesquisa exploratória possibilita a familiarização com o objeto de estudo, em uma tentativa de se compreender a realidade que se revela, tal como ele se apresenta ou acontece no contexto.

Na perspectiva da pesquisa exploratória, que possibilita uma contemplação dos dados qualitativos de forma sistêmica, com uma compreensão ou interpretação detalhada do fenômeno analisado, a inserção dos ODS, no contexto de atuação da biblioteca pública, pode ser analisada em seus variados aspectos e especificidades, diante dos desafios que permeiam tanto a implementação quanto na formulação dos serviços de informação orientados sob esse viés.

Assim, em conformidade com os objetivos propostos, este trabalho compreendeu as etapas documental, bibliográfica e verbal como fontes de informação.

5.1 Delineamento da pesquisa

O embasamento teórico desta pesquisa está ancorado na técnica de *revisão narrativa*. De acordo com Rother (2007, p. v) as revisões narrativas constituem-se da análise da

literatura publicada atendendo aos interesses de interpretação e análise crítica pessoal do autor, portanto,

tem um papel fundamental para a educação continuada pois, permitem ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica em curto espaço de tempo; porém não possuem metodologias que permitam a reprodução dos dados e nem fornecem respostas quantitativas para questões específicas. São considerados artigos de revisão narrativas e são qualitativos.

Acerca da revisão da literatura narrativa ou tradicional, Cordeiro *et al.* (2007, p. 429) salientam que essa metodologia apresenta características como as seguintes:

apresenta uma temática mais aberta; dificilmente parte de uma questão específica bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção; a busca das fontes não é pré-determinada e específica, sendo frequentemente menos abrangente. A seleção dos artigos é arbitrária, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva.

Tendo em vista a liberdade que a revisão narrativa confere à escolha do referencial bibliográfico para o desenvolvimento da pesquisa, procurou-se destacar, a partir dos autores selecionados, os aspectos que se relacionam à Agenda 2030 e à formulação de políticas públicas de informação para a biblioteca pública em cenários de transformações e mudanças, como o contexto brasileiro. Importa destacar os fatores que desafiam e/ou favorecem a construção de uma cultura de informação, com destaque à importância do movimento identitário das bibliotecas públicas junto a sua comunidade. Alinhado à valorização desses equipamentos como porta de acesso, uso e compartilhamento da informação, assim como espaços impulsionadores de perspectivas crítico-reflexivas além de empoderamento/autonomia. Questões que se compreende pouco debatidas na relação entre a biblioteca pública e os sujeitos.

Por conseguinte, a pesquisa documental foi a primeira fase deste estudo. Nessa etapa, foram identificadas informações a respeito do planejamento das atividades das bibliotecas, políticas e serviços de informação disponibilizados aos usuários. Richardson (2012) diz que os documentos reúnem e expressam, por vezes de maneira dispersa e fragmentária, as manifestações da vida social em conjunto e em cada um dos seus setores, a base da observação documental. Para Laville, Dionne e Siman (1999) os documentos são uma importante fonte de informações porque deixam vestígios da ação humana, na medida em que definem orientações, enunciam políticas, expõem projetos, prestam contas das realizações dos sujeitos, grupos de sujeitos e instituições.

Concomitante à pesquisa documental, realizou-se a pesquisa bibliográfica, considerando-se todos os conceitos que dão embasamento teórico ao estudo, tendo como bases principais a biblioteca pública e os ODS. De acordo com Vosgerau e Romanowski (2014, p. 170), a revisão de literatura ou revisão bibliográfica cumpre dois propósitos: a contextualização do problema e a concepção do referencial teórico da pesquisa. Portanto, a partir da análise das fontes científicas – livros, artigos, teses, dissertações, o pesquisador pode realizar ensaios para a contextualização, problematização e a validação do quadro teórico que dá sustentação à investigação empreendida.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, na segunda fase foi realizada a etapa verbal – questionário e entrevista, a qual objetivou apreender, na perspectiva dos gestores das bibliotecas públicas, os desafios e as perspectivas observáveis em face dos requisitos necessários à implementação de ações na direção da Agenda 2030. Flick (2009) expressa que os dados verbais concentram-se na palavra falada, em que os entrevistados contam suas histórias de vida, ou de situações específicas, relacionadas às questões estudadas. Ao se focar nas perspectivas, nas experiências e nas interpretações dos indivíduos envolvidos, possibilita-se uma visão mais rica, profunda, abrangente e contextualizada dos fenômenos, conforme acentua Gil (2002).

5.2 Delimitação do tema, *locus* e amostra de pesquisa

Conforme apontado anteriormente, investigou-se, nesta pesquisa, como as bibliotecas públicas estão atuando diante do chamamento da IFLA/UNESCO (2022) a contribuírem com a implementação dos 17 ODS. Por conseguinte, a IFLA preconiza que o crescente acesso à informação e ao conhecimento por parte da sociedade, por meio das diversas tecnologias, torna possível o desenvolvimento sustentável e mais qualidade de vida para as pessoas.

Os ODS da *Agenda 2030*, documento proposto em 2015 na Cúpula das Nações Unidas, é uma continuidade de duas agendas anteriores: *Agenda 21* – apresentada em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO-92 – que objetivou, com base no lema “pensar globalmente, agir localmente”, criar soluções para os problemas socioambientais mundiais; *Declaração do Milênio* – apresentada pela Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000, a qual elenca os oito ODM com foco principal na redução da pobreza extrema no mundo, tornou-se a primeira estrutura de políticas globais com foco no desenvolvimento sustentável, contribuindo para direcionar as ações dos governos até 2015.

Assume-se que o planejamento para a execução dos ODS é de responsabilidade primeira dos governos e, extensivamente às instituições, sejam elas públicas ou privadas, assim como aos cidadãos, partícipes e diretamente impactados pelos processos do desenvolvimento sustentável. Objetivamente, tendo como norte a disponibilidade e o acesso à informação, a concretude dos ODS, neste estudo, também é própria das bibliotecas públicas – instrumentos sociais do Estado para a concretização do seu compromisso para com os cidadãos – quando o que está em discussão é o acesso à informação como condição para o desenvolvimento do sujeito e, conseqüentemente, sua participação ativa no progresso da sociedade.

A escolha das bibliotecas públicas é em razão destas instituições deterem um papel relevante no que se refere à coordenação de projetos e programas para a promoção da ampliação dos serviços de informação à população, com vistas à democratização do acesso à cultura, informação e leitura. Parte-se do pressuposto de que as bibliotecas públicas possibilitam a materialidade dos ODS em seus domínios, aspecto que concretiza seu papel social frente à heterogeneidade de sujeitos e suas variadas demandas de informação, ao mesmo tempo singulares e coletivas.

Compreende-se ainda que a amplitude das ações propostas na Agenda 2030 são pertinentes às várias organizações, sobretudo às bibliotecas públicas. Esse aspecto não exime as demais tipologias de bibliotecas – escolares, universitárias e comunitárias – e outras instituições sociais das responsabilidades em implementar programas e projetos nas perspectivas de desenvolvimento, tanto para as pessoas quanto para o meio ambiente. Socialmente, as instituições – públicas e privadas – e os sujeitos coexistem no mesmo ambiente e participam das mesmas dinâmicas da sociedade, ainda que com objetivos pessoais/coletivos, organizacionais, econômicos, políticos, culturais e outros aspectos distintos.

O universo da pesquisa abrangeu as bibliotecas públicas vinculadas ao SEBPMG, órgão institucionalizado em 1984. De acordo com o cadastramento realizado em 2018 e divulgado em 2019, o Sistema compreendia aproximadamente 756 bibliotecas públicas²⁹. Dados atualizados, conforme o cadastro divulgado em 2024³⁰ pelo SNBP, indicam que Minas Gerais conta atualmente com aproximadamente 785 bibliotecas públicas. Contudo, é importante destacar que, no levantamento realizado pelo SEBPMG, nem todas as bibliotecas

²⁹ Disponível em: <https://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/o-que-e/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

³⁰ Dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/sistemas-estaduais-1/sistema-estadual-de-bibliotecas-de-minas-gerais>. Acesso em: 26 set. 2024.

participaram do processo de recadastramento. Esse fato impede a verificação precisa do número exato de bibliotecas públicas no estado, bem como a avaliação das condições reais de funcionamento desses equipamentos públicos.

O Estado de Minas Gerais possui 853 municípios³¹, com uma população em torno de 20.539.989 habitantes e densidade demográfica de 35,02 habitantes por quilômetro quadrado (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). Em razão dessa amplitude que, comparado aos dados do SEBPMG, evidencia a existência de quase uma biblioteca pública por município, como apontado na sentença anterior. A amostra foi delimitada em duas etapas. Na fase de aplicação dos questionários eletrônicos, foram incluídas todas as bibliotecas cujos dados foram fornecidos por seus respectivos gestores. Já na etapa das entrevistas, a amostra foi composta pelos gestores da Rede de Bibliotecas Integra Geraes³² que manifestaram, por meio do questionário, interesse em colaborar com a pesquisa.

Sob a coordenação do SEBPMG, a Rede de Bibliotecas Integra Geraes é composta por 22 bibliotecas públicas e duas bibliotecas comunitárias, selecionadas das mesorregiões de Minas Gerais. As localidades são: *biblioteca modelo*: Belo Horizonte; *bibliotecas de referência*: Águas Formosas, Araxá, Divinópolis, Frutal, Governador Valadares, Guarda-Mor, Ipatinga, Juiz de Fora, Mariana, Montes Claros, Nova Serrana, Patos de Minas, Paraopeba, Paracatu, Pirapora, Poços de Caldas, Santa Luzia, São João del Rei, São Geraldo, São Sebastião do Paraíso, Uberaba, Uberlândia e Varginha.

Programa intersetorial executado por meio das Secretarias de Estado de Cultura e Turismo (SECULT) e de Educação (SEE), a Rede de Bibliotecas Integra Geraes foi pensada para otimizar a execução da Política Estadual do Livro, regida pela Lei nº 18.312/2009 e alterada pela Lei nº 20.623/2013. Essa lei tem como objetivo principal

[...] promover e incentivar a leitura e o acesso ao livro e a apoiar a produção, a distribuição e a comercialização de livros no Estado, com vistas à difusão da cultura, à transmissão do conhecimento, ao estímulo à pesquisa social e científica e à conservação do patrimônio cultural. (Minas Gerais, 2009).

Conforme o SEBPMG ([2023], *on-line*), “a seleção das bibliotecas de referência é a localização geográfica e o desenvolvimento de trabalhos de destaque nos dois últimos anos”. Na Rede de Bibliotecas Integra Geraes, a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, localizada na capital mineira empreende ações de descentralização, como biblioteca modelo.

³¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>. Acesso em: 26 dez. 2023.

³² Disponível em: <https://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/integra-geraes/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Já as bibliotecas polo atuam como centros de referência e de disseminação das ações para as demais bibliotecas das mesorregiões do Estado, de forma contribuir para o fortalecimento e valorização das identidades e potencialidades em cada localidade.

Convém salientar que as bibliotecas comunitárias de Pirapora e Santa Luzia, também integrantes da Rede de Bibliotecas Integra Geraes, não compõem este estudo, dado que apenas as bibliotecas públicas foram o foco de análise.

5.3 Estratégias de coleta de dados

Este estudo compreendeu as etapas bibliográfica, documental e verbal. A pesquisa bibliográfica ancorada em livros e artigos científicos abarcou os conceitos “desenvolvimento sustentável”, “planejamento de serviços de informação”, “bibliotecas públicas”, “acesso, uso e compartilhamento da informação” e “Agenda 2030”, enfoques de análise no âmbito da discussão acerca da construção de uma sociedade mais sustentável.

Ainda no plano bibliográfico, com base na *revisão narrativa*, foram prospectadas produções científicas disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); em artigos científicos divulgados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no Portal de Periódicos Capes, na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), na *Web of Science* e *SciVerse Scopus*.

Na pesquisa documental, procurou-se fazer um levantamento de documentos e demais registros de ações, atividades e projetos nos sítios institucionais das bibliotecas públicas de Minas Gerais – aquelas respondentes do questionário eletrônico e as da Rede de Bibliotecas Integra Geraes, com a intenção de coletar dados a respeito das políticas, atividades e ações de informação adotadas, em especial, aquelas evidências em consonância com os ODS da Agenda 2030.

No plano verbal, a estratégia de coleta de dados compreendeu a aplicação de um questionário eletrônico e a realização de entrevistas. O questionário eletrônico semiestruturado foi enviado aos gestores das bibliotecas públicas de Minas Gerais, a partir da lista de contatos de *e-mail* disponibilizada em 2023 no sítio eletrônico do SEBPMG. Intencionou-se com esse instrumento conhecer as políticas e serviços de informação disponibilizados às comunidades, assim como saber sobre a implementação ou não dos ODS.

Essa etapa cumpre um papel importante, pois a partir dela foi possível a escolha dos sujeitos para a realização das entrevistas.

Deste modo, na realização das entrevistas com a coordenação do SEBPMG e de alguns gestores da Rede de Bibliotecas Integra Geraes, procurou-se aprofundar as questões abordadas no questionário – APÊNDICE A, referentes aos ODS e suas implicações no planejamento dos serviços de informação, no que tange às políticas de informação, planos de ação, serviços de informação, gestão de pessoas, recursos etc. Assim como intentou-se compreender os aspectos que dão características e sentido ao papel das bibliotecas em relação ao acesso à informação no horizonte do desenvolvimento sustentável.

Os apontamentos apresentados nos questionários e nas entrevistas – APÊNDICES B e C – deram sustentação às reflexões e discussões na fase de apresentação e análise dos dados.

Acerca da abrangência temporal das referências para as discussões e construção da Agenda 2030, considerar-se-á as Conferências da ONU realizadas entre 1992 e 2023:

- i- “Agenda 21” (a partir de 1992) – debates acerca os impactos ambientais advindos do desenvolvimento;
- ii- “Declaração do Milênio” (a partir de 2000) – discussões acerca do desenvolvimento social como premissa para o desenvolvimento;
- iii- “Agenda 2030” (a partir de 2015) – discussões acerca das bases para o desenvolvimento sustentável;

Em relação à biblioteca pública, além da literatura trazida para a contextualização desse conceito, os marcos teóricos legais para subsidiar a discussão dessa temática foram a institucionalização do SEBPMG, em 1984 – contextualizado com a edição do Decreto Estadual nº 47.768, de 29/11/2019 e sua revogação em virtude da promulgação do Decreto nº 48.649, de 10/07/2023 – e do SNBP por intermédio do Decreto Presidencial nº. 520, de 13 de maio de 1992.

5.4 Apresentação e análise dos dados

A análise e apresentação dos dados, tanto das evidências documentais quanto do questionário e das entrevistas, terão um caráter qualitativo, sem desconsiderar as características quantitativas que permeiam os dados da pesquisa. No caso desta tese, a dimensão quantitativa é relativa ao número de sujeitos e de bibliotecas envolvidos na pesquisa. Já a dimensão qualitativa compreenderá aspectos multifacetados – pluralidade de

sentidos e significados dos autores dos dados – observados nos questionários e nas entrevistas com os aspectos subjetivos concernentes às bibliotecas públicas.

Teoricamente, essa incursão será com base na análise de conteúdo, metodologia que privilegia um conjunto de técnicas de pesquisa com o objetivo de elencar os sentidos/significados de um documento ou de uma ação atribuídos pelos sujeitos em suas falas. Nas palavras de Bardin (2011), a análise de conteúdo tem como objeto a fala, ou seja, o aspecto individual e atual no ato da linguagem. Dessa maneira, por meio da análise de conteúdo, torna-se possível identificar os sujeitos da fala, permitindo compreender como eles e/ou o ambiente ao qual pertencem se apresentam ao observador em um determinado momento. Laville, Dionne e Siman (1999) discursam que a análise de conteúdo se liga às frequências, ou seja, a enumeração das unidades presentes sob cada rubrica ou as medidas do lugar ocupado pelos diversos temas descritos em um conteúdo.

Sob o aspecto da abordagem qualitativa, a análise de conteúdo permite entender as nuances de sentido que existem entre as unidades, as conexões lógicas entre essas unidades ou entre as categorias que as reúnem. “[...] a significação de um conteúdo reside largamente nas especificidades de cada um de seus elementos e na das relações entre eles, especificidade que escapa amiúde ao domínio do mensurável”. (Laville; Dionne; Siman, 1999, p. 227).

Complementando o exposto, Campos (2004, p. 612) destaca que “[...] a técnica de análise de conteúdo refere-se ao estudo tanto dos conteúdos nas figuras de linguagem, reticências, entrelinhas, quanto dos manifestos”. Ou seja, essa metodologia elenca um conjunto de técnicas de análise de comunicações, destacando-se a importância da semântica – sentido de um texto – no desenvolvimento do método.

Ainda, Campos (2004) discorre que a análise de conteúdo é balizada por duas fronteiras: a linguística tradicional e o território da interpretação do sentido das palavras – hermenêutica. Na linguística tradicional, a análise abarca os métodos lógicos estéticos, buscando-se os aspectos formais típicos do autor ou texto. Nesta seara, os efeitos do sentido, da retórica – estilo formal, da língua e da palavra evoluem para a análise de discurso. Na fronteira da hermenêutica, os métodos são semânticos: métodos psicológico-semânticos, que pesquisam as conotações que formam o campo semântico de uma imagem ou enunciado; métodos semânticos estruturais aplicáveis a universos psicosemânticos ou sóciosemânticos amplos.

No âmbito da análise de conteúdo, algumas fases são necessárias, conforme estabelece Bardin (2011):

- i- *Pré-análise*: escolha dos documentos – exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, formulação de hipóteses e objetivos, elaboração de indicadores para interpretação final;
- ii- *Exploração do material*: operações de codificação, decomposição/enumeração;
- iii- *Tratamento dos resultados*: estabelecimentos de quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos para síntese, inferência e interpretação das informações.

Com base no Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022, que salienta e endossa a confiança na biblioteca pública como força viva para a educação, cultura, inclusão e informação, como um agente essencial para o desenvolvimento sustentável, da paz e bem-estar espiritual de todos os indivíduos, a análise dos dados incluiu as categorias:

- i- *Missão da Biblioteca Pública*: informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e cultural como aspectos basilares para a construção de sociedades igualitárias, humanas e sustentáveis;
- ii- *Redes, Legislação e Financiamento*: acesso ao edifício e aos serviços; amparo legal específico e atualizado; estratégias de coordenação e cooperação para a definição e promoção uma rede com base em um padrão de serviços; estratégias de acesso à cultura, à informação, à aprendizagem e à educação;
- iii- *Funcionamento e Gestão*: observância aos padrões profissionais de eficácia e funcionamento; formulação de políticas com objetivos claros, definição de prioridades e serviços em relação às demandas locais de informação; participação da comunidade no processo de tomada de decisões, em razão do conhecimento local;
- iv- *Parcerias e Implementação de Serviços*: estratégias de cooperação e parcerias relevantes para a abrangência e diversificação e novos públicos;
- v- *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)*: compreensão do processo de implementação da Agenda 2030; demonstração das contribuições que as bibliotecas públicas e o acesso à informação proporcionam para o desenvolvimento nacional e em todos os ODS; monitoramento da Agenda 2030 da ONU e a implementação dos ODS; mecanismos de informação aos utilizadores da biblioteca pública sobre os ODS.

É relevante destacar que, considerando a recente criação do ODS 18 e o estágio atual de desenvolvimento desta tese, essa temática não foi contemplada, objetivamente, nos processos de coleta, apresentação e análise de dados. Apesar da relevância social desse tema para as bibliotecas públicas, sobretudo na formação de acervo para subsidiar, em termos de informação, o diálogo com o seu público, essa escolha deveu-se à ausência de informações

consolidadas sobre sua implementação no contexto brasileiro, bem como aos impactos ainda não documentados em diversas instituições, incluindo as bibliotecas públicas.

5.5 Percalços na coleta dos dados da pesquisa

Antes de se delinear a amostra desta pesquisa, composta por 27 bibliotecas públicas que responderam aos questionários e por oito bibliotecários entrevistados, convém registrar as e os desafios enfrentados durante a coleta de dados, tanto na etapa de pesquisa documental quanto na aplicação do questionário eletrônico semiestruturado.

Em relação à etapa documental, registra-se a ausência de dados acerca das políticas e ações de informação das bibliotecas públicas no ambiente virtual. Esses equipamentos, em sua maioria, por não possuírem sítios eletrônicos, não têm uma presença mais objetiva na Internet. Tal ausência impossibilita a verificação do registro do desenvolvimento de ações e serviços de informação ofertados aos sujeitos, da proposição e desenvolvimento de projetos sociais para o estreitamento de laços com a comunidade, da implementação de políticas de informação para regulamentação das ações e atividades, bem como outros elementos acerca da atuação das bibliotecas ante suas comunidades.

Acerca da coleta de dados com a aplicação do questionário eletrônico, as limitações foram em razão da não resposta dos agentes responsáveis pelas bibliotecas públicas. A ideia inicial foi pesquisar todas as bibliotecas públicas de Minas Gerais. Nessa incursão, utilizou-se os contatos de e-mail da lista divulgada pelo SEBPMG. Ao todo, 691 questionários foram enviados em outubro de 2023 – dentre as 785 bibliotecas públicas relacionadas no sítio eletrônico do SNBP, considerando que nem todas possuíam endereço eletrônico registrado. Todavia, 113 questionários não chegaram aos destinatários, conforme reportava a mensagem automática de retorno do correio eletrônico, que continha os seguintes dizeres: “sua mensagem não foi entregue porque o endereço não foi encontrado ou não pode receber mensagens”.

Desde essa data até fevereiro de 2024, o instrumento permaneceu aberto para novas respostas. Nesse período foram contabilizadas apenas 10 respostas. Diante do baixo número de respostas, nova tentativa foi empreendida em fevereiro de 2024, porém sem sucesso. Desse modo, reorientou-se a amostra o das bibliotecas públicas, agora delimitada à capital Belo

Horizonte e Região Metropolitana – RMBH – espacialidade que abrange 34 municípios, conforme especificado na Lei Complementar nº 89/2006 (Minas Gerais, 2006)³³.

A razão para a delimitação à RMBH deveu-se à facilidade de acesso às bibliotecas públicas em virtude da proximidade, da heterogeneidade das realidades nesses municípios e, conseqüentemente, nas suas bibliotecas públicas. Esses equipamentos muito desiguais no que tange à infraestrutura e aos recursos públicos disponibilizados para a sua manutenção.

Tal qual as tentativas anteriores, não se logrou efetividade nesse novo delineamento da amostra, pois nesse período foram recebidas apenas três respostas aos questionários eletrônicos remetidos às bibliotecas públicas. Desses retornos, apenas um município era da RMBH.

Como mais um esforço para tentar alcançar um número mais expressivo de dados, outro restringimento da amostra tomou como base o cruzamento de dados dos municípios de Minas Gerais mais representativos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) – 21 municípios somaram 50,7% do PIB de Minas Gerais (Fundação João Pinheiro, 2023)³⁴ – e aquelas localidades com o maior número de eleitores – 19 municípios com mais de 100 mil³⁵, de acordo com os dados divulgados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TER-MG) nas eleições de 2022. Desse entrelace de informações, chegou-se ao total de 27 municípios. Aventou-se que o eleitorado seria um capital político importante capaz de influenciar as decisões políticas e, assim, atrair mais investimentos para áreas cruciais ao desenvolvimento social, em razão do PIB elevado nesses municípios.

A partir desse ideal, novas mensagens foram enviadas aos gestores das bibliotecas públicas, por e-mail, no início de março de 2024. Essa abordagem contou com o apoio da coordenação do SBPMG. Mais cinco respostas aos questionários foram recebidas, contudo, sem nenhum município dessa nova configuração.

A última tentativa de reunir mais dados acerca das bibliotecas públicas foi abordar a Rede de Bibliotecas Integra Geraes, organização composta por 22 bibliotecas de várias

³³ Integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte os municípios de Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibitité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

³⁴ Belo Horizonte, Uberlândia, Contagem, Betim, Nova Lima, Uberaba, Juiz de Fora, Ipatinga, Itabira, Extrema, Itabirito, Sete Lagoas, Montes Claros, Pouso Alegre, Ouro Preto, Conceição do Mato Dentro, Araxá, Ouro Branco, Poços de Caldas, Divinópolis e Varginha.

³⁵ Belo Horizonte, Uberlândia, Contagem, Juiz de Fora, Betim, Montes Claros, Uberaba, Ribeirão das Neves, Governador Valadares, Ipatinga, Sete Lagoas, Divinópolis, Santa Luzia, Ibitité, Poços de Caldas, Patos de Minas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni e Varginha.

regiões de Minas Gerais³⁶. Mediante o apoio da coordenação do SBPMG, acordou-se 15 dias de prazo para aguardar por respostas das bibliotecas, sendo que a cada sete dias os gestores seriam contatados, via grupo de *WhatsApp*, pela coordenação do SBPMG. Após o contato inicial no dia 26 de março, por e-mail, três respostas da Rede foram recebidas. Findada a primeira semana, foi procedido o contato pela coordenadora da Rede pelo *WhatsApp*. Passada a segunda semana, apenas mais uma resposta foi contabilizada. Assim, a coordenação do SBPMG fez um novo contato com os gestores das bibliotecas da Rede, bem como publicou no Boletim do SEBPMG o *link* do questionário eletrônico.

Até o final de abril de 2024 foram contabilizados 25 formulários respondidos – cinco referentes à Rede de Bibliotecas Integra Geraes, todos incorporados à análise dos dados.

Por fim, com o propósito de se ter um número mais expressivo de retornos dos questionários eletrônicos, foram solicitadas informações às bibliotecas integrantes da Rede de Bibliotecas Integra Geraes, via *e-SIC*³⁷, nos portais da transparência dos municípios, cujos gestores das bibliotecas públicas não atenderam espontaneamente ao contato por e-mail. Isso, com a compreensão de que as informações solicitadas não possuíam caráter sigiloso e que também não demandaria tempo, como em casos de coleta de documentos e/ou reunião/tratamento de dados.

Tendo em consideração que a LAI estabelece que o prazo legal para retorno das solicitações de informações é de 20 dias, prorrogável por mais 10 dias, arbitrou-se que o tempo hábil de espera para os interesses desta pesquisa findar-se-iam em maio de 2024. Assim sendo, mesmo com a obrigatoriedade de resposta pelos órgãos requeridos, de acordo com a mencionada lei, não se obteve as informações almejadas, conforme explicitado no QUADRO 8.

Quadro 8 - Solicitação de informação via *e-SIC*

(continua)

MUNICÍPIO	PROTOCOLO (E-SIC)	SITUAÇÃO	OUVIDORIA (RECLAMAÇÃO)
Águas Formosas(a)	ESIC-29042024026 / ESIC-25042024025	Não atendido	OUVI-02062024093

³⁶ Águas Formosas, Belo Horizonte, Divinópolis, Frutal, Governador Valadares, Guarda-Mor, Ipatinga, Juiz de Fora, Mariana, Montes Claros, Patos de Minas, Paraopeba, Paracatu, Pirapora, Poços de Caldas, Santa Luzia, São João del Rei, São Geraldo, São Sebastião do Paraíso, Uberaba, Uberlândia e Varginha.

³⁷ O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a ferramenta criada para atender ao que preconiza a Lei 12.527/2011 – LAI, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. O intuito maior é a transparência das contas públicas e o combate à corrupção. É importante ressaltar que o SIC fornece informações, sem emissão de opiniões e pareceres do órgão. O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) é o canal para o registro de pedidos de acesso à informação, pela internet, aos órgãos e entidades públicas.

(conclusão)

MUNICÍPIO	PROTOCOLO (E-SIC)	SITUAÇÃO	OUVIDORIA (RECLAMAÇÃO)
Araxá	294202444546298 / 20240602140987F07289	Não atendido	Comunicação via e-mail
Belo Horizonte	01270000011202458	Atendido	Não
Frutal	00036/2024	Não atendido	Processo 00047/2024
Governador Valadares	WEB5EE120424	Não atendido	Comunicação via e-mail
Ipatinga	WEBDCC120424	Não atendido	WEB1EE0306240001
Juiz de Fora	32692	Não atendido	1962321
Montes Claros	P202400020	Não atendido	Comunicação via e-mail
Paraopeba	WEB2C2130424	Não atendido	WEBBC80306240001
Patos de Minas	2024041312347DD1CAB2	Não atendido	Comunicação via e-mail
Pirapora(b)	-	-	03202202400004300(c)
Poços de Caldas	32698	Não atendido	1963968
São Geraldo	Comunicação via e-mail(d)	Não atendido	Comunicação via e-mail
São João del Rei	9084	Não atendido	Comunicação via e-mail
Uberaba	360/2024/81 361/2024/81 362/2024/81 363/2024/81(e)	Não atendido	Comunicação via e-mail
Varginha	202400959000000991600013128	Não atendido	OUV_27514_225338

(a) Não possui um campo para pesquisa/consulta pelo número do pedido de solicitação de informação.
(b) O município não disponibiliza no portal eletrônico um canal para solicitação de informações pelo cidadão³⁸.
(c) O canal da Ouvidoria não é direto com a gestão municipal, mas sim redirecionado para o Fala.Br, canal do governo federal.
(d) Erro no sistema de solicitação da informação do município³⁹.
(e) Vários números de protocolos devido ao fracionamento do questionário, tendo em conta que o SIC (Serviço de Informação ao Cidadão) não possibilita anexar arquivos.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Terminado o período de espera pelo retorno das solicitações de informações e, diante do cenário expressado no QUADRO 7, o número total de bibliotecas públicas que compôs a amostra desta pesquisa foi de 27 equipamentos, aí incluídas todas as bibliotecas respondentes do questionário eletrônico, entre elas a parcela da Rede Integra Gerais.

³⁸ Conforme informação divulgada no portal da transparência, “a prefeitura de Pirapora, em cumprimento a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, editada na esfera federal, conhecida como a Lei de Acesso à Informação, que vigora desde o dia 16 de maio de 2012, vem tomando as providências necessárias para se adequar as exigências da referida lei. O Portal da Transparência na internet já disponibiliza um grande volume de informações sobre o Orçamento, Receitas, Despesas, Processos Licitatórios, Recursos Humanos e Legislação Federal”. Disponível em: <https://www.pirapora.mg.gov.br/transparencia-pirapora/page/2/>. Acesso em: 3 jun. 2024

³⁹ Mensagem de erro: Not Found. The requested URL was not found on this server. Additionally, a 404 Not Found error was encountered while trying to use an ErrorDocument to handle the request.

Informa-se, também, que na apresentação e análise dos dados, como forma de garantir o anonimato das bibliotecas públicas e bibliotecários participantes da amostra da pesquisa, as instituições e sujeitos foram identificados numericamente, conforme a ordem de retorno dos questionários eletrônicos e aceite das entrevistas.

A coordenação do SEBPMG foi identificada como COORDENADORA, as 27 bibliotecas foram nomeadas BIBLIOTECA 1, 2, 3 e os oito bibliotecários participantes das entrevistas como GESTOR(A) 1, 2, 3 sucessivamente.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Em conformidade aos objetivos propostos nesta pesquisa e, partindo-se das informações colhidas nos formulários eletrônicos e das entrevistas realizadas, esta seção é dedicada à apresentação dos dados relativos às categorias de análise: Missão da Biblioteca Pública; Redes, Legislação e Financiamento; Funcionamento e Gestão e Parcerias na Implementação de Serviços; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

6.1 Missão da Biblioteca Pública

Discorre-se acerca das dimensões informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e cultural, aspectos basilares na missão da biblioteca pública enquanto agente de mudanças para a construção de sociedades igualitárias, humanas e sustentáveis, conforme ponderam a IFLA e a UNESCO no *Manifesto* (2022).

6.1.1 Presença das bibliotecas no ambiente virtual

Em termos práticos, foi averiguada a existência de informações como sítio eletrônico, políticas de informação, produtos e serviços de informação, redes sociais, catálogo *on-line* e outras informações pertinentes.

O objetivo principal da biblioteca pública é oferecer recursos e serviços informacionais em diversos formatos para atender tanto as necessidades individuais quanto coletivas de informação. Para cumprir essa missão, é crucial que a biblioteca seja acessível a todos, proporcionando acesso ao conhecimento não apenas em formato impresso, mas também por meio de suportes multimídia e internet.

O rápido desenvolvimento das TIC tem disponibilizado uma vasta quantidade de informações para aqueles que possuem acesso a meios de comunicação eletrônicos. No contexto dos avanços contínuos e crescentes das TIC, as bibliotecas públicas precisam identificar e aproveitar as oportunidades oferecidas por essas inovações. Entende-se que as bibliotecas necessitam integrar essas tecnologias para expandir o acesso às suas coleções e outras fontes de informação disponíveis na internet, garantindo que possam ser acessadas tanto a partir da própria biblioteca quanto remotamente.

Nesse cenário, as bibliotecas públicas têm uma função essencial, contribuir para reduzir as desigualdades de acesso ao conhecimento mediante a oferta de acesso público

amplo e generalizado à internet, sempre que tecnologicamente viável, além de continuar a disponibilizar informações nos formatos tradicionais.

Ademais, as bibliotecas públicas devem estar atentas e prontas para aproveitar as oportunidades geradas pelos contínuos e rápidos avanços nas TIC. Dessa forma, reafirmam seu papel como pontos de acesso fundamentais a serviços de informação *on-line*, garantindo que o conhecimento seja democratizado e acessível para todos os membros da comunidade. (Koontz; Gubbin, 2013).

Considerando o exposto, a IFLA e UNESCO (2022, não paginado) ressaltam o seguinte às bibliotecas públicas:

Ela é um componente essencial das sociedades do conhecimento, adaptando-se continuamente a novos meios de comunicação para cumprir sua função de fornecer acesso universal a informações e permitir que todas as pessoas possam fazer uso significativo da informação. [Isso posto], as coleções e serviços devem incluir todos os tipos de mídia apropriada e tecnologias modernas, além dos materiais tradicionais.

Em conformidade com o que expressam a IFLA e UNESCO (2022), Koontz e Gubbin (2013) destacam que uso das TIC oferece mais e melhores oportunidades para levar serviços de informação da biblioteca diretamente ao lar e ao local de trabalho dos usuários. Nesse sentido, destacam que as bibliotecas públicas devem utilizar as TIC para facilitar o acesso às suas coleções, bem como a outras fontes de informação disponíveis na internet, seja a partir do espaço físico da biblioteca ou remotamente. Complementarmente, a biblioteca pública

Deve acolher as tecnologias emergentes à medida que estas penetram na sociedade, de modo a poder assegurar e desenvolver serviços que vão ao encontro das necessidades da comunidade local. Isto significa que deve disponibilizar materiais e serviços em todos os formatos e regularmente atualizados, para satisfazer as necessidades em constante mudança de grupos e indivíduos, incluindo materiais recém-publicados, reposições e novas tecnologias da informação disponíveis. (Koontz; Gubbin, 2013).

Considerando o que foi apresentado, entre os equipamentos públicos analisados, apenas três bibliotecas possuem sítios eletrônicos próprios para a disponibilização de produtos e serviços de informação. Duas bibliotecas públicas adotam o *blog* como forma de comunicação com sua comunidade e outras cinco bibliotecas possuem uma aba no portal institucional da secretaria do município pertinente.

No QUADRO 9 são detalhados os dados coletados sobre sítios eletrônicos e informações acerca dos produtos e serviços disponibilizados pelas bibliotecas públicas.

Quadro 9 – Presença das bibliotecas públicas no ambiente virtual/digital

(continua)

REDE DE BIBLIOTECAS INTEGRA GERAES		
MUNICÍPIO	SÍTIO ELETRÔNICO DA BIBLIOTECA	TIPO DE INFORMAÇÃO
Águas Formosas	Não possui sítio eletrônico	Sem informações
Araxá	Não possui sítio eletrônico*	Bibliotecas Virtuais; Repositórios; Arte e Cultura; Redes Sociais; Pesquisa; Bibliotecas; Informativos.
Belo Horizonte	https://www.bibliotecapublica.mg.gov.br	Institucional; Contato; Coleções do Acervo; Atendimento e Empréstimo; Acessibilidade e Inclusão; Atividades de Extensão; Biblioteca Infantojuvenil; Hemeroteca; Sistema de Bibliotecas; Salas de Estudo; Programação Cultural; Suplemento Literário; Galeria de Arte; Outras informações.
Divinópolis	Não possui sítio eletrônico	Sem informações
Frutal	Não possui sítio eletrônico próprio https://www.cultura.frutal.mg.gov.br/biblioteca-pública (Informações na aba no sítio eletrônico da Secretaria de Cultura, Lazer, Esporte, Turismo e Inclusão - SECULT)	Eventos e Notícias; Dicas de leitura; Núcleo de Leitura; Regimento Interno.

(continuação)

MUNICÍPIO	SÍTIO ELETRÔNICO DA BIBLIOTECA	TIPO DE INFORMAÇÃO
Governador Valadares	Não possui sítio eletrônico	Sem informações
Guarda-Mor	Não possui sítio eletrônico	Sem informações
Ipatinga	Não possui sítio eletrônico**	Sem informações
Juiz de Fora	Não possui sítio eletrônico próprio https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/bmmm/index.php (Informações na aba no sítio eletrônico da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage – FUNALFA)	Apresentação; Acervo; Estrutura da Sede; História; Informações; Projetos.
Mariana	Não possui sítio eletrônico	Sem informações
Montes Claros	Não possui sítio eletrônico	Sem informações
Paracatu	Não possui sítio eletrônico próprio https://www.paracatu.mg.gov.br/portal/carta-servicos/176/ (Informações na aba do sítio eletrônico do município)	Descrição; Funcionamento; Cadastro; Formas de acesso; Visitas; Empréstimo; Contato.
Paraopeba	Não possui sítio eletrônico	Sem informações
Patos de Minas	Não possui sítio eletrônico	Sem informações
Poços de Caldas	Não possui sítio eletrônico	Sem informações
São Geraldo	Não possui sítio eletrônico	Sem informações
São João del Rei	https://biblioteca.saojoaodelrei.mg.gov.br/	História da Biblioteca; Regulamento; Acervo; Catálogo de Pesquisa - PHL; Eventos e Projetos; Você Escritor; Novas Aquisições; Funcionamento; Links Úteis.

(continuação)

MUNICÍPIO	SÍTIO ELETRÔNICO DA BIBLIOTECA	TIPO DE INFORMAÇÃO
São Sebastião do Paraíso	Não possui sítio eletrônico	Sem informações
Uberaba	Não possui sítio eletrônico	Sem informações
Uberlândia	Não possui sítio eletrônico próprio*** https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/bibliotecas/ (Informações na aba do sítio eletrônico da Secretaria de Cultura)	História; Catálogo de Pesquisa – Pergamum; Biblioteca Sucursal; Minibibliotecas; Ônibus Biblioteca.
Varginha	Não possui sítio eletrônico próprio**** https://fundacaoculturaldevarginha.com.br/biblioteca/ (Informações na aba do sítio eletrônico da Fundação Cultura de Varginha)	Contato; Catálogo de Pesquisa – Sophia; História e Missão; Serviços; Espaços da Biblioteca; Política de Desenvolvimento de Acervo; Equipe.
*Link para o sistema de gestão de acervo Koha - http://201.62.56.33:8888/ **Link para o sistema de gestão de acervo PHL - https://ipatingabiblio.phl.bib.br/ ***Link para o sistema de gestão de acervo Pergamum - https://pergamumphp.uberlandia.mg.gov.br/ ****Link para o sistema de gestão de acervo Sophia - http://177.91.35.17:48180/sophia_web/ Obs.: Dados disponíveis na web.		

(continuação)

BIBLIOTECAS RESPONDENTES DO QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO		
BIBLIOTECA	SÍTIO ELETRÔNICO DA BIBLIOTECA	TIPO DE INFORMAÇÃO
Biblioteca Pública Municipal Ler é Preciso	https://biblioteca-publica-municipal-l.webnode.page/	Sobre nós; Contato; Regulamento de Empréstimo; Livro de Visitas; Produtos; Nossa equipe; FAQ – Perguntas Frequentes; Calendário de eventos;
Biblioteca Pública Municipal Professor Tyndaro Correa da Costa	Não possui sítio eletrônico	Sem informações*
Biblioteca Pública Municipal Jornalista Virgílio Carlos	Não possui sítio eletrônico**	Catálogo de Pesquisa – Sophia
Biblioteca Pública Municipal Leonor de Aguiar Batista	Não possui sítio eletrônico	Sem informações*
Biblioteca Pública Municipal Djalma Andrade	Não possui sítio eletrônico	Sem informações*
Biblioteca Municipal Antenor Ayres Vianna	Não possui sítio eletrônico	Sem informações*
Biblioteca Pública Municipal Aurélio Camilo	Biblioaureliocamilo.blogspot.com	Sobre a Biblioteca; Missão; Cadastro; Horário de Funcionamento; Autores Locais; Jornais da Biblioteca; Redes Sociais; Eventos.
Biblioteca Pública Municipal Francisco Badaró Júnior	Não possui sítio eletrônico	Sem informações*
Biblioteca Pública Municipal Afonso Lopes de Almeida	Não possui sítio eletrônico	Sem informações*
Biblioteca Pública Municipal Prof. Luiz Balbino	Não possui sítio eletrônico	Sem informações*
Biblioteca Pública Municipal Dr. Edson Diniz	Não possui sítio eletrônico	Sem informações*
Biblioteca Municipal D. Maria José Jacques Penido	Não possui sítio eletrônico	Sem informações*

(conclusão)

BIBLIOTECA	SÍTIO ELETRÔNICO DA BIBLIOTECA	TIPO DE INFORMAÇÃO
Biblioteca Pública Municipal Lafayette Rodrigues Pereira	http://bibliotecalafaiete.blogspot.com/	Início Ruas, Praças e Avenidas da Cidade Autores Lafaietenses e da Região Histórico Historinhas da Cidade Curiosidades A História Através de Fotos Exposições na Biblioteca Culinária Normas para Empréstimos de Livros Acervo Lafayette Rodrigues Pereira e Personalidades Políticas Datas Municipais Libras em CD/DVD Audiolivros Slogan e Mascote Jogos Culturais Literatura Local e Regional
Biblioteca Pública Jornalista Assis Chateaubriand	Não possui sítio eletrônico	Sem informações*
Biblioteca Pública Professor Júlio Bonazzi	Não possui acesso à internet	Sem informações*
Biblioteca Pública Municipal Theodomiro Magno	Não possui sítio eletrônico	Sem informações*
Biblioteca Pública Municipal Joaquim Ribeiro Costa	Não possui sítio eletrônico	Sem informações*
*Apenas notícias sobre a biblioteca no sítio institucional do município. **Não possui sítio eletrônico, mas informa o <i>link</i> para o sistema de gestão de acervo - https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9158. Obs.: As dez bibliotecas respondentes do questionário eletrônico que não aparecem nesta parte são da Rede Integra Geraes, então aparecem na primeira parte deste Quadro.		

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Importa destacar que a IFLA e UNESCO (2022, não paginado) ressalta a importância de se comunicar informações a respeito da missão da biblioteca pública, financiamento, legislação e redes, funcionamento, gestão e parcerias. Isso, “[...] adaptando-se continuamente a novos meios de comunicação para cumprir sua função de fornecer acesso universal a informações e permitir que todas as pessoas possam fazer uso significativo da informação”. Nesse sentido, apenas os equipamentos públicos *Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais* (Belo Horizonte), *Biblioteca Pública Municipal Baptista Caetano d'Almeida* (São João del Rei), *Biblioteca Pública Municipal Ler é Preciso* (Aimorés) possuem sítios eletrônicos próprios para divulgação de informações relativas às bibliotecas. O *blog* é adotado pela *Biblioteca Pública Municipal Aurélio Camilo* (Nova Serrana) para comunicação das suas informações. Já a *Biblioteca Pública Municipal Minerva Maluf de Souza* (Frutal), a *Biblioteca Pública Municipal Murilo Mendes* (Juiz de Fora), a *Biblioteca Pública Municipal René Lepesqueur* (Paracatu), *Biblioteca Pública Municipal Deputado Domingos de Figueiredo* (Varginha) e a *Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira* (Uberlândia) possuem informações na aba do sítio da Secretaria de Cultura pertinente, conforme dados apresentados no QUADRO 7.

Em relação às demais bibliotecas públicas que não possuem sítios eletrônicos, sublinha-se que as informações que lhes são pertinentes – história da biblioteca, número do acervo, empréstimo de livros e materiais, espaço para estudos e leitura, serviços e atividades culturais desenvolvidas com a participação das bibliotecas, horário de funcionamento, cadastro de usuários, entre outros dados – encontram-se dispersas nos sítios institucionais das prefeituras. Contudo, não há nenhuma sistematização na apresentação dessas informações.

Outro aspecto reforçado pela IFLA e UNESCO (2022, não paginado), é referente a “fornecer serviços as suas comunidades de maneira presencial e remota por meio de tecnologias digitais que permitem acesso a informações, coleções e programas sempre que possível” pela biblioteca pública. Conforme informações disponíveis na internet, o QUADRO 10 elenca os sistemas de gestão de acervo adotados e a oferta do serviço de catálogo de acesso público *on-line* (OPAC) pelas bibliotecas públicas.

Quadro 10 - Sistemas de gestão de acervo e serviços de OPAC nas bibliotecas públicas
(continua)

SISTEMA DE GESTÃO DE ACERVO	BIBLIOTECA	OPAC
Pergamum	Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais	Sim
	Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira	Sim
	Biblioteca Pública Municipal Leonor de Aguiar Batista	Sim
Biblivre	Biblioteca Pública Municipal Professor Tyndaro Correa da Costa	Sim
	Biblioteca Pública Municipal Ler é Preciso	Não possui
	Biblioteca Municipal Alencar Assis	Não possui
	Biblioteca Pública Municipal Prof. Caetano de Faria	Não possui
	Biblioteca Pública Municipal Djalma Andrade	Não possui
	Biblioteca Municipal D. Maria José Jacques Penido	Não possui
	Biblioteca Pública Jornalista Assis Chateaubriand	Não possui
	Biblioteca Pública Municipal Professor Paulo Zappi	Não possui
NewISIS/InfoISIS	Biblioteca Municipal Antenor Ayres Vianna	Não possui
	Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago	Não possui ^(a)
	Biblioteca Pública Municipal Viriato Correia	Não possui ^(b)
Arches Lib	Biblioteca Pública Municipal René Lepesqueur	Não possui
Sophia	Biblioteca Pública Municipal Jornalista Virgílio Carlos	Sim
	Biblioteca Pública Municipal Bernardo Guimarães	Sim
	Biblioteca Pública Municipal Deputado Domingos de Figueiredo	Sim
Master Biblioteca	Biblioteca Pública Municipal Aurélio Camilo	Não possui
Biblioteca Fácil	Biblioteca Pública Municipal Prof. Luiz Balbino	Não possui
GRP WEB - Sistemas de Biblioteca	Biblioteca Pública Municipal Joaquim Ribeiro Costa	Não possui
PHL	Biblioteca Pública Municipal Baptista Caetano d'Almeida	Sim

(conclusão)

SISTEMA DE GESTÃO DE ACERVO	BIBLIOTECA	OPAC
i10 Bibliotecas	Biblioteca Pública Municipal Doutor Edson Diniz	Não possui ^(b)
	Biblioteca Pública Municipal Maurício Marcondes Coelho	Sim
Não possui	Biblioteca Pública Municipal Lafayette Rodrigues Pereira	Sim ^(d)
	Biblioteca Pública Municipal Benjamim Lemos	Não possui ^(c)
	Biblioteca Pública Municipal Francisco Badaró Júnior	Não possui
	Biblioteca Pública Municipal Theodomiro Magnamo	Não possui
	Biblioteca Pública Municipal Afonso Lopes de Almeida	Não possui ^(c)
Sem informação	Biblioteca Pública Municipal Minerva Maluf de Souza	Sem informação
	Biblioteca Pública Municipal Murilo Mendes	Sem informação
	Biblioteca Pública Municipal Zumbi dos Palmares	Sem informação
	Biblioteca Municipal D. Maria José Jacques Penido	Sem informação
	Biblioteca Pública Jornalista Assis Chateaubriand	Sem informação
	Biblioteca Pública Municipal Dr. Antônio Teixeira de Carvalho	Sem informação
	Biblioteca Pública Municipal Agnaldo Edmundo Silva	Sem informação
	Biblioteca Pública Municipal João XXIII	Sem informação
	Biblioteca Pública Municipal Centenário	Sem informação
	Biblioteca Pública Municipal Professora Laura Casulari da Motta	Sem informação
^(a) Inativo em função de mudança de sede e de internet da prefeitura para uso do IP público. ^(b) Inoperante atualmente. ^(c) O acervo da biblioteca ainda não está informatizado. ^(d) Não possui sistema informatizado para gestão de acervo, mas utiliza a planilha Excel para registro das obras.		

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A despeito da gestão do acervo, a maioria das bibliotecas públicas não oferta seus produtos e serviços de informação na *Web*. O fato de muitos acervos não estarem automatizados é um aspecto dificultador da implementação do serviço de OPAC tanto à busca de informações quanto para o conhecimento e disseminação do acervo.

Das bibliotecas observadas, apenas aquelas que adotam os *softwares* de referência no mercado para a gestão do acervo, casos do Pergamum⁴⁰ – *Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais* (Belo Horizonte), a *Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira* (Uberlândia) e *Biblioteca Pública Municipal Leonor de Aguiar Batista* (Betim) – e o Sophia⁴¹ – *Biblioteca Pública Municipal Jornalista Virgílio Carlos* (Ouro Branco), *Biblioteca Pública Municipal Bernardo Guimarães* (Uberaba), *Biblioteca Pública Municipal Deputado Domingos de Figueiredo* (Varginha), *Biblioteca Pública Municipal Jornalista Virgílio Carlos* (Ouro Branco) – possibilitam o serviço de OPAC para consulta e pesquisa ao acervo. O Biblivre⁴², *software* livre e gratuito mais utilizado pelas bibliotecas públicas (QUADRO 9), não apresenta a funcionalidade do OPAC para a consulta ao acervo. No que se refere ao *Biblivre*, não foi possível averiguar a funcionalidade de consulta aos materiais de informação sob a guarda das bibliotecas públicas de Mateus Leme e Sabará, tendo em conta que o sistema reporta erro. As razões desse serviço não estar disponível à comunidade não foram exploradas no questionário eletrônico enviado às bibliotecas públicas.

Ademais, está expresso no *Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022*:

as bibliotecas são geradoras de comunidades, buscando proativamente novos públicos e utilizando uma escuta eficaz para apoiar o desenvolvimento de serviços que atendam às necessidades locais [...]. O público confia na sua biblioteca e, em troca, a biblioteca proativamente almeja manter sempre sua comunidade informada e conscientizada. (IFLA; UNESCO, 2022, não paginado).

Sobre outras formas comunicação/interação entre a biblioteca pública e sua comunidade, para além dos sítios eletrônicos, as mídias sociais adotadas são o *Facebook* e *Instagram*. Em conformidade com o SNBP (2023, p. 39), durante a pandemia COVID-19, a maioria das bibliotecas públicas do Brasil fechou o atendimento presencial. Apesar disso, muitas conseguiram manter o serviço, inovando e promovendo ações para promover a leitura a distância.

As redes sociais e outros canais audiovisuais digitais são comuns em bibliotecas como forma de dialogar com a comunidade e aproximar o conteúdo dos usuários. Tanto para se comunicar, quanto para ampliar serviços, como para disseminar o conhecimento e promover o hábito de leitura, desde o fechamento de bibliotecas devido à pandemia COVID-19, a mídia digital se tornou essencial para informar e servir as pessoas em um momento de tanta tensão e incerteza.

⁴⁰ Informações disponíveis em: <https://www.pergamum.pucpr.br/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

⁴¹ Informações disponíveis em: <https://sophia.com.br/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

⁴² Informações disponíveis em: <https://biblivre.org.br/index.php>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Consoante ao exposto no QUADRO 11, são listadas as principais mídias sociais adotadas pelas bibliotecas públicas como estratégia de aproximação e diálogo com a comunidade.

Quadro 11 - Mídias Sociais para comunicação entre as bibliotecas e a comunidade
(continua)

REDE DE BIBLIOTECAS INTEGRA GERAES	
BIBLIOTECA	MÍDIAS SOCIAIS
Biblioteca Pública Municipal Maurício Marcondes Coelho	Instagram
Biblioteca Pública Municipal Viriato Corrêa	Instagram, Facebook
Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais	Instagram, Facebook
Biblioteca Pública Municipal Ataliba Lago	Instagram
Biblioteca Pública Municipal Minerva Maluf de Souza	Facebook
Biblioteca Pública Municipal Professor Paulo Zappi	Não possui
Biblioteca Pública Municipal Professor Caetano de Faria	Não possui ^(a)
Biblioteca Pública Municipal Zumbi dos Palmares	Instagram
Biblioteca Pública Municipal Murilo Mendes	Instagram, Facebook
Biblioteca Pública Municipal Benjamim Lemos	Instagram, Facebook YouTube, WhatsApp
Biblioteca Pública Municipal Dr. Antônio Teixeira de Carvalho	Não possui
Biblioteca Pública Municipal René Lapesqueur	Não possui
Biblioteca Pública Municipal Agnaldo Edmundo Silva	Instagram, Facebook
Biblioteca Pública Municipal João XXIII	Facebook
Biblioteca Pública Municipal Centenário	Instagram
Biblioteca Pública Municipal Professora Laura Casulari da Motta	Instagram, Facebook
Biblioteca Pública Municipal Baptista Caetano d'Almeida	Instagram
Biblioteca Pública Municipal Professor Alencar de Assis	Facebook, WhatsApp, Instagram
Biblioteca Pública Municipal Bernardo Guimarães	Instagram, Facebook
Biblioteca Pública Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira	Instagram
Biblioteca Pública Municipal Deputado Domingos de Figueiredo	Facebook
^(a) Utiliza o Instagram da Secretaria de Cultura para postagens da biblioteca.	

(conclusão)

BIBLIOTECAS RESPONDENTES DO QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO	
BIBLIOTECA	MÍDIAS SOCIAIS
Biblioteca Pública Municipal Ler é Preciso	Instagram
Biblioteca Pública Municipal Professor Tyndaro Correa da Costa	WhatsApp, Instagram
Biblioteca Pública Municipal Jornalista Virgílio Carlos	Instagram
Biblioteca Pública Municipal Leonor de Aguiar Batista	Instagram, Facebook, WhatsApp
Biblioteca Pública Municipal Djalma Andrade	Instagram, Facebook, WhatsApp
Biblioteca Municipal Antenor Ayres Vianna	Facebook
Biblioteca Pública Municipal Aurélio Camilo	Instagram, Facebook, YouTube
Biblioteca Pública Municipal Francisco Badaró Júnior	Instagram, Facebook
Biblioteca Pública Municipal Afonso Lopes de Almeida	Instagram
Biblioteca Pública Municipal Prof. Luiz Balbino	Instagram, Facebook
Biblioteca Pública Municipal Dr. Edson Diniz	Não possui ^(b)
Biblioteca Municipal D. Maria José Jacques Penido	Instagram
Biblioteca Pública Municipal Lafayette Rodrigues Pereira	Instagram, Facebook, Blog
Biblioteca Pública Jornalista Assis Chateaubriand	Instagram, Facebook
Biblioteca Pública Professor Júlio Bonazzi	Não possui
Biblioteca Pública Municipal Theodomiro Magnamo	Não possui
Biblioteca Pública Municipal Joaquim Ribeiro Costa	Instagram
^(b) A Secretaria de Comunicação do município não autoriza o uso de redes sociais pela biblioteca. Obs.: As dez bibliotecas respondentes do questionário eletrônico que não aparecem nesta parte são da Rede Integra Geraes, então aparecem na primeira parte deste Quadro.	

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Na ausência do sítio eletrônico, conforme demonstrado no QUADRO 11, os blogs, WhatsApp e as redes sociais – Facebook, Instagram, Twitter e YouTube – tornam-se as estratégias adotadas pelas bibliotecas para alcançar os usuários, servindo tanto para o serviço de referência, em alguns casos, quanto para a comunicação das evidências de informação e serviços das bibliotecas públicas.

Reflete-se que a biblioteca pode facilitar a todos o acesso aos seus serviços por meio de variados formatos, suportes e pela internet. Nesse sentido, Koontz e Gubbin (2013, p. 38) reforçam aos gestores das bibliotecas públicas,

a diversidade e profundidade dos serviços dependerão da dimensão da biblioteca e da comunidade que é servida. Todas as bibliotecas devem procurar ser participantes ativas numa ou mais redes, o que dará ao utente acesso a um vasto leque de materiais e serviços, por muito pequeno que seja o ponto de acesso. A prestação de serviços não deve cingir-se ao edifício da biblioteca, mas antes ser levada diretamente ao utente, quando o acesso à biblioteca não seja possível.

Diante do exposto, fica evidente que as bibliotecas públicas desempenham um papel crucial na democratização do acesso à informação e na adaptação às novas demandas tecnológicas. A integração das TIC é fundamental para expandir o alcance das bibliotecas e melhorar o acesso às suas coleções, tanto de forma presencial quanto remota. No entanto, a realidade observada revela que, apesar dos avanços, a presença digital de muitas bibliotecas ainda é limitada, com apenas algumas adotando soluções robustas como *sites* próprios e sistemas de gestão de acervo automatizados.

A necessidade de uma presença digital mais assertiva e de uma comunicação mais sistemática com a comunidade é clara. A falta de uniformidade na disponibilização de informações e na implementação de serviços *on-line* indica um espaço significativo para melhorias. As bibliotecas públicas devem, portanto, empenhar-se em integrar as tecnologias emergentes, atualizar seus sistemas e aprimorar seus canais de comunicação para atender de forma mais eficaz às necessidades da comunidade.

Conforme reforçado pela IFLA e UNESCO, a biblioteca pública deve ser um centro proativo na adaptação às novas mídias e tecnologias, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso equitativo à informação e aos serviços oferecidos. A reflexão contínua sobre a utilização dos canais de comunicação para a adequação do conteúdo informativo é essencial para alinhar as práticas das bibliotecas com as melhores diretrizes internacionais, promovendo um acesso mais inclusivo e eficiente ao conhecimento.

6.1.2 Missões da Biblioteca Pública

Consoante às múltiplas missões atribuídas à biblioteca pública pela IFLA e UNESCO (2022), alguns aspectos observáveis são relativos: i- *acesso à informação* – inclusão, igualdade, liberdade, entre outros; ii- *apoio à alfabetização e educação* – ações de letramento em informação, fortalecimento da leitura e escrita, empoderamento e aprendizagem ao longo da vida; iii- *inclusão de todas as pessoas* – igualdade e livre acesso à biblioteca, ao acervo e à informação; iv- *participação cívica e cultural* – as coleções devem primar pela diversidade linguística e cultural da comunidade, refletir a evolução social e as tendências atuais, a preservação da memória, entre outros.

Ante algumas definições clássicas do que seja uma biblioteca ideal, Miranda (1978) reflete que tais definições acerca desses equipamentos resultam abrangentes demais, desenhadas para uma realidade mais propícia que a existente, um tanto pretensiosas quando confrontadas à realidade em que operam, mal equipadas e desprovidas de recursos. Sobrevivem pela abnegação e o destemor de uns quantos iluminados ou, na maioria dos casos, adormecem como depósitos perdidos. O mais das vezes, as bibliotecas públicas brasileiras devotam-se acanhadamente à missão supletiva das bibliotecas escolares.

Num país no qual os livros são caros e sua disponibilidade ainda é limitada, a biblioteca pública tem que se preocupar com o problema do acesso ao livro e à informação. Possibilitar aos indivíduos a oportunidade de ampliar os seus estudos, aprofundar os seus conhecimentos e, acima de tudo, de tornar mais autônomo, esclarecido e frutífero o processo compulsório de socialização. A considerar que nem todos adquiriram o direito universal de ler, cada não-leitor deve ser a preocupação fundamental da biblioteca pública. “A biblioteca pode oferecer toda espécie de serviços sem, porém, desvirtuar sua missão fundamental de promover o gosto da boa leitura. Todas as atividades que ela organize devem servir para atrair e conquistar o leitor para tal missão”. (Miranda, 1978, p. 74).

6.1.2.1 Oferta de serviços à comunidade

As reais necessidades do homem e das organizações modificam-se com a explosão permanente dos processos de mudança e com a constante inovação tecnológica. Para Silva e Rados (2005), essas mudanças, que também atingem as bibliotecas, tornam necessárias a compreensão da situação da biblioteca e uma reestruturação dos seus serviços, de forma a garantir uma base para a melhoria contínua. A fim de acompanhar essas transformações, as bibliotecas perceberam a necessidade de evoluir em seus serviços, sabendo que o seu usuário deixou de ser somente aquele que “empresta, lê e devolve o livro”, passando a figurar como um cliente que participa, avalia e coopera com ideias e sugestões nas questões da biblioteca.

A partir desse cenário, as bibliotecas devem elaborar produtos e serviços com mais qualidade para poder disponibilizar informações precisas aos seus usuários. Como instrumento de autoeducação intelectual, Menegale (2022) diz que a escola ensina, mas a biblioteca incentiva à vontade de aprender mediante a leitura continuada e estimulante. No questionário eletrônico (QUADRO 12), os respondentes destacaram os serviços de informação ofertados à comunidade.

Quadro 12 - Oferta de serviços à comunidade

(continua)

BIBLIOTECA	SERVIÇOS À COMUNIDADE
BIBLIOTECA 1	Não informado
BIBLIOTECA 2	• Disponibiliza acervo para consulta e empréstimo, com um pouco de todas as áreas do conhecimento, sem censura, apoiando a educação formal [escolas da iniciativa pública e privada] e informal [quem quer adquirir conhecimento por conta própria], em todos os níveis e de forma orientada ou autônoma; • Proporciona atividades em prol do desenvolvimento criativo individual e estimula a imaginação, criatividade, curiosidade e empatia, com contação de histórias e atividades de socialização, criando e fortalecendo hábitos de leitura nas crianças, desde o nascimento até a idade adulta; • Fornece serviços à comunidade de maneira presencial e/ou remota [com as redes sociais e catálogo on-line] por meio de tecnologias que permite acesso a informações, coleções e programas; • Garante acesso e serviços a todas as pessoas de todas as idades, gêneros, condições físicas e sociais; • Fornece serviços de informação de qualidade, às associações e aos grupos de interesse locais; • Promove acesso a dados, conhecimentos e tradições locais [como exposições periódicas]; • Fomenta o diálogo intercultural e favorecendo a diversidade cultural com atividades para o dia das mulheres, da consciência negra, do meio ambiente etc.; • Promove a preservação e o acesso a expressões culturais e tradições, à apreciação das artes, como por exemplo o Congado que é muito forte na cidade.
BIBLIOTECA 3	Preservação da memória e cultura local, palestras oficinas e atividades de assuntos diversos, parcerias com instituições, cursos, acesso à internet, atualização do acervo.
BIBLIOTECA 4	Acesso à leitura com projetos voltados para as escolas como hora de leitura, contos, exposições e visita guiada à biblioteca.
BIBLIOTECA 5	Não informado
BIBLIOTECA 6	Serviço de referência, levantamento bibliográfico, disseminação de informação, competência informacional e atividades culturais.
BIBLIOTECA 7	Empréstimo de livros, local de estudo e pesquisa, acesso à internet e computadores.
BIBLIOTECA 8	Empréstimos, utilização do espaço da biblioteca para exposições, contação de histórias.
BIBLIOTECA 9	Empréstimo de livros, empréstimo de notebooks e tablets, acesso à internet, coleção patrimonial, coleções especiais e coleções de obras-raras, realiza ações de popularização da leitura para jovens e crianças, auxílio no acesso à base de dados acadêmicas, auxílio na normalização de trabalhos acadêmicos.
BIBLIOTECA 10	Não.
BIBLIOTECA 11	Não informado
BIBLIOTECA 12	Espaço para leitura, empréstimos domiciliar de livros, e outros materiais, auxílio em pesquisas, mediação de leitura para crianças, projetos voltados para a leitura, internet e atividades culturais em geral.
BIBLIOTECA 13	Empréstimo de livros; acesso à internet e a computadores; eventos diversos.
BIBLIOTECA 14	Referências, pesquisa, empréstimos.

(conclusão)

BIBLIOTECA	SERVIÇOS À COMUNIDADE
BIBLIOTECA 15	Redes sociais, impressos, incluímos pessoas de baixa renda em nossas atividades, alunos da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), fazemos saraus e lançamentos de livros.
BIBLIOTECA 16	Não informado
BIBLIOTECA 17	Criar hábitos de leitura, apoio na educação individual, estimular a criatividade de crianças e jovens...
BIBLIOTECA 18	Não informado
BIBLIOTECA 19	Consultas ao acervo, empréstimos de CD, DVD, Áudio livros, jornais, entre outras.
BIBLIOTECA 20	Empréstimo, reserva, acesso à Internet, sala de estudos, contação de histórias, palestras, encontro com autores, teatro, sarau e através das redes sociais.
BIBLIOTECA 21	Não há serviço específico neste sentido.
BIBLIOTECA 22	Empréstimo, acesso para todas as pessoas, tanto para a leitura no local, estudo e pesquisa.
BIBLIOTECA 23	Não informado
BIBLIOTECA 24	Publicações nas redes sociais da Secretaria de Cultura e atendimento <i>in loco</i> .
BIBLIOTECA 25	Não informado
BIBLIOTECA 26	Empréstimos de livros e acesso à internet.
BIBLIOTECA 27	Acesso à informação por meio de empréstimos de livros e outros materiais, promoção de círculos de leitura, disponibilização de computadores com internet para a comunidade, serviços de extensão como caixa-estante e carro-biblioteca, atividades lúdicas voltadas para crianças, serviço de atendimento aos usuários em suas pesquisas. Destacamos que a atuação da biblioteca vai além de sua localização geográfica, e que seus serviços de extensão possibilitam também o acesso ao livro e a leitura na região metropolitana de Belo Horizonte por meio dos serviços carro-biblioteca e caixa-estante. Este último, insere livros em creches, hospitais e unidades prisionais.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Apesar da imprecisão na especificação das atividades desenvolvidas, a partir das respostas do QUADRO 12, a maioria dos respondentes faz referência aos serviços rotineiros centrados na circulação de materiais. Adicionalmente, algumas bibliotecas têm implementado iniciativas voltadas à promoção da leitura e à preservação do patrimônio, possivelmente como reflexo da atuação do SEBPMG junto às equipes. Essa atuação abrange ações relacionadas à criação, organização e divulgação de coleções de memória, além da oferta de cursos de capacitação que abordam temáticas como a leitura e o papel das bibliotecas na condição de guardiãs da memória local. A preservação da memória e cultura local está presente nos depoimentos dos respondentes das BIBLIOTECAS 2 e 3; no contexto das BIBLIOTECAS 2,

4, 8, 9, 12, 17, 20 e 27 mencionou-se a realização da contação de histórias e o desenvolvimento da leitura com crianças e jovens, aspectos que as políticas do livro frisam no desenvolvimento hábito de leitura.

De modo geral, reflete-se que a baixa oferta de ações educativas e de leitura, a partir do pouco exposto no QUADRO 12, em “oposição” ao que demandam as políticas do livro, seja reflexo das condições de trabalho nas bibliotecas, principalmente em relação ao número reduzido de servidores. Situação que abre espaço para reflexionar o intenso debate acerca das dificuldades encontradas pelas bibliotecas públicas para assimilar seus horizontes de atuação e apreender suas possíveis contribuições em contextos socioculturais específicos. (Nascimento, 2021).

Os respondentes das entrevistas ressaltaram as várias atividades desenvolvidas nas bibliotecas. Apesar do número reduzido de servidores, graças ao empenho desses agentes, as bibliotecas conseguem desenvolver razoavelmente muitas atividades, que vão desde o empréstimo de livros a ações culturais. Os serviços de extensão acontecem principalmente nas bibliotecas das cidades mais populosas.

Aqui, nós temos, por exemplo, serviços de formação, programas e projetos de extensão. Um dos projetos de extensão é o ônibus-biblioteca, que visita 10 bairros da cidade com frequência quinzenal, realizando um trabalho contínuo. Além disso, temos o projeto chamado Caixa-Estante, onde levamos essas caixas de madeira para empresas, deixando-as lá para estimular a leitura. Além desses projetos externos, trabalhamos na biblioteca uma agenda mensal. Dentro dessa agenda, oferecemos cursos, como inglês, braille e libras. Esses cursos são oferecidos com frequência. Por exemplo, as turmas de braille têm sido oferecidas regularmente há cerca de 2 anos. É um curso semestral, que foi oferecido nos dois semestres do ano passado. O curso de inglês, oferecido em parceria com a escola de idiomas da UFU, também tem sido disponibilizado. Neste semestre, começamos com a turma de libras. No entanto, esses cursos funcionam por meio de parcerias e voluntariado, então, por mais que sejam gratuitos, não podemos garantir sua continuidade eterna. Mas é algo que estamos empenhados em manter na biblioteca. Além disso, oferecemos, dentro da nossa programação, rodas de conversa, contação de histórias e visitas guiadas, que estão à disposição da comunidade. Recebemos escolas, tanto públicas quanto particulares, além de organizações e empresas que queiram visitar. A biblioteca está localizada dentro do Centro Municipal de Cultura, onde também funciona a Secretaria de Cultura. É um espaço múltiplo, que inclui a Casa da Banda e outras áreas dedicadas às artes e cultura. Aqui dentro, temos um cineteatro, uma esplanada para eventos e um parquinho. Às vezes, as instituições trazem seus grupos para conhecer todo o espaço. Nós conduzimos visitas guiadas pela biblioteca e apresentamos também o Centro Municipal de Cultura, incluindo as galerias e exposições em andamento. Essas visitas guiadas são constantes. (GESTORA 3).

Sobre os serviços ofertados na biblioteca, além de sinalizar a falta de servidores como ponto negativo, as GESTORAS 2 e 5 ressaltam o uso das redes sociais para a comunicação com a comunidade usuária acerca dos serviços da biblioteca.

Durante a pandemia intensificamos o uso das redes sociais. Ao longo do tempo, percebemos o potencial das redes sociais para promover a Biblioteca, seu acervo e serviços. Fazemos empréstimo de livros, consulta ao acervo no local, brinquedoteca, gibiteca, sala Braille, pesquisas, projetos de incentivo à leitura. A biblioteca não oferta treinamentos no momento e não tem serviços de extensão. (GESTORA 5).

Nós somos uma biblioteca municipal. Em média, a gente atende mais ou menos 1000 leitores mensais, de diversas faixas etárias, desde criança a idosos, estudantes. O principal serviço é o atendimento ao leitor, que seria o empréstimo domiciliar, né! Além do empréstimo domiciliar, a gente oferece o espaço para pesquisa, para estudo. A gente tem as baias, locais de estudo individual, algumas mesas para poder estudo coletivo, ou para trabalho, para criança, alguém que queira sentar e ler um livro também, né! Temos disponíveis quatro computadores para acesso à internet, além do *wi-fi*. Ainda não fazemos o autoempréstimo, que seria um sistema que eu estou lutando. Mas oferecemos também o WhatsApp como meio de comunicação. A biblioteca tem o Instagram, tem o Facebook, justamente para estar divulgando para a comunidade “parisiense” os serviços, os livros que a gente recebeu de doação, algum evento de lançamento de livro que a gente sempre faz, algum evento de incentivo de leitura. O WhatsApp, a gente não faz ainda a renovação, mas somente para comunicação, porque além de eu ter pouco funcionário, ainda não tenho controle desse empréstimo. Quem monitora o WhatsApp sou eu, mas facilita na questão de comunicação, de reserva de um livro, se tem se não tem, se está aberta, alguma informação para o leitor, para facilitar, né! Para ele não descer aqui na biblioteca só para perguntar o que existe, né! Já o Instagram justamente para a gente facilitar a divulgação do nosso ambiente, né, que hoje todo mundo, a moçada, está usando as redes sociais, né, não tem como fugir. Então, é uma forma da gente divulgar os nossos serviços, divulgar a nossa biblioteca, né! [...]. A gente tem as visitas de escola, né, que sempre vem. Eu conto a história da biblioteca, porque o nome dela, porque que ela é pública, os serviços oferecidos. Eles andam pela biblioteca, pergunto a importância de dar valor à biblioteca, mais ou menos quantos livros podem pegar, como faz o cadastro. [...]. Quais são os projetos que geralmente a gente faz na biblioteca? A gente procura, quase anualmente, a gente aderiu ao “troca troca” de livros. O que seria esse livro? Graças a Deus, a gente recebe muitas doações e doações boas, de livros em condições ótimas. A gente orienta os leitores, os doadores e geralmente esses livros, a gente faz uma análise técnica, às vezes para trocar um que está ruim, que está muito lido, ou colocar mais um por causa da demanda, mas às vezes sempre sobra um material. Então o que fazer com esse material? A gente faz esse “troca troca”. De evento, a biblioteca em si tem um espaço pequeno, então eu não posso estar fazendo muita coisa. Mas, de vez em quando eu aceito um lançamento de livro, né! Eu estou com um projeto, ano que vem de fazer o “troca troca”, ao invés de livros, ser um “troca troca” solidário. Ele tem que trocar por algum item alimentício, para ajudar alguma instituição aqui na cidade. Ou algum item de limpeza também, que a gente tem um albergue. A gente tem alguns locais aqui que trabalham com criança. (GESTORA 2).

A GESTORA 4 faz um desabafo sobre as limitações a sua atuação. Enquanto servidora contratada salienta estar sua atuação limitada à catalogação e atendimento aos usuários, aspecto que diz estar conformada já que não há perspectivas de mudança.

A atividade principal é catalogação e, por consequência, atendimento ao usuário, porque eu fico no computador, o único computador que tem na biblioteca, né? O sistema do Biblivre fica no computador que eu uso, então eu faço os empréstimos. Aí eu dou auxílio para as atividades que são desenvolvidas aqui dentro, como cinema, contação de história ou qualquer outro tipo de atividade que seja desenvolvida aqui dentro. Eu dou suporte, né? **Até o ano passado, eu escrevia os projetos, mas a partir deste ano, já foi colocado para mim que a minha função é**

apenas a catalogação e que não é para eu perder tempo com outras atividades que não sejam a catalogação. Então, você falou, por exemplo, de atividades de incentivo à leitura. Quem vai desenvolver vai ser a coordenação e as auxiliares ou outra pessoa. Eu posso dar sugestões de atividades, mas aparentemente isso não fica mais na minha mão. [...]. Temos alguns problemas porque a biblioteca ficou por longos períodos sem bibliotecários, o que resultou em uma catalogação falha. Apesar do tempo que estou aqui, ainda há muitos problemas a serem resolvidos, e com uma equipe mínima e pouco tempo. [...]. No ano passado, como eu te falei, desenvolvi o projeto "Poetizar". Era um projeto de incentivo à leitura voltado para a poesia, que é um gênero que não é tão trabalhado e, muitas vezes, não é abordado da melhor forma possível. Falo isso por experiência própria; não gosto de poesia porque, na escola, a abordagem foi feita de uma forma que me afastou de certos gêneros literários, incluindo a poesia. Penso muito em como podemos trabalhar com a escola para que a leitura e a literatura não sejam uma obrigação, mas uma fonte de prazer. Se não for uma fonte de prazer, que o aluno pelo menos entenda a importância da leitura para a vida dele, especialmente na interpretação de texto e como isso influencia o entendimento do texto escrito e falado. Acho que devemos ter essa visão para trabalhar com os alunos, porque não é só uma questão de dizer "vocês têm que ler", mas entender o que isso faz. Não gosto de ler, mas por exemplo, Matemática é uma obrigação. Como podemos transformar a leitura em uma obrigação menos onerosa para as crianças? Eu penso muito por esse lado e é assim que tento trabalhar, até nos meus atendimentos. Quando os usuários vêm aqui, eu vou conversando e apresentando livros para tentar cativar a leitura. Aproveito que eles estão no espaço e tento fazer o que chamo de "conversão".

A demanda por mais servidores também é apontada pela GESTORA 1 como um aspecto que impacta a proposição e oferta de novos serviços para a biblioteca.

Então, no geral, é aquilo que nós oferecemos, porque, até hoje, a Casa está com um número muito reduzido de servidores. Houve tempos em que oferecíamos outros tipos de serviço, mas hoje estamos restritos, porque há uma quantidade muito reduzida de servidores. Muitos se aposentaram, alguns faleceram, e outros passaram em concursos e foram para outras modalidades, onde ganham muito mais do que aqui. Então, é só aquele serviço mesmo que prestamos, que você vê lá no site da biblioteca. E, assim, até temos vontade de oferecer mais coisas, mas tudo esbarra na falta de pessoal. O que acontece aqui é que somos do estado, e o servidor público entra, trabalha e vai embora. Se você quiser fazer algo a mais, precisa realmente se esforçar, como, por exemplo, realizar um evento no sábado. Mas eu não posso contar com todos, porque o servidor público, como você sabe, não trabalha no sábado; ele já tem as suas demandas. Então, se o evento for noturno, por exemplo, temos essas dificuldades, muito por conta disso. Vontade de fazer, nós temos muita, mas não dá para fazer tudo o que queremos. Além disso, muitas vezes, há a questão do espaço também. Não dá para fazer tudo o que queremos, mas acredito que aquilo que está no site, em termos de atividades, é o que conseguimos fazer hoje. Outras ideias que surgem, a gente pensa em realizar, mas falta com o que e com quem. Muito com quem, na verdade.

De acordo com Miranda (1978), na busca por leitores, a imaginação deve ser sem limites. As bibliotecas públicas podem fazer de tudo, desde promover a leitura até servir de consultório sentimental. Pode oferecer toda espécie de serviços sem, porém, perder de vista sua missão fundamental, a promoção do gosto pela boa leitura. Todas as atividades que organize devem servir para atrair e conquistar o leitor para tal missão, afinal, o que não se justifica são as salas de leitura vazias e a baixa rotatividade dos livros nas estantes. É bem

certo que poucas bibliotecas terão condições, como seria desejável a curto prazo, constituir-se em autênticos complexos culturais. Também é certo que o trabalho de organização e rotina demanda um tempo considerável do bibliotecário, mas na medida em que ele puder abreviar e simplificar essas tarefas-meio, tanto mais tempo poderá dedicar ao essencial e realmente importante, atrair a atenção ao usuário e fazer movimentar o acervo.

Em relação à atualização do acervo para atendimento às demandas de informação da comunidade, no QUADRO 13 reúne os apontamentos dos respondentes ao questionário eletrônico.

Quadro 13 - Atendimento às demandas de informação da comunidade
(continua)

BIBLIOTECA	ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO DA COMUNIDADE
BIBLIOTECA 1	Sim
BIBLIOTECA 2	Atende a toda comunidade luzense.
BIBLIOTECA 3	Sim
BIBLIOTECA 4	Sim. Nosso público são escolas e nosso acervo de literatura infantil e juvenil é maravilhoso. Enquanto a literatura em geral para os adultos, apesar de ser grande, precisa ser atualizado com as literaturas atuais.
BIBLIOTECA 5	De modo "semi-satisfatório".
BIBLIOTECA 6	Sim, apesar de não contar com verba específica para compra de acervo, com as doações conseguimos atender quase todas as solicitações da comunidade.
BIBLIOTECA 7	Sim.
BIBLIOTECA 8	Não muito. Acredito que se fosse um acervo mais atualizado atenderia mais.
BIBLIOTECA 9	Não. O acervo ainda está em fase de adequação.
BIBLIOTECA 10	Atende, mas poderia ser melhor. Mas dentro da nossa realidade, o atendimento é satisfatório. É muito difícil, por exemplo, comprar um livro que está em "moda" com tanta rapidez, pois o processo licitatório é muito demorado.
BIBLIOTECA 11	Sim.
BIBLIOTECA 12	Sim. Nosso acervo é bem completo, graças a dois editais do FEC e as aquisições dos recursos de carteirinha e doações de livros da comunidade.
BIBLIOTECA 13	Sim. Há uma parte do acervo destinada às crianças, ao público juvenil e aos adultos.
BIBLIOTECA 14	Sim. O acervo é atualizado baseado na procura dos usuários.
BIBLIOTECA 15	Conseguimos atender, apesar de não estar atualizado.
BIBLIOTECA 16	Sim
BIBLIOTECA 17	Em partes. Para livros clássicos atende. Para lançamentos, não.
BIBLIOTECA 18	Em partes, algumas informações mais técnicas/específicas não temos contempladas no acervo, porém utilizamos a internet para tentar suprir essas necessidades.
BIBLIOTECA 19	Atende, mas não totalmente.
BIBLIOTECA 20	Sim. Conseguimos atender a comunidade. As crianças demandam matérias que não temos com maior frequência. Entretanto, utilizam bastante o acervo e os serviços da Biblioteca.

(conclusão)

BIBLIOTECA	ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO DA COMUNIDADE
BIBLIOTECA 21	O acervo é diverso e, respeitadas as devidas adversidades, têm atendido, embora a comunidade busque materiais mais novos e lançados recentemente.
BIBLIOTECA 22	Sim. Temos um bom acervo, graças às doações.
BIBLIOTECA 23	Em partes.
BIBLIOTECA 24	Sim
BIBLIOTECA 25	Sim. Temos em nosso acervo diversos assuntos destinados a todas as faixas etárias. Não há censura para a formação do acervo.
BIBLIOTECA 26	Sim. O acervo que temos abrange todas as faixas etárias.
BIBLIOTECA 27	Sim, para composição do seu acervo, no que diz respeito ao público atendido, a Biblioteca atende ao público em geral, considerando os seguintes critérios para a composição de seu acervo: I - Pluralidade: considerar a bibliodiversidade, a variedade e a multiplicidade das fontes de informação, não devendo a instituição impor quaisquer restrições de natureza ideológica, filosófica ou religiosa, nem adotar um discurso único; II - Considerar os grupos considerados minorias, tais quais: populações indígenas, comunidades quilombolas, minorias religiosas, imigrantes, pessoas que não possuem domicílio fixo, analfabetos, população em situação de rua, comunidade LGBTQ+, pessoas com deficiência, pessoas com restrição de liberdade, grupos da terceira idade, dentre outros; III - Diversidade: considerar os diferentes tipos de materiais: textuais, imagéticos, livros digitais, audiolivros, sonoros, entre outros; IV - Acessibilidade: garantir a aquisição materiais de leitura em formato acessível.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Observa-se que nas bibliotecas públicas as doações superam as aquisições via compra, sendo para muitos desses equipamentos a única forma para o desenvolvimento acervo, já que os recursos financeiros das prefeituras não chegam à contento do almejado e pelas bibliotecas.

A partir dos relatos do QUADRO 13, percebe-se que os acervos atendem minimamente as demandas de leitura da comunidade. Contudo, os respondentes ressaltam a necessidade de atualização do acervo com obras literárias da atualidade (BIBLIOTECAS 4, 8, 10, 15, 17 e 21). As doações suprem em parte essa deficiência na formação do acervo, considerando que as bibliotecas não dispõem de verbas para aquisição de obras novas (BIBLIOTECAS 6, 12 e 22).

Sobre as doações, a GESTORA 1 ressalta que a biblioteca recebe doações de livros tanto via lei de incentivo à cultura quanto de particulares. As obras são avaliadas para incorporação ao acervo e as duplicatas são doadas às bibliotecas do interior.

Às vezes chega coisa que já temos aqui na biblioteca, em duplicata, em vários setores onde tem um carro-biblioteca, a caixa-estante, que tem o setor de empréstimos. Então, o que faz com esse material que chega em vários exemplares? Manda para o interior, porque além da biblioteca, nós também ajudamos as mais de 800 bibliotecas do interior. E a gente agora começou a avaliar, por exemplo, livros que está no acervo há mais de 10 anos sem emprestar, por exemplo. A gente vai se

reunir para discutir sobre isso. Se, por exemplo, se nós temos lá 15 exemplares do mesmo livro, vai estar mais de 10 anos sem emprestar. Porque houve um tempo que biblioteca, quando tinha o vestibular, que o pessoal tinha que ler para o vestibular, a biblioteca comprava maiores números de uma obra, tipo aquele, acho que *Vestido de Noiva*, não lembro. Então, vamos comprar pelo menos uns 20 aqui no acervo para o pessoal fazer o vestibular. Então, hoje não tem isso mais. Então, às vezes nós temos aqui no acervo, por exemplo, obras que tem 20, 30 exemplares do mesmo livro e nada está sendo emprestado. O que a gente pode fazer com isso? Então, nós vamos sentar, nós vamos discutir, vamos manter quantos exemplares no acervo de empréstimo e vamos fazer o que com resto com os outros. Vamos mandar para o interior, vamos fazer doações que a gente tem essa liberdade para fazer isso.

As doações, além de serem incorporadas ao acervo, contribui também com o projeto de troca de livros desenvolvido pela GESTORA 2, contribuindo, assim, com o incentivo à leitura. Conforme pontuou, a biblioteca é mantida pelas doações e pelas multas. “A gente é mantida pelos próprios leitores”.

Graças a Deus, a gente recebe muitas doações e doações boas, de livros em condições ótimas. A gente orienta os leitores, os doadores e geralmente esses livros, a gente faz uma análise técnica, às vezes para trocar um que está ruim, que está muito lido, ou colocar mais um por causa da demanda, mas às vezes sempre sobra um material. Então o que fazer com esse material? A gente primeiramente faz esse “troca troca”. A gente vai juntando esses livros que são de doações e de abono de multa também. A gente pega um sábado e a gente disponibiliza para os leitores. Como que funciona? A gente fez uns vale e troca. Ele trouxe uns 16 livros, ele tem direito a 16 livros que estão disponíveis para ele, que a gente põe em cima das mesas. A gente monta esse dia, a gente oferece pipoca, um marcador de página, e a gente faz um trabalho que a Prefeitura de divulgação, esse é o “troca troca”. A pessoa já está acostumada e já fala, “ah, quando vai ser um novo ‘troca troca’”?

Da mesma forma, a GESTORA 3 diz que avalia as doações para incorporação ao acervo e, o excedente é doado aos projetos. Aquilo que não serve é destinado para a reciclagem. Ressalta também a importância do SEBPMG nesse processo, que além de proporcionar a interação, constantemente faz doações às bibliotecas.

Majoritariamente por doação. Para nós, doação é uma questão complicada. Eu falo que de tudo que a gente recebe, a gente aproveita 20%. Porém, esses 20% tem nos mantido há muito tempo. A gente não deixa de receber doação, apesar de saber que 80% às vezes não é aproveitável, porque a gente tem os projetos, a gente doa para reciclagem e a gente tem esses 20% que aproveita. Assim, para quem não recebe, não recebia nada, se você receber 1000 livros e salvar 200, já é uma vantagem, principalmente livros mais novos, como a gente não comprava, a gente tinha essa dificuldade. [...]. Se não fosse pelo Sistema, a gente não teria essa possibilidade. E não teria essa facilidade de reunir, de fazer grupo em trabalho, estudo. A gente recebe materiais de doação, quando, por exemplo, tem algum material disponível, coloca lá e pergunta quem gostaria de receber tal doação. Nós recebemos, por exemplo, uma coleção há alguns meses atrás, uma coleção em braille, tinta. Então é uma coisa legal. Fizemos já inúmeros cursos pelo Sistema e eu acho que isso é uma das coisas mais interessantes.

Igualmente às demais bibliotecas, a GESTORA 4 revela que o acervo também é constituído majoritariamente por doações. A aquisição realizada anteriormente a sua contratação não atendeu as expectativas das demandas de desenvolvimento do acervo, deficiência que é suprida pelas doações.

Eu não sei te quantificar agora assim de cabeça quanto aos exemplares que foram adquiridos, mas foi uma quantidade razoável, mas ainda assim não chega perto de atender a demanda, né, de atualização que a gente precisa, porque o acervo, ele é basicamente constituído por doação. Então, por exemplo a biblioteca, ela foi fundada pelo Padre Luciano, e aí o acervo inicial foi feito com a doação do acervo do Padre Luciano e com a doação de um outro professor, que agora eu não vou lembrar o nome dele, e que constituiu o início do acervo. Basicamente, 99% do acervo é doação “tá”. Assim, compra é muito pouca, teve essa de 2022 e eu não sei quando que teve outra, porque eu não tenho histórico disso. Infelizmente, não houve um controle dessas atividades.

A Biblioteca Pública de Belo Horizonte, em sua historicidade, também sofreu com a falta de recursos para aquisição de acervo. No relatório publicado em 1932, Menegale (2022, p. 52-53), então diretor da biblioteca à época, ponderou sobre a questão das doações e da falta de recursos para o desenvolvimento do acervo.

É o que, sobretudo, nos falta: aquisição de livros. Entre os núcleos de vária literatura, que a enriquecem, não enumera a biblioteca o que a ponha em dia com o movimento literário e científico de toda parte. Obras, temos-las de bom preço: a generosidade dos doadores, em outros tempos, acumulou o patrimônio do estabelecimento, que, entretanto, deixou de crescer desde que as doações minguaram... dessa forma, além de lacunoso e deficiente, o patrimônio é um pouco *arriéré*...

Menegale (2022) expôs também o desinteresse do Estado em aparelhar a Biblioteca Pública, a fim de que pudesse atender aos anseios de cultura pela população, principalmente aquelas residentes nas periferias da cidade.

Não me parece justo, porém, que a biblioteca sobrecarregue unicamente a prefeitura. Minas precisa ter a sua biblioteca. Que, pelo menos, o Estado auxilie na aquisição de obras, desde que queira deixar à prefeitura, cujas rendas são notoriamente reduzidas, o encargo do funcionalismo. Em suma, parece-me que não se tem pensado muito na necessidade de aparelhar Minas, na sua capital, de uma biblioteca à altura dos seus títulos de cultura e progresso. No entanto, além desse (e já o lembrei em outra época), impunha-se a criação de dois ou três gabinetes de leitura, de cunho estritamente popular, localizados de preferência nos bairros operários de Belo Horizonte, com uma carga pequena e muitos jornais e revistas instrutivas, filiados à Biblioteca Pública. Um pouco de interesse aplaina certas dificuldades que, sem maior exame, se afiguram impossibilidades. Sobretudo quando se tem em mira servir à cultura da nossa terra... (Menegale, 2022, p. 59).

O SNBP (2023) revela que as bibliotecas públicas dependem de orçamento das Secretarias de Cultura dos estados para atualizar o acervo, porém as bibliotecas que não possuem recursos próprios para a renovação do acervo, muitas vezes são obsoletas. Revela também que 98% das coleções das bibliotecas de Minas Gerais são compostas por livros impressos, apenas uma pequena parte consiste em materiais especiais como audiolivros, mapas, fotografias, livros em braile, CDs, DVDs ou assinaturas de jornais e revistas. Em geral, as coleções de bibliotecas públicas são compostas por doações de livros feitos pela comunidade, pelas editoras ou obras doadas pelo governo do Estado, oriundas de contrapartidas de projetos fomentados por leis de incentivo à cultura. Assim, nem sempre os livros recebidos são atuais.

Reflete-se que as doações têm um impacto importante no processo de desenvolvimento do acervo das bibliotecas públicas, haja vista a carência de recursos para a aquisição de livros. Para muitas, o crescimento do acervo depende da boa ação dos doadores. Doar livros é um ato que vai além do estímulo ao hábito de leitura, é uma atitude de transformação social, pois fortalece os laços comunitários, promove a sustentabilidade, desenvolve a solidariedade e cria um ambiente de empatia e cooperação. Como curiosidade, vale aludir que 14 de fevereiro é o Dia Internacional da Doação de Livros.

Um aspecto pontuado nesta pesquisa, mas que não era o foco, foi o estudo de usuários como fonte de informação para a tomada de decisão acerca do desenvolvimento de acervo (QUADRO 14).

Figueiredo (1994) diz que o estudo de usuários é realizado a fim de saber as demandas de informação dos usuários ou para saber se as demandas de informação dos usuários foram ou estão sendo satisfeitas pela unidade de informação. Com viés exploratório, tais estudos podem ser orientados ao uso da biblioteca quanto aos usuários, por meio de questionários ou entrevistas.

Como canais de comunicação entre a biblioteca e sua comunidade, a partir do estudo de usuários consegue-se fazer um mapeamento de como os usuários utilizam determinadas fontes de informação para resolverem suas questões, assim como ajudam a biblioteca na previsão da demanda ou da mudança da demanda de seus produtos e serviços, permitindo que os recursos sejam alocados adequadamente.

Quadro 14 - Estudo de usuários como aporte na avaliação e desenvolvimento do acervo

BIBLIOTECA	ESTUDOS DE USUÁRIOS PARA AVALIAÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO
BIBLIOTECA 1	Não informado
BIBLIOTECA 2	Apenas com método de observação.
BIBLIOTECA 3	Sim. Mensalmente.
BIBLIOTECA 4	Não realizamos
BIBLIOTECA 5	Não informado
BIBLIOTECA 6	Sim, tentamos fazer a cada 3 anos.
BIBLIOTECA 7	Sempre que possível.
BIBLIOTECA 8	Temos uma dificuldade de atrair o público, não temos um público fiel presente, por causa disso ainda não conseguimos realizar um estudo de usuários.
BIBLIOTECA 9	Sim. A Biblioteca realiza frequentes pesquisas com seus usuários sobre o assunto.
BIBLIOTECA 10	Mensalmente.
BIBLIOTECA 11	Não informado
BIBLIOTECA 12	Sim. Procuramos estar antenados com às necessidades da comunidade, bem como a inclusão de todos. Sempre no início de ano fazemos uma reunião para definir as metas e se necessário reunimos com as equipes no decorrer no ano.
BIBLIOTECA 13	Não realiza.
BIBLIOTECA 14	Não fazemos estudo de usuários
BIBLIOTECA 15	Não informado
BIBLIOTECA 16	Não
BIBLIOTECA 17	Sim. Mensal.
BIBLIOTECA 18	Não
BIBLIOTECA 19	Atualmente não
BIBLIOTECA 20	Não.
BIBLIOTECA 21	Havia o questionário na página do Instagram que foi desativado devido às eleições.
BIBLIOTECA 22	Não
BIBLIOTECA 23	Não informado
BIBLIOTECA 24	Não informado
BIBLIOTECA 25	Não.
BIBLIOTECA 26	Sim, foi elaborado uma lista de sugestões e críticas quanto ao atendimento/serviços na biblioteca, e também uma lista de sugestões das obras que os usuários mais procuram.
BIBLIOTECA 27	Atualmente a biblioteca não tem realizado estudos de usuários.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A partir do exposto pelos respondentes dos questionários eletrônicos (QUADRO 14), é possível inferir que o estudo de usuários não é um instrumento de coleta de informação recorrente na maioria das bibliotecas públicas analisadas.

Entre as motivações para a realização do estudo, os respondentes ressaltam a coleta de informações sobre sugestões para aquisição e críticas (BILIOTECA 27); subsidiar a definição das metas da biblioteca para satisfação das necessidades da comunidade (BILIOTECA 12); apenas com método de observação (BILIOTECA 2). O respondente da BILIOTECA 8 expressa a dificuldade em realizar estudo de usuários em virtude da pouca atenção e pela inconstância de frequência do seu público à biblioteca.

A fim de avaliar a satisfação dos usuários com os serviços prestados pela biblioteca, a GESTORA 5 diz: “periodicamente fazemos avaliação e monitoramento através de questionários de avaliação de satisfação de usuários”.

Já a GESTORA 1 relatou a necessidade de o bibliotecário focar na demanda real dos usuários quando da realização do processo de aquisição. Mesmo que atualmente na biblioteca não se realize estudo de usuários, considera ser importante uma conversa com o público alvo, a fim de direcionar assertivamente os recursos e evitar desperdícios com materiais que não serão utilizados.

Conseguimos realizar uma aquisição para a coleção sobre arte, focando nas demandas reais dos nossos usuários, né? Por exemplo, se agora temos uma nova vizinha, a Escola de Arte e Design da UEMG, os alunos dessa instituição se tornam nossos potenciais clientes, não é? Embora algumas pessoas prefiram termos como "leitor" ou "usuário", eu uso o termo "cliente" porque sou formado em gestão de acervo, e meu foco é colocar a biblioteca para funcionar como um negócio. Os clientes, então, são os mais de 3 mil alunos da Escola de Design da UEMG, né? Entre eles, há alunos de design, moda e outras áreas relacionadas. Meu objetivo é desenvolver um acervo que atenda às necessidades desses alunos, para que eles venham aqui pesquisar, entende? O que eu fiz? Fui lá e conversei com a diretora da UEMG para entender quais eram as demandas dos alunos. Ela me explicou que havia interesse por determinados livros, e como tínhamos um recurso disponível, pude adquirir esses livros. É muito importante analisar quem é o seu cliente, especialmente em uma biblioteca como a nossa, que precisa atender a diferentes públicos, às vezes tem que fazer esse tipo de estudo de usuário, não é? Assim, evitamos cometer o erro de gastar dinheiro com algo que não será utilizado.

A GESTORA 4 também pontuou não realizar estudo de usuários para identificar as demandas de informação do público da biblioteca. Entretanto, ressaltou a necessidade de se conhecer primeiro a comunidade e suas demandas antes de implementar o serviço/recurso de informação.

Mas eu não sei exatamente quais são as necessidades da comunidade, que eu acho muito fácil, por exemplo, eu nem sou da cidade, eu chegar aqui falar “ah eu acho que precisa disso, toma aqui”. Não acho que seja assim, acho que tem que ter um estudo da comunidade, principalmente, aqui que as comunidades rurais são muito grandes, então você tem áreas, para você ter noção, a cidade é maior do que Belo Horizonte, em área e a área urbana é desse tamanho, assim, a área rural é gigantesca. A gente tem várias comunidades rurais, mas eu não tenho contato com elas, como

que eu vou propor um projeto para implantação numa comunidade sem conversar com a comunidade.

6.1.2.2 Promover, apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização e desenvolver habilidades de leitura e escrita

No contexto da informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e cultura, uma das missões-chave atribuídas às bibliotecas públicas no *Manifesto* pela IFLA e UNESCO (2022, sem paginação) é o que diz respeito a

promover, apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para desenvolver habilidades de leitura e escrita, viabilizar o desenvolvimento das habilidades para leitura midiática e alfabetização digital para todas as pessoas em todas as idades, no intuito de promover uma sociedade informada e democrática.

Esse papel expressado no *Manifesto* à biblioteca pública pela IFLA/UNESCO tem respaldo na Política Estadual do Livro⁴³ – narrativa em consonância com o exposto na Política Nacional do Livro⁴⁴ e na Política Nacional de Leitura e Escrita⁴⁵, que salienta que a capacitação da população para o uso do livro é um fator fundamental para seu progresso econômico, político e social e para a justa distribuição do saber e da renda.

O QUADRO 15 arrola os apontamentos dos respondentes do questionário eletrônico sobre a participação da biblioteca em atividades de educação/alfabetização dos usuários para a utilização eficaz dos recursos de informação disponibilizados à comunidade.

Quadro 15 - Oferta de atividades e programas de educação, alfabetização e inclusão
(continua)

BIBLIOTECA	ATIVIDADES E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO, ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO
BIBLIOTECA 1	Não
BIBLIOTECA 2	Sim. Temos uma agenda especial de visitação das escolas da rede pública e privada para atividades de alfabetização e inclusão.
BIBLIOTECA 3	Sim, inclusive com curso de braile
BIBLIOTECA 4	Sim. através de incentivo à leitura com a hora do conto, convidamos as escolas a participar.
BIBLIOTECA 5	Não, ainda.

⁴³ Lei nº 18.312/2009.

⁴⁴ Lei nº 10.753/2003.

⁴⁵ Lei nº 13.696/2018, atualizada pelo Decreto nº 12.166/2024.

(conclusão)

BIBLIOTECA	ATIVIDADES E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO, ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO
BIBLIOTECA 6	Sim, a biblioteca oferece auxílio para pessoas que necessitam aprender o braile, realizado por uma servidora com deficiência visual. E apoia programas de alfabetização através do empréstimo de livros do seu acervo.
BIBLIOTECA 7	Apoia, mas nem sempre tem apoio por parte de quem está subordinada.
BIBLIOTECA 8	Sim.
BIBLIOTECA 9	A Biblioteca possui abertura para realizar apoio neste sentido, mas atualmente encontra-se muito limitada com suas próprias questões basilares para expandir sua área de atuação.
BIBLIOTECA 10	Não
BIBLIOTECA 11	Sim
BIBLIOTECA 12	Sim. Temos projetos de incentivo à leitura semanalmente, visita guiada para turmas escolares, clube de leitura, oferece cursos de informática básica.
BIBLIOTECA 13	Sim. Esse apoio e participação vem através da realização dos eventos.
BIBLIOTECA 14	Sim. Apoiamos os Projetos de educação das escolas municipais e também de parceiros que atuam na cidade.
BIBLIOTECA 15	Fazemos uma feira literária todos os anos
BIBLIOTECA 16	Não
BIBLIOTECA 17	Não
BIBLIOTECA 18	Não informado
BIBLIOTECA 19	Não
BIBLIOTECA 20	Não
BIBLIOTECA 21	Através das visitas guiadas
BIBLIOTECA 22	Não
BIBLIOTECA 23	Não.
BIBLIOTECA 24	Sim, em parceria com a secretaria de educação
BIBLIOTECA 25	Sim. A biblioteca promove visitas orientadas de escolas das redes pública e privada, participa efetivamente do projeto Bom Passeio (que atende alunos do 5º ano em um tour cultural pela cidade, incluindo a biblioteca).
BIBLIOTECA 26	Não – Planos e Projetos a serem desenvolvidos
BIBLIOTECA 27	A Biblioteca, em suas ações de incentivo à leitura apoia programas de escolas, tanto estaduais como municipais e particulares, no sentido de oportunizar aos estudantes maior vivência e contato com a literatura através de visitas mediadas em todos os setores e confecção das carteirinhas de leitores gratuitamente para alunos de baixa renda.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em complementação às informações relativas à promoção, apoio e participação em atividades e programas de alfabetização para desenvolvimento das habilidades de leitura e

escrita, aspecto recomendado pela IFLA e UNESCO (2022), o QUADRO 16 elenca as ações desenvolvidas para a educação dos usuários atividades.

Quadro 16 - Treinamentos e atividades de educação de usuários desenvolvidas
(continua)

BIBLIOTECA	TREINAMENTOS PARA A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO	TIPOS DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA EDUCAÇÃO DOS USUÁRIOS
BIBLIOTECA 1	A biblioteca não oferece	Não
BIBLIOTECA 2	A biblioteca não oferece	Orientação aos alunos do ensino médio da rede pública e particular em fontes de informação, como realizar melhor suas pesquisas, em material impresso ou sites confiáveis.
BIBLIOTECA 3	Sim, a biblioteca oferta atividades para a competência em informação.	Cursos
BIBLIOTECA 4	Sim, a biblioteca oferta atividades para a competência em informação.	Através de projeto de leitura para a comunidade.
BIBLIOTECA 5	Sim, a biblioteca oferta atividades para a competência em informação.	Como utilizar a biblioteca; como executar buscas em bases de dados.
BIBLIOTECA 6	Sim, a biblioteca oferta atividades para a competência em informação.	Auxiliamos na aprendizagem de acesso e uso de computadores; como identificar fontes confiáveis no ambiente digital.
BIBLIOTECA 7	Sim, a biblioteca oferta atividades para a competência em informação.	Não informado
BIBLIOTECA 8	A biblioteca não oferece	Não informado
BIBLIOTECA 9	Não informado	Não informado
BIBLIOTECA 10	A biblioteca não oferece	Não informado
BIBLIOTECA 11	A biblioteca não oferece	Curso de informática básica .
BIBLIOTECA 12	Sim, a biblioteca oferta atividades para a competência em informação.	Oferece cursos na área de tecnologia como informática básica para adolescentes, jovens e terceira idade promovendo a inclusão digital.
BIBLIOTECA 13	Sim, a biblioteca oferta atividades para a competência em informação.	Não informado
BIBLIOTECA 14	A biblioteca não oferece	Não oferece
BIBLIOTECA 15	Sim, a biblioteca oferta atividades para a competência em informação.	Não informado
BIBLIOTECA 16	A biblioteca não oferece	Não informado
BIBLIOTECA 17	A biblioteca não oferece	Não informado

(conclusão)

BIBLIOTECA	TREINAMENTOS PARA A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO	TIPOS DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA EDUCAÇÃO DOS USUÁRIOS
BIBLIOTECA 18	A biblioteca não oferece	Não informado
BIBLIOTECA 19	A biblioteca não oferece	Não informado
BIBLIOTECA 20	A biblioteca não oferece	Não informado
BIBLIOTECA 21	A biblioteca não oferece	Não informado
BIBLIOTECA 22	A biblioteca não oferece	Não informado
BIBLIOTECA 23	A biblioteca não oferece	Não informado
BIBLIOTECA 24	A biblioteca não oferece	Não
BIBLIOTECA 25	Não	Não informado
BIBLIOTECA 26	Não informado	Não
BIBLIOTECA 27	A biblioteca não oferece	Não oferece

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Observa-se, a partir do exposto no QUADRO 16, que a oferta de treinamentos para uso eficaz dos recursos de informação, atividade que deveria ser rotineira no cotidiano das bibliotecas, não é uma realidade. Infere-se que um dos motivos para essa situação seja a falta de servidores em número suficiente para a realização das diversas tarefas executadas pelas bibliotecas.

Corroborando o exposto, a GESTORA 1 ressalta que o grande desafio à oferta de mais atividades na biblioteca é o baixo quadro de servidores. O acúmulo de atividades impossibilita a expansão dos serviços à comunidade usuária.

Atualmente, estamos com um número muito reduzido de servidores. Houve tempos em que oferecíamos outros tipos de serviços, mas hoje estamos limitados ao básico devido à falta de pessoal. [...]. Então, o serviço que prestamos é o que você vê no site. A biblioteca oferece apenas aqueles serviços. Temos vontade de oferecer mais coisas, mas sempre esbarramos na falta de pessoal. O que acontece aqui é que somos servidores públicos do Estado. A pessoa entra, trabalha e vai embora, né? Para realizar algo a mais, como um evento num sábado, por exemplo, eu não posso contar com todos. O servidor público tem suas próprias demandas, e muitos não trabalham aos sábados. O mesmo ocorre com eventos noturnos. Temos essas dificuldades, muito em função dessa situação. Vontade de fazer, nós temos muitas, mas não dá para realizar tudo o que queremos. Às vezes, a questão é também de espaço, nem tudo conseguimos realizar por falta de infraestrutura. Mas, o que está no site, em termos de atividades, é o que conseguimos oferecer com os recursos que temos hoje. Outras ideias surgem, queremos realizar, mas com quem? Com o quê? A maior questão é realmente a falta de pessoas. Então, a gente fica muito prejudicado em muitas coisas, porque perdeu servidores, perdeu estagiários. Essa questão realmente pesa muito para nós, sabe? Tem muita coisa que gostaríamos de fazer.

Para a GESTORA 2 a biblioteca não recebe a devida importância, assim como em outros países. Por não haver recursos tecnológicos e humanos suficientes, assim como apoio dos gestores municipais, a gestão do básico das bibliotecas fica prejudicada.

Esse é o maior desafio que enfrentamos: provar a importância do que precisamos fazer. Observamos que, em geral, muitos bibliotecários, incluindo meus colegas e eu, enfrentam dificuldades com o gerenciamento básico das bibliotecas. Isso inclui todos os recursos necessários para o funcionamento diário, desde recursos humanos até recursos tecnológicos. Não há como evitar isso. [...]. Portanto, é fundamental que haja um entendimento melhor e um planejamento adequado, especialmente no que diz respeito às bibliotecas. Infelizmente, em Minas Gerais, ainda vejo que a situação está muito atrasada. As bibliotecas não são vistas como um local de investimento. Em outros lugares, a visão é diferente. As pessoas valorizam a biblioteca e o museu porque são considerados pilares do conhecimento e da nossa base cultural. [...]. Em Minas Gerais, ainda enfrentamos o desafio de lidar com gestores que, infelizmente, não facilitam nosso trabalho. Eu gostaria de poder fazer mais, e até conversei sobre isso, mas nem sempre temos o apoio necessário. Não diria que estou completamente sem apoio, mas é difícil fazer com que compreendam que precisamos de mais recursos, mais apoio e mais parcerias com outras secretarias.

Retoma-se o relato da GESTORA 4, que enfatiza a restrição de sua atuação na biblioteca às atividades de catalogação, uma limitação imposta pela coordenação da instituição.

Minha atividade principal é a catalogação e, conseqüentemente, o atendimento ao usuário, pois sou responsável pelo único computador disponível na biblioteca. [...]. Até o ano passado, eu escrevia projetos, mas, a partir deste ano, minha função foi definida como exclusivamente voltada para a catalogação. Não devo me envolver em outras atividades que não sejam a catalogação. Por exemplo, atividades de incentivo à leitura serão desenvolvidas pela coordenação, pelas auxiliares ou por outra pessoa. Posso até sugerir atividades, mas aparentemente não tenho mais a responsabilidade direta por elas.

A GESTORA 3 destaca a importância do apoio de colaboradores externos na viabilização de ações de capacitação, evidenciando, entretanto, a ausência de suporte por parte das instituições governamentais.

O que eu vejo frequentemente é que são as pessoas que fazem muito mais pelas bibliotecas do que as instituições governamentais. Existe uma grande vontade por parte das pessoas de desenvolver as bibliotecas, de cadastrar, obter recursos e fazer indicações. Infelizmente, essa boa vontade nem sempre é acompanhada pelo governo. Isso me deixa muito triste, pois percebo que, apesar de todo o empenho e trabalho do Sistema, no final, a legislação pode simplesmente desconsiderar o papel que desempenhamos e nos afastar, como se não fôssemos necessários.

Naqueles espaços em que há oferta de treinamentos, os respondentes pontuaram ações referentes à inclusão digital para adolescentes, jovens e pessoal da terceira idade (BIBLIOTECAS 11 e 12); acesso e uso de computadores, a identificação de fontes confiáveis,

orientação aos alunos quanto às fontes de informação, como realizar pesquisas nas fontes impressas e na internet (BIBLIOTECAS 2 e 6); realizar buscas de informação em bases de dado (BIBLIOTECA 5).

O GESTOR 6 diz ofertar treinamentos para a comunidade, no qual especifica a biblioteca como um espaço de todos, assim como as conexões possíveis aos usuários por intermédio da leitura.

No que se refere às estratégias de acesso, ofertamos o treinamento para uso da biblioteca que revela a mesma como equipamento cultural gratuito que possibilita conexões entre recursos da informação e leitores.

Por conseguinte, a formação do profissional bibliotecário é necessária, aspecto que a IFLA e UNESCO (2022, sem paginação) frisam “os recursos humanos e materiais suficientes, bem como a formação continuada do bibliotecário são imprescindíveis tanto para garantir serviços adequados como para enfrentar os desafios do presente e do futuro”.

Essa formação deve se dar por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas, assim como a formação de mediadores de leitura e promoção de ações de estímulo à leitura, aspectos que são diretrizes da Política Nacional de Leitura e Escrita para o fomento à leitura e escrita. Nessa Política, a formação continuada em práticas de leitura é uma das estratégias para professores, bibliotecários, agentes de leitura, entre outros enquanto mediadores desse processo.

A partir desse entendimento, o QUADRO 17 traz os apontamentos dos respondentes do questionário eletrônico acerca do incentivo à formação dos servidores e a formação continuada dos servidores dos bibliotecários.

Quadro 17 - Incentivo e promoção da formação continuada dos servidores
(continua)

BIBLIOTECA	INCENTIVO À FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES	FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO BIBLIOTECÁRIO
BIBLIOTECA 1	Não	Pedagogia
BIBLIOTECA 2	Incentiva. Além do incentivo da própria administração pública com todos os servidores, em cursos de graduação e pós-graduação, quando há cursos específicos na área, a Secretaria de Cultura incentiva total ou em parte em recursos na formação.	Sim, possui duas pós-graduações.
BIBLIOTECA 3	Sim, principalmente com eventos <i>on-line</i> sugeridos pelo SEBP MG.	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>
BIBLIOTECA 4	Sim, a prefeitura oferece cursos aos colaboradores.	Tenho biblioteconomia, pedagogia, pós-graduação em gestão de pessoas e Educação Inclusiva.

(continuação)

BIBLIOTECA	INCENTIVO À FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES	FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO BIBLIOTECÁRIO
BIBLIOTECA 5	Não, ainda.	Não.
BIBLIOTECA 6	A biblioteca não tem costume de oferecer cursos para os servidores. Quando são oferecidos, estes são realizados pela Secretaria de Educação do Município.	Sim, alguns possuem segunda graduação e/ou pós-graduação.
BIBLIOTECA 7	Sempre que possível.	Sim. Pós-graduação e curso de Extensão.
BIBLIOTECA 8	A prefeitura incentiva por meio de cursos em Belo Horizonte e <i>on-line</i> .	Não.
BIBLIOTECA 9	Sim.	Não. Somente graduação até o momento.
BIBLIOTECA 10	Incentivamos os servidores, mas nada ostensivo, nem institucional.	Não.
BIBLIOTECA 11	Sim	Não
BIBLIOTECA 12	Sim. Anualmente é feita capacitação para todos os funcionários do setor.	- Pós-graduação em Biblioteconomia: Sistemas de Informação, tecnologia e exatas; - Segunda graduação em Pedagogia e Pós-graduação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; - Terceira graduação em História.
BIBLIOTECA 13	Não. Não há programas nesse sentido. O incentivo vem por parte do Sistema Estadual, com propostas de cursos e outras informações.	Sim. Graduação em História e pós-graduação em História e Cultura do Brasil e outra em <i>User Experience (UX)</i> e <i>User Interface (UI)</i> .
BIBLIOTECA 14	Sim. Sempre que possível.	Sim. Pós-graduação
BIBLIOTECA 15	Não	Não
BIBLIOTECA 16	Não.	Pós-graduação
BIBLIOTECA 17	Sim, mas por não serem estagiários na área, não demonstram interesse.	Sim. Especialização
BIBLIOTECA 18	Em partes. Eu, como bibliotecária, tento expandir meus conhecimentos por meio de minicursos e palestras, porém vejo uma resistência dos outros funcionários.	Não
BIBLIOTECA 19	Os profissionais participam de cursos e lives ofertados pelo Sistema de Bibliotecas de MG, entre outros.	Não possui bibliotecário. Uma profissional possui graduação em Administração Pública, a outra profissional possui graduação em Pedagogia.
BIBLIOTECA 20	Não.	Não
BIBLIOTECA 21	Não.	São duas bibliotecárias
BIBLIOTECA 22	Não.	Sem formação complementar
BIBLIOTECA 23	Não.	Sim. Duas especializações.
BIBLIOTECA 24	Sim, atualmente todos os servidores passam por curso de capacitação.	Não

(conclusão)

BIBLIOTECA	INCENTIVO À FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES	FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO BIBLIOTECÁRIO
BIBLIOTECA 25	Oferece e “informa” sobre a existência de cursos gratuitos ou <i>on-line</i> na área de atendimento ao público, informática, mediação da leitura e a formação de auxiliar de bibliotecas. Infelizmente há pouco interesse dos funcionários.	Pós-graduação
BIBLIOTECA 26	Não, mas estamos desenvolvendo projetos futuros para este fim.	Pós-graduação em Biblioteconomia
BIBLIOTECA 27	A biblioteca é subordinada à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, esta, por meio de plataformas digitais promove cursos diversos no sentido de permitir aos servidores capacitação em várias áreas do conhecimento.	Sim. Entre os servidores que possuem formações complementares temos profissionais com segunda graduação em Direito, outros com pós-graduação em Gestão Cultural, Mestrado em Ciência da Informação e Doutorado.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A partir das várias situações elencadas no QUADRO 17 que contribuem ou não para a formação continuada dos servidores, é preciso destacar o trabalho desenvolvido pelo SEBPMG. Conforme pontuado pela COORDENADORA, a pandemia de covid-19 possibilitou/impulsionou o SEBPMG na ampliação da formação dos servidores das bibliotecas públicas, de modo *on-line*, com recursos financeiros do programa “ICMS Patrimônio Cultural”. Essas ações formativas partem dos benefícios e o alcance oportunizado pelas plataformas digitais, em compensação aos desafios que a imensa dimensão territorial de Minas Gerais acarreta para uma formação presencial, assim como em resposta a problemática da questão orçamentária, já que a falta de recursos impacta diuturnamente o desempenho das atividades das bibliotecas públicas. Sobre esse aspecto, disse:

Tudo *on-line*, porque a pandemia trouxe isso para a gente e para o Sistema funciona. Porque assim, os municípios também não têm dinheiro para mandar os representantes das bibliotecas aqui para formações em Belo Horizonte e muito menos mandar a gente para o interior para fazer os cursos lá, não é? É o que está funcionando.

É preciso refletir acerca das responsabilidades dos gestores públicos mantenedores das bibliotecas públicas sobre essa temática, uma vez que para cumprir com as missões no campo do acesso ao livro e promoção do hábito de leitura supõe-se que as condições deveriam estar presentes nas políticas que versam sobre o livro, leitura e biblioteca.

A fala da GESTORA 4 exemplifica a falta de entendimento e apoio para a formação do servidor nas diversas temáticas que perpassam as bibliotecas públicas e que contribuem

para a diversificação e dinamização dos serviços e produtos de informação ofertados à comunidade, sobretudo para a formação do hábito de leitura.

O Sistema Estadual de Bibliotecas, ele é bom demais. Ele, né, tanto na questão das atividades que ele que eles proporcionam, quanto na questão da gente, esqueci a palavra, das conexões que a gente consegue fazer com outros bibliotecários para ter outras experiências e outras visões das nossas necessidades e eles fazem. Igual, hoje teve a Alexandria, sobre patrimônio imaterial, que apesar de não ser o foco, porque aqui a gente está trabalhando com patrimônio material, patrimônio escrito, mas eu acho que muito da questão cultural, ela ainda é oral, principalmente aqui, né. Eu trabalho em Belo Vale, aqui tem, se eu não me engano, são três Comunidades Quilombolas e a cultura quilombola ela é muito oral. Então, como que a gente pode trabalhar isso, para que a gente mantenha esses registros históricos dessa cultura, dessas ações, né, dessas histórias. Então, eu acho que a Biblioteca ainda faz parte disso e a gente tem quer expandir a cabeça. Eu estava querendo comprar uma vitrola, porque a gente tem uma prateleira ali só de vinil. Eu queria comprar uma vitrola para que a gente pudesse tocar esses vinis aqui, fazer atividades voltadas à música e tal e aí alguém me falou, “ah mas Rafaela, a biblioteca é para livros, eu não vejo porque trazer música para a biblioteca”. Eu falei, “não, calma gente, calma, a gente já passou dessa ideia de que biblioteca é um depósito de livros”. A gente tem que abrir a cabeça, porque a literatura, música é poesia, poesia é literatura. A gente pode fazer várias conexões aí, não é ficar preso no livro. “Ah meu Deus, o livro aqui, não”. A gente tem que entender de que forma que a leitura permeia a sociedade e as culturas para poder, então, assim, eu acho que o Sistema, ele possibilita muito isso. Aqui, o incentivo é bem menor, por exemplo, teve um evento em Belo Horizonte, chama “BEAGALÊ⁴⁶”, que era para ser dois dias de evento, falando sobre saúde mental e biblioteca. Eu louca para participar e eu sou de Belo Horizonte. Então eu falei, gente é só eu não vir, eu fico aqui em Belo Horizonte, vocês não vão ter custo nenhum. Eu pago o meu transporte, o evento é gratuito e a gente pode fazer parceria com CRAS, porque aqui tem vários grupos, né, de trabalho de pessoas com problemas mentais etc. **Então, eu estava, assim, borbulhando de ideias para como que eu poderia aplicar aquilo que eu iria aprender aqui. Não deixaram eu participar porque era no dia de trabalho e a minha função é catalogar livros. Então, assim limita, né, até mesmo a atuação da biblioteca com a comunidade né. Fica nesse pensamento tecnocrata, de que ah o bibliotecário vai catalogar livro, porque essa parte técnica, o resto deixa para as outras pessoas. Esquecem essa função sociocultural que o bibliotecário tem também.** Mas aí eu ainda estava tentando batalhar para essa conscientização, mas agora eu meio que só aceitei o meu destino mesmo, infelizmente. (Grifo nosso).

A GESTORA 1 destaca que o Estado oferece cursos de qualidade em diversas áreas, contudo, observa a ausência de formações específicas voltadas para o âmbito das bibliotecas.

Então, o estado até tem oferecido serviços e formação, mas oferece muitos cursos na área de RH, por exemplo, para que as pessoas entendam melhor como funciona o RH, seja presencialmente ou a distância, e também na área de ética, para compreender o código de ética do estado. No entanto, nem todo mundo participa desses cursos. Se você acessar o site da SEPLAG, verá que eles oferecem cursos em várias modalidades, como pregão, compras, entre outros. O ideal seria que todos os

⁴⁶ O Seminário BEAGALÊ, criado em 2007, é uma iniciativa da Fundação Municipal de Cultura e visa promover discussões sobre leitura, literatura, livros e bibliotecas. O BEAGALÊ é uma plataforma contínua de formação, capacitação e discussão para profissionais e público em geral, fortalecendo a rede de bibliotecas da Fundação Municipal de Cultura.

servidores entendessem, por exemplo, como funciona o processo de compras do estado, que é bastante complexo. A lei mudou recentemente, incluindo a lei para aquisição de bens do estado, e a SEPLAG oferece um curso para quem quiser aprender como funciona a nova legislação, substituindo a antiga Lei 8666, que era muito difícil de entender. Agora, a nova lei é mais clara. Para fazer uma compra, por exemplo, é necessário realizar um estudo técnico do item que se deseja adquirir, e o estado oferece esse tipo de curso. Contudo, nem todo mundo faz esses cursos. **Agora, um curso específico para a área de biblioteca, até onde sei, não existe. O estado oferece formação na área de análise administrativa, gestão, RH, entre outras, mas não necessariamente voltado para bibliotecas.** Eu já participei de alguns cursos, outros não, principalmente porque trabalho 8 horas por dia e, às vezes, preciso de mais de 10 horas para dar conta de tudo que preciso fazer. [...]. As coisas no estado funcionam muito assim: temos muitas tarefas para fazer e não dá tempo de fazer tudo o que gostaríamos. (Grifo nosso).

Outro aspecto que as GESTORAS 1 e 3 pontuaram foi referente à política de incentivo à qualificação. A concessão do benefício para o servidor qualificado esbarra no orçamento, algo que o Estado e o Município não cumprem. São situações que dizem muito sobre a valorização do servidor. Infere-se uma desarticulação entre a teoria – já que a lei expressa esse direito – e a prática, que é outra história.

Então, o Estado tem, em teoria, que aplicar a lei, mas há um grande problema. Veja, por exemplo, eu fiz minha pós-graduação há 5 anos. Pelo regulamento, eu teria o direito de receber um aumento salarial por ter concluído essa formação. No entanto, a resposta que me dão para a minha falta de progressão é que isso esbarra no teto de gastos do Estado. Se concederem minha promoção, não serei a única a ser beneficiada, pois todos que fizeram pós-graduação também têm o mesmo direito. Você não acha isso problemático? Estou na Secretaria de Cultura, e lá a situação é semelhante. Embora eu tenha feito uma pós-graduação em Gestão Cultural, que é algo muito relevante, a realidade é que eles não conseguem liberar os recursos necessários para a minha progressão ou promoção. Dizem que, mesmo que eu tenha feito o curso, pode ser que um dia eu receba os atrasados, mas nem isso está garantido. [...] O ideal seria que, ao fazer um curso de gestão, especialmente em gestão cultural, eu pudesse aplicar esse conhecimento para melhorar minha performance no serviço público, na biblioteca, por exemplo. O objetivo é aprender a fazer projetos, desenvolver novas habilidades que melhorem o serviço que ofereço. Eu investi muito dinheiro nessa formação, e o retorno que recebo é que não podem me conceder esse aumento porque isso ultrapassaria o teto de gastos. E assim a situação continua. (GESTORA 1).

Então, nós temos aqui na prefeitura, dentro do plano de cargos e salários, o plano de carreira, que deveria estimular as pessoas a fazerem cursos relacionados ao local em que trabalham. Porém, esse plano de carreira, que deveria promover a capacitação, está parado desde o seu lançamento, pois várias questões precisavam ser definidas. Hoje, não temos um incentivo, como uma política, para capacitar os servidores, algo que, por exemplo, poderia proporcionar ganhos financeiros, entre outros benefícios. Isso acaba partindo da iniciativa individual de cada um, de buscar um curso interessante, participar, fazer... coisas que vemos não apenas como uma melhoria financeira, mas também como uma melhoria do setor, da biblioteca, porque, em muitos aspectos, ainda estamos engatinhando. Eu acredito que o maior desafio das bibliotecas públicas é se estabelecerem como utilidade pública, de fato, trazendo temáticas relevantes, atraindo pessoas, proporcionando acesso à informação e oferecendo espaços mais livres. Acho que esse é o grande sonho, pelo menos para nós, bibliotecários: ter espaços mais livres, mais inclusivos, onde as pessoas possam acessar livremente. Percebo que aqui ainda é uma cidade muito conservadora, e que

ainda precisamos melhorar muito. Até mesmo para que as pessoas possam encontrar o seu próprio lugar e sentir que a biblioteca é um espaço que lhes pertence. Quando temos esses cursos, vejo que as pessoas ficam com a mente mais aberta. Tivemos a oportunidade de assistir a algumas palestras, inclusive de Marília, que foi minha professora também. Nossa, é impressionante! Quando ela vai dar uma palestra ou quando o Sistema a convida para algo, temos que assistir, porque não tem como sair de uma palestra dela sem querer modificar nossa estrutura, melhorar, proporcionar mais acesso e incluir mais pessoas. Apesar de muitas vezes isso partir de nós mesmos, às vezes mostramos um curso para a nossa diretora, ou uma colega coloca algo no grupo. Eu comento: "Leda, poderíamos passar isso para todos fazerem, talvez criar uma turma, dividir o pessoal." E ela diz: "Vamos fazer, é interessante." Então, mesmo que às vezes não exista um incentivo político formal para nós, vamos nos virando com o que temos. (GESTORA 4).

Fundamentada na Política Nacional do Livro, a Política Estadual do Livro de Minas Gerais é omissa nesse sentido, pois, apesar de mencionar, a partir da Lei, que compete ao poder público, isoladamente ou por meio de parcerias públicas ou privadas a responsabilidade pela criação de bibliotecas e salas de leitura nas escolas, assim como fortalecer o SEBPMG para a consecução dos objetivos da política, nada sobre a capacitação dos servidores é especificada. Verifica-se aquilo que os pesquisadores Paiva (2008), Ferraz (2015) e Rocha (2019) observaram quando pesquisaram/estudaram as bibliotecas públicas, as políticas para o livro e a leitura são as premissas/princípios/diretrizes para a atuação desses equipamentos. Há uma supervalorização do mercado editorial em detrimento das condições de existência e atuação das bibliotecas.

Totalmente desvinculada do compromisso com a formação e capacitação dos agentes para a mediação e promoção da leitura e escrita, a Política Nacional do Livro, mesmo que cita como uma diretriz a capacitação da população para o uso do livro, bem como reconhece seu papel com a manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, não faz menção aos sujeitos responsáveis por colocar em prática essa Política, nem como esse processo será implementado. A centralidade dessa política está no mercado editorial, não nos sujeitos e nas bibliotecas.

A Política Nacional de Leitura e Escrita estabelece como um dos seus objetivos – dentre as várias ações necessárias para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil – a capacitação de pessoal, assim como o fortalecimento das bibliotecas públicas, mediante a “qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações”. (Brasil, 2018, *on-line*).

Conforme estabelece a Política Nacional de Leitura e Escrita, as metas e ações para a consecução dos objetivos para com a leitura e escrita serão elencadas no Plano Nacional do

Livro e Leitura, em conjunto pelo Ministério da Cultura e o Ministério da Educação de forma participativa, assegurando a manifestação de conselhos de educação, cultural e representantes de secretarias estaduais, distritais e municipais de cultura e de educação, da sociedade civil e do setor privado. No entanto, como afirma Castro (2003, p. 70),

projetos desconexos e sem continuidade têm sido engendrados pelo Estado, o que nos autoriza a afirmar que, no âmbito governamental, não há qualquer ação efetiva para o fortalecimento do diálogo entre ensino e biblioteca. Através de um discurso pseudomoderno vivencia-se, atualmente, uma deturpação do conceito de ensino, de escola e de biblioteca, agora traduzido sob o binômio máquina-informação.

Ainda, Castro (2003) reflete que uma mudança nesse histórico só seria possível se houvesse um intercâmbio entre a Pedagogia e a Biblioteconomia. Desse modo, professores e bibliotecários ao intercambiarem saberes e práticas, assumiriam outras posturas frente à escola e à biblioteca.

6.1.2.3 *Promoção de acesso a uma ampla gama de informações e ideias sem censura*

Ao considerar que a biblioteca pública é o centro local de informação, bem como deve disponibilizar todo tipo de conhecimento e informação a toda e qualquer pessoa, a IFLA e UNESCO (2022, sem paginação) reforçam que “as coleções e os serviços não devem estar sujeitos a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa, nem a pressões comerciais”.

Isso posto e diante dos vários casos de censura a alguns livros em bibliotecas brasileiras, principalmente em escolas públicas, fatos amplamente noticiados pelas diversas mídias sociais, a FEBAB lançou em 2020 a campanha *Bibliotecas Que Não Se Calam*⁴⁷, durante o dia da pessoa bibliotecária. De acordo com a FEBAB (2020), o cerceamento do acesso à diversidade da produção literária e científica nos acervos das bibliotecas e na realização de atividades culturais é uma das formas de censura, que pode se manifestar de diferentes maneiras. A FEBAB almeja ampliar esse debate para fortalecer todas as bibliotecas, uma vez que, vez por outra, a censura – sobremaneira de cunho ideológico e religioso, vem à tona no âmbito das bibliotecas da educação básica.

Com o crescimento substancial da lista de livros atacados por figuras políticas, essas vozes “conservadoras” têm suscitado a preocupação de leitores, educadores, autores e do segmento livreiro, principalmente em contexto com baixos índices de leitura, *fake news* e

⁴⁷ Disponível em: <https://censurado.febab.org/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

desinformação, processos que foram ainda mais agravados pela pandemia de covid-19. O argumento dos grupos que promovem o cerceamento de obras literárias – em alguns casos, a iniciativa partiu dos pais, em outros, de professores, políticos ou *influencers*, assenta-se no fato de que os livros seriam inapropriados, nocivos, doutrinadores, sexualmente explícitos entre outros, para o uso nas escolas.

O cerceamento de obras literárias sempre existiu, mas nos últimos tempos os episódios estão mais visíveis, algo que não vai desaparecer com a simples mudança de governos, pois vem ocorrendo de forma sistemática na sociedade, contando com as tecnologias do momento. O desejo é que a liberdade prevaleça, mas essa situação depende também do momento político em cada região e os livros tornam-se alvos preferenciais dessas vozes dissonantes porque são os canais de comunicação em que as “temáticas mais controversas” costumam ser tratadas. (Torres, 2024).

Delcolli (2024) enuncia que a Reforma Protestante e o Holocausto são dois exemplos clássicos dentre os vários episódios históricos ocorridos nessa guerra cultural, em que há remoção de ideias diversas da esfera pública, já que conhecimento é poder. Entende-se que a censura que se vê hoje talvez também seja uma resposta contraofensiva à ascensão de obras escritas por mulheres, pessoas negras e povos originários em relação aos cânones – homens em sua maioria e brancos – que até pouco tempo dominavam a cena literária.

Essa conjuntura, em parte, é causada pela ascensão da extrema direita no cenário político, aliada ao controle do conhecimento e do subfinanciamento das bibliotecas públicas, boicotadas nos orçamentos gestados pelos governos. O livro é o primeiro passo desse processo, não logrando efeito, as bibliotecas são boicotadas nos repasses de verbas. As ameaças são mais fortes em espaços onde os legisladores buscam restringir os direitos, principalmente de pessoas transgênero, assim como discussões de gênero, sexualidade e raça, narrativas presentes nos livros censurados. (Delcolli, 2024).

Apesar da diversidade de formas de conter a difusão dos discursos impressos, destaca-se que seu objetivo é sempre o mesmo: conter a pluralidade das ideias disseminadas através da palavra impressa a fim de garantir o controle e manutenção de seus projetos próprios, a manutenção do poder, através de uma hegemonia cultural. (Igreja, 2021).

A título de exemplo, citam-se os recentes casos com impacto nos espaços públicos:

- i- (2024) “O menino marrom”, do escritor e cartunista Ziraldo, alvo de censura mediante ato da Secretaria de Educação de Conselheiro Lafaiete após reclamações de um grupo isolado de pais de alunos. Narrativa que conta a história de amizade entre um menino negro e um

- branco, que investigam o mistério das cores e aprendem sobre a diversidade racial, teve a suspensão derrubada pela 1ª Vara Cível da Comarca de Conselheiro Lafaiete;
- ii- (2024) “O avesso da pele”, do autor Jeferson Tenório, que ganhou Prêmio Jabuti na categoria Romance Literário de 2021, foi alvo de censura nas redes de educação do Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná. A narrativa aborda relações sociais, identidade, racismo, violência e negritude. Apesar da solicitação de recolhimento em algumas redes, o título continua fazendo parte da lista de obras do PNLD;
 - iii- (2023) “A Química entre Nós”, por Larry Young e Brian Alexander; “Coração Satânico”, de William Hjortsberg; “Donnie Darko”, de Richard Kelly; “Ed Lorraine Warren: Demonologistas - Arquivo sobrenaturais”, de Gerald Brittle; “Exorcismo”, de Thomas B. Allen; “It: A Coisa”, de Stephen King; “Laranja Mecânica”, de Anthony Burgess; “Os 13 Porquês”, de Jay Ascher; “O Diário do Diabo: Os segredos de Alfred Rosenberg”, o maior intelectual do nazismo, de Robert K. Wittman e David Kinney, nove obras que tratam sobre regimes totalitários, nazismo, sexualidade e terror retiradas, de uma só vez, de circulação dos acervos das escolas da rede pública e armazenadas em local inacessível à comunidade escolar, a mando da Secretaria de Educação de Santa Catarina. O caso está sob investigação, do Ministério Público, já que aparentemente não existe nenhuma justificativa para a ação;
 - iv- (2019) “Vingadores, a Cruzada das Crianças”, história em quadrinhos de Allan Heinberg e Jim Cheung, a obra foi censurada pelo ex-prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, que ordenou o recolhimento dos exemplares do livro da Bienal do Rio de Janeiro, devido a uma ilustração que retratava dois homens se beijando;
 - v- (2019) “Beirage”, livro de poesias de George Furlan, teve a circulação retirada das escolas e das bibliotecas públicas de São José dos Campos, sob a justificativa de que a narrativa, repleto de críticas ao golpe da ditadura militar e à bancada evangélica, extrapolava as “regras da legalidade”;
 - vi- (2018) “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, obra compilada de Gaudêncio Fidelis, censurada por cinco câmaras de vereadores de diferentes municípios do Rio Grande do Sul, que exigiram a retirada do catálogo das bibliotecas públicas locais. A publicação reúne obras e pesquisas da exposição homônima, que foi cancelada em Porto Alegre, mas reaberta meses depois no Rio de Janeiro.

A respeito do caso ocorrido na Bienal do Rio de Janeiro, Celso de Mello – Ministro do Supremo Tribunal Federal – teceu reflexões que são extensivas à compreensão de todos os fenômenos revelados pela censura:

sob o signo do retrocesso, cuja inspiração resulta das trevas que dominam o poder do Estado, um novo e sombrio tempo se anuncia, da intolerância, da repressão ao pensamento, da interdição ostensiva ao pluralismo de ideias e do repúdio ao princípio democrático. [Ainda completou] Mentes retrógradas e cultoras do obscurantismo, e apologistas de uma sociedade distópica, erigem-se por ilegítima autoprocamação, à condição de sumos sacerdotes da ética e dos padrões morais e culturais que pretendem impor, com apoio de seus acólitos, aos cidadãos da república. (Mello, 2019)⁴⁸.

Todos esses casos evocam um cenário futurístico distópico⁴⁹ como o retratado em “Fahrenheit 451”, de Ray Bradbury, no qual um governo autoritário incumba bombeiros da missão de incinerar livros para restringir o acesso ao conhecimento. Assim como também se assemelha ao crescente movimento de banimento de livros em bibliotecas mundo afora, fatores que extrapolam o campo da ficção literária, no qual os alvos preferenciais são obras sobre ou escritas por pessoas não brancas e LGBTQ+.

Retornando-se ao objeto aqui discutido, a biblioteca pública – instituição social por excelência, espaço para todas as formas de manifestação e produção intelectuais, espaço onde os serviços de informação devem ser prestados com base na igualdade de acesso para todos, espaço de inclusão de todas as faixas etárias e onde devem encontrar o material relevante para as suas necessidades que, por conseguinte, almeja manter sempre sua comunidade informada e conscientizada, conforme expressam a IFLA e UNESCO (2022).

Ante todo o exposto, foi perguntado respondentes sobre a existência de alguma forma de censura ou recomendação de “cuidado” na preparação da listagem de livros para aquisição pelas bibliotecas. Nenhum dos entrevistados relatou ter presenciado alguma situação de censura a algum item do acervo ou a proibição de compra de algum livro em específico. Sobre essa questão, a GESTORA 3 disse o seguinte:

Mas graças a Deus, eu falo assim que nós não fomos daquelas bibliotecas que o pessoal virou e falou assim, vamos proibir esses livros, não vamos comprar esse, vamos esconder esses outros. Não, nós não tivemos esse problema. Então, eu ainda acho que a gente está é na vantagem ainda, sabe?

Entretanto, é preciso destacar que a aquisição de livros, por meio da compra, não é um processo que anualmente é realizado por esses equipamentos, em vista da falta de recursos destinados pelos gestores públicos para essa finalidade. Compreendendo que a biblioteca, como um espaço plural e de todos, deve ter de tudo um pouco, pois, quem define o que quer

⁴⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/08/politica/1567961873_908783.html. Acesso em: 10 ago. 2024.

⁴⁹ DISTÓPICO. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/dist%C3%B3pico>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ler é o público, a GESTORA 3 relatou que em relação ao último processo de compra, a única recomendação foi privilegiar a literatura, acervo mais demandado pela comunidade que utiliza a biblioteca.

Nós fizemos uma compra que foram 2000 títulos, então a gente conseguiu inserir muita, eu vou usar o tema diversidade, nós conseguimos diversificar o acervo. Então, foi uma preocupação nossa, e assim nós tivemos total liberdade, porque ninguém falou assim, vou avaliar os títulos que vocês vão comprar. Hora nenhuma teve isso, que foi para nós, assim, maravilhoso, você me entende. Eu acho que não é nem questão de ofender, mas é porque assim, os tempos estão bem sensíveis. Eu penso assim, a biblioteca, eu sempre falo isso, falo com todo mundo, a biblioteca é um espaço de todos. Então, a gente não pode limitar aquilo que a gente acha que é bom para a gente. Eu falo assim, porque hoje em dia, a minha responsabilidade principal é o processamento técnico, porque que é importante, por exemplo, eu começar no processamento técnico? Por que antigamente você tinha uma seleção assim, ah, esse livro não é interessante, esse livro aqui não é um best-seller, as pessoas não vão querer ler. E eu já penso que é livro, quem define o que quer ler é o público. Então, eu penso que nós devemos ter tudo na biblioteca. Eu não posso, por exemplo, assim, ah, nós temos então uma gestão, por exemplo, que é de direita. Então eu não vou ter nenhum livro falando sobre a vida do Lula, mas ele é o presidente do país. Então tem que ter, sim, por exemplo, um livro sobre a vida dele, independente das pessoas gostarem dele ou não. Tem que ter livros de temática LGBT eu não sei exatamente o termo agora, mas por exemplo, dessa temática, independente das pessoas, são conservadoras, são evangélicas, nós precisamos ter livros nessas temáticas. Então assim, eu penso que a biblioteca é um espaço plural. Então eu não senti, por exemplo, ninguém chegou para a gente e perguntou o que é que vocês estão comprando? As listas estavam disponíveis, elas foram para a Secretaria, mas confiaram no que a gente tinha selecionado para a biblioteca e não houve essa interferência do tipo, ah, eu acho que vocês podiam colocar mais isso ou não. O que foi falado é que, vamos privilegiar literatura, porque é o nosso maior conteúdo que sai. Então vamos privilegiar isso, para a gente não comprar muito conteúdo técnico, esse é o livro que menos sai. Vamos privilegiar principalmente as literaturas. Então a gente colocou uma grande quantidade de livros de literatura, mas também livros que a gente achava superimportante, pela biblioteca que eram de autores que trazem um conteúdo muito interessante sobre igualdade, sobre diversidade, sobre movimentos, algumas coisas que a gente acha importante ter na biblioteca. E aí então a gente comprou uma parte e ninguém, hora nenhuma questionou a nossa compra. Eu acho que isso foi um ponto positivo.

A falta de dados mais concretos sobre a questão da interferência e/ou censura nas bibliotecas públicas, por parte dos respondentes aqui na tese apresentados, não possibilita uma análise mais acurada.

Extrapolando a questão da censura, Vergueiro (1987) chama a atenção também para a autocensura quando da confecção das listas de aquisição. Para o autor, é difícil para o bibliotecário conseguir frear uma tendência que lhe é inerente, formar o acervo apartado das suas próprias convicções e visões de mundo, contemplando obras que, como cidadão, considera perniciosas. Esse aspecto na prática bibliotecária muitas vezes não recebe a devida atenção, seja por falta de conhecimentos que deveria ter aprendido à época da graduação, ou mesmo comodismo.

Ainda para Vergueiro (1987), a liberdade intelectual dos usuários de bibliotecas é, teoricamente, considerada um direito assegurado pela maioria dos bibliotecários, sendo que qualquer situação de restrição que se faça, torna-se um atentado digno dos mais veementes protestos e reações. Em termos práticos, essa questão é um pouco mais complexa e polêmica. No entanto, agir concretamente contra as pressões que vêm de parte da sociedade – autoridades governamentais, associações civis ou de indivíduos – é outra história. No Brasil, poucas informações se possui sobre as práticas de censura em bibliotecas, a não ser aquelas poucas que estão agora sendo veiculadas pela imprensa. Nesse aspecto, os bibliotecários brasileiros não possuem tradição de luta contra a censura em bibliotecas, por razões de formação acadêmica e antecedentes históricos, muito embora as mesmas tenham sofrido, tanto no passado como na atualidade, atentados que visavam restringir a liberdade intelectual dos usuários.

Esta é uma discussão que deve ser levantada por toda a categoria e na qual as associações, sindicatos e demais órgãos profissionais deverão assumir um papel destacado. (Vergueiro, 1987). A campanha da FEBAB, enunciada no início desse texto, é um exemplo do trabalho a respeito dessa questão. No entanto, para que as bibliotecas possam desafiar a censura no cumprimento de sua responsabilidade de prover informação e esclarecimento, torna-se necessário que os bibliotecários se engajem nessa luta, perfil postural que o *advocacy* demanda desse profissional.

6.1.2.4 Fornecimento de serviços de maneira presencial e remota por meio de tecnologias digitais

As experiências virtuais partir da convergência digital dos vários meios de comunicação – impressos, áudio e vídeo – vêm causando mudanças na forma de lidar com o ambiente informacional e as práticas profissionais, ambas envoltas no uso constante das tecnologias. Esse ambiente deixou de ser exclusivamente presencial para se tornar também virtual, acarretando mudanças e adaptações a essa “nova” realidade, em que o uso constante das TIC digitais transforma o cenário informacional em ambiente de aprendizagem constante. (Carvalho; Silva, 2009).

Em razão da diversidade dos seus acervos, Santos (2015) expressa que as bibliotecas públicas são locais de cultura, uma vez que não contêm apenas livros com informações culturais, mas abrangem várias temáticas que contemplam língua, culinária, leis, vestuário, costumes etc., assim como outros formatos e suportes que contém CDs, DVDs, discos, obras

raras, pinturas, documentos históricos, documentos digitais entre outros materiais, um rico e vasto material cultural.

Na atualidade, com os avanços das TIC, ressalta-se que a oferta de conteúdos digitais torna-se imperativo nas bibliotecas. A IFLA e UNESCO (2022) salientam que a legislação de direitos autorais e propriedade intelectual devem, na era digital, possibilitar às bibliotecas públicas, com base em termos razoáveis, a mesma capacidade de acesso em relação aos recursos físicos.

Cunha (1999) reflete que apesar das dificuldades financeiras que tradicionalmente a biblioteca enfrenta, as novas tecnologias foram, paulatinamente, incorporadas as suas atividades, provocando mudanças internas e na maneira de prover produtos e serviços de informação aos usuários. A rápida mudança nas TIC, cada vez maior num espaço temporal cada vez menor, impôs à biblioteca um período de transição em que decisões precisam ser tomadas a respeito dos equipamentos a serem utilizados, programas e *softwares* a serem adquiridos, formatos de acervos e assim por diante.

O compartilhamento de conhecimento em meios digitais solidificou o computador como meio para as relações de comunicação, da mesma forma a ideia de espaço físico da biblioteca e a transformação da prática bibliotecária em relação ao surgimento de novos serviços ou adaptação às tecnologias digitais, assim como em relação aos usuários, que pode ser presencial ou virtual. Os desafios com as questões ligadas à informação, comunicação e conhecimento continuam fortes, sobretudo com a velocidade de renovação das tecnologias digitais.

Ao considerar que a biblioteca pública está inserida nas transformações decorrentes das TIC, com seus acervos ampliados por obras digitais e novas demandas de usuários emergindo nesse "novo contexto", ainda que ciente dos desafios associados à adaptação a essa realidade – especialmente no que se refere à escassez de recursos para o desenvolvimento do acervo e a modernização dos espaços, o QUADRO 18 aborda a introdução de tecnologias digitais nesse ambiente.

Quadro 18 - Oferta de acervo virtual/digital pelas bibliotecas públicas

(continua)

BIBLIOTECA	ACERVO VIRTUAL/DIGITAL	OUTROS MÍDIAS E TECNOLOGIAS
BIBLIOTECA 1	Não.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 2	Sim. Apenas consulta.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.

(continuação)

BIBLIOTECA	ACERVO VIRTUAL/DIGITAL	OUTROS MÍDIAS E TECNOLOGIAS
BIBLIOTECA 3	Não.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 4	Não temos acervo virtual, somente físico.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 5	Não, ainda. Apesar de no serviço de referência instruímos sobre outras possibilidades de recuperação de informações tanto na web quanto locais (outras bibliotecas).	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 6	Oferecemos o serviço de referência, onde indicamos onde o leitor pode encontrar a informação desejada, caso ela não esteja fisicamente na biblioteca. Mas não possuímos uma base de dados ou biblioteca digital própria.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 7	Não.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 8	Não.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 9	Sim, a biblioteca possui biblioteca virtual, entretanto esta é provisória e tem final de contrato próximo.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 10	Não, infelizmente.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 11	Não	Não possui outros formatos de mídias.
BIBLIOTECA 12	Não.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 13	Não.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 14	Não disponibiliza acervo virtual	Não possui outros formatos de mídias.
BIBLIOTECA 15	Não possui	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 16	Não	Não possui outros formatos de mídias.
BIBLIOTECA 17	Não	Não possui outros formatos de mídias.
BIBLIOTECA 18	Não temos nenhum material pago, mas sempre utilizo as ferramentas gratuitas disponíveis na internet para tentar suprir as necessidades dos usuários	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 19	Não. Não temos este recurso.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 20	Não. Falta recursos para realização.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 21	Não	Não possui outros formatos de mídias.
BIBLIOTECA 22	Não.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.
BIBLIOTECA 23	Não.	Não possui outros formatos de mídias.
BIBLIOTECA 24	Não	Sim, temos audiolivros, computadores e TV

(conclusão)

BIBLIOTECA	ACERVO VIRTUAL/DIGITAL	OUTROS MÍDIAS E TECNOLOGIAS
BIBLIOTECA 25	Não. Em 2022 a biblioteca foi contemplada em um projeto para uma biblioteca digital de uma plataforma, mas não houve adesão da comunidade.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso. CDs e DVDs não fazem mais parte do acervo em função da falta de equipamentos que não receberam manutenção. Foram doados. Há computadores que estão disponibilizados para os frequentadores com internet wi-fi.
BIBLIOTECA 26	Não. Existe um projeto para adesão ao acervo virtual/digital.	Não
BIBLIOTECA 27	Sim, a biblioteca disponibiliza por meio do sistema Pergamum acervos pertencentes à sua Hemeroteca Histórica, composto por jornais e periódicos de inestimado valor cultural e histórico. Além disso, a Política Estadual do Livro (Lei Ordinária 18.312/2009) estabelece em seu Art. 4º o desenvolvimento de bibliotecas digitais e a DILLB busca no momento recursos orçamentários para sua implementação visando a descentralização do acesso ao seu acervo para todo o estado.	Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso. O Setor de Empréstimos da biblioteca dispõe de um variado acervo audiovisual em suporte DVD.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Considerando a situação das bibliotecas públicas no cenário brasileiro, que possuem demandas diversas e pouco apoio institucional, visualiza-se que as tecnologias digitais e seus recursos ainda não foram apropriados por esses equipamentos quanto à oferta de produtos e serviços a sua comunidade. É preciso voltar o olhar para essa questão, principalmente num contexto pós-pandêmico, quando o uso dos recursos digitais teve um salto em virtude do isolamento social.

A partir do exposto no QUADRO 18, os recursos de informação utilizados nas bibliotecas públicas incluem apenas os formatos materiais em suporte tradicional, como CD, DVD etc. A biblioteca digital/virtual ainda é uma realidade distante, pois apenas os respondentes das BIBLIOTECA 9 e 25 sinalizaram terem sido contemplados com recursos para aquisição desse recurso. No caso das bibliotecas 5, 6, 18 e 27 os respondentes apontaram que, por meio do serviço de referência, reforçam junto aos usuários os recursos disponíveis na Internet. A BIBLIOTECA 27, por meio do seu sistema de gestão de acervo, Pergamum, possibilita aos usuários acesso aos conteúdos digitais disponíveis em seu, como jornais e periódicos.

No âmbito das políticas públicas voltadas para as bibliotecas, embora a Política Estadual do Livro – Lei 18.312/2009 – estabeleça, na alínea “f”, o objetivo de desenvolver

bibliotecas digitais e disponibilizar seus recursos de informação nos sítios eletrônicos oficiais do Estado, essa diretriz não tem sido efetivamente implementada. Na prática bibliotecária nas bibliotecas públicas, a indisponibilidade de recursos orçamentários ainda é imperativa, aspecto recorrente nos discursos dos respondentes, que enfrentam diuturnamente desafios tanto no desenvolvimento do acervo quanto no atendimento aos usuários.

O acervo digital, assim como outras fontes de informação acessíveis por computador, no contexto do financiamento público são aspectos que merecem mais atenção do poder público, já que tanto a Política Estadual do Livro quanto a Política Nacional de Leitura e Escrita – Lei nº 13.696/2018, atualizada pelo Decreto nº 12.166/2024 – abarcam em seus discursos a ampliação dos acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade a esses recursos como estratégia permanente para a promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas de acesso público no Brasil.

Vale ponderar que a IFLA e UNESCO (2022) especificam a importância da atuação do bibliotecário como um intermediário ativo entre usuários e recursos de informação, tanto digitais quanto tradicionais. Por conseguinte, os serviços de informação precisam ser acessíveis fisicamente ou digitalmente a todos os membros da comunidade.

6.1.2.5 Promoção do acesso a dados, conhecimentos e tradições locais e povos originários, incluindo a tradição oral

A biblioteca pública, da missão de educadora das classes sociais mais baixas e preservação dos valores então vigentes, assimilou também o fornecimento da “boa literatura” aos desocupados e sem dinheiro, transitou pela ordem, progresso e manutenção dos referenciais democráticos que deveriam ser dinamizados, possibilitando, assim, a continuidade do processo civilizador. Posteriormente, percebeu-se que essa instituição poderia contribuir com a socialização de seus usuários e para sua individualização, seja por meio da preservação e transmissão dos insumos representacionais da cultura de grupos específicos, seja pela promoção da vida intelectual dos indivíduos e lugares onde se inseriam. (Silveira, 2021).

A IFLA e UNESCO (2022) declaram ser missão da biblioteca pública a preservação de dados, conhecimentos e tradições locais e povos originários. Acrescenta-se também as tradições quilombolas, incluindo as expressões culturais e tradições orais. A partir disso, fomentar o diálogo e a diversidade intercultural, de forma a proporcionar um ambiente no

qual a comunidade tenha um papel ativo na identificação de materiais a serem coletados, preservados e compartilhados.

Além disso, expressam que são atributos essenciais aos acervos e aos serviços das bibliotecas públicas a preponderância pela qualidade e relevância às necessidades e condições locais, bem como retratar a diversidade linguística e cultural da comunidade, tendo em vista que a participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem do acesso livre e ilimitado ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

Com base nos dados do questionário eletrônico, o QUADRO 19 apresenta as respostas dos participantes sobre a existência de espaços dedicados ao trabalho de preservação da história, das tradições culturais locais e do acervo da biblioteca, que inclui obras relacionadas a dados, conhecimentos e tradições locais, abrangendo a tradição oral, bem como as culturas indígenas e quilombolas.

Quadro 19 - Preservação das tradições locais, da história oral e das culturas dos povos originários e quilombolas

(continua)

BIBLIOTECA	CONHECIMENTO DAS TRADIÇÕES LOCAIS, DA TRADIÇÃO ORAL E DAS CULTURAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS
BIBLIOTECA 1	Sim
BIBLIOTECA 2	A biblioteca conta com um acervo local, com estantes exclusivas para autores da cidade.
BIBLIOTECA 3	Sim, possuímos uma sala específica para este tipo de acervo.
BIBLIOTECA 4	Sim, a biblioteca tem obras com esses assuntos principalmente temos uma coleção sobre memória de Paracatu que traz todos essas temas por ser uma cidade histórica.
BIBLIOTECA 5	Existem itens. Mas poucos ainda.
BIBLIOTECA 6	Sim, a biblioteca conta com a "Sala Betim" espaço específico para obras que tenham como assunto principal a cidade de Betim nos mais diversos temas e livros publicados por autores betinenses.
BIBLIOTECA 7	Tradição local sim. Cultura indígenas e quilombolas não.
BIBLIOTECA 8	Tem poucos exemplares e desatualizados.
BIBLIOTECA 9	Sim. A Biblioteca possui acervo suficiente em se tratando do conhecimento e tradições locais.
BIBLIOTECA 10	Sim, possuímos a Coleção Congonhas, uma das joias mais preciosas de nossa Biblioteca.
BIBLIOTECA 11	Sim
BIBLIOTECA 12	Sim. Procuramos valorizar e dar visibilidade aos escritores locais, temos um espaço reservado para eles, e sempre que possível incluímos suas obras no projetos e eventos.
BIBLIOTECA 13	Sim. Há uma parte do acervo dedicada à cultura local.
BIBLIOTECA 14	Temos obras da história da cidade, mas não temos registros de tradições locais, nada da cultura indígena nem quilombola.

(conclusão)

BIBLIOTECA	CONHECIMENTO DAS TRADIÇÕES LOCAIS, DA TRADIÇÃO ORAL E DAS CULTURAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS
BIBLIOTECA 15	Contempla com obras que tratam de dados, conhecimentos e tradições locais, incluindo a tradição oral.
BIBLIOTECA 16	Poucas obras sobre esses temas.
BIBLIOTECA 17	Sim. Principalmente no que se refere à Comunidade dos Arturos.
BIBLIOTECA 18	Em partes, temos livros de produção local, mas os recortes de minorias não estão contemplados nesse acervo.
BIBLIOTECA 19	Sim. Temos um acervo de memória local, com diversos temas, inclusive literários.
BIBLIOTECA 20	Sim. Possui uma coleção "Memória de João Monlevade e Região" e o acervo contém itens da cultura indígenas, quilombolas, mulheres, negros etc.
BIBLIOTECA 21	Há o acervo "Patense" que visa resguardar a memória local e eternizar os escritores e a cultura local.
BIBLIOTECA 22	Algumas poucas obras de tradições locais.
BIBLIOTECA 23	Possui um acervo considerável sobre escritores, artistas e informação local.
BIBLIOTECA 24	Sim
BIBLIOTECA 25	Há uma coleção de memória local que aborda a história da cidade, economia e outros temas. Mas a predominância é para a literatura.
BIBLIOTECA 26	Não. Existe um projeto em andamento sobre as comunidades quilombolas da região.
BIBLIOTECA 27	Sim, a biblioteca possui dentre suas coleções as Coleções Especiais, composta, dentre outras coleções, pela Coleção Mineiriana e Coleção Patrimonial, reunindo obras de escritores mineiros e sobre Minas Gerais. As obras sobre cultura indígena e quilombola podem ser recuperadas por meio do sistema Pergamum e estão disponíveis para consulta local.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Acervo sobre a memória local, incluindo elementos culturais locais, como festividades, obras de artistas e escritores, é comum nas bibliotecas mencionadas no QUADRO 19, porém acervo sobre a cultura dos povos originários e quilombola é escasso. Sobre essas duas culturas, os respondentes das BIBLIOTECAS 7, 14, 18 e 26 expressaram não possuírem acervos sobre a memória e tradição dessas comunidades. No entanto, o respondente da BIBLIOTECA 26 relatou saber de existência de um projeto em andamento sobre as comunidades quilombolas da região. Já nas BIBLIOTECAS 17 e 27, os respondentes disseram que os acervos contemplam itens da cultura dos povos originários e quilombola. A BIBLIOTECA 20 possui um acervo sobre a Comunidade dos Arturos⁵⁰.

⁵⁰ A Comunidade dos Arturos é patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais, e sua história começou há mais de um século, no ano de 1885. A comunidade é composta pela sexta geração de descendentes dos povos originários do Brasil, um pedaço vivo da história dos negros e negras escravizados no país. Preservam sua cultura e religiosidade por meio do Congado. (Oliveira, 2007).

Apesar da memória dos povos originários e quilombola estar sub-representada nesta pesquisa pela ausência de dados suficientes, as falas dos respondentes revelam que memória coletiva dessas comunidades tradicionais ainda são invisíveis aos olhos dos demais cidadãos. Por estarem circunscritas à memória afetiva desses grupos e por não “terem importância” para a sociedade maior, mesmo sendo contatadas e cantadas, essas culturas se tornam inaudíveis diante da emergência do acelerado progresso. De acordo com Oliveira (2007, sem paginação), “e por ser uma memória familiar, de um grupo que é discriminado, ela não invadirá o espaço público, pois não faz sentido para a coletividade. Mais precisamente, torna-se invisível para a sociedade abrangente”.

Diante desse quadro de invisibilidade, infere-se sobre a sub-representatividade dessas culturas nos espaços e acervos das bibliotecas públicas, aspecto mesmo inexistente para a grande maioria desses equipamentos públicos. A GESTORA 4 expressa essa ausência de apoio institucional, já que no imaginário social a biblioteca ainda é vista como um espaço para livros, apenas.

Igual, hoje teve a [formação sobre] Alexandria, sobre patrimônio imaterial, que apesar de não ser o foco, porque aqui a gente está trabalhando com patrimônio material, patrimônio escrito, mas eu acho que muito da questão cultural, ela ainda é oral, principalmente aqui, né. Eu trabalho em Belo Vale, e aqui, se eu não me engano, existem três Comunidades Quilombolas. A cultura quilombola é muito oral. Então, como podemos trabalhar para manter esses registros históricos, essas ações, essas histórias? Eu acredito que a Biblioteca faz parte disso, e precisamos expandir nossa visão, porque, como me disseram uma vez: [...]. "Ah, mas '[Rafá]'", a biblioteca é para livros. Eu não vejo sentido em trazer música para a biblioteca." Eu respondi: "Não, não, calma gente, calma. A biblioteca já passou dessa ideia de ser apenas um depósito de livros. Precisamos abrir a cabeça, porque literatura, música e poesia estão conectadas. Poesia é literatura, e podemos fazer várias conexões. Não devemos ficar presos ao livro, como se fosse o único foco. Precisamos entender de que forma a leitura permeia a sociedade e as culturas." Portanto, acredito que o Sistema possibilita muito isso, já que aqui o incentivo ainda é bem menor. Mas eu não sei exatamente quais são as necessidades da comunidade [...]. Acho que tem que haver um estudo da comunidade, principalmente aqui, onde as comunidades rurais são muito grandes. Temos várias comunidades rurais, e eu não tenho contato com todas elas. Como vou propor um projeto para implantação em uma comunidade sem conversar com a comunidade? Então, eu não tive esse suporte a tempo para poder escrever e estruturar um projeto para submissão.

Outra situação mencionada pela GESTORA 4 é em relação às dificuldades em se tratando de uma ramificação da biblioteca pública instalada na Comunidade Quilombola Chacrinha dos Pretos. A biblioteca não funciona todos os dias, já que o responsável pelo atendimento também trabalha no posto de saúde da comunidade nos dias de atendimento médico.

Por exemplo, aqui temos uma comunidade quilombola registrada como tal, chamada Chacrinha dos Pretos. Lá, foi criada uma biblioteca que é uma ramificação desta daqui. Temos um acervo e um atendente, mas ele não está disponível todos os dias, pois trabalha de forma parcial, já que também é emprestado pela Secretaria de Saúde. Nos dias em que há atendimento médico no posto da comunidade, ele fica no posto; nos dias em que não há, ele fica na biblioteca. Nós já realizamos algumas ações lá. Por exemplo, no ano passado, fizemos uma aula de fuxico para confeccionar flores e realizamos algumas outras atividades, mas ainda nada voltado para a questão da literatura em si. Foram atividades para levar as pessoas à biblioteca e incentivá-las a utilizar o espaço, mas sem trabalhar diretamente com os livros. Este ano, provavelmente, a coordenadora desenvolverá alguma atividade nesse sentido, mas, até o momento, não temos nada definido. Nos dias em que o atendente trabalha na saúde, a biblioteca fica fechada. Os livros são emprestados, mas há um problema: eles foram catalogados no mesmo sistema daqui e de uma forma que não consigo recuperar esse sistema separadamente. Hoje, estava conversando com minha coordenadora sobre levar um computador para lá, instalar o sistema Biblivre e catalogar os livros da biblioteca local separadamente. O empréstimo atualmente é feito manualmente, em um caderno, o que complica o controle, além do fato de que a biblioteca não abre todos os dias, o que leva à perda de informações. Minha ideia é fazer essa catalogação para que as bibliotecas sejam autônomas, mas essa daqui, por ter um acervo maior, possa fornecer livros. Hoje, inclusive, separamos alguns livros infantis para levar para lá como empréstimo. A ideia é renovar o acervo de tempos em tempos, trazer os livros de volta, levar outros, e assim fazer essa circulação de livros. Como lá é uma comunidade bem distante do centro da cidade, onde fica esta biblioteca aqui, o acesso deles até aqui é mais difícil. Por exemplo, as crianças que leem muito já praticamente esgotaram o acervo da biblioteca local, ou seja, já leram tudo o que havia lá. Portanto, precisamos realizar essa renovação periódica para que possam continuar utilizando a biblioteca. No entanto, isso ainda é algo que precisa ser melhor estruturado, pois estamos apenas começando a esboçar essas ideias.

Como mencionado no início desse tópico, o acervo sobre a memória da cidade tem espaço dedicado nas bibliotecas públicas. Sobre essa questão, o relato a seguir, da GESTORA 3, corrobora o exposto no QUADRO 19.

Este espaço aqui era de empréstimo local, então se a pessoa quiser vir, quiser manusear os materiais, ela pode. A sala fica à disposição, tem prateleiras, um espaço de memória local, com coisas da cultura da cidade. A gente traz jornais antigos, por exemplo, para cá. Se você observar, não dá para ver muito bem, mas temos jornais antigos da cidade que procuramos manter nesse espaço. Não é um espaço gigantesco, mas tudo que a gente tem acesso em relação à cidade e à região, mandamos para cá. Também temos o Programa Municipal de Incentivo à Cultura, o "PEMIC", que é um programa de incentivo voltado para as pessoas da cidade. Por exemplo, se alguém quiser escrever um livro, pode submeter o projeto ao PEMIC para conseguir recursos para editar o livro e tudo mais. Então, também recebemos esse material aqui. Às vezes, recebemos mais exemplares, porque quando a pessoa publica o livro pelo PEMIC, ela precisa deixar uma cópia com a Secretaria e outra com a biblioteca. Então, às vezes, temos até uma quantidade maior de exemplares, mas, enfim, temos esse espaço para isso."

Sabendo das condições de operabilidade nem sempre favoráveis e os desafios cotidianos, que inclui a preservação da memória local, o GESTOR 6 expressa o desejo de que a biblioteca possa contribuir com essa missão.

A missão desta biblioteca tem, por pressuposto, alinhar-se ao Manifesto da IFLA/UNESCO sobre as bibliotecas públicas nas seguintes frentes: [...]. Ser o centro de comunicação e informação da comunidade (Salvaguardar informações de todas as naturezas com potencial interesse para a comunidade local ainda não publicadas. Percepção dos elementos contribuintes para a memória local na expectativa de conceber acervos de memória relevantes para a comunidade.

Compreende-se que as bibliotecas públicas têm potencial para contribuir com a preservação da memória cultura local e das comunidades tradicionais. Entretanto, é preciso que estejam atentas aos grupos tradicionais, criando um elo para formar uma ação de resistência às transformações e mantendo a concepção tradicional do tempo cíclico e da periódica regeneração da história. Porém, integradas aos elementos dos novos tempos e movimentos, no sentido de possibilitar às novas gerações o contato com os artefatos do passado desses grupos. Para Silveira (2010, p. 68) “[...] é o movimento de apropriação desses repertórios simbólicos que possibilita ao sujeito e mesmo a uma coletividade inteira construir e consolidar seus vínculos identitários”, servindo de apoio à salvaguarda da materialidade simbólica concebida como elemento de representação coletiva.

Na condição de "lugares de memória", as bibliotecas públicas – cuja função social está diretamente ligada à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os insumos de conhecimentos – reafirmam os saberes e os tornam móveis, produzindo sentido ao saber e a fazer com que eles se tornem instrumentos de reafirmação da "identidade" humana, individual ou coletiva. A biblioteca tem a função de memória (Santos, 2015), assim servirá como a memória coletiva das experiências existenciais, culturais e científicas, quer seja do indivíduo, quer seja do coletivo. A memória coletiva – experiências existenciais, científicas e culturais do lugar onde se insere – inscrita sob a forma de documento requer das bibliotecas públicas a missão de reunir, organizar e dispor de meios específicos para sua disseminação, tendo-se em vista um amplo uso por parte de todos aqueles que contribuem para sua formação. Por meios dos registros, a biblioteca proporciona um encontro com o passado e possibilita a produção de novos bens culturais.

A promoção de atividades culturais também é outra missão da biblioteca pública. Como são as instituições de cultura mais presentes nos municípios brasileiros, superando de longe museus, cinemas, teatros e arquivos públicos, a despeito da precariedade de muitos desses equipamentos, possuem potencial para contribuir com a democratização da cultura no país.

A IFLA e UNESCO (2022, sem paginação) salientam que dentre as missões-chave da biblioteca pública, a participação cultural deve estar no cerne dos seus serviços, cabendo-lhe

proporcionar oportunidades em prol do desenvolvimento criativo individual e estimular a imaginação, criatividade, curiosidade e empatia; fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural; promover a preservação e o acesso a expressões culturais e tradições, à apreciação das artes, ao acesso aberto a conhecimento científico, pesquisas e inovações [...].

Para Santos (2015, p. 173) o processo de ação cultural é a criação ou organização das condições necessárias para que

através do lúdico e do imaginário, a biblioteca pública deverá exercer uma participação mais efetiva em eventos e projetos voltados ao resgate cultural, promovendo ações que visem à mediação da informação no processo político-educativo, no qual seu público e, principalmente o não público, passem de meros receptores a produtores de cultura, participando da discussão sobre essas questões.

Nesse viés de atuação, a biblioteca pública passaria de mera depositária de acervo cultural para um núcleo cultural vivo, oferecendo cultura por intermédio de uma dinâmica de ações culturais efetiva.

Rasteli e Caldas (2019) evidenciam como um marco expressivo da política cultural para a biblioteca no Brasil foi a atuação do Departamento de Cultura de São Paulo, tendo à frente Mário de Andrade e demais intelectuais paulistanos. O desenvolvimento da Seção de Extensão Cultural, uma das ações do Departamento de Cultura, possibilitou a proposição de diversas atividades culturais, artísticas e serviços como o carro-biblioteca e a caixa-estante com propósito de levar cultura a bairros distantes para todas as faixas etárias. Ao posicionar as atividades culturais no âmbito do desenvolvimento sociocultural, o aprimoramento cultural do indivíduo por meio de uma educação informal, permitiu a diversidade de público – inclusive as camadas mais carentes da população – o que incentivou a produção cultural da comunidade em todos os níveis.

As bibliotecas precisam cumprir suas funções sociais assumindo responsabilidades com a cultura perante os excluídos socialmente e aqueles que vivem em zonas periféricas e rurais. No entanto, é crucial a implantação de políticas públicas para a área da cultura e bibliotecas, a fim de possibilitar o desenvolvimento de ações de longo alcance e permanentes. (Rasteli; Caldas, 2019).

A temática da promoção da cultura foi outro aspecto abordado no questionário eletrônico. Dentre as várias ações promovidas mencionam-se as palestras, cursos, sessão de cinema, contação de histórias, exposições literárias, encontro com escritores, apresentações artísticas, visitas guiadas etc. No QUADRO 20 estão elencados os relatos dos respondentes no questionário eletrônico sobre essa temática.

Quadro 20 - Promoção da cultura local, atividades artísticas e culturais nas bibliotecas públicas

(continua)

BIBLIOTECA	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	PROMOÇÃO DA CULTURA LOCAL
BIBLIOTECA 1	Não informado	Não informado
BIBLIOTECA 2	Sim, em datas comemorativas a biblioteca procura promover eventos de acordo com a data.	As festividades culturais e religiosas [por ser uma cidade diocese da igreja católica], como o congado, festas da igreja e promoção de autores luzenses.
BIBLIOTECA 3	Temos uma agenda cultural no espaço que faz parte da agenda da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e oferece constantes eventos.	Arte, música, dança, literatura.
BIBLIOTECA 4	Sim. Através de teatro para as crianças, exposições de livros e <i>banners</i> de contos.	Através de exposições dos livros dos escritores locais, cinema sobre a cultura local.
BIBLIOTECA 5	Sempre que pode, sim. Valoriza a cultura local abraçando-a.	Os compositores (artes plásticas, música, escrita).
BIBLIOTECA 6	Sim, a biblioteca desenvolve alguns projetos nesse sentido e participa de algumas parcerias nos setores públicos e privados.	Promoção da história e construção da cidade.
BIBLIOTECA 7	Sim, sempre que possível.	Divulgação de livros dos escritores da cidade, exposição dos livros que a biblioteca tem em seu acervo, contação de história da lenda da Maria Engomada, história tradicional, oferta de marcadores com história e imagem do patrimônio culturais da cidade.
BIBLIOTECA 8	Sim.	A biblioteca tenta usar o acervo da Memória Local nas atividades que o Sistema Estadual propõe.
BIBLIOTECA 9	Sim. A Biblioteca realiza ações frequentes em suas dependências que estão além do âmbito de leitura.	A biblioteca promove ações culturais, shows artísticos, intervenções artísticas, tertúlia literária, ações para popularização de seu acervo patrimonial e de memória, além da realização de visitas e palestras com o mesmo intuito.
BIBLIOTECA 10	Sim, a Biblioteca tem sido um espaço usado por cantores, artistas, escritores e instituições culturais como o Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas - IHGC.	Por seu apoio humano e de logística, promovemos, de alguma forma, manifestações teatrais, carnavalescas e literárias. Em 2023, por exemplo, promovemos a 1º Exposição Literária da Unidade Regional de Saúde Mental de Congonhas.
BIBLIOTECA 11	Sim	Exposições, apresentação musicais, contação de histórias e feira literária
BIBLIOTECA 12	Procurar valorizar os escritores e os diversos artistas locais promovendo lançamento de livros, exposições, apresentações nos seus eventos, roda de conversas etc.	Literatura, música, patrimônio material e imaterial dentre outros.

(continuação)

BIBLIOTECA	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	PROMOÇÃO DA CULTURA LOCAL
BIBLIOTECA 13	Sim. A biblioteca realiza eventos durante todo o ano, promovendo a cultura local e nacional e buscando atrair novos públicos para o ambiente.	Literatura e música, através da promoção de artistas locais e disponibilização de livros de autores da cidade.
BIBLIOTECA 14	Não. Não temos espaço adequado e nem recursos humanos.	Não temos essas atividades.
BIBLIOTECA 15	Sim, temos grupo de teatro e aulas de música.	Divulgação dos patrimônios históricos e culturais, divulgação de escritores e poetas da cidade.
BIBLIOTECA 16	Sim, realizamos anualmente concurso literário e ações de resgate das histórias de nossa cidade contribuindo com memória do município.	Produção escrita em prosa e em verso que olhe para o nosso território. Temas já propostos: <i>Ver Entre Rios</i> e <i>Viver Entre Rios</i> .
BIBLIOTECA 17	Sim	Atividades e oficinas educativas e culturais voltadas para preservação do patrimônio material e imaterial.
BIBLIOTECA 18	Sim, promovemos contação de história, exibição de filmes e o espaço pode ser usado pela comunidade para desenvolver suas atividades	Não informado
BIBLIOTECA 19	Sim	Movimentos populares, idosos, artistas contadores de histórias
BIBLIOTECA 20	Sim. Teatro, contação de história, sarau etc.	Valorização e participação dos autores locais, coleção "Memória de João Monlevade e Região", exposição de obras de autores locais, teatro e contação de história retratando a cultura local.
BIBLIOTECA 21	Sim, há vários projetos, inclusive com o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado.	Promoção dos escritores e artistas locais.
BIBLIOTECA 22	Sim. Seu espaço é utilizado para clubes de leitura, reuniões culturais e lançamentos de livros.	A biblioteca abriga um acervo da memória local
BIBLIOTECA 23	Não informado	Não informado
BIBLIOTECA 24	Sim, projetos de leitura e doação de livros	Através da exposição e diálogos, a cultura local está sempre em evidência
BIBLIOTECA 25	Sim, através de exposição de artistas locais, apresentações musicais em saraus e promoção de oficinas variadas.	Literatura, cultura popular, artes plásticas e música.
BIBLIOTECA 26	Contação de História, atividades com as escolas, oficinas, receptividade ao grupo Centro de referência ao idoso (CRI).	Em parceria com a Associação dos Condutores (ACONPATRI), retrata a comunidade as principais histórias do Patrimônios Históricos e Culturais.

(conclusão)

BIBLIOTECA 27	A Biblioteca, em sua estrutura física é dotada de um teatro, que é largamente demandado por grupos de artistas de todas as vertentes, 2 galerias de artes que acolhe exposições tanto de artistas locais como nacionais e um teatro de arena onde são realizadas atividades lúdicas para crianças e também atividades voltadas para público adulto. Possui ainda um espaço <i>geek</i> destinado aos amantes dos quadrinhos e um espaço de aproximadamente 220 metros quadrados de vão livre onde são realizadas feiras, exposições literárias e outras atividades, permitindo assim, acesso livre a quem passa pela rua.	A Biblioteca conta com a parceria de grupos de teatro e música, assim como contadores de estória e outros atores que demandam os espaços disponibilizados pela mesma para apresentações com ou sem bilheteria.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil, a instituição da Política Nacional de Leitura e Escrita especifica a qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal etc. A fim de garantir tais objetivos, deverá ser elaborado o Plano Nacional do Livro e Leitura mediante a articulação entre o Ministério da Cultura e do Ministério da Educação de forma participativa com outros órgãos e a sociedade civil.

Ainda que tal política preveja a difusão da cultura, a transmissão do conhecimento, o estímulo à pesquisa social e científica e a conservação do patrimônio cultural como aspectos essenciais para o desenvolvimento social, nada de concreto à biblioteca pública, sobre a preservação e expressão cultural, é abordado nas políticas nacional e estadual.

Ainda que a preservação e a disseminação da expressão cultural sejam mencionadas, o caráter comercial e livresco é imperativo como aspecto essencial ao acesso à cultura. Ademais, a Política Nacional do Livro credita ao livro o meio principal e insubstituível para a difusão da cultura e transmissão do conhecimento, conservação do patrimônio nacional, transformação e aperfeiçoamento social. No contexto local, a Política Estadual do Livro, cópia da política nacional, atrela à produção, distribuição e comercialização de livros o fundamento para a preservação e dinamização cultural. Mediante o fortalecimento do SEBPMG e instalação e ampliação de bibliotecas escolares e salas de leitura, objetiva-se a preservação do patrimônio literário, bibliográfico e documental e a promoção e incentivo ao hábito da leitura, tendo o livro como fator fundamental para o progresso humano e social.

Conforme Rasteli e Caldas (2019), a cultura não tem a devida como prioridade na agenda política brasileira, mesmo havendo nos últimos anos um incremento na dimensão cultural, realidade que se estende aos âmbitos das bibliotecas quando se fala em cultura e políticas culturais para o setor. A ausência de dados impossibilita aferir concretamente o investimento do Estado em políticas públicas na área de bibliotecas, assim como os resultados alcançados nas últimas décadas.

Nesse sentido, é preciso recordar os desafios para o cumprimento desse arcabouço de funções atrelado às missões-chave da biblioteca pública, como ressaltado pelo respondente da BIBLIOTECA 14, que cita a inadequação do espaço e a carência de recursos humanos. Frisa-se também a parceria com agentes/atores sociais para que a biblioteca pública possa promover a cultura local, conforme pontuado pelos respondentes das BIBLIOTECAS 10, 26 e 27, assim como a parceria com o SEBPMG, mencionado pelos respondentes das BIBLIOTECAS 8 e 21.

A dimensão dos desafios enfrentados pelas bibliotecas públicas para a consecução das suas ações ficou perceptível na fala da GESTORA 2, ao mencionar esses problemas advém de várias frentes: falta de apoio dos gestores públicos, falta de recursos orçamentários, servidores sem perfil para atuar na biblioteca, visão arcaica da biblioteca etc., apontamentos que aqui são novamente replicados.

As meninas [do SEBPMG] fazem um trabalho realmente importante, lutando pela valorização das bibliotecas e aplicando iniciativas. Só que, por mais que elas façam um lindo trabalho, ainda há uma certa resistência. Minas Gerais é um estado com muitas cidades e municípios, e muitos deles são pequenos. Infelizmente, ainda temos gestores que não facilitam nosso trabalho. Eu gostaria de poder fazer mais, mas nem sempre temos o apoio necessário. Não vou dizer que estou totalmente sem apoio, mas é difícil fazer com que entendam que precisamos de mais apoio, mais parcerias com outras secretarias. Dentro da própria pasta em que estamos, precisamos entender como podemos estabelecer parcerias com a Saúde, com o Meio Ambiente, e fazer mais. Mas, infelizmente, isso ainda não acontece. O trabalho que elas fazem, de divulgar oficinas e promover atividades, é excelente. Agora, por exemplo, temos o projeto Integra Geraes. Eu não estou conseguindo fazer muita coisa porque, querendo ou não, acabam colocando na biblioteca pessoas que, às vezes, não têm o perfil adequado, ou a capacitação necessária. [...]. Isso faz com que os serviços da biblioteca fiquem deficientes e a gente não consiga, no futuro, aprimorar e adequar algumas coisas que são necessárias. Não estou criticando o local em si, mas precisamos de um apoio maior, uma visão mais ampla, um maior suporte. Precisamos que sejamos ouvidos e recepcionados. [...]. Muitos ainda veem a biblioteca como um simples depósito de livros, e não é por aí. Acredito que deveria haver mais investimento voltado especificamente para as bibliotecas. [...]. Algo que fosse obrigatoriamente destinado à biblioteca, seja para reforma, mobiliário, contratação de pessoal, capacitação ou acervo. Isso facilitaria a melhoria das bibliotecas, dos seus espaços e, conseqüentemente, a sua valorização.

Apesar dos desafios, a biblioteca ainda é um polo irradiador de cultura e como equipamento para a apropriação cultural para uma grande parcela da população que vivencia situações de exclusão social e cultural. Como mediadora de atividades culturais, tem-se a biblioteca pública como um serviço indispensável na apropriação da cultura como contrapartida à dominação e ao pensamento hegemônico, torna-se um agente de libertação à medida que ressignifica e reconstrói realidades impulsionando os sujeitos a serem participativos e donos do próprio destino. (Rasteli; Caldas, 2019).

Além do mais, não pode existir educação sem uma base sólida na cultura. Compreende-se que a cultura deve estar no centro das decisões de todas as políticas públicas, bem como no centro das propostas escolares e bibliotecárias. Cumpre, pois, pautar o Plano Nacional do Livro e Leitura, conforme preconiza a Política Nacional de Leitura e Escrita. Esse documento é o norteador para se pensar e orientar a execução da política cultural para a biblioteca, fazendo-se como parte indispensável do Sistema Nacional de Cultura.

Na elaboração do Plano, Rasteli e Caldas (2019) evidenciam a necessidade de se avaliar a situação da cultura da comunidade, de maneira a contemplar as necessidades regionais e locais, assim como apontar os desafios e as oportunidades, assim como as especificidades de cada setor que se queira atender – artes, leitura, letramento digital, eventos, patrimônio, acervos etc. No contexto das bibliotecas públicas, Rasteli e Caldas (2019) e a IFLA e UNESCO (2022) salientam as especificidades da diversidade cultural, em termos de etnias, gêneros, orientações sexuais, características afro-brasileiros e indígenas, faixa etária, condição social, entre outros são aspectos que deverão ser satisfeitos no Plano. Esse movimento deve contar com a participação dos atores participantes dos setores criativos da produção cultural, com vistas a estruturar a organização das atividades culturais, como também colaborar para uma maior intensidade na cidadania cultural para as bibliotecas.

6.2 Redes, Legislação e Financiamento

Discute-se as estratégias de coordenação e cooperação para a definição e promoção de uma rede com base em um padrão de serviços; amparo legal específico e atualizado; estratégias de acesso à cultura, à informação, à aprendizagem e à educação; acesso aos e serviços.

6.2.1 Redes de bibliotecas públicas

Como um componente estratégico de longo prazo para a Cultura, Educação, acesso à informação e aprendizagem, a IFLA e UNESCO (2022) estimulam a criação de redes de bibliotecas pelos governos, de forma a contribuir, por meio do acesso à informação, com a construção de sociedades mais igualitárias, humanas e sustentáveis, para além da Agenda 2030, que não deve ser o foco em si.

Nessa direção, no âmbito de Minas Gerais, a DLLLB da SECULT-MG tem como uma de suas competências “XVIII – promover a articulação inter-regional das bibliotecas públicas e comunitárias por meio de redes de bibliotecas”. (Minas Gerais, 2023, *on-line*). Nessa perspectiva, ao SEBPMG, um dos sistemas de bibliotecas públicas mais antigos do Brasil, criado em 1984, cabe cumprir essa missão de ser o articulador e condutor de estratégias para o inter-relacionamento desses equipamentos culturais em Minas Gerais.

Antes de abordar as especificidades de atuação dos sistemas de bibliotecas públicas, no geral o SNBP e, particularmente, o SEBPMG no contexto de Minas Gerais, cabe refletir um pouco acerca da ideia/conceito de *sistema* e sua aplicabilidade às bibliotecas públicas.

Apesar dos louváveis esforços empreendidos tanto pelo SNBP quanto dos SEBP, compreende-se, nesta tese, não haver no contexto brasileiro um sistema, conceitualmente falando, aplicável às bibliotecas públicas. Cabe repensar a ideia de sistema, pois é necessário aprofundar este conceito para, a partir de sua definição, olhar as práticas e ver em que medida há coerência entre a forma de organização que se propõe e o que se vivencia na prática.

Conceitualmente, entende-se que não há um corpo único, uma unicidade de trabalho entre as bibliotecas públicas em prol de um sistema comum. Para que isso fosse possível, seria preciso cumprir certos requisitos, como o estabelecimento de uma coordenação central funcionando em sintonia com as suas partes – subsistemas – em torno de um modelo único de bibliotecas públicas, tanto no plano nacional quanto no plano estadual.

Apesar de no contexto brasileiro haver a figura do SNBP formalmente constituído, com as correspondentes ramificações igualmente institucionalizadas nos Entes Federados (TABELA 1, p. 82), esse ideal ainda esbarra em algumas questões teórico-práticas.

Da perspectiva conceitual, a despeito de um sistema de bibliotecas públicas, é preciso revisitar a literatura da área da Administração para falar do conceito *sistema*, temática aplicada ao contexto bibliotecário nos vários sistemas de bibliotecas públicas, anteriormente, abordada nesta tese – Cap. 2, item 2.4. Aqui, interessa sua aplicabilidade ao SNBP, no geral e, em particular, ao SEBPMG.

Autores como Caravantes, Panno e Kloeckner (2005), Andrade e Amboni (2009), Sobral e Peci (2013) e Chiavenato (2020) afirmam que o sistema é um conjunto integrado de partes ou componentes – qualquer entidade, conceitual ou física – íntima e dinamicamente inter-relacionados, interatuantes e interdependentes, coordenados para desenvolver uma atividade ou função com a finalidade de atingir um objetivo específico.

Além dessa organicidade que o conceito sistema demanda, existe também a necessidade de um planejamento, outro conceito igualmente importante, pois, é a partir dele que os objetivos são construídos e as metas para o seu alcance estabelecidas pela organização.

Central no processo administrativo, pois as demais funções são dele derivadas, o planejamento, formal ou informal, é aspecto essencial para que a organização possa responder satisfatoriamente aos desafios advindos do ambiente em constante mudança. É o ponto de partida para qualquer ação com foco em resultados, seja no nível estratégico, tático e operacional. Aquilo que a organização deseja alcançar ou julga ser importante dependerá do estabelecimento de objetivos claros e da formulação de planos para alcançá-los. Desse modo, sem objetivos, metas e um plano estratégico para o seu alcance, dificilmente a organização terá o controle sobre os recursos, a gestão de pessoas e os resultados. Na reflexão estratégica, os elementos a serem observados pelos gestores são a visão, a missão, as políticas e os objetivos. (Caravantes, Panno; Kloeckner, 2005; Sobral; Peci, 2013).

No campo de pensamento da Administração, considera-se que o planejamento é um aspecto crítico para qualquer organização, condição que não é diferente no âmbito das bibliotecas públicas, sobretudo ao se ponderar a respeito das suas carências de recursos: humanos, financeiros, materiais, infraestruturais etc.

Com a compreensão desse estado de coisas e inferindo-se, em muitos casos, “a biblioteca pública como um lugar de ação, não de planejamento”. As ideias surgem e são postas em prática no dia a dia da biblioteca sem a devida atenção ao planejamento e nem sempre essas ações são formalizadas em documentos escritos. Sobral e Peci (2013) refletem ser comum nas organizações pequenas um tipo de planejamento informal, caracterizado por uma definição vaga dos objetivos, não se apresenta na forma escrita e sendo altamente mutável, diferentemente dos pressupostos de um planejamento formal.

Ao abordar em uma pesquisa junto aos sistemas estaduais o valor social das bibliotecas públicas para a sociedade, o SNBP (2022) pontua a falta de dados objetivos para essa avaliação. Conforme o órgão, nas bibliotecas brasileiras não existe a tradição de coletar dados estatísticos e avaliar indicadores. Nesse sentido, compreende-se que o que não é medido não pode ser avaliado, pelo menos objetivamente. Resultado da ausência de

planejamento, essa situação se traduz em falta de conhecimento da situação inicial e na dificuldade em comunicar o serviço, o uso e o impacto das bibliotecas públicas à sociedade.

Para contrapor essa realidade imperativa nas bibliotecas públicas, a IFLA e UNESCO (2022) invocam no *Manifesto [...]*, a necessidade de um planejamento bibliotecário, a fim de garantir a coordenação e a cooperação entre as bibliotecas. De mais a mais, também expressam ser importante a definição de uma legislação e de planos estratégicos a promoção de uma rede nacional de bibliotecas baseada num padrão de serviço estabelecido.

Muito anos antes, em 1932, ao questionar a finalidade da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, sua existência e assistência, a natureza e extensão dos seus serviços, bem como as condições que cumpre observar para atingir tal finalidade, Menegale (2022) compreendia a necessidade da formulação de um planejamento. Para ele, não se pode agir com a biblioteca sem um plano delineado, pois, de outra forma seria condenar à inutilidade os esforços empreendidos. Ao coordenar a atividade da biblioteca para esse objetivo, há que se trabalhar metodicamente e obedecer às linhas regulares de um projeto.

No âmbito prático, a incorporação desses aspectos conceituais, que garantem materialidade à ação no dia a dia da biblioteca, entende-se que ainda precisa ser melhor compreendido pelas coordenações dos sistemas de bibliotecas públicas – SNBP, SEBP e, em particular o SEBPMG, se o almejado é funcionar como um sistema. A unicidade das bibliotecas públicas em forma de um sistema demandaria uma ação coordenada e cooperativa, condição distante da realidade de atuação desses equipamentos, considerando que administrativamente as bibliotecas públicas não estão sob os domínios do SNBP/SEBP, mas sim dos municípios a que estão vinculadas.

Coexistindo com os apontamentos apresentados, uma questão a ser observada é o *federalismo*. Jorge Junior (2019) salienta que desde a primeira a Constituição Brasileira, em 1891, está estabelecido o princípio federativo, em que o poder político é descentralizado, assegurando aos Estados Federados o poder de regular, por lei própria, sua organização e funcionamento, como também a sua estrutura administrativa.

Importa sublinhar que a forma de Estado é com base no exercício do poder político em função do território, e o federalismo consiste na descentralização do poder político – repartição de competências, gerando autonomia aos Entes Federativos. Procura-se, na forma federativa de Estado, a conciliação relativa ao respeito à diversidade de cada entidade política, com a unicidade indispensável à preservação da soberania e da integridade nacional. A federação é indissolúvel, assim, o pacto federativo não pode ser rompido por nenhum dos Entes políticos.

Consoante ao princípio federativo, não existe uma hierarquização política e administrativa entre o SBPB, os SEBP e as respectivas bibliotecas públicas, de forma a unificá-los em um propósito comum, o sistema. A partir disso, o Decreto nº 520/1992, no Art. 3º, especifica que o SNBP atuará em prol do fortalecimento dos respectivos sistemas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, respeitando-se esse princípio. (Brasil, 1992).

Depreende-se, a partir do princípio federativo, que é assegurado aos Municípios a autonomia de decisão sobre como atuará em relação às bibliotecas públicas, competindo-lhes a gestão político-administrativa desses espaços. Por conseguinte, no plano nacional, ao SNBP compete, dentre as diversas atribuições, a assessoria técnica às bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais. No plano regional, cumprem aos SEBP, especificamente sobre o SEBPMG, promover a articulação inter-regional das bibliotecas públicas e comunitárias, assim como apoiar o SNBP em sua missão, conforme demandado pela legislação.

Apesar dos sistemas de bibliotecas, nacional e estaduais, possuírem objetivos comuns, quer seja, colaborar para a formação do hábito de leitura e estimular a comunidade a participar ativamente do desenvolvimento sociocultural brasileiro, por intermédio de bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, cada subsistema atua estritamente dentro dos limites de suas jurisdições. Na realidade concreta, observa-se que não há uma interação, inter-relação ou mesmo existe uma relação de interdependência entre esses equipamentos, requisitos básicos quando se almeja um sistema de bibliotecas. Não havendo essa aproximação, não há porque se falar em um sistema, na perspectiva do que notabilizam os autores da Administração, quando afirmam que as inter-relações, interatuações e interdependência são tão acentuadas que uma “anomalia” em qualquer um deles, conforme sua gravidade poderia colapsar o sistema como um todo.

Sobre o sistema de bibliotecas públicas, o SNBP e os respectivos SEBP ainda não conseguiram, em termos conceituais, trabalhar como um sistema, em virtude dos apontamentos ora apresentados. Um caminho para esse fim seria firmar o *Acordo de Cooperação Federativo* – Portaria nº 4, de 28 de junho de 2021, entendido como uma estratégia de formalização da relação e credenciamento dos SEBP ao SNBP, o que possibilitaria a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento das bibliotecas no país. Com a previsão de um plano de trabalho, o objetivo desse acordo de parceria e cooperação entre o SNBP e os sistemas dos Estados e do Distrito Federal, é a formulação e implantação de políticas públicas para bibliotecas públicas. Compete à DILLB, por meio da

Coordenação-Geral do SNBP, a coordenação e acompanhamento dos compromissos assumidos com a adesão dos Entes Federados. (Brasil, 2021).

No entanto, dentre os 27 Estados da federação, apenas 12 possuem esse acordo firmado – Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, São Paulo, Sergipe – fato que demonstra a dificuldade para se empreender esforços, no sentido da ideia de um sistema de bibliotecas. A partir desses apontamentos, necessários ao trabalho em uma abordagem sistêmica, aspectos que não estão presentes no SNBP e nos respectivos SEBP, não diferente no SEBPMG, reflete-se sobre o longo caminho a ser percorrido para de fato haver um sistema de bibliotecas.

No plano estadual, especificamente acerca do SEBPMG, a Rede Integra Geraes seria um bom ponto de partida para se “levar à cabo” as expectativas de um sistema de bibliotecas públicas em Minas Gerais, nas perspectivas conceitual e material. A Rede Integra Geraes é um dos três eixos do *Minas Literária*, programa intersetorial entre a SECULT e a Secretaria Estadual de Educação, para a execução da Política Estadual do Livro – Lei nº 18.312/2009, que objetiva fomentar e promover o acesso ao livro e à leitura em todo o Estado de Minas.

No entanto, com o contingenciamento de recursos, processo de longa data em Minas Gerais para cumprimento da meta fiscal, o Minas Literária também padece de recursos financeiros para o seu desenvolvimento, o que comprometeu os esforços para a efetivação e implementação da Rede Integra Geraes. Considerando a possibilidade da previsão de recursos para o programa, bem como o planejamento para efetivação da Rede Integra Geraes, a COORDENADORA do SEBPMG expôs:

Ontem a gente teve uma reunião com uma Rede que a gente está criando, que chama Integra Geraes, que vai ser uma rede de bibliotecas polo. No segundo mandato do [Governador Romeu] Zema, ele solicitou um programa voltado para a literatura, devido a algumas questões que aconteceram, um fato ocorrido entre o governador e uma escritora mineira⁵¹. A partir disso, foi solicitado então, que houvesse um programa para literatura em Minas. Aí criou-se o programa Minas Literária. A gente pegou várias ideias e vários projetos que a gente já tinha e entregou para o governador. O governador foi lá na Biblioteca Estadual e fez o anúncio desse programa. Esse programa previa a um acordo com a Secretaria de Estado de Educação, que era cerca de 8.000.000 de reais de repasse da Educação para a Cultura, para ações do Minas Literária. Eram ações relacionadas às Bibliotecas Públicas, ao Suplemento Literário e à Biblioteca Estadual. Eram três eixos desse programa e com relação às bibliotecas públicas, tinha a criação da Rede Integra Geraes da Rede de Bibliotecas. Atualmente são 24 bibliotecas públicas e

⁵¹ A fala inusitada do governador de Minas, durante entrevista a um *podcast* na cidade Divinópolis, acerca da escritora Adélia Prado, que coleciona prêmios nacionais e internacionais de literatura, está disponível em: <https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2023/02/15/apos-gafe-de-zema-sobre-adelia-prado-deputado-propoe-inserir-historia-de-minas-gerais-nas-escolas.ghtml>. Acesso em: 23 jun. 2024.

comunitárias que estão se articulando para serem referência nos territórios. A partir de três critérios como presença de bibliotecário, com disponibilidade de contatar esse profissional, o trabalho que tem sido realizado nos últimos dois anos dessas bibliotecas e a localização geográfica. Porque a gente precisa distribuir no território, que Minas é um país. Então, considerando isso, a gente a gente chamou essas bibliotecas, elas aceitaram e estamos desde o ano passado fazendo reuniões, pensando ações em conjunto. Estamos tentando constituir essa Rede, porque também não é um trabalho fácil. A Constituição prevê que os municípios são autônomos. Eles fazem se eles quiserem, entendeu? A gente não tem nenhum amparo legal que obrigue o Município a cumprir XYZ. A gente tinha a previsão desse recurso, desse repasse, a gente estava fazendo altos planos. 2024 entra e a gente tem a notícia do contingenciamento, que eu ainda não sei se saiu na mídia, mas estamos contingenciados. E neste momento, os recursos que iriam para o Minas Literária não serão repassados. Aí ontem, a gente teve uma reunião muito difícil com a Rede para contar isso para eles. A gente está sem dinheiro, zero recurso. Vocês ainda querem continuar nessa com a gente? Aí todo mundo falou que queria, que a gente precisa trabalhar junto. Todo mundo topou continuar no projeto, com zero recurso. Quando eu falo zero, é zero mesmo. Tudo que a gente faz é na base da parceria. Tem essa, quais são as políticas que a gente tem pensado para as bibliotecas estava delineado dentro do Minas Literária. Então, a gente está refazendo esse caminho. Como a gente vai lidar com isso aí nesses próximos 3 anos. Porque a gente acha que vai continuar assim nos próximos 3 anos.

Com a compreensão das dificuldades em torno do SEBPMG, a COORDENADORA ressalta também a importância da atuação do Sistema, de forma a se ter minimamente uma certa unidade e cooperatividade com as bibliotecas públicas, sabendo das complexidades que a autonomia dos Municípios acarretam ao trabalho no Sistema de bibliotecas.

De regras, de regimento, eles têm a total autonomia, o que eles fazem é nos consultar. Nós somos apoio. Nossos verbos são apoiar, orientar, subsidiar, a gente não tem verbo de ação, implementar, por exemplo, a gente não usa. A gente orienta, então a gente tem as assessorias técnicas, que são essas partes mais específicas, responder perguntas mais específicas, perguntas técnicas. A gente tenta ter uma certa unidade. A gente tem um grupo de WhatsApp. Então, século 21, a gente pode facilitar a vida do nosso leitor, Ranganathan já falava isso no século 19. Então a gente pode, né, facilitar a vida do leitor e tal. A gente tem essa troca. A gente tenta unificar assim algumas ideias ou espalhar algumas ideias, por meio do nosso boletim. A gente tenta fazer uma política estruturada, como, por exemplo, poderia ter o plano estadual do livro, leitura, literatura e bibliotecas, que seria essa concretização da política. Não temos. A gente está desde 2017 trabalhando nisso e não anda, muito difícil. Porque agora chegou na hora do dinheiro e aí não tem dinheiro.

A importância do SEBPMG e da Rede Integra Geraes para a integração e interação entre as bibliotecas públicas foi evidenciado pela GESTORA 3, que compreende como fatores limitadores da ação o isolamento, a falta de apoio, de estrutura, de bibliotecários, entre outros aspectos que assolam esses equipamentos.

Eu acho que o sistema é um ganho muito grande para a gente, sabe? Quando eu falo um ganho no sentido assim, tem o grupo do *WhatsApp*. O grupo é enriquecedor, porque a gente vê o que tem em vários lugares. Isso já é um ponto interessante. Até para compartilhar problemas a gente já consegue trocar uma ideia porque está no

mesmo grupo de bibliotecas. É uma vantagem para gente não ficar tão solitário, porque geralmente as cidades têm uma biblioteca pública. Nem sempre a biblioteca pública tem bibliotecário ou está estruturada, então é bom que a gente possa trocar ideia com outras pessoas. Eu acho uma vantagem do Sistema. A gente também participa da Rede Integra Geraes. É que se a nossa biblioteca seria uma biblioteca polo, o processo está um pouco lento porque tivemos algumas intercorrências, aí o pessoal do Sistema relatou para gente, né, em relação ao governo, mas a Rede Integra Geraes existe, fizemos várias reuniões. Também deu para gente trocar uma ideia melhor sobre as coisas. Eu participo do GT de Inclusão, que é um grupo de trabalho que saiu também da Rede Integra Geraes. Que também é um assunto que é caro para mim, então eu acho isso interessante. Se não fosse pelo Sistema, a gente não teria essa possibilidade. E não teria essa facilidade de reunir, de fazer grupo em trabalho, estudo. A gente recebe materiais de doação, quando, por exemplo, tem algum material disponível. Coloca lá e pergunta quem gostaria de receber tal doação? Nós recebemos, por exemplo, uma coleção há alguns meses atrás, uma coleção em braille, tinta. Então é uma coisa legal. Fizemos já inúmeros cursos pelo Sistema e eu acho que isso é uma das coisas mais interessantes, porque certa pergunta em outra, em outro tópico, lá sobre a questão de curso e aprimoramento para pessoas que trabalham na biblioteca.

A GESTORA 3 também destaca a relevância do papel desempenhado pelo SEBPMG na formação e capacitação dos profissionais que atuam nas bibliotecas, um aspecto considerado fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento dessas instituições.

Se não fosse o Sistema, a gente estaria muito pior, porque o Sistema possibilitou a gente ter acesso a muitos cursos, a gente participa dos diálogos, palestras. Naquele período da pandemia, em que a gente começou a ter acesso a essas várias coisas, também com o Sistema e tudo mais. A gente vem tendo acesso a cursos e coisas acontecendo pelo Brasil, muito legais e que eu acho que tem servido de informação para a gente. Cursos, inclusive, de auxiliares de biblioteca, porque além de tudo, existe indicações. Pessoal, tem uma instituição oferecendo curso de auxiliar de biblioteca *on-line*, gratuito, para quem quiser fazer e tal. Nós tivemos várias indicações e eu acho isso importante. A gente está passando nesse momento pelo cadastramento das bibliotecas, também acho isso importante, porque é uma forma de dar visibilidade também. Nós temos alguns eventos que o Sistema promove, por exemplo, a noite mineira de museus, bibliotecas. Então a gente sempre faz parte. Semana literária, então a gente está sempre compondo esses trabalhos. E a gente teve uma vantagem, porque ano passado a gente recebeu o Lucas, mais algumas pessoas também. Porque ele, o Lucas, ele é diretor, acho que é diretor de cultura, alguma coisa assim. Eu esqueci o nome do cargo dele. Ele veio também, veio com algumas pessoas. Passaram alguns dias aqui, então a gente teve essa oportunidade de participar dessas primeiras visitas, porque eles vão fazer vários municípios. Então eles vieram, explicaram melhor sobre várias coisas, não só para a biblioteca, mas também para museu, arquivo e outros espaços culturais. Isso é bom, muito positivo para a gente. Eu penso que é uma coisa interessante, porque eu acho que a biblioteca que participa e aproveita essas coisas do Sistema, a biblioteca cresce também.

Compreendendo o quão importante é a atuação do trabalho do Sistema para o desenvolvimento das bibliotecas públicas, a GESTORA 2 menciona a questão da ausência de apoio por parte da gestão municipal. Ainda existe uma certa incompreensão da parte do gestor público acerca do papel e importância da biblioteca, sobretudo em apoio à educação. A entrevistada reflete sobre a desvalorização do bibliotecário e da visão negativa da biblioteca

pública, que por vezes, é vista como um depósito, um lugar sem vida e que não precisa de precisa de pessoas capacitadas e nem de investimentos.

Olha, eu, eu adoro as meninas. A Cleide faz um trabalho realmente, assim, elas lutam pela questão da valorização da biblioteca em aplicar. Só que eu vejo que, por mais que elas fazem um lindo trabalho, ainda tem uma certa resistência, porque Minas Gerais é um estado que tem muitas cidades, muitos municípios e tem municípios pequenos. E ainda em Minas Gerais, ainda a gente tem pessoas, né, infelizmente a gente ainda tem alguns gestores que não facilitam o nosso trabalho. Então assim, eu queria até fazer, até conversei com ela, eu queria estar podendo fazer mais, mas infelizmente nem sempre a gente tem apoio. Não vou dizer que estou sem apoio, mas assim, é difícil de fazer-los entender que precisa de mais, a gente precisa de mais apoio, a gente precisa de mais parcerias, de outras secretarias. Dentro da própria pasta que a gente está, de entender como um espaço que pode ter parcerias com a Saúde, a gente pode ter parceria com a com o Meio Ambiente, né, fazer mais. Mas infelizmente a gente não tem, mas o trabalho que elas fazem, de divulgar sempre alguma oficina, sempre promover, agora a gente tem aquele projeto de Minas, o Integra Geraes, né? Eu não estou conseguindo fazer muita coisa. Por quê? Porque, querendo ou não, eles acabam colocando na biblioteca pessoas que, assim não têm, às vezes o perfil da biblioteca, pessoas que não têm ainda aquela capacitação, eu falo assim, a habilidade, né? Eles acham assim, ah, eu gosto de ler, vou colocar na biblioteca. Eu sou professor, eu vou para a biblioteca. Entendeu? Acho que você entendeu o que eu quis dizer, né? Assim, então isso fica com os serviços da biblioteca deficientes e a gente não consegue futuramente aprimorar, é adequar algumas coisas, né, que lá fora está precisando, né? Então assim, não pelo local, mas a gente precisa de ter um apoio maior, uma visão mais, como que eu te falo, é apoio mesmo, sabe? É permitir que a gente seja recepcionada, entendeu? Tipo assim, o que vocês precisam? Como é que funciona aqui? Claro, uma certa humildade em questão de entender como que a biblioteca funciona, porque a grande maioria das pessoas acha que a biblioteca é iniciada apenas por um professor. É um professor de Letras... E não é, é pelo bibliotecário, um bacharel, né? Que é um local de depósito, ah, só tem que ficar lá, entendeu? Pode mandar tudo para lá, entendeu? Os livros e tal. E não é bem por aí. Então, eu acho que eles tinham que já começar até... e outra coisa também, nem todo investimento que a gente vem para a Cultura, que geralmente a gente está na Cultura, esse ano a gente está na Cultura e na Educação, é destinada alguma parcela de [verba] para a biblioteca, né? Então eles não sentam assim, [para fazer] um planejamento de 4 anos, né? Nos municípios e fala assim, vamos ver o que a biblioteca precisa? Entendeu? Então, é muito interessante, sim, brigar futuramente para ter uma verba específica para as bibliotecas públicas. Fala assim, isso vai vir para a biblioteca, vai ter que gastar com a biblioteca que seja em reforma, que seja imobiliário, que seja em gente, que seja em capacitação, que seja em acervo. Entendeu? Por quê? Porque isso vai facilitar que aprimorem as bibliotecas, que melhorem o espaço e a valorização. Porque muitos acham que a biblioteca física vai acabar, eu acho que não. As duas podem existir, mas tem que ter bibliotecário. Não tem como. Ele tem que gerenciar. Então eu acho que falta esse entendimento, ainda muita valorização do nosso trabalho na biblioteca, né? Já começa pela valorização do bibliotecário. Nós estamos com as fiscalizações aí, eu acompanho e Minas Gerais foi muito, teve muita multa de bibliotecário. E de uns locais, que a gente fala dos municipais, né? Mas aí vai descendo para as escolas, o negócio vai ficando só feio. Vai ficando só precário, mais precário ainda. E se não tem um bibliotecário também nas escolas, isso é prejudica também na Educação. Você não tem um bibliotecário, um bibliotecário gerenciando, um bibliotecário em, digamos, em consonância com o educador lá, você já não tem uma biblioteca formada, organizada. Ela já cai de questão de ensino. Imagina, o menino vai ler o quê? A biblioteca não está organizada, não se acha nada. Não tem sistema. É um local de refúgio de pessoa com licença. Então, assim, parece que passa essa imagem para a biblioteca pública. Hum que esse é um local... desvalorizado.

Retornando ao enunciado no início deste tópico, sobre a necessidade de aprofundamento do olhar conceitual e, a partir dessa reflexão, a compreensão do olhar para a prática – a realidade concreta, talvez o mais coerente à organização proposta e vivenciada na prática, uma abordagem de organização das bibliotecas públicas em *redes*. Haja vista que Donaires (2014) considera existir uma confusão semântica, no que diz respeito às dificuldades associadas ao entendimento do significado de sistema. Para esse autor, o equívoco mais comum é confundir o uso de algum tipo de abordagem sistemática com visão sistêmica.

Assim, em detrimento das estruturas hierárquicas, na organização em redes há a valorização de elos informais e das relações. O termo tem sido empregado, com sentidos distintos, como um amplo conjunto de fóruns e articulações variadas que conectam organizações e entidades populares. As redes são iniciadas a partir da tomada de consciência de interesses e/ou valores entre os participantes do grupo, comunidade ou organização, conforme discorre Mance (1999).

A leitura do enfoque das redes abrange a compreensão dos elementos constitutivos dos movimentos sociais: o papel dos atores que os organizam e orientam, a constituição dos movimentos ou coordenação social, os desafios em organizar uma coletividade de pessoas em um modelo não hierárquico e, as barreiras estratégicas das políticas ou orientação às mudanças. Portanto, as redes não supõem necessariamente uma relação hierárquica e verticalizada, sendo definidas pela multiplicidade de perspectivas quantiquantitativas dos elos entre os seus diferentes membros, orientada por uma lógica associativa. Sua estrutura extensa e horizontal não exclui a existência de relações de poder e de dependência nas associações internas e nas relações com as unidades externas. (Mance, 1999).

6.2.2 Legislação: a biblioteca deve ser amparada por legislação específica e atualizada, alinhada aos tratados e acordos internacionais.

Outro fato que também merece atenção dos gestores dos sistemas de bibliotecas públicas, diz respeito à própria legislação que institucionalizou os sistemas de bibliotecas no contexto brasileiro. Essas normativas não estabeleceram um plano de cooperação nacional entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, conforme previsto no Decreto nº 520/1992, quando da criação de bibliotecas públicas em municípios desprovidos e promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas. (Brasil, 1992, não paginado). Sequer existe a previsão de políticas norteadoras comuns, uma infraestrutura mínima e adequada de funcionamento e fontes de financiamento e capital humano

qualificado, com a finalidade de implementar, desenvolver e fortalecer os sistemas nacional e estaduais em sua missão junto às bibliotecas públicas. Nem mesmo as políticas de promoção da leitura e do livro – Lei nº 13.696/2018 (nacional, atualizada pelo Decreto nº 12.166/2024); Lei nº 18.312/2009 (Minas Gerais) – são capazes de garantir o adequado funcionamento das bibliotecas públicas.

No âmbito de Minas Gerais, em termos normativos, o Decreto nº 48.649/2023, que dispõe sobre a organização da SECULT e define as funções da DLLLB, não faz referência ao SEBPMG. Tal ausência pode influir em um estado de fragilidade e insegurança à atuação desse órgão junto às bibliotecas públicas do Estado, já que o papel de “promoção da articulação inter-regional das bibliotecas públicas e comunitárias por meio de redes de bibliotecas” parece estar atribuído à Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. Ademais, também representa um contrassenso à Lei nº 18.312/2009 – Política Estadual do Livro – que expressa em seu inciso XII o fortalecimento do SEBPMG.

Sobre a institucionalização e atuação do Sistema, em entrevista, a COORDENADORA do SEBPMG expressou o seguinte, acerca da ausência desse órgão nas normativas do Estado:

Então, complicado, muito complicado, porque inclusive o nosso Diretor Lucas Amorim [DLLLB], ele está com esse assunto na pauta dele. Porque a gente verificando a legislação, não existe uma lei de criação. Algo que seja forte. Tem esse Decreto [Decreto nº 48.649/2023] que a gente está lá na estrutura orgânica. Então, é um negócio assim muito frágil. A gente existe [o Sistema] desde a década de 80, desde a criação da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Então, é um dos sistemas mais antigos do Brasil, só que é um sistema que neste momento está sem uma legislação que o respalde. A gente continua existindo, a gente continua fazendo os nossos serviços, a gente continua fazendo tudo como sempre. Só que a gente não tem essa legislação. Então, desde o último decreto, que é o da estrutura orgânica da SECULT, do ano passado, a gente [o sistema] está no limbo, mesmo. Então a gente não tem essa regulamentação e que agora a gente vai, a gente vai tratar disso. Então, nos últimos meses a gente tem conversado sobre isso, para ver se a gente consegue realmente resolver, né, essa questão. Então a gente vai, talvez, trabalhando em conjunto com sistema de museus. Eu não sei se vai sair separado, se vai sair junto. Se você [lê], o último Decreto, a gente está junto, museus e bibliotecas estão na mesma Superintendência. Então, a gente tem trabalhado juntos, a gente tem feito algumas ações em conjunto, né, para museus e bibliotecas. Antes a gente fazia com os arquivos, mas os arquivos subiram para o Gabinete da SECULT, né, e aí ficaram os museus e as bibliotecas juntos, então a gente está trabalhando junto, então pode ser que a gente consiga. Estamos no limbo neste momento. Mas, um respaldo que tem, apesar de não estar o Sistema lá, ainda tem esse respaldo do decreto antigo [Decreto nº 47.768/2019], que tem algumas questões que também estão presentes nesse novo Decreto. A gente continua executando as funções, elas estão diluídas dentro da Diretoria [DLLLB], então, elas continuam lá.

Outro aspecto pontuado pela COORDENADORA do SEBPMG foi a reorganização do organograma da SECULT, que acarretou mudanças à Superintendência de Bibliotecas [...] e à DLLLB, fragilizando ainda mais a existência e atuação do Sistema. Ela disse o seguinte:

Então, quando você quando for pegar determinada função, a Diretoria que está distribuindo essa atribuição. A gente [SEBPMG] teve uma série de reestruturações e que a gente foi só caindo, sabe? A gente teve a união da Superintendência de Bibliotecas com Suplemento Literário, então, eram duas, virou uma. Aí, depois a gente teve a dissolução dessa Superintendência e a criação de uma grande Superintendência, que era a Superintendência de Arquivos, Bibliotecas, Museus e Equipamentos Culturais. Então, o que era Superintendência de Museus virou Diretoria e o Sistema de Bibliotecas, que era uma Diretoria, ficou no limbo, deixou de existir. E isso também com relação à Biblioteca Estadual, por exemplo. Então a gente era uma diretoria e passou a ser nada. Então, a gente não consta no organograma da SECULT. Em termos salariais, né, que é sempre a justificativa que eles dão, “Ah, mas vocês não tiveram perdas salariais, tá?”. A gente não teve perda salarial, mas a gente teve uma questão aí que é de visibilidade do serviço. É muito mais um simbólico. Eu não assino mais como diretora, eu não sou incluída nas reuniões estratégicas, por exemplo, isso faz diferença para a gente. Então as informações chegam assim, às vezes eu tenho informação porque eu sou uma pessoa muito atrevida, então às vezes eu tenho uma informação primeiro por causa da minha Rede. Então, assim, às vezes eu tenho que ficar procurando uma informação. Ela não chega fácil para mim e isso acaba deixando as bibliotecas, os museus, numa situação mais precária. Cada vez mais precária. Então a gente foi. Foi só cair. Então quando eu vou me apresentar às autoridades, quando falo, eu sou diretora, eles te olham de um jeito. Ah, eu sou coordenadora, te olham de outro jeito. Tem uma questão aí de poder também. Não que eu queira o poder. Na posição que a gente trabalha, né, de articulação política, isso é importante.

Atenta à discussão sobre a “não existência legal” do SEBPMG, a GESTORA 1 visualiza que as mudanças são de cunho político, mas que na prática as coisas permanecem funcionando no Sistema. A mudança afetou as diretorias e os cargos de direção, pois enquanto superintendência, o acesso do Sistema ao Gabinete da SECULT era mais facilitado.

Então, foi exatamente o que a coordenadora falou. E eu não sei como é que se deu, porque o que que acontece, quando as coisas vêm para a gente, já vem pronta e montada. Ninguém sentou com a gente, ninguém perguntou, ninguém veio não. A coisa já vem de cima para baixo, já estabelecida. Então, é aquilo mesmo, está esperando as respostas, né? Não sei como é que vai ficar ainda, porque o Sistema de Bibliotecas ele está dentro da nossa biblioteca. No nosso organograma, ele existe na nossa biblioteca, assim como as diretorias que também existem. Não vou dizer que existe de mentirinha, mas que não estão mais constando lá no organograma do Estado. Isso aí, com a política de governo, não sei quem tomou a decisão, a gente não tem ideia. As coisas chegam para a gente prontas e acabadas e, tipo assim, nos resta receber. Em termos práticos do nosso dia a dia, não teve impacto, mas teve impacto, por exemplo, é na questão dos cargos. Nós tínhamos aqui quatro diretores, hoje nós temos um diretor. Entendeu? Então, quando nós tínhamos um superintendente e, nós enquanto superintendência, a gente tinha um acesso às coisas da Cultura, mas um maior acesso ao Gabinete. Então, quando a gente vira só uma diretoria, você tinha quatro diretores, agora você tem só um diretor. Em termos práticos, a gente pode fazer a mesma coisa, mas afetou nas questões dos cargos, né? Então, a coisa tomou um outro viés, tomou outra direção, entendeu? O diretor não é bibliotecário, ele é historiador, cargo de confiança do Estado, como tudo o Estado,

né, o Estado é cargo de confiança. Mas ele é muito sensível às questões da biblioteca, ele é muito sensível à Biblioteconomia, as nossas demandas, que nós levamos para ele, ele tem procurado nos auxiliar. Ele está conosco, né, vai junto com a gente, mas ele não é bibliotecário não. Algumas pessoas até fizeram um posicionamento, mas algumas coisas, a gente não consegue resolver sempre, mas assim, ele pode, não é bibliotecário de formação, mas na prática, está aprendendo muito mesmo o que é a biblioteca, né? Quando as pessoas veem o que é essa casa, enxergam o tamanho dessa casa e a estrutura que é essa casa e o potencial dessa casa, aí tem gente que assusta. A gente fica assim, encabulado, né? Mas é, tem sido muito sensível as demandas da casa, tem sido um parceiro muito grande, na casa, tem sido assim, procurado dentro de todas as formas, né, projetar a casa, isso para nós, isso é muito bom, né? Tem trabalhado muito, trabalhado muito mesmo e nos dá uma certa, eu vou colocar assim, uma autonomia para trabalhar. Então, tem coisa que a gente tem autonomia para trabalhar, que a gente faz e relata que fez, porque ele sabe que tem uma equipe de gente trabalhando, uma equipe boa trabalhando, uma equipe competente, trabalhando. Então, assim, confia muito na gente também e isso é muito bom. Isso é muito bom, ter um gestor que confia no seu trabalho, um gestor que confia na aquilo que você está fazendo, que avalia, que te dá o aval naquilo que você está fazendo.

Mesmo com a reorganização da SECULT, que implicou em certo apagamento político do SEBPMG, a COORDENADORA desse órgão vislumbra que a Biblioteca ainda mantém certa visibilidade, conforme pontua:

Nessa “macrosuperintendência”, independentemente dessa questão da visibilidade aí, da perda de posição hierárquica, a biblioteca ainda consegue manter, vou chamar de visibilidade, mas não seria esse o termo correto. Mas ela ainda mantém essa visibilidade, essa representatividade dentro dessa Superintendência. Você vê a biblioteca sendo tratada, nessa questão de um modo, de um modo diferente das outras, dos Museus, do Arquivo, dessa parte da Economia Criativa. Enquanto Sistema, a gente continua na mesma, porque a gente nunca teve, assim... Nunca, não. A gente teve momentos na história do Sistema em que houve grande investimento, principalmente por meio de projetos, que foi o projeto construindo a Minas Leitora, que foi um projeto muito importante. Você deve ter dado uma olhadinha na dissertação da Marina Nogueira, né? Então aí a Marina fala bastante desse período. Tinha tanto dinheiro em Minas Gerais, que sobrou dinheiro para as bibliotecas. Foi realmente o período de “vacas gordas”. Aí nesse período, teve sim uma visibilidade. A Eleonora Santa Rosa era uma secretária que valorizava as bibliotecas, valorizava os equipamentos culturais. Mas, com o passar do tempo a gente foi perdendo muito isso. De vez em quando tem uma gestão que olha para a gente interessada na possibilidade de articulação com o interior, né? Porque assim, a gente tem contato com cerca de 18 milhões de mineiros, por meio das bibliotecas públicas. Então, de vez em quando os gestores olham, ó, aqui, pode ser interessante a gente fazer uma ação de interiorização, sabe? Então, assim, sempre que tem um governo que quer fazer algo para o interior, eles lembram da gente. Mas, é tentando utilizar essa máquina que a gente tem, que é uma máquina precária, mas que é uma máquina que funciona. Então, assim, a gente tem uma comunicação com o interior, com os territórios. Assim, a Superintendente que está no momento, ela tem um olhar muito sensível para as nossas questões, assim como o nosso diretor. Ele entende a importância da política estadual para os territórios. Porque já aconteceu de muito diretor, ele entrar e sair, sem entender o que que é o Sistema de Bibliotecas, de ficar fazendo apenas a gestão da Biblioteca Estadual. Então, tem uma confusão aí, sabe? De pensar que a diretoria [do Sistema] é a Biblioteca Estadual, e desconsiderar, né, Suplemento Literário e o Sistema de Bibliotecas, que são os dois mais pesados.

As poucas políticas públicas que fazem referência à biblioteca pública (Paiva, 2008; Ferraz, 2015; Rocha, 2019) apontam para a precarização dessas instituições, em termos de serviços de informação, de equipamentos e de infraestrutura física, impactando negativamente seu objetivo, que é proporcionar à comunidade o direito ao acesso à leitura, à cultura e à informação.

Na perspectiva do que reflete Castrillón (2011) outro aspecto dessas políticas para o livro e a leitura apontado por Paiva (2008), é que são muito mais políticas mercadológicas, beneficiando o comércio livreiro em detrimento do acesso ao livro, à leitura e o desenvolvimento e fortalecimento das bibliotecas públicas. Em âmbito nacional, essa “expectativa” está bem visível na Lei nº 10.753/2003 – Institui a Política Nacional do Livro – e na Lei nº 13.696/2018 – Política Nacional de Leitura e Escrita – que tem no desenvolvimento do mercado editorial e livreiro uma bandeira para os planos acerca do livro e da leitura, bem como timidamente, mencionam o fortalecimento institucional das bibliotecas de acesso público e do SNBP, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura. (Brasil, 2003, 2018).

Com o mesmo viés, em Minas Gerais, a Política Estadual do Livro – Lei nº 18.312/2009, em seu Art. 1º, ressalta o apoio à produção, distribuição e a comercialização de livros no Estado, como premissa e pretensamente visando à promoção e incentivo à leitura e acesso ao livro, assim como a difusão da cultura, da transmissão do conhecimento, do estímulo à pesquisa social e científica e da conservação do patrimônio cultural. (Minas Gerais, 2009). Assim como no âmbito das duas leis nacionais acima mencionadas, o fortalecimento do SEBPMG e a instalação e ampliação de bibliotecas escolares aparecem de modo acanhado no contexto da legislação, contudo, sem nenhum apontamento para as fontes de financiamento desses instrumentos.

Inobstante aos anseios de desenvolvimento do hábito de leitura e do acesso ao livro, como instrumentos para acesso à educação, cultura e participação social, a Política estadual, no Art. 3º, reforça, para a consecução desses objetivos, os aspectos do mercado editorial: o fomento à produção, edição, difusão, distribuição e a comercialização do livro; a criação de condições mais competitivas para o mercado editorial do Estado no cenário nacional e internacional; a promoção e ampliação de livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livros no Estado; assim como garantir as condições necessárias do disposto nessa Lei aos autores, editores, distribuidores e livreiros do Estado. Além do mais, o Art. 4º prevê também a programas de incentivo à exportação de livros produzidos no Estado e à sua venda em feiras e eventos internacionais; capacitação nas áreas de produção, edição e comercialização de livros;

criação de linhas de crédito específicas para as editoras com sede no Estado e para o sistema de distribuição de livros. (Minas Gerais, 2009).

Sobre esses aspectos, referentes à economia do livro na legislação que, em tese, são para incentivar a leitura e o acesso ao livro em sua dimensão social, nada distinto ao fortalecimento das bibliotecas públicas em apoio a esses objetivos, Paiva (2008) reflete que as políticas do livro e da leitura acabam por se tornar postulados para as bibliotecas públicas. Ou seja, na ausência de políticas específicas para as bibliotecas públicas, essas normativas tornam-se as políticas desses equipamentos. Copes (2007) e Castrillón (2011) refletem que o livro e a leitura, matéria das campanhas, planos e projetos dos governos terminam por desviar a atenção da realidade concreta desses equipamentos públicos, aludindo que se está fazendo algo em benefício à leitura e à biblioteca. Além disso, a descontinuidade das ações e programas para a área a cada novo governo (Copes, 2007; Paiva, 2008; Rocha, 2019) mascaram o desfocamento das bibliotecas públicas em sua missão e o fracasso de sua existência em todo o cenário nacional.

6.2.3 Financiamento da biblioteca pública

Para a IFLA e UNESCO (2022), a biblioteca pública deve ser financiada pelos governos nacionais e locais, como componente essencial de qualquer estratégia de longo prazo para a Cultura, para o acesso à informação, para a aprendizagem e a educação. Nesse sentido, por princípio os serviços da biblioteca pública devem ser gratuitos.

As normativas do Estado de Minas Gerais não preveem a especificação das fontes de recursos financeiros para respaldar as ações do SEBPMG, que possui a missão de articular as bibliotecas públicas dos municípios mineiros para a efetivação da Política Estadual do Livro, que se destina à promoção e incentivo à leitura e acesso ao livro. Apesar da Lei nº 18.312/2009 expressar que um dos seus objetivos é fortalecer o SEBPMG, as bibliotecas públicas funcionam sem uma dotação orçamentária específica, cabendo aos Municípios, se e quando decidirem, a estimativa de recursos para que esses equipamentos possam desenvolver suas ações junto as suas comunidades.

Diferentemente, no âmbito do SNBP, o Art. 5º do Decreto nº 520/1992 prevê que as fontes de receitas do Ministério da Cultura destinadas ao SNBP são: i- recursos do orçamento da União; ii- doações e contribuições nacionais e internacionais; iii- participação financeira dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A gestão desses recursos financeiros é responsabilidade do Secretário-Executivo do Ministério da Cultura. Para essa finalidade,

competê-lhe celebrar convênios e firmar contratos para a execução dos programas e a prestação de serviços e desenvolvimento de projetos.

Todavia, esses recursos não são extensivos aos sistemas estaduais e, por conseguinte, aos municípios para aplicação em suas bibliotecas públicas. É notório e sabido que esses equipamentos sobrevivem de doações de materiais informacionais para a composição do acervo⁵². Essa problemática corrobora aquilo que Menegale (2022, p. xviii) disse em 1932, ao expor a falta de recursos para custeio das atividades da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, que pertencia ao Município, mas que o Tesouro de Minas Gerais, no louvável intuito de auxiliar a biblioteca, fazia doações. Entretanto, antes mesmo que a biblioteca pudesse aproveitá-lo, “[...] a mão que os oferecera logo os retirou...”.

Indagados, no questionário eletrônico, acerca dos recursos financeiros para o custeio das ações das bibliotecas públicas, os gestores desses espaços, que responderam ao formulário, foram unânimes em afirmar que não há um percentual fixo de recursos destinado à aquisição de acervo e outros serviços. A maioria desses equipamentos sobrevive de doações, sendo poucos os casos em que a Secretaria de Cultura do município destina recursos para essa finalidade, assim como raros os equipamentos contemplados com recursos de emendas parlamentares e lei de incentivo à cultura. O QUADRO 21 elenca as respostas a esse questionamento.

Quadro 21 - Fontes de recursos financeiros para o desenvolvimento de acervo

(continua)

BIBLIOTECA	RECURSOS FINANCEIROS PARA ATUALIZAÇÃO DO ACERVO
BIBLIOTECA 1	Não
BIBLIOTECA 2	Sim. Não é uma verba taxativa, mas está dentro da programação da Secretaria de Cultura.
BIBLIOTECA 3	Recurso municipal.

⁵² A Associação Amigos da Biblioteca é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e sem vínculos políticos ou religiosos, cuja missão é fomentar o conhecimento e promover iniciativas que contribuam para o desenvolvimento humano, apoiando a biblioteca solidária em suas ações voltadas para o aprimoramento cultural e educacional da comunidade onde está inserida. No contexto da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, a Associação dos Amigos da Biblioteca Pública Estadual (SABE) visa promover a cultura em sentido amplo, com foco especial na ampliação do acesso à leitura e à literatura. Em harmonia constante com as diretrizes da política cultural estabelecida pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, a SABE busca captar recursos para apoiar as atividades e programas realizados pela Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais e pela Superintendência de Bibliotecas, Museus, Arquivo e Equipamentos Culturais, à qual a biblioteca é vinculada. A associação está aberta a qualquer pessoa, empresa ou entidade jurídica que deseje se associar, contribuindo assim para a valorização e fortalecimento do papel da biblioteca como um centro vital de cultura e conhecimento. Disponível em: <https://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/associacao-dos-amigos-da-biblioteca-publica-estadual-sabe/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

(conclusão)

BIBLIOTECA	RECURSOS FINANCEIROS PARA ATUALIZAÇÃO DO ACERVO
BIBLIOTECA 4	Não temos verbas para atualização do acervo.
BIBLIOTECA 5	Não!!!
BIBLIOTECA 6	Não, dependemos majoritariamente de doações e de compras feitas pela Secretaria de Educação do município.
BIBLIOTECA 7	Não. A última compra feita pelo município foi em 2009.
BIBLIOTECA 8	Não.
BIBLIOTECA 9	Não. A Biblioteca ainda não possui fonte de recursos dedicados à ela.
BIBLIOTECA 10	A Biblioteca possui verba geral para suas atividades, não sendo especificados valores exclusivos para comprar livros. Diante da situação, estamos tentando priorizar, em cada ano, um tipo de compra ou prestação de serviços. Em 2024, por exemplo, a meta é renovar o mobiliário e restaurar as obras raras.
BIBLIOTECA 11	Não.
BIBLIOTECA 12	Não. O recurso vem das inscrições (carteirinhas), de vez em quando a Prefeitura adquire livros para a Biblioteca Pública.
BIBLIOTECA 13	Não. A biblioteca sobrevive de doações.
BIBLIOTECA 14	Não possui verba anual pela prefeitura. Os recursos são das multas e de contribuição feita pelos usuários cadastrados na biblioteca.
BIBLIOTECA 15	Não possui.
BIBLIOTECA 16	Não.
BIBLIOTECA 17	Não.
BIBLIOTECA 18	O recurso vem por meio da Secretaria de Cultura, que abre processo de licitação junto a Prefeitura, porém não há uma verba fixa para a biblioteca.
BIBLIOTECA 19	Não.
BIBLIOTECA 20	Não.
BIBLIOTECA 21	Devido à atualização da lei de criação, a partir de 2024 haverá recurso de cerca de 23 mil anuais para a atualização do acervo.
BIBLIOTECA 22	Não possui verba.
BIBLIOTECA 23	Não. A biblioteca sobrevive de doações.
BIBLIOTECA 24	Não .
BIBLIOTECA 25	Não. Os recursos são oriundos de projetos de fomento à cultura, onde as bibliotecas são contempladas ou de emendas parlamentares.
BIBLIOTECA 26	Não.
BIBLIOTECA 27	Atualmente a biblioteca não dispõe de verba anual para aquisição de acervos. No entanto, vêm fazendo as aquisições de livros impressos em tinta e em braille por meio de recursos oriundos de emendas parlamentares e provenientes da Lei Federal de Incentivo à Cultura e Lei Estadual de Incentivo à Cultura, através da atuação da DLLLB e Associação de Amigos da Biblioteca.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Apesar da legislação apontar para a ampliação e facilitação do acesso ao livro e desenvolvimento do hábito de leitura, assim como apoiar o fortalecimento do mercado livreiro, como forma de consecução da política do livro e leitura, na prática o que mantém os

acervos relativamente atualizados são as doações. Corroborando os apontamentos dos respondentes no QUADRO 21, sobre a disponibilidade de recursos públicos para a aquisição de livros para os acervos, realidade distante na maioria das bibliotecas públicas, podem ser observados nas falas das GESTORAS 2 e 3.

Olha, eu já sou concursada aqui duas vezes, porque eu fui embora e voltei. Uma única compra feita aqui, foi em 2009, e foi uma outra bibliotecária anterior do concurso, que fez, 2009. Eu nunca fui me solicitada fazer uma lista. É lógico que eu tenho as listas de necessidade, eu tenho as sugestões dos leitores. Eu sempre tenho que ir pronto comigo, mas eu nunca mandei. Então, como que é sou mantido isso aí? Sou mantido por doações e mantida pelas multas, entendeu? Livro, a gente ser solicitado anualmente, assim, não temos unidade de compra não. O que eu acho errado, por isso que eu acho que tem que vir investimento próprio, porque aí todo ano não teria o que falar, porque não é só comprar aquilo não, mas manter o acervo, né? Algo que sai, às vezes tem livro que é muito lido, ele vai danificando, pelo o uso, então tem que ir trocando. Tem coisas que vão igual, tem uma nova reforma ortográfica, tem livro que tem que ser trocado, né? Mas é uma coisa assim, não sei os livros que tem um certo conteúdo histórico, não tem como trocar ele, né, mas enfim..., mas não tem muito isso, não? Então, assim, é uma realidade que eu estou te falando, porque assim, não tem aquele interesse, sabe, de chegar e falar, vamos fazer um..., nem que for 1000 reais anual. Olha, você vai ver aí na sua biblioteca, o que você precisa? Se eu não faço uma solicitação a um por ofício e tal, falando que eu tenho uma demanda, não vai. Bem, então que como que é mantido a biblioteca? A gente é mantida pelos próprios leitores. (GESTORA 2).

A GESTORA 3 acrescenta o distanciamento entre a Secretaria de Cultura e a biblioteca como um fator que influenciava na disponibilidade de recursos, que depende muito do olhar de quem estava na gestão da Pasta. Salienta que com a mudança da biblioteca pública para um novo local, mais central, e com a Secretaria de Cultura também ocupando o mesmo espaço, as coisas começaram a melhorar.

Depende de quem está na Secretaria, inclusive é. Nós fizemos a mudança para esse espaço em 2020, e nós ficamos aberto um mês antes da pandemia. E assim, vou dar um exemplo, o prédio que nós estamos agora, o antigo fórum da cidade. Então houve uma cessão do espaço. Quando eles mudaram o fórum de lugar, então o espaço ficou à disposição. E aí nós conseguimos, que era um sonho, que a Secretaria de Cultura viesse para cá. Na verdade, não, só era biblioteca. É, esse era o nosso sonho por questões logísticas, e até da população, porque a gente estava no bairro totalmente elitizado. A gente sabe que a localização elitizada, ela expulsa o público sim. Então nós estamos nesse espaço, que é um espaço que ele é cedido, é efeito contrato de 5 anos, renovável. Sim. Então, assim, quando viemos para cá, a Secretaria de Cultura também veio. Então a gente está dentro do mesmo espaço. Então, em termos, por exemplo, assim de estrutura, por exemplo, se for mexer, vai trocar o ar-condicionado de todos os espaços. **Isso foi um benefício, porque quando a biblioteca era separada do espaço da Secretaria, a gente via que a gente estava mais distante do recurso. Sim, como as pessoas estão sempre perambulando pelo espaço, vão entendendo as necessidades. [...]** A gente recebia o que as pessoas compravam, era muito comum, os livros que estavam na revista do Avon chegavam muito para gente. **Tanto é que nós fizemos a primeira compra de livros grande o ano passado. Concluímos ano passado, porque foi um ano mexendo com a compra de livros.** Mas foi um ano é basicamente assim. Os livros

começaram a chegar e serem pagos esse ano. Nosso acervo é majoritariamente por doação. Para nós, doação é uma questão complicada. Eu falo que de tudo que a gente recebe, a gente aproveita 20%. Porém, esses 20% tem nos mantido há muito tempo. A gente não deixa de receber doação, apesar de saber que 80% às vezes não é aproveitável, porque a gente tem os projetos, a gente doa para reciclagem e a gente tem esses 20% que aproveita. Assim, **para quem não recebe, não recebia nada, se você receber 1000 livros e salvar 200, já é uma vantagem, principalmente livros mais novos, como a gente não comprava, a gente tinha essa dificuldade.**

Na falta de recursos orçamentários provenientes da SECULT para financiamento das ações do SEBPMG, a COORDENADORA do Sistema expressa tentar outras formas para driblar a situação. Nesse sentido, lança mão de emendas parlamentares, leis de incentivo, editais de fomento etc., estratégias de ação para captar recursos para financiar as ações do sistema, ante as bibliotecas públicas.

Fazer do zero, é mentira. Mentira, a gente tem essa questão, do recurso orçamentário estadual. Realmente ele passa por ciclos. Há momentos em que há recursos e há momentos em que há zero recurso. A gente tem possibilidades, né, de projetos, de lei de incentivo, como esse ano a gente vai ter um edital. A gente não tem muitas opções não de financiamento, não. Eles são bem, bem restritos. Assim, para o Sistema de Bibliotecas é mais restrito ainda do que para as bibliotecas. A gente precisa pensar um pouco mais nisso, porque como não somos uma biblioteca, então tem vários programas que são especificamente para bibliotecas e a gente não consegue acessar. Mas a gente, tudo que que fala assim, tem a emenda parlamentar, vamos tentar. Tem um edital, por exemplo, da “Gabinetona”, vamos tentar. Então, a gente tenta, mas são bem escassos, muito escassos. [A aplicação desses recursos, quando há, para] capacitação e aquisição de acervo. Sempre que tem algum recurso? Isso que a gente tenta direcionar.

Sobre esse apontamento, a busca de outras formas para manter a estrutura funcionando, a GESTORA 1 relatou que trabalha na base das amizades. Nesse sentido, ressalta a parceria com a Associação de Amigos da Biblioteca, que apresenta projetos para captação de recursos, via Lei de Incentivo à Cultura, para a aquisição de livros. A outra parte do acervo vem de doações. Da parte do Estado, os recursos variam muito, a depender do que tem em caixa e das prioridades do Estado.

Então, o que que acontece, compra no Estado, é um negócio meio que misterioso, é um negócio meio que “cabeça de bacalhau⁵³”, você sabe que existe, um dia você vai comprar, né? Então, por exemplo, é a gente conseguiu fazer uma compra grande com dinheiro de projeto, porque nós temos, para nossa alegria, né, nós temos a Associação de Amigos da Biblioteca, que faz projetos para a lei de incentivo à Cultura para aquisição de acervo. Então, nós tivemos a aquisição de acervo agora, esse ano, para compra de livros em tinta quanto livro em braille, com o dinheiro de projeto. Do Estado está entrando, assim..., mas a gente está esperando chegar. Um dia chega, né? E entra muita doação também [...]. Tem um depósito aqui que está apinhado de livros e a gente não consegue mandar tudo para o interior rápido assim,

⁵³ Cabeça de bacalhau é uma expressão que significa aquelas coisas que sabemos que existem, ou pensamos que existem, mas que nunca vimos ou sequer conhecemos alguém que tenha visto.

com a mesma facilidade, porque depende, por exemplo, as bibliotecas do interior. Aí a bibliotecária está lá, a pessoa está lá, aí depende do Prefeito, do carro, do Secretário de Educação ou de Cultura, ter um carro disponível para buscar, porque nós não temos recursos. Não temos para poder encher a caixa e mandar. Sai caro, não temos, não temos recursos para isso. Então fica lá na biblioteca. Aí a “bibliotequinha” lá do norte de Minas está precisando de livros, nós temos os livros aqui, mas tem que conversar com o prefeito, com o secretário, com não sei mais quem, para o dia que o carro, a da ambulância vir à Belo Horizonte ou o carro da prefeitura vim a Belo Horizonte, ele passar aqui e levar o acervo. Então, tem esse “gargalinho” aí, porque se a gente tivesse condições, chegou aqui um montante, vamos dizer, oh aqui as meninas do Sistema montam uns kits maravilhosos, vamos montar os kits, já vão despachar. Não dá para gente fazer isso com frequência. Então assim, tem muita coisa entrando sim, graças a Deus está entrando muita coisa, mas a saída fica muito em função, né, dessa situação de recurso mesmo, né, da logística mesmo, para coisa poder ir para o interior. O que entra na casa é coisa muito boa, graças a Deus [...]. Então, assim, o viés que nós temos, bem, é esse viés da aquisição de novos livros, é o viés dos projetos mesmo, que a Associação de Amigos entra nos projetos, que aplica o recurso fácil, a gente consegue comprar com mais celeridade, porque você não precisa ficar lá fazendo aquele monte de orçamento, aquele monte de procedimentos que o Estado exige e é mais célere. Então assim, é muito nessa base assim, né, uma coisa ajudando a outra, mas está funcionando, por enquanto.

Outra questão que a GESTORA 1 relatou para conseguir recursos foi a monetização dos espaços da biblioteca como contrapartida ao uso por alguns setores da comunidade, os quais também são parceiros da biblioteca. Isso, com o objetivo de custear a manutenção do patrimônio público em virtude dos danos causados pelo mau uso, já que os recursos do Estado, via SECULT, não chegam à contento do esperado. Também, em substituição à doação de livros, outra forma de contrapartida pelo uso dos espaços, mas que também não alcançou o objetivo desejado, já que as doações não atendiam aos critérios de usabilidade para incorporação ao acervo, quer seja, bom estado de conservação e atualidade.

Os espaços da biblioteca, por exemplo, nós temos o teatro. Ele é muito usado, chega a ser até absurdo. Mas aí o que está se chamando de contrapartida? Por exemplo, nós temos uma demanda ali de consertar determinado..., uma porta. O grupo quer usar o teatro, então está bom. Então, ó, essa porta, a gente precisa consertar essa porta. É ‘x’ reais? Então, se fizesse o favor de consertar essa porta para nós, pode ser usar o teatro. Essa é a contrapartida. Agora, a gente está precificando o uso do teatro, porque o que que acontece? Houve um tempo que a gente estava pedindo que as pessoas trouxessem livros. Ah, tem um grupo que quer usar o teatro. O que que o povo começou a fazer, usar o teatro e trazer lixo para a gente. As pessoas fazem isso porque, a contrapartida é entrega de ‘x’ livros, né, ‘x’ exemplares. O cara vai lá na estante dele, pega aquele monte de Balsa, enfim, não é mentira não. Usava a biblioteca, o espaço, aí vou mandar os livros. Quando chegava para você abrir a caixa, você podia tirar de lá Balsa, tirar livro rasgado, livro sujo, é isso? Não é isso. Não é para isso que a biblioteca existe. Aí nós começamos a monetizar. Olha, tem lá o espaço, você usa o espaço, mas aí tem lá a contrapartida de ‘x’ reais, é para consertar o banheiro, nós temos que fazer a manutenção. Por exemplo, né, uma lâmpada para o teatro, custa o olho da cara. Outra, tem que comprar a lâmpada, porque isso não tem quando você precisa a “bel prazer” no Estado, se não tem que mudar no Estado, você vai lá, Ah, é preciso levar para o Estado, toma. Aí eu preciso de bebedouro, toma; precisa de vaso. Outro dia o nosso chuveiro do teatro apareceu quebrado, ninguém sabe quem quebrou o chuveiro. O chuveiro sumiu, está lá quebrado o chuveiro, então é isso que eu estou falando, os usos dos espaços, a gente

faz essas coisas. Ou então, por exemplo, nós fizemos um acordo com a pessoa da “casa de quadrinhos”. Eles fizeram aqui uma atividade de quadrinhos. Teve no primeiro semestre, no segundo semestre eles vão dar para a gente, como contrapartida, palestras, fechou. Eu preciso de fazer eventos, eu preciso de atrair público, eles vão dar palestra para a gente aqui na biblioteca e usar o nosso espaço. É isso que ela está chamando de contrapartida. A gente recebe aqui muitas demandas, e não dá para se atender todos os desejos das pessoas, né? As pessoas querem, por exemplo, até que a biblioteca funcione até 11 horas da noite. Eu tenho gente para isso? Não tem. As pessoas querem que os espaços da biblioteca sejam que nem os espaços da Biblioteca Mário de Andrade. Eu tenho dinheiro para isso? Eu tenho até vergonha, não tenho coragem de andar lá mais de tanta vergonha que eu fico, né? Então, eu não sou a Mario de Andrade.

As bibliotecas desempenham um papel fundamental no contexto do empoderamento dos governos e dos cidadãos, como agentes de transformação social e motores de mudança política, que permitirão alcançar o “aclamado” desenvolvimento sustentável no contexto da Agenda 20230. Ainda assim, destaca-se o baixo investimento do poder público em suas bibliotecas públicas.

O desafio do financiamento público, em razão da diminuição das dotações orçamentárias, torna necessário que os serviços públicos, de modo geral, aumentem sua eficiência e justifiquem o retorno dos investimentos. Esse aspecto nem cabe às bibliotecas públicas, esquecidas que são por seus mantenedores oficiais, os Municípios. Há que se recorrer, portanto, às fontes alternativas de financiamento.

Quando indagada sobre a origem dos recursos para custeio das atividades e ações, assim como o percentual reservado pelo poder público destinado à biblioteca pública, a GESTORA 3 compreende ser papel da Secretaria de Cultura a responsabilidade pelos recursos, no entanto, não existe um percentual anual fixo.

Então, a nossa biblioteca, ela é vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, então ela faz parte do organograma da Prefeitura dentro da Secretaria. Então, os recursos que vêm para a biblioteca, geralmente são todos oriundos da Secretaria mesmo. E algumas coisas do Fundo Municipal de Cultura, mas que está tudo vinculado. Enfim, os recursos que a gente tem realmente são esses mesmos, sabe? [...] Mas não existe um recurso fixo, que fala assim, olha, a biblioteca tem 100 mil para gastar esse ano. Isso não existe. Tanto é que nós fizemos a primeira compra de livros grande o ano passado. Concluímos ano passado, porque foi um ano mexendo com a compra de livros. Mas foi basicamente assim.

A GESTORA 2 expressa, em tom de lamento, a luta diária de ter que provar o valor da biblioteca. Em sua fala, pontua que sempre tem que explicar/justificar a necessidade de recursos para as ações da biblioteca, sobretudo, tratando-se do desenvolvimento do acervo e equipamentos para acesso à informação.

É um desafio de todos os dias, porque é um desafio, assim, que a gente sempre tem que estar sempre brigando com documento, para mostrar, para adquirir certas coisas, para manter a biblioteca. Então, assim, todos os dias para você explicar porque que eu preciso de computador, porque que eu preciso de pessoas assim, assado, porque que eu preciso de uma etiqueta, tentar explicar. Olha, tem como melhorar o sistema, mas tem que pagar por fora, é, tem como melhorar, às vezes eu preciso melhorar uma carteirinha para o leitor, entendeu? Vamos supor, o leitor está me pedindo uma revista, pedindo jornal. Então assim, eu tenho que explicar sempre o porquê, sendo que o direito ao acesso à informação é um direito do cidadão. Isso está na Constituição, está na nossa legislação. Então assim, são coisas que não tem que perguntar o porquê, são coisas que são gerenciais, entendeu? Se o bibliotecário está ali, ele sabe o que está fazendo. Ele sempre está solicitando, está solicitando nada. Esse é o desafio maior que a gente... provar o que a gente tem que fazer. Ver esse aqui todos acho que, em geral, dos bibliotecários, que eu percebo não só meu, mas de colegas aí afora. Que é conseguir fazer o básico de uma biblioteca, gerenciamento do básico da biblioteca, que são recursos para poder ela funcionar no dia a dia, né? Desde recursos humanos até recursos tecnológicos, e não tem como fugir disso, entendeu? [...]. Então eles têm que entender melhor, tem que ter um planejamento melhor, principalmente com essa questão de biblioteca. E a grande maioria, em geral em Minas, eu ainda vejo que isso está muito atrasado ainda, sabe? Eles ainda não incluem a biblioteca como um local para se investir. E você vai lá fora, é diferente. A primeira coisa que as pessoas olham, a biblioteca, o museu. Por quê? Porque é onde está a nossa, digamos, nossa base. Conhecimento também na biblioteca. Era o que os reis antigamente todos valorizavam a biblioteca, gente é uma coisa que... O que Dom João fez quando veio para cá? Catou a biblioteca e veio embora, está? Olha, não era bobo.

Nessa discussão do financiamento dos equipamentos públicos, um elemento importante foi pontuado pela GESTORA 4, os repasses do “Programa ICMS Patrimônio Cultural” aos municípios que se comprometem a preservar o patrimônio e referências culturais, por meio de políticas públicas. Para ela, parte desses recursos deveria ser revertida à biblioteca pública para financiar e fortalecer as suas ações junto à comunidade. Em seu argumento, ela reflete sobre as festividades e o museu do município, que recebem mais atenção da Secretaria de Cultura que a biblioteca. Essa desatenção do poder público impacta o desenvolvimento da biblioteca no cenário local, haja vista que a ausência de recursos compromete a disponibilidade de equipamentos para o auxílio dos usuários nas pesquisas e a melhoria e qualidade do acervo, carente de aquisições desde 2022, momento da contratação da servidora;

Então, por exemplo, é uma questão que eu ainda estou para discutir com o pessoal, é por que tem o ICMS Patrimônio Cultural⁵⁴, né, porque uma parte do que é revertido para o município, vem “da biblioteca e da Cultura”. Então, eu acho que parte desse dinheiro, se ele foi conseguido pelas ações desses instrumentos, tinha que ir para esses instrumentos também, né, para revitalização do acervo, para adquirir novas

⁵⁴ O Programa ICMS Patrimônio Cultural visa o incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado. Ele funciona por meio de repasse dos recursos aos municípios que preservam seu patrimônio e suas referências culturais, através de políticas públicas relevantes.
Disponível em: <https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoas/icms-patrimonio-cultural>. Acesso em: 26 jul. 2024.

coisas. Então, por exemplo, eu tenho uma lista lá de livros infantis que está desde 2022 quando eu entrei aqui, foi feita. Só Deus sabe quando vai ser adquirido, porque tem essa questão, ah verba. Se está vindo a verba, como não tem verba? Mas aí é política e aí a gente né não tem, eu acho que a gente tem que lutar por, principalmente, pela conscientização da sociedade em relação à importância disso. Porque eu acho que a sociedade civil que vai pressionar o governo para que ele tome certas atitudes, mas ainda não tem. O museu, ele tem mais suporte do que assim, na minha visão, ele tem mais suporte do que a biblioteca. Não sei se você conhece, é o Museu do Escravo. A biblioteca, na verdade, é anexa ao Museu e ele é o único Museu do Brasil sobre a questão da escravidão. Tem um acervo muito grande, é muito bom, ele é visitado constantemente aqui por escolas, vem gente de outros estados para visitar, para estudar o acervo. Então, é tanto que até alguns anos atrás, a logo da prefeitura vinha com visite o Museu do Escravo, que era o chamariz da cidade, chamariz cultural, né. Porque tem a parte que a cidade era a maior produtora de mexerica do Brasil e tinha a questão cultural do Museu. Então, eu vejo como tendo mais suporte o Museu do que a Biblioteca, por questões políticas, né, que eu acho, eu entendo. Não concordo, mas entendo, então assim, né.

Como alternativa para contornar a situação de abandono descrita, os projetos para captação de recursos financeiros e equipamentos constituem outros caminhos possíveis como fontes alternativas de financiamento. Na ausência do poder público quanto à manutenção dos seus equipamentos públicos, questionada sobre a proposição de projetos, quando da abertura de editais de concorrência para financiamento de projetos com cunho social, a GESTORA 4 salienta a falta de preparo, número reduzido de servidores da biblioteca e de apoio dos gestores públicos municipais, na figura das secretarias, quer seja da Cultura ou da Educação. Expressa desconhecer, nesse sentido, uma política do município com essa finalidade.

Não, pelo menos municipal não. Eu vi que teve, o ano passado teve o Projeto Ajudas⁵⁵, que eu queria submeter um projeto, mas eu não tive suporte para escrever o projeto, porque o Ajudas do ano passado, eu acho que era relacionado à tecnologia. Se não me engano, eu não lembro, ele era um assunto mais específico, então eu tentei encaixar de alguma forma que fizesse sentido isso dentro das necessidades da comunidade, por exemplo. Mas eu não sei exatamente quais são as necessidades da comunidade, que eu acho muito fácil, por exemplo, eu nem sou da cidade, eu chegar aqui falar “ah eu acho que precisa disso toma aqui”. Não acho que seja assim, acho que tem que ter um estudo da comunidade, principalmente, aqui que as comunidades rurais são muito grandes, então você tem áreas, para você ter noção, a cidade é maior do que Belo Horizonte em área e a área urbana é desse tamanho, assim, área rural gigantesca. A gente tem várias comunidades rurais. Eu não tenho contato com elas, como que eu vou propor um projeto para implantação numa comunidade sem conversar com a comunidade. Então, eu não tive esse suporte, né, a tempo hábil para poder escrever estruturar um projeto para fazer a submissão para tentar. Então assim, municipais, até onde eu sei, não existem essas ações e quando há ações externas, fica meio aquilo, “ah, não a gente tá meio

⁵⁵ O Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas, Iberbibliotecas, realiza anualmente um Concurso de Ajudas dirigido a bibliotecas públicas e comunitárias nos países e cidades membros. Tem o objetivo de reconhecer e consolidar as bibliotecas públicas e comunitárias como espaços de livre acesso à informação e à leitura, trabalhando para a inclusão social e contribuindo para a qualificação e o desenvolvimento da educação.

Disponível em: <https://www.iberbibliotecas.org/por/convocatoria-de-ayudas/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

agarrado com isso aqui, tem esse evento aqui”. Realmente, a Cultura aqui é uma secretaria muito movimentada, realizações, acho que não tem um mês que não tem uma ação da Cultura, porque a festa junina, Cultura; ah tem aniversário da cidade, Cultura; ah dia das crianças, Cultura, a aí agora vai ter o rodeio e a festa da mexerica, Cultura. Então assim, mês a mês a Cultura realmente tem muitas atividades, então pela estrutura da biblioteca, a equipe da biblioteca ser pequena e, muitas vezes, a gente ter que dar auxílio nessas atividades, a gente fica, acaba ficando sem estrutura para conseguir escrever e submeter projetos. Mas é uma intenção que eu tenho, principalmente projetos externos, né, porque municipal aparentemente não tem. Então, a gente tem que tentar externos, mas ainda é complicado.

A ampliação da captação de recursos, de modo a beneficiar os projetos culturais, é um dos grandes desafios de Minas Gerais, que compreende 853 municípios. Dados de 2022 davam conta que os beneficiários de projetos da legislação de incentivo à cultura concentravam-se nos grandes municípios, 184 utilizavam 89% do total de recursos disponibilizados. (Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2022).

Com vistas a mudar essa realidade, a Lei Estadual de Cultura foi revisada, agora Lei Descentra Cultura nº 24.462/2023 – regulamenta pelo Decreto nº 48.819/2024. De acordo com a SECULT (2024), a nova legislação trouxe mudanças nos processos de incentivo fiscal por meio do ICMS, com vistas a viabilizar um maior volume de patrocínios pelas empresas incentivadoras, de forma a facilitar a captação de recursos pelos agentes da cultura, sobretudo os empreendedores do interior do Estado. Ressalta ainda que o montante disponível em 2024, Lei Estadual de Incentivo à Cultura, conta com R\$ 159 milhões para captação a título de incentivo fiscal para estímulo à realização de projetos artístico-culturais.

Entretanto, a despeito das mudanças no Fundo Estadual de Cultura, entidades e gestores do setor cultural criticaram o projeto de revisão da lei, pois as mudanças propostas pelo governo não enfrentam os problemas crônicos do setor. A proposta do governo é tímida e de impacto reduzido, diante do tamanho dos desafios a serem superados. As críticas também apontam para o fato do governo progressivamente se eximir do seu papel de destinar recursos do Tesouro Estadual à cultura. Paulatinamente, os recursos do Fundo Estadual de Cultura foram reduzidos e editais de patrocínio foram cancelados na gestão de Romeu Zema, situação agravada com a fusão das pastas de Cultura e Turismo em uma única Secretaria. A burocracia é outro aspecto pontuado, pois a complexidade do mecanismo de incentivo à cultura dificulta o patrocínio cultural, levando as empresas à desistirem ou reduzirem drasticamente os valores investidos. (Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2022).

Vê-se o tamanho das dificuldades enfrentadas pelas bibliotecas públicas – já carente de recursos públicos para o seu financiamento – ante a proposição de projetos para a captação de recursos, via lei de incentivo à cultura. Assim, compreende-se que há o desejo de que as

mudanças na política cultural sejam adequadas às demandas e que o patrocínio, por meio das leis de incentivo, chegue a todas as regiões do Estado, já que o maior desafio para a democratização do acesso à cultura está na descentralização dos recursos.

6.3 Funcionamento, Gestão e Parcerias para a Implementação de Serviços

Discorre-se acerca da observância aos padrões profissionais de eficácia e funcionamento; da formulação de políticas de informação com objetivos claros, definição de prioridades e serviços em relação às demandas locais de informação; da participação da comunidade no processo de tomada de decisões, em razão do conhecimento local; das estratégias de cooperação e parcerias relevantes para a abrangência e diversificação e novos públicos.

Em estreita convergência com o que proclamam a IFLA e UNESCO na atualização do *Manifesto* em favor da biblioteca pública (2022), o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), por meio da Resolução nº 245/2021, define os fundamentos e parâmetros a serem observados pelas bibliotecas públicas, as quais são definidas como

o centro local de informação, de pesquisa e de leitura, mantida pelo poder público, na qual as pessoas têm a liberdade de acesso universal ao conhecimento e à produção cultural por meio dos bens informativos em todos os seus suportes e linguagens.

Ainda, as bibliotecas públicas são sustentadas pelos seguintes princípios fundamentais:

- i- garantia de acesso irrestrito a todas as pessoas, independentemente de suas características individuais;
- ii- oferta de um acervo diversificado, que assegure a representação da diversidade cultural brasileira, atualizado e processado conforme os padrões técnicos da biblioteconomia;
- iii- atendimento em horários compatíveis com as necessidades do público;
- iv- preservação da memória bibliográfica regional;
- v. liberdade de acesso à internet;
- vi- atuação do bibliotecário em todas as esferas de gestão e atividades técnicas;
- vii- criação e manutenção sob a responsabilidade do poder público. (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2021).

Como referências legais e padrões básicos de qualidade e de acessibilidade para a biblioteca pública, o CFB (2021) especifica a observância aos seguintes termos: i- área de fácil acesso, com espaços específicos para todos os públicos; ii- acervo inicial com dois mil títulos com livros e outros materiais impressos e digitais, em consonância com a política de desenvolvimento de coleções; iii- oferta de empréstimo domiciliar, atividades culturais e de incentivo à leitura, e demais produtos e serviços de informação em atenção aos diversos

grupos sociais; iv- ter bibliotecário nas atividades de administração, gestão e nos serviços técnicos; v- regimento interno elaborado pela equipe da biblioteca; vi- divulgação de suas atividades, serviços e produtos; vii- garantia da acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional, instrumental, metodológica, programática e tecnológica, em conformidade com as normas técnicas e a legislação brasileiras vigentes.

Ante as recomendações da IFLA e UNESCO referente à observância aos padrões e fundamentos para a biblioteca pública, aspectos referendados pela Res./CFB (245/2021), testemunha-se que não existe um padrão estabelecido para as bibliotecas públicas em Minas Gerais. Tal ausência justifica-se primeiramente pela questão da autonomia dos municípios, garantida pela Constituição Federal de 1988 e que faz parte dos princípios do Estado Democrático de Direito brasileiro. Esse princípio garante aos municípios a gestão dos interesses locais com independência, sem a necessidade de centralizar as decisões no Estado. Segundo, por questões político-administrativas, dada a inexistência de um vínculo hierárquico entre o SEBPMG e as bibliotecas públicas, considerando que esses equipamentos estão ligados administrativamente aos respectivos municípios.

O princípio federativo que regula os limites de atuação dos sistemas de bibliotecas pode ser observado no Decreto nº 520/1992, que instituiu o SNBP. No Art. 3º está exposto que o SNBP atuará em observância ao princípio federativo, no sentido de fortalecer os respectivos sistemas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assim, o papel do SNBP é de orientação técnica, dentro dos padrões biblioteconômicos; de apoio a programas de atualização profissional, com a colaboração das universidades e de ação cultural; incremento da circulação de bens culturais, entre outros aspectos.

Extensivamente, esse princípio é aplicável à ação/atuação dos demais sistemas de bibliotecas, inclusive em relação ao SEBPMG e, por conseguinte, às bibliotecas públicas, em respeito à autoridade municipal. Nesse sentido, o SEBPMG atuará numa perspectiva de apoio e assessoramento nos seguintes aspectos: incentivo a criação, expansão e manutenção de bibliotecas públicas no Estado; promoção da articulação inter-regional das bibliotecas públicas e comunitárias; capacitação dos recursos humanos das bibliotecas; assessoria técnica às bibliotecas públicas e comunitárias relativa à qualidade dos serviços ofertados; apoio em projetos culturais de estímulo à leitura; cadastramento das bibliotecas públicas e comunitárias do Estado, com vistas a subsidiar o planejamento da DLLLB.

No que tange aos fundamentos e padrões que deveriam ser observados nas bibliotecas públicas, mas que, em contexto, não se refletem efetivamente na prática, recorre-se novamente às declarações dos respondentes. A COORDENADORA do SEBPMG elucida o

papel dessa instituição em relação às bibliotecas públicas mineiras, evidenciando implicitamente os limites de atuação impostos pela autonomia dos municípios.

De regras, de regimento, tudo, eles têm a total autonomia. O que eles fazem é nos consultar, nós somos apoio. Nossos verbos são apoiar, orientar, subsidiar, a gente não tem verbo de ação, implementar, por exemplo, a gente não usa. A gente orienta, então a gente tem as assessorias técnicas, que são essas partes mais específicas, responder perguntas mais específicas, perguntas técnicas. A gente tenta ter uma certa unidade, [...] a gente tem essa troca. A gente tenta unificar assim algumas ideias ou espalhar algumas ideias por meio do nosso Boletim. A gente tenta fazer uma política estruturada, como, por exemplo, poderia ter o plano estadual do livro, leitura, literatura e bibliotecas, que seria essa concretização da política. Não temos. A gente está desde 2017 trabalhando nisso e não anda, muito difícil. Porque agora chegou na hora do dinheiro e aí não tem dinheiro? [...]. Tem esse trabalho de articulação, mas a gente passou os últimos 8 anos, talvez, desde que eu cheguei, na verdade, desde que eu cheguei, que a situação está difícil, em nível nacional. Eu cheguei no sistema em 2016, desde que eu cheguei a coisa está degradingando, só ladeira abaixo. E aí, o papel do Sistema Nacional é quase que a mesma relação que a gente tem com os municípios, o Sistema Nacional tem com a gente, porque a gente não é obrigada a fazer nada. Se não quiser participar, não participa. Mas a gente, Minas Gerais, sempre quer participar, a gente sempre quer estar lá, quer estar alinhado. Mesmo quando o poder, quando os poderes são contrários, são oposição, como nesse momento, por exemplo, a gente tem direita e esquerda. Mas a gente está lá porque a gente entende que é nosso papel estar nessa ponte para beneficiar as bibliotecas de Minas. O que falar, tem alguma coisa para a biblioteca, a gente está lá na primeira fila. Então, assim, a capacidade de execução do Sistema Nacional, ela é muito reduzida. Ela foi se reduzindo ao longo do tempo, mas eles prestam um serviço muito importante, que é tentar dar uma uniformizada no Brasil que é muito, muito diverso. Por exemplo, em que pasta que a biblioteca pública tem que ficar? Então eles soltam lá uma orientação, e a gente passa isso para os municípios, porque nos cobram. Então, a gente falando só, não é tão respaldado quanto o Sistema Nacional falando. Então isso é muito importante, que o Sistema Nacional fala assim, essa é uma diretriz, né! Então promover estudos que contemplem o Brasil inteiro, né, para a gente entender os nossos problemas, né! Saber onde é que estão os nossos problemas, assim como um todo. Pensar a questão de legislação, né, de âmbito nacional, isso é fundamental que se pense. Então assim, às vezes a gente no Estado não consegue fazer rodar a máquina e às vezes o município consegue. Então a gente ter também essas possibilidades de tais, como foi o “ponto de leitura agora”, a gente já teve de “boas práticas para bibliotecas públicas”. Então, mesmo que seja pouquinho, mas acontecer é importante, né! Mas eu acho que o principal papel deles é tentar trazer uma segurança jurídica para a Gente, e a gente ainda não tem, né! Porque não existe nenhuma lei que obrigue o município a ter a biblioteca pública ou que impeça o prefeito de fechar uma biblioteca pública, e essas são questões que sempre estão na pauta dos nossos encontros.

Ao abordar temas como o isolamento das bibliotecas, a compreensão do conceito de biblioteca, a infraestrutura adequada, entre outros aspectos, a GESTORA 3 reflete sobre a relevância do SEBPMG para as bibliotecas públicas em diversas questões. Destaca a importância da aproximação virtual, evidenciando a troca de informações, experiências e preocupações por meio do grupo de WhatsApp, criado para facilitar a comunicação entre as bibliotecas.

Eu acho que o Sistema é um ganho muito grande para a gente, sabe? Quando eu falo um ganho no sentido assim, tem o grupo do WhatsApp. O grupo é enriquecedor, porque a gente vê o que tem em vários lugares. Isso já é um ponto interessante. Até para compartilhar problemas a gente já consegue trocar uma ideia porque está no mesmo grupo de bibliotecas. É uma vantagem para gente não ficar tão solitário, porque geralmente as cidades têm uma biblioteca pública. Nem sempre a biblioteca pública tem bibliotecário ou está estruturada, então é bom que a gente possa trocar ideia com outras pessoas. Eu acho uma vantagem do Sistema. [...]. Se não fosse pelo Sistema, a gente não teria essa possibilidade. E não teria essa facilidade de reunir, de fazer grupo em trabalho, estudo. A gente recebe materiais de doação, quando, por exemplo, tem algum material disponível. Se não fosse o Sistema, a gente estaria muito pior, porque o Sistema possibilitou a gente ter acesso a muitos cursos, a gente participa dos diálogos, palestras. No período da pandemia, a gente começou a ter acesso a essas várias coisas, também com o Sistema e tudo mais. A gente vem tendo acesso a cursos e coisas acontecendo pelo Brasil, muito legais e que eu acho que tem servido de informação para a gente. Cursos, inclusive, nós tivemos várias indicações e eu acho isso importante. A gente está passando nesse momento pelo cadastramento das bibliotecas, também acho isso importante, porque é uma forma de dar visibilidade também. Nós temos alguns eventos que o Sistema promove, por exemplo, a noite mineira de museus, bibliotecas. Isso é bom, muito positivo para a gente. Eu penso que é uma coisa interessante, porque eu acho que a biblioteca que participa e aproveita essas coisas do Sistema, a biblioteca cresce também. Eu acho que essa é uma dificuldade. Acredito que temos uma dificuldade de mentalidade. E quando falo de mentalidade, me refiro à forma como vemos a biblioteca. Para trabalhar em uma biblioteca, a pessoa deveria gostar muito de leitura, deveria fazer um curso, entender o papel da biblioteca. Por que a biblioteca existe? Por que ela é tão importante? A biblioteca já extrapolou a ideia tradicional, né? Já superamos isso. A biblioteca é um lugar de movimento. Infelizmente, ainda temos pessoas com essa mentalidade trabalhando em bibliotecas. Por exemplo, os oficiais administrativos que trabalham no balcão de atendimento ou na seção infantil. Eles precisam gostar do que fazem, não simplesmente estar ali porque acham que a biblioteca é um lugar calmo onde podem relaxar. De certa forma, acabamos com uma excelente estrutura, mas demora um pouco para mudar a mentalidade das pessoas e fazer com que entendam o que estamos falando. Nesse aspecto, o Sistema nos ajuda muito, porque nas reuniões as pessoas precisam ouvir o que está sendo dito e acabam absorvendo algo. Elas começam a entender o que é a biblioteca, especialmente quem não é bibliotecário. Às vezes, a pessoa está na gestão e não tem esse entendimento, mas com boa vontade, seguimos em frente.

A carência de apoio institucional por parte da administração municipal constitui um fator que afeta negativamente o funcionamento da biblioteca, conforme observa a GESTORA 2. Em sua perspectiva, seria desejável uma maior integração e estabelecimento de parcerias com outras secretarias, como as de Meio Ambiente e Saúde, por exemplo. Também reflete sobre a (des)valorização do bibliotecário e a insuficiência de recursos, aspectos que comprometem o progresso e o desenvolvimento da biblioteca.

Olha, eu adoro as meninas, elas lutam pela valorização das bibliotecas. Ainda assim, o trabalho que elas fazem, sempre promovendo oficinas e divulgando atividades, é muito importante. Só que, apesar de todo o belo trabalho que fazem, ainda existe uma certa resistência. E ainda em Minas Gerais, infelizmente, temos gestores que não facilitam nosso trabalho. Eu gostaria de fazer mais, mas nem sempre temos o apoio necessário. Não estou dizendo que estou completamente sem apoio, mas é difícil fazê-los entender que precisamos de mais apoio e mais parcerias, com outras secretarias. Dentro da própria pasta em que estamos, precisamos ser vistos como um

espaço que pode ter parcerias com a Saúde, com o Meio Ambiente, por exemplo, para fazer mais. Mas, infelizmente, isso não acontece. Isso acaba tornando os serviços da biblioteca deficientes, e não conseguimos aprimorar e adequar as coisas que são necessárias. Não é apenas uma questão do local, mas precisamos de um apoio maior, de uma visão mais ampla. Outra coisa é que nem todo investimento destinado à Cultura, é direcionado para a biblioteca. Seria muito interessante lutar para que, no futuro, houvesse uma verba específica para as bibliotecas públicas. Isso facilitaria o aprimoramento das bibliotecas, melhoraria os espaços e aumentaria a valorização delas. Ainda falta muito entendimento e valorização do nosso trabalho nas bibliotecas, começando pela valorização do bibliotecário. Sem um bibliotecário gerenciando e trabalhando em conjunto com os educadores, a biblioteca não é bem organizada, o que impacta negativamente no ensino. Imagina, como os alunos vão ler se a biblioteca não está organizada, se não conseguem encontrar nada, se não há um sistema? Parece que essa imagem de desvalorização se estende também para as bibliotecas públicas. É um desafio diário, porque é algo que sempre exige que a gente esteja brigando com documentos para justificar e adquirir certas coisas necessárias para manter a biblioteca. Todos os dias, precisamos explicar por que precisamos de computadores, de pessoas qualificadas, de etiquetas; por que é necessário melhorar o sistema, mesmo que tenha um custo adicional; por que precisamos de carteirinhas para os leitores. Esse é o maior desafio que enfrentamos: provar o que precisamos fazer. E isso é algo que percebo não apenas em mim, mas também em colegas bibliotecários. É um desafio conseguir fazer o básico de uma biblioteca, gerenciar os recursos essenciais para seu funcionamento no dia a dia, desde recursos humanos até tecnológicos. Não é algo simples. Eles precisam entender melhor, planejar melhor, especialmente quando se trata de bibliotecas. A grande maioria, principalmente em Minas, ainda está muito atrasada nesse aspecto. Ainda não incluem as bibliotecas como locais que merecem investimento. Em outros lugares, a situação é diferente. A primeira coisa que as pessoas valorizam são as bibliotecas, os museus. Por quê? Porque é onde está a base do nosso conhecimento.

Ao abordar o início de uma discussão acerca da formulação e padronização de políticas para as bibliotecas em Minas Gerais, a GESTORA 1 destacou a descontinuidade das políticas públicas voltadas para esse setor. Ressaltou a necessidade de compreender as características e demandas regionais, considerando a vasta extensão do Estado.

Estava sendo construído um documento para dar mais visibilidade à criação de mais bibliotecas no interior. Eu não sei em que pé está essa proposta, porque as coisas no Estado às vezes descontinuam muito, né! Você começa ali com algo como um tipo de planejamento. Lá se discutiu, houve fóruns, debates, teve tudo isso. Mas, aí muda o governo, a coisa começa... ou não dá continuidade ou para. Não sei como está essa política, mas quem pode falar com mais assertividade é a Cleide, que acompanha mais de perto. Ela foi aos fóruns, viajou muito com as meninas para incentivar e a começou a ser construído um documento com participação da sociedade civil, incluindo professores, para fomentar e fazer a coisa evoluir. Mas Minas Gerais é muito grande, e são 853 municípios, gente, é muito chão. Infelizmente, muitas pessoas não conseguem entender as coisas, né! Então, eu preciso falar que fiz uma política pública para atender o Estado de Minas Gerais. No entanto, você pode chamar o Estado de Minas Gerais, que são 150 Minas Geraisinhas; fazer um documento que atenda todos os municípios é humanamente impossível. É necessário considerar as características de cada região. Portanto, há todo um procedimento, um documento padrão para ser feito, para que as pessoas possam compreender. É uma tarefa demorada, que não é para se fazer da noite para o dia. Está sendo desenvolvido e, que bom que está. Eu confesso que não sei exatamente como está, pois quando algo avança um pouco, para depois.

Esses relatos corroboram a afirmação sobre a ausência de um padrão uniforme para as bibliotecas em Minas Gerais. Embora o SEBPMG desempenhe um papel significativo na colaboração com os municípios e nas bibliotecas públicas municipais, enfrenta desafios concretos, como a falta de políticas públicas específicas para a área, limitação na atuação dos sistemas e redes de bibliotecas públicas em relação às bibliotecas municipais filiadas, desinvestimento em recursos financeiros necessários para o fortalecimento e desenvolvimento das bibliotecas e a desarticulação entre os Entes Federados na implementação de um plano de desenvolvimento biblioteconômico. Esses problemas exigem uma reflexão mais aprofundada por parte dos atores políticos e sociais para avançar na democratização do acesso ao livro e na promoção do hábito de leitura.

6.3.1 Da concepção da função de gestão/coordenação da biblioteca pública

Legalmente, a coordenação da biblioteca é devida somente ao bibliotecário portador de diploma expedido por Escolas de Biblioteconomia de nível superior. Em conformidade com o disposto na Lei nº 4.084/1962 – regulamentada pelo Decreto nº 56.725/1965⁵⁶ –

Art. 6º São atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes: [...] c) administração e direção de bibliotecas; d) a organização e direção dos serviços de documentação; e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência. [...]. (Brasil, 1962, *online*).

A Lei nº 4.084/1962 e a Resolução nº 245/2021 do CFB ressaltam a necessária presença do bibliotecário nas atividades de administração, gestão e execução dos serviços técnicos, a fim de garantir, na perspectiva dos dizeres da IFLA e UNESCO (2022), a organização eficaz e a observância aos padrões profissionais de funcionamento.

No âmbito do Estado de Minas Gerais, a DLLLB – Decreto nº 48.649/2023 – tem como competência a gestão e ampliação dos serviços da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais para a população do Estado, com vistas a democratizar o acesso à informação e à leitura. Dentre as várias atribuições que lhe é conferida, estão as seguintes funções: execução da Política Estadual do Livro; a gestão da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, a

⁵⁶ BRASIL. Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19/8/1965, Seção 1, p. 8366. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56725-16-agosto-1965-397075-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.

formação e o processamento técnico de acervos, a extensão e a ação regionalizada do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e Comunitárias; a gestão e ampliação dos serviços da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais; o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos programas e projetos de extensão e espaços alternativos de acesso à leitura; o planejamento, execução e acompanhamento dos projetos e ações de promoção da leitura, literatura e bibliotecas.

A partir do exposto no Decreto e considerando que a coordenação da DLLLБ é atribuída a um profissional leigo, infere-se que há um conflito entre o que dispõe o inciso II do Art. 19 do Decreto nº 48.649/2023 – “gerir a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, a formação e o processamento técnico de acervos, a extensão e a ação regionalizada do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e Comunitárias”, em oposição ao que dispõe o CFB (2021), quando particulariza que, no contexto da biblioteca pública, as funções de administração, gestão e execução dos serviços técnicos são pertinentes ao profissional bibliotecário – inciso IV do Art. 3º da Resolução nº 245/2021.

Uma observação relevante é que a Lei autoriza a designação de um responsável técnico por uma biblioteca pública, mesmo que não possua diploma em Biblioteconomia, exclusivamente em municípios com até 10 mil habitantes e cujo acervo não exceda 200 exemplares catalogados. No entanto, tal atribuição é concedida apenas ao Técnico em Biblioteconomia, devidamente registrado no Conselho Regional de Biblioteconomia da jurisdição correspondente, conforme estabelece o § 3º do Art. 33 da Lei nº 9.674/1998.

A incumbência de gestão e coordenação das bibliotecas públicas por indivíduos não especializados, em desacordo com a legislação pertinente, caracteriza-se como uma situação típica de cargos em comissão ou funções de confiança, um aspecto comum em todas as esferas da administração pública.

Entende-se que, na prática, as atividades técnicas atribuídas ao bibliotecário não são executadas pelo diretor da DLLLБ. Contudo, a redação do Decreto revela essa incongruência legal, uma vez que a Lei nº 9.674/1998 estabelece que o exercício da profissão de bibliotecário é exclusivo ao Bacharel em Biblioteconomia.

No que se refere ao caso do diretor da DLLLБ, encarregado de "gerir a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, bem como a formação e o processamento técnico de acervos", conforme estipulado pelo Decreto nº 48.649/2023, a GESTORA 1 elucida o assunto, destacando a parceria estabelecida.

Em termos práticos do nosso dia a dia, não houve um grande impacto, mas, por exemplo, houve um impacto na questão dos cargos. Antes, tínhamos quatro diretores, hoje temos apenas um. Quando éramos uma Superintendência, tínhamos um acesso maior às questões da Cultura e ao Gabinete. Agora, ao sermos reduzidos a uma diretoria, com apenas um diretor, a dinâmica mudou. Embora as atividades do dia a dia permaneçam as mesmas, a redução de cargos trouxe mudanças significativas. O atual diretor não é bibliotecário, mas historiador, um cargo de confiança do Estado. Embora ele não tenha formação em Biblioteconomia, ele é muito sensível às questões da biblioteca e tem procurado nos auxiliar, sempre nos acompanhando e aprendendo muito na prática sobre o que é uma biblioteca. Costumo brincar com ele sobre como algumas pessoas pensam que o trabalho na biblioteca é apenas colocar e retirar livros da estante. Ele tem sido muito sensível às demandas da casa e um grande parceiro. Tem procurado, de todas as formas, projetar a casa da melhor maneira possível, o que para nós é muito bom. Ele tem trabalhado muito e nos concede uma certa autonomia para realizar nosso trabalho. Temos a liberdade de executar tarefas e relatar o que foi feito, pois ele confia na equipe, reconhecendo que estamos trabalhando bem e com competência. Ter um gestor que confia no seu trabalho e dá o aval para as suas ações é extremamente importante para nós. Nas questões administrativas, tem sido muito positivo. Ele também possui bons contatos, o que ajuda bastante. Por exemplo, a cerimônia de ontem não teria acontecido sem o esforço dele. Ele foi atrás, conversou e batalhou para que a cerimônia ocorresse. Considerando que estamos há 70 anos e, até onde eu sei, nunca havíamos realizado uma cerimônia na Assembleia, isso é uma grande vitória para nós. Embora pudéssemos ter feito a cerimônia em nossa casa, com um teatro grande que comportaria muita gente, precisávamos da visibilidade que a Assembleia proporcionaria. Não importa quem ajudou, se é de direita, esquerda, centro ou qualquer outro espectro político. O que importa é que a cerimônia aconteceu, e isso é o que valorizamos. A ajuda de qualquer político é bem-vinda. No contexto atual, qualquer apoio é apreciado. Ele merece reconhecimento pelo seu empenho e dedicação.

Essa situação não é uma novidade dos tempos atuais, pelo contrário, é bem recorrente, mesmo com a fiscalização dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia. No passado, na década de 1930, J. Guimarães Menegale foi encarregado da missão de chefiar a Biblioteca Pública de Belo Horizonte. Claro, numa época em que os cursos de Biblioteconomia ainda eram incipientes no país⁵⁷.

De repente, J. Guimarães Menegale foi para Belo Horizonte. E houve daí a pouco um governo que fez esta coisa fenomenal: deu a direção de uma biblioteca a um homem de letras. Apenas, essa biblioteca não tem quase livros. O que há é antigo e sem coordenação. Há vinte anos que não se compra um só volume. Quer dizer: todo o romance, toda a poesia, toda a crítica de após-guerra ainda não chegou às suas estantes. Ainda assim, J. Guimarães, que era um escrivão medíocre, mas é um admirável bibliotecário, tomou as mais variadas iniciativas para, mesmo sem dinheiro e sem estímulo, organizar uma ampla casa de cultura moderna. O relatório agora publicado mostra que J. Guimarães Menegale é capaz de milagres. (Menegale, 2022, p. xviii-xix).

⁵⁷ O ensino de Biblioteconomia surgiu a partir do Decreto 8.835 de 11 de julho de 1911 que estabeleceu a criação do primeiro Curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional. O Curso de Biblioteconomia em Minas Gerais data de 1950. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2396/1508-1521-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

O trabalho de sensibilização e conscientização realizado pelo SEBPMG junto aos gestores públicos – prefeitos, secretários de Cultura e Educação – referente à coordenação da biblioteca foi destacado pela GESTORA 1.

Sim, as coordenações são funções notificadas, tanto para mim quanto para os coordenadores de setores, todos com funções gratificadas. Isso é algo que já discutimos bastante, debatemos muito sobre isso. Por exemplo, nas cidades do interior, isso não acontece com muita frequência, e tem se tornado ainda mais comum, né! Nessa questão, estou percebendo que o Sistema está tentando ajudar o pessoal do interior, sensibilizando os prefeitos e gestores. Quem deve estar na direção de uma biblioteca é o bibliotecário. Um bibliotecário formado em Biblioteconomia, que conhece toda a estrutura. O Sistema tem sido exaustivo nesse aspecto, posso dizer que tem sido exaustivo na tentativa de convencer os prefeitos, os Secretários de Cultura e os Secretários de Educação. Na maioria das vezes, nas cidades do interior, as duas áreas, Educação e Cultura, são unidas em uma única pasta. Então, fazer essas pessoas entenderem a importância de ter uma biblioteca comunitária, de ter uma biblioteca pública municipal, é fundamental. Esse é um trabalho exaustivo que a equipe do Sistema está realizando com louvor e muita maestria, porque não é fácil. Já houve casos em que o prefeito assumiu a prefeitura em um mês e, no mês seguinte, fechou a biblioteca, né! Então, é necessário fazer esse trabalho de convencimento e sensibilização, que é contínuo e exaustivo. Não dá para simplesmente ir lá uma vez; é preciso conversar, criar um Conselho, incentivar e mostrar a importância das bibliotecas. É um trabalho muito árduo, realmente, como eu sempre digo. Mexer com livros é fácil, mas lidar com pessoas é muito mais complicado.

No que se refere à situação da GESTORA 4 na biblioteca onde atua, observa-se que, embora exista uma legislação que estipule que a coordenação deve ser exercida por um bibliotecário, tal norma não tem sido cumprida, e a função de coordenação está atualmente sob a responsabilidade de alguém que não possui formação em Biblioteconomia. Adicionalmente, a GESTORA 4 relatou que a atual coordenadora da biblioteca estabeleceu que suas atribuições estão limitadas exclusivamente à catalogação dos materiais.

A coordenadora é concursada, mas ela é concursada como professora na Secretaria de Educação e foi emprestada para a Secretaria de Cultura. As auxiliares são, até onde eu sei, contratadas também. Então, todo início de ano é renovado o contrato delas, e o meu também é por contrato. Só que, pela questão do valor, há outra forma de contratação, mas o meu também é contrato. A minha atividade principal é catalogação e, por consequência, atendimento ao usuário, porque eu fico no único computador que tem na biblioteca. O sistema do Biblivre fica no computador que eu uso, então eu faço os empréstimos. Aí, eu dou auxílio para as atividades que são desenvolvidas aqui dentro, como contação de histórias ou qualquer tipo de atividade. Eu dou suporte, mas até o ano passado eu escrevia os projetos. A partir deste ano, já foi definido que minha função é catalogação e que não devo me dedicar a outras atividades que não sejam a catalogação. Então, você mencionou atividades de incentivo à leitura; quem vai desenvolver será a coordenação e as auxiliares ou outra pessoa. Eu posso dar sugestões de atividades, mas aparentemente isso não fica mais sob minha responsabilidade. Eu sei que, com 99% de certeza, eles já levaram uma multa antes dessa, com a bibliotecária que estava antes de mim. Eu acho que eles levaram uma multa e contrataram ela exatamente por essa questão. Mas eu, pelo que eu me lembro, já informei ao conselho sobre a hierarquia aqui, mas não foi numa

forma de denúncia, nem nada disso. Eu estava conversando com eles e falei sobre isso. Mas nunca foi uma questão que eles consideraram relevante. O fato de ter um bibliotecário não é uma questão para eles. Quem está na coordenação, até onde eu entendo, não é um bibliotecário. Sim, é triste, mas existe a lei que diz que a coordenação deve ser feita por um bibliotecário. Se passam por cima disso, já é outra questão. Eu acho que eles estão satisfeitos apenas por ter um bibliotecário. Não vamos querer demais, querendo que tudo seja seguido à risca, né? Quando a coordenadora antiga saiu, algumas pessoas que eu conheço tentaram me pressionar para assumir o cargo. Eu falei que não queria, que não tenho o perfil de coordenação. Eu consigo desenvolver atividades, projetos e ações, mas há coisas em que sou muito limitada. Então, eu preciso de alguém para a coordenação. Eu nem acho ruim que seja assim. Claro que existem problemas, mas problemas existem em qualquer lugar, de qualquer forma. Sempre vai haver algum embate, mas a gente lida da melhor forma possível.

Em linha com a situação observada nas outras bibliotecas, a GESTORA 3 destaca que a coordenação da biblioteca está sob a responsabilidade de um profissional externo – cargo em comissão – que não possui formação em Biblioteconomia. Aos bibliotecários competem as funções técnicas específicas próprias da profissão.

Na nossa biblioteca, temos uma diretora, que ocupa um cargo comissionado de administradora. Além dela, somos dois bibliotecários responsáveis tecnicamente. Portanto, o cargo administrativo é dela, e o nosso é técnico. Quando surgem demandas, como preenchimento de formulários ou respostas a pesquisas, a diretora delega essas tarefas para mim, para que eu cuide e forneça os dados necessários sobre a biblioteca. Em resumo, ela é a coordenadora da biblioteca, enquanto eu e meu colega desempenhamos exclusivamente funções técnicas e não temos responsabilidades administrativas. A gente não tem função gratificada, porque pelo organograma da Secretaria, por exemplo, nosso cargo já não é de função. Quem tem função seria, por exemplo, um cargo comissionado, uma pessoa que viria de fora. Antes dessa diretora está aqui, nós tínhamos uma bibliotecária nesse cargo. Ela, além de ser bibliotecária, era administradora da biblioteca. Em 2021, houve essa alteração e veio a pessoa que está aqui hoje. O Conselheiro até esteve aqui também e fez algumas observações, mas não há nenhuma novidade significativa para te passar em relação a isso, sabe?

A análise das situações descritas evidencia uma série de inconsistências e desafios na gestão das bibliotecas públicas em Minas Gerais. Apesar da legislação que estipula que a coordenação deve ser conduzida por profissionais com formação em Biblioteconomia, a realidade prática demonstra um cenário em que essa norma nem sempre é respeitada, refletindo uma dissonância entre o que é prescrito e o que é praticado.

As evidências coletadas mostram que, apesar das dificuldades e das lacunas normativas, o SEBPMG tem feito esforços significativos para sensibilizar os gestores públicos sobre a importância da correta coordenação das bibliotecas. Essa situação ressalta a necessidade urgente de um alinhamento mais rigoroso entre a legislação e a prática administrativa, bem como a necessidade de um maior investimento em políticas públicas que garantam a adequada gestão e o desenvolvimento das bibliotecas públicas. O trabalho

contínuo de sensibilização e a colaboração entre os diversos atores envolvidos são fundamentais para promover melhorias efetivas e assegurar que as bibliotecas cumpram seu papel essencial na democratização do acesso à informação e à leitura.

6.3.2 Formulação de políticas para o estabelecimento de padrões de funcionamento para as bibliotecas públicas

A IFLA e UNESCO (2022, sem paginação) ressaltam às bibliotecas públicas a importância de elaborar uma política clara, com a definição de objetivos, prioridades e serviços alinhados às necessidades da comunidade local. No âmbito nacional, o Decreto nº 520/1992, que instituiu o SNBP, define como sua missão

Art. 1º Fica instituído, junto ao Ministério da Cultura, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, **visando proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas**, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura e estimular a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do País. (Brasil, 1992, *on-line*. Grifo nosso).

Em Minas Gerais, a atuação/ação regionalizada do SEBPMG junto às bibliotecas públicas não está amparada legalmente por uma normativa específica. No entanto, apesar dessa lacuna, a execução das atribuições que lhe são devidas acontecem “a contento”, dentro das possibilidades que a conjuntura impõe.

Referente à construção de normativas para o pleno funcionamento das bibliotecas públicas, a COORDENADORA do SEBPMG expressa que o papel que lhe cabe é de orientar e apoiar os processos desses equipamentos.

De regras, de regimento, tudo, eles têm a total autonomia. Nós somos apoio. A gente tenta unificar, assim, algumas ideias ou espalhar algumas ideias, por meio do nosso boletim. A gente tenta fazer uma política estruturada, como, por exemplo, poderia ter o plano estadual do livro, leitura, literatura e bibliotecas, que seria essa concretização da política. Não temos. A gente está desde 2017 trabalhando nisso e não anda, muito difícil.

À luz dessas considerações, o QUADRO 22 contempla as evidências documentais que regulam e padronizam o funcionamento e os processos realizados pelas bibliotecas públicas.

Quadro 22 - Formulação de políticas para o funcionamento das bibliotecas públicas

(continua)

BIBLIOTECA	POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO ADOTADAS NAS BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA 1	Não.

(continuação)

BIBLIOTECA	POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO ADOTADAS NAS BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA 2	Regulamento da biblioteca (circulação de materiais). Demais políticas (de desenvolvimento de acervo, doação) estão em confecção.
BIBLIOTECA 3	A biblioteca é regida por leis e decretos municipais, que contém as informações acerca do regulamento da biblioteca.
BIBLIOTECA 4	Temos o regimento interno da biblioteca para empréstimo, devolução e atraso. Além das políticas de circulação de livros, toda literatura infantil, juvenil e literatura em geral estão disponíveis para empréstimos. Não fazemos empréstimos para livros didáticos, obras e coleção especial como memória de Paracatu e Oliveira Mello.
BIBLIOTECA 5	Políticas de Formação e Desenvolvimento de coleções; Representação descritiva e de Doações. São elementos mínimos para que se tente um melhor desempenho da biblioteca.
BIBLIOTECA 6	A biblioteca Leonor conta com uma política de formação e desenvolvimento do acervo e com um regulamento para uso do espaço e serviços oferecidos. A biblioteca recebe diariamente doações da comunidade que são avaliadas pelos bibliotecários, se estas não se encaixarem nos critérios da política para a incorporação ao acervo, doamos para outras bibliotecas presentes no município. Caso estejam sem condição de uso, são doados para a reciclagem.
BIBLIOTECA 7	Regulamento de circulação de materiais; Doação de materiais.
BIBLIOTECA 8	Utilizamos: Política de Desenvolvimento de Coleções; Regulamento Interno; Política de Catalogação e Indexação
BIBLIOTECA 9	A Biblioteca possui um regimento interno, que media as interações da Biblioteca com sua comunidade e também possui Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções, que define todos os meandros das coleções, seu desenvolvimento e todas as fases de maturação das coleções disponíveis na Biblioteca (aquisição, desbaste entre outras ações pertinentes).
BIBLIOTECA 10	Divulgando ações nas redes sociais da Prefeitura Municipal, Biblioteca Municipal e sites (jornais) da região; informativo sobre nossas ações; atendimento via WhatsApp, apresentação das ações às entidades culturais como Academia de Letras e Instituto Histórico, que usam as dependências da biblioteca para reunião.
BIBLIOTECA 11	Regulamento de circulação de materiais e doação de materiais
BIBLIOTECA 12	Temos painel informativo com informações gerais, desenvolvimento de acervos é feito com base na procura dos leitores e lançamentos. A circulação de materiais é prevista no regimento. Quanto às doações, é feita a seleção levando em conta o estado do material, se está atualizado e se tem procura.
BIBLIOTECA 13	A biblioteca ainda não possui esses documentos formais de políticas de informação. Apenas uma descrição geral de seus serviços, funcionamento e histórico.
BIBLIOTECA 14	Temos seleção do acervo, desenvolvimento da coleção, controle: registro, classificação, catalogação, controle de empréstimos e doação de duplicatas ou permuta.
BIBLIOTECA 15	Política de desenvolvimento de acervo, doação de materiais.
BIBLIOTECA 16	Sim. Regulamento de funcionamento e regras para doação de livros. A política de desenvolvimento de acervo ainda não foi colocada em prática por questões políticas.
BIBLIOTECA 17	A biblioteca desenvolveu um regulamento de circulação e de desenvolvimento do acervo, ainda falta desenvolver outras políticas que servem de apoio para a atuação da instituição
BIBLIOTECA 18	Política de desenvolvimento de acervo / Política de empréstimos e consultas / Política de cadastro, direitos e deveres dos usuários / Política de atendimento e funcionamento
BIBLIOTECA 19	Possui um regulamento que aborda desenvolvimento do acervo, circulação de matérias, uso do espaço físico e doação de matérias.
BIBLIOTECA 20	Regimento interno, lei de criação, política de desenvolvimento do acervo, descarte, doação, troca de livros.

(conclusão)

BIBLIOTECA	POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO ADOTADAS NAS BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA 21	Política de desenvolvimento da coleção, regulamento de circulação e de doação de materiais.
BIBLIOTECA 22	A biblioteca sobrevive apenas de doações. Tem regulamento de circulação de materiais.
BIBLIOTECA 23	Publicação das ações nas redes sociais da sec. de cultura
BIBLIOTECA 24	A Biblioteca está em processo de finalização da Política de Desenvolvimento de Coleção, onde estão previstas normas para seleção, aquisição (compra ou doação), descarte e desbastamento do acervo.
BIBLIOTECA 25	Sistematização, classificação CDD, controle de empréstimos, devolução e reserva de livros, obras repetidas é selecionada para doação à comunidade e outras bibliotecas.
BIBLIOTECA 26	A Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) instituiu em 2018 a Comissão de Seleção por meio do Regimento Interno sobre Formação e Desenvolvimento de Acervos da DLLLLB. Trata-se de um instrumento norteador das políticas de formação e desenvolvimento de acervos, doação, circulação de materiais, descarte de materiais, modos de aquisição de acervo (compra e doação) da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

De acordo com as informações apresentadas no QUADRO 22, as políticas adotadas pelas bibliotecas para regulamentar os processos técnicos, a circulação e o funcionamento englobam: i) Regimento Interno – seis menções – que constitui a base para o funcionamento geral, regulamentando as interações com a comunidade e as operações internas, a circulação de materiais, o uso do espaço físico e as doações; ii) Política de Desenvolvimento de Coleções/Acervo – 10 menções – que abrange todas as etapas do ciclo de vida dos materiais, desde a aquisição – seja por compra ou doação – até o descarte; iii) Regulamento de Circulação de Materiais – oito menções – parte do regimento interno, especificando as normas para a circulação e consulta de materiais; iv) Doação de Materiais – oito menções – que, como parte integrante da política de desenvolvimento de acervos, estabelece critérios rigorosos para a aceitação de doações, levando em conta o estado do material, sua atualização e demanda; v) Política de Catalogação e Indexação – uma menção – voltada para o controle do registro, indexação e classificação dos materiais. Um gestor mencionou a existência de uma comissão de Seleção, instituída por ato da direção do DLLLLB, destinada a orientar as políticas de formação e desenvolvimento de acervos, bem como de doação, circulação e descarte de materiais.

Complementando as informações previamente apresentadas é oportuno destacar a declaração da GESTORA 1. Enfatiza que para preservar a biblioteca de situações constrangedoras, todas as ações e processos relacionados à circulação e utilização dos materiais, especialmente aqueles de caráter histórico, estão minuciosamente documentados

com o objetivo de assegurar o cumprimento das disposições legais referentes aos direitos autorais. Adicionalmente, sublinha que todos os setores possuem normativas específicas voltadas para o controle e a utilização adequada dos materiais.

Olha, então, a política de desenvolvimento do acervo é uma das áreas importantes porque, por exemplo, na questão do empréstimo, temos regulamentos específicos para cada setor. Na hemeroteca histórica, por exemplo, há um regulamento específico, pois não podemos liberar tudo para o público, especialmente quando se trata de jornais e revistas. Não é permitido fazer cópias de materiais que não estejam em domínio público. Estamos autorizados a fazer cópias apenas de obras em domínio público. Apesar disso, há quem insista em querer fotocopiar materiais que não são permitidos. Vale mencionar que a biblioteca não oferece mais o serviço de xerox. Nós tomamos esse cuidado justamente por conta da questão do domínio público e para evitar interpretações equivocadas em relação ao que pode ou não ser copiado. Um pequeno trecho que alguém queira fotocopiar pode, na verdade, conter a essência da obra, e por isso, optamos por não realizar cópias, exceto daquilo que está em domínio público. A pessoa pode consultar materiais na hemeroteca, desde que estejam em domínio público. Se não estiverem, não faremos a cópia. Se alguém solicitar, por exemplo, algum material microfilmado, há um termo de responsabilidade que deve ser assinado, onde a pessoa se compromete a usar o material para pesquisa e citar a fonte, mencionando que o material pertence ao acervo da biblioteca. Temos toda uma documentação para nos resguardar. Mesmo com toda essa documentação, já enfrentamos situações bastante peculiares aqui. Quando coordenei as coleções especiais durante 10 anos, tivemos alguns casos em que pessoas alegavam que a biblioteca estava fotocopando seus livros sem permissão. Situações como essa nos fazem ter muito cuidado com o acervo. No setor de empréstimos, por exemplo, existe um número máximo de livros que pode ser emprestado e o período de renovação. Aqueles que são amigos da biblioteca, ou seja, que fazem a carteirinha da Associação de Amigos, têm um "privilégio" de pegar mais livros, mas tudo isso é devidamente documentado.

A análise apresentada revela a necessidade urgente de uma política meticulosamente estruturada para as bibliotecas públicas, como demarcada pela IFLA e pela UNESCO (2022). A complexidade e a especificidade das operações dessas bibliotecas exigem uma gestão cuidadosa e adequadamente regulamentada. Apesar das dificuldades enfrentadas e das lacunas normativas existentes, as práticas implementadas buscam preservar a integridade dos acervos e garantir que todos os procedimentos sejam conduzidos em conformidade com as normas legais e éticas, assegurando, dessa forma, a proteção e a valorização dos recursos bibliográficos.

6.3.3 Da observância aos princípios de acessibilidade e inclusão na biblioteca pública

A acessibilidade é um dos fatores essenciais para a efetividade dos serviços de uma biblioteca pública. Serviços de qualidade tornam-se irrelevantes para aqueles que não conseguem utilizá-los. Portanto, o acesso aos serviços deve ser organizado de forma a oferecer a máxima conveniência tanto para os usuários atuais quanto para os potenciais.

Sempre que possível, é necessário observar as normas locais, nacionais ou internacionais relativas à acessibilidade aos serviços e edifícios públicos para pessoas com deficiências. (Koontz; Gubbin, 2013).

O que foi expresso anteriormente está alinhado com a posição da IFLA e da UNESCO (2022), que definem a acessibilidade e a inclusão como princípios essenciais para que a biblioteca pública se consolide como um agente crucial na transformação e construção de sociedades sustentáveis, na promoção da paz e no bem-estar de todos os indivíduos. A acessibilidade implica na adaptação tanto do ambiente físico quanto digital, de forma a promover a autonomia e liberdade de todos, especialmente das pessoas com deficiência. A inclusão, por sua vez, requer a adoção de atitudes e estratégias que assegurem que diferenças – como classe social, idade, educação, gênero, raça e condições físicas e mentais – não se transformem em barreiras ao acesso a bens, serviços e oportunidades que são direitos universais. Dessa forma, a acessibilidade se configura como um dos elementos integradores da inclusão.

Para garantir a plena participação construtiva e o fortalecimento da democracia, entende-se como imprescindível assegurar o acesso livre e ilimitado ao conhecimento, à informação, à educação e à cultura. Nesse contexto, convém à biblioteca pública, na condição de porta de acesso local ao conhecimento, proporcionar as condições materiais essenciais para que todas as pessoas – independentemente de características como idade, etnia, sexo, religião, nacionalidade, idioma, condição social ou qualquer outra – possam utilizar a informação de maneira significativa. Além disso, é importante assegurar um espaço de acesso público, oferecendo serviços que atendam às necessidades da comunidade local, contribuindo para a construção e troca de conhecimento e cultura, e para a melhoria da qualidade de vida.

De forma proativa a biblioteca pública é encorajada, na medida de suas possibilidades, a manter sua comunidade informada e consciente, assegurando àqueles que não conseguem acessar e utilizar os serviços e materiais regulares – como minorias linguísticas, pessoas com deficiência, com baixa proficiência digital, com baixa escolaridade, pessoas hospitalizadas ou privadas de liberdade – a oferta de serviços e materiais específicos.

Em observância às questões apresentas, o QUADRO 23 reúne os depoimentos dos respondentes acerca da garantia de cumprimento dos princípios de acessibilidade e inclusão nas bibliotecas públicas em análise.

Quadro 23 - Alinhamento da biblioteca pública aos princípios de acessibilidade e inclusão

(continua)

BIBLIOTECA	CONHECIMENTO PRINCÍPIOS DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	SERVIÇOS COM BASE NA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	ACERVO ACESSÍVEL	ATENDIMENTO À ACESSIBILIDADE
BIBLIOTECA 1	Não informado	Não informado	Não informado	Acessibilidade programática
BIBLIOTECA 2	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Sim. Temos acervo de acessibilidade com braile e audiolivros. A biblioteca fica no primeiro piso do prédio com rampas de acesso e espaço para deslocamentos e computadores que podem ser utilizados em formato acessível.	Conforme resposta anterior.	Acessibilidade arquitetônica, Acessibilidade atitudinal, Acessibilidade metodológica.
BIBLIOTECA 3	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Sim. Procuramos ter acessibilidade não apenas arquitetônica, mas também atitudinal. Temos a Sala incluir, onde oferecemos materiais e cursos para PCDs, inclusive o braile. E representantes da secretaria no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência são da biblioteca.	Sim	Acessibilidade arquitetônica, Acessibilidade atitudinal, Acessibilidade metodológica, Acessibilidade programática, Acessibilidade comunicacional, Acessibilidade instrumental.
BIBLIOTECA 4	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Sim, a biblioteca possui acessibilidade e banheiros adaptados e acervo em braile e áudios books.	Sim, acervo em braile e áudios books.	Acessibilidade arquitetônica, Acessibilidade atitudinal, Acessibilidade metodológica.
BIBLIOTECA 5	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Não!!!	Não.	Acessibilidade atitudinal.
BIBLIOTECA 6	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Sim.	Sim, áudio livros, livros em Braile, óculos para leitura de livros em tinta e <i>software</i> de leitura na sala do Braile.	Acessibilidade arquitetônica, Acessibilidade atitudinal, Acessibilidade metodológica, Acessibilidade instrumental.

(continuação)

BIBLIOTECA	CONHECIMENTO PRINCÍPIOS DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	SERVIÇOS COM BASE NA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	ACERVO ACESSÍVEL	ATENDIMENTO À ACESSIBILIDADE
BIBLIOTECA 7	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Sim	Sim. Livros em braille.	Acessibilidade atitudinal, Acessibilidade instrumental.
BIBLIOTECA 8	Não sei responder.	Tentamos sempre contemplar.	Não.	Acessibilidade arquitetônica, Acessibilidade atitudinal, Acessibilidade programática.
BIBLIOTECA 9	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Por estar situada em cidade histórica, exatamente no sítio histórico local, ocupando prédio tombado pelo patrimônio, a Biblioteca muitas vezes não atende aos requisitos da lei.	Possui, entretanto a Biblioteca não recebe o público destinado a tal material.	Acessibilidade atitudinal, Acessibilidade metodológica, Acessibilidade instrumental.
BIBLIOTECA 10	Não, os profissionais atuantes na biblioteca desconhecem a Lei Brasileira da Inclusão - LBI e a Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Em partes.	Áudio livros e livros em braille.	Acessibilidade atitudinal, Acessibilidade programática.
BIBLIOTECA 11	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.		Sim	Acessibilidade atitudinal, Acessibilidade comunicacional.
BIBLIOTECA 12	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Sim. As instalações permitem a acessibilidade, já os sistemas de tecnologia não atendem de maneira satisfatória.	Possui audiolivros e alguns livros em braille, <i>softwares</i> leitores livres podem ser acessados nos computadores.	Acessibilidade arquitetônica, Acessibilidade atitudinal, Acessibilidade metodológica, Acessibilidade programática.

(continuação)

BIBLIOTECA	CONHECIMENTO PRINCÍPIOS DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	SERVIÇOS COM BASE NA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	ACERVO ACESSÍVEL	ATENDIMENTO À ACESSIBILIDADE
BIBLIOTECA 13	Não sei responder.	Alguns pontos são contemplados dentro da proposta da biblioteca, tanto em aspectos estruturais como de acervo.	Sim. Possui livros em braille.	Acessibilidade arquitetônica, Acessibilidade atitudinal, Acessibilidade programática, Acessibilidade comunicacional.
BIBLIOTECA 14	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Não. O espaço é pequeno, as estantes com espaçamento inadequado.	Sim, possui audiolivros, livros em braille e com fonte ampliada.	Acessibilidade atitudinal, Acessibilidade metodológica.
BIBLIOTECA 15	Não sei responder.	Infelizmente não, mas estamos em fase de adaptar os princípios com a reforma que iremos realizar na biblioteca	Possui	Acessibilidade atitudinal.
BIBLIOTECA 16	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Não	Não	Acessibilidade arquitetônica, Acessibilidade atitudinal.
BIBLIOTECA 17	Não sei responder.	Não. Por limitações por parte do poder público	Sim. Livros em braille	Acessibilidade atitudinal.
BIBLIOTECA 18	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Não	Sim, possuímos alguns livros de literatura infantil em braille, mas estamos nos movimentando para ampliar a acessibilidade	Acessibilidade arquitetônica, Acessibilidade atitudinal, Acessibilidade programática.
BIBLIOTECA 19	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Proporcionalmente	Alguns sim, outros não.	Acessibilidade arquitetônica, Acessibilidade atitudinal, Acessibilidade programática.

(continuação)

BIBLIOTECA	CONHECIMENTO PRINCÍPIOS DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	SERVIÇOS COM BASE NA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	ACERVO ACESSÍVEL	ATENDIMENTO À ACESSIBILIDADE
BIBLIOTECA 20	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Sim.	Sim. Áudio livros e Livros em braille	Acessibilidade atitudinal, Acessibilidade programática.
BIBLIOTECA 21	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Não em sua totalidade devido à falta de recursos	Possui poucos exemplares em braile	Acessibilidade arquitetônica, Acessibilidade atitudinal.
BIBLIOTECA 22	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Não	Apenas algumas obras em braille	A biblioteca não atende nenhum dos requisitos de acessibilidade descritos.
BIBLIOTECA 23	Não informado	Não informado	Não.	Acessibilidade atitudinal.
BIBLIOTECA 24	Sim.	Sim, todas as ofertas de serviços são inclusivas	Sim, audiolivros e PC adaptado	Todos
BIBLIOTECA 25	Sim.		Não. Já possuiu livros em braille, que foram doados para uma instituição de atendimento à pessoa com deficiência de Divinópolis, na década de 90, por falta de espaço para a guarda do material.	Acessibilidade arquitetônica, Acessibilidade atitudinal.
BIBLIOTECA 26	Não, pois de acordo com a estrutura arquitetônica do local não tem como desenvolver um projeto de acessibilidade e inclusão.	Não.	Não, mas estamos com um projeto a ser implantado	Acessibilidade atitudinal.

(conclusão)

BIBLIOTECA	CONHECIMENTO PRINCÍPIOS DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	SERVIÇOS COM BASE NA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	ACERVO ACESSÍVEL	ATENDIMENTO À ACESSIBILIDADE
BIBLIOTECA 27	Sim, os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento da Lei Brasileira da Inclusão - LBI e da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência.	Consideramos que o atendimento ainda é parcial, pois existem lacunas a serem preenchidas no que se refere à promoção da acessibilidade para leitores com deficiência. No que diz respeito a acessibilidade arquitetônica, este aspecto deixa desejar em alguns quesitos, como por exemplo no que se refere ao piso tátil, que é restrito apenas ao setor braille e sinalização acessível das estantes de livros deste setor. Já o setor de empréstimo não possui estantes com altura adequada para que pessoas com mobilidade reduzida tenham pleno acesso a todos livros. Quanto ao atendimento, mesmo a equipe estando sensibilizada para a inclusão e compreendendo que a acessibilidade começa pelo atitudinal, consideramos que a Biblioteca deve estar preparada para atender qualquer público e atualmente não dispomos de intérpretes de libras. Mesmo com tais lacunas, buscamos sanear com um novo projeto de acessibilidade e contratação de intérpretes e a biblioteca é referência nacional para atendimento às pessoas com deficiência visual.	Possui, sim. O acervo para as pessoas com deficiência visual é composto por livros em braille, audiolivros, filmes com audiodescrição, computadores com leitores de telas instalados, outros equipamentos como: linhas braille, máquinas de digitação em braille, regletes, e lupas eletrônicas, bem como um serviço de voluntários, onde pessoas sem deficiência se cadastram para fazerem leitura para pessoas com deficiência visual.	Acessibilidade arquitetônica; Acessibilidade atitudinal; Acessibilidade metodológica; Acessibilidade comunicacional; Acessibilidade instrumental.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A análise das informações apresentadas no QUADRO 23 revela variações significativas entre as bibliotecas em relação aos princípios e práticas de acessibilidade e inclusão.

Acerca do conhecimento dos princípios da acessibilidade e inclusão pela equipe da biblioteca, os respondentes das bibliotecas – 11 das 27 analisadas – afirmam que seus profissionais estão familiarizados com a Lei Brasileira da Inclusão (LBI) e a Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência. Isso sugere um entendimento geral dos princípios legais e internacionais relevantes. Outros quatro respondentes disseram que não têm certeza ou não possuem conhecimento claro sobre esses princípios, o que pode indicar uma lacuna na formação ou na atualização dos funcionários.

Sobre a oferta de serviços com base na acessibilidade e inclusão, muitas bibliotecas – 15 das 27 analisadas – oferecem serviços de acessibilidade e inclusão, como acervos adaptados – livros em braile e audiolivros – e estruturas físicas – rampas, banheiros adaptados. Além disso, algumas bibliotecas destacam esforços em acessibilidade arquitetônica, metodológica e programática. Algumas bibliotecas – seis – apresentam serviços insuficientes em relação à acessibilidade e inclusão, como a falta de acervos adaptados ou a impossibilidade de realizar adequações devido a limitações de infraestrutura e de recursos financeiros. Em alguns casos, há uma discrepância entre o conhecimento dos princípios e a aplicação prática desses serviços.

Em relação ao acervo acessível – livros em braile e audiolivros – os respondentes da maioria destas bibliotecas – 16 das 27 – destacam o esforço para garantir que seus acervos atendam as diferentes necessidades dos usuários. Em quatro bibliotecas, foi relatado não haver acervos adaptados ou só possuem materiais limitados ao braile. Isso pode indicar uma limitação de recursos financeiros para aquisição de acervos acessíveis ou a não priorização para essa questão.

Quanto ao atendimento aos sete princípios de acessibilidade abordados – arquitetônica, atitudinal, metodológica, programática, comunicacional, instrumental – as BIBLIOTECAS 3, 4 e 27 apresentam maior abrangência, pois múltiplos aspectos da acessibilidade, incluindo arquitetônica, atitudinal, metodológica, programática e comunicacional estão presentes nesses espaços, conforme apontado pelos respondentes. Pode-se inferir que nessas bibliotecas há um comprometimento amplo e integrado com os quesitos de acessibilidade.

Outras bibliotecas apresentam uma limitação atendimento quanto os quesitos de acessibilidade, com enfoque restrito nos aspectos arquitetônicos e atitudinais, sem um plano

abrangente para uma abordagem total. As BIBLIOTECAS 5, 16 e 26 enfrentam desafios devido a limitações de recursos ou estrutura física inadequada.

Algumas bibliotecas enfrentam desafios específicos, como a localização em prédios históricos – BIBLIOTECA 9 – condição que limita a implementação de alguns dos quesitos de acessibilidade, a exemplo do arquitetônico. Outras estão em processo de adaptação ou têm planos futuros para melhoria dos requisitos de acessibilidade, caso das BIBLIOTECAS 15 e 27.

A análise mostra que há uma variação significativa dependendo da localização e dos recursos disponíveis. Bibliotecas situadas em áreas com mais recursos financeiros tendem a ter melhores práticas de acessibilidade e inclusão.

Pondera-se que a análise do QUADRO 23 demonstra que, enquanto muitas bibliotecas estão fazendo esforços significativos para integrar a acessibilidade e a inclusão em suas práticas, existem diferenças notáveis na implementação desses princípios. Há uma necessidade contínua de melhorar a formação dos profissionais, expandir os recursos disponíveis e assegurar que as bibliotecas possam atender de forma adequada a todas as necessidades dos usuários com deficiência. As bibliotecas que adotam uma abordagem abrangente e multifacetada para acessibilidade servem como modelos para outras instituições, mostrando a importância de um compromisso completo com a inclusão.

6.3.4 Conhecimento/alinhamento às diretrizes da IFLA-UNESCO e o estabelecimento de parcerias

Projetada para responder proativamente as necessidades de informação em constante mudança, a biblioteca pública é o principal ponto de acesso para a comunidade. Entretanto, há uma demanda por diretrizes para que as bibliotecas públicas possam incorporar o ambiente de informação em transformação no qual elas continuamente operam. Essas diretrizes orientam os trabalhos em diversas situações, contribuindo com a criação de serviços eficazes, coleções relevantes e formatos acessíveis, de acordo com o contexto e as necessidades específicas da comunidade local. (Koontz; Gubbin, 2013).

Em referência a essas informações, que compreendem as diretrizes da IFLA-UNESCO (2022) para as bibliotecas públicas, o QUADRO 24 ilustra a conformidade com esses aspectos, a partir da ótica dos respondentes do questionário.

Quadro 24 – Alinhamento dos serviços às diretrizes da IFLA-UNESCO para a biblioteca pública

(continua)

BIBLIOTECA	CONHECIMENTO DAS DIRETRIZES DA IFLA-UNESCO	ALINHAMENTO ÀS DIRETRIZES DA PARA A BIBLIOTECA PÚBLICA
BIBLIOTECA 1	Não, os profissionais desconhecem essas diretrizes.	Não informado
BIBLIOTECA 2	Sim, tem conhecimento das diretrizes.	A biblioteca pública de Luz está toda baseada nas diretrizes da IFLA.
BIBLIOTECA 3	Sim, tem conhecimento das diretrizes.	Sim, nosso objetivo é que a biblioteca seja um espaço múltiplo, que agregue a diversidade de públicos e que forneça à comunidade acesso à informação em diversos suportes e meios, inclusive promovendo encontros e discussões.
BIBLIOTECA 4	Sim, tem conhecimento das diretrizes.	De acordo com as diretrizes a comunidade tem acesso a biblioteca, o acervo é informatizado e com coleções raras e coleções especiais e o prédio tem acessibilidade e além de projetos de incentivo a leitura.
BIBLIOTECA 5	Sim, tem conhecimento das diretrizes.	Garantir acesso; preservar informações sobre tradições locais e ACOLHER as demandas, ou melhor acolher as pessoas que recorrem à biblioteca (s). Elas não o fazem por um capricho mas sim porque necessitam de mudar, de melhorar suas vidas (Isto não está claro no manifesto, eu acho).
BIBLIOTECA 6	Sim, tem conhecimento das diretrizes.	Estamos tentando seguir as diretrizes dentro da realidade e recursos disponíveis.
BIBLIOTECA 7	Sim, tem conhecimento das diretrizes.	Divulgação do acervo à comunidade; visitação de escolas como incentivo à leitura; projetos que atraem e promovam o incentivo à leitura.
BIBLIOTECA 8	Não informado	Sim.
BIBLIOTECA 9	Sim, tem conhecimento das diretrizes.	Sim, estão no sentido. Entretanto considerar direção e atuação satisfatória seria um equívoco. A Biblioteca encontra-se localizada em sua própria Pirâmide de Maslow em um andar inferior aos preceitos aos quais as diretrizes buscam atender.
BIBLIOTECA 10	Não, os profissionais desconhecem essas diretrizes.	Sim, nossa Biblioteca tem feito muitas ações para democratizar o acesso ao livro e a leitura. Em 2022, por exemplo, fundamos uma Biblioteca na Unidade Prisional de Congonhas; diversas ações como palestras, lançamentos de livros, cursos e exposições. Nos últimos três anos, 7 moradores da cidade lançaram seus livros na Biblioteca. Projetos de extensão levam, semanalmente, leitura em diversos espaços como Livramento, CAPS AD, CAPS II, Grupos de Terceira Idade e Asilo.
BIBLIOTECA 11	Sim, tem conhecimento das diretrizes.	Sem resposta
BIBLIOTECA 12	Sim, tem conhecimento das diretrizes.	Sim.
BIBLIOTECA 13	Não sei responder.	Sem resposta
BIBLIOTECA 14	Sim, tem conhecimento das diretrizes.	Relativamente. Na medida do que é possível, a biblioteca cumpre o seu papel. Há muitos entraves para o desenvolvimento de algumas ações.

(conclusão)

BIBLIOTECA	CONHECIMENTO DAS DIRETRIZES DA IFLA-UNESCO	ALINHAMENTO ÀS DIRETRIZES DA PARA A BIBLIOTECA PÚBLICA
BIBLIOTECA 15	Não sei responder.	Precisamos ficar mais atentos às diretrizes, mas damos acesso à informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e cultural.
BIBLIOTECA 16	Sim, tem conhecimento das diretrizes.	Dentro de nossas limitações tentamos seguir as orientações da IFLA
BIBLIOTECA 17	Não sei responder.	Sim
BIBLIOTECA 18	Não, os profissionais desconhecem essas diretrizes.	Sem resposta
BIBLIOTECA 19	Sim, tem conhecimento das diretrizes..	Trabalhamos para incluir as diretrizes nos serviços e funcionamento.
BIBLIOTECA 20	Não, os profissionais desconhecem essas diretrizes.	Sim.
BIBLIOTECA 21	Não sei responder.	Não, devido à falta de estrutura não é possível atender os parâmetros no todo.
BIBLIOTECA 22	Não, os profissionais desconhecem essas diretrizes.	Sim.
BIBLIOTECA 23	Não sei responder.	Não.
BIBLIOTECA 24	Sim, tem conhecimento das diretrizes.	A garantia dos direitos deve ser para todos
BIBLIOTECA 25	Sem declaração	Sem resposta
BIBLIOTECA 26	Sem declaração	Nada a declarar
BIBLIOTECA 27	Sim, tem conhecimento das diretrizes.	Sim. A biblioteca, dentro de suas capacidades e possibilidades, planeja suas ações visando alcançar o maior número de pessoas, independente de idade, sexo, religião ou qualquer outra distinção que se possa fazer. A biblioteca entende seu caráter universal no que se refere ao acesso à informação de qualidade que possa agregar conhecimento aos que a demandam.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A análise comparativa dos dados das bibliotecas revela diferentes níveis de conhecimento e alinhamento com as diretrizes da IFLA-UNESCO, conforme descrito no QUADRO 24.

Os respondentes – 10 das 27 – afirmaram ter conhecimento das diretrizes da IFLA-UNESCO, fato que indica uma consciência geral das normas para as bibliotecas públicas. Em cinco BIBLIOTECAS – 1, 10, 18, 20, e 22, as respostas revelam que os profissionais não conhecem essas diretrizes. Nas BIBLIOTECAS 13, 15, 17, 21 e 23 prevaleceram relatos de incertezas ou falta de informação. Nesse caso, os respondentes disseram não saber responder com clareza sobre o conhecimento das diretrizes ou não fornecem uma declaração sobre o assunto.

Em relação ao alinhamento com as diretrizes da IFLA-UNESCO, nas bibliotecas em que houve a confirmação do conhecimento das diretrizes, sugere-se haver frequentemente demonstração de esforços para alinhá-las com suas práticas. Nesse grupo estão as BIBLIOTECAS 2 – afirma atender todas as diretrizes; 3 e 4 – descreveram iniciativas específicas como promover o acesso à informação em diversos formatos e manter acervos com coleções especiais; na BIBLIOTECA 27, existe um esforço no planejamento das ações visando alcançar um amplo público, refletindo um esforço para aderir aos princípios universais das diretrizes.

Algumas bibliotecas estão alinhadas parcialmente, embora cientes das diretrizes, enfrentam limitações que afetam a completa implementação. Nas BIBLIOTECAS 6 e 16 os respondentes mencionaram tentar seguir as diretrizes dentro das limitações de recursos. Os respondentes das BIBLIOTECAS 9 e 14 reconhecem as limitações e entraves que afetam o atendimento pleno às diretrizes.

Nas bibliotecas que não conhecem as diretrizes, há esforços para atender princípios semelhantes, mas o alinhamento não é diretamente atribuído. Os respondentes das BIBLIOTECAS 10 e 20 relataram propor atividades voltadas para a democratização e inclusão, embora não mencionem explicitamente o alinhamento com as diretrizes relacionadas.

Nos casos específicos das BIBLIOTECAS 8, 11, 25 e 26, não houve declaração ou resposta assertiva sobre o conhecimento da equipe ou o alinhamento com as diretrizes.

Compreende-se haver uma diversidade significativa entre as bibliotecas, no que diz respeito ao conhecimento e alinhamento com as diretrizes da IFLA-UNESCO. Enquanto várias bibliotecas demonstram um “forte compromisso” com as diretrizes, adotando práticas alinhadas e implementando medidas que promovem o acesso e a inclusão, outras enfrentam desafios relacionados à falta de conhecimento ou limitações operacionais. A ausência de respostas precisas em algumas bibliotecas indica uma possível necessidade de maior conscientização e treinamento sobre as diretrizes para melhorar a uniformidade e a eficácia das bibliotecas públicas na oferta de espaços e serviços de informação.

6.3.5 Participação e parcerias entre a biblioteca pública e a comunidade

A biblioteca pública exerce um papel fundamental como núcleo para o desenvolvimento cultural e artístico da comunidade, contribuindo para a formação e sustentação da identidade cultural local. Este objetivo pode ser atingido por meio da

colaboração com indivíduos e entidades locais e regionais adequadas, disponibilizando espaço para a organização de eventos culturais e a realização de atividades culturais. A contribuição da biblioteca deve refletir a diversidade de culturas presentes na comunidade, assegurando que seus interesses culturais sejam representados no acervo. (Koontz; Gubbin, 2013).

Ainda de acordo com Koontz e Gubbin (2013), a concretização dessas parcerias entre a biblioteca pública e outras instituições da comunidade – como escolas, museus, arquivos, entidades da administração local e organizações de voluntariado – pode beneficiar tanto a biblioteca e seus usuários quanto os parceiros envolvidos. Essas parcerias fortalecem o papel central da biblioteca pública nas atividades comunitárias. Sempre que possível, o gestor deve garantir que a biblioteca desempenhe um papel ativo e relevante, como, por exemplo, estar representada na administração do órgão de tutela e na comunidade local.

Por conseguinte, a biblioteca deve ter implementado e adotado políticas escritas que definam claramente seu papel na obtenção de apoio público. Nessa direção, os gestores das bibliotecas devem garantir que a comunidade esteja ciente da importância dos serviços oferecidos, pois um público bem informado pode fornecer um suporte valioso e promover ativamente a biblioteca na comunidade.

Neste contexto, a participação da comunidade nas decisões da biblioteca é crucial. Ao envolver a comunidade nas decisões sobre serviços e programas, a biblioteca não apenas ajusta suas ofertas às necessidades e expectativas dos usuários, mas também fortalece o sentimento de pertencimento e compromisso com a instituição. Um público engajado e que participa ativamente das decisões tende a se tornar um defensor mais entusiástico da biblioteca, contribuindo para a sua divulgação e promoção. Assim, entende-se que incentivar a participação da comunidade não só melhora a relevância e a eficácia dos serviços da biblioteca, mas também potencializa o apoio e a defesa da instituição dentro da comunidade.

Sobre essas questões, o QUADRO 25 apresenta informações sobre a relação das bibliotecas públicas com a comunidade e a participação desta nas decisões tomadas dentro dessas instituições.

Quadro 25 - Participação e parcerias entre a biblioteca e atores da comunidade

(continua)

BIBLIOTECA	PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES E MEMBROS DA COMUNIDADE	PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS DECISÕES DA BIBLIOTECA PÚBLICA
BIBLIOTECA 1	Não.	Não.
BIBLIOTECA 2	Sim. Igreja, Associação de Congadeiros Vila Vicentina, Secretaria de Saúde e de Bem-Estar Social.	Indiretamente. A biblioteca está sempre aberta a ouvir sugestões e acatá-las se oportuno for para a comunidade.

(continuação)

BIBLIOTECA	PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES E MEMBROS DA COMUNIDADE	PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS DECISÕES DA BIBLIOTECA PÚBLICA
BIBLIOTECA 3	Sim, inclusive para a realização de cursos.	Com sugestões.
BIBLIOTECA 4	Sim. As escolas, Academia de Letras, empresas locais.	Não.
BIBLIOTECA 5	Sim. Ainda que de modo tímido.	Não. Esse é um desafio que merece ser discutido!
BIBLIOTECA 6	Sim, trabalhamos em conjunto com a comunidade.	Sim, os leitores fazem sugestões e estas são avaliadas nas reuniões periódicas.
BIBLIOTECA 7	Sim.	Nem sempre.
BIBLIOTECA 8	Sim.	Não informado.
BIBLIOTECA 9	Sim. A Biblioteca é atuante com seu público, frequentemente atendendo ações cuja demandas advém de seus usuários.	A comunidade participa no sentido de sugerir mudanças ou da adaptação de novas práticas e/ou tecnologias. A tomada de decisão é realizada pela coordenação da Biblioteca, sem a participação da comunidade no processo decisório.
BIBLIOTECA 10	Sim.	A comunidade não participa diretamente das tomadas de decisões, mas indiretamente por meio das pesquisas de satisfação e sugestão que são monitoradas mensalmente. Assim, quando compramos os livros novos, por exemplo, levamos em conta o pedido os leitores.
BIBLIOTECA 11	Não informado.	Não
BIBLIOTECA 12	Sim, sempre. As parcerias criam vínculos e dá visibilidade para a Biblioteca.	Não. Não participa ativamente, mais sempre levamos em consideração seus anseios.
BIBLIOTECA 13	Sim. Há parcerias com empresas e com outros agentes da comunidade para a realização de eventos e fortalecimento dos serviços.	Não. O planejamento das ações é todo realizado pela equipe da biblioteca, sem a participação direta da comunidade.
BIBLIOTECA 14	Sim. Já temos informalmente os Amigos da Biblioteca que sempre apoiam e se dispõem a ajudar nos eventos propostos durante o ano.	Não, a comunidade não participa diretamente da tomada de decisões, mas indiretamente sinaliza para o planejamento das ações na biblioteca.
BIBLIOTECA 15	As parcerias são essenciais para fortalecer a comunidade e a biblioteca.	Sim
BIBLIOTECA 16	Não.	Não
BIBLIOTECA 17	Sim. Escolas próximas.	Não
BIBLIOTECA 18	Não informado.	Não.
BIBLIOTECA 19	Sim.	Não.
BIBLIOTECA 20	Sim.	Sim.
BIBLIOTECA 21	A biblioteca desenvolve projetos e ações em parceria com os agentes culturais locais	Sempre que possível são feitas pesquisas no local e no Instagram antes dele ser desativado.
BIBLIOTECA 22	Não	Não
BIBLIOTECA 23	Não.	Não.
BIBLIOTECA 24	Sim.	Sim.

(conclusão)

BIBLIOTECA	PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES E MEMBROS DA COMUNIDADE	PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS DECISÕES DA BIBLIOTECA PÚBLICA
BIBLIOTECA 25	Parcerias com universidades, diversas entidades públicas e privadas, governamentais e não governamentais, à exemplo: Fundação Logosófica, Clube de Xadrez, Nova Acrópole UEMG, UFSJ, UNA, Lions Clube, e outros.	Não. Recebemos sugestões dos frequentadores, mas as decisões são da equipe da biblioteca.
BIBLIOTECA 26	Sim, através de parcerias de escolas, contadores de histórias, bibliotecários locais e regionais.	Não.
BIBLIOTECA 27	Sim, a biblioteca, por meio de projetos de Lei de Incentivo à Cultura e parceria com outras instituições e grupos, procura oferecer à comunidade uma diversidade de ações culturais e de incentivo à leitura.	Sim, através do fale conosco, a comunidade tem a oportunidade de se manifestar, fazendo sugestões que podem ou não ser acatadas, de acordo com a disponibilidade de recursos que a biblioteca possui. Além disso a Associação de Amigos da Biblioteca é o elo de atuação da sociedade civil, onde são debatidas proposições para melhoria dos serviços ofertados, incluindo sua programação cultural.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A partir das informações dos respondentes, a maioria das bibliotecas – 20 de 27 – tem parcerias com instituições ou membros da comunidade, como escolas, igrejas, associações culturais, secretarias de governo e até universidades. As parcerias variam em formalidade e envolvimento, com algumas bibliotecas colaborando regularmente para a realização de cursos, eventos e atividades culturais. Algumas bibliotecas – sete de 27 – relatam não ter parcerias estabelecidas. Essas bibliotecas podem estar perdendo oportunidades de engajamento e fortalecimento comunitário.

Sobre a participação da comunidade nas decisões da biblioteca pública, apenas 10 das 27 bibliotecas indicaram que há algum nível de participação da comunidade nas decisões. Em muitos casos, essa participação ocorre de forma indireta, por meio de sugestões, pesquisas de satisfação ou, menos frequentemente, por meio de associações de Amigos da Biblioteca.

Algumas bibliotecas, como as BIBLIOTECAS 6, 10, 14 e 27, têm mecanismos mais estruturados para incorporar a voz da comunidade nas decisões, como reuniões periódicas e associações. A maioria das bibliotecas – 17 de 27 – não possui um sistema de participação direta da comunidade nas decisões da biblioteca. Muitos relatam que as decisões são tomadas internamente, embora algumas mencionem considerar sugestões informais da comunidade.

Dentre as 20 bibliotecas que têm parcerias, nove também promovem a participação da comunidade nas decisões, seja diretamente ou de forma indireta. Isso sugere que bibliotecas engajadas em parcerias têm maior probabilidade de envolver a comunidade em suas decisões. Outras 11 bibliotecas possuem parcerias, mas não envolvem a comunidade nas decisões. Isso pode indicar que, embora tenham colaboração externa, as decisões ainda são centralizadas na administração interna. Em cinco bibliotecas, não há parcerias e nem participação comunitária, destacando uma possível desconexão com a comunidade local e perda de oportunidade de melhoria no envolvimento e serviços oferecidos.

Parcerias parecem estar correlacionadas com a abertura para a participação comunitária, como visto em bibliotecas que estabelecem relações com escolas, associações culturais e outras instituições. Essas parcerias muitas vezes facilitam um fluxo bidirecional de comunicação, em que tanto as necessidades quanto as sugestões da comunidade são consideradas.

A análise demonstra que há uma correlação entre a existência de parcerias e a participação da comunidade nas decisões das bibliotecas públicas. Bibliotecas que investem em construir relações com instituições e membros da comunidade tendem a ser mais receptivas às sugestões e necessidades dos usuários. No entanto, ainda há espaço significativo para muitas bibliotecas melhorarem suas práticas de inclusão comunitária, garantindo que as vozes dos usuários sejam mais ativamente ouvidas e consideradas na gestão dos serviços bibliotecários.

Além de possibilitar e viabilizar a participação da comunidade nas decisões das bibliotecas públicas e, conseqüentemente, a aprimoração de suas práticas, as parcerias desempenham um papel fundamental ao contribuir para que essas instituições possam mitigar os desafios impostos pelas restrições financeiras que enfrentam no que concerne à oferta de produtos e serviços de informação. Nesse contexto, a COORDENADORA do SEBPMG enfatiza a relevância dessa aproximação.

Tudo o que a gente faz é na base da parceria. A biblioteca pública abrange o mundo, literalmente, toda a comunidade. Então, estamos tentando fazer essa articulação, né? Colocando isso na pauta do Sistema Nacional, porque a capacidade de execução deles é muito maior do que a nossa, né? Porque nós realmente zeramos os recursos. Vai ficar difícil fazer qualquer coisa, fora das parcerias que a gente faz. Para eu fazer as palestras, eu não sei sobre todos os assuntos, as meninas não sabem, então precisamos de convidados e aí é tudo na base da amizade. De cara dura, pedimos: “Por favor, ajude-nos.” Sorrimos e pedimos: “Por favor, seja simpático”.

A COORDENADORA do SEBPMG menciona, ainda, a aproximação com outros sistemas estaduais, entidades do terceiro setor, associações e editoras, com vistas ao fortalecimento da atuação das bibliotecas públicas.

Eu, particularmente, tenho uma relação muito próxima com a Adriana Ferrari. Então, estamos sempre discutindo; já fiz parte de GT, né, como coordenadora do Sistema. Do GT de bibliotecas públicas, mas por causa do acúmulo de funções, eu não consegui conciliar, mas já fizemos parte também. Outros sistemas de bibliotecas também têm trocas muito interessantes, principalmente com o sistema do Sudeste, do sistema de São Paulo especificamente. Eu vou lá, faço visitas, participo de eventos; já fui curadora do Biblioteca Viva. Temos relação próxima com o sistema do Rio e do Espírito Santo também, porque temos projetos em comum. Também temos uma relação muito próxima com o Sistema Nacional de Bibliotecas, porque precisamos andar mais ou menos alinhados aí nas esferas. E também com instituições do terceiro setor. Agora, não consigo me lembrar de nenhuma especificamente, mas temos relação com movimentos associativos, como a Câmara Mineira do Livro e editoras. A gente circula muito, porque ninguém é contra a biblioteca, sabe, ninguém é contra a leitura. Então, toda vez que chamamos para algo relacionado à biblioteca, somos bem recebidos. É muito raro alguém ser contra, a não ser que estejamos pedindo dinheiro. Aí, dinheiro, a gente não recebe, mas se estamos pedindo uma parceria: “Ah, estou precisando de um palestrante”, ou “Você pode divulgar isso para mim?”, a gente sempre consegue. Só quando entra dinheiro, também eu entendo, porque, às vezes, a instituição está lá no perrengue, aí vai financiar coisas que o estado deveria financiar.

Ao esclarecer a função social da biblioteca pública, a GESTORA 2 ressalta a importância de redefinir a imagem dessa instituição, que no imaginário coletivo é frequentemente percebida como um espaço sem vida, reservado apenas para armazenar livros. As parcerias estabelecidas com entidades sociais marcam uma significativa mudança nesse cenário.

Vamos supor, a gente pensa na questão ambiental, entendeu? Então, a gente precisa considerar tanto a Agenda quanto a questão ecológica. De vez em quando, eu crio uma parceria com a CIDASSP, que é o consórcio de meio ambiente. Então, quando eles precisam organizar algum evento ou fazer alguma divulgação, como, por exemplo, o recolhimento de pilhas, eles me procuram. Nós temos aqui um “porta-pilha”, justamente para trabalhar essa questão, em parceria com eles, de recolhimento de material que, às vezes, ninguém sabe onde descartar. Ela também disponibilizou um local para recolhimento de lâmpadas e materiais eletrônicos, né? Este ano e no ano passado, tivemos uma certa parceria com um presídio. O presídio pediu material, então, o que não conseguimos doar no “troca troca”, levamos para a instituição. Começamos a enviar para a Apae, porque eles fazem bazar. A APAE é um apoio a deficientes com síndrome de Down. A AMA que é um local que trabalha a questão do câncer, também se beneficia, sabe? Eles fazem muitas coisas para ajudar, principalmente, pacientes que não têm condições de atendimento ou de viajar. Esses parceiros fornecem uma boa ajuda, né! Mas as bibliotecas em si são um pouco resistentes. [...]. Então, temos que lutar contra essa imagem de que as bibliotecas são locais sem vida, porque elas têm vida. É um lugar de transformação social. Eu vejo pessoas que vêm aqui desde pequenas e depois vão crescendo e se tornam nossos leitores. Eu gostaria de poder fazer mais, até conversei com ela sobre isso, mas, infelizmente, nem sempre temos apoio. Não vou dizer que estou sem apoio, mas é difícil fazê-los entender que precisamos de mais, de mais apoio e de

mais parcerias com outras secretarias. Dentro da própria pasta em que estamos, é importante entender que podemos ter parcerias com a Saúde e com o Meio Ambiente, né, fazer mais. Eu ainda não vejo uma certa cooperatividade, apesar de que a gente sempre oferecer apoio, alguma coisa assim, né! Mas ainda há uma certa resistência. Algumas escolas participam pouco, às vezes, entendeu? De eu mandar o material e encontrar resistência de alguns colégios e escolas. Eles adquirem benefícios para poder ir a Passos, que é a cidade onde fica o hospital regional, né? E, às vezes, ajudam famílias que precisam de algum alimento específico, enfim.

A GESTORA 3 menciona os serviços de formação, programas e projetos de extensão, além de destacar a programação de serviços internos, como rodas de conversa, contação de histórias e visitas guiadas, todos à disposição da comunidade.

Aqui, nós temos, por exemplo, serviços de formação, programas e projetos de extensão. Temos o ônibus-biblioteca, que visita 10 bairros da cidade com uma frequência quinzenal, o que constitui um trabalho contínuo. Temos também o projeto do ônibus-biblioteca e um projeto chamado "Caixa-Estante", no qual levamos essas caixas para empresas para estimular a leitura. São caixas de madeira que disponibilizamos lá. Esses são exemplos de projetos de extensão externa. Dentro da biblioteca, trabalhamos com uma agenda. Hoje, oferecemos cursos de inglês, braille e libras. Esses cursos são oferecidos com certa frequência. Por exemplo, as turmas do curso de braille estão sendo oferecidas há cerca de dois anos. É um curso semestral. No ano passado, oferecemos inglês em ambos os semestres, em parceria com a escola de idiomas da UFUE. Este semestre, começamos com a turma de Libras. Porém, esses cursos funcionam com parcerias e voluntariado, então, apesar de serem gratuitos, não posso garantir sua existência eterna. No entanto, pretendemos mantê-los. Fazemos parcerias com instituições. Por exemplo, estamos oferecendo um curso de massoterapia para pessoas com deficiência. Nós não ministramos o curso, mas uma parceira nossa vem, utiliza nosso espaço e divulgamos o curso para as pessoas interessadas, sem custo algum. Todas as parcerias que temos aqui são fruto de iniciativa e relacionamento. Por exemplo, a pessoa responsável pelo projeto de massoterapia também paga os professores que dão aula aqui. Ou seja, além de usar o espaço, é como uma contrapartida: "Eu uso a sua sala, o seu espaço, e ofereço dois professores, que são pessoas cegas, para dar aulas de braille". Às vezes, a pessoa participa de um evento, vê que o espaço é bom, e nós falamos: "Venha aqui desenvolver seu projeto". Eu já apresentei o espaço e mostrei que estamos abertos a esse tipo de projeto. Além disso, dentro da nossa programação, oferecemos rodas de conversa, contação de histórias e visitas guiadas, que estão à disposição da comunidade. Recebemos escolas, tanto públicas quanto particulares, ou organizações e empresas que queiram vir visitar. Pedimos ajuda para eventos: "um doa o pão, outro a salsicha, outro entra com a bebida". É a mesma coisa com as contações de histórias, os voluntários vêm. Não é o ideal, gostaríamos de ter recursos próprios para isso, mas essa é a realidade em que vivemos.

Em uma situação semelhante à outras bibliotecas públicas, a GESTORA 1 destaca a importância das parcerias para a execução das atividades da biblioteca, considerando que a escassez de recursos financeiros inviabiliza a contratação de colaboradores. Como forma de contrapartida, a biblioteca disponibiliza seu espaço para os parceiros, que, por sua vez, participam das atividades sem custos adicionais.

Meu filho, eu não tenho nada, eu trabalho aqui na base das amizades. Tudo que a gente faz aqui é muito na base das amizades, de vender essa ideia de que a biblioteca

é um lugar bacana para as pessoas virem e serem nossos parceiros. Então, a gente faz muito isso. Graças a Deus, estamos conseguindo um número bem bom de parceiros. A biblioteca está localizada em um lugar muito bom, até nobre, por ser na zona sul. Por exemplo, temos bons parceiros não só por estarmos na zona sul, mas também pela estrutura da biblioteca. Temos parceiros que fazem eventos aqui. Não sei se você viu ontem a apresentação do Palavra Viva. Pois bem, o Palavra Viva é nosso parceiro desde sempre; eles usam o nosso espaço. Então, o que fazemos? Quando precisamos de uma apresentação, um projeto, um trabalho, ou para receber uma escola, os parceiros vêm e fazem a apresentação para nós. Em contrapartida, eles utilizam o nosso espaço. O recurso é sempre alguém do que precisamos. A verdade é essa, né? E sabemos que, sem dinheiro, você avança pouco. Então, contamos com a Associação de Amigos, que é nossa parceira. Ela está reestruturada e restabelecida, porque antes estava adormecida, mas agora está tudo certo. Os atuais gestores estão se empenhando muito, e a Associação de Amigos tem um papel importante em ajudar a biblioteca. Então, em eventos como palestras e encontros, por exemplo, no ano passado fizemos a Jornada do Direito, que foi a última. Foi incrível a quantidade de professores de direito que vieram aqui, sem cobrar um tostão. Entendeu? É assim que a gente faz as coisas.

A situação da GESTORA 4 já foi discutida nesta pesquisa. Como contratada, suas atribuições limitam-se à catalogação e ao atendimento dos usuários dos serviços da biblioteca. Reflete que a falta de apoio institucional é um fator que restringe a ação social e cultural tanto da biblioteca quanto do bibliotecário. Embora tenha ideias para fomentar uma maior integração da biblioteca com a comunidade, a implementação dessas iniciativas é de responsabilidade da coordenação, atualmente desempenhada por uma pessoa sem formação específica na área.

Então, eu novamente estou limitada à catalogação. As ações do meu lado não saem muito, mas temos muitas parcerias com a Educação. Uma coisa que eu ainda acho um pouco ruim é a forma como desenvolvemos os projetos, que é, por exemplo, desenvolver com uma turma do sexto ano. Pegamos uma turma para desenvolver uma ação aqui na biblioteca. Eu ainda acho isso muito limitante, mas, por enquanto, é o que conseguimos fazer. Houve um evento em BH chamado Beagalê, que seriam dois dias falando sobre saúde mental e biblioteca. [...] O evento é gratuito, e podemos fazer parceria com o CRAS, que aqui tem vários grupos de trabalho com pessoas com problemas mentais etc. Então, eu estava cheia de ideias sobre como aplicar o que eu iria aprender. Não me deixaram participar porque era dia de trabalho e minha função é catalogar. Então, isso limita até mesmo a atuação da biblioteca com a comunidade. Fica nesse pensamento tecnocrata de que "ah, o bibliotecário vai catalogar, e o resto deixa para as outras pessoas". Esquecem a função sociocultural que o bibliotecário também tem. Eu ainda estava tentando batalhar por essa conscientização, mas agora eu meio que aceitei meu destino mesmo.

A partir das informações discutidas, compreende-se como evidente que a biblioteca pública exerce um papel central no desenvolvimento cultural e artístico das comunidades, funcionando como um núcleo para a construção e fortalecimento da identidade cultural local. Este papel, conforme ressaltado por Koontz e Gubbin (2013), pode ser otimizado por intermédio da formação de parcerias estratégicas com indivíduos e entidades locais e

regionais, disponibilizando espaços para eventos e atividades culturais que reflitam a diversidade de culturas presentes na comunidade. Essas parcerias não apenas beneficiam a biblioteca e seus usuários, mas também contribuem para consolidar a posição da biblioteca como um elemento central nas atividades comunitárias.

A análise das respostas dos GESTORES revelou que a maioria das bibliotecas já estabeleceu parcerias com diversas instituições ou membros da comunidade, incluindo escolas, igrejas, associações culturais, secretarias governamentais, instituições de ensino, entre outras organizações. Essas parcerias variam em grau de formalidade e envolvimento, mas geralmente resultam em uma rica oferta de cursos, eventos e atividades culturais, evidenciando o potencial das bibliotecas em atuar como centros dinâmicos e multifacetados de engajamento social. Por outro lado, algumas bibliotecas não possuem parcerias estabelecidas, o que indica uma lacuna significativa em termos de oportunidades de envolvimento comunitário e desenvolvimento cultural.

A participação da comunidade nas decisões das bibliotecas também se mostra crucial. Nas bibliotecas analisadas, os GESTORES relataram algum nível de envolvimento comunitário em suas decisões, com muitas dessas interações ocorrendo de forma indireta, por meio de sugestões ou pesquisas de satisfação. Algumas bibliotecas adotam mecanismos mais estruturados, como reuniões periódicas e Associações de Amigos da Biblioteca para integrar a voz da comunidade em suas práticas de gestão.

O estudo também evidencia uma correlação entre a existência de parcerias e a participação comunitária. Bibliotecas que mantêm parcerias tendem a ser mais abertas à participação da comunidade, indicando que essas colaborações facilitam um fluxo de comunicação bidirecional, em que tanto as necessidades quanto as sugestões dos usuários são consideradas. Por outro lado, a falta de parcerias e de mecanismos de participação direta, como observado em algumas bibliotecas, pode resultar em uma desconexão com a comunidade e na perda de oportunidades para melhorar a relevância e a eficácia dos serviços oferecidos.

Assim, fica evidente que parcerias e envolvimento comunitário são elementos-chave para a vitalidade das bibliotecas públicas. Essas estratégias não apenas ajudam a mitigar os desafios impostos por restrições financeiras, como destacado pela COORDENADORA do SEBPMG, mas também promovem um sentido de pertencimento e compromisso por parte da comunidade. Ao redefinir a imagem da biblioteca pública como um espaço ativo, vibrante e aberto à colaboração, gestores podem transformar essas instituições em verdadeiros catalisadores de mudança social, cultural e educacional. Fomentar a participação ativa da

comunidade e cultivar parcerias estratégicas são passos essenciais para garantir que as bibliotecas públicas continuem a cumprir sua missão de servir como pilares da educação, cultura e cidadania nas comunidades em que estão inseridas.

6.4 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Aborda-se a compreensão do processo de implementação da Agenda 2030 da ONU; o acesso à informação como premissa para o desenvolvimento sustentável; as contribuições das bibliotecas públicas para o desenvolvimento dos ODS; o monitoramento da implementação dos ODS, e; os mecanismos de informação adotados pela biblioteca pública aos utilizadores acerca dos ODS.

A adoção de normativas públicas para regular/orientar planos e as ações é a força necessária ao estímulo à adoção de práticas mais sustentáveis, como aquelas preconizadas pela Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. A ausência dessas normativas é a causa primeira ao enfraquecimento e desestímulo à adoção de ações e práticas pelas organizações e sociedade civil, com vistas à preservação do meio ambiente e a garantia de recursos naturais ao porvir.

Nesse sentido, faz-se uma recapitulação das políticas adotadas/revogadas pelo governo, desde 2016, que impactaram a implementação e acompanhamento, no contexto brasileiro, o desenvolvimento dos ODS (QUADRO 26).

Quadro 26 - Políticas relativas aos ODS no contexto brasileiro a partir de 2016

(continua)

NORMATIVA	OBJETIVOS DAS NORMATIVAS
Decreto 8892/2016	Criação da CNODS para articulação entre governo e sociedade para implementação da Agenda 2030.
Decreto 10179/2019 (revogação do Decreto 8892/2016)	À SEGOV-PR competiu a governança das políticas e ações referentes aos ODS.
Decreto 9980/2019	Criação da Secretaria Especial de Articulação Social da – SEAS da SEGOV-PR para articulação dos Entes Federados e sociedade para condução e implementação da Agenda 2030.
Decreto 10591/2020 (revogação do Decreto 9980/2019)	Alteração de cargos em comissões e funções e alteração das competências da SEAS relativas à Agenda 2030.

(conclusão)

NORMATIVA	OBJETIVOS DAS NORMATIVAS
Decreto 11209/2022 (revogação do Decreto 10591/2020)	Novo remanejamento e transformação de cargos em comissão e funções de confiança da SEGOV-PR.
Decreto 11382/2023 (revogação do Decreto 11209/2022)	Remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações para a Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

De acordo com o IPEA (2024), várias situações ocorridas no período 2019-2022 – a exemplo da mudança na liderança/orientação política do governo, crises econômicas, instabilidade política, pandemia e crise institucional – desviaram a atenção do Brasil das agendas internacionais, incluindo a retirada da Agenda 2030 da pauta de políticas públicas do governo federal, levando à redução do envolvimento em fóruns e iniciativas globais. Ancoradas nessas situações, as sucessivas edições e revogações das medidas normativas – QUADRO 26, que inicialmente tinham como foco os ODS, marcaram os retrocessos, no campo político, das ações e planos para a implementação da Agenda 2030.

Entretanto, eventos importantes marcaram o retorno do Brasil à Agenda 2030: retomada do projeto democrático participativo, o principal impulsionador das mudanças; a recriação da CNODS em 2023, estrutura essencial extinta no governo; a criação do 18º ODS, centrado na igualdade racial, desafio a ser combatido no Brasil, anunciado no *High Level Political Forum* de 2024 pelo Presidente Lula. (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024).

Esses marcos revitalizaram e levaram o IPEA a reassumir seu papel no acompanhamento e análise da Agenda 2030, assim como na assessoria técnica à nova CNODS, juntamente com o IBGE e a Fiocruz. A partir dos avanços, desafios e dificuldades para o alcance dos ODS, o IPEA apresentou em 2024 um panorama da Agenda 2030 no cenário brasileiro destacando as principais políticas que contribuem para o seu alcance, as principais metas em consonância aos desafios enfrentados pelo país e sua integração com os eixos estratégicos delineados no Plano Plurianual 2024-2027. No relatório as metas foram avaliadas e categorizadas em quatro conjuntos distintos: i- aquelas que foram alcançadas; ii- as que demonstraram evolução positiva; iii- as que sofreram impacto devido à pandemia de covid-19; iv- aquelas que não puderam ser analisadas, devido à falta de indicadores ou que contemplava uma série de indicadores incompletas/irregulares.

Sem desconsiderar os desafios dos demais ODS, QUADRO 6, p. 135, optou-se, aqui neste tópico, por abordar o panorama do *ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes*, por ser aquele que abrange a meta 16.10 - *assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais*. Como instituições fundamentais para o alcançar dos ODS, a IFLA (2015) sustenta que as bibliotecas, a partir do acesso público à informação, permitem às pessoas e as comunidades tomarem decisões conscientes e relevantes tanto para a melhoria de vida das pessoas quanto na transposição dos desafios sociais mais emergentes.

Acerca do progresso das metas do ODS 16, o IPEA enumera resumidamente a evolução dos indicadores correspondentes (QUADRO 27), demonstrando os avanços e desafios relacionados ao fortalecimento das instituições nas dimensões da eficácia, responsabilidade e inclusão.

Quadro 27 - Evolução dos indicadores e avaliação do atingimento das metas do ODS 16
(continua)

Metas	Indicadores globais	Evolução dos indicadores	Avaliação das metas
16.1 – Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.	16.1.1 – Número de vítimas de homicídio intencional, por 100.000 habitantes, por sexo e idade.	✓	-
	16.1.2 – Óbitos relacionados com conflitos por 100.000 habitantes, por sexo, idade e causa.	✗	
	16.1.3 – Proporção da população sujeita a violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses.	✗	
	16.1.4 – Proporção da população que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive.	✗	
16.2 – Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.	16.2.1 – Proporção de crianças com idade entre 1 e 17 anos que sofreram qualquer punição física e/ou agressão psicológica por parte de cuidadores no último mês.	✗	✗
	16.2.2 – Número de vítimas de tráfico de pessoas por 100.000 habitantes, por sexo, idade e forma de exploração.	✗	
	16.2.3 – Proporção de mulheres e homens jovens com idade entre 18 e 29 anos que foram vítimas de violência sexual até a idade de 18 anos.	✗	

(continuação)

Metas	Indicadores globais	Evolução dos indicadores	Avaliação das metas
16.1 – Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.	16.1.1 – Número de vítimas de homicídio intencional, por 100.000 habitantes, por sexo e idade.	✓	-
	16.1.2 – Óbitos relacionados com conflitos por 100.000 habitantes, por sexo, idade e causa.	✗	
	16.1.3 – Proporção da população sujeita a violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses.	✗	
	16.1.4 – Proporção da população que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive.	✗	
16.2 – Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.	16.2.1 – Proporção de crianças com idade entre 1 e 17 anos que sofreram qualquer punição física e/ou agressão psicológica por parte de cuidadores no último mês.	✗	✗
	16.2.2 – Número de vítimas de tráfico de pessoas por 100.000 habitantes, por sexo, idade e forma de exploração.	✗	
	16.2.3 – Proporção de mulheres e homens jovens com idade entre 18 e 29 anos que foram vítimas de violência sexual até a idade de 18 anos.	✗	
16.3 – Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.	16.3.1 – Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos.	✗	✓
	16.3.2 – Proporção de presos sem sentença em relação à população prisional em geral.	✓	
	16.3.3 – Proporção da população que teve alguma disputa nos últimos dois anos, e que acessou um mecanismo formal ou informal de resolução de disputas, por tipo de mecanismo.	✗	
16.4 – Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.	16.4.1 – Valor total de entradas e saídas de fluxos financeiros ilícitos (em dólares americanos correntes).	✗	✗
	16.4.2 – Proporção de armas apreendidas, encontradas ou entregues, cuja origem ou contexto ilícito tenha sido detectado ou estabelecido por uma autoridade competente, em linha com instrumentos internacionais.	✗	
16.5 – Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.	16.5.1 – Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses.	✗	✗
	16.5.2 – Proporção de empresas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses.	✗	

(continuação)

Metas	Indicadores globais	Evolução dos indicadores	Avaliação das metas
16.6 – Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.	16.6.1 – Despesas públicas primárias como proporção do orçamento original aprovado, por setor (ou por códigos de orçamento ou similares).	✖	✖ 🌪
	16.6.2 – Proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos.	✖	
16.7 – Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.	16.7.1 – Proporções de cargos (por sexo, idade, pessoas com deficiência e grupos populacionais) em instituições públicas (legislativo nacional e locais, administração pública e tribunais) em relação às distribuições nacionais.	✖	✖
	16.7.2 – Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, idade, deficiência e grupo populacional.	✖	
16.8 – Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.	16.8.1 – Proporção de membros e direito de voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais.	✖	✖
16.9 – Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.	16.9.1 – Proporção de crianças com menos de 5 anos cujos nascimentos foram registrados por uma autoridade civil, por idade.	✖	✖
16.10 – Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.	16.10.1 – Número de casos verificados de homicídio, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, pessoal de mídia, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses.	✖	✖
	16.10.2 – Número de países que adotam e implementam garantias constitucionais, estatutárias e/ou políticas para acesso público à informação.	🎯	
16.a – Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.	16.a.1 – Existência de instituições nacionais independentes de direitos humanos, de acordo com os Princípios de Paris.	✖	✖
16.b – Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.	16.b.1 – Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.	✖	✖

✔ Evolução positiva

⚪ Sem evolução

🎯 Meta global atingida

✖ Evolução negativa

🌪 Impactado pela covid-19

✖ Sem indicadores ou série curta ou irregular

Fonte: IPEA (2024).

Evidencia-se que a produção de dados é uma das principais barreiras ao monitoramento do ODS 16. Os resultados para a meta 16.1 – *redução da violência e das taxas de mortalidade* mostram-se estagnados; já as metas 16.6 – *instituições eficazes, responsáveis e transparentes*, 16.7 – *tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa* e 16.b – *cumprimento de leis e políticas não discriminatórias* são avaliadas negativamente, refletindo direta e abrangente os desafios relacionados ao fortalecimento das instituições quanto à eficácia, responsabilidade e inclusão. De modo geral, as análises dos indicadores das metas sinalizam que o ODS 16 permanece sendo um desafio no Brasil, pois há evidências de avanços apenas na meta 16.3 – *Estado de Direito e garantia da igualdade de acesso à justiça para todos*. (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024).

Os principais desafios ao atingimento das metas do ODS 16 e a evolução dos indicadores pertinentes, conforme avaliação do IPEA (2024), são apresentados a seguir:

- i- 16.1 – *redução da violência e das taxas de mortalidade*: – estagnação das metas. Houve uma retração da taxa de homicídios, por 100 mil habitantes, entre 2016 e 2022. Entretanto, o homicídio contra mulheres, em virtude da violência doméstica, tem aumentado o que significa que a redução desse tipo de violência depende de políticas customizadas para esses contextos e dinâmicas. Outro aspecto, embora não haja a previsão de desagregação por cor/raça, esse fator é importante para a compreensão da violência, no Brasil, contra pessoas negras que são vitimizadas por homicídio em comparação a pessoas não negras. Há que se destacar a flutuação na taxa de homicídios associada às disputas e às tréguas entre as grandes facções prisionais, assim como sua expansão territorial em direção às demais regiões do país. Os indicadores de vitimização e de sensação de segurança apontam para um longo caminho a ser percorrido na construção de uma sociedade pacífica e inclusiva, tendo em vista a forte influência das facções prisionais nas dinâmicas de violência do país, bem como a super-representação de pessoas negras e de mulheres nos indicadores de vitimização e de sensação de insegurança;
- ii- 16.3 – *promoção do Estado de Direito e acesso à justiça para todos*: apresenta condições favoráveis. Dados evidenciam razoável confiança nas instituições de segurança pública, pelo menos em relação ao crime de roubo. Entretanto, cabe destacar a ausência de dados sobre crimes de agressão física e de violência sexual, fato que impossibilita uma análise mais refinada sobre o acesso à justiça e confiança nas instituições por parte da população. Acerca da população prisional, destaca-se a implementação das audiências de custódia, em

2015 pelo Conselho Nacional de Justiça, que contribuiu para a redução da proporção de presos sem sentença;

iii- 16.6 – *instituições eficazes e transparentes em todos os níveis*: avaliação negativa. Houve mudanças significativas no arcabouço normativo que regula a política fiscal no país. Aprovação da Emenda Constitucional nº 95, em 2016, que impôs restrições à aprovação de despesas públicas em razão do novo regime fiscal. Em 2020, a pandemia de covid-19 instaurou um estado de calamidade pública, o que provocou, entre outras consequências, a dispensa do atingimento dos resultados fiscais e da limitação de empenho. Já em 2022, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 126 – Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição, que exigiu a criação de um regime fiscal sustentável, o Novo Arcabouço Fiscal. O retrocesso dessa meta também teve como marca o comprometimento de parcela significativa do orçamento público federal com despesas financeiras, a exemplo do pagamento de juros e amortizações da dívida pública;

iv- 16.7 – *tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa*: avaliação negativa das metas. O desafio revelado é referente à pouca ampliação da diversidade no serviço público brasileiro, o qual é responsável por subsidiar decisões estratégicas para os cidadãos, em matéria de usos dos recursos públicos, a forma de implementação e acesso aos serviços e políticas públicas. Aspecto que impacta diretamente nos retrocessos relativos ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das instâncias de participação voltadas à promoção da tomada de decisão inclusiva e responsiva. Avalia-se que o período posterior a 2016 foi desafiador às instituições promotoras da participação social, uma vez que o cenário foi marcado por tentativas explícitas de desmantelamento dos espaços participativos, a fim da garantia de um maior controle governamental. Condição essa também agravada pela pandemia de covid-19, que contribuiu para o retrocesso da participação social nas questões decisórias do país;

v- 16.b – *cumprimento de leis e políticas não discriminatórias*: – avaliação negativa das metas. Há que se considerar o processo de desmonte de políticas públicas promotoras de equidade de raça, gênero, direitos humanos e outras interseccionalidades, fator que distanciou o país do cumprimento da meta, assim como rebaixou a posição institucional dessas agendas, em nível ministerial, para meras áreas dentro de outras pastas. A invisibilidade dessas agendas, a queda nos orçamentos, a redução da capacidade de

articulação, a execução inadequada do cumprimento das normativas e das políticas foram alguns desses desdobramentos. As políticas para equidade de gênero e racial, que antes estavam fundamentadas na transversalidade, intersectorialidade e participação social, sofreram intenso processo de deslegitimação, reinterpretação e redução da pauta;

vi- 16.10 – *acesso público à informação e proteção das liberdades fundamentais*: sem indicadores analisáveis. É importante salientar o impacto severo da pandemia da covid-19, sobretudo em questões como o aumento da desinformação e da *fake news*. O enunciado é bastante amplo e contempla dois conjuntos de direitos, que são regulados em diversas normas nacionais e internacionais. No Brasil, foi com a edição da LAI que o assunto passou a ser tratado sob uma perspectiva de transparência pública. Embora existam formas variadas de mensuração desse fenômeno, os indicadores oficiais ainda não estão desenvolvidos. Compreende-se ser necessário um grande esforço de coleta de dados confiáveis e a construção de uma base de informações unificada, cabendo envolver não apenas os institutos de pesquisa e estatística, mas também os órgãos de justiça, segurança pública e direitos humanos, que já lidam com as situações de violação das liberdades fundamentais.

Com base nos apontamentos e, a fim de se atingir o ideal de sociedade preconizado no ODS 16, o IPEA (2024) salienta a necessidade de se reconhecer e enfrentar as marcas do passado colonial e escravista do Brasil, cujos efeitos estão presentes na forma de racismo nas diversas dimensões da vida social, que se transforma em desigualdades no acesso aos direitos e bens sociais. O reconhecimento da necessidade de se efetivar políticas não discriminatórias para a promoção do desenvolvimento sustentável é ponto estruturante no Brasil, principalmente para enfrentamento às diferentes formas de discriminação contra as mulheres e as questões de gênero, tendo em vista as estruturas patriarcais, historicamente arraigadas no contexto brasileiro.

Como uma das estratégias para a implementação da Agenda 2030, a IFLA (2015) salienta a confiança no papel das bibliotecas, principalmente o papel das bibliotecas públicas, em vista da sua abrangência social. As bibliotecas dão um importante contributo para o desenvolvimento ao possibilitar o acesso à informação como parte dos planos de desenvolvimento, nacionais e regionais, para cumprir com o objetivo de transformar o mundo. A fim de garantir os recursos necessários ao desenvolvimento do trabalho que executam junto à comunidade, o *advocacy* é estratégia essencial às bibliotecas para o reconhecimento do seu

papel junto às lideranças governamentais, à medida que os planos de desenvolvimento são implementados.

Atenta ao *advocacy*, desde 2016 a FEBAB vem trabalhando para que as bibliotecas sejam parceiras estratégicas na implementação dos ODS da Agenda 2030, incluindo o recente ODS 18, que versa sobre a igualdade racial. As três últimas edições do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBBD) 2017-2022 – versaram sobre a construção de um mundo melhor, “não deixar ninguém para trás”, como apregoa a Agenda 2030.

- 2017 – 27º CBBBD: “Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: como as bibliotecas podem contribuir com a Agenda 2030”;
- 2019 – 28º CBBBD: “Desigualdade e Democracia: qual é o papel das bibliotecas?”;
- 2022 – 29º CBBBD: “Bibliotecas por um mundo melhor: década da ação”;
- 2024 – 30º CBBBD: “Bibliotecas fortes: sociedade democrática”.

Ao acompanhar e apreender esse contexto, atendendo aos chamados da IFLA e da FEBAB em relação à Agenda 2030, a coordenação do SEBPMG tem sistematicamente disseminado as possibilidades e expectativas dos ODS no boletim *Notícias do Sistema de Bibliotecas - MG*. Nesse aspecto, vem cumprindo os aspectos que a IFLA (2015) pontua no trabalho de *advocacy*: i- compreensão dos processos da Agenda 2030; ii- compreensão da implementação da Agenda 2030; iii- demonstração da contribuição das bibliotecas aos decisores políticos; iv- monitoração da implementação dos ODS; v- compartilhamento dos ODS com a comunidade. A esse respeito a respondente considera:

Lá no nosso boletim, a gente tem uma coluna semanal que chama “sem deixar ninguém para trás”. É uma coluna em que a gente dá visibilidade às ações das maiorias “minorizadas”, a pauta, a luta do movimento negro, do feminismo, das pessoas com deficiência, dos povos originários. Então assim, a gente sempre coloca um conteúdo lá que tem a ver com essa ideia da Agenda 2030. A gente já tem há muito tempo..., a gente já vem trabalhando isso. Não sei se eu consigo ter memória disso assim, mas é antes do CBBBD, que teve um CBBBD que foi ODS, não foi? Eu acho que foi o de 2017. Mas teve um que a Adriana rodou o Brasil fazendo um esquento CBBBD. Eu, enquanto bibliotecária, já tinha no meu radar essa questão, porque antes mesmo de estar no Sistema. Com a minha ida para o Sistema, comecei a pensar mais sobre isso, mas aí quando Adriana fez essas visitas, ela fez palestra e tal, que em termos de Biblioteca Estadual e de diretoria, na época a gente ainda era Superintendência. Em termos de Superintendência, a gente colocou isso na pauta mais fortemente. Tanto que no recadastramento de 2018 a gente tem três perguntas sobre isso. A gente perguntou “a equipe da biblioteca conhece os objetivos do desenvolvimento sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU? A biblioteca tem algum projeto que pode contribuir para o alcance das metas da Agenda 2030? E aí, caso tenha respondido sim, descreva sucintamente o projeto. Aí porque assim, se a pessoa descrever, a gente vai entender se está ou não alinhado. E aí tem umas coisas que não está de jeito nenhum. Por exemplo, o “Projeto Super Leitores Mirins” que

tem como principal objetivo a leitura através de uma competição saudável. Qual ODS que está alinhado? Então assim, você vê que a pessoa realmente não entende o que são os ODS. Então, isso aqui dá para discutir muitas questões. Então assim, a gente perguntou, e a gente teve..., foram 161 municípios respondendo que conhece os objetivos do desenvolvimento sustentável, lá em 2018, e 42 responderam que sim, que tem algum projeto alinhado com os ODS, isso em 2018. (COORDENADORA).

A capacitação das equipes das bibliotecas públicas em relação à Agenda 2030 é outro aspecto ressaltado pela coordenação do SEBPMG, na expectativa do que a IFLA e UNESCO (2022, sem paginação) almejam para a bibliotecas pública, ser “[...] um agente essencial para o desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento da paz e bem-estar espiritual de todos os indivíduos”. Nesse sentido, a COORDENADORA pontuou que a pandemia de covid-19, em 2020, foi um fator que impulsionou o uso das plataformas digitais/virtuais nas ações interativas e formativas das equipes das bibliotecas.

Na pandemia a gente deu uma virada. Na pandemia a gente começou a fazer mais ações de capacitação. Então a gente tem hoje uma ação, no mínimo, por mês para as equipes das bibliotecas. Em 2020 a gente trabalhou os objetivos do desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030, nas nossas capacitações. Porque aí você vai ver as atividades que a gente desenvolve, porque tudo é informação pública. As capacitações que a gente fez em 2020, era sobre a Agenda 2030. A primeira que a gente fez foi com Adriana Ferrari, que veio falar para a gente, afinal de contas o que é isso? [...] Em 2021, a gente começa uma discussão nas bibliotecas sobre memória e patrimônio. E aí a gente tem focado, metade do ano a gente faz questões de patrimônio, metade a gente faz sobre outras questões. E aí a gente tenta puxar a agenda 2030. O ano passado foi isso. Na metade do ano a gente fez sobre patrimônio e memória e, na outra metade, a gente fez os ODS11, porque ele é muito importante, das cidades inclusivas. A gente teve que a gente teve algumas intercorrências e acho que a gente fez uma ou duas atividades só desse ODS, mas a gente vai continuar porque tem muita coisa para ser discutida. Porque que a gente está fazendo essa escolha pelo patrimônio? Porque é algo inerente a Minas Gerais. E as bibliotecas não podem ficar apartadas. Elas precisam entender qual é o seu papel na preservação da memória local. (COORDENADORA).

Na perspectiva do exposto pela coordenação do SEBPMG, foram indagadas, no questionário eletrônico, algumas questões acerca da Agenda 2030 aos interlocutores das bibliotecas: o conhecimento dos ODS pelos servidores da biblioteca pública; desenvolvimento e/ou participação da biblioteca em ações e atividade como foco nos ODS; os serviços da biblioteca que refletem os ODS (QUADRO 28).

A julgar pelo trabalho que a coordenação do SEBPMG vem desenvolvendo desde antes da pandemia de covid-19, infere-se que os interlocutores do questionário, assim como ressaltou a COORDENADORA em sua fala, ainda não estão plenamente afinados com as possibilidades que a Agenda 2030 oferece, em termos de planejamento e proposição de ações/serviços de informação à comunidade.

Quadro 28 - Conhecimento, desenvolvimento de atividades e serviços de informação alinhados à Agenda 2030

(continua)

BIBLIOTECA	PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO	CONHECIMENTO DA AGENDA 2030	PARTICIPAÇÃO OU DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES RELATIVAS À AGENDA 2030	SERVIÇOS DA BIBLIOTECA QUE REFLETEM A AGENDA 2030
Biblioteca 1	Não	Não, os profissionais da biblioteca não conhecem a Agenda 2030.	A biblioteca nunca participou ou desenvolveu ações/atividades com foco nos ODS.	Não informado
Biblioteca 2	Sim	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	A biblioteca nunca participou ou desenvolveu ações/atividades com foco nos ODS.	A biblioteca visa, mesmo que indiretamente, promover de acordo com os ideais dos ODS saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, redução das desigualdades, consumo e produção sustentáveis, paz, justiça, e instituições eficazes.
Biblioteca 3	Sim	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	Sim, a biblioteca já desenvolveu/participou de ações com foco nos ODS.	Espaço, eventos e cursos.
Biblioteca 4	Sim	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	Sim, a biblioteca já desenvolveu/participou de ações com foco nos ODS.	Sim, no quesito educação
Biblioteca 5	Sim	Não, os profissionais da biblioteca não conhecem a Agenda 2030.	A biblioteca nunca participou ou desenvolveu ações/atividades com foco nos ODS.	Não informado
Biblioteca 6	Sim	Não, os profissionais da biblioteca não conhecem a Agenda 2030.	Sim, a biblioteca já desenvolveu/participou de ações com foco nos ODS.	Não informado
Biblioteca 7	Sim	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	Sim, a biblioteca já desenvolveu/participou de ações com foco nos ODS.	ODS 5, 10, 11 e 12
Biblioteca 8	Sim	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	A biblioteca nunca participou ou desenvolveu ações/atividades com foco nos ODS.	Não informado

(continuação)

BIBLIOTECA	PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO	CONHECIMENTO DA AGENDA 2030	PARTICIPAÇÃO OU DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES RELATIVAS À AGENDA 2030	SERVIÇOS DA BIBLIOTECA QUE REFLETEM A AGENDA 2030
Biblioteca 9	Sim	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	A biblioteca nunca participou ou desenvolveu ações/atividades com foco nos ODS.	A biblioteca ainda considera a viabilidade de participação na Agenda 2030. O compromisso da biblioteca e de seu bibliotecário é com a comunidade e não com a ONU ou quaisquer interesses que ela manifeste.
Biblioteca 10	Não	Não, os profissionais da biblioteca não conhecem a Agenda 2030.	Sim, a biblioteca já desenvolveu/participou de ações com foco nos ODS.	Atendimento via <i>WhatsApp</i> ; interação por meio <i>Instagram</i> .
Biblioteca 11	Não	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	Sim, a biblioteca já desenvolveu/participou de ações com foco nos ODS.	Erradicação da pobreza, educação de qualidade, consumo e produção responsáveis e ação contra a mudança global do clima
Biblioteca 12	Sim	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	Sim, a biblioteca já desenvolveu/participou de ações com foco nos ODS.	Oferta à comunidade literatura de qualidade, empréstimo domiciliar, projetos como clube do livro, visitas guiadas, oficina de xadrez, projeto de incentivo e reforço à leitura, acesso à internet, dentre outros.
Biblioteca 13	Sim	Não, os profissionais da biblioteca não conhecem a Agenda 2030.	A biblioteca nunca participou ou desenvolveu ações/atividades com foco nos ODS.	Serviços de empréstimo de livros aos usuários; realização de eventos culturais e educacionais; acesso à internet.
Biblioteca 14	Sim	Não, os profissionais da biblioteca não conhecem a Agenda 2030.	A biblioteca nunca participou ou desenvolveu ações/atividades com foco nos ODS.	Não consigo responder
Biblioteca 15	Não	Não, os profissionais da biblioteca não conhecem a Agenda 2030.	A biblioteca nunca participou ou desenvolveu ações/atividades com foco nos ODS.	Não informado
Biblioteca 16	Sim	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	A biblioteca nunca participou ou desenvolveu ações/atividades com foco nos ODS.	ODS 3, 4, 5, 10, 16
Biblioteca 17	Sim	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	A biblioteca nunca participou ou desenvolveu ações/atividades com foco nos ODS.	Espaço adequado e Internet livre

(continuação)

BIBLIOTECA	PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO	CONHECIMENTO DA AGENDA 2030	PARTICIPAÇÃO OU DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES RELATIVAS À AGENDA 2030	SERVIÇOS DA BIBLIOTECA QUE REFLETEM A AGENDA 2030
Biblioteca 18	Sim	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	Sim, a biblioteca já desenvolveu/participou de ações com foco nos ODS.	Não informado
Biblioteca 19	Não	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	Sim, a biblioteca já desenvolveu/participou de ações com foco nos ODS.	Não informado
Biblioteca 20	Sim	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	Sim, a biblioteca já desenvolveu/participou de ações com foco nos ODS.	Não sei falar
Biblioteca 21	Sim	Não, os profissionais da biblioteca não conhecem a Agenda 2030.	A biblioteca nunca participou ou desenvolveu ações/atividades com foco nos ODS.	Não há nada específico
Biblioteca 22	Sim	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	Sim, a biblioteca já desenvolveu/participou de ações com foco nos ODS.	Acesso público à informação e à leitura
Biblioteca 23	Sim	Não, os profissionais da biblioteca não conhecem a Agenda 2030.	Sim, a biblioteca já desenvolveu/participou de ações com foco nos ODS.	Não informado
Biblioteca 24	Não	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	Não, nunca participou	Todos, avançar dentro dos objetivos da ONU é fundamental para uma sociedade mais justa.
Biblioteca 25	Sim (05 bibliotecários)	Não, os profissionais da biblioteca não conhecem a Agenda 2030.	Não, os profissionais da biblioteca não conhecem os ODS da Agenda 20230	A biblioteca não oferece nenhum serviço que esteja ligado diretamente os ODS.

(conclusão)

Biblioteca 26	Sim (graduando em Biblioteconomia)	Não, os profissionais da biblioteca não conhecem a Agenda 2030.	A biblioteca nunca participou ou desenvolveu ações/atividades com foco nos ODS.	Acesso à informação; a inclusão que fazemos é através da acessibilidade atitudinal com a parceria com a Associação dos Condutores (ACONPATRI), para divulgação dos patrimônios históricos e culturais.
Biblioteca 27	Sim (24 bibliotecários)	Sim, os profissionais da biblioteca conhecem a Agenda 2030.	Sim, a biblioteca já desenvolveu/participou de ações com foco nos ODS.	Carro-biblioteca - Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades; Caixa-estante - Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades; Pesquisa - Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades; Palestras, exposições e debates - Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A imprecisão das informações prestadas pelos interlocutores, sobremaneira na coluna “serviços da biblioteca que refletem a agenda 2030”, possibilita inferir várias questões: desinteresse ou “desconhecimento” da Agenda 2030; não participação nas atividades e formações propostas pela coordenação do SEBPMG; intangibilidade da Agenda 2030 frente à materialidade dos serviços da biblioteca; visão tradicional da biblioteca e seus serviços, desatrelados da realidade atual; incompreensão das múltiplas perspectivas de atuação oportunizadas pelos ODS, em termos de planejamento de serviços de informação, entre outras.

Sabendo que os serviços de informação ofertados à comunidade são tradicionais, ou seja, elementares às bibliotecas públicas “desde sempre”, compreende-se que sua oferta não está diretamente relacionada aos ODS, mas indiretamente refletem os ideais na Agenda 2030 expressados. Contudo, esse aspecto não representa um impeditivo ao alinhamento dos serviços de informação, até então praticados, aos ODS pelos gestores das bibliotecas públicas. Pelo contrário, a reorientação desses serviços de informação representa um exercício reflexivo sobre o que é, para que/quem e para qual patamar se quer elevar os serviços e a biblioteca. Esse exercício reflexivo especifica à biblioteca pública, na direção do que expõe o SNBP (2023), evoluir da centralidade apenas no acervo para enfoque nos indivíduos e comunidades, a fim de possibilitar novas experiências de impacto real e contextualizadas, afinadas às novas tendências sociais.

Outras questões relativas aos ODS também foram pontuadas aos interlocutores, considerando a realidade de atuação (QUADRO 29): atuação ativa da biblioteca em relação à Agenda 2030; potencial e contribuições da biblioteca para implementar a Agenda 2030 na comunidade; ODS que a biblioteca pode implementar, a partir dos seus serviços de informação.

Quadro 29 - Potencialidades e contribuições da biblioteca pública para a implementação dos ODS

(continua)

BIBLIOTECA	POTENCIAL DA BIBLIOTECA PARA IMPLEMENTAR A AGENDA 2030	ODS QUE A BIBLIOTECA PODE CONTRIBUIR	A BIBLIOTECA DEVE TER PAPEL ATIVO NA AGENDA 2030	CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA À AGENDA 2030
Biblioteca 1	Não informado	Não informado	Sim	Não informado
Biblioteca 2	Acredito que sim e esse é um ideal para planejamentos, presente e futuro.	ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 7 – Energia limpa e acessível; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 12 – Consumo e produção responsáveis; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.	Com certeza existem temas importantes que possa agregar para as comunidades.	Trazendo mais atividades, programas e projetos, com parcerias ou não, focados nos ideais.
Biblioteca 3	Sim, pois a biblioteca pode falar de qualquer assunto com seu público. Então é possível promover atividades com temas diversos.	ODS 1 – Erradicação da pobreza; ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.	Sim, mas para isso deve estar capacitada no tema. Não basta apenas conhecer.	Para começar, fornecendo informações sobre a própria Agenda e sobre os temas que a compõem.
Biblioteca 4	Sim, sendo que oferecemos alguns serviços.	ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.	Sim, porque é um espaço público deve desenvolver mais atividades voltado para a comunidade	Através de projetos voltados para a comunidade.

(continuação)

BIBLIOTECA	POTENCIAL DA BIBLIOTECA PARA IMPLEMENTAR A AGENDA 2030	ODS QUE A BIBLIOTECA PODE CONTRIBUIR	A BIBLIOTECA DEVE TER PAPEL ATIVO NA AGENDA 2030	CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA À AGENDA 2030
Biblioteca 5	Não informado	Todos os 17 ODS	Sim. Trabalhamos com informação. Todos os itens da ODS podem ser materializados mediante a conscientização que a informação é o elemento que nos falta.	Ué, fazendo o que "quase" sempre fez por excelência: recolher, tratar, disponibilizar e promover recursos informacionais. A biblioteca deve existir para guardar os conhecimentos produzidos: essa é a contribuição.
Biblioteca 6	Não informado	ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 6 – Água potável e saneamento; ODS 7 – Energia limpa e acessível; ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.	Sim	Não informado
Biblioteca 7	Sim. Tem potencial, mas não tem apoio. A quem temos subordinação nem tem conhecimento do assunto.	ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12 – Consumo e produção responsáveis; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.	Total. Onde possui conhecimento para poder promover todas as ODS.	Sendo um mediador das ODS ou de locais que possam aplicar a ODS.

(continuação)

BIBLIOTECA	POTENCIAL DA BIBLIOTECA PARA IMPLEMENTAR A AGENDA 2030	ODS QUE A BIBLIOTECA PODE CONTRIBUIR	A BIBLIOTECA DEVE TER PAPEL ATIVO NA AGENDA 2030	CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA À AGENDA 2030
Biblioteca 8	A biblioteca tem potencial, precisamos apenas elaborar as ações/atividades.	ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.	Sim	Não informado
Biblioteca 9	Não	ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.	Não. A Biblioteca deve se concentrar em atender sua comunidade, com o máximo de compromisso com as necessidades emanadas pela comunidade ao qual ela nasceu para atender. Considerando a atual situação das bibliotecas brasileiras, acredito que as coordenações possuem muitos outros problemas regionais mais graves para atuar do que na implantação de uma agenda internacional.	Eu não considero que as Bibliotecas sejam capazes de auxiliar na implementação desta agenda e nem acho que deveriam.
Biblioteca 10	Sim, em partes. Nosso quadro de funcionários conta pessoas bem difíceis, sobretudo aquelas que estão há muitos anos no serviço público.	ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.	Sim, considero.	Sendo um elemento mais procurado pela administração pública.

(continuação)

BIBLIOTECA	POTENCIAL DA BIBLIOTECA PARA IMPLEMENTAR A AGENDA 2030	ODS QUE A BIBLIOTECA PODE CONTRIBUIR	A BIBLIOTECA DEVE TER PAPEL ATIVO NA AGENDA 2030	CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA À AGENDA 2030
Biblioteca 11	Sim	ODS 1 – Erradicação da pobreza; ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável; ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12 – Consumo e produção responsáveis; ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima; ODS 15 – Vida terrestre; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.	Em algumas cidades o único meio de se ter cultura é através das bibliotecas e também recebemos todos os públicos e seria de grande força para a promoção da agenda 2030	Com palestras, cursos e exposição
Biblioteca 12	Sim, talvez não consiga todos, mais boa parte sim, com o apoio da Prefeitura, Secretaria de Educação e Cultura, e incentivos do governo através de projetos e editais onde os recursos contemple projetos que atendam às ODS.	Todos os 17 ODS	Sendo um local com grande fonte de informação, cultura e conhecimento pode auxiliar em uma educação de qualidade, principalmente no incentivo à leitura, apoiando os escritores e a literatura local bem como as pessoas e instituições ligadas à cultura, promovendo um ambiente de igualdade e inclusão.	Sim. Sim, quando apoia os escritores locais e promove a inclusão de todos sem exceção ela está contribuindo nessa promoção.

(continuação)

BIBLIOTECA	POTENCIAL DA BIBLIOTECA PARA IMPLEMENTAR A AGENDA 2030	ODS QUE A BIBLIOTECA PODE CONTRIBUIR	A BIBLIOTECA DEVE TER PAPEL ATIVO NA AGENDA 2030	CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA À AGENDA 2030
Biblioteca 13	Sim. Há muitas iniciativas que podem ser tomadas no âmbito da biblioteca para impulsionar os serviços na direção dos ODS. Há espaço para mais projetos sociais, visando a redução da desigualdade, o consumo responsável, a educação de qualidade e outros.	ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12 – Consumo e produção responsáveis; ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.	Sim. As bibliotecas devem tentar englobar os ODS em todos os seus serviços, de forma a tornar a comunidade mais consciente de suas responsabilidades.	A biblioteca pode desenvolver ações sociais voltadas para os objetivos, como palestras, exposições, debates, além de ter uma participação mais ativa nos problemas que afetam a comunidade.
Biblioteca 14	Não possui	Não informado	Sim. A Biblioteca como equipamento cultural, trabalhando com um público diverso, deve ter um papel mais ativo.	A Biblioteca pode contribuir com ações que atendam às demandas do público sem distinção.
Biblioteca 15	Não informado	ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.	Sempre	Acredito que com leituras e conhecimentos sobre a Agenda 2030

(continuação)

BIBLIOTECA	POTENCIAL DA BIBLIOTECA PARA IMPLEMENTAR A AGENDA 2030	ODS QUE A BIBLIOTECA PODE CONTRIBUIR	A BIBLIOTECA DEVE TER PAPEL ATIVO NA AGENDA 2030	CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA À AGENDA 2030
Biblioteca 16	Não	ODS 1 – Erradicação da pobreza; ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável; ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12 – Consumo e produção responsáveis; ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.	Com certeza sim, porém as dificuldades internas como número de funcionários em nossas Bibliotecas Públicas e as demandas das ações dificultam muito que esse papel seja mais ativo.	Formação para seus profissionais sobre a Agenda 2030 com sugestão de ações que podem ser implementadas facilmente no dia a dia da Biblioteca e de seus leitores.
Biblioteca 17	Acesso público à informação sobre saúde e bem-estar para contribuir com que todas as pessoas e famílias sejam saudáveis.	ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 7 – Energia limpa e acessível; ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12 – Consumo e produção responsáveis; ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima.	Sim	Com recursos, dá pra atuar mais ativamente na Agenda 2030.
Biblioteca 18	Não informado	ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.	Sim, acho que a biblioteca pública deve ser uma instituição ativa no que diz respeito à promoção dos ODS e possibilitar com que outras instituições possam fazer o mesmo	Apoio técnico operacional, suporte informacional, desenvolvimento de atividades visando abordar os temas propostos, entre outros.

(continuação)

BIBLIOTECA	POTENCIAL DA BIBLIOTECA PARA IMPLEMENTAR A AGENDA 2030	ODS QUE A BIBLIOTECA PODE CONTRIBUIR	A BIBLIOTECA DEVE TER PAPEL ATIVO NA AGENDA 2030	CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA À AGENDA 2030
Biblioteca 19	Possui conhecimento, mas não possui funcionários suficientes para execução.	ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 12 – Consumo e produção responsáveis; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.	Sim	Apoiando os eventos, colaborando com o que for possível.
Biblioteca 20	Sim.	ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 12 – Consumo e produção responsáveis; ODS 15 – Vida terrestre; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.	Sim.	Não informado
Biblioteca 21	Com a atual estrutura não é possível caminhar neste sentido	ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima; ODS 14 – Vida na água; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.	Com a estrutura existente somente consegue colaborar com a questão de orientação.	Disseminando conhecimento e promovendo discussões sobre.

(continuação)

BIBLIOTECA	POTENCIAL DA BIBLIOTECA PARA IMPLEMENTAR A AGENDA 2030	ODS QUE A BIBLIOTECA PODE CONTRIBUIR	A BIBLIOTECA DEVE TER PAPEL ATIVO NA AGENDA 2030	CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA À AGENDA 2030
Biblioteca 22	Sim, desde de que não envolva recursos financeiros.	ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12 – Consumo e produção responsáveis; ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima; ODS 15 – Vida terrestre; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.	Sim. É fundamental o seu engajamento.	Envolvendo o poder público e a sociedade civil .
Biblioteca 23	Sim.	ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 6 – Água potável e saneamento; ODS 7 – Energia limpa e acessível; ODS 12 – Consumo e produção responsáveis; ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.	Não informado	Não informado
Biblioteca 24	Sim, é trabalhoso, mas necessário.	Todos os ODS	Sim, o que falta é recursos financeiros	O provo precisa sair do comodismo, abrir sua mente para mudanças e lutar em prol de um mundo melhor.
Biblioteca 25	Sim. A longo médio prazo e após a equipe se inteirar e estudar sobre.	ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.	Não me sinto capaz de responder, por falta de conhecimento.	Não me sinto capaz de responder, por falta de conhecimento.

(continuação)

BIBLIOTECA	POTENCIAL DA BIBLIOTECA PARA IMPLEMENTAR A AGENDA 2030	ODS QUE A BIBLIOTECA PODE CONTRIBUIR	A BIBLIOTECA DEVE TER PAPEL ATIVO NA AGENDA 2030	CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA À AGENDA 2030
Biblioteca 26	Sim, na área de Educação, Igualdade de Gênero, Paz, Justiça, Constituições Parceiras e meios de implementações.	ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17 – Parcerias e meios de implementação	Sim	Elaborando projetos para colocar em prática da conscientização de algumas ODS durante o ano.
Biblioteca 27	Sim. A biblioteca visa promover ações que têm por objetivo a disseminação da cultura e da informação ao público das formas mais diferenciadas, com vistas à difusão do conhecimento, à inclusão e à educação de qualidade, proporcionando aos seus usuários não somente o contato com a literatura, mas com a arte em diversos formatos. Com isso, visamos combater a desigualdade, a desinformação e a opressão cultural e social, o que vai ao encontro dos ODS 1, 4, 5 e 10 da Agenda 2030.	ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.	Sim, considerando que em Minas Gerais a biblioteca é a instituição cultural mais presente nos municípios possui papel estratégico para articulação social nas comunidades para desenvolvimento da Agenda 2030.	A biblioteca está em uma posição estratégica e desempenha um papel vital na promoção dos ODS da Agenda 2030, pois é a biblioteca modelo do Estado. O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e Comunitárias atualmente organiza eventos, palestras e oficinas focadas nos ODS, dirigidas a públicos de diferentes faixas etárias, e oferece programas de capacitação - como o “Grupo de Estudos Alexandria” e “Diálogos com o Sistema” - focados em bibliotecários, educadores e agentes culturais, preparando-os para ensinar e promover os ODS de forma eficaz. Além disso, a biblioteca estabelece parcerias estratégicas com escolas, universidades, ONGs, empresas e governos locais para ampliar seu alcance e impacto. Para facilitar o acesso à informação, a biblioteca mantém um acervo especializado em desenvolvimento sustentável, disponível tanto presencialmente quanto em plataformas digitais. Também funciona como um centro

(conclusão)

BIBLIOTECA	POTENCIAL DA BIBLIOTECA PARA IMPLEMENTAR A AGENDA 2030	ODS QUE A BIBLIOTECA PODE CONTRIBUIR	A BIBLIOTECA DEVE TER PAPEL ATIVO NA AGENDA 2030	CONTRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA À AGENDA 2030
				para debate e diálogo, utilizando seus espaços para sediar fóruns e mesas redondas sobre temas correlatos às ODS, promovendo a troca de ideias e soluções colaborativas. Também organiza exposições e mostras culturais que dialogam com as ODS, cultura e desenvolvimento local, e trabalha para aumentar a literacia digital e informacional da comunidade, permitindo uma melhor compreensão e engajamento com os dados e informações relacionados aos ODS. Assim, a biblioteca afirma-se como um agente vital de mudança e desenvolvimento sustentável.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Destaca-se, nesse QUADRO 29, a fala do respondente da Biblioteca 9, que não compreende ser papel da biblioteca atuar na direção do que está proposto na Agenda 2030. Percebe-se uma clara desconexão na condução da biblioteca em relação às múltiplas demandas sociais no momento atual, aspecto contraditório ao respondido na coluna “ODS que a biblioteca pode contribuir com sua implementação”.

No geral, os respondentes têm conhecimento de alguns aspectos da Agenda 2030, sabem do potencial e das contribuições da biblioteca com a temática, bem como em quais ODS a biblioteca pode atuar. No entanto, frisa-se novamente que apesar do empenho da coordenação do SEBPMG na divulgação e na proposição de ações de capacitação, falta aos respondentes refletir sobre a Agenda 2030 em si, ou seja, “pensar fora da caixinha”, para conseguirem visualizar o essencial da Agenda é possibilitar acesso à informação, aspecto que já fazem cotidianamente quando realizam as atividades básicas da biblioteca, a divulgação e a circulação do acervo, o uso do espaço e dos recursos tecnológicos para a pesquisa, entre outros. Talvez, as emergências do dia a dia das bibliotecas, a falta de recursos financeiros e a equipe reduzida sejam razões dificultadoras para que os ODS sejam assimilados e incorporados nas metas e objetivos dos serviços de informação ofertados.

A IFLA e UNESCO (2022, sem paginação), ao especificarem como missões-chave da biblioteca pública – educação, cultura, inclusão e informação, reconhecem o seu potencial como um agente fundamental para o desenvolvimento sustentável. Ao disponibilizar diversos tipos de conhecimento e informação aos usuários, as bibliotecas públicas contribuem para a construção de sociedades mais informadas, promovem a paz e favorecem o bem-estar espiritual de todos os indivíduos. No entanto, para que desempenhem plenamente seu papel, é essencial o apoio e o engajamento efetivo dos governos nacionais e locais no fortalecimento dessas instituições.

No entanto, no âmbito da Agenda 2030, os respondentes desta pesquisa frisaram a falta de apoio dos gestores públicos municipais quanto à disponibilização de recursos financeiros e humanos para o desenvolvimento das atividades de informação.

Para além do trabalho desenvolvido no SEBPMG, a COORDENADORA reflete a difícil situação brasileira, que está longe de alcançar um ideal mínimo em relação aos ODS, sobretudo nos seis últimos anos de governos que tiveram como marcas a descontinuidade e interrupção de políticas, a desmobilização institucional para a implementação dos ODS. Essa percepção tem respaldo na avaliação do IPEA (2024) sobre a implementação da Agenda 2030 no contexto brasileiro, que tem problemas sérios em todas as metas dos ODS.

É porque quando está claro o que a gente precisa entregar, já é difícil, quando não está, está subentendido, aí fica praticamente..., viu, né! Porque aí a gente tem que movimentar muitas forças para chegar lá naquele ponto, né! Acho que isso é muito importante, a gente considerar aí nesse contexto. São quatro anos, né! Não foram só quatro anos, a gente teve foram seis anos de interrupção, né, desse trabalho. Isso é muito tempo. Aí, a Agenda 2030, faltam seis anos para a gente chegar em 2030. E a gente, sei lá, a gente está muito longe, muito longe ter esse mundo aí. Que ninguém fique para trás, muito pelo contrário, a gente só está vendo as desigualdades se acirrare, né! Enfim, é muito sério isso. Então temos que repensar. (COORDENADORA).

Na percepção dos GESTORES 4 e 6, o trabalho na biblioteca com os ODS ainda é obscuro e a biblioteca, nessa questão, atua localmente e isolada. Também, o número reduzido de servidores é apontado como um dificultador da ação no contexto da Agenda 2030. Nesse sentido, entendem que a biblioteca acaba por fazer pouco e sem apoio da Secretaria de Cultura ou Educação, já que essa temática demanda uma atuação em uma perspectiva multidisciplinar.

Então, eu conhecia muito por cima os ODS, mas nunca tinha pensado. Eu sei que o Sistema de Bibliotecas utiliza ele para guiar as atividades do Sistema. Então, muito do que a gente faz está dentro dessas propostas, mas individualmente, como comunidade, como biblioteca, a gente nunca utilizou, infelizmente. Eu acho isso uma pena, é que a gente realmente nunca utilizou eles como um guia para desenvolvimento das ações e das atividades. Eu acho que é uma falha, inclusive quando você mandou o formulário fui refletir “acho que estou falhando nisso aqui. Como posso resolver isso?”. Mas ainda é sempre uma dificuldade de como que a gente vai proceder, porque como eu te falei, ainda tem um pensamento muito tecnocrata da atividade do bibliotecário. Então, fica muito limitada às ações... Claro que eu dou sugestões sempre, “olha a gente pode fazer isso aqui; olha isso aqui pode ser direcionado para cá”, mas pegar para fazer realmente é mais difícil. (GESTORA 4).

Acredito que a biblioteca ainda percorre um caminho sinuoso para o cumprimento razoável dos ODS estabelecidos pela agenda da ONU. Ela acaba por atuar localmente (o que é plausível) no fornecimento mínimo de recursos informacionais e em direção da oferta de produtos informacionais aos usuários, mas de maneira totalmente isolada (nosso caso) e, ainda, contando com um efetivo humano ultra reduzido (um bibliotecário) para atuar em todas as frentes como as especificadas na questão 1. Entendo que, para que se cumpra os objetivos, faz-se necessário um trabalho multidisciplinar com envolvimento dos atores da Cultura do município. (GESTOR 6).

A inclusão é apontada pela GESTORA 5 quando menciona as contribuições da biblioteca para o alcance da Agenda 2030, no que diz respeito a ações com populações em situação de vulnerabilidade social.

Sim, a biblioteca cumpre seu papel dentro dos objetivos da Agenda 2030 na medida em que promove a inclusão social de diversos grupos vulneráveis e marginalizados da sociedade. Contribui com o acesso à leitura às comunidades carentes da cidade e pelas ações de incentivo voltadas para esse público; inclusão de pessoas com

deficiência visual; atendimento e atividades adaptadas para as pessoas autistas e outras pessoas neurodivergentes; recebe a população em situação de rua e outras vulnerabilidades sociais. (GESTORA 5).

O exposto pela GESTORA 5 possibilita pensar a biblioteca pública como um instrumento capaz de promover a inclusão social e cidadania em uma perspectiva de possibilitar condições de pensar e afirmar a informação não apenas do ponto de vista do acesso, pois não é apenas o direito à informação e à leitura que levariam à construção de uma cultura inclusiva e cidadã, mas os usos que se dá à informação e à leitura na construção do próprio discurso, como assinala Souza (1994).

Na mesma perspectiva do *advocacy* da IFLA (2015), Souza (1994) chamou à atenção o bibliotecário para praticar o próprio discurso, ou seja, diante da falha na implementação dos ODS, deve-se fazer mais que discursar, deve-se tirar recomendações nos grupos e agremiações, enviar correspondências sobre as recomendações e posições da categoria para os governos, os ministérios etc., fazer a biblioteca ser lembrada, ser notada e reconhecida na interlocução das metas da Agenda 2030 nos processos do desenvolvimento sustentável.

A IFLA e UNESCO (2022) salientam a necessidade da formação continuada do bibliotecário, a fim de garantir serviços adequados, como também para enfrentar os desafios do presente e do futuro. Nesse sentido, a GESTORA 2 pontua a participação em um programa de formação da Recode⁵⁸, aspecto que ressaltou ser essencial para o seu entendimento e incursão na Agenda 2030.

Então, assim, eu estou pensando em algo assim, justamente que trabalha essa questão da Agenda, né, porque a Agenda eu conheço. Eu acho interessante a biblioteca ser um espaço de desenvolvimento social e a Agenda, já entramos no seu assunto de pesquisa, né, ela já facilita, porque eu participei da Recode e um dos requisitos, que a gente foi premiado, né, a gente foi premiado em segundo lugar. A gente ganhou um *notebook* e a gente aplicou aqui na biblioteca. Eu tento ao máximo trabalhar essa questão de sustentabilidade, questão de desenvolvimento social e mostrar para a comunidade que [a biblioteca] é um ambiente que é gratuito, que eles têm que usar, né, que tem um acervo muito rico, né! [...] A pandemia prejudicou muito, agora que o pessoal está voltando à normalidade, voltando à biblioteca e usar o nosso espaço. E quando você colocou a questão lá de usar a Agenda, eu acho muito importante, porque a gente teve um período aí que as bibliotecas praticamente ficaram fechadas e muitos gestores fecharam as bibliotecas. E eles acham que as bibliotecas não têm função. [...]. Olha, eu tive aprofundamento através da Recode, mas vira e mexe, eu estou sempre fazendo atualizações. E a gente vai recebendo realmente um papel importante, muito bom dos nossos Conselhos Regionais, da Superintendência, que passa para nós. O que a gente deve aprender é se desenvolver, né, é aprimorar na nossa área. Então, assim, eu já conhecia, mas não apliquei, fui realmente conhecê-la, o que que seria a Agenda e as 17 áreas, os ODS, né, foi mais

⁵⁸ O Recode Bibliotecas é um programa nacional de estímulo à transformação social e digital de comunidades através do protagonismo dos espaços de leitura. Para isso, oferece apoio e formação por meio de um percurso formativo. Informações disponíveis em: <https://recode.org.br/bibliotecas-2/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

com a “Hanna” na Recode, né, que é aquele programa que eles fazem lá no Rio de Janeiro, com as bibliotecas. E foi a partir daí que eu tive mais esse... E também na hora que a gente vê, a gente pensa que não aplicava em nada, mas se você estudar ela direitinho, você vê que tem um vasto campo para ser aplicado, né! Só basta querer.

Sabendo das limitações para o desenvolvimento de todos os ODS, a GESTORA 1 pontua o trabalho desenvolvido para a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência e da terceira idade, ações que acontecem sem financiamento, um dos desafios principais das bibliotecas públicas, mas contornado com a colaboração de voluntários.

A gente começou essa conversa bem antes da pandemia. Lógico, a gente não consegue abarcar todos os ODS. É impossível, né! Então, dentro daquilo que a gente está podendo trabalhar, a gente está tocando, né! Por exemplo, a questão da acessibilidade, a biblioteca está indo bem nessa questão, a gente consegue desenvolver coisas nessa questão, por exemplo, do acesso à literatura. A gente, lógico, não tinha como não está dentro dessa temática, porque são temas e subtemas, né! Então, assim, dentro daquilo que a gente consegue trabalhar, dentro desses 17 objetivos, a gente trabalha, não é tudo que a gente consegue. Por exemplo, aqui a gente está fazendo um trabalho agora com as mulheres da terceira idade. Nós começamos esse projeto em 2017, inclusive foi até com a minha pós-graduação. Então o que nós precisamos fazer é dar acesso às pessoas da terceira idade, acesso às atividades da biblioteca. Era uma coisa que eu sempre sonhei em fazer e agora nós estamos conseguindo. Mas como? Dentro das nossas possibilidades a gente está desenvolvendo um curso de bordado para as senhoras da terceira idade que vem para a biblioteca às terças e quintas fazer esse curso de bordado para poder capilarizar lá nas suas comunidades. Isso começou de uma forma bem serena, e começou com a minha pós-graduação. Então, dentro daquilo que a gente puder fazer para as coisas acontecerem, a gente faz. Mas não é tudo, porque você sabe, quando você depende de recursos, de dinheiro, o buraco é mais embaixo, né! Então, por exemplo, como eu falando desse projeto com você, da questão da acessibilidade para as pessoas com deficiência, agora a gente está querendo focar também um pouco na questão, porque a gente tem essa demanda na casa, das pessoas deficientes auditivas. Por exemplo, então a gente está querendo muito mesmo ter dentro da casa um curso de libras, porque a gente não tem, já teve aqui ações pontuais, mas o curso de libras nós não temos. Então assim, ideias nós temos um monte, projetos existem, mas recurso é o grande gargalo. Então aquilo que a gente consegue fazer, sem depender de dinheiro, a gente consegue fazer, né! Ontem, por exemplo, o Charles falou lá, ele desembolsou 20 mil reais para a comparados óculos, aqueles óculos do cego que tem lá uma câmera que lê etc., que é um sistema, um programinha que o cego usa os óculos e consegue ler. Então, dentro daquilo dos ODS para a questão de inclusão, nós estamos caminhando, estamos indo da melhor maneira possível. Conseguimos um recurso agora e comparamos mais livros em braille, porque o nosso acervo estava precisando dar uma recauchutada nele, melhorar o livro em braille. Então, dentro daquilo que a gente consegue trabalhar, dos subtemas, a gente está trabalhando, mas não é tudo que a gente consegue desencabeçar, porque entre a teoria e a realidade, e a realidade demanda recursos, infelizmente não dá para a gente fazer. Mas o que a gente puder fazer, nós estamos fazendo, trabalhando com os alunos, incentivando a leitura, levando para os bairros aquilo que a gente pode levar, a literatura com o carro-biblioteca, levando livros para os hospitais, para os presídios e para as comunidades que atendem jovens e para todos levando caixa-estante, então, dando o acesso à literatura para poder transformar a vida. Então isso a gente está conseguindo fazer.

Sobre o aspecto da acessibilidade, o SNBP (2023) ressalta que as bibliotecas devem garantir total acesso à cultura por meio de ações que vão além dos aspectos arquitetônicos ou do acesso a equipamentos que a biblioteca possui. Essa ação deve ser realizada mediante a oferta de recursos e serviços de acordo com as características dos usuários, conforme evidenciam a IFLA e UNESCO (2022). Assim, serviços e materiais específicos devem ser fornecidos a esses usuários, que por quaisquer razões não podem acessar os serviços e materiais regulares, minimizando sua condição e os bloqueios sociais aos quais estão sujeitas.

Sobre as pessoas da terceira idade, a GESTORA 1 afirma também o potencial transformador da biblioteca pública ao possibilitar que pessoas que nunca tiveram a oportunidade de frequentar a biblioteca, possam perceber ali um espaço que também lhe pertence. O SNBP (2023) diz que neste tempo, as bibliotecas públicas são essenciais para o desenvolvimento de uma cultura democrática e inclusiva, constituindo-se em locais de encontro, debate e convivência. Um espaço para corrigir os desequilíbrios sociais e promover a coesão social, por meio do acesso livre à cultura e da interação entre grupos de idade, origem e/ou classes sociais diversas.

O projeto está alinhado com os ODS. Então assim, vamos colocar, por exemplo, a questão da terceira idade, pessoal da terceira idade que nós estamos fazendo com a biblioteca, estamos fazendo um esforço para que a coisa continue, né! Nós temos recursos para isso? Não temos, mas nós temos uma pessoa que é uma professora que dá aula de bordado na biblioteca, nós fizemos um alinhamento com a UEMG, daí a UEMG cedeu uma sala para fazer esse projeto desenvolver. Então é uma questão assim, eu tenho lá hoje 50 senhoras aprendendo a fazer bordado para quando elas voltarem para suas comunidades, elas montarem nas suas comunidades os nucleozinhos e capilarizar. A proposta sempre foi essa, você vem aqui e aprende, você volta lá para o seu bairro, você monta lá na sua paróquia, na sua igreja, no quintal da sua casa um núcleo de amigas suas e capilariza o que você aprendeu aqui. Essas amigas suas vão fazendo assim. Então a ideia nossa é essa, por exemplo, uma pessoa que nunca aprendeu a fazer nada, mas ela aprendeu, vamos colocar em um termo bem simples mesmo, aprende lá a fazer um bordado, ela começou a abordar uns paninhos de prato, ela começa a bordar umas coisinhas aqui, vende lá na comunidade, na feirinha da igreja, lá na quermesse, ganha um dinheirinho apenas lá mais umas outras coisinhas. Então a ideia é essa, fazer as pessoas se envolverem e expandirem, porque a gente sabe que não pode fazer tudo, né! (GESTORA 1)

Reforça-se, portanto, o papel estratégico da biblioteca pública que, como um dos poucos agentes locais com visão geral da comunidade e dos possíveis elementos de sua fragmentação, tem condições de lutar pela coesão social da sua comunidade, de maneira a expressar os anseios que os ODS representam.

Contudo, como aponta Souza (1994), é necessário que o discurso agregador do bibliotecário – em termos de inclusão, acessibilidade, democracia, equidade social e racial, participação social, cidadania, desenvolvimento sustentável, entre outros – seja condizente

com sua prática. O cotidiano de trabalho nas bibliotecas públicas revela que as “reclamações ou aspirações” dos bibliotecários muitas vezes não se alinham à perspectiva requerida pelo *advocacy*, quando da promoção da visibilidade da biblioteca pública junto aos seus interlocutores, sobretudo aqueles responsáveis por sua manutenção.

Entende-se que é importante promover novas reflexões que conduzam ações em defesa da importância da biblioteca pública na sociedade para a formação de cidadãos mais críticos e com autonomia de pensamento frente ao seu contexto de inserção, aspectos que, conforme os dados apresentados nesta parte do texto, são meras retóricas que se expressam nas bem-intencionadas manifestações ou defesas de direitos. (Souza, 1994).

Considerando os apontamentos aqui trazidos, compreende-se que a biblioteca pública desempenha um papel fundamental na promoção e implementação dos ODS, especialmente o ODS 16, que trata da paz, justiça e instituições eficazes. Conforme discutido, o Brasil enfrenta desafios significativos para se alinhar à Agenda 2030, devido a crises políticas e econômicas, além da pandemia de COVID-19, que desviaram a atenção do país de suas metas globais. No entanto, o retorno do Brasil à Agenda 2030, que incluiu ao debate o 18º ODS focado na igualdade racial, demonstra um esforço renovado para enfrentar essas questões críticas.

Nesse contexto, as bibliotecas públicas se destacam como instituições cruciais para assegurar o acesso à informação, um dos alicerces para a construção de sociedades democráticas e justas. A IFLA e UNESCO (2022) enfatizam que, ao fornecerem acesso público à informação, as bibliotecas capacitam as pessoas a tomar decisões informadas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a coesão social. As bibliotecas públicas, com seu papel tradicional de educadoras e disseminadoras de conhecimento, são parceiras estratégicas na promoção dos ODS, oferecendo recursos que capacitam os cidadãos e promovem a inclusão social.

Além disso, as bibliotecas públicas têm o potencial de atuar como espaços de integração comunitária, promovendo o diálogo, a inclusão e a cidadania ativa. Elas servem como pontos de encontro onde pessoas de diferentes origens e idades podem se reunir, debater e aprender juntas, contribuindo para a construção de uma cultura democrática e inclusiva. Portanto, a valorização e o fortalecimento das bibliotecas públicas são essenciais para garantir que as metas da Agenda 2030 sejam alcançadas, promovendo um desenvolvimento que seja realmente inclusivo e sustentável.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todo o caminho trilhado até se chegar à proposição da Agenda 2030 em 2015, o percurso foi e continua sendo de desafios para se implementar os ODS. Mas por que estudar a biblioteca, mais especificamente, a biblioteca pública? Por que não abordar a universitária ou a escolar? Primeiro, porque as bibliotecas foram chamadas a contribuir com a implementação dos ODS, tendo em vista que o acesso à informação, papel que lhe é inerente, é fundamental ao processo de construção de uma sociedade mais sustentável – nas dimensões social, ambiental e econômica. Segundo, porque dentre as tipologias de bibliotecas mencionadas, a biblioteca pública é um equipamento social e inclusivo que desempenha várias funções essenciais ao bem-estar e ao desenvolvimento das comunidades: i- acesso democrático à informação; ii- inclusão social; iii- promoção da educação e do aprendizado contínuo; iv- espaço de convivência e interação comunitária; v- preservação cultural e identidade; v- promoção da cidadania e da democracia; apoio ao desenvolvimento sustentável.

Como equipamento social, a biblioteca pública atua além do simples empréstimo de livros. Pode atuar como uma instituição vital para o desenvolvimento pessoal e social, inclusão, aprendizado contínuo e participação cidadã. Recurso estratégico para a conscientização e a ação comunitária em prol de um futuro mais sustentável, entende-se que sua presença e atuação são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, informada e coesa, capaz de promover a educação de qualidade, a igualdade de gênero, a redução das desigualdades, a paz e a justiça.

Partindo do pressuposto de que a maioria das bibliotecas públicas de Minas Gerais não contempla as expectativas dos ODS da Agenda 2030 em seus serviços de informação, em virtude dos vários desafios que enfrenta, esta pesquisa norteou-se pela seguinte questão de investigação: **Como as bibliotecas públicas de Minas Gerais estão atuando diante dos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030?** Para responder essa questão, o objetivo geral foi “verificar como as bibliotecas públicas de Minas Gerais estão atuando diante dos ODS da Agenda 2030”.

Metodologicamente, esta pesquisa é de natureza quantiquantitativa e exploratória, que buscou apreender as contribuições das bibliotecas públicas de Minas de Gerais para a implementação dos ODS. A técnica escolhida para a realização do estudo foi a revisão narrativa, que permite uma análise abrangente da literatura existente sobre o tema, facilitando uma interpretação dos dados de forma ampla e flexível. Como estratégia para a coleta de dados, foram utilizadas como fontes de informação a pesquisa documental, bibliográfica e

verbal. Na pesquisa verbal – questionário e entrevistas, os sujeitos da pesquisa foram os bibliotecários e outros profissionais das bibliotecas públicas, além da coordenadora do SEBPMG. A análise de conteúdo foi a técnica escolhida para explorar os dados obtidos nos questionários eletrônicos e nas entrevistas. As categorias de análise compreenderam a missão das bibliotecas públicas; as redes, legislação e financiamento; funcionamento, gestão e parcerias, e; os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Salienta-se que a estratégia de coleta de dados – questionário eletrônico e entrevistas – revelou algumas limitações, pois não produziu o efeito que fora esperado, abranger boa parte da universalidade das bibliotecas públicas de Minas Gerais. Entretanto, o baixo retorno dos profissionais das bibliotecas é revelador de uma realidade de isolamento e precariedade nessas instituições, em termos de recursos materiais e humanos.

Considerando objetivo principal, relativo aos ODS, a pesquisa revelou que as bibliotecas públicas não atuam sistematicamente com essa temática. Apesar da abordagem dos ODS com as bibliotecas públicas pela coordenação do SEBPMG reportar à época da pandemia de covid-19, ainda existe uma falta de compreensão dos agentes das bibliotecas analisadas sobre o que é e as potencialidades da Agenda 2030 na oferta de produtos e serviços de informação à comunidade. As ações que as bibliotecas públicas desenvolvem alinhadas aos ODS são esporádicas e pontuais, atendendo a objetivos específicos, mas que não apresentam um *continuum* em termos de práticas de informação.

As razões para não se trabalhar a questão nos serviços de informação são de naturezas variadas, sendo as principais da ordem de recursos humanos e financeiros. A falta de pessoal em número suficiente nas bibliotecas implica em acúmulo de tarefas e a priorização ao atendimento dos usuários, em detrimentos de outras ações. Acerca da ausência de uma dotação orçamentária específica para a biblioteca, essa impacta na proposição de atividades que demandam recursos para a contratação de colaboradores externos para contribuir com as oficinas e programas e ações educativas junto à comunidade. Outra situação é a ausência de apoio institucional da parte do Município, pelas secretarias correspondentes, seja a Educação ou a Cultura, fato que isola a biblioteca em si mesma. Outro aspecto observado diz respeito a falta de um planejamento sólido – plano estratégico e operacional – para garantir que as atividades do serviço de biblioteca estejam de acordo com as prioridades identificadas e direcionadas para atingir os objetivos traçados. Acerca dessa questão, verificou-se haver um planejamento informal das atividades e ações, muitas vezes sem uma sistematização de registro, acompanhamento e avaliação da sua efetividade.

Também, observou-se a falta de formulação de políticas de informação para garantir uma abordagem consistente dos recursos de informação e dos serviços a serem desenvolvidos, principalmente para a previsão da inscrição das temáticas emergentes, como os ODS, a fim de contribuir com o desenvolvimento das comunidades. Revela-se ser importante centralizar os serviços que expressam as necessidades dos usuários nas políticas e procedimentos da biblioteca, sabendo que a qualidade dos serviços só pode ser alcançada quando as necessidades são priorizadas e os serviços são desenhados para atenderem a essas necessidades. A abordagem centrada no usuário das bibliotecas não só melhora a satisfação e a eficácia dos serviços, mas também apoia objetivos globais mais amplos de desenvolvimento sustentável, promovendo uma sociedade mais inclusiva e educada.

Em outros casos, há também um desinteresse da equipe da biblioteca para atuação em ações e atividades de educação e extensão, em virtude da compreensão ultrapassada das funções da biblioteca, atreladas ao acervo e atendimento dos usuários. O desinteresse impacta a busca da autoaprendizagem e da aprendizagem constantes em assuntos emergentes. Os profissionais desempenham um papel crucial na capacitação dos usuários, fornecendo suporte essencial para que todas as pessoas, independentemente de sua idade ou nível de habilidade tecnológica, possam acessar e utilizar as ferramentas digitais. Isso não apenas facilita o acesso à informação, mas também contribui para o desenvolvimento de competências fundamentais em um mundo cada vez mais digitalizado. Para essa questão, compreende-se que há que se sensibilizar, promover e reforçar as ações de formação:

- capacitar os funcionários atuar como guias de informação e auxiliarem os usuários a utilizar de maneira eficaz as TIC, estejam diretamente envolvidos em temáticas emergentes e transversais, como a inclusão digital, a alfabetização digital e a promoção da equidade no acesso ao conhecimento.;
- promover programas de formação e orientação tecnológica, abordar questões transversais como a redução das desigualdades, propiciando oportunidades iguais para todos, e o fortalecimento da educação continuada. Pilares importantes para o desenvolvimento sustentável, para a construção de uma sociedade mais justa e informada.

Para atender esse objetivo, novos percursos foram traçados, tendo o *Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022* como guia. Nesse documento, a IFLA e UNESCO (2022, sem paginação) proclamam que o desenvolvimento das missões-chave relacionadas “informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e cultural” pelas bibliotecas públicas contribuem para a implementação dos ODS.

As bibliotecas públicas, a partir da perspectiva dessas missões-chave, contribuem para os ODS e para a construção de sociedades mais igualitárias, humanas e sustentáveis. No entanto, faz-se necessário às bibliotecas públicas investir em algumas questões:

- *aumentar sua presença na internet*: entendendo que as bibliotecas públicas desempenham um papel crucial na democratização do acesso à informação e na adaptação às novas demandas tecnológicas, é necessária uma integração das TIC para expansão do alcance das bibliotecas e melhorar o acesso às suas coleções, tanto de forma presencial quanto remota. Ficou evidenciada a necessidade de uma presença digital mais assertiva e de uma comunicação mais sistemática com a comunidade, pois falta uma uniformidade na disponibilização de informações e na implementação de serviços *on-line*. Aspectos que indicam espaço significativo para melhorias. Parte-se do entendimento que as bibliotecas públicas devem, portanto, empenhar-se em integrar as tecnologias emergentes, atualizar seus sistemas e aprimorar seus canais de comunicação para atender de forma mais eficaz às necessidades da comunidade;
- *promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público*: evidenciou-se a necessidade de um plano de leitura e escrita mediante a articulação entre a Cultura e a Educação de forma participativa com outros órgãos e a sociedade civil; sobre a difusão da cultura, do conhecimento, do estímulo à pesquisa social e científica e da conservação do patrimônio cultural como aspectos essenciais para o desenvolvimento social, nada de concreto à biblioteca pública, sobre a preservação e expressão cultural, é abordado nas políticas nacional e estadual; o caráter comercial do livro é imperativo como aspecto essencial ao acesso à cultura. Apesar dos desafios, a biblioteca ainda é um polo irradiador de cultura e como equipamento para a apropriação cultural para uma grande parcela da população que vivencia situações de exclusão social e cultural;
- *preservação das especificidades da diversidade cultural*: necessidade de um plano para abarcar a diversidade nos acervos e serviços em termos de etnias, gêneros, orientações sexuais, culturas afro-brasileiras e dos povos originários, entre outros aspectos. Verificou-se que a cultura dos povos originários e quilombolas estão sub-representadas nos acervos, o que revela que a memória coletiva dessas comunidades tradicionais ainda é invisível aos olhos dos demais cidadãos. Revela-se necessário mais atenção aos grupos tradicionais, pois, na condição de "lugares de memória", as bibliotecas públicas têm a

missão de abarcar, preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os insumos de conhecimentos dessas comunidades;

- *investimentos em mais atividades culturais*: como instituições de cultura mais presentes nos municípios brasileiros, as bibliotecas públicas possuem potencial para contribuir com a democratização da cultura. Nessa perspectiva, passaria de mera depositária de acervo cultural para um núcleo cultural vivo, oferecendo cultura por intermédio de uma dinâmica de ações culturais efetiva. Frisa-se a necessidade de um plano cultural mediante o estabelecimento de parcerias com agentes/atores sociais para que a biblioteca pública possa promover a cultura local. Movimento de forma participativa com atores dos setores criativos e da produção cultural, com vistas a estruturar a organização das atividades do setor e colaborar para uma maior intensidade nessa área para as bibliotecas;
- *necessidade de mais oferta de ações educativas e de leitura*: a pesquisa revelou uma baixa oferta de ações educativas e de leitura, em razão das precárias condições de trabalho nas bibliotecas, principalmente em relação ao número reduzido de servidores. Essa situação é oportuna para refletir sobre o debate acerca das dificuldades encontradas pelas bibliotecas públicas para assimilar seus horizontes de atuação e apreender suas possíveis contribuições em contextos socioculturais específicos. Demanda-se mais investimentos na biblioteca pública por parte dos seus mantenedores, quer seja os governos municipais, estaduais e federal, para incremento dos recursos humanos e desenvolvimento de acervo, a fim de contribuir com construção de uma nação leitora;
- *agir para a superação da ausência de padrões de funcionamento e gestão*: a pesquisa revelou que não existe um padrão estabelecido para as bibliotecas públicas em Minas Gerais por diversas razões:
 - i- autonomia dos municípios – princípio federativo – fato que limita o papel do SEBPMG à assessoria e orientação técnica, apoio à atualização profissional e incremento da circulação de bens culturais, entre outros aspectos. A desarticulação entre os Entes Federados e ausência de apoio institucional são fatores que implicam no estabelecimento de parcerias, na insuficiência de recursos financeiros, na falta de políticas públicas específicas para a área, afetando negativamente o funcionamento e implementação de um plano de desenvolvimento biblioteconômico para as bibliotecas;

- ii- a gestão/coordenação das bibliotecas públicas por indivíduos não especializados, em desacordo com a legislação pertinente, característica comum em todas as esferas da administração pública, visto que são cargos em comissão ou funções de confiança. Apesar da legislação estipular a coordenação da biblioteca pública por bibliotecário, a realidade prática demonstra um cenário de desrespeito às normas, refletindo uma dissonância entre o que é prescrito e o que é praticado. Há pois a necessidade um trabalho de sensibilização e conscientização junto aos gestores públicos, papel devido tanto ao SEBPMG quanto dos bibliotecários e da comunidade, defensores da biblioteca pública;
- iii- a necessidade de formulação de uma política estruturada para as bibliotecas públicas, de forma a resguardar e regulamentar a complexidade e especificidades das operações dessas bibliotecas. Apesar das dificuldades enfrentadas e das lacunas normativas existentes, as práticas implementadas tentam preservar a integridade dos acervos e garantir que todos os procedimentos sejam conduzidos em conformidade com as normas legais e éticas, assegurando a proteção e a valorização dos recursos bibliográficos;
- iv- mais observância em alguns casos dos múltiplos princípios de acessibilidade e inclusão na biblioteca pública, para a garantia da efetividade dos serviços bibliotecários. A análise demonstrou que no âmbito da acessibilidade e inclusão há uma variação significativa dependendo da localização e dos recursos disponíveis. Há uma necessidade contínua de melhorar a formação dos profissionais, expandir os recursos disponíveis e assegurar que as bibliotecas possam atender de forma adequada todas as necessidades dos usuários, pois a adoção de uma abordagem mais abrangente e multifacetada das diretrizes de acessibilidade servem como modelo e demonstram o compromisso completo com a inclusão;
- v- sistematização ao alinhamento às diretrizes da IFLA-UNESCO para as bibliotecas públicas, embora a ciência dessas diretrizes, as bibliotecas enfrentam limitações que afetam a sua completa implementação. A ausência de respostas precisas indica a necessidade de maior conscientização e treinamento sobre as diretrizes para melhorar a uniformidade e a eficácia das bibliotecas públicas na oferta de espaços e serviços de informação;
- vi- embora haja de esforço para estabelecer parcerias entre a biblioteca pública e os segmentos sociais para o fortalecimento das atividades comunitárias, a participação da comunidade nas decisões da biblioteca ainda é restrita. Evidencia-se que existe uma correlação entre a existência de parcerias e a participação comunitária, pois os espaços

que mantêm parcerias tendem a ser mais abertas à participação da comunidade; por outro lado, a falta desse entrosamento parceria/participação pode resultar em uma desconexão com a comunidade e na perda de oportunidades de melhoria da relevância e eficácia dos serviços da biblioteca;

- *superação, conceitual, da apreensão/compreensão inadequada de sistema* aplicável às bibliotecas públicas. Não há um corpo único, uma unicidade de trabalho entre as bibliotecas públicas em prol de um sistema comum, apesar dos louváveis esforços empreendidos tanto pelo SNBP quanto pelos SEBP.

- i- necessidade de cumprir certos requisitos, como o estabelecimento de uma coordenação central funcionando em sintonia com as suas partes – subsistemas – em torno de um modelo único de bibliotecas públicas, tanto no plano nacional quanto no plano estadual;
- ii- reflexão e aprofundamento conceitual da teoria sistêmica para, a partir de sua definição, olhar as práticas e ver em que medida há coerência entre a forma de organização que se propõe e o que se vivencia na prática;
- iii- inexistência de uma interação, inter-relação ou relação de interdependência entre esses equipamentos, requisitos básicos quando se almeja um sistema de bibliotecas;
- iv- efetivação do Acordo de Cooperação Federativo – Portaria nº 4, de 28 de junho de 2021, estratégia para o fortalecimento e padronização da atuação dos sistemas de bibliotecas, o que possibilitaria a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento das bibliotecas no país;
- v- abordagem de organização das bibliotecas públicas em redes. As redes não supõem necessariamente uma relação hierárquica e verticalizada, sendo definidas pela multiplicidade de perspectivas quantiquantitativas dos elos entre os seus diferentes membros, orientada por uma lógica associativa;

- *transposição da ausência de um plano de cooperação nacional na institucionalização dos sistemas de bibliotecas*. As normativas existentes não contemplam a previsão de políticas norteadoras comuns, uma infraestrutura mínima e adequada de funcionamento e fontes de financiamento e capital humano qualificado, com a finalidade de implementar, desenvolver e fortalecer os sistemas nacional e estaduais em sua missão junto às bibliotecas públicas. As poucas políticas públicas que fazem referência à biblioteca pública revelam um estado de carências: descontinuidade de ações e programas em virtude dessas políticas serem de governos, não de Estado; precarização em termos de

serviços de informação, de equipamentos e de infraestrutura física, aspectos que impactam negativamente a missão da biblioteca pública e mascara o fracasso de sua existência em todo o cenário nacional;

- *atuar junto à administração pública para solucionar a inexistência de uma previsão orçamentária específica para respaldar as ações do SEBPMG* em sua missão de articular as bibliotecas públicas dos municípios mineiros para a efetivação da Política Estadual do Livro, assim como para o desenvolvimento das bibliotecas públicas, no plano municipal. O desafio do financiamento público às bibliotecas públicas, em razão da diminuição das dotações orçamentárias, implica a busca por fontes alternativas de financiamento: Lei Estadual de Incentivo à Cultura, parcerias público/privada com instituições e empresas, Programa ICMS Patrimônio Cultural, entre outros.

Apesar das situações desafiadoras enfrentadas pelas bibliotecas públicas, que por vezes limitam suas ações e atuações no cotidiano, esses equipamentos podem se tornar agentes transformadores ao alinharem seus serviços e acervos aos ODS da Agenda 2030. Por meio de ações simples, as bibliotecas públicas têm o potencial de divulgar seu acervo, promover o acesso à informação, incentivar a leitura e fortalecer as comunidades locais, contribuindo para a construção de sociedades mais equitativas, informadas e sustentáveis.

As bibliotecas podem ser espaços-chave para a democratização do acesso à informação confiável e inclusiva, promovendo a alfabetização e a educação ao longo da vida. Campanhas em redes sociais, exposições temáticas e parcerias com escolas e ONG são algumas das formas de conectar o público ao acervo, incluindo materiais sobre sustentabilidade, saúde e direitos humanos. A criação de bibliotecas itinerantes e a orientação para acesso a bibliotecas digitais gratuitas ampliam o alcance dessas iniciativas.

Em alinhamento com os ODS 4 e 16, as bibliotecas públicas desempenham um papel essencial na democratização do acesso à informação confiável, gratuita e inclusiva, promovendo a alfabetização e a educação ao longo da vida. Iniciativas como a utilização de redes sociais, exposições temáticas e atividades educativas conectam a comunidade a materiais sobre os ODS. Parcerias com escolas e ONG ampliam o alcance desses esforços, como bibliotecas itinerantes levam livros e materiais educativos a locais de grande circulação, como praças e feiras, fortalecendo o acesso à informação.

No combate às desigualdades, em consonância com o ODS 10, as bibliotecas podem oferecer serviços adaptados para comunidades vulneráveis. Espaços acessíveis e inclusivos, que considerem pessoas com deficiência e grupos marginalizados, são essenciais. Além disso,

programas específicos que promovam a diversidade cultural, racial e de gênero ajudam a reforçar a inclusão social, utilizando a leitura e a educação como ferramentas principais.

A inclusão digital e a inovação, alinhadas ao ODS 9, também são áreas em que as bibliotecas podem fazer a diferença. Em parceria com escolas e instituições de tecnologia, podem oferecer espaço para a oferta cursos de programação, robótica e alfabetização digital, com materiais interativos que engajem diferentes faixas etárias, é uma forma de capacitar o público, promover a equidade tecnológica e a inovação, fomentando habilidades essenciais para o século XXI. Além disso, ao disponibilizar acesso à internet e infraestrutura digital, a biblioteca pública atende às necessidades das comunidades que ainda enfrentam dificuldades nesse aspecto. Essas ações não apenas capacitam o público, mas também reduzem a exclusão digital, ampliam oportunidades educacionais e profissionais e fortalecem o papel das bibliotecas como centros de aprendizado contínuo. Ao proporcionar um ambiente acessível e estimulante, as bibliotecas incentivam a criatividade, o pensamento crítico e a colaboração, preparando os indivíduos para os desafios da sociedade digital e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

As bibliotecas também desempenham um papel relevante na conscientização ambiental, contribuindo para os ODS 13 e 15. Por meio da criação de bibliografias sobre sustentabilidade e mudanças climáticas, ajudam a sensibilizar a comunidade. Oficinas sobre reciclagem, preservação ambiental e consumo consciente são ações práticas que reforçam essa contribuição.

No âmbito da saúde e bem-estar, vinculado ao ODS 3, as bibliotecas podem disponibilizar materiais educativos que disseminem informações sobre saúde física e mental. Além disso, programas de leitura terapêutica ajudam a promover o bem-estar emocional, destacando o impacto positivo da literatura na saúde mental.

Como espaços comunitários, as bibliotecas também têm um papel fundamental no fortalecimento das comunidades locais, em alinhamento com o ODS 11. Saraus, exposições artísticas e registros de memórias locais são exemplos de iniciativas que fomentam a cultura e a identidade regional. Ao mesmo tempo, debates e rodas de conversa sobre questões locais e globais conectam a comunidade aos temas dos ODS, criando espaços de diálogo e reflexão.

Outro aspecto relevante é o combate à desigualdade social, especialmente no contexto do novo ODS 10, proposto pelo governo brasileiro em 2023, que reconhece o racismo estrutural e a discriminação étnico-racial como barreiras centrais ao desenvolvimento sustentável. Apesar de não ter sido foco de análise desta tese, em razão do seu recente lançamento e da ausência de indicadores, a adoção do ODS 10 destaca a interseção entre

justiça racial, governança global e sustentabilidade ambiental. As bibliotecas públicas podem alinhar suas ações ao ODS 18 ao oferecer programas que promovam a diversidade cultural, racial e de gênero, garantindo espaços acessíveis e inclusivos. Além disso, podem priorizar materiais e eventos que discutam temas como memória histórica, representatividade e igualdade étnico-racial, reforçando seu papel como agentes transformadores na luta contra o racismo e na promoção da justiça social.

Por fim, as bibliotecas também podem atuar como centros comunitários, promovendo debates, rodas de conversa e eventos culturais que estimulem a identidade local e a consciência global. Por meio de parcerias estratégicas – com lideranças comunitárias, ONG, instituições acadêmicas e outras entidades – e mobilização são essenciais para ampliar o impacto das bibliotecas por meio da expansão das suas atividades, engajando a sociedade em prol de um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Colaborações com lideranças comunitárias, empresários e instituições acadêmicas podem resultar na arrecadação de materiais, melhoria da infraestrutura ou obtenção de financiamento. Além disso, o recrutamento e capacitação de voluntários fortalecem as atividades diárias da biblioteca, como organização de eventos e catalogação.

Essa visão integrada reafirma o potencial das bibliotecas públicas como protagonistas no enfrentamento dos desafios contemporâneos e na construção de um futuro mais justo e sustentável para todos. Com essas ações, as bibliotecas públicas se consolidam como centros de conhecimento, cultura e inovação, alinhando suas atividades às metas da Agenda 2030 e promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo, mesmo em contextos de recursos limitados.

Compreende-se que, a partir dos dados coletados e das discussões empreendidas, esta pesquisa cumpriu com os objetivos propostos, assim como respondeu à questão de investigação. Também se confirmou o pressuposto de que as bibliotecas públicas de Minas Gerais não incorporam, em seus serviços de informação, as diretrizes dos ODS da Agenda 2030, além de não estarem plenamente preparadas para essa missão devido aos obstáculos que enfrentam. Embora algumas bibliotecas públicas demonstrem disposição para implementar os ODS, muitas ainda enfrentam dificuldades significativas. A preparação adequada exige um compromisso renovado com a formação contínua dos profissionais da área, um suporte institucional mais sólido, investimentos em infraestrutura tecnológica e recursos financeiros, além de uma abordagem estratégica que reconheça as bibliotecas como centros de aprendizagem, inclusão e inovação social. Por meio dessas melhorias, as bibliotecas públicas

poderão consolidar seu papel como agentes fundamentais na promoção dos ODS, contribuindo para o fortalecimento de comunidades mais sustentáveis e resilientes.

Todos os apontamentos desta pesquisa, embora revelem-se desafios às bibliotecas públicas em sua missão de garantir acesso à informação a todos os cidadãos, com base em suas necessidades e demandas, evidenciam que essas instituições são fundamentais para a construção de uma sociedade mais equitativa, informada e sustentável. Destaca-se que as bibliotecas públicas promovem o acesso democrático à informação, incentivam a inclusão social e desempenham um papel essencial na educação continuada, além de servirem como espaços de convivência comunitária e preservação cultural.

A despeito dos expressivos obstáculos que as bibliotecas públicas de Minas Gerais enfrentam para a implementação dos ODS – escassez de recursos humanos e financeiros, o desinteresse institucional e a ausência de um planejamento estratégico consistente, pondera-se que esses fatores restringem a capacidade dessas instituições de atuarem de forma mais ativa e estruturada na promoção dos ODS. Além disso, a falta de uma abordagem integrada e a sub-representação de grupos historicamente marginalizados nos acervos e atividades evidenciam a necessidade urgente de políticas inclusivas e de uma maior articulação das bibliotecas com as estratégias de desenvolvimento comunitário.

Entende-se, portanto, ser imprescindível que as bibliotecas públicas se adaptem às exigências da contemporaneidade, aumentando sua presença digital, promovendo o livro e a leitura de forma integrada à cultura e à educação e desenvolvendo ações que atendam às necessidades diversificadas de suas comunidades. O apoio institucional e um financiamento adequado são fundamentais para que essas instituições possam expandir seu alcance e relevância, para contribuir de maneira efetiva para a realização dos ODS e para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Nessa perspectiva, depreende-se que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação se consolidam como áreas estratégicas na promoção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis, ao integrarem práticas educacionais que conectam informação, conhecimento e transformação social aos princípios dos ODS.

Com enfoque na gestão da informação e do conhecimento, essas duas áreas do conhecimento exercem uma contribuição significativa para o alcance dos 18 ODS da Agenda 2030. Sem a intenção de esgotar todos os ODS, por meio da promoção do acesso à informação e da construção do conhecimento, essas áreas impactam diretamente o *ODS 4 – Educação de Qualidade*, ao facilitar processos de aprendizagem e capacitação contínua para os profissionais da informação. A formação contínua de profissionais da informação com foco

em questões de diversidade e inclusão permite que esses profissionais compreendam as complexas questões relacionadas às temáticas transversais com relevância social, cultural, ambiental e ética para as diferentes áreas do conhecimento.

No contexto das bibliotecas públicas, a formação de profissionais bibliotecários mais reflexivos, comprometidos e conscientes de sua função social reforça o papel das bibliotecas como espaços de inclusão e transformação social, alinhando-se ao *ODS 10 – Redução das Desigualdades*. Paralelamente, a capacitação dos bibliotecários e demais servidores para posicionar as bibliotecas como promotoras da cultura, da inclusão social, do diálogo e da participação cidadã contribui para o alcance do *ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes*.

Em relação ao *ODS 18, que foca especificamente na Igualdade Étnico-Racial*, buscando combater as desigualdades e promover a equidade entre diferentes grupos étnicos e raciais, cumpre observar que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação têm um papel essencial. Ao voltar seu olhar científico para essa temática, que é socialmente cara para os povos originários e tradicionais, essas duas áreas possibilitam que as populações historicamente marginalizadas tenham acesso à informação, à educação e a recursos culturais que lhes permitam a plena participação na sociedade.

Além disso, a formação contínua e transversal dos profissionais da informação, proporcionada por esses campos do conhecimento, capacita-os a implementar práticas que promovem a equidade em suas comunidades. Isso permite que as bibliotecas públicas se tornem espaços seguros e acessíveis para todos, atuando como centros de diálogo intercultural e empoderamento das comunidades marginalizadas, especialmente em contextos onde a desinformação e as *fake news* podem representar fatores de exclusão.

A partir do exposto, considerando os desafios e as oportunidades identificados na análise do papel das bibliotecas públicas na implementação dos ODS da Agenda 2030, várias recomendações podem ser feitas para futuras pesquisas:

- i- Investigação sobre modelos de parcerias entre as bibliotecas públicas, governos locais, ONGs e o setor privado para a implementação dos ODS. Essas pesquisas podem identificar boas práticas e mecanismos de cooperação eficazes que poderiam ser replicados em outras regiões;
- ii- Estudos de caso detalhados sobre as bibliotecas públicas que tenham implementado com sucesso programas ou iniciativas alinhadas aos ODS, contemplando a análise dos fatores críticos de sucesso, as dificuldades enfrentadas e os resultados obtidos;

- iii- Investigação de como as TIC podem ser utilizadas para ampliar o acesso à informação e promover os ODS nas bibliotecas públicas. Isso incluiria a avaliação de plataformas digitais, recursos *on-line* e programas de alfabetização digital;
- iv- Pesquisa sobre inclusão e diversidade nas bibliotecas públicas, explorando como essas instituições podem melhor representar e atender a diversidade cultural, étnica e social de suas comunidades. Esta pesquisa poderia focar em práticas inclusivas, desenvolvimento de acervos diversificados e a oferta de programas e serviços adaptados a diferentes grupos;
- v- Avaliação da eficácia de políticas públicas existentes para suporte e financiamento das ações orientadas aos ODS. Recomendar mudanças ou novas políticas que possam facilitar a implementação dos ODS, promover uma infraestrutura adequada e suporte institucional;
- vi- Desenvolvimento de investigação das necessidades de formação e capacitação dos profissionais de bibliotecas para lidar com os ODS e as novas demandas sociais e tecnológicas. Identificar lacunas de habilidades e propor programas de treinamento específicos;
- vii- Desenvolvimento de estudos comparativos entre bibliotecas públicas de diferentes regiões dos países para identificar abordagens eficazes e inovadoras na promoção dos ODS. Isso pode ajudar a entender como contextos culturais, econômicos e políticos específicos influenciam a atuação das bibliotecas;
- viii- Realização de pesquisas que avaliem o impacto das bibliotecas públicas nas comunidades em termos de educação, inclusão social, desenvolvimento cultural e outros indicadores relacionados aos ODS. Esse tipo de estudo poderia fornecer dados valiosos para justificar investimentos e apoiar o *advocacy* para as bibliotecas.

Essas recomendações visam fornecer uma base sólida para a continuidade de pesquisas e desenvolvimento de práticas eficazes que potencializem o papel das bibliotecas públicas na promoção de uma sociedade mais informada, inclusiva e sustentável, em alinhamento aos ODS da Agenda 2030.

Com esta pesquisa, presume-se poder contribuir para o aprimoramento das práticas dos profissionais que atuam dentro das bibliotecas, sejam elas públicas, comunitárias, escolares, universitárias, bem como oferecer subsídios aos gestores dos sistemas de bibliotecas. Além disso, espera-se que este estudo sirva como inspiração para futuros pesquisadores que, ao visualizar as limitações e lacunas deste estudo, queiram rompê-las em investigações subsequentes.

REFERÊNCIAS

ACRE. Lei n. 1.085, de 1º de julho de 1993. Cria a Biblioteca Pública Estadual do Acre - BPE/AC, autoriza a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Cultura e do Desporto - FDRHCD a assinar Convênios com a Fundação Biblioteca Nacional, entidades afins, tanto no âmbito nacional como internacional, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado (DOE)**, Rio Branco, 5 jul. 1993. nº 6063. p. 1-4. Disponível em: <http://app.al.ac.leg.br/legisla-e/legislacao/visualizar/4983/pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024.

AMARO Bianca. O bibliotecário e o seu relacionamento com a tecnologia. *In*: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade**. Brasília: Ipea, 2018. cap. 2. p. 33-45. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8675/1/O%20Bibliotec%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 4 maio 2023.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Manual das pessoas que advogam pela biblioteca**. Tradução da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – FEBAB. São Paulo: FEBAB, 2012. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6168>. Acesso em: 20 out. 2020.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. Objetivos e funções da biblioteca pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 8, n. 1, 1979. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77377>. Acesso em: 24 maio 2022.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. **Teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. A palavra e o silêncio: biblioteca pública e Estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002.

ARAÚJO, Carolina Lopes; FRAGA, Raiza Gomes; RESENDE Viviane de Melo. Participação social nos resultados da Rio+20: a inclusão dos interesses dos grupos sociais no texto “o futuro que queremos”. **O Social em Questão**, ano 21, n. 40, p. 79-102, jan./abr. 2018. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_40_art_4_Araujo_Fraga_Resende.pdf. Acesso em: 7 maio 2022.

ASSIS, Tainá Batista de. Perfil profissional do bibliotecário: atual e desejado. *In*: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade**. Brasília: Ipea, 2018. Cap. 1, p. 13-32. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180406_bibliotecario_do_sec_XXI.pdf. Acesso em: 10 maio. 2022.

AZEVEDO, Rodolfo Almeida de; MAIA, Hemmilys Karolinne de Sousa. Reflexões sobre a utilização da Lei de Acesso à Informação para a pesquisa científica. **Ciência da Informação**,

Brasília, DF, v. 48, n. 3, Supl., p. 135-139, set./dez. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4752/4437>. Acesso em: 10 maio. 2021.

AZZAM, Fateh. Os direitos humanos na implementação dos objetivos de desenvolvimento do milênio. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452005000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/Ly8Yr5rHJNfkqqZFRNXck8D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott. **Administração: novo cenário competitivo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott. **Administração**. 2. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2012.

BARROS, Paulo. **A biblioteca pública e sua contribuição social para educação do cidadão**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, p. 29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a04.pdf>. Acesso em: 1 maio 2021.

BEZERRA, Emy Pôrto *et al.* Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-86, 2016. DOI: 10.19132/1808-5245222.60-86. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/57935>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DE MINAS GERAIS. **Sistema de bibliotecas: o que é**. Belo Horizonte, [2022]. Disponível em: <https://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/o-que-e/>. Acesso em 20 abr. 2023.

BRASIL. Decreto n. 520 de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 maio 1992. p. 6030. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0520.htm. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. Lei n. 4.084 de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02/07/1962, p. 7149. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4084.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. **Diário Oficial da União**, Brasília, Edição Extra, 16 de maio de 2012, p. 1. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm. Acesso em: 27 maio 2020.

BRASIL. Decreto n. 8.297 de 15 de agosto de 2014. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Biblioteca Nacional; altera os Anexos I e II ao Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura; e altera os Decretos nº 519 e nº 520, ambos de 13 de maio de 1992, que tratam, respectivamente, do Programa Nacional de Incentivo à Leitura e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de agosto de 2014, p. 2. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8297.htm. Acesso em: 27 maio 2022.

BRASIL. Decreto n. 8.892, de 27 de outubro de 2016. Cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 de outubro de 2016, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8892.htm. Acesso em: 27 maio 2020.

BRASIL. Decreto n. 10.179, de 18 de dezembro de 2019. Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de dezembro de 2019, p. 6. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10179.htm. Acesso em: 27 maio 2020.

BRASIL. Decreto n. 10.591, de 24 de dezembro de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo da Presidência da República e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 de dezembro de 2020, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10591.htm. Acesso em: 27 maio 2020.

BRASIL. Decreto n. 11.209, de 26 de setembro de 2022. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo da Presidência da República e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 de setembro de 2022, p. 9. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Decreto/D11209.htm#art7. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Decreto n. 11.382 de 19 de janeiro de 2023. Remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de janeiro de 2023, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11382.htm#art9. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Decreto n. 11.704, de 14 de setembro de 2023. Institui a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 de setembro de 2023, p. 77. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11704.htm#art11. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Decreto n. 12.166, de 5 de setembro de 2024. Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, de 6 de setembro de 2024, p. 9. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12166.htm. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, de 29 de novembro de 1968, p. 10369. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 9.674 de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 de junho de 1998, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9674.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**, Brasília, Edição Extra, 31 outubro de 2003, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.753.htm. Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. Lei n. 12.187 de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional Sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, de 29 de dezembro de 2009, p. 109. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, Edição Extra, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12527-18-novembro-2011-611802-publicacaooriginal-134287-pl.html>. Acesso em: 27 maio 2020.

BRASIL. Resolução nº 02/CNODS, de 20 de dezembro de 2023. Institui a Câmara Temática para o Décimo Oitavo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável sobre Igualdade Étnico-Racial na Agenda 2030. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/resolucoes/Resolucao202302IgualdadeEtnicoRacial.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 8 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria Especial de Cultura. Portaria nº 4, de 28 de junho de 2021. Estabelece o Acordo de Cooperação Federativa como instrumento para adesão dos Sistemas Estaduais e Distrital de Bibliotecas Públicas ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, nº 120, de 29 de junho de 2021, p. 155. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/44/2021/08/PORTAR1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CAMURÇA, Tatiana Apolinário; ARAÚJO, Islânia Fernandes; MORAIS, Sara Maria Peres de. A construção de um sistema integrado de bibliotecas no Instituto Federal do Ceará: motivação, dificuldade e expectativas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CBBB, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1464>. Acesso em: 11 mar 2024.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/9nQgbdkq5nXsNBLfv5MBHNm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF) set./out., v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CARAVANTES, Geraldo Ronchetti; PANNO, Cláudia Caravantes; KLOECKNER, Mônica Caravantes. **Administração: teorias e processo**. São Paulo: Pearson, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, 2000. Disponível em: DOI: 10.1590/S0100-19652000000300004. Acesso em: 4 jul. 2020.

CASTRO, César Augusto. Ensino e biblioteca: diálogo possível. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 63-72, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/sNjw6mfRCHQk9PQcJXkB9jL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2024.

CERRI, Luís Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, p. 93-112, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/download/84/118>. Acesso em: 3 jul. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. 4. ed. São Paulo: Elsevier, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**: os novos horizontes em administração. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução CFB n. 245, de 24 de novembro de 2021. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas públicas. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, de 26 de novembro de 2021, p. 271. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1377>. Acesso em: 20 ago. 2024.

COPES, Regina Janiaki. **Políticas públicas de incentivo à leitura**: um estudo do projeto “literatura em minha casa” Ponta Grossa 2007. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1200>. Acesso em: 3 jul. 2020.

CORDEIRO, Alexander Magno *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgias**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>. Acesso em: 20 set. 2020.

CORDEIRO, Thalyta de Carvalho; CUNHA, Bianca Christian Santos; PARGA, Marcia de Fatima Amâncio Sousa. As tecnologias de informação e comunicação sob a óptica da biblioteconomia: perspectivas sobre os futuros profissionais da informação. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 14, n. 2, p. 95-106, 2016. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/4941>. Acesso em: 7 maio. 2023.

COUTINHO, Clara Pereira; LISBÔA, Eliana Santana. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Revista de Educação**, v. XVIII, n. 1, p. 5-22, out. 2011. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/14854>. Acesso em: 18 abr. 2023.

CUNHA, Lelia G. C. Sistemas e redes de informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 35-43, 1977. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/90/90>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 8, n. 15, p. 41-46, 2003. DOI: 10.5007/1518-2924.2003v8n15p41. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38091>. Acesso em: 7 maio 2023.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/829>. Acesso em: 28 jul. 2024.

CUNHA, Murilo Bastos da. O papel do bibliotecário na sociedade brasileira. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 7-26, mar. 1978. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36349>. Acesso em: 4 maio 2023.

CURI, Denise (org.). **Gestão ambiental**. São Paulo: Pearson, 2012.

DELCOLLI, Caio. O que explica a recente onda de censura a livros no Brasil e no mundo? **Revista Galileu**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/cultura/livros/noticia/2024/02/o-que-explica-a-recente-onda-de-censura-a-livros-no-brasil-e-no-mundo.ghml>. Acesso em: 10 ago.

DI SERIO, Luiz Carlos; VASCONCELLOS, Marcos Augusto. **Estratégia e competitividade empresarial: inovação e criação de valor**. São Paulo: Saraiva, 2009.

DÍAZ JATUF, Julio. Una propuesta de enseñanza fundamental para los primeros años de formación universitaria. El caso de la bibliotecología social. V ENCUESTRO NACIONAL, 5. LATINOAMERICANO DE INGRESO UNIVERSITARIO, 2., 2013 Luján, Buenos Aires, Argentina. [**Anales**]... Buenos Aires, Argentina, 2013 Disponível em: <https://www.aacademica.org/julio.diazjatuf/166>. Acesso em: 13 ago. 2022.

DONAIRES, Omar Sacilotto. Desafios para a aplicação da visão sistêmica nas empresas e no meio acadêmico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS. 10., 2014, Ribeirão Preto. [**Anais...**]. São Paulo: ISSS Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.issbrasil.usp.br/ocs/index.php/cbs/10cbs/paper/viewFile/32/25>. Acesso em: 25 mar. 2024.

EBRAHIM, G. J. Pobreza e metas de desenvolvimento para o milênio. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil** [online], v. 7, n. 4, p. 479-486, 2007 Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/rbsmi/v7n4/a15v7n4.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-38292007000400015>.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES – FEBAB. **Bibliotecas que não se calam**. Campanha pelo fortalecimento das bibliotecas e contra a censura de livros. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://febab.org.br/censurado/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS – IFLA. **Declaração de Lyon sobre o acesso à informação e desenvolvimento**. Haia (Holanda): IFLA, 2014. Disponível em: <https://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declaration-pt.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2020.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS – IFLA. **Conjunto de ferramentas: as bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. Haia (Holanda): IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2020.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS – IFLA; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Manifesto da Biblioteca Pública**

IFLA-UNESCO 2022. Tradução da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – FEBAB. São Paulo: FEBAB, 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 23 set. 2022.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. esp., p. 18-30, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v19nspe/04.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FERRAZ, Marina Nogueira. **Políticas do Estado de Minas Gerais para bibliotecas públicas (1983-2012)**. 2015. 141 f., enc. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AANGFL>. Acesso em: 15 maio 2022.

FERRAZ, Marina Nogueira. **Representações sociais de biblioteca pública: a voz dos usuários do interior e da capital de Minas Gerais**. 2018. 172 f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B3UJYQ>. Acesso em: 15 maio 2022.

FILGUEIRAS, Fernando; KOGA, Natália; VIANA, Rafael. **Desafios e condicionantes para implementação da agenda ODS na administração pública federal brasileira**. Brasília: ENAP, 2018. Disponível em: DOI: 10.13140/RG.2.2.23469.33763. Acesso em: 14 maio 2021.

FLEURY, Sonia. Pobreza, desigualdades ou exclusão? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1422-1428, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2007.v12n6/1422-1425/pt>. Acesso em: 3 jul. 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Global risks report 2020**. Suíça, 2020. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risk_Report_2020.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Contas regionais/PIB dos municípios. Produto Interno Bruto dos municípios de Minas Gerais 2021. **Informativo FJP**, Belo Horizonte, v. 5, n. 14, 15 dez. 2023. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/pib-dos-municipios-de-minas-tem-21-cidades-responsaveis-por-mais-da-metade-do-resultado-total-de-2021>. Acesso em: 03 mar. 2024.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Estudo aponta maior aceleração da covid-19 em estados do Norte e Nordeste**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: portal.fiocruz.br/noticia/estudo-aponta-maior-aceleracao-da-Covid-19-em-estados-do-norte-e-nordeste. Acesso em: 22 ago. 2022.

GASPAROTTO, Geovana Prante; GROSSI, Patrícia Krieger; VIEIRA, Monique Soares. O ideário neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 11., 2014, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11812/1652>. Acesso em: 07 ago. 2022.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://virtual.ufmg.br/20201/course/view.php?id=4413>. Acesso em: 20 maio. 2020.

GREENHALGH, Mariana Giubertti Guedes; ALVARES, Lillian Maria Araújo de Rezende. As quatro funções da biblioteca pública nas mídias sociais. **Em Questão**, v. 28, n. 2, abr./jun., 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4656/465669993003/465669993003.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **V relatório luz da sociedade civil agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil**. [S. l.: s. n], 2021. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf. Acesso em: 31 maio 2022.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

IGREJA, Paula Ribeiro da. Censura, uma biografia: a proibição de livros no Brasil. **Ensaio Geral**, n. 1, p. 119-143, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaiogeral/article/view/47046>. Acesso em: 10 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Área da unidade territorial: área territorial brasileira 2022**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>. Acesso em: 26 dez. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030**: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 16: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Brasília: IPEA, 2024. 20 p. (Cadernos ODS, 16). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS16>. Acesso em: 29 jul. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Programa ICMS Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: IEPHA, 2023. Disponível em: <https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco/es/icms-patrimonio-cultural>. Acesso em: 2 ago. 2024.

JORGE JUNIOR, Nelson. Princípio federativo e limites do poder regulamentar do Conselho Nacional de Justiça – Art. 103-B, da Constituição Federal de 1988. PRETTO, Renato Siqueira de; KIM, Richard Pae; TERAOKA, Thiago Massao Cortizo (coord.). **Federalismo e poder judiciário**. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2019. p. 35-51. Disponível em: <https://api.tjsp.jus.br/Handlers/Handler/FileFetch.ashx?codigo=114315>. Acesso em: 01 jul. 2024.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara (Ed.). **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública**. 2. ed. inteiramente revista. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleção. (com a colaboração de Émilie Hermant). In: PARENTE, André (org.). **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 39-63. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/64-JACOB-BIBAL-POR.pdf>. Acesso em: 6 maio 2021.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

LIMA, Etelvina. A biblioteca no ensino superior. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v. 5, n. 2, jul./dez. 1977. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000002045/cc0de2bcbb1c111742352>

LINS, Ivana Aparecida Borges. **Biblioteca Pública, convergências e divergências: Chile, Colômbia e Brasil**. Orientadora: Kátia de Carvalho. 2016. 198 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, UFBA, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/20978>. Acesso em: 08 mar. 2024.

LINS, Ivana Aparecida Borges. Relações entre a biblioteca pública e as políticas Públicas cenais do passado e do presente, perspectivas para o futuro. In: **Para que serve a biblioteca pública?: novas configurações para o século XXI** / Bruna Lessa, Ivana Lins (Organizadoras). Salvador: EDUFBA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37086>. Acesso em: 28 abr. 2021.

LUSSIER, Robert N.; REIS, Ana Carla Fonseca; FERREIRA, Ademir Antonio. **Fundamentos de administração**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MACHADO, Elisa; ELIAS JUNIOR, Alberto; ACHILLES, Daniele. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p. 115-127, out./dez. 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/47359>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MACHADO, Frederico Borges; SUAIDEN, Emir José. O papel da biblioteca pública e seus desafios frente aos avanços tecnológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE

BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis - SC. **Anais...** Florianópolis: FEBAB, 2013. p. [1-16]. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2174/1284-1297-1-PB.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2020.

MACHADO, Frederico Borges; SUAIDEN, Emir José. Biblioteca pública, entre teoria e prática. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 29, n. 2, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/22992>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MACHADO, Ralph. Projeto prevê promoção de agenda para desenvolvimento sustentável. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, jun. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/770666-projeto-preve-promocao-de-agenda-para-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. A função gerencial na biblioteca universitária. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, UFSC, 2000. Disponível em: <http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/479>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MADUREIRA, Helania Oliveira; VILARINHO, Lúcia Regina Goulart. A formação do bibliotecário para atuar em bibliotecas digitais: uma questão a aprofundar **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p.87-106, set./dez. 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-99362010000300006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/6X4w5DMWpmmrPsfJsL45wMPJ/?lang=pt>. Acesso em: 4 maio 2023.

MANCIE, Euclides André. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999. MANCIE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômicos-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARIANO, Sandra Regina Holanda; MAYER, Verônica Feder. **Empreendedorismo: fundamentos e técnicas para criatividade**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap. 14, p. 305-328.

MÁXIMO, Lucas Moura. A Agenda 2030 de desenvolvimento da ONU: os desafios e potencialidades dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o continente africano. **Revista Perspectiva**, v. 8, n. 15, p. 21, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/71244/40443>. Acesso em: 12 set. 2019.

MELLO, Celso de. STF proíbe censura de livros no Rio e dá recado contra discriminação. **El País**, São Paulo, set. 2019. Entrevista concedida a Carla JIMÉNEZ. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/08/politica/1567961873_908783.html. Acesso em: 10 ago. 2024.

MENEGALE, José Guimarães. **O que é e o que deve ser a biblioteca pública**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2022.

MINAS GERAIS. Decreto n. 23.512, de 06 de abril de 1984. Dispõe sobre o Sistema Operacional da Cultura, organiza a Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências. **Minas Gerais Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 07 de abril de 1984, p. 6. Col.1. de abril de: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/23512/1984/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

MINAS GERAIS. Decreto n. 47.768 de 29 de novembro de 2019. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. **Minas Gerais Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 30 de novembro de 2019, p. 4, col. 2. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47768&comp=&ano=2019>. Acesso em: 4 maio 2021.

MINAS GERAIS. Decreto n. 48.649, de 10 de julho de 2023. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. **Minas Gerais Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 10 de julho de 2023, p. 1, col. 2. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/48649/2023/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MINAS GERAIS. Lei n. 18.312, de 06 de agosto de 2009. Institui a Política Estadual do Livro. **Minas Gerais Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 07 de agosto de 2009, p. 1, col. 1. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/18312/2009/>. Acesso em: 11 maio 2024.

MINAS GERAIS. Lei n. 20.623, de 15 de janeiro de 2013. Altera a Lei nº 18.312, de 6 de agosto de 2009, que institui a Política Estadual do Livro. **Minas Gerais Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 16 de janeiro de 2013, p. 1, col. 2. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/20623/2013/>. Acesso em: 11 maio 2024.

MINAS GERAIS. Lei Complementar n. 89, de 12 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Minas Gerais Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 13 de janeiro de 2006, p. 3, col. 1. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LCP/89/2006/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MINAS GERAIS. Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Mapa conheça os municípios**. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/mapa-conheca-os-municipios/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 8 maio 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.

MIRANDA Ana Cláudia Carvalho de; D'AMORE Ticiano Maciel; PINTO Virginia Bentes. Gestão documental da informação jurídica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n.3, p. 96-110, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v18n3/07.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; GALLOTTI, Mônica Marques Carvalho; CECATTO, Adriano. Desafios para a biblioteca pública no processo de planejamento da formação e desenvolvimento do acervo. **Encontros Bibli**, v. 22, n. 48, p. 15-26, jan./abr., 2017. DOI: 10.5007/1518-2924.2017v22n48p15. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/46008>. Acesso em: 3 jul. 2020.

MIRANDA, Antonio. Políticas e planejamento de sistemas de informação no Brasil: um caminho tortuoso. In: ENCONTRO NACIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 4., 2004, Salvador. **Anais...** Salvador: CIFORM, 2004. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/682/1/EVENTO_PolíticasPlanejamento.pdf. Acesso em: 11 mar 2024.

MIRANDA, Antonio Basilio de. Considerações sobre o desenvolvimento de redes e sistemas de bibliotecas públicas no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 7, n. 2, 1979. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77268>. Acesso em: 30 maio 2022.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 13, n. 1, 1984. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74223>. Acesso em: 25 maio 2022.

NOVAES, Washington. Eco-92: avanços e interrogações. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 15, p. 79-93, 1992. Disponível em: DOI: 10.1590/S0103-40141992000200005. Acesso em: 26 maio. 2020.

OBSERVATÓRIO DO FUTURO. **O impacto da pandemia de Covid-19 nos ODS**. São Paulo: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2020. Disponível em: https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/07/relatorio-ODS-pandemia-VF_0.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.

OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabrielle Francinne; SOUZA, Gustavo Tanus. Trajetória histórica do ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 19, n. 3, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3754>. Acesso em: 7 maio. 2023.

OLIVEIRA, Rosângela Paulino de. A força da religiosidade dos Arturos. **Revista Nures**, n. 7, set./dez. 2007. Disponível em: https://www.pucsp.br/revistanures/revista7/nures7_rosangela.pdf. Acesso em: 28 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conferências**. Nova Iorque, 2023. Disponível em: <https://sdgs.un.org/conferences>. Acesso em: 10 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Nova Iorque, 2000. Disponível em: https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/ODM/undp-br-declaracao_do_milenio.pdf. Acesso em: 25 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20): o futuro que queremos**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-Conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf. Acesso em: 25 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2016. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030completoportugus12fev2016.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **A ONU e o meio ambiente**. Brasília: Casa ONU Brasil, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Organizar para socializar: a função social da mediação documentária**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/view/444/4369/8295. Acesso em: 14 jul. 2024.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas: políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006**. 2008. 140 f., enc. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-7HUKTJ/1/disserta__o_marilia.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de; ANDRADE, Maria Eugênia Albino. Biblioteca pública no brasil: políticas federais de 1990-2006. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, p. 95-114, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/34416>. Acesso em: 25 maio 2022.

PEREIRA, Mário Jorge. **Meio ambiente & tecnologia**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

PINHEIRO, Ricardo Queiroz. Biblioteca pública: seu lugar na cidade. **CRB8 Digital**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9316>. Acesso em: 29 abr. 2021.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Atividades culturais em bibliotecas e políticas públicas: plano de cultura para a leitura e artes. In: PARRA-VALERO, Pablo et al. (coord.). **Información y sociedad: accesibilidad e investigación documental**. Madrid, España: Universidad Complutense de Madrid, 2019. Vol. 1. Estudios hispano-brasileños. p. 39-56. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7537691>. Acesso em: 28 jul. 2024.

REDE INTERMUNICIPAL DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. **5 dimensões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Portugal, 2015. Disponível em: <http://www.redesparaodesenvolvimento.org/pt/noticia/5dimensoesods>. Acesso em: 18 jan. 2024.

REIS, Alcenir Soares; XAVIER JUNIOR, Gesner Francisco; PIRES, Hugo Avelar Cardoso. Análise histórica da graduação em biblioteconomia da ECI/UFMG: a interrelação entre o contexto social e as dimensões de subjetividade. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119384>. Acesso em: 4 maio 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <https://virtual.ufmg.br/20201/course/view.php?id=4413>. Acesso em: 24 maio. 2020.

ROCHA, Eduardo Santos. **Análise das políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil**. 2019. 129 f. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/37526>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, jan. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n1/v71n1a11.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.

RORAIMA. Lei n. 890 de 23 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT); altera dispositivos da Lei n° 055, de 09 de dezembro de 1993; altera dispositivo da Lei n° 318, de 31 de dezembro de 2001; altera e acrescenta dispositivos na Lei n° 499, de 19 de julho de 2005; altera dispositivo da Lei n° 622, de 20 de dezembro de 2007 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Roraima**, Roraima, 23 jan. 2013. Disponível em: <https://sapl.al.rr.leg.br/norma/1578?display>. Acesso em: 01 jul. 2024.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. vii-viii (Editorial), jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2020.

SANTOS, Josiel Machado. Ação Cultural em Bibliotecas Públicas: o bibliotecário como agente transformador. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, n. 2,

p. 173-189, 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/425>. Acesso em: 28 jul. 2024.

SANTOS, Wilson. Objetivos de desenvolvimento sustentável: metas possíveis. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, Ano 12, Edição 86, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3232&catid=30&Itemid=41. Acesso em: 20 maio. 2020.

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). **O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/minas-gerais-mg/>. Acesso em: 08 jul. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO DE MINAS GERAIS. **Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais**. Belo Horizonte, [1984]. Disponível em: <http://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/pt-br/2015-01-24-11-52-51/o-que-e-sistema-estadual-de-bibliotecas-municipais-de-minas-gerais>. Acesso em: 08 jul. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO. Política Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e Outras Ações - Superintendência de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais. **Ofício SECULT/SBMAE-ICMS nº. 3/2023**. Critérios para emissão da declaração de acervos culturais – 2023. Belo Horizonte: SECULT, 2023. Disponível em: https://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS_2023/SEI_GOVMG_-_66662047_-_Of%C3%ADcio_DAC_2023_1.pdf. Acesso em: 3 ago. 2024.

SHETTY, Salil. Declaração e objetivos de desenvolvimento do milênio: oportunidades para os direitos humanos. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, p. 1–16, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452005000100001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/CB4rcrXC4yjbghxQ4W4pWZp/?lang=pt>. Acesso em: 8 maio 2022.

SILVA, Carlos Henrique R. Tomé. Rio+20: avaliação preliminar de resultados e perspectivas da conferência das nações unidas sobre desenvolvimento sustentável. **Estudos Legislativos - [Temas e Agendas para o Desenvolvimento Sustentável]**, Brasília, maio 2013.c <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/rio-20-avaliacao-preliminar-de-resultados-e-perspectivas-da-Conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 8 maio 2022.

SILVA, Chirley Cristiane Mineiro da; RADOS, Gregório Jean Varvakis. Gestão de serviços em bibliotecas: melhoria com foco no cliente. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 198–218, 2005. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/370>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. As bibliotecas públicas podem transformar a vida das pessoas? In: LESSA, Bruna; LINS, Ivana (Organizadoras). **Para que serve a biblioteca pública?: novas configurações para o século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34498/3/praque-serve-a-biblioteca-publica-miolo-ri.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 67–86, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/4jq9Fg66W6sYQ3XxTMSbCRD/#>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca pública e identidade: percepções intersubjetivas enraizadas em torno da Luiz de Bessa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, número especial, p. 128-150, out./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22672/18256>. Acesso em: 22 ago. 2022.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). **Estudo do valor social das bibliotecas públicas no Brasil – 2022**. Brasília: MinC, 2023. Disponível em: http://snbp.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/44/2024/01/Estudo-de-Valor_divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

SMIT, Johanna W. A informação na ciência da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48655/52726>. Acesso em 21 abr. 2021.

SOBRAL, Filipe; PECI, Alketa. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2013.

SOUZA, Raul Marques Leite de; NEVES, Bárbara Coelho; MELLO, Ricardo Coutinho. Redes sociotécnicas: acesso à informação e as políticas de Internet. **RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 316-327, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v17.n2.2024.53825>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/53825/40592>. Acesso em: 7 ago. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas. Construindo a cidadania? **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.4, n.1, p.15-21, jan./dez. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/187>. Acesso em: 7 ago. 2024.

STOCKHOLM RESILIENCE CENTER. **Sustainable development goals: the SDGs wedding cake**. Stockholm (Sweden): Stockholm University, 2016. Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/research/research-news/2016-06-14-the-sdgs-wedding-cake.html>. Acesso em: 10 nov. 2023.

TARAPANOFF, Kira. Biblioteca integrada e sociedade: referencial teórico. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 3-9, jan./jun. 1984. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6132/1/ARTIGO_BibliotecaIntegradaSociedade.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

TATTO, Nilto. **Projeto de Lei nº 1308/2021, de 2020**. Institui a Política de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Câmara dos Deputados, Gabinete do Deputado Nilto Tatto, 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1988016. Acesso em: 28 ago. 2022.

TÁVORA, Fernando Lagares. A herança da Rio+20. **Estudos Legislativos** - [Temas e Agendas para o Desenvolvimento Sustentável], Brasília, maio 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/a-heranca-da-rio-20>. Acesso em: 8 maio 2022.

TEJADA ARTIGAS, Carlos Miguel. Bibliotecas de centros de pesquisa no século XXI: desafios e perspectivas. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2017. p. 95–113. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29215. Acesso em: 25 maio. 2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS (TER-MG). **Minas Gerais tem mais de 16 milhões de eleitores aptos a votar**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://www.tre-mg.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/minas-gerais-tem-mais-de-16-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-332061>. Acesso em: 03 marc. 2024.

UNGER, Roberto José Gervásio; FREIRE, Isa Maria Fabiana Araújo. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.2, n. 2, p. 87-114, jan./jun. 2008. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v5i2.2014>. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/114534>. Acesso em: 13 ago. 2022.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. O fortalecimento do cliente: alternativa para a valorização das bibliotecas públicas em um ambiente de informação eletrônica. **Informação & Informação**, v. 1, n. 2, p. 7-18, 1996. DOI: 10.5433/1981-8920.1996v1n2p7. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1601>. Acesso em: 19 abr. 2023.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 569–583, 2012. Disponível em: DOI: 10.1590/S1679-39512012000300007. Acesso em: 26 maio. 2020.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 165–189, 2014. Disponível em: DOI: 10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08. Acesso em: 24 maio 2020.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, p. 71–77, 2000. Disponível em: DOI: 10.1590/S0100-19652000000200009. Acesso em: 3 jul. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário eletrônico semiestruturado

QUESTIONÁRIO

Este questionário faz parte da pesquisa de doutorado intitulada “A Agenda 2030 no âmbito do Sistema de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais: perspectivas de atuação”, sob orientação das profas. Dalgiza Andrade Oliveira e Marília de Abreu Martins de Paiva do Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI-UFMG).

Visa-se com a pesquisa conhecer as ações de informação desenvolvidas pelas bibliotecas públicas do Estado de Minas Gerais, tendo como base os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) propostos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Essa pesquisa é importante pois possibilitará conhecer as contribuições das bibliotecas públicas mineiras para o alcance dos ODS, considerando que no horizonte da Agenda 2030, o acesso à informação é contrapartida necessária para o progresso humano, social e ambiental.

BIBLIOTECA / MUNICÍPIO DO RESPONDENTE

SOBRE A BIBLIOTECA

De acordo com o **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**, *a biblioteca pública é o centro local de informação, disponibilizando todo tipo de conhecimento e informação aos seus usuários. Ela é um componente essencial das sociedades do conhecimento, adaptando-se continuamente a novos meios de comunicação para cumprir sua função de fornecer acesso universal a informações e permitir que todas as pessoas possam fazer uso significativo da informação.*

1- A biblioteca possui espaços físicos adequados aos serviços de informação oferecidos à comunidade? (Considerar os espaços para o acervo, leitura e estudo, acesso à internet etc.).

2- A biblioteca possui sítio eletrônico (*website*) para promover e disseminar as informações, serviços e outras ações pertinentes à comunidade? Comente.

() Não.

() Sim. Informe o *link* _____

3- A biblioteca possui redes sociais para interação com os usuários? (Considere redes como *Instagram, Facebook, TikTok, WhatsApp, YouTube, Twitter* etc.).

() Não.

() Sim. Qual(ais)?

4- A biblioteca utiliza algum sistema (*software*) para a gestão do acervo?

() Sim. Qual? _____

() Não.

5- O catálogo de acesso público *on-line* para consulta ao acervo é ofertado aos usuários pela biblioteca?

- () Sim, oferece o catálogo de acesso público *on-line* para consulta ao acervo.
 () Não oferece aos usuários o catálogo de acesso público *on-line*.

6- Quais políticas de informação são adotadas pela biblioteca? (Em sua resposta, considere normativas como: política de desenvolvimento de acervo; regulamento de circulação de materiais; doação de materiais etc.). Comente.

7- A biblioteca atua colaborativamente em rede com as demais bibliotecas do Sistema Estadual de Bibliotecas de Minas Gerais? Comente.

SOBRE OS SERVIDORES

8- Quantos servidores atuam na biblioteca?

Mulheres: _____

Homens: _____

9- Os servidores da biblioteca são concursados, terceirizados ou indicados? Comente.

10- A biblioteca possui profissional com formação em Biblioteconomia?

- () Sim. Quantos? _____
 () Não.

11- Caso a biblioteca possua profissional bibliotecário, este possui formação complementar? (Considere uma segunda graduação e/ou pós-graduação.).

- () Não possui formação complementar.
 () Sim, possui formação complementar. Qual? _____

12- Os profissionais auxiliares possuem qual grau de formação?

- () Ensino fundamental. Quantos? _____
 () Ensino médio. Quantos? _____
 () Ensino superior. Quantos? _____
 () Pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Quantos e qual a formação? _____

13- A biblioteca incentiva e promove a formação continuada dos servidores? (Considere cursos em temáticas transversais nas áreas da educação, saúde, meio ambiente, direitos humanos etc.). Comente.

SOBRE O ACERVO

Está descrito no **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022** que *as coleções devem refletir as tendências atuais e a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa, nem a pressões comerciais.*

14- O acervo da biblioteca é atualizado? Existe uma política de avaliação do acervo para orientação a sua atualização? Comente.

15- A biblioteca possui verba anual para atualização do acervo? Qual(ais) a(as) fonte(s) de recursos? Comente.

16- O acervo atende as necessidades de informação da comunidade, independente da faixa etária (crianças, jovens e adultos)? Comente.

17- O acervo da biblioteca contempla obras que tratam de dados, conhecimentos e tradições locais, incluindo a tradição oral e as culturas indígenas e quilombolas? Comente.

18- A biblioteca disponibiliza acervo virtual/digital, em complementação ao acervo físico? (Considere bases de dados, biblioteca virtual ou outra fonte de informação de acesso *on-line*). Comente.

19- Além dos materiais tradicionais, as coleções e serviços incluem outros tipos de mídias apropriadas e tecnologias modernas? (Considere CDs, DVDs, áudio livros, TV, computadores etc.). Comente.

() Não possui outros formatos de mídias.

() Sim, possui outros formatos de mídias e tecnologias para seu uso.

20- A biblioteca disponibiliza jornais e revistas para acesso a informações cotidianas? (Considere assuntos como política, educação, saúde, economia, cultura, lazer etc.). Comente os tipos.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

Conforme o **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**, o acesso à informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e cultural são missões-chave relacionadas aos serviços da biblioteca pública. Bibliotecas devem ser um componente essencial de qualquer estratégia em longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a alfabetização e a educação.

21- A biblioteca adota as diretrizes da IFLA-UNESCO para a biblioteca pública quando do planejamento das ações e serviços de informação segue? Comente.

22- Quais serviços de informação são oferecidos à comunidade? (Considere os serviços relacionados às missões-chave da biblioteca).

23- A biblioteca oferece programas e treinamentos para o desenvolvimento da competência em informação (aprendizagem independente, habilidade de acesso, uso, comunicação e compartilhamento da informação significativa)? Comente.

() Não oferece serviços para o desenvolvimento da competência em informação.

() Sim, oferece serviços para o desenvolvimento da competência em informação.

Se marcou “sim”, qual(ais) serviço(s) é(são) oferecido(s)?

24- A biblioteca promove ou contribui com a oferta de atividades artísticas e culturais à comunidade? Comente.

() Não.

() Sim. Qual(ais)?

25- Qual(ais) elementos da cultura local a biblioteca contribui com sua promoção? Comente de que forma.

26- A biblioteca incentiva e/ou promove ações para o desenvolvimento e fortalecimento do hábito de leitura? Comente.

() Não desenvolve projetos de leitura.

() Sim, desenvolve projetos de incentivo à leitura.

27- A biblioteca realiza estudos de usuários com vistas à avaliação e melhoria dos serviços de informação existentes, identificação de novos serviços e novos públicos? Em caso afirmativo, com qual periodicidade? Comente.

SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, art. 3º, *acessibilidade [significa] a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.*

28- A biblioteca adota os princípios da acessibilidade e inclusão quando do planejamento e oferta dos serviços de informação, em conformidade com a Lei nº 13.146/2015 (conhecida como Lei Brasileira da Inclusão - LBI), ou a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direitos da Pessoa com Deficiência? Comente.

29- A biblioteca possui acervo acessível (áudio livros, livros em *braille*, arquivos digitais, *softwares* leitores entre outros) para atendimento às necessidades de informação da diversidade do público-alvo? Comente.

30- Quais quesitos de acessibilidade são atendidos pela biblioteca? (Marque todos aqueles que são atendidos pela biblioteca).

() Acessibilidade arquitetônica – visa promover a adequação e a extinção de barreiras físicas e ambientais nas edificações e equipamentos urbanos, sejam espaços públicos ou privados. Inclui elementos como rampas, elevadores e banheiros adaptados, calçadas com piso tátil, entre outros.

() Acessibilidade atitudinal – diz respeito ao comportamento das pessoas sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações.

() Acessibilidade metodológica – conhecida como acessibilidade pedagógica, diz respeito à queda de barreiras nas metodologias de ensino. Exemplo: realização de atividades com o uso de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, como textos em *braille* ou textos ampliados, postos de trabalho e estudo adequados etc.

() Acessibilidade programática – é relativa às normas, leis e regimentos que normatizam o atendimento às necessidades das pessoas com deficiência, e se necessário, utilizar adaptações razoáveis para a inclusão de todos.

() Acessibilidade comunicacional – diz respeito ao acesso à comunicação interpessoal (como língua de sinais), comunicação escrita em livros, apostilas, jornais, revistas e comunicação virtual. Exemplo: intérprete de Libras, audiodescrição em imagens, filmes, peças de teatro e eventos em geral.

() Acessibilidade instrumental – tecnologias assistivas para acesso à informação? (Em sua resposta, considere a superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo e aprendizagem.).

31- Os servidores são orientados quanto à acessibilidade atitudinal? (Considere a percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Entende-se que atitude pessoal ajuda a impulsionar a remoção de barreiras e a acessibilidade em toda a sua amplitude.).

32- Quais serviços e produtos de informação são oferecidos especificamente para pessoas com deficiência?

33- Os serviços de informação são prestados com base na igualdade de acesso para todos (idade, etnia, sexo, religião, nacionalidade, idioma, condição social e qualquer outra característica)? Comente.

RELAÇÕES COM A COMUNIDADE

No **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022** está descrito que *as bibliotecas são geradoras de comunidades, buscando proativamente novos públicos e utilizando uma escuta eficaz para apoiar o desenvolvimento de serviços que atendam às necessidades locais e contribuam para a melhoria da qualidade de vida. O público confia na sua biblioteca e, em troca, a biblioteca proativamente almeja manter sempre sua comunidade informada e conscientizada.*

34- A biblioteca oportuniza à comunidade espaço e equipamentos para realização de encontros, reuniões, apresentações culturais e artísticas etc.? Comente sua resposta.

☐ Sim.

☐ Não.

35- A biblioteca realiza parcerias com instituições e membros da comunidade para oferta, divulgação e fortalecimento dos serviços de informação? Comente.

☐ Sim.

☐ Não.

36- A comunidade participa das tomadas de decisões da biblioteca em relação ao planejamento das ações e serviços de informação? Comente.

☐ Sim.

☐ Não.

37- A biblioteca executa, apoia e/ou participa de atividades e programas de educação, alfabetização e inclusão? Comente.

38- O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas atua cooperativamente com a biblioteca no planejamento e oferta dos serviços de informação? Comente.

OS ODS E A AGENDA 2030

Segundo o **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**, *através das missões-chave (acesso à informação, alfabetização, educação, inclusão, participação cívica e cultural), as bibliotecas públicas contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e para a construção de sociedades mais igualitárias, humanas e sustentáveis.*

39- Os profissionais atuantes na biblioteca têm conhecimento dos ODS propostos na Agenda 2030 construída em 2015 pelas ONU?

- ☐ Sim, os profissionais da biblioteca têm conhecimento dos ODS da Agenda 2030.
- ☐ Não, os profissionais da biblioteca não conhecem os ODS da Agenda 2030.

40- A biblioteca já participou de alguma atividade ou evento relacionado aos ODS da Agenda 2030?

- ☐ Sim, a biblioteca já participou de atividades com foco nos ODS da Agenda 2030.
- ☐ Não, a biblioteca nunca participou de ações/atividades com foco nos ODS da Agenda 2030.

41- Quais serviços de informação oferecidos pela biblioteca aos usuários refletem os ideais presentes nos ODS da Agenda 2030? Comente.

42- Considerando o arcabouço de ações/serviços de informação oferecidos aos usuários, a biblioteca possui potencial para implementar programas e serviços de informação orientados aos 17 ODS da Agenda 2030? Comente.

43- Quais dos seguintes ODS você considera que a biblioteca pode ajudar a alcançar? (Marque aquelas opções que se alinham aos serviços de informação implementados pela biblioteca).

- ☐ ODS 1 – Erradicação da pobreza.
- ☐ ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável.
- ☐ ODS 3 – Saúde e bem-estar.
- ☐ ODS 4 – Educação de qualidade.
- ☐ ODS 5 – Igualdade de gênero.
- ☐ ODS 6 – Água potável e saneamento.
- ☐ ODS 7 – Energia limpa e acessível.
- ☐ ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico.
- ☐ ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura.
- ☐ ODS 10 – Redução das desigualdades.
- ☐ ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis.
- ☐ ODS 12 – Consumo e produção responsáveis.
- ☐ ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima.
- ☐ ODS 14 – Vida na água.
- ☐ ODS 15 – Vida terrestre.
- ☐ ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.
- ☐ ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.

44- Como a biblioteca pode contribuir para a implementação da Agenda 2030 em sua comunidade? Comente.

45- Você considera que a biblioteca pública deve ter um papel mais ativo na promoção dos ODS da Agenda 2030? Comente.

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

46- Este espaço está reservado para você acrescentar informações que julgar pertinentes em relação a aspectos não abordados neste questionário.

Gostaria de participar de uma entrevista para aprofundar as questões elencadas neste questionário?

☐ Sim.

☐ Não.

Obrigado por sua atenção!

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com a coordenação do SBPMG

Roteiro da entrevista

- 1- Institucionalização do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais (SEBP-MG)
- 2- Cadastramento das Bibliotecas Públicas
- 3- Políticas de informação para as Bibliotecas Públicas
- 4- Programas de capacitação de servidores do SEBP-MG
- 5- Programas/ações para as Bibliotecas Públicas de MG (políticas, parcerias financiamento das ações do SEBP-MG)
- 6- Serviços de informação e programas de extensão (divulgação dos serviços de informação)
- 7- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 nas bibliotecas públicas de Minas Gerais
- 8- Desafios do SEBP-MG relacionados às ODS

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com os gestores das bibliotecas públicas

Roteiro da entrevista

- 1- Apoio/suporte do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais
- 2- Serviços de informação, programas e projetos de extensão ofertados à comunidade
- 3- Políticas públicas municipais para apoio à biblioteca
- 4- Programas de capacitação/formação de servidores
- 5- Financiamento e parcerias para o desenvolvimento da biblioteca (comunidade e outras instituições)
- 6- Desenvolvimento de acervo (formação, políticas, abrangência, etc.)
- 7- Serviços de informação e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- 8- Potencialidades e/ou desafios ao desenvolvimento da biblioteca

ANEXOS

ANEXO A – Produto Interno Bruto dos municípios de Minas Gerais 2021⁵⁹**Tabela 1: PIB, participação no PIB e participação acumulada dos municípios de Minas Gerais com maior representatividade no produto agregado estadual - 2021**

Municípios com os maiores PIB - 2021			
Município	PIB (R\$ 1.000)	Participação no PIB do estado (%)	Participação acumulada (%)
Belo Horizonte	105.829.675	12,3	12,3
Uberlândia	43.129.285	5,0	17,4
Contagem	36.479.765	4,3	21,6
Betim	33.132.919	3,9	25,5
Nova Lima	21.042.646	2,5	27,9
Uberaba	20.397.519	2,4	30,3
Juiz de Fora	20.297.559	2,4	32,7
Ipatinga	17.609.177	2,1	34,7
Itabira	14.971.929	1,7	36,5
Extrema	13.651.225	1,6	38,1
Itabirito	13.139.828	1,5	39,6
Sete Lagoas	12.659.740	1,5	41,1
Montes Claros	10.800.251	1,3	42,3
Pouso Alegre	10.720.093	1,3	43,6
Ouro Preto	9.520.035	1,1	44,7
Conceição do Mato Dentro	9.051.036	1,1	45,8
Araxá	8.950.863	1,0	46,8
Ouro Branco	8.842.769	1,0	47,8
Poços de Caldas	8.531.692	1,0	48,8
Divinópolis	8.331.346	1,0	49,8
Varginha	8.093.810	0,9	50,7

Fonte: CCR/Direi-FJP, elaboração própria.

⁵⁹ **Vinte e um municípios concentraram pouco mais da metade do PIB estadual em 2021.** Na tabela 1, estão listados os 21 municípios que somaram 50,7% do PIB de Minas Gerais, concentrando a atividade produtiva no território mineiro. Para se ter uma ideia da concentração espacial da produção, verificou-se que, aproximadamente, dois terços (66,8%) do PIB foram gerados em apenas 50 dos 853 municípios do estado; pouco mais de três quartos (75,1%), em 80 municípios; e nove décimos (90,0%), em 242 municípios. A capital, Belo Horizonte, foi responsável por 12,3% do resultado total que, nesse ano, chegou a R\$ 857,6 bilhões.

Municípios das indústrias extrativas foram destaques em PIB per capita em 2021. Seis dos dez municípios com os maiores PIB per capita de Minas Gerais em 2021 tiveram a indústria extrativa mineral (minério de ferro) como principal atividade econômica: Catas Altas, São Gonçalo do Rio Abaixo, Itatiaiuçu, Conceição do Mato Dentro, Itabirito e Nova Lima; a metalurgia, Jeceaba e Ouro Branco; energia elétrica, Araporã; comércio atacadista, Extrema.

ANEXO B – Eleitorado de Minas Gerais aptos a votar em 2022



ELEITORADO MINEIRO POR MUNICÍPIO
Ordenação pela quantidade de eleitores

MUNICÍPIO	ELEITORADO
BELO HORIZONTE	2.006.854
UBERLÂNDIA	514.413
CONTAGEM	452.185
JUIZ DE FORA	418.213
BETIM	290.957
MONTES CLAROS	287.668
UBERABA	233.247
RIBEIRÃO DAS NEVES	223.935
GOVERNADOR VALADARES	215.631
IPATINGA	179.843
SETE LAGOAS	172.585
DIVINÓPOLIS	170.252
SANTA LUZIA	168.807
IBIRITÉ	125.531
POÇOS DE CALDAS	121.976
PATOS DE MINAS	114.130
POUSO ALEGRE	108.407
TEÓFILO OTONI	106.388
VARGINHA	102.682

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, 2023⁶⁰.

*Dados dos 19 municípios com mais de 100 mil eleitores.

⁶⁰ Em 2022, as mulheres são 52% do eleitorado mineiro, contra 48% de 2020. Em 2018, os percentuais eram ligeiramente diferentes: 53% de mulheres e 47% de homens. O número de pessoas que escolheu usar o nome social no título de eleitor também aumentou. São 2.948, contra 1.035 em 2020 e 771 em 2018, primeiro ano em que a Justiça Eleitoral permitiu a inclusão do nome social no título.

Idade: são 168.242 eleitoras e eleitores entre 16 e 17 anos. O número é 82,64% maior do que em 2020, quando Minas Gerais tinha 92.114 eleitores nessa faixa etária. Em 2018, eram 112.868.

Pessoas com deficiência: 98.572 pessoas declararam ter algum tipo de deficiência, sendo que a maior parte tem deficiência de locomoção. São 39.674 eleitoras e eleitores, ou 35,98% do total. Em 2020, eram 90.440 pessoas com deficiência e, em 2018, 63.620.

Distribuição geográfica: São 19 os municípios com mais de 100 mil eleitores, sendo que Belo Horizonte é o maior colégio eleitoral do Estado, com 2.006.854 eleitoras e eleitores; os três menores eleitorados são Serra da Saudade (1.107), Cedro do Abaeté (1.291) e Grupiara (1.648). Minas Gerais tem 270 cidades com menos de mil eleitores.